

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
ÁREA DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RODRIGO MARINS MARRETTO

O opulento capitalista: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de  
Nova Friburgo. (c.1829-c.1873)

NITERÓI

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Rodrigo Marins Marretto

**Título: O opulento capitalista: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo. (c.1829-c.1873)**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de doutor em História.  
Área de Concentração: História Social.  
Setor: História Contemporânea I.  
Orientador: Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães.

**Niterói**  
**Março de 2019**

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG Gerada  
com informações fornecidas pelo autor

M358o Marretto, Rodrigo Marins  
O opulento capitalista : café e escravidão na formação  
do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo. (c.1829-  
c.1873) / Rodrigo Marins Marretto ; Carlos Gabriel Guimarães,  
orientador. Niterói, 2019.  
482 f. : il.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói,  
2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2019.d.10429551746>

1. Brasil Império. 2. Vale do Paraíba. 3. Escravidão. 4.  
Cafeicultura. 5. Produção intelectual. I. Guimarães, Carlos  
Gabriel, orientador. II. Universidade Federal Fluminense.  
Instituto de História. III. Título.

CDD -

Rodrigo Marins Marretto

**O opulento capitalista: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo. (c.1829-c.1873)**

Orientador: Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de doutor em História.

Aprovada em 28 de março de 2019

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães – Orientador  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof. Dr. Ricardo Salles – Membro  
Universidade Federal do Rio de Janeiro Fluminense (UNIRIO)

---

Prof. Dr. Rafael Bivar Marquese – Membro  
Universidade de São Paulo (USP)

---

Prof. Dr. Jonis Freire – Membro  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof. Dr. Larissa Moreira Viana – Membro  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

À Diva Giesteira Marretto, minha avó!

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer, primeiramente, ao meu orientador, professor Dr. Carlos Gabriel Guimarães. Sua dedicação e exemplo foram fundamentais para a minha formação intelectual e pessoal. O trabalho que se segue é profundamente devedor da erudição de Carlos Gabriel, ficando os defeitos todos na minha conta.

Agradeço aos professores Ricardo Salles e Jonis Freire as contribuições quando do exame de qualificação. Ricardo vem acompanhando as minhas atividades desde 2008 no curso de pós-graduação *Lato Sensu*, tornando-se um grande interlocutor e uma referência para os meus estudos. Ricardo, junto a Rafael Marquese e Mariana Muaze, coordenou encontros fundamentais do grupo O Vale do Paraíba e a Civilização Imperial. Tais encontros foram indispensáveis para muitos dos debates e das ideias contidas nessa tese. Jonis, apesar de me acompanhar a menos tempo, também se tornou um interlocutor de peso. As intervenções feitas em um encontro do HEQUS, somadas às observações feitas na qualificação e em um encontro pela internet, foram essenciais para as abordagens feitas em relação ao tema da escravidão. Além desses pesquisadores, agradeço a Larissa Moreira Viana pela forma carinhosa e por sua generosidade ao me guiar ao longo do meu mestrado.

Também sou grato aos professores Walter Luiz Carneiro de Mattos Pereira e Carlos Valencia Villa, que – no referido encontro do HEQUS – fizeram ponderações essenciais para a construção do último capítulo deste trabalho. Neste mesmo sentido, Thiago Campos Pessoa foi um grande amigo, fez sugestões, indicou textos e cedeu seus próprios trabalhos, fazendo considerações muito pertinentes sobre a relação existente entre as trajetórias dos irmãos Breves e o Barão de Nova Friburgo.

Gabriel Almeida Frazão foi um grande amigo em vários momentos deste trabalho. Não só porque leu cuidadosamente três capítulos do trabalho, mas também porque me incentivou e levantou meu ânimo quando eu estava exausto. Nossos bate-papos, sempre regados a café, renderam bons frutos. Temos compartilhado os resultados de nossas pesquisas e, além disso, demos o pontapé inicial para a formação do NUPREN (Núcleo de Pesquisa Regional e Multidisciplinar). Nesta perspectiva, agradeço a todo o NUPREN através do grande amigo Maurício Raposo. Os nossos debates são engrandecedores. Agradeço a amiga Mariana Tavares, que leu, que fez considerações indispensáveis aos meus escritos e que debateu de forma inteligente muitas de minhas ideias.

Meus sinceros agradecimentos aos companheiros do GEPEB (Grupo de Estudos e Pesquisas Eulália e Bárbara). Principalmente ao trio Thiago Mantuano, Thiago Alvarenga e Marcos Marinho. Nossos debates são essenciais para fazer avançar o conhecimento.

Agradeço a João Raimundo Araújo e Sônia Rebel pela amizade sincera e pelos incentivos e ajudas prestadas ao longo de toda a minha vida acadêmica. Silvia Rebel foi uma amiga fantástica desde a adolescência, além de me abrigar em Niterói e bater aquele bom papo de sempre.

Agradeço muito a minha família, vocês foram a base para que eu pudesse alçar voos mais altos e distantes. Diva, Valdete, Carlos, Maria Luiza, Jorge Fagundes, Verúzia e Isabela foram essenciais para que meus pouquíssimos dias de folga fossem mais felizes. Agradeço à Rejanne Gandur, minha companheira, pela compreensão e paciência com que me tratou ao longo desses anos.

Agradeço, sinceramente, às instituições de pesquisa aqui listadas. Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Arquivo do IHGB, Arquivo do Museu da República, Fundação D. João VI e ao Centro de Memória de Cantagalo. Todos os funcionários desses arquivos foram de fundamental importância para a realização deste trabalho.

Por fim, agradeço a CAPES por possibilitar esta pesquisa, financiando todas as suas etapas.

“Estava no ocidente o Sol, e cintado de escarlata o horizonte”.  
(Camilo Castelo Branco. Memórias do Cárcere – I)



## Resumo

Nesta investigação, abordamos a formação das vilas de Cantagalo e Nova Friburgo ao longo do século XIX sob o impacto do recrudescimento da escravidão e da difusão da cafeicultura nos Sertões do Leste da Província Fluminense. Diante disso, dividimos esse estudo em duas partes, tencionando compreender as alternâncias entre as escalas macro e micro a partir da relação entre o desenvolvimento de Cantagalo e Nova Friburgo e os empreendimentos do Barão de Nova Friburgo. Primeiramente, abordamos os aspectos socioeconômicos das vilas para depois apresentarmos os aspectos referentes à acumulação e à concentração da propriedade escrava na vila de Cantagalo. Na segunda parte desta tese, examinamos a trajetória de Antônio Clemente Pinto, 1º Barão de Nova Friburgo, sua ascensão econômica e os símbolos de distinção social reunidos. Após esse aspecto mais geral, nos dedicamos ao estudo da formação e da estrutura do complexo agrário cafeeiro que articulava quinze propriedades em torno de um conjunto volumoso de trabalhadores escravos. Em seguida, concentramos nossa atenção no trabalho de escravos e livres, partindo do tráfico de escravos e realizando um diagnóstico das características demográficas das escravarias. Verificamos, ainda, a introdução dos colonos portugueses e as desventuras relacionadas à tentativa de expandir o trabalho livre nas propriedades do Barão de Nova Friburgo. Por fim, exploramos a construção da Casa Comissária Friburgo & Filhos, perscrutamos o balancete de 1861 e compreendemos como a firma se constituía como o centro dinâmico da agricultura escravista do Barão de Nova Friburgo.

Palavras-chave: Brasil Império; Vale do Paraíba; Barão de Nova Friburgo; escravidão; cafeicultura.

## Abstract

In this research, we approached the formation of the villages of Cantagalo and Nova Friburgo throughout the 19th century under the impact of the intensification of slavery and the diffusion of coffee cultivation in the Sertões do Leste of the Fluminense Province. In view of this, we divided this study into two parts, intending to understand the alternations between the macro and micro scales from the relationship between the development of Cantagalo and Nova Friburgo and the ventures of the Baron of Nova Friburgo. Firstly, we approach the socioeconomic aspects of the villages and then present the aspects related to the accumulation and concentration of slave property in the village of Cantagalo. In the second part of this thesis, we examine the trajectory of Antônio Clemente Pinto, the first Baron of Nova Friburgo, his

economic ascent and the symbols of social distinction gathered. After this more general aspect, we dedicated ourselves to the study of the formation and the structure of the coffee agrarian complex that articulated fifteen properties around a volumous set of slave workers. Next, we focused our attention on the work of slaves and free, starting from the slave trade and making a diagnosis of the demographic characteristics of slavery. We also verified the introduction of the Portuguese colonists and the misfortunes related to the attempt to expand free labor in the properties of the Baron of Nova Friburgo. Finally, we explored the construction of the House of Friburgo & Sons, we looked at the balance sheet of 1861 and we understood how the firm was the dynamic center of slave agriculture of the Baron of Nova Friburgo.

Keywords: Brazil Empire; Paraíba Valley.; Baron of Nova Friburgo; slavery; coffee cultivation.

## Sumário

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I: A FORMAÇÃO DE CANTAGALO E NOVA FRIBURGO: O DESENVOLVIMENTO DA CAFEICULTURA ESCRAVISTA NA ÁREA ORIENTAL DO VALE DO PARAÍBA.....</b>	<b>30</b>
<b>1.1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>30</b>
<b>1.2. CANTAGALO E NOVA FRIBURGO: ELOS DE FORMAÇÃO, ANELOS DA EXPANSÃO CAFEIEIRA .....</b>	<b>33</b>
<b>1.3. NOVA FRIBURGO AO LONGO DO XIX.....</b>	<b>42</b>
<b>1.3.1. A CENTRALIDADE DE CANTAGALO NA PRODUÇÃO CAFEIEIRA ....</b>	<b>52</b>
<b>1.4. AUGES E GRANDEZA DE CANTAGALO NA PRODUÇÃO CAFEIEIRA, 1851-1880 .....</b>	<b>63</b>
<b>1.5. CONCLUSÕES PRELIMINARES .....</b>	<b>75</b>
<b>CAPÍTULO II: A ACUMULAÇÃO E A CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE ESCRAVA NA VILA DE CANTAGALO. ....</b>	<b>78</b>
<b>2.1. O PADRÃO DE POSSE DE ESCRAVOS.....</b>	<b>78</b>
<b>2.2. AFRICANOS E CRIoulos NA VILA DE CANTAGALO. ....</b>	<b>96</b>
<b>2.3. GÊNERO NOS INVENTÁRIOS DA VILA DE CANTAGALO.....</b>	<b>107</b>
<b>2.4. OS MEGAPROPRIETÁRIOS CANTAGALENSES: O ÉTOS SENHORIAL ESCRAVISTA.....</b>	<b>124</b>
<b>2.5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>142</b>
<b>CAPÍTULO III: O INVENTÁRIO DO BARÃO DE NOVA FRIBURGO: UM HOMEM SOB O IMPACTO GLOBAL.....</b>	<b>147</b>
<b>3.1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>147</b>
<b>3.2. TRAJETÓRIA DE VIDA, ASCENSÃO ECONÔMICA E DISTINÇÃO SOCIAL .....</b>	<b>149</b>
<b>3.3. AVALIAÇÃO DOS BENS DO BARÃO DE NOVA FRIBURGO .....</b>	<b>166</b>
<b>3.5. O OBJETIVO DE TODO INVENTÁRIO: A PARTILHA DE BENS.....</b>	<b>193</b>
<b>3.6. A PARTILHA DO INVENTÁRIO E A IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO CAFEIEIRA DENTRO DO COMPLEXO. ....</b>	<b>199</b>
<b>3.7. EM BUSCA DE UMA SÍNTESE PARA O COMPLEXO ECONÔMICO AGRÁRIO-MERCANTIL .....</b>	<b>203</b>
<b>CAPÍTULO IV: A FORMAÇÃO DO COMPLEXO AGRÁRIO-CAFEIEIRO ...</b>	<b>208</b>

<b>4.1. O POTENTADO BARÃO DE NOVA FRIBURGO .....</b>	<b>208</b>
<b>4.2. A FORMAÇÃO DAS FAZENDAS E AS ESTRUTURAS MATERIAIS DAS FAZENDAS CANTAGALENSES .....</b>	<b>211</b>
<b>4.3. A CONSTRUÇÃO DAS PROPRIEDADES EM NOVA FRIBURGO .....</b>	<b>233</b>
<b>4.4. CONTROLE, ISOLAMENTO E REQUINTE DAS FAZENDAS DO BARÃO DE NOVA FRIBURGO: AREIAS, ITAÓCA E AGUAQUENTE. ....</b>	<b>236</b>
<b>4.5. OS DESDOBRAMENTOS DA PARTILHA DOS BENS DO BARÃO DE NOVA FRIBURGO.....</b>	<b>246</b>
<b>4.6. CONCLUSÃO .....</b>	<b>291</b>
<b>CAPÍTULO V: TRABALHO ESCRAVO E LIVRE NAS FAZENDAS DO BARÃO DE NOVA FRIBURGO. ....</b>	<b>295</b>
<b>5.1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>295</b>
<b>5.2. O TRÁFICO DE ESCRAVOS NA TRAJETÓRIA DO BARÃO DE NOVA FRIBURGO.....</b>	<b>297</b>
<b>5.3. A DEMOGRAFIA ESCRAVA NAS FAZENDAS DO BARÃO DE NOVA FRIBURGO.....</b>	<b>313</b>
<b>5.4. O TRABALHO DE MIGRANTES LIVRES NOS CAFEEIROS DO BARÃO DE NOVA FRIBURGO .....</b>	<b>347</b>
<b>5.5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>353</b>
<b>CAPÍTULO VI: ESTRUTURA, PRODUTIVIDADE, REPRODUÇÃO NATURAL E CONTROLE NAS ESCRAVARIAS DO BARÃO DE NOVA FRIBURGO. ....</b>	<b>356</b>
<b>6.1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>356</b>
<b>6.2. UMA ANÁLISE DE CONJUNTO .....</b>	<b>357</b>
<b>6.3. OS COMPLEXOS ESCRAVISTAS: SANTA RITA, GAVIÃO E NOVA FRIBURGO .....</b>	<b>368</b>
<b>6.3.1. A REPRODUÇÃO NATURAL NAS FAZENDAS LARANJEIRAS, AGUAQUENTE E MACAPÁ. ....</b>	<b>387</b>
<b>6.4. COMO ORDENAR AS ESCRAVARIAS: AS INSTRUÇÕES DO NOVA FRIBURGO.....</b>	<b>396</b>
<b>6.5. CONCLUSÕES .....</b>	<b>401</b>
<b>CAPÍTULO VII: A BARÃO DE NOVA FRIBURGO &amp; FILHOS: O CENTRO DINÂMICO DA AGRICULTURA ESCRAVISTA .....</b>	<b>404</b>
<b>7.1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>404</b>

<b>7.2. O BARÃO DE NOVA FRIBURGO E A FRIBURGO &amp; FILHOS: ESCRITURAS DE HIPOTECA E CONCESSÃO DE CRÉDITO. ....</b>	<b>406</b>
<b>7.3. O BALANCETE DA CASA COMERCIAL FRIBURGO &amp; FILHOS NO ANO DE 1862.....</b>	<b>420</b>
<b>7.3.1. O ATIVO DO BALANÇO DA CASA COMERCIAL FRIBURGO &amp; FILHOS DE 1861.....</b>	<b>421</b>
<b>7.3.2. OS NEGÓCIOS DO CAFÉ E A FRIBURGO &amp; FILHOS .....</b>	<b>433</b>
<b>7.3.2. O PASSIVO DO BALANÇO DA CASA COMERCIAL FRIBURGO &amp; FILHOS DE 1862 .....</b>	<b>442</b>
<b>7.3.3. O RESUMO DO BALANÇO DA CASA COMERCIAL FRIBURGO &amp; FILHOS .....</b>	<b>450</b>
<b>7.4. CONCLUSÕES .....</b>	<b>454</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>457</b>
<b>FONTES MANUSCRITAS: .....</b>	<b>463</b>
<b>OFÍCIOS, ALVARÁS E DECRETOS:.....</b>	<b>463</b>
<b>PERIÓDICOS:.....</b>	<b>464</b>
<b>FONTES IMPRESSAS:.....</b>	<b>465</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>466</b>

## Apresentação

### I

A região Oriental do Vale do Paraíba, composta por diversas vilas surgidas ao longo do século XIX ainda é pouco estudada na academia brasileira. A área central desse vale, a Vila de São Pedro de Cantagalo e, secundariamente, a Vila de Nova Friburgo são o palco central dessa história. A formação da região passou pelo período em que este vasto território era colônia de Portugal, depois se tornou Reino Unido a Portugal e finalmente parte do Império do Brasil. Durante este período, as vilas transformaram-se social, política, econômica e culturalmente, com ênfase para a construção do Estado Nacional e de um sentido de nacionalidade. Se Cantagalo e Nova Friburgo são o palco dessa história, o ator central é Antônio Clemente Pinto – o Barão de Nova Friburgo.

Uma importante noção a ser incorporada é a de Bacia do Paraíba. O termo Vale do Paraíba é usado desde o século XIX, primeiramente como uma localização geográfica e, posteriormente, como um *locus* econômico, político e escravista. Tais transformações na abordagem dessa região indicam que a noção de Vale do Paraíba é uma construção histórica. De qualquer forma, a utilização do termo ainda não abarca toda a complexidade contida e, se quisermos caracterizar esse espaço podemos nos valer da categoria Bacia do Paraíba, o que inclui as terras que não são diretamente banhadas pelo rio Paraíba do Sul.<sup>1</sup>

Essa noção de Bacia do Paraíba se enquadra no recorte que estabelecemos para este trabalho, isto porque, embora apenas Cantagalo faça limite com o Rio Paraíba, Nova Friburgo encontra-se em uma área que pode ser englobada a esta bacia e de acordo com os princípios de uma dupla organização da agricultura. Desta forma, Cantagalo e alguns distritos de Nova Friburgo (São José do Ribeirão e Nossa Senhora da Conceição do Paquequer) estariam voltadas para a economia cafeeira e as demais regiões da última vila ligadas à produção de subsistência com vistas a abastecer a região.

A história que nos dispomos a contar abrange o século XIX e suas transformações. Influenciaram essa narrativa as leis referentes à escravidão, a saber, a lei de 1831, decretando o fim do tráfico de escravos, mas que não “pegou” e passou a história como “lei para inglês ver”, a lei Eusébio de Queiroz, que pôs fim definitivo ao tráfico de escravos em 1850. Depois, temos a lei de 28 de setembro de 1871 ou “lei do ventre livre”. Juntam-se a essas leis, o Código

---

<sup>1</sup> MUAZE, M. Novas Considerações sobre o Vale do Paraíba e a dinâmica imperial. In: MUAZE, M.; SALLES, R. (Org.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015, pp. 64-65. Ver também: VALVERDE, O. A fazenda de café escravocrata no Brasil.. In: \_\_\_\_\_ **Estudos de geografia agrária brasileira**. 1ª 1965. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

Comercial e a Lei de Terras, ambos de 1850. Em alguns pontos, extrapolamos as balizas temporais propostas para este trabalho exatamente para compreender as transformações nas vilas e na trajetória das propriedades de Antônio Clemente Pinto, o Barão de Nova Friburgo.

Os personagens elencados estão ligados à classe senhorial das vilas de Cantagalo e Nova Friburgo e também à Corte do Rio de Janeiro. No caso de Cantagalo e Nova Friburgo, os atores sociais se conectam por um duplo padrão de produção voltado para o abastecimento interno com gêneros de subsistência e para o mercado internacional, com o foco principalmente no café.

A mão de obra escrava na região suprida até 1850 pelo tráfico de escravos também merece destaque. Aliás, a escravidão foi o elemento fulcral na soldagem dos interesses dos senhores de terras e escravos pela região. Por assim dizer, foi o braço escravo que viabilizou as terras para o plantio do café e permitiu o soberbo enriquecimento das classes abastadas da região. A escravidão é elemento fulcral para o desenvolvimento dos “Sertões do Leste” e chave de leitura deste trabalho à medida que seu impacto na região alterou profundamente as paisagens e as relações de produção engendradas desde final do século XVIII.

Com isso, é perceptível que Cantagalo e Nova Friburgo eram locais propícios para o enriquecimento do que denominamos classe senhorial. A região possuía uma grande quantidade de terras disponíveis e muitos senhores aproveitaram-se dessa fronteira aberta para expandir as lavouras de subsistência que rapidamente iriam conviver com a lavoura cafeeira. Foi a lavoura cafeeira o elo entre a localidade e as escalas globais: era através da exportação de café no mercado mundial que as fazendas se muniam de mais escravos e os senhores alcançavam as modernidades europeias, símbolos de distinção, de civilização e de modernidade. Essas articulações entre o global e o local são de grande importância para compreender o enriquecimento e o desenvolvimento da região.

Cantagalo e Nova Friburgo foram impactados pela demanda por café no mercado mundial, o recrudescimento da escravidão na América contribuiu para irrigar as vilas de escravos. A fundação e a consolidação do Estado Imperial brasileiro concederam a estabilidade e um mercado importante para os produtos de subsistência produzidos nas vilas, o que também abriu espaço para o desenvolvimento da cafeicultura. Além disso, a fronteira agrícola aberta permitiu a formação de novas fazendas e a ampliação das mais antigas, fator que ajudou a avultar a produção da rubiácea.

A pesquisa em tela está ligada à minha carreira acadêmica pelo viés da escravidão. Durante o curso de mestrado, também realizado na Universidade Federal Fluminense, trabalhei com o caráter escravista da sociedade friburguense na primeira metade do século XIX. Deste

trabalho, emergiu um personagem de destaque, Antônio Clemente Pinto – Barão de Nova Friburgo – a curiosidade relacionada a tão destacada figura nos levou a pesquisar sua trajetória e também ampliar a pesquisa sobre os dois espaços rurais onde Antônio consolidou sua fortuna, seu poder e seu prestígio.

Diante disso, o foco específico da pesquisa recai sobre Antônio Clemente Pinto, português que constituiu fortuna no tráfico de escravos e, sem abandonar as atividades comerciais, expandiu seus negócios para a área agrícola dos Sertões do Leste. Antônio foi dono de mais de 2.000 escravos e de mais de 5 milhões de pés de café; promotor de vários melhoramentos nas máquinas de beneficiar café – sempre em parceria com o engenheiro Jacob Van Erven –; e, pioneiro no projeto de levar o trem até a localidade de Cantagalo, feito completado por seu filho Bernardo Clemente Pinto.

Os empreendimentos do Barão de Nova Friburgo configuravam-se na forma de um diversificado *complexo agrário-mercantil-exportador*. As quinze propriedades rurais e a esmagadora maioria de seus escravos encontravam-se entre Nova Friburgo, Cantagalo e São Fidélis. Essas áreas eram as principais produtoras de café e bens de subsistência dos Sertões do Leste. As suas 25 propriedades urbanas estavam localizadas entre Nova Friburgo e a Corte e representam o sólido investimento do capital oriundo do comércio de café em bens não agrícolas. No mesmo sentido, encontram-se as apólices provinciais, as ações do Banco do Brasil, da Companhia de seguros contra o fogo “Argos Fluminense” e os empréstimos a juros – elementos que somavam quantias vultosas. Por sua vez, a casa comissária Friburgo & Filhos arregimentava esses diversos negócios constituindo-se como a articuladora entre a produção cafeeira e a comercialização do produto no mercado global, não só do que produzia o Barão, mas também agenciando e financiando os senhores de Cantagalo. Assim, um dos nossos objetivos é compreender como essas diversas atividades se articularam para formar uma das grandes fortunas do Império do Brasil.

Neste trabalho, entendemos fortuna e riqueza como a capacidade de acumular bens e dinamizar seus ativos. A melhor definição encontrada para “riqueza” está em Alice Pifer Canabrava, quando esta afirma que a riqueza se constituía da “totalidade dos haveres ou bens possuídos pela família, tais como objetos, móveis, tapetes, joias, utensílios e implementos, escravos, animais com valor de troca, propriedades rurais e urbanas, títulos de crédito”<sup>2</sup>. Jonis Freire, seguindo os passos de Canabrava, aponta para o fato de que “ser senhor de homens e

---

<sup>2</sup> CANABRAVA, A. P. Uma economia em decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765-67. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 26, p. 95-124, out./dez 1972, p. 105.



terras certamente determinava a riqueza de um indivíduo”<sup>3</sup>. Já Walter Pereira, ao analisar a trajetória de Francisco Ferreira Saturnino Braga, coloca em evidência a importância da diversificação dos negócios, inclusive para atravessar os períodos de crise<sup>4</sup>. Esses três aspectos do conceito de riqueza são os utilizados neste trabalho.

Referimo-nos à riqueza, pois ela é fator inerente ao nosso trabalho e, para compreender a composição das fortunas, utilizamo-nos – principalmente – de inventários *post-mortem*. Conhecemos a crítica que aponta o inventário como uma fonte estática, mas gostaríamos de ressaltar que, à medida que este é usado de forma massiva e reiterativa, os conjuntos de inventários tendem a perder esse caráter e permitem conhecer as características de uma sociedade ao longo do tempo. Assim, se um inventário é uma fotografia do tempo, uma coleção analisada massiva e reiterativamente constitui um filme. Outra forma de dinamizar os inventários é a utilização de fontes auxiliares na reconstrução da trajetória econômica de uma sociedade ou indivíduo. Ao longo deste trabalho nos aproveitaremos dos dois métodos de análise: o primeiro no que se refere à vila de Cantagalo e, em especial, aos seus megaproprietários; e o segundo quando traçarmos a trajetória do Barão de Nova Friburgo.

Após apresentarmos em linhas gerais as origens desse trabalho e o que ele pretende abordar, faz-se necessário abriremos um amplo diálogo com a historiografia e nos posicionarmos nesse campo. Iniciamos o desenvolvimento desta explanação trazendo o debate referente às visões da historiografia brasileira no que concerne à escravidão.

## II

Partindo das abordagens da década de 1930, percebemos que a preocupação dos intelectuais daquele momento residia em compreender a formação do capitalismo e sua interferência na realidade brasileira. A chave de leitura dessa visão alicerçava-se em, cronologicamente, analisar em um período largo de tempo, somado a uma visão de conjunto, elementos que colocavam o Brasil no contexto de formação do capitalismo mundial. Tal perspectiva, compartilhada por uma determinada vertente do campo marxista<sup>5</sup>, relaciona à

<sup>3</sup> FREIRE, J. Composição da riqueza em grandes propriedades do sudeste escravista, Minas Gerais século XIX.. **Fronteiras Revista de História**, Dourados, v. 11, p. 299-326, Jan./ Jun. 2009.

<sup>4</sup> PEREIRA, W. L. C. D. M. Francisco Ferreira Saturnino Braga: negócios e fortuna em Campos dos Goytacazes. **História**, Franca, v. 31, n. 2, p. 212-246, dec. 2012.

<sup>5</sup> PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972. Embora não seja marxista, e sim cepalino, Celso Furtado compartilhou da tese pradiana sobre a relação da colonização brasileira com o capitalismo comercial dos séculos XVI-XVIII. A respeito do modelo explicativo estrutural-Keynesino da CEPAL cf. MANTEGA, G. **A Economia Política Brasileira**. 4ª. ed. São Paulo/Petrópolis: Pólis/Vozes, 1987; BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimento**. 2ª ed. revista. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

colonização brasileira e à estrutura econômico-social implantada com a expansão do capital comercial europeu e, daí, a tese do Sentido da Colonização. Com o café no século XIX, a estrutura econômico-social não mudou, mesmo com a ascensão do Estado Nacional.<sup>6</sup>

No decorrer da década de 1970, apareceram dois modelos de interpretação no cenário historiográfico brasileiro que colocavam em movimento o debate referente às relações entre o capitalismo e escravidão. A primeira abordagem, apoiada na tradição marxista e vinculada às noções braudelianas de tempo histórico, colocou em evidência a centralidade da expansão comercial europeia. Desta forma, esta nova visão enleava-se à teoria da dependência e, compartilhando da visão pradiana, atrelou a colonização ao sistema mundial do período denominado de Antigo Sistema Colonial (ASC), em virtude da hegemonia do capital mercantil metropolitano<sup>7</sup>. De acordo com tal concepção, a escravidão foi fulcral para o desenvolvimento e a consolidação do capitalismo. O segundo paradigma distanciou-se das tradições até então apresentadas. Tal ótica analisou a mecânica do escravismo colonial a partir das relações internas de produção, retirando o peso da determinação externa ainda que estivesse articulada à expansão comercial europeia. A compreensão que tratamos aqui engendrava um modo de produção singular, batizado de modo de produção escravista colonial.

Este novo modo de produção, formulado nas concepções de Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender<sup>8</sup>, foi consolidado na passagem da década de 1970 para a de 80 e visava superar o paradigma da dependência externa como mote para o desenvolvimento da colônia ou do Império. Desta forma, as discussões concernentes ao tema centraram-se na compreensão das relações sociais e nos fatores de produção que haviam forjado a sociedade escravista brasileira. O modelo explicativo do modo de produção escravista colonial, articulado ao desenvolvimento da pós-graduação e da profissionalização do ofício de historiador, resultou em duas linhas historiográficas distintas, mas complementares. A primeira delas ocorreu no âmbito da formação dos cursos de mestrado e doutorado da Universidade Federal Fluminense e sua linha

---

<sup>6</sup> PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 26ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

<sup>7</sup> NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema colonial (1777-1808)**. 6ª. ed. São Paulo: HUCITEC, 1995.

<sup>8</sup> CARDOSO, C. F. S. O Modo de Produção Escravista Colonial na América. In: SANTIAGO, T. (Org. ). **América Colonial: ensaios**. Rio de Janeiro Pallas: Pallas, 1975. p. 89-143; CARDOSO, C. F. S. As concepções acerca do “sistema econômico mundial” e do “antigo sistema colonial”: a preocupação obsessiva com a “extração de excedente”. In: LAPA, J. R. D. A. (Org.). **Modos de Produção e Realidade Brasileira**. Petrópolis : Vozes , 1980. p. 109-132.; GORENDER, J. O Conceito de Modo de Produção e a Pesquisa Histórica. In: LAPA, J. R. D. A. ( . ). **Modos de Produção e Realidade Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 43-65.; GORENDER, J. Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial. **Estudos econômicos**, São Paulo, v. 13 (1), p. 7-39, jan- abr 1983.

de pesquisa em História Agrária<sup>9</sup>. Já a segunda, originou as pesquisas da história social da escravidão, fundeada no marxismo britânico, essencialmente baseado nas concepções de E.P. Thompson<sup>10</sup>. De fato, as duas perspectivas renovaram significativamente a historiografia sobre a escravidão no Brasil, inclusive porque os escravos passaram a ser observados como sujeitos ativos de sua própria história.

Todavia, o que se viu foi o abandono de uma “interpretação estruturalista da escravidão”<sup>11</sup>. As duas vertentes de interpretação histórica apresentadas levaram a um abandono dos processos históricos de longa duração e de compreensão dos quadros globais mais abrangentes. O que passou a vigorar foi o menosprezo com as forças estruturais do capitalismo histórico e sua influência sobre a escravidão no novo mundo.

Ainda na década de 1970 e no início da de 1980, alguns trabalhos específicos vieram acrescentar um elemento importante a historiografia da escravidão: o surgimento dos Estados Nacionais. Neste contexto, destacam-se os trabalhos de José Murilo de Carvalho e de Ilmar Rolloff de Mattos<sup>12</sup>. Importante salientar que tais trabalhos, apesar de se debruçarem sobre o mesmo tema: a construção do Estado Imperial brasileiro e a manutenção da escravidão, afastam-se devido às perspectivas teóricas e metodológicas utilizadas pelos autores.

Concordando com a leitura de Ilmar Rolloff de Mattos, faz-se necessário abordar os trabalhos citados e que se referem à formação do Estado nacional brasileiro e da classe dominante senhorial. No Brasil, a formação do Estado Nacional ocorreu no ínterim do desenvolvimento do capitalismo mundial e da formação dos Estados Nacionais, somados à expansão da escravidão e das resistências escravas. Desta forma, a relação entre a construção do Estado Nacional e a da classe senhorial escravista foi de tal forma simbiótica que passou a dominar todo o território nacional.

Durante este processo, a classe senhorial se impôs pelo emprego direto da força e do consenso formulado pelos dirigentes saquaremas, que, através do Estado imperial centralizado, expandiram seu modo de vida<sup>13</sup>. Tal movimento não atingiu apenas os grandes proprietários escravistas e os comerciantes de grosso trato, mas também açambarcou as classes subalternas

<sup>9</sup> LINHARES, M. Y. História da agricultura. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 243-270.

<sup>10</sup> LARA, S. H. Blowin in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, v. (12), pp. 43-56, out. 1995. <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11300>

<sup>11</sup> MARQUESE, R. D. B. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. **Revista de História**, São Paulo, n° 169, jul.-dez./2013, p. 223-253. p. 228.

<sup>12</sup> CARVALHO, J. M. **A Construção da Ordem / Teatro de Sobras**. 2ª ed. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; MATTOS, I. R. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1987.

<sup>13</sup> SALLES, R. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. **Almanak, Guarulhos**, n. 4, pp. 5-45, dez./2012.

que buscavam atingir aquele estilo de vida. O elemento central, e que promoveu a interligação entre os interesses do Estado, dos proprietários, dos comerciantes de grosso trato e diversos grupos sociais livres, foi o tráfico internacional de escravos. Esse elemento aglutinador esteve na base da expansão do Estado pelo interior do território nacional. Esta expansão para dentro criou uma relação entre a Corte, as Províncias e as vilas, que era profundamente hierarquizada, tanto política, quanto administrativamente, mas que tinha como elemento social comum a escravidão.<sup>14</sup>

Desse modo, a classe dirigente e dominante não se constituía “unicamente de plantadores escravistas”<sup>15</sup>, mas também de comerciantes e setores burocráticos. Assim, “a classe senhorial se distinguiria nesta trajetória por apresentar o processo no qual se forjava por meio do processo de construção do Estado imperial”<sup>16</sup>. De qualquer forma, o nexos social que informava o período estava calcado em bases escravistas e é esta a base de sustentação dos dirigentes saquaremas na marcha de construção do Estado.

Desta forma, a fração saquarema da classe senhorial utilizou-se do Estado com objetivo de construir sua unidade e realizar sua expansão, caracterizada pela horizontalidade das relações com outros senhores de terras e escravos e pela verticalidade das relações com as pessoas livres, que não possuíam riquezas. Ou seja, a simbiose entre a construção do Estado Imperial brasileiro e a formação da classe senhorial ocorreu na medida em que a Coroa assumia “o papel de um partido, nos termos que Antônio Gramsci o propõe”.<sup>17</sup>

Diante disso, ao analisar a Coroa como um partido pressupõe-se que esta precise manejar “fissuras e divergências no interior da classe, (...) dando-lhes o tratamento de governantes e governados, dirigentes e dirigidos”<sup>18</sup>. São esses fatores que, na visão de Ilmar, permitem aos saquaremas a unificação e homogeneização de seus representantes conferindo a eles a capacidade de dirigir e dominar. Com isso, Ilmar de Mattos se distancia de José Murilo de Carvalho que vê a homogeneidade da elite política baseada na sua formação e treinamento<sup>19</sup>. Ilmar entende a classe senhorial em um conjunto mais amplo, ligado ao sistema de relações onde estão inscritas as atividades de direção.

---

<sup>14</sup> SALLES, R. **E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 46 e 47.

<sup>15</sup> MATTOS, *Op. Cit.*, p. 54.

<sup>16</sup> MATTOS, *idem*, p. 54

<sup>17</sup> MATTOS, *idem*, p. 88.

<sup>18</sup> MATTOS, *idem*, p. 88

<sup>19</sup> CARVALHO, *Op. Cit.*, pp. 21-93

Como consequência, as práticas, crenças e ideias da coroa se enraizaram em grande parte do tecido social, principalmente pela ação dos *Saquaremas* na direção do Estado. Ilmar define os saquaremas da seguinte forma:

“Por dirigentes saquaremas estamos entendendo um conjunto que engloba tanto a alta burocracia imperial [...] quanto os proprietários rurais localizados nas mais diversas regiões e nos mais distantes pontos do Império, mas que orientam suas ações pelos parâmetros fixados pelos dirigentes imperiais, além dos professores, médicos, jornalistas, literatos e demais agentes “não públicos” – um conjunto unificado tanto pela adesão aos princípios de Ordem e Civilização quanto pela ação visando a sua difusão”.<sup>20</sup>

Segundo Ricardo Salles, a vida política imperial estava permeada por uma doutrina que oscilava entre o liberal moderado e o conservador liberal e era consenso entre esses atores políticos a aceitação das regras da Carta Constitucional de 1824, coadunado ao exílio da ideia de República, até porque as críticas liberais não saíam do plano teórico, pelo menos até 1867. Desse modo, a constituição da classe senhorial resultou na expansão de um conjunto de comportamentos, modos de ser, produzir e como estilo de vida a ser seguido por outros setores da vida social. Por isso, a classe senhorial não pode ser entendida simplesmente como a expansão de alianças e interesses familiares com origem em uma região central do império.<sup>21</sup>

Em síntese, o projeto hegemônico da facção saquarema do partido conservador se consolida. A expansão desse projeto deu-se concomitantemente com a difusão do café pela província do Rio de Janeiro. Esse movimento ocorreu nas três primeiras décadas do século XIX<sup>22</sup> e teve dois eixos principais: um em direção a Serra Acima, no Vale do Paraíba; e, o segundo, e que aqui mais interessa, com origem em São Gonçalo e Itaboraí chegando a Nova Friburgo e Cantagalo. Nesta última freguesia, por exemplo, o dirigente saquarema Paulino José Soares de Souza, o visconde do Uruguai, possuía uma grande propriedade<sup>23</sup>; ou podemos citar o Barão de Nova Friburgo com suas onze propriedades e mais de 2.000 escravos.

O fato da expansão do café em direção a Cantagalo e a existência de senhores da monta de Paulino e Nova Friburgo corroboram para o argumento de que o modo de viver dos grandes senhores de terras e escravos difundiu-se pela região e promoveu a montagem de um espaço de relações escravistas de produção nos Sertões do Leste. Tal elemento influenciou, substancialmente, a atitude dos colonos suíços, que, por seus ofícios e recursos acumulados

<sup>20</sup> MATTOS, *Op. Cit.*, p. 3.

<sup>21</sup> SALLES, *E o vale... Op. Cit.*, p. 52

<sup>22</sup> Após 1830, o café se tornou no principal produto de exportação do Brasil suplantando o açúcar.

<sup>23</sup> SALLES. *Ibid*, *Ibidem*.

com a venda dos seus bens antes da viagem para o Brasil, aderiram prontamente a esse modo de vida da classe senhorial, adquirindo escravos e terras na medida de suas economias.<sup>24</sup>

Assim sendo, parto da perspectiva de Ilmar Rolhoff de Mattos de que o Estado imperial brasileiro deve ser compreendido como dimensão do poder de uma classe senhorial que em seu âmago era composta pelos grandes proprietários rurais escravistas da província fluminense. O autor, por conta de seu aparato teórico, chega a uma visão bastante diferente da de José Murilo de Carvalho acerca da influência que a agricultura escravista de exportação teve sobre a atuação política do grupo que direcionou a construção do Estado Nacional a partir da Corte.

As referências aos trabalhos de Ilmar de Mattos e José Murilo de Carvalho estão em conexão direta com a pesquisa desenvolvida nesta tese e com o debate aqui proposto. Afinal, estamos tratando da constituição de um espaço de relações escravistas de produção que estava em franca conexão com o processo de formação do Estado imperial. A região nucleava parte importante da classe senhorial oitocentista, detentora de grandes complexos cafeeiros tocados por braços escravos.

No contexto de desvalorização das análises globais de longa duração e oriundo do programa de história agrária da UFF, tributário do modo de produção escravista colonial, avaliamos as premissas do estudo elaborado por João Fragoso e Manolo Florentino na obra já consagrada *Arcaísmo como projeto*.

Nesta obra, Fragoso e Florentino estabelecem um diálogo crítico com a tradição de uma abordagem estrutural. Assim, um dos pressupostos do livro é afastar-se da concepção de “dependência” de fatores externos para o desenvolvimento da colônia. Outro objetivo, não menos essencial, é entender como em uma fase B (descendente) do 1º ciclo Kondratieff (1792-1850), no qual ocorre um estrangulamento do comércio externo, a economia colonial fluminense não acompanhou essa crise e, ao contrário, apresentou uma expansão positiva que propiciou a montagem da economia cafeeira.

A posição de Fragoso e Florentino reside no fato dos autores considerarem fundamental “apreender as articulações internas da estrutura colonial, na qual o papel decisivo do mosaico de produções não capitalistas era decisivo”<sup>25</sup>. Logo, a colônia gozava de significativa autonomia das influências externas e dois elementos foram essenciais, a oferta de mantimentos a preços

---

<sup>24</sup> ARAUJO, J. R. de. **Nova Friburgo**: a construção do mito da suíça brasileira (1910-1964). Tese (Doutorado em História): Niterói: PPGH-UFF, 2003; MARRETTO, R. M. **A escravidão velada**: a formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: PPGH-UFF, 2014.

<sup>25</sup> FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. **O Arcaísmo como Projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 225.

baixos e o tráfico transatlântico de escravos, responsáveis pela reprodução da *plantation* em momentos de crise mundial. Para os autores, esse binômio teria gerado a acumulação endógena de capital na mão dos negociantes de grosso trato fluminenses, fator que permitiu a reprodução da economia colonial independente da economia mundial e que possibilitou o financiamento das *plantations* escravistas através do ideal arcaico do *ethos* senhorial-escravista.

Segundo os pressupostos de Fragoso e Florentino, a perspectiva dos senhores fundamentava-se em reinvestir seu capital em terras e escravos, elemento que geraria um conjunto de ganhos sociais em detrimento dos ganhos econômicos. De acordo com esta visão, a base de funcionamento da economia colonial tardia estaria fundamentada na busca por ganhos sociais e não econômicos e, segundo os autores, essa prática poderia ser estendida para o Império do Brasil até 1850. Ou seja, a *plantation* cafeeira fora montada através de uma busca por nobilitação e cargos públicos e não pelos lucros gerados através da atividade agrícola ligada ao mercado internacional. Desta forma, o principal problema a ser enfrentado pelos autores era compreender a ascensão econômica cafeeira durante a fase B do ciclo Kondratiev, período em que os preços do produto estavam em baixa.

O problema apresentado por Fragoso e Florentino é resolvido através da relevância dada pelos autores ao mercado interno. De fato, o trabalho apresentado carrega como mais relevante característica a importância do mercado interno para a conformação da economia colonial tardia. Ao mesmo tempo, esse também é um dos problemas centrais das ideias elaboradas pela perspectiva apresentada; afinal, acaba invertendo o olhar do paradigma da dependência. Logo, o foco deixa de ser o mercado mundial e passa a ser o mercado interno.

Recentemente, João Fragoso publicou a parte final de sua tese de doutorado, relativa aos estudos de história agrária daquele trabalho. O livro *Barões do café e sistema agrário escravista* tem por objetivo analisar as estruturas e as hierarquias dentro do sistema agrário escravista e a forma como esse sistema se reproduz no tempo. A localidade observada é Paraíba do Sul, médio Vale do Paraíba, e sua validade como *locus* de análise reside na concentração escrava naquela vila.<sup>26</sup>

Na introdução deste trabalho, Fragoso salienta a sua “discordância” e sua “desconfiança” em relação à existência, “no atlântico do século XIX, de uma economia de grandes *plantations* escravista a um só tempo baseada no capitalismo, no Estado Nacional e em especial numa escravidão nacional<sup>27</sup>”, em outras palavras, o autor refere-se à segunda

---

<sup>26</sup> FRAGOSO, J. **Barões do café e sistema agrário escravista**: Paraíba do Sul, Rio de Janeiro (1830-1888). Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, p. 11.

<sup>27</sup> *Idem.* p. 18.

escravidão, perspectiva que veremos mais adiante. Ao longo de seu trabalho, o autor apresenta o argumento de que o sistema agrário gozava de alguma autonomia em relação ao mercado internacional.

Além de Fragoso, Sheila de Castro Faria<sup>28</sup> tece críticas à perspectiva da segunda escravidão, apontando que os pesquisadores relacionados à história do café no século XIX tomam um enfoque mais teórico que empírico. Os trabalhos empíricos ligados à segunda escravidão são vastos. Podemos apontar, apenas como exemplo, o trabalho de Breno Moreno para a localidade de Bananal. Thiago Lourenço também tem abordado empiricamente a questão do complexo cafeeiro da família Breves<sup>29</sup>. Para esta questão da empiria, contribuimos com dois artigos relacionados a Cantagalo e Nova Friburgo e ao Barão de Nova Friburgo<sup>30</sup>. Além dos inúmeros trabalhos de Rafael de Bivar Marquese, Ricardo Salles e Mariana Muaze.<sup>31</sup>

Portanto, na obra de Fragoso e no texto de Faria, os processos conjunturais como a formação do Estado Nacional, a intensificação do tráfico de escravos no XIX e as relações entre cafeicultura e mercado externo simplesmente foram ignoradas. Criticamos esta postura adotada pelos autores partindo do pressuposto de que, independentemente do quão microscópico seja uma investigação, a mesma deve sempre ter como princípio a percepção do quadro geral em que está inserida. Trocando em miúdos, estamos nos referindo à alternância de escalas, ao

---

<sup>28</sup> FARIA, S. D. C. Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX). **ANAIS DO MUSEU PAULISTA**, São Paulo, Nova Série, v. 26, pp. 1-42, 2018.

<sup>29</sup> MORENO, B. A. S. A formação da cafeicultura em Bananal, 1790-1830. In: IN: MUAZE, M.; SALLES, R. (Orgs.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015. p. 328-350; PESSOA, T. C. As dimensões do complexo cafeeiro: tráfico ilegal de africanos e segunda escravidão ao sul da antiga província do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, G. S.; CAMPOS, A. P. (Org.). **História sobre o Brasil no oitocentos**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2016. p. 189-208.

<sup>30</sup> MARRETTO, R. M. Os Sertões do Leste da Província Fluminense: Cantagalo e Nova Friburgo sob o impacto da segunda escravidão (1820-1872). **Territórios e Fronteiras (UFMT. Online)**, Cuiabá, v. 10, p. 67-91, 2017; MARRETTO, R. M. O BARÃO DE NOVA FRIBURGO E A FORMAÇÃO DA FAZENDA ALDEIA: SOCIABILIDADES E AMPLIAÇÃO DO COMPLEXO CAFEIEIRO. 1849-1874. **TEMPOS HISTÓRICOS (EDUNIOESTE)**, v. 22, p. 175-201, 2018. **TEMPOS HISTÓRICOS (EDUNIOESTE)**, Marechal Cândido Rondon – Paraná, v. 22, p. 175-201, 2018.

<sup>31</sup> MARQUESE, R. D. B. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. **Anais do Museu Paulista (Impresso)**, São Paulo, v. 13, n.2, p. 165-188, jul-dez 2005. MARQUESE, R. D. B. Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das plantations escravistas americanas no século XIX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 14, p. 11-57, n. 1, junho 2006. MARQUESE, R.; TOMICH, D. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: MUAZE, M.; SALLES, R. (Org.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. p. 21-56. SALLES, R. **E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. SALLES, R.; MUAZE, M. Família escrava em impérios agrários. O caso da fazenda Guaribú. **ACERVO: REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL**, v. 30, 2017. p. 34-51.



diálogo entre o macro e o micro, entre o global e o local, presentes nas abordagens de micro-história.<sup>32</sup>

Outra crítica muito pertinente ao trabalho de Fragoso e Florentino foi elaborada por Mariutti, Noguieról e Neto. Os três autores, a partir de métodos econométricos e utilizando as mesmas fontes, chegaram à conclusão de que Fragoso e Florentino não poderiam afirmar que o país possuía autonomia em seus ritmos, destacando que o preço do açúcar e do café estava sujeito aos acontecimentos estrangeiros. Além disso, os autores apontam como um grave erro a generalização dos resultados a partir da praça comercial do Rio de Janeiro, *locus* privilegiado de análise.<sup>33</sup>

Além destas críticas a respeito da abordagem de Fragoso, outro aspecto que podemos abordar criticamente são os aspectos teóricos e metodológicos empregados pelo autor. Teoricamente, Fragoso opera com a noção de sociedade pré-capitalista e outras variáveis dessa perspectiva (pré-industrial; mercado pré-capitalista; agricultura pré-capitalista), mas também usa o conceito não capitalista. Diante disso, torna-se necessário salientar a diferença atroz entre as categorias pré-capitalista e não capitalista, afinal

“(…) existe uma diferença abissal entre os conceitos de “sociedade pré-capitalista” e “sociedade não capitalista”. O prefixo “pré” significa anterioridade e um momento de transição entre uma sociedade, digamos, colonial, e outra capitalista. Já afirmar uma sociedade “não capitalista” significa conceber outro sistema ou modo de produção.<sup>34</sup>

Para Fragoso, o sistema agrário se caracterizava como uma “agricultura pré-capitalista altamente especializada, cuja reprodução, tanto no que concerne à geração de suas rendas como o seu abastecimento, passa pelo mercado”<sup>35</sup>. Vale frisar que o autor está se referindo ao mercado interno e à reiteração/reprodução do sistema agrário.

Na leitura de Ricardo Salles e Rafael Marquese, a crítica se estabelece principalmente no fato de que a queda do preço do café foi fruto do sucesso do produto brasileiro no mercado

<sup>32</sup> BARROS, J. D. Sobre a feitura da Micro-História. **OPSIS (UFG)**, v. 2, p. 46-64, 2007. GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 143-180.

<sup>33</sup> MARIUTTI, E. B.; NOGUERÓL, L. P.; NETTO, M. D. Mercado interno colonial e grau de autonomia: críticas às propostas de João Luiz Fragoso e Manolo Florentino. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 369-393, 2001. Um debate a respeito do grau de autonomia do mercado interno colonial e uma outra perspectiva pode ser encontrada em: GIL, T. PESAVENTO, F. **Conversa de surdos: breve subsídio para o debate sobre a autonomia do mercado interno colonial**. VI JORNADA SETECENTISTA. Curitiba: 2005. p. 250-261.

<sup>34</sup> SANTOS, M. A.; MORENO, B. A. S. A formação da economia cafeeira do vale do Paraíba. **TOPOI (ONLINE): REVISTA DE HISTÓRIA**, v. 18, p. 196-201, 2017. Fundamental observar a crítica elaborada por Marco Aurélio dos Santos e Breno Aparecido Servidone Moreno, principalmente com relação à perspectiva teórica de Fragoso. João Fragoso escreveu uma carta para a dita Revista, queixando-se da resenha dos autores citados. Cf. FRAGOSO, J. L. R. Carta do Professor João Fragoso para o Comitê Editorial da Topoi. **Revista de História**, Volume 18, nº 35, maio-agosto de 2017, pp. 457-459.

<sup>35</sup> FRAGOSO, *Op. Cit.*, p. 46.

internacional, dinamizado pela expansão capitalista. Assim, foi a produção brasileira de café que derrubou o preço destas commodities no mercado internacional e não um ciclo Kondratieff, como especulam Fragoso e Florentino.

Neste contexto, não devemos desprezar o café cantagalense, não o fazemos apenas pela sua qualidade, mas também pelas indicações da produtividade cafeeira na vila. Taunay afirma que, em Cantagalo, os cafezais de 10 a 20 anos atingiam a produção de 60 arrobas e os que estavam entre os 20 e os 30 anos produziam somente 35<sup>36</sup>. De fato, a produtividade de Campinas neste mesmo período parece ser bem maior, com cafezais mais jovens gerando mais arrobas<sup>37</sup>. No entanto, consideramos que a produtividade cantagalense não deve ser desconsiderada.

Ainda no sentido da crítica estabelecida por Salles e Marquese<sup>38</sup>, as origens do modo de vida senhorial escravista não devem ser buscadas no arcaísmo, mas nas novas condições do mercado internacional durante o estabelecimento do capitalismo. Além dessa premissa de avaliação do modo de vida senhorial, torna-se fundamental perceber a reconfiguração e a inserção dessa economia no palco das relações mundiais e, fundamentalmente, na renovação da escravidão e o papel dela neste cenário. Ademais, é preciso considerar o movimento de expansão do mercado impulsionado pelo desenvolvimento do capitalismo no longo século XIX.

Portanto, ao endossarmos as perspectivas elaboradas por Salles e Marquese, torna-se fundamental dar um passo atrás e identificar as elaborações do “pai” da ideia, Dale Tomich. Tomich elaborou o conceito de *segunda escravidão*. Tal conceito se refere, justamente, à intensificação e à difusão da escravidão atlântica ligadas ao mundo industrial, à criação dos Estados nacionais e à produção de *commodities* em três espaços específicos da América: a República Norte-americana, o Império do Brasil e Cuba (Império espanhol), produzindo, respectivamente, algodão, café e açúcar para o mercado mundial<sup>39</sup>. Tomich caracterizou a segunda escravidão como elemento dinamizador do capitalismo, das novas áreas de produção voltadas ao mercado mundial, do tráfico transatlântico de escravos e de uma nova divisão do trabalho<sup>40</sup>. Dessa forma, o autor passa a analisar as áreas de segunda escravidão como intrinsecamente conectadas ao desenvolvimento do capitalismo mundial. Tomich afirma que a escravidão “revela a constante assimetria, desigualdade e tensão entre histórias locais

---

<sup>36</sup>TAUNAY, A. D. **Pequena história do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013, p. 151.

<sup>37</sup>*Idem*.

<sup>38</sup>MARQUESE, R.; SALLES, R. (Org.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

<sup>39</sup>TOMICH, D. **Pelo Prisma da Escravidão. Trabalho, Capital e Economia Mundial**. São Paulo: Edusp, 2011.

<sup>40</sup>TOMICH, D. & Z. M. The Second Slavery: Mass Slavery, World-Economy, and Comparative Microhistories. **Review (Fernand Braudel Center)**, Vol. 31, No2, 2008.p. 91-100. p. 91.

particulares e os diversos, porém unificados, ritmos temporais e tensões espaciais dos processos econômicos mundiais”.<sup>41</sup>

Um dos aspectos positivos da proposta de Tomich é a abertura de mais um espaço de crítica à noção de que os investimentos dos senhores de terras e escravos corresponderiam a um ideal arcaico de sociedade. Este viés de interpretação identificava entre os senhores de terras e escravos a busca de ganhos sociais em detrimento dos econômicos, afirmando que o ideal arcaico configurava o modo de vida senhorial escravista<sup>42</sup>. Segundo Salles e Marquese, as raízes do modo de vida senhorial devem ser buscadas não no ideal arcaico de uma economia colonial tardia, mas na reconfiguração e inserção dessa economia, na renovação da escravidão e no movimento de expansão do mercado no bojo do desenvolvimento do capitalismo ao longo do século XIX.<sup>43</sup>

Diante do exposto, o estudo que apresentamos objetiva analisar uma vila da banda oriental do Vale do Paraíba, mas sem perder o vínculo entre o global e o local. A relação entre as escalas macro e micro está prevista nas formulações de Tomich quando afirma: “podemos então reconstruir teoricamente o desenvolvimento histórico de regimes escravistas particulares, locais, como resultados de processos econômicos mundiais”<sup>44</sup>. Com isso, fundamentamos a abordagem de um regime escravista local, formado entre finais do século XVIII e a primeira metade do XIX, mas que respondia e que se ligava às transformações do mercado mundial.

O quadro que descrevemos se refere ao caso de Cantagalo; afinal, a partir da década de 1840, a vila passa a figurar como um dos maiores produtores de café do Vale do Paraíba e a comportar uma volumosa quantidade de escravos oriundos do tráfico legal, ilegal e interno. No bojo do desenvolvimento escravista e cafeeiro de Cantagalo, não se pode esquecer a vila de Nova Friburgo também impactada pelo binômio Café e escravidão. Esses dois espaços de relações de produção escravistas encontram-se no cerne das novas áreas caracterizadas pela

---

<sup>41</sup> TOMICH, *Pelo o prisma da escravidão...* *Op. Cit.*, p. 52.

<sup>42</sup> FRAGOSO e FLORENTINO, *Op. Cit.*

<sup>43</sup> MARQUESE, R. B.; SALLES, R. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. In: MARQUESE, R. B.; SALLES, R. (Org. ). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX. Cuba, Brasil e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 99-161, p. 117. Para críticas mais contundentes ao modelo de Fragoso e Florentino ver: MARQUESE, R. D. B. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. **Revista de História**, São Paulo, nº 169, jul.-dez./2013, pp. 223-253. Em trabalho recente sobre os empreendedores da Revolução industrial, Joel Mokir denominou os agentes inovadores da Grã-Bretanha do final do século XVIII até 1850 de empreendedor-cavaleiresco, face à cultura de negócios cavaleiresca, ainda predominante na nação da Revolução Industrial. MOKIR, J. O Empreendedorismo e a Revolução Industrial na Grã Bretanha. In: LANDES, D.; MOCKIR, J.; BAUMOL, W. **A Origem das Corporações: uma visão histórica do empreendedorismo da Mesopotâmia aos dias atuais**. Tradução de Donaldson Garschagen. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. pp. 209-240.

<sup>44</sup> TOMICH, *Pelo prisma da escravidão...* *Op. Cit.*, p. 51.

segunda escravidão. Na sessão seguinte passamos a abordar mais de perto o desenvolvimento desses espaços.

### III

Este trabalho está dividido em duas partes. Na primeira, analisamos a formação, o desenvolvimento e as estruturas das vilas de Cantagalo e Nova Friburgo. Na segunda, abordamos a trajetória econômica e social do Barão de Nova Friburgo, tentando captar as formas de acumulação e reprodução de sua riqueza ao longo do século XIX. As duas partes juntas buscam responder a um só tempo como a área oriental do Vale do Paraíba desenvolveu-se conectada ao café e à escravidão e como uma megafortuna oitocentista se formou calcada no café e na escravidão, apesar de ter ampliado o leque de opções investindo em ações, prédios urbanos, estrada de ferro e, principalmente, na capacidade multiplicadora da Casa Comissária Friburgo & Filhos.

Assim, o primeiro capítulo – *A Formação de Cantagalo e Nova Friburgo: o desenvolvimento da cafeicultura escravista na área Oriental do Vale do Paraíba* – analisa as íntimas relações entre Cantagalo e Nova Friburgo na formação e expansão da lavoura cafeeira, demonstrando como um duplo padrão de produção complementar contribuiu para tornar Cantagalo o centro da produção cafeeira dos “Sertões do Leste” e para apresentar o seu período mais radiante.

O segundo capítulo – *A acumulação e a concentração da propriedade escrava na Vila De Cantagalo* – apresenta, a partir dos inventários *post-mortem*, um padrão de posse de escravos para a vila de Cantagalo ao longo do século XIX. Analisamos, também a partir dos inventários, as relações entre escravos africanos e crioulos e as questões de gênero para a região de Cantagalo. Tal esforço visa compreender a transferência de um importante volume de escravos para as mãos dos grandes e dos megaproprietários de escravos. Por fim, trabalhamos apenas com a camada dos megaproprietários buscando compreender as estratégias e a composição da riqueza desses indivíduos.

A segunda parte da tese, composta de cinco capítulos, tem como objetivo abordar a trajetória socioeconômica do Barão de Nova Friburgo. Desta forma, começamos analisando sua trajetória de vida, sua ascensão econômica e sua distinção social para depois avaliarmos os bens contidos no inventário do personagem e compreendermos como se deu a partilha desses bens. Este último aspecto, a partilha de bens, nos levou a identificar a formação dos complexos

cafeeiros como unidades limítrofes, que, entre Cantagalo e Nova Friburgo, se complementavam.

Partindo para o capítulo quatro – *A formação do complexo agrário-cafeeiro* – e tendo em mente que o inventário capta apenas o momento da morte do indivíduo, buscamos dinamizar este documento tentando reconstruir as propriedades entre Cantagalo e Nova Friburgo. Utilizamos, principalmente, documentos cartoriais nessa reconstrução. Esses documentos ajudaram na dinamização do inventário, possibilitando a reconstrução do percurso das unidades produtivas do Barão de Nova Friburgo.

Os dois capítulos subsequentes abordam a questão da escravidão na história do Barão de Nova Friburgo. Iniciamos com o tráfico internacional de escravos e com o tráfico dentro do território nacional para posteriormente avaliarmos a demografia escrava nas fazendas de Cantagalo e Nova Friburgo. Avaliamos ainda a produtividade desses escravos, a possibilidade de reprodução natural das escravarias e o controle desse volumoso contingente humano escravizado e sob as ordens do Barão. Trabalhamos, também, com as escravarias dentro dos três principais complexos de fazendas do Barão: Santa Rita, Gavião e Nova Friburgo.

O último capítulo da tese – *A Barão de Nova Friburgo & Filhos: o centro dinâmico da agricultura escravista* – analisa as origens da Casa Comissária do Barão de Nova Friburgo e reúne documentos cartoriais e o balancete da casa comissária para o ano de 1862. A análise dessa documentação permitiu perceber como a casa comissária funcionava como uma instância financiadora da lavoura cafeeira no interior da província fluminense e como também se financiava com as casas bancárias da Praça do Rio de Janeiro. A Friburgo & Filhos foi um dos elementos dinâmicos na comercialização do café dos complexos de fazendas do Barão e seu efeito multiplicador contribuiu para a acumulação de uma das maiores fortunas do século XIX.

## Capítulo I: A Formação de Cantagalo e Nova Friburgo: o desenvolvimento da cafeicultura escravista na área oriental do Vale do Paraíba.

### 1.1. Introdução

O primeiro capítulo desta tese visa a compreender a formação e o desenvolvimento das vilas de Cantagalo e Nova Friburgo entre os anos de 1814 e 1880. Tal investigação é essencial para avaliarmos as estruturas das vilas em torno das quais o Barão de Nova Friburgo construiu sua riqueza. A região<sup>45</sup> que compreendia as vilas de Cantagalo e Nova Friburgo foi formada no final do século XVIII e no início do XIX; primeiro, com um fluxo de migrantes em busca de ouro para o que viria a ser Cantagalo; e, posteriormente, com a migração suíça que deu origem a vila de Nova Friburgo. Investigamos aqui as raízes escravistas da região e seu envolvimento direto com a produção cafeeira a partir da década de 10 do XIX.

A produção cafeeira na região de Cantagalo e Nova Friburgo passou por, pelo menos, quatro fases distintas: a formação, a expansão, o auge e o período de grandeza, acompanhando, guardadas as devidas peculiaridades, as vicissitudes do mercado cafeeiro internacional e as condições internas de produção. De fato, percebe-se que os três primeiros períodos são concomitantes aos do restante do Vale do Paraíba, mas o momento de grandeza do café em Cantagalo parece ser mais duradouro do que em outras áreas. Percebemos, por exemplo, que, mesmo ante o fim definitivo da escravidão em 1888, a produção cafeeira em Cantagalo permanece constante e adentra a primeira fase do Brasil republicano.

Os períodos da economia cafeeira nas vilas de Cantagalo e Nova Friburgo relacionam-se às idas e vindas da escravidão no quadro nacional. Tendo em vista esta perspectiva, identificamos quatro momentos essenciais, a montagem (1809-1830), a expansão (1831-1850), o momento de auge (1851-1870) e o período de grandeza (1871-1880)<sup>46</sup>. Acreditamos que, para abordar o período de crise da cafeicultura cantagalense, precisamos estender o escopo temporal até a década de 80 do século XIX e nos valer de outros conjuntos documentais somados ao aparato metodológico que dessem conta do fenômeno.

---

<sup>45</sup> A respeito do conceito de região Cf. BARROS, J. D. História, espaço e tempo: interações necessárias. **Varia história**, Belo Horizonte, pp. 460-475, v. 22, n° 36, dez./2006.

<sup>46</sup> O primeiro a indicar que o período entre 1871 e 1880 não se caracterizou pela crise da cafeicultura na Província fluminense, mas sim por um período de grandeza, foi Robert Slenes. Cf. SLENES, R. W. Grandeza ou decadência? o mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: DEL NERO, I. (Org.). **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE-USP, 1986. pp. 103-155. Também gostaríamos de destacar que o período de grandeza prenuncia uma iminente crise da agricultura cafeeira. O período de crise, que não faz parte desse estudo, inicia-se, segundo nossas observações, a partir da década de 1880. Entretanto, esse aspecto precisa ser abordado minuciosamente para que a informação se confirme e para que se estabeleça as dinâmicas relacionadas à crise. Ver: MARQUESE, R. D. de B. Capitalismo, Escravidão e a Economia Cafeeira do Brasil no longo século XIX. **Saeculum (UFPB)**, v. 29, pp. 289-321, 2013.

Assim temos que, entre os anos de 1809 e 1830, a agricultura instalou-se e a cafeicultura, principalmente a partir de 1819, teve início nas terras de Cantagalo. A primeira data refere-se à constatação feita por um agente da Coroa de que o ouro na região de Cantagalo tinha se esgotado<sup>47</sup>. Já o segundo período, refere-se à primeira lei que deu fim formal ao tráfico de escravos africanos para o Brasil, conhecida como “lei para inglês ver”<sup>48</sup>. Tal lei, que foi bem efetiva na diminuição do embarque de escravos para o Brasil, preocupou não só os cafeicultores que acabavam de empregar seus capitais na montagem das fazendas da região. Todavia, os cafeicultores e apoiadores a abertura ao tráfico ilegal se regozijaram com a retomada em escala e intensidade nunca antes vistas do trato de africanos para o Brasil.

A segunda fase da cafeicultura da vila de Cantagalo (1831-1850) refere-se ao seu período de expansão. Taunay localiza o arranque da cafeicultura em Cantagalo exatamente na década de 1840: “A chamada zona de Cantagalo começou a ser invadida pela rubiácea, real e largamente, passado o ano de 1840<sup>49</sup>”. Tal período durou até 1850 e refere-se à expansão da escravidão no Brasil e, principalmente, no Centro-Sul<sup>50</sup>. Trata-se do momento de consolidação da produção cafeeira; é também o período de fim definitivo do tráfico. Tal impacto reverberou em Cantagalo e o aumento do número de cativos impactou a produtividade nas unidades agrícolas da região. Para este período, temos dados do Presidente de Província indicando que a população da vila de Cantagalo, em 1850, era composta por 6.898 livres e 9.957 escravos, respectivamente 40,93% e 59,07% dos residentes da vila<sup>51</sup>. Os números demonstram que, exatamente no período tratado, a população se constituía de quase 60% de cativos.

O momento que vai de 1851 a 1870 comporta o que se pode definir como período de auge da cafeicultura cantagalense. O fim definitivo do tráfico de escravos desencadeou dois processos essenciais para a compreensão do período. O primeiro identificado por Hebe Mattos

---

<sup>47</sup> MAWE, J. **Viagens ao Interior do Brasil Principalmente aos Distritos do Ouro e dos Diamantes**. Rio de Janeiro: Zelio Valverd, 1944.

<sup>48</sup> A respeito da lei de 1831 cf. CONRAD, R. E. **Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil**. Tradução de Elvira Serápicos. São Paulo: Brasiliense, 1985; TAVARES, L. H. D. T. **Comércio proibido de escravos**. São Paulo: Ática, 1988; BETHELL, L. **A abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869**. Tradução de Luís A. P. Souto Maior. Brasília: Senado Federal, 2002; MAMIGONIAN, B. E.; GRIMBERG, K. (Orgs.). "Dossiê – 'Para inglês ver?' Revisitando a Lei de 1831." **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 29, n° 1/2/3, jan/dez 2007, pp.87-340; PARRON, T. **A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

<sup>49</sup> TAUNAY, A. D. **Pequena história do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013, p. 97. É o arranque tardio que faz a região de Cantagalo ter um ritmo independente do restante da cafeicultura do Vale do Paraíba.

<sup>50</sup> MATTOS, *Op. Cit.*; PARRON, T. **A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

<sup>51</sup> Relatório da presidência da Província do Rio de Janeiro, 1856. *Apud*: SALLES, R. **E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 185.

como crioulização das escravarias<sup>52</sup> e o segundo que trata do processo de concentração da propriedade escrava na mão dos grandes e megaproprietários de escravos da vila de Cantagalo. Esse período também se caracteriza pela grandiosidade da produção cafeeira.

Na última fase, período de grandeza da cafeicultura cantagalense, compreendida entre os anos de 1871 a 1880, vimos a estabilidade das fazendas e das escravarias. Caracterizado pelo contínuo crescimento do número de escravos, esse período é também identificado como o de grande produção e exploração do trabalho, onde as forças produtivas localizadas na vila de Cantagalo estavam plenamente desenvolvidas<sup>53</sup>. Somado a esses fatores, temos a chegada da ferrovia que agiliza a exploração dos recursos florestais finais.

As bases documentais que sustentam este capítulo constituem-se de relatórios do Presidente de Província, periódicos, relatos de viajantes, dados cartoriais, inventários e trabalhos de memorialistas e historiadores que abordam a região em estudo. A análise desse conjunto de documentos, portanto, permite entender as estruturas onde foi gestada a fortuna do Barão de Nova Friburgo. O principal eixo para a análise proposta é o diálogo com a historiografia nacional, levando em conta a formação do Estado Nacional brasileiro e da classe senhorial como eventos que influenciaram profundamente o estabelecimento da cafeicultura na região.

Diante do exposto, levantamos algumas questões fulcrais que serão respondidas ao final do capítulo: Quais as estruturas populacionais (livres e escravos) formaram a região ao longo do período estudado? Como elas variaram no tempo? Qual a importância da escravidão para a constituição das vilas citadas? Por quais transformações estruturais as vilas passaram entre 1820 e 1880? Tais questões servirão de guia para o desenvolvimento da ideia de um ordenamento do espaço de relações de produção escravistas nos Sertões de Leste – o que reforça nosso objeto de pesquisa: a formação da riqueza material do Barão de Nova Friburgo.

---

<sup>52</sup> MATTOS, H. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX). 3ª ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

<sup>53</sup> Torna-se necessário considerar que muitas fazendas desse período já tinham praticamente esgotado o seu estoque de matas e que esse fator é essencial para identificar as raízes da crise da cafeicultura. Esse é o caso, por exemplo, do barão do Carmo, que, no fechamento de seu inventário em 1878, possuía a fazenda Boa Vista, de 400 alqueires, com apenas 80 alqueires em matas, o que representava apenas 20% das terras. Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo, Barão do Carmo - 1878. Por outro lado, é possível encontrar proprietários que ainda possuíam grande quantidade de terras em matas, como os descendentes do Barão de Nova Friburgo, que, na fazenda Areias, tinham 66,67% (1.000 alqueires) das terras disponíveis para a ampliação da lavoura cafeeira, segundo relatório de Luiz Caminhoá. *O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria*. Terça-feira, 20 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2. Sobre o período de Crise da cafeicultura, conferir a crítica de Marquese ao trabalho de Slenes: MARQUESE, R. de B. *Capitalismo, Escravidão e a Economia Cafeeira do Brasil no longo século XIX. Saeculum (UFPB)*, v. 29, pp. 289-321, 2013.



## 1.2. Cantagalo e Nova Friburgo: elos de formação, anelos da expansão cafeeira<sup>54</sup>

O passado mais remoto a respeito dos Sertões do Leste da Província do Rio de Janeiro informa a presença de tribos de índios Coroados e Goytacazes na região. Pouco se sabe sobre esses indígenas, mas o que podemos afirmar é que, a partir dos anos 80 do século XVIII, se iniciou um trânsito de migrantes do sul da Capitania de Minas Gerais, que atravessaram o Rio Paraíba e que foram se estabelecer nos seus afluentes: Negro, Grande e Macuco. O objetivo desses indivíduos estava ligado à exploração clandestina do ouro e, por conta desse movimento, criou-se naquela região o primeiro arraial ligado aos faiscadores clandestinos.

Todavia, devemos nos perguntar por que uma região tão próxima ao centro administrativo da colônia permaneceu intocada até o século XVIII. Muitos autores podem argumentar a partir de fatores naturais, como a densa floresta ou a topografia do lugar. Argumentamos que, principalmente, após a descoberta do ouro e do diamante nas regiões mineiras, o governo português decidiu bloquear os “Sertões do Leste” devido à possibilidade de realizar-se naquela região um tráfico que fugiria ao controle e facilitaria o extravio do ouro e a cobrança dos impostos auríferos. Por isso, o Vice-Rei, o Conde da Cunha, deliberou que a região fosse abandonada em 1765. Todavia, em 1767, mandou seu assistente, Manoel Vieira Leão<sup>55</sup>, elaborar uma carta geográfica, na qual o autor classificava a região como “Certão Ocupado por Índios Brabos” – Imagem 1. Tais fatores fizeram a colonização “retroceder” e, além disso, o Conde ordenou que as estruturas (casas e lavouras) fossem destruídas.<sup>56</sup>

---

<sup>54</sup> A partir deste ponto, trabalharemos também com um conjunto de dados e informações referentes à vila de Cantagalo reunido por pesquisadores da região. O maior problema desta abordagem está em não termos acesso à totalidade dos documentos utilizados por esses pesquisadores. Apesar da falta de rigor acadêmico para citar a origem das fontes utilizadas, nos apoiamos nas informações de Clélio Erthal e Acácio Dias Ferreira pela profundidade factual com que ambos abordam a formação e o desenvolvimento de Cantagalo.

<sup>55</sup> A respeito de Manoel Vieira da Cunha cf. GUTIERREZ, E. J. B. Manoel Vieira Leão (1727-1803): um estudante de arquitetura militar na construção do Sul do Novo Mundo. **Anais do XV Encontro Nacional sobre o Ensino de Arquitetura e Urbanismo**, Campo Grande, MS, 22 a 26 de novembro de 1998, pp. 39-47.

<sup>56</sup> ERTHAL, C. **Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café**. Niterói: Nitpress, 2008, pp. 21-22. A respeito do Vice-reinado de D. Antônio Álvares da Cunha, Conde da Cunha, 9º vice-rei do Brasil, de 1763 a 1767, e da preocupação com as ocupações dos Sertões do Estado do Brasil cf. GONÇALVES, I. G. **A Sombra e a penumbra: o Vice-reinado do Conde da Cunha e as relações entre o centro e periferia no Império Português (1763-1767)**. Dissertação (Mestrado em História): Niterói: PPGH-UFF, 2010.

Imagem 1.1: “Certão ocupado por índios bravos”, 1767.



Fonte: “Certão ocupado por índios bravos”. Manoel Vieira Leão. Cartas Topográficas da Capitania do Rio de Janeiro mandadas tirar pelo Ill<sup>o</sup> e Ex<sup>o</sup> Sr. Conde da Cunha Capitam General e Vice Rey do Estado do Brazil. 1767. p. 4, 14, 15. Acervo: Fundação Biblioteca Nacional.

Os sertões do Rio Macacu foram invadidos por indivíduos vindos da baixada fluminense e de Santo Antônio de Sá, desde os anos 1730<sup>57</sup>. Mas, apenas em 1763, foi concedida pela metrópole uma licença para exploração aurífera – tal benefício foi dado a Maurício José Portugal. Não muito tempo depois, sua licença fora caçada e o explorador teve que se afastar, o que deixou as brenhas daqueles sertões despovoadas. Durante o processo de expulsão de Maurício Portugal, foram descobertos outros mineradores, residindo ali na condição de clandestinos. Entre os exploradores ilegais, dois frades carmelitas, Frei Vicente Ferreira e Frei Custódio São Luiz, que “andavam minerando pelos Sertões do Macacu” e que foram presos e enviados a Lisboa acusados de mineração ilegal<sup>58</sup>.

As tentativas de impedir futuras invasões eram ilusórias, pois a área era muito extensa, mal vigiada e povoada por índios. De qualquer maneira, os sertões passaram a ser vigiados a partir de 1779 quando o Vice-Rei Luiz de Vasconcelos e Souza<sup>59</sup> mandou guardas para vigiar a região, àquela época proibida. Fechado o caminho que se iniciava em Santo Antônio de Sá e que buscava alcançar a serra da Boa Vista, as poucas possibilidades de ingresso na região ficaram por conta de salteadores vindos do sul de Minas, que, naquele momento, se infiltravam pelas matas e aportavam as margens do rio Macacu em busca de ouro.<sup>60</sup>

Quando nos referimos a esses primeiros povoadores vindos de Minas, estamos dirigindo nossos olhares ao bando de Manoel Henriques – o Mão de Luva, português de nascimento e pioneiro na extração de ouro daquelas terras. Os primeiros povoadores adentraram a região pelo Porto Velho do Cunha (atual município do Carmo), subiram um dos afluentes do Rio Paraíba e, quando verificaram ouro em quantidade razoável, fixaram-se na terra e passaram a explorar os garimpos de aluvião no entorno daqueles rios. O sucesso dessa empreitada logo se espalhou pela Capitania de Minas Gerais e, em pouco tempo, mais aventureiros se deslocaram para a região<sup>61</sup>. Esse primeiro fluxo dispersivo de população pelos Sertões do Leste estava “de baixo da direção de um Manoel Henriques, vulgarmente conhecido pelo Mão de Luva, que sendo um

---

<sup>57</sup> CARDOSO, V. M. **Fazenda do Colégio**: família, fortuna e escravismo no vale do Macacu no século XIX. Dissertação (Mestrado em História): Niterói, PPGH-UNIVERSO, 2009.

<sup>58</sup> Ofício do Vice-Rei do Estado do Brasil, Conde da Cunha ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. (Arquivo Histórico Ultramarino – Rio de Janeiro, Cx. 83, doc. 13). 9 de novembro de 1765.

<sup>59</sup> D. Luis de Vasconcelos e Sousa, 4º Conde de Figueiró, foi o décimo segundo Vice-Rei do Estado do Brasil no período de 1779 e 1790.

<sup>60</sup> ERTHAL, *Op. Cit.*, p. 38-39.

<sup>61</sup> ERTHAL, *Op. Cit.*, p. 44-45.

dos primeiros descobridores das referidas Minas, se faz chefe daquela tão escandalosa Corporação<sup>62</sup>”.

Sabe-se que esses primeiros contrabandistas nunca perderam contato com suas localidades de origem, primeiro, pois precisavam das provisões alimentícias e de ferramentas, escravos e vestimentas, e, depois, porque precisavam escoar o produto das lavras. O ofício do secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, Martinho de Melo Castro<sup>63</sup>, ao Vice-Rei D. Luiz de Vasconcellos, datado de oito de fevereiro de 1785, informava que:

“vem os mesmos extraviadores buscar escravatura e mantimentos no Distrito de Minas Gerais, que levam, como ultimamente praticaram, em trinta e cinco bestas de carga conduzidas por diferentes comboieiros como eles mesmo depuseram (...) e que logo que chegaram a um certo lugar lhes saíra ao encontro o comandante, o principal cabeça Mão de Luva e o fizera descarregar o que levavam, sem permitir que se adiantassem mais<sup>64</sup>”

É certo que muitos indivíduos e até autoridades mantiveram contatos e intrínsecas relações com os conquistadores daquelas terras. Cumpriam papéis de mensageiros e facilitavam o transporte das remessas de ouro clandestino.

Desde 1781, no governo de D. Luiz de Vasconcellos e Souza, corriam boatos em Santo Antônio de Sá de que os Sertões estavam povoados e que esse povoamento se desenvolvia ligado à extração clandestina de ouro<sup>65</sup>. Tais informações levaram o governador da Capitania a proteger as entradas da serra, deslocando, para isso, tropas auxiliares para aquelas paragens, além de comunicar o fato a Lisboa. A convicção de que a área seria invadida só veio em 1784, quando o Vice-Rei recebe a carta do governador da Capitania de Minas Gerais, Luís da Cunha Menezes<sup>66</sup>, que comunicava as suas investidas à região, comprovando a invasão da região e

---

<sup>62</sup> Ofício do Vice-Rei do Estado do Brasil, Conde da Cunha ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. (Arquivo Histórico Ultramarino – Rio de Janeiro, Cx. 134, doc. 10). 28 de agosto de 1784.

<sup>63</sup> Martinho de Melo e Castro foi secretário de Estado da Marinha e do Ultramar entre 1770 e 1795.

<sup>64</sup> Ofício do Secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo Castro ao Vice-Rei do Estado do Brasil, Luís de Vasconcelos e Souza. (Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro-Caixa 135, docs. 8, 4, 5.) - 8 de Janeiro de 1785. A respeito do “Mão de Luva” e outros contrabandistas da Mantiqueira cf. CONDE, G. R. **Os Descaminhos dos Reais Direitos: O Contrabando na Capitania do Rio de Janeiro (1770-1775)**. Dissertação (Mestrado em História): São Paulo: FFLCH-USP, 1997. SOUZA, R. L. de. **“Mão de Luva” e “Montanha”:** Bandoleiros e salteadores nos caminhos de Minas Gerais no século XVIII (Matas Gerais da Mantiqueira: 1755-1786). Dissertação (Mestrado em História, Cultura e Poder): Juiz de Fora: PPGH-UFJF, 2008.

<sup>65</sup> Ofício do Vice-Rei do Estado do Brasil, Luís de Vasconcelos e Sousa ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo Castro. (Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro-Caixa 127, doc. 15) 25 de agosto de 1781.

<sup>66</sup> Luís da Cunha Menezes foi governador da Capitania de Minas Gerais entre 1783-1788. Antes, tinha sido governador da Capitania de Goiás entre 1778-1783.

confirmando que havia um arraial extrator de ouro clandestino nos Sertões do Leste. Ao ser comunicada, a metrópole não titubeou e mandou reprimir, ocupar o arraial e prender o chefe.<sup>67</sup>

Para dar conta de capturar os líderes do arraial clandestino, o governador de Minas Gerais designou milícias, enquanto a Capitania do Rio de Janeiro ficou apenas de guarda para impedir a fuga dos salteadores. Não obstante, o governador de Minas Gerais procrastinava uma solução mais enérgica e tentava conquistar o arraial aproximando-se dos bandoleiros e preparando-lhes uma cilada. Todavia, as pressões de Lisboa demoveram o governador Cunha Menezes e esse passou a agir mais energicamente<sup>68</sup>.

Após uma longa preparação para a emboscada e depois de mandar soldados disfarçados de mascates, as tropas avançaram e prenderam seus principais líderes em 1786. Vale lembrar que o objetivo de se iniciar o povoamento daquelas terras tão logo os bandoleiros fossem vencidos já constava no ofício de 1785, no qual se afirmava que seria necessário se “repartirem as ditas lavras e outras terras minerais daquele sertão por vassalos úteis e industriosos<sup>69</sup>”.

No intuito de povoar os sertões, decidiu-se por distribuir as datas auríferas entre os candidatos segundo dois critérios: a posse de doze escravos e condições e recursos para desenvolver o empreendimento. As melhores áreas foram reservadas para a Coroa, para o Vice-Rei e para aqueles que ocupavam postos de destaque na administração colonial ou que tivessem participado da conquista do arraial de Mão de Luva. Desta forma, restaram 33 datas que foram disputadas pelos candidatos através de leilão. A divulgação foi feita principalmente em Santo Antônio de Sá e no Rio de Janeiro e um número de aspirantes a garimpeiros superior ao número de datas rumou para a região<sup>70</sup>.

De qualquer forma, aquilo que esses aventureiros foram buscar já havia sido extraído pelos contrabandistas. As datas das minas do Cantagalo estavam praticamente esgotadas. A partir de então, começaram a sobressair as atividades agrícolas, iniciadas ainda no período de contrabando do ouro, começando com os produtos ligados ao abastecimento e, posteriormente,

---

<sup>67</sup> Ofício do Vice-Rei do Estado do Brasil, Luís de Vasconcelos e Sousa ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo Castro. (Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro-Caixa 134, doc. 10), 28 de agosto de 1784. Cópias 1, 2 e 3 das cartas trocadas com Luís da Cunha Menezes. ERTHAL, *Op. Cit.*, p. 50-51.

<sup>68</sup> Segundo Carla Anastasia, havia uma desconfiança entre o Vice-rei e o governador de MG, sendo esse último, conhecido como o “Fanfarrão Minésio” das *Cartas Satíricas* de Tomás Antônio Gonzaga, pairava a dúvida de ter ligações com os contrabandistas. ANASTASIA, C. M. J. **A Geografia do Crime: Violência nas Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2005, pp. 99-104.

<sup>69</sup> Ofício do Secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo Castro ao Vice-Rei do Estado do Brasil, Luís de Vasconcelos e Souza. (Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro-Caixa 135, docs. 8, 4, 5.) - 8 de Janeiro de 1785. Consultar: ERTHAL, *Op. Cit.*, p. 52-53.

<sup>70</sup> Ofício do Vice-Rei do Estado do Brasil, Luís de Vasconcelos e Sousa ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. (Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro-Caixa 135, docs. 8, 4, 5.) - 8 de Janeiro de 1785. ERTHAL, *Op. Cit.*, p. 76-77

privilegiando o açúcar e o café. Sheila Faria também aponta para a importância da faiscação e das atividades de subsistência e de abastecimento como embrião para a formação da cafeicultura cantagalense.<sup>71</sup>

Dessa forma, alguns senhores exerciam atividades simultâneas, como faiscar e desenvolver lavouras de subsistência e abastecimento. Por exemplo, Antônia Teixeira Soares com inventário fechado em 1816 e composto por ouro, prata, gados, escravos e instrumentos de lavoura, ou Francisca Rosa da Câmara inventariada em 1817 e possuidora de 27 escravos, 40 cabeças de gado, foices, enxadas e machados. No ano de 1817, duas escrituras registradas no cartório de Cantagalo apontavam propriedades com pés de café. A primeira fazenda era a aldeia “com pequeno cafezal”<sup>72</sup>; a segunda, uma sesmaria de terras com dois mil pés de café.<sup>73</sup>

Também o inventário de Antônio de Oliveira Torres<sup>74</sup> e Juliana Maria de S. Clara, de 1819, apontam para atividades diversas, mas já registram um quartel de árvores de café e diversos instrumentos de carpintaria – além de Francisco Ferreira Guimarães, com inventário fechado em 1819 e composto por 4 escravos, chácara com laranjais e cafés e sesmarias com pés de café. Tais haveres, combinados com os outros elementos desses inventários, permitiriam a migração para a atividade cafeeira.

Com a Corte portuguesa no Rio de Janeiro, por meio do Alvará de 25 de janeiro de 1809<sup>75</sup>, o acesso à posse da terra na região fora garantido por meio da concessão de sesmarias. Mas o que garantia esse Alvará? Primeiramente, que os indivíduos que já tivessem requerido sesmarias teriam privilégio na sua formalização e, posteriormente, os subseqüentes requerentes obteriam o mesmo direito. Neste contexto, argumentamos que o povoamento da região ocorreu por dispersão e não por expansão da fronteira agrícola. Ou seja, os proprietários se espalharam em pontos diversos, fazendo brotar suas fazendas nas áreas mais promissoras da região.

A primeira rodada de povoadores iniciou seus pedidos de sesmaria ainda em meados do século XVIII, partindo com suas cartas de sesmaria principalmente da vila de Santo Antônio de

---

<sup>71</sup> FARIA, S. de C. Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX). *ANAI DO MUSEU PAULISTA*, São Paulo, Nova Série, v. 26, pp. 1-42, 2018.

<sup>72</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LN001-P25.

<sup>73</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LN001-P37V.

<sup>74</sup> Antônio de Oliveira Torres faleceu em 1809, portanto, dez anos antes de seu inventário, que só foi aberto quando do falecimento de sua esposa, Juliana Maria de S. Clara. FARIA, S. D. C. Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX). *ANAI DO MUSEU PAULISTA*, São Paulo, Nova Série, v. 26, pp. 1-42, 2018, p. 11.

<sup>75</sup> Alvará de 25 de janeiro de 1809. Mesa do desembargo do paço - critérios - concessão - sesmaria. BRASIL. *Collecção das Leis do Império do Brazil de 1809*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890. Vol. 1. p. 29. (Publicação Original).

Sá<sup>76</sup>. Na sequência, os mineradores ilegais com origem em Minas Gerais aportaram-se no local na passagem do século XVIII para o XIX. Somados a esses fluxos, ainda nos primeiros anos do século XIX, através de pedidos de sesmarias, temos indivíduos vindos de Campos dos Goytacazes, Santo Antônio de Sá e Rio de Janeiro<sup>77</sup>. Por fim, o fluxo de colonos suíços e alemães vai completar o povoamento da região na década de vinte do XIX.

Essas relações desenvolvidas ao entorno do ouro “clandestino”, da expulsão dos contrabandistas e da doação de sesmarias destinadas ao desenvolvimento agrícola abriram a possibilidade da elevação do Arraial das Minas de Cantagalo à vila de São Pedro de Cantagalo, em 1814. Tal vila foi criada pelo Alvará de 9 de março de 1814. O Príncipe Regente determinava através do documento

a necessidade de se criar uma Villa no Arraial e Distrito das Novas Minas do Cantagalo, para ocorrer ao vexame em que os seus habitantes se acham, de acudirem as ordens das Justiças da vila de Santo Antônio de Sá, em distância de mais de 22 léguas, obrigados a passar a Serra por caminhos ásperos e cortados de rios caudalosos; desamparados entretanto as suas lavouras com notável prejuízo seu, do aumento da agricultura e das rendas do Estado; e querendo eu que os moradores daquele fértil território se empreguem sem desvio no exercício da lavoura, e tenham entre si o amparo da justiça para os policiar, manter em paz e decidir-lhe as suas dependências: hei por bem, conformando-me com o parecer da referida Mesa, erigir da referida Mesa, erigir em Villa o dito Arraial com o nome de Villa de S. Pedro de Cantagalo<sup>78</sup>.

Ao lermos o documento de 1814, percebemos o ganho de autonomia que a vila passa a ter ao se livrar do jugo jurídico da vila de Santo Antônio de Sá. Ao mesmo tempo, percebemos a intenção do príncipe em garantir que os moradores da recente vila concentrem seus esforços no “exercício da lavoura”. Identificamos, a partir desses dois motivos para a criação da vila, uma simbiose entre o amparo à justiça e a garantia da paz, fatores que asseguravam, sem desvios, o trabalho agrícola.<sup>79</sup>

<sup>76</sup> Encontramos no Arquivo Histórico Ultramarino cinco indivíduos que receberam sesmarias nos Sertões do Macacu no final do século XVIII. São eles: Ignácio Gonçalves Pinto e Francisco Pereira de Sampaio, Antônio José Coelho, José da Silva Fidalgo, Quitéria Maria de Nazaré e Salvador da Silva Fidalgo.

<sup>77</sup> Encontramos no Arquivo Histórico Ultramarino quinze indivíduos que receberam sesmarias nos Sertões do Macacu no início do século XIX. São eles: Ana Francisca de Velasco, viúva do Capitão Manoel Carneiro da Silva; Francisco Gonçalves Gato; Sotero José de Oliveira; Alferes José Antônio Abreu; Caetano da Silva Freire; Francisco José da Gama; Inácia Maria de Oliveira; José Ferreira da Rocha; Genoveva Maria de Souza; João Luís Ribeiro; Manoel José Pereira; Antônio Álvares Campos; José Paulo Duque Estrada; Luís Soares Moreno; e, Manoel Antunes de Oliveira.

<sup>78</sup> Alvará de 9 de março de 1814. Elevação de categoria - vila - Povoado - Arraial das Novas Minas Do Cantagalo - Denominação - vila de São Pedro de Cantagalo. Organização Territorial. BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brazil de 1814. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890. Vol. 1 p. 6. (Publicação Original)

<sup>79</sup> A relação entre agricultura e ouro para o povoamento (fixação) tem a ver com a experiência da mineração de Minas Gerais no século XVIII. Cf. CARRARA, A. **Minas e currais**: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007.

A partir da fundação da vila de São Pedro de Cantagalo, os negócios relativos à compra e venda de terras começaram a se intensificar. Muitos daqueles que não conseguiram enriquecer com a extração de ouro passaram a negociar ou a anunciar suas terras. Inúmeros anúncios aparecem nas páginas dos periódicos da Corte e também em documentos dos cartórios da região: “Vende-se uma sesmaria de terras no distrito de Cantagalo, lugar de Paquequer, com dois rios por dentro, medidas e demarcadas, quem a pretender procure na rua Direita ao pé da Alfandega nº 74”<sup>80</sup>. Temos também o caso de uma venda de “uma fazenda de meia légua de terras medidas e demarcadas (...) no termo da vila de São Pedro de Cantagalo” pertencente ao Coronel Francisco de Ornellas Velho Barreto de Menezes.<sup>81</sup>

O processo de povoamento dos sertões do Leste ocorreu no contexto de formação da agricultura cafeeira pelo Vale do Paraíba e também de intensificação do tráfico atlântico de escravos. A montagem das redes de transporte e de abastecimento formou-se, principalmente, após a chegada da família real portuguesa. Com a vinda da realeza, a necessidade de consolidação dessas redes tornava-se peremptória. Desta forma, argumentamos que os suíços foram trazidos para o morro queimado por esse motivo – argumento que se intensifica quando constatamos a infertilidade da terra para os produtos ditos “coloniais” e a viabilidade produtiva à subsistência.<sup>82</sup>

Tal expediente criava, segundo Rui Erthal<sup>83</sup>, dois distintos padrões de organização do sistema agrário na região de Cantagalo e Nova Friburgo: o primeiro, de exportação; e, o segundo, de abastecimento. Erthal afirma que o primeiro padrão ocorreu após pequenos ciclos de mineração, seguidos de uma pequena fase de plantação de gêneros voltados à subsistência, elementos que precederam a implantação do sistema agrário cafeeiro em Cantagalo. O segundo padrão de organização estaria ligado à pequena propriedade familiar e à produção de gêneros de subsistência, elementos que dariam sustentação às redes internas de transporte do café e de abastecimento da Corte. Taunay nos dá uma visão acurada do fenômeno:

Para este estado concorrera grandemente a prosperidade e aumento do termo de Cantagalo com a sua extraordinária produção de café. Numerosas tropas dali procedentes, transportando este gênero para o Porto das Caixas, passavam constantemente por Nova Friburgo, onde costumavam parar, dando assim ao

<sup>80</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, sábado 31 de janeiro de 1829. Vol. VI, Nº 393. p. 2 Seção de Anúncios.

<sup>81</sup> Arquivo do Cartório do 2º ofício de Nova Friburgo, Livro II: 96-96V.

<sup>82</sup> MARRETTO, R. M. **A escravidão velada**: a formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX. Dissertação (Mestrado em História): Niterói: PPGH-UFF, 2014. MARRETTO, R. M. **A escravidão velada**: senhores e escravos na formação da Vila de São João Batista de Nova Friburgo (1820-1850). 1ª. ed. Rio de Janeiro: Revan, v. 1, 2018.

<sup>83</sup> ERTHAL, R. A presença de dois distintos padrões de organização agrária moldando a região de Cantagalo, província do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. X, nº 218, ago./2006.



milho, produzido na colônia, avultado consumo, e servindo ao mesmo tempo em seu regresso, para o transporte, por módicos fretes, dos artigos de importação, que por tal causa chegavam à vila por preço mais baixo e mais ao alcance dos habitantes do lugar.<sup>84</sup>

De fato, a colonização desses dois espaços está profundamente ligada aos momentos de introdução e desenvolvimento da cafeicultura na bacia do Rio Paraíba. Pensando nesse sentido, temos Cantagalo como coração do sistema agrário cafeeiro voltado para a exportação e sua área adjacente, Nova Friburgo, como tributária da produção de café e também produtora de gêneros de subsistência que abasteciam tanto a região de Cantagalo como a Corte.

Acácio Ferreira Dias reitera a importância da posse das terras agricultáveis de Cantagalo, relacionando o desenvolvimento da vila com o aparecimento da agricultura movida por braços escravos antes mesmo da chegada do café. Nas palavras de Dias, a vila de Cantagalo possuía “vastas lavouras (...) preparadas por milhares de braços negros, e isso mais se intensificou em 1820, graças ao plantio do café, que tornou a vila uma das mais opulentas (...) da antiga Província fluminense”<sup>85</sup>. Tal elemento alavancou e dinamizou a economia agrícola cantagalense, alçando-a a uma posição de destaque.

Portanto, a economia cafeeira implantou-se na região por volta dos anos 10 do século XIX e concluiu esse primeiro ciclo vinte anos depois, momento em que o Brasil se tornava o maior produtor mundial de café. A montagem desse sistema agrário estava vinculada à reposição de mão de obra via tráfico de escravos. Tal estrutura, portanto, estava ancorada na produção de café para o mercado internacional, em grandes propriedades movidas por um incremento significativo de braços escravos oriundos do tráfico transatlântico de escravos.<sup>86</sup>

Essa reposição da mão de obra via tráfico internacional recebia considerável oposição da Inglaterra. Diante desse problema, políticos brasileiros esforçaram-se para justificar o tráfico internamente e garantir, mesmo no período subsequente, com a ilegalidade do tráfico, os afluxos de escravos para as fazendas de todo o Vale do Paraíba.<sup>87</sup>

Esse esforço cooptou a base social do império, os senhores de terras e escravos, que agora legitimavam as ações de cunho político. Tal elemento aparece na relação que a Câmara de Cantagalo estabelece com o poder central. Em uma carta de 1829, no periódico *A Aurora*

<sup>84</sup> TAUNAY, A. D. E. **História do café no Brasil**. Tomo: II. ed. Rio de Janeiro: DNC, v. 4, 1939, p.26.

<sup>85</sup> DIAS, A. F. **Terra de Cantagalo**. 2ª. ed. Cantagalo: [s.n.], 1979, p. 75.

<sup>86</sup> MARQUESE, R. de B.; TOMICH, D. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: MUAZE, M.; SALLES, R. (Orgs.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. pp. 21-56.

<sup>87</sup> PARRON, T. **A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

*Fluminense*, encontramos uma carta do Juiz Ordinário de Cantagalo a um “cidadão” da Corte onde podemos destacar o seguinte período:

O sossego, a tranquilidade e a boa harmonia têm hoje o seu assento neste povo. Tive pena de que Vm. não assistisse a pequena festa do Espírito Santo, para observar, e ver em todo o concurso um só ajuntamento, uma só reunião, uma só família; graças nossa sociedade, ao nosso Juiz de Paz, à Câmara Municipal e sobretudo a nossa Constituição (...)<sup>88</sup>

Até o presente momento, elencamos os principais fatos fundantes da vila de Cantagalo. Adiante, abrimos um parêntesis para inserir a formação e o desenvolvimento da vila de Nova Friburgo, abordando principalmente suas transformações populacionais e percebendo que, ao longo de sua história, a escravidão foi o elemento estrutural na formação da vila.

### 1.3. Nova Friburgo ao longo do XIX

A fazenda do Morro Queimado, futura sede da vila de Nova Friburgo, pertencia à vila de São Pedro de Cantagalo. Como já dissemos, a região dos “Sertões do Leste” desde finais do século XVIII fora ocupada por grupos de faiscadores vindos de Minas Gerais com o objetivo de extrair ouro clandestinamente. Neste período, a região foi palco da criação de um primeiro espaço escravista, que ganhou impulso com a expulsão dos bandos clandestinos e com o estabelecimento de regras para a divisão e distribuição das Datas, cujo critério para recebimento era a posse de escravos<sup>89</sup>.

Como se vê, antes mesmo que a coroa viesse a interferir com o objetivo de trazer uma colônia de suíços para as áreas adjacentes a Cantagalo, a região – ainda no século XVIII – já se organizava entorno de um espaço onde o trabalho escravo era central. O próprio Acácio Dias Ferreira, em seu livro *Terra de Cantagalo*, aponta que, em 1798, a população na região atingia “a cifra de seiscentos indivíduos, dos quais trezentos e sessenta eram escravos<sup>90</sup>”. O autor está afirmando que 60% dos indivíduos no arraial de Cantagalo eram escravos. Ou seja, este não era apenas um espaço de relações de produção escravista, mas, indubitavelmente, a escravidão encontrava-se largamente difundida ali.

<sup>88</sup>A *Aurora Fluminense: Jornal Político e Literário*. Ano 1829 – Nº 209. Segunda-feira 6 de julho. p. 3. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706795&pasta=ano%20182&pesq=>. Acesso em: jul. 2015.

<sup>89</sup> Ver: ERTHAL, C. **Cantagalo**: da miragem do ouro ao esplendor do café. Niterói: Nitpress, 2008. MELNIXENCO, V. C. **Friburgo & Filhos**: tradições do passado e invenções do futuro. Dissertação (Mestrado em História): Rio de Janeiro: PPGH-UNIRIO, 2014.

<sup>90</sup> DIAS, A. F. *Op. Cit.*, p. 69

Diante desses dados, passamos a interrogar mais detidamente a construção de Nova Friburgo. Desta forma, investigamos e vislumbramos dar outro ponto de vista a respeito de uma ideologia, como propõe João Raimundo Araújo<sup>91</sup>, a um “mito de origem”, ou a invenção de uma tradição<sup>92</sup> que permeia a história da cidade. Como consequência, o mito estreita as visões a respeito da constituição social da população da vila de Nova Friburgo. Por certo, estamos fazendo menção ao “mito da suíça brasileira”, que foi fortemente difundido a partir de 1918 e do centenário da cidade, através do texto de Agenor de Roure na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro<sup>93</sup>. Como indicamos, tal mito foi identificado, descrito e criticado por João Raimundo Araújo em sua tese de doutorado.<sup>94</sup>

O cerne dessa versão da história de Nova Friburgo objetivava difundir que a colonização europeia (suíça e alemã) se ancorava na inexistência ou na atribuição de um papel secundário aos escravos durante a formação da vila em valorização da ideia de que os colonos formavam uma ilha de “liberdade” cercada pelo mundo escravista. Segundo essa visão, Nova Friburgo, por conta de seu clima, possuía ares europeus, elemento que exclui o contato da vila com a escravidão e a cultura cafeeira. Além disso, coloca em segundo plano a intrínseca relação com a vila de Cantagalo onde café e escravidão eram os elementos fulcrais da sua formação.

Para ressignificar a formação social da região no século XIX e, por consequência, de todos os Sertões do Leste, penetramos em um conjunto de documentos que nos auxiliam na tarefa de apresentar uma estrutura na qual a escravidão era o esteio em que se ancoravam as diferentes classes sociais compostas por indivíduos livres e escravos. A solução para a questão do estudo da estrutura escravista em Nova Friburgo reside em utilizar os registros paroquiais de batismo, as anotações populacionais realizadas pelo Padre Jacob Joye em 1828 e 1834, os relatórios dos Presidentes de Província de 1840, 1850 e 1856 e o recenseamento realizado pelo Império em 1872. No caso de Cantagalo, torna-se necessário utilizar os dados de Acácio Dias Ferreira e os relatórios e censos citados. Desta forma, a composição que elaboramos permite enxergar as transformações populacionais da região ao longo do século XIX.

---

<sup>91</sup> ARAUJO, J. R. D. **Nova Friburgo: a construção do mito da suíça brasileira (1910-1964)**. Tese (Doutorado em História): Niterói: PPGH-UFF, 2003, p. 7.

<sup>92</sup> Ver os seguintes trabalhos: BLOCH, M. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Prefácio: Jacques Le Goff; Apresentação à edição brasileira: Lilia Moritz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, pp. 56-60; HOBBSAWM, E. Introdução. In: HOBBSAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, pp. 9-23.

<sup>93</sup> DE ROURE, A. O Centenário de Nova Friburgo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1938.

<sup>94</sup> ARAUJO, J. R. D. **Nova Friburgo: a construção do mito da suíça brasileira (1910-1964)**. Tese (Doutorado em História): Niterói: PPGH-UFF, 2003

Além das transformações populacionais dessas duas vilas, lançamos um olhar específico em relação à escravidão. A ótica adotada visa à elaboração de um quadro onde identificamos os alicerces sobre os quais foram fundadas as duas principais vilas da região oriental do Vale do Paraíba. Desta forma, estaremos reinserindo essas vilas no contexto de expansão da utilização da mão de obra escrava nas conjunturas da Segunda Escravidão.

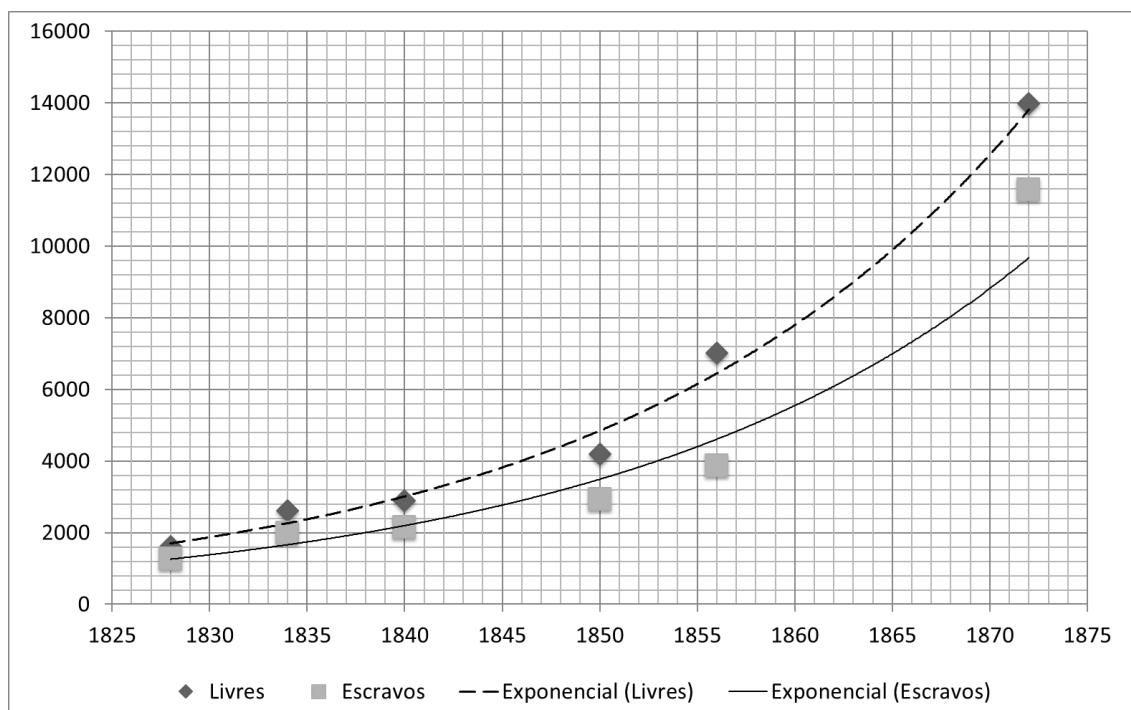
Passamos a apresentar, nos quadros seguintes, as transformações demográficas pelas quais a população da vila de Nova Friburgo passou entre os anos de 1828 e 1872. Através desses dados, argumentamos que a escravidão foi o elemento central na formação social e econômica da vila, afinal, constituía a maior parte da mão de obra utilizada e estava disseminada pelos diversos estratos sociais ali existentes.

**Quadro 1.1: População livre e escrava na vila de Nova Friburgo, 1828-1872.**

Ano	P.Joye 1828		P.Joye 1834		R.P.P. 1840	
	Números	%	Números	%	Números	%
Livres	1615	55,94%	2615	56,82%	2886	57,23%
Escravos	1272	44,06%	1987	43,18%	2157	42,77%
Total	2887	100%	4602	100%	5043	100%
Ano	R.P.P. 1850		R.P.P. 1856		Censo 1872	
	Números	%	Números	%	Números	%
Livres	4187	58,86%	7009	64,40%	13.972	54,69%
Escravos	2927	41,14%	3874	35,60%	11.574	45,31%
Total	7114	100%	10883	100%	25.546	100%

Fonte: A. I. São João Batista - L. de Tombo I - Mapa populacional - Jacob Joye, 1834. CDH-Pró-Memória da PMNF. Relatório do Presidente de Província de 1856. Recenseamento do Brasil de 1872 – IBGE.

Notamos, com o Quadro 1.1, que, até o final do período de expansão (1831-1850), a população da vila de Nova Friburgo crescia. O Quadro 1.1 demonstra que a população escrava em Nova Friburgo só deixou de gravitar em torno de 40% nos dados de 1856, fase de auge. Todavia, devemos ressaltar que as porcentagens de escravos diminuíram, pois, neste ano, a população livre da vila cresceu 67,40%. Ao mesmo tempo, a população escrava crescia a uma taxa de 32,35%. Concluímos que o volume de indivíduos livres teve um crescimento superior ao de escravos; em outras palavras, ambos cresceram, mas o aumento do número de indivíduos livres fez as porcentagens de escravos, que também subiam, ficarem abaixo da média de 40%. Os números continuaram crescendo na fase de grandeza, como nos mostra o censo de 1872. Tais crescimentos são apresentados no Gráfico 1.1, que aborda o crescimento de livres e escravos na vila de Nova Friburgo entre 1828 e 1872.

**Gráfico 1.1 - Evolução populacional na vila de Nova Friburgo, 1828-1872**

Fonte: Quadro 1.1.

Diante do crescimento populacional, torna-se fundamental localizarmos a vila de Nova Friburgo e compreendermos sua íntima relação com a vila de Cantagalo. Para isso, apresentamos o mapa de reconhecimento do Rio Macacu e da estrada que levava até Nova Friburgo – Imagem 1.2. Na parte alta do mapa, localiza-se um retângulo indicando o local exato do assentamento suíço. Tais terras foram distribuídas entre os colonos para que pudessem tirar dali o seu sustento e moradia. No entanto, os trabalhos realizados pelos historiadores que se debruçam sobre a região demonstram que as terras legadas aos colonos eram impróprias para o cultivo, fator que levou muitos deles a migrarem ou para Cantagalo ou para as margens do Rio Macaé.<sup>95</sup>

De qualquer maneira, os limites oficiais da vila de Nova Friburgo, firmados por D. João VI seriam “desde as águas compridas até o Rio Grande, compreendendo o território que vai da sobredita vila até o Rio Paquequer do lado Oeste, e para a parte de Leste até o alto da Serra, cujas vertentes deitam para o Rio de S. João<sup>96</sup>”. São esses os limites representados no mapa de reconhecimento da região. As famílias que percorreram os dez dias entre a foz do Rio Macacu

<sup>95</sup>MAYER, J. M. **Raízes e crises do mundo caipira: o caso de Nova Friburgo**. Tese (Doutorado em História): Niterói: PPGH-UFF, 2003. NICOULIN, M. **A Gênese de Nova Friburgo: Emigração e Colonização Suíça no Brasil (1817-1827)**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996.

<sup>96</sup> Decreto de 3 de janeiro de 1820. Cria a Freguesia de Nova Friburgo fazenda do Morro-Queimado, distrito de Cantagalo. BRASIL Coleção das Leis do Império do Brasil de 1820. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1889. Vol. I, p. 2

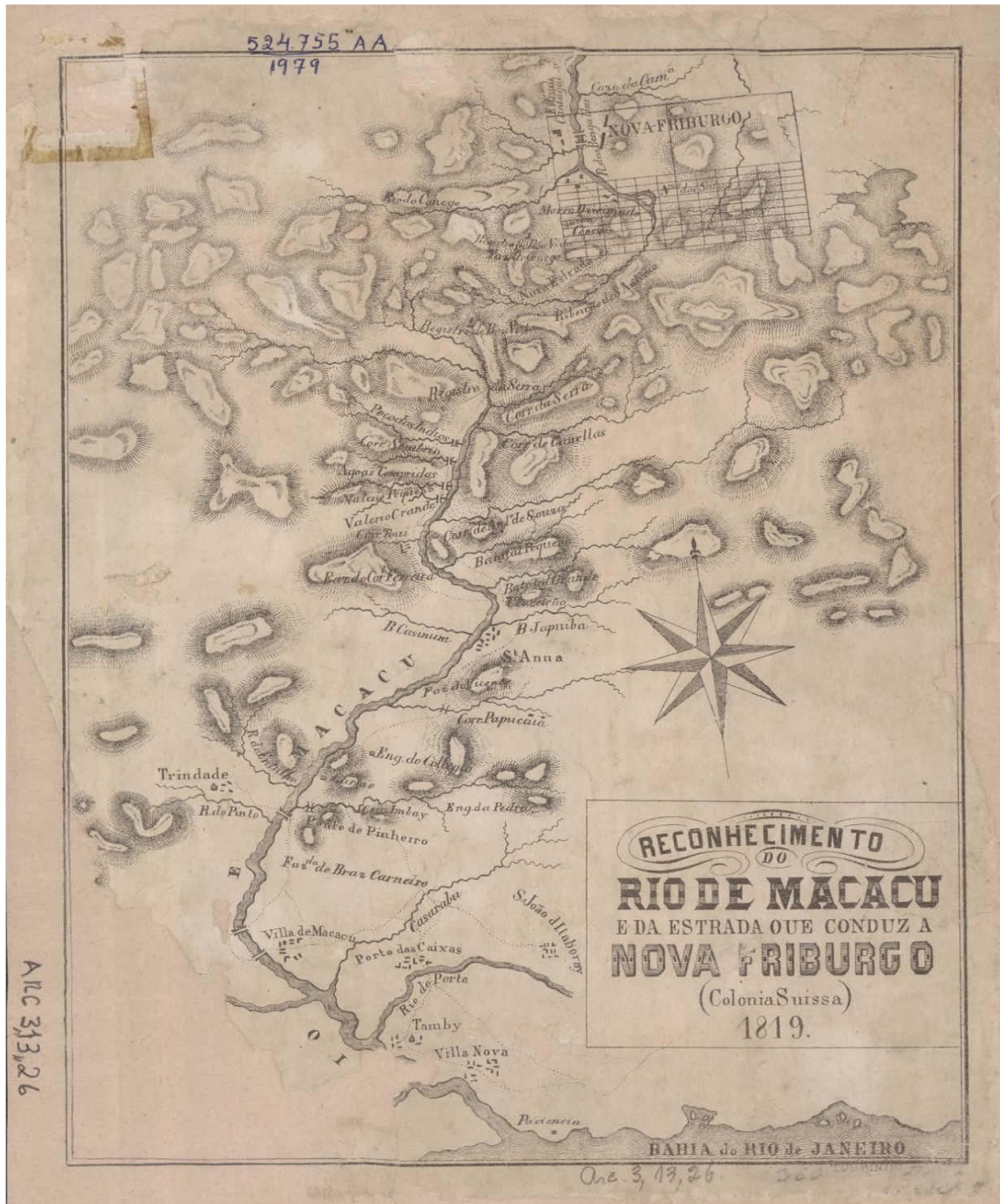
e à vila de Nova Friburgo<sup>97</sup> foram socorridas pelas “Providências para a jornada da colônia suíça desde o porto do Rio de Janeiro até Nova Friburgo<sup>98</sup>”. Tais providências, organizadas por Monsenhor Miranda, objetivavam receber os colonos após o difícil trajeto. Assim, foram preparadas algumas estruturas para receber os suíços: moinhos d’água, fornos, açougue e pontes, além de uma casa para o Inspetor e uma casa nobre, denominada Chateau D’roi, que seria utilizada para as missas antes da construção da Capela de São João Batista.

---

<sup>97</sup> Alvará de 3 de janeiro de 1820. Erige em vila o lugar do Morro-Queimado com a denominação de vila da Nova Friburgo. BRASIL Colleção das Leis do Império do Brazil de 1820. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1889. Vol. I, p. 1.

<sup>98</sup> MALHEIROS, P. M. D. M. **Providências para a jornada da colônia dos suíços desde o porto do Rio de Janeiro até Nova Friburgo em Morro Queimado, no distrito da vila de S. Pedro de Cantagalo, dadas em consequência de ordens de Sua Majestade.** Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1819, p. 5.

**Imagem 1.2: Reconhecimento do Rio de Macacu e da estrada que conduz a Nova Friburgo, 1819**



Fonte: Reconhecimento do rio de Macacu e da estrada que conduz a Nova Friburgo (Colônia Suíça). 1819.  
Acervo: Fundação Biblioteca Nacional.

No final do documento citado, Miranda alertava: “em Morro Queimado é por hora tudo inculco e despovoado; mas é de esperar que tão fértil terreno se ache em pouco tempo arroteado pelos laboriosos suíços<sup>99</sup>”. O que era ocultado nas Providências de Miranda foi publicado em

<sup>99</sup> MALHEIROS, P. M. D. M. *Op. Cit.*, p. 17.

uma sessão do “Jornal de Coimbra”, de 1818: “Os Lavradores do país, cujo maior interesse vem da cultura do açúcar, fumo e café; rejeitam essas terras como só próprias para mantimentos e criações, das quais não tiram tanto lucro<sup>100</sup>”. Destaca-se que os interesses dos antigos colonizadores se encontravam mais difundidos, fato que ocorreu desde a obtenção das terras próprias ao cultivo dos produtos vendidos no mercado internacional, com destaque para o café. Entre os novos colonos, tal situação resultou em uma migração interna para as áreas aptas ao cultivo de produtos com maior poder de comercialização.

Quando as famílias suíças alcançaram a vila de Nova Friburgo, alojaram-se nas 100 casas que foram construídas por índios vindos de Aldeia da Pedra, parte delas registradas em uma das pranchas do francês Jean Baptista Debret – Imagem 1.3.<sup>101</sup> Junto a sua pintura, Debret enfatizou o caráter civilizatório da colônia suíça, a fertilidade do vale que os colonos ocuparam e a prosperidade que esta migração vivia. Tais ideias entram diretamente em contradição com o que afirmamos acima alicerçado nas informações do Jornal de Coimbra e no que apresentamos agora, através do depoimento do colono Stöcklin: “Nós suíços, que viemos em 1820, fomos postos em terras que só dão batatas, milho e legumes; por isso os colonos que não tiveram coragem ou meios de mudar para terras de café não progrediram nada”.<sup>102</sup>

### Imagem 1.3: Colônia suíça de Cantagalo, Jean Baptiste Debret, 1826



Fonte: DEBRET, J.-B., *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Volume I, parte II. Ed. Círculo do Livro, 1985, p. 316.

<sup>100</sup> *Jornal de Coimbra*, 1818. Nº LXXX, Parte I, p. 64. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=XGIEAAAacAAJ&pg=PA50&lpg=PA50&dq=Jornal+de+coimbra+1818.+N%C2%BA+LXXX,+Parte+I&source=bl&ots=cZq1fEzw&sig=FDfyMHSjnBFZi1vbegZriHvEC0&hl=en&sa=X&ved=2ahUKEwj7s39ysHfAhUGW5AKHaI7CogQ6AEwB3oECAYQAQ#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: dez. 2018.

<sup>101</sup> DEBRET, J.-B. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, v. I, parte II, 1985, p. 316.

<sup>102</sup> NICOULIN, *Op. Cit.*, p. 223.



A visão do colono Stöcklin a respeito da economia e da projeção e prosperidade dos colonos não contempla o fato de que, com o passar do tempo, as áreas de Nova Friburgo relacionadas ao café – São José do Ribeirão e Nossa Senhora da Conceição do Paquequer – passaram a ser identificadas como terras aptas ao plantio da rubiácea dentro da vila. Outro fator ignorado pelo colono é que Nova Friburgo e Cantagalo possuíam uma economia complementar; a primeira, produzindo subsistência em larga escala e café em menor medida; e, a segunda, concentrada na produção cafeeira com vistas ao mercado internacional. Perspectiva que conformava uma economia de caráter integrado.

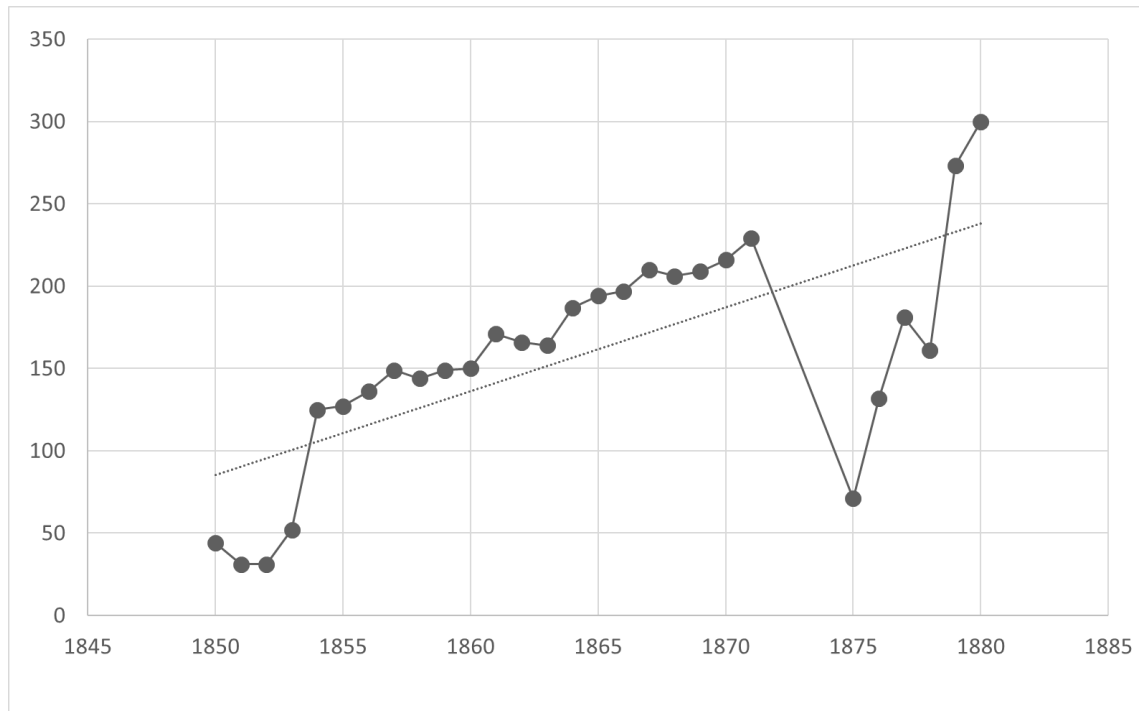
Os colonos perceberam que grande parte das terras agrícolas sorteadas não era fecunda e, as que eram férteis serviam apenas para culturas de subsistência. Tal fator afastou os colonos da possibilidade de prosperar ligados à produção de gêneros como o açúcar e o café. Diante dessa demanda por terras mais quentes, os colonos começaram a se dispersarem pelo território, tomando dois sentidos: um grupo buscou as vertentes do rio Macaé (Imagem 1.2) e a “Terra dos Inhames” e um segundo grupo dirigiu-se a Cantagalo.

No referente às propriedades rurais da vila de Nova Friburgo, percebemos que, através de uma investigação feita no Almanak Laemmert, as propriedades rurais seguiram uma tendência crescente ao longo da segunda metade do século XIX – Gráfico 1.2. Temos em conta que tais propriedades não representam a totalidade da vila, mas permitem estimar um quadro para este importante quesito de análise do desenvolvimento social e econômico de Nova Friburgo no longo século XIX. Essas propriedades apareceram ao longo da série em uma média de 157 propriedades por ano, ao longo do período a taxa de crescimento das propriedades na vila foi de 582%. Os dados coletados só aparecem a partir do período de auge. O Gráfico 1.2 ainda aponta que o número de propriedades caiu exatamente no período de grandeza, o que nos leva a duas hipóteses: ou as propriedades se aglutinaram, o que é menos provável; ou ocorreu o subregistro das propriedades no Almanak.

Além da consolidação das propriedades, Nova Friburgo também passou pela constituição de sua classe senhorial, formada principalmente de luso-brasileiros e migrantes suíços e alemães que assimilaram o modo de vida senhorial e as estruturas escravistas existentes no Império do Brasil<sup>103</sup>.

---

<sup>103</sup> Sobre a assimilação dos colonos suíços e alemães ao modo de vida escravista e sobre a classe senhorial conferir: MARRETTO, R. M. **A escravidão velada: a formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX.** Dissertação (Mestrado em História): Niterói: PPGH-UFF, 2014. MARRETTO, R. M. **A escravidão velada: senhores e escravos na formação da Vila de São João Batista de Nova Friburgo (1820-1850).** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Revan, v. 1, 2018.

**Gráfico 1.2: Propriedades Rurais em Nova Friburgo, 1850-1880**

Fonte: Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro. [Almanak Laemmert]. Ano: 1850-1880.

Na segunda metade do século XIX, destacamos outra característica social da vila: as ocupações e os ofícios e suas transformações no tempo. Assim, temos que, em 1850, poucos serviços foram registrados na parte do Almanak concernentes a Nova Friburgo. O número de serviços não apenas aumentou ao longo do século XIX, mas também há uma diversificação nas categorias elencadas – Quadro 1.2. Ou seja, ao longo do século XIX, a vila se transformou em um espaço que comportava a classe senhorial em ascensão, pessoas livres pobres, colonos suíços e alemães, livres e libertos do mundo escravista e uma massa de escravos heterogênea composta por crioulos e africanos. Além desses aspectos, é preciso ressaltar que a vila se tornou, ao longo da segunda metade do XIX, a “cidade salubre”<sup>104</sup> muito visitada pelos moradores da Corte. Dentre os motivos para tais visitas, estavam o Instituto Sanitário Hidroterápico do doutor Carlos Éboli. Friburgo contava também com três fábricas de cerveja e uma fábrica de vinhos, além de duas sociedades musicais: a Campesina e a Euterpe. A Estrada de Ferro Cantagalo dinamizava o trânsito de pessoas até a vila de Nova Friburgo e facilitava também o transporte do café.

<sup>104</sup> CORRÊA, M. J. B. **O cotidiano de Nova Friburgo no final do século XIX: práticas e representação social.** Rio de Janeiro: Educam, 2008, pp. 149-154.

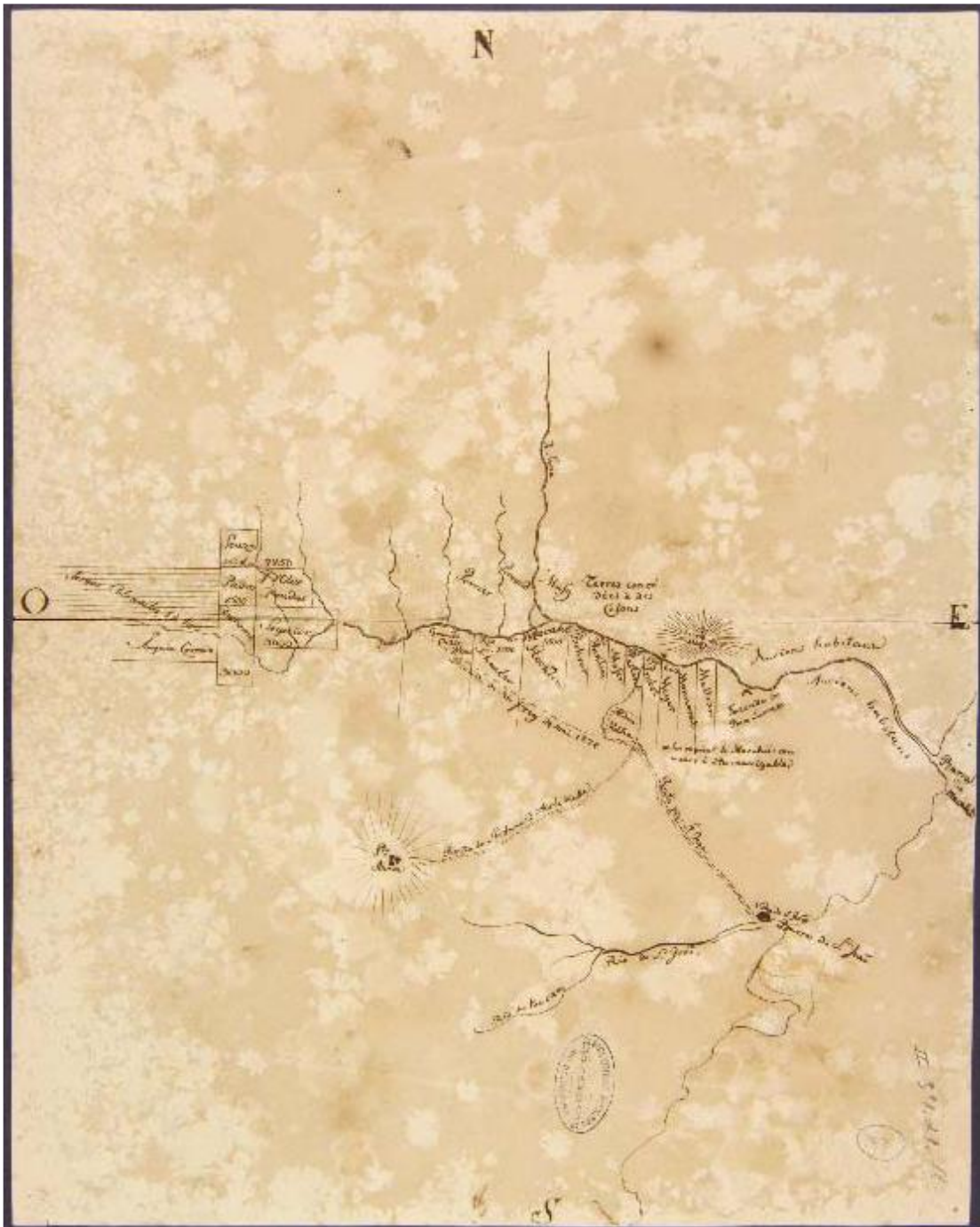
**Quadro 1.2: Serviços e ocupações urbanas. Nova Friburgo, 1850-1880**

Serviços/Ocupações	1850	1860	1870	1880
Negociantes	9	41	31	57
Hospedarias	-	12	14	7
Alfaiates	2	6	3	5
Médico	1	3	3	9
Sapateiros	1	3	-	9
Padarias	-	4	5	4
Boticários	-	3	3	6
Advogados	-	-	4	8
Bilhares	-	-	1	2
Dentistas	-	-	2	-
Biblioteca	-	-	-	1
Engenheiro	-	1	-	-

Fonte: Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro. [Almanak Laemmert]. Ano: 1850-1880.

Este pequeno parêntesis a respeito da formação da vila de Nova Friburgo e da dispersão dos colonos pelos terrenos férteis ligados ao café tem o objetivo de enquadrar essa vila como parte da formação de uma macrorregião cujo coração econômico era Cantagalo. Nova Friburgo surgiu do desmembramento de um dos distritos cantagalenses, o Morro Queimado – Imagem 1.4. A nova vila passou a integrar um espaço de relações de produção escravistas que seria destaque na banda oriental do Vale do Paraíba tanto pelo volume da produção cafeeira, quanto pela difusão do modo de vida da classe senhorial que ali se alojara.

**Imagem 1.4: Terras doadas por D. Pedro I nas Vertentes do Rio Macaé, 1822**



Fonte: BNRio. Sec. de Man.: Ofício assinado pelo encarregado da Colônia Suíça de Nova Friburgo, a respeito da posse das terras e das causas que o fazem reclamar as mesmas. Rio de Janeiro. 6 de setembro de 1822, II-34/21/28.

### 1.3.1. A centralidade de Cantagalo na produção cafeeira

As origens do povoamento dessa porção da Capitania do Rio de Janeiro remontam a meados do século XVIII por ocasião do pedido de Maurício Portugal à Intendência Geral do Ouro. Seu objetivo era abrir um garimpo na região denominada “Sertões do Leste”. A

autorização foi concedida, mas rapidamente revogada, devido à possibilidade de outros indivíduos invadirem a localidade e burlarem o fisco do ouro, desviando-o por aquelas áreas<sup>105</sup>. Desta forma, por ordem do Vice-rei, todos os garimpos foram fechados e todas as fazendas que estavam localizadas na base da Serra do Mar foram destruídas.

Ao analisarmos a proveniência dos primeiros povoadores de Cantagalo, notamos que diversos indivíduos vinham do Sul da Província de Minas Gerais, assim como ocorreu com Vassouras<sup>106</sup>. Muitos outros sesmeiros vieram de localidades variadas da Província do Rio de Janeiro, como Campos dos Goytacazes e Santo Antônio de Sá, e da Corte. Por consequência, a experiência e o enraizamento alcançado em Cantagalo permitiram, também, o aprofundamento dos interesses agrários pela região ocupada. Por outro lado, as referências ao café já se encontram nos inventários referentes às décadas de 1810 e 1820<sup>107</sup>. Nesta década, iniciar-se-ia um processo de expansão da rubiácea que transformou os horizontes da região. Neste mesmo ano de 1820, Cantagalo foi responsável por enviar para o Rio de Janeiro mais de 11 mil arrobas de café<sup>108</sup>.

Pode-se concluir, portanto, que o interesse e a presença de colonizadores mais antigos já eram marcados pelo domínio de grandes extensões de terra e pelo trabalho escravo. A povoação de que tratamos data do final do século XVIII e do início do XIX, tendo sido encetada, principalmente, por um fluxo migratório de senhores de escravos oriundos da Província de Minas Gerais.

O pesquisador Acácio Ferreira Dias em seu livro *Terra de Cantagalo*<sup>109</sup> indica que, no início do XIX, algumas propriedades já se instalavam na região e se caracterizavam pela prosperidade. Desta forma, as fazendas Nossa Senhora da Glória, São José, Córrego dos Índios, Vargem Grande, Val das Palmas foram arroladas por Acácio como as mais valiosas entre os anos de 1818 e 1821. De qualquer forma, é imperativo destacar que Cantagalo, neste momento, ainda possuía diversas áreas devolutas que seriam ocupadas ao longo dos anos 20 do século XIX e que tais localidades se sobressairiam no plantio do café ao longo do período estudado. O estudo de Clélio Erthal informa que, em 1828, “Cantagalo tinha 50 fogos e 256 habitantes livres; 3 lojas de tecidos, 17 tabernas, uma estalagem, uma casa de pasto e uma padaria<sup>110</sup>”.

---

<sup>105</sup> ERTHAL, C. *Op. Cit.*, p.36

<sup>106</sup> STEIN, S. J. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Tradução de Vera Bloch Wrobel. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990; MATTOS, *Op. Cit.* p. 55.

<sup>107</sup> Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo. 1810-1880. O primeiro inventário a que tivemos acesso é do ano de 1815.

<sup>108</sup> FURTADO, M. B. *Itinerario da Freguesia do Senhor Bom Jesus do Itabapoana à Gruta das Minas do Castelo*. Memórias Fluminenses. Campos dos Goytacazes: Essentia, v. 2, 2014, p. 109.

<sup>109</sup> DIAS, A. F. *Op. Cit.*, pp. 48 e 49.

<sup>110</sup> ERTHAL. *Op. Cit.*, p. 105.

A partir da década de 30 do século XIX, o café do Vale do Paraíba passou a compor o principal produto na pauta de exportações brasileiras<sup>111</sup>. Neste fluxo, a vila de Cantagalo, a exemplo das demais vilas da Bacia do Paraíba, experimentara um impulso e uma dinamização econômica excepcional. Segundo Erthal, ocorreu a “substituição da pujante flora nativa pelos arbustos da rubiácea e as construções toscas e despreziosas cediam espaço aos vastos sobrados<sup>112</sup>”. O autor relaciona intimamente a chegada da cafeicultura com as mudanças nas construções. Através deste expediente, identificamos as transformações nas formas de morar e de conviver e a formação de um regime visual da Segunda Escravidão.<sup>113</sup>

No ano de 1848, o Almanak Laemmert registrava no município de Cantagalo seis fazendeiros de café, que o beneficiavam pelo sistema de estufas e possuíam terreiros de pedra; onze que possuíam apenas o dito terreiro; 34 foram classificados como fazendeiros de engenho; e, 56 não possuíam engenhos ainda, somando um total de 107 fazendeiros arrolados no Quadro 1.3 e no Gráfico 1.3. As estruturas da vila haviam se transformado e Cantagalo deixara de ser um arraial para se tornar um povoado mais bem estruturado, contando com inspetor de escolas, dois professores públicos de educação primária e um professor de música; dois médicos, dois cirurgiões e um boticário; além de três alfaiates, três sapateiros e dois modistas. A vila ainda contava com as hospedarias de Claudio Friaux, Francisco Brassier e Luiz Fleuty<sup>114</sup>.

**Quadro 1.3: Fazendeiros de café em Cantagalo, 1848**

Tipo de unidade produtiva	Nº	%
Fazendeiros de café sem engenho	56	52%
Fazendeiros de café com engenho	34	32%
Fazendeiros de café com terreiros de pedra	11	10%
Fazendeiros de café com sistemas de estufas e terreiros de pedra	6	6%
Total	107	100%

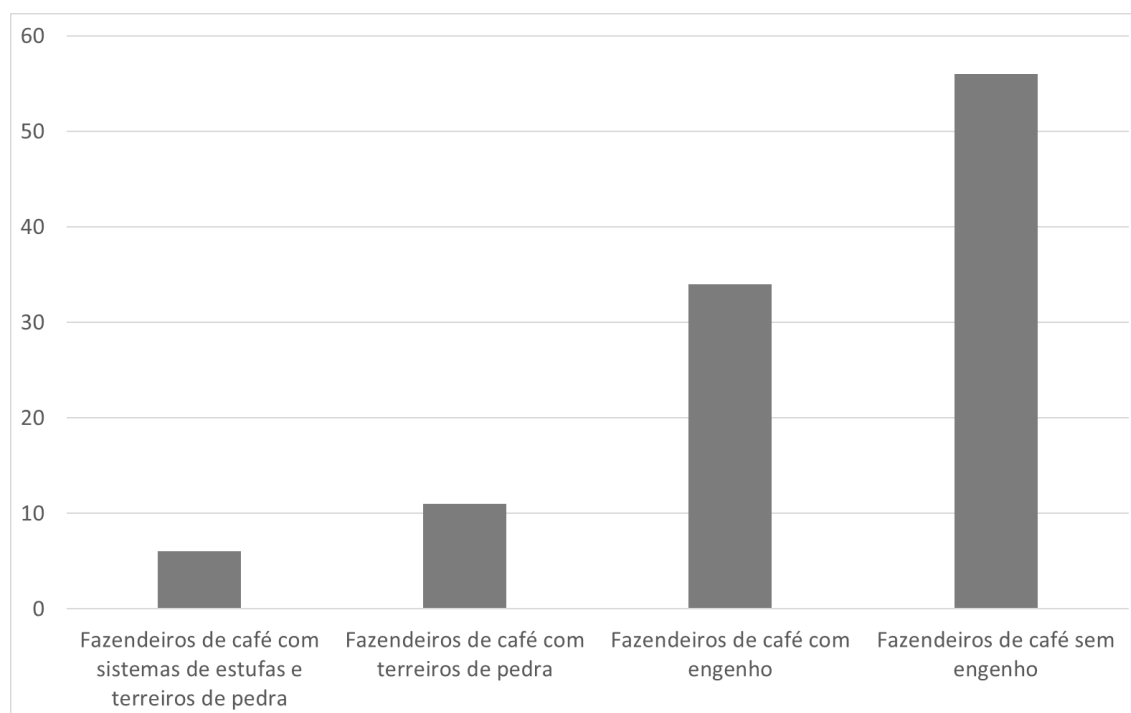
Fonte: Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro. [Almanak Laemmert]. Ano: 1848.

<sup>111</sup> MARQUESE, R.; TOMICH, D. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: MUAZE, M.; SALLES, R. ( . ). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. pp. 21-56.

<sup>112</sup> ERTHAL, *Op. Cit.*, p. 137.

<sup>113</sup> SCHNOOR, E. Das casas de morada à casa de vivenda. In: SCHNOOR, E.; (Org.). **Resgate: Uma Janela Para o Oitocentos**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. MARQUESE, R. de B. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da Segunda Escravidão: o caso da fazenda Resgate. **Anais do Museu Paulista**, (Impresso), v. 18, pp. 83-128, 2010.

<sup>114</sup> Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro. [Almanak Laemmert]. Ano: 1848.1848, pp. 226-230.

**Gráfico 1.3: Fazendeiros de café em Cantagalo, 1848**

Fonte: Quadro 1.3.

As informações listadas demonstram o crescimento da vila de Cantagalo, partindo de 50 fogos para mais de 100 unidades produtivas, impulso que estava intimamente ligado à expansão cafeeira na região. Tal elemento foi amplamente registrado pelos viajantes que passaram por suas terras. Johann Jakob Von Tschudi esteve em Cantagalo em 1857 e, em sua passagem pela vila, deixou importantes registros a respeito da produção cafeeira que àquele momento era exercida da forma mais diligente possível em unidades que se utilizavam de técnicas modernas, fator que garantia uma produção substancial.<sup>115</sup>

O periódico *O auxiliador da Indústria nacional*, de 1852, também destacava a importância do desenvolvimento da agricultura cafeeira no município de Cantagalo<sup>116</sup>. O colunista que visitou a localidade relatava o “desenvolvimento que ali aparece na cultura e preparo deste importantíssimo produto”<sup>117</sup>. No parágrafo seguinte, o mesmo enuncia a técnica e a utilização de maquinário utilizado na vila: “Máquinas das melhores que se conhecem,

<sup>115</sup> TSCHUDI, J. J. V. **Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. [1866]**. Tradução de Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/Universidade de São Paulo (Coleção Reconquista do Brasil Nova Série, v. 14), 1980, p. 83.

<sup>116</sup> O *Auxiliador da Indústria Nacional* era um periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, SAIN, e foi publicado mensalmente de 1833 a dezembro de 1892. A respeito da SAIN cf. SILVA, J. L. W. D. **Isto é o que me parece**: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional na formação social brasileira (1827-1904). Dissertação (Mestrado em História): Niterói: PPGH-UFF, 1979.

<sup>117</sup> *O Auxiliador da Indústria Nacional*, n. 1 (julho/1852), p. 176. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/302295/per302295\\_1852\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/302295/per302295_1852_00001.pdf)>. Acesso em: 28 dez. 2018.

terreiros feitos com muita arte e cuidado, estufas muito bem preparadas, mais conveniente direção e divisão do trabalho braçal [...]”<sup>118</sup>, tais elementos levaram o articulista a concluir que o adiantamento da vila aumentava suas expectativas.

Sem dúvida, quem fosse até Cantagalo em meados do século XIX não poderia passar por lá sem notar a presença de Antônio Clemente Pinto, membro efetivo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional arrolado como fazendeiro<sup>119</sup>. Os maquinismos citados pelo periódico eram os que se encontravam em suas fazendas. Como se pode notar pela citação do colunista, suas propriedades se encontravam muito bem equipadas:

“Os despolpadores por ele empregados são mais bem acabados do que em geral costumam ser; os engenhos de socar são todos tocados por água e por meio de pilões aperfeiçoados, tanto por sua forma oval, como pela maneira que são movidas as mãos; os ventiladores são dos melhores, e além dos separadores, onde se opera a divisão do café, segundo os diversos tamanhos dos frutos, têm cada fazenda brunidores de ferro que servem de lustrá-lo, tornando-o mais limpo e mais liso pela fricção que sofre passando por um cilindro dentado.”<sup>120</sup>

A descrição das máquinas de beneficiamento do café nos permite perceber os investimentos do fazendeiro em tal setor, ainda mais pelo comentário que se segue a respeito dos brunidores, conhecidos em poucas fazendas. Infelizmente, não conseguimos encontrar, nas fontes pesquisadas, o preço das máquinas citadas. Todavia, destacamos que o alto grau de mecanização da lavoura cafeeira mencionado melhorava a qualidade do produto e impactava o valor da mercadoria. Tal mecanização estava vinculada ao impacto do mundo industrial nas áreas de produção de commodities, característica marcante do contexto da Segunda Escravidão<sup>121</sup>.

As estufas e os terreiros de pedra foram outros dois destaques dados pelo colunista do *Auxiliador*. O primeiro não funcionava bem em outras localidades, mas, nas fazendas de Antônio, o engenheiro Van Erven elaborou um sistema de “ventilação forçada pelo fogo” renovando o ar e aquecendo placas metálicas, permitindo bons resultados. Os terreiros de pedra tinham a superfície, depois de nivelada, coberta de argamassa formada de cal, pedra, areia e pó de tijolo. Depois, era calçada com pedras iguais e os espaços eram preenchidos com cal e areia. Tal método “não só evita os inconvenientes dos que se faz por qualquer dos outros modos

<sup>118</sup> *O Auxiliador da Indústria Nacional*, n. 1 (julho/1852), p. 176. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/302295/per302295\\_1852\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/302295/per302295_1852_00001.pdf)>. Acesso em: 28 dez. 2018.

<sup>119</sup> *O Auxiliador da Indústria Nacional*, n. 1 (julho/1852), p. 176. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/302295/per302295\\_1852\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/302295/per302295_1852_00001.pdf)>. Acesso em: 28 dez. 2018.

<sup>120</sup> *O Auxiliador da Indústria Nacional*, n. 1 (julho/1852), p. 176. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/302295/per302295\\_1852\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/302295/per302295_1852_00001.pdf)>. Acesso em: 28 dez. 2018.

<sup>121</sup> TOMICH, D. *Pelo Prisma da Escravidão. Trabalho, Capital e Economia Mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.



conhecidos, mas também não exigem metade do dispêndio necessário para ladrilhados, ou lajeados de cantaria”.<sup>122</sup>

Dentre os viajantes que passaram pelas terras de Cantagalo, é preciso destacar também Hermann Burmeister. Segundo ele, referindo-se a Cantagalo, “se o ouro não lhe deu a riqueza esperada, deu-a, mais tarde, o café, cuja cultura, no segundo decênio deste século (XIX), lhe trouxe grande fartura<sup>123</sup>”. Na vila de Cantagalo, Burmeister hospedou-se na casa da Senhora Friaux, já citada como uma das hospedarias da vila. A estada do viajante permitiu que este pudesse conhecer diversas partes da localidade. Uma dessas áreas eram as pedreiras de cal do rio Macacu, importante para a construção dos terreiros de secagem do café<sup>124</sup>. No caminho, Burmeister constatou que “cafezais intermináveis se estendem para ambos os lados”<sup>125</sup> da estrada. Tais observações levaram o pesquisador alemão a concluir que “Cantagalo é o Eldorado do café”.<sup>126</sup>

Hermann Burmeister escreveu seus registros por volta de 1850/51. Dez anos depois, como estariam as estruturas da vila de Cantagalo e suas Freguesias? Tais informações podem ser colhidas junto ao Almanak Laemmert para o ano de 1860. O documento revela que a vila havia crescido e, no momento, faziam parte daquela localidade quatro escolas, duas públicas e duas privadas, dois professores de música, dois boticários, quatro alfaiates, dois marceneiros, uma oficina de ourives, três oficinas de ferreiros, dois ferradores, um relojoeiro, dois mestres de obra, três seleiros, duas padarias, quatro casas de pasto, duas modistas, duas parteiras, dois sapateiros, dois barbeiros, dois açougues e dois dentistas, além de quatro bilhares.<sup>127</sup>

Quanto aos fazendeiros listados pelo Almanak, temos a seguinte situação: na Freguesia do Santíssimo Sacramento, 42 possuíam terreiros de pedra e engenho e 49 sem engenho. Na Freguesia de São Sebastião do Alto, 21 fazendeiros tinham terreiros de pedra e engenho, 32 fazendas possuíam ripes<sup>128</sup>, 90 sem ripes. A Freguesia de Santa Maria Madalena possuía 64 fazendeiros de café. Em Nossa Senhora do Monte Carmo, existiam 24 produtores de café com engenhos de pilão para a sua preparação e 108 fazendeiros que cultivam café sem o mesmo

<sup>122</sup> *O Auxiliador da Indústria Nacional*, n. 1 (julho/1852), p. 177. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/302295/per302295\\_1852\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/302295/per302295_1852_00001.pdf)>. Acesso em: 28 dez. 2018.

<sup>123</sup> BURMEISTER, H. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Universidade de São Paulo (Coleção Reconquista do Brasil Nova Série, v. 23), 1980, p. 152.

<sup>124</sup> CARRILHO, M. J. Fazendas de Café Oitocentistas. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, N. Sér. v.14. n.1. pp. 59-80. jan.-jun./2006. <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v14n1/03.pdf>

<sup>125</sup> BURMEISTER, H. *Op. Cit.*, p. 153.

<sup>126</sup> BURMEISTER, H. *Op. Cit.*, p. 152.

<sup>127</sup> Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro. [Almanak Laemmert]. Ano: 1860.

<sup>128</sup> Ripes são equipamentos para o beneficiamento do café usado para terminar o descarocamento do fruto do cafeeiro.

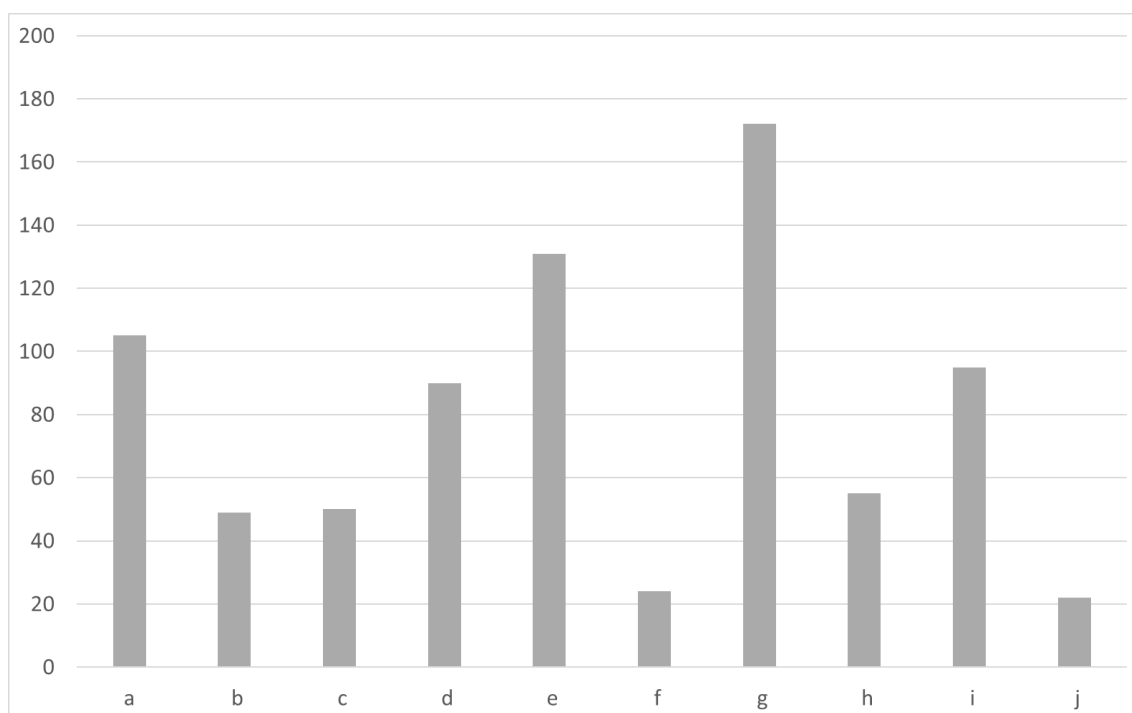
aparato. A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Rio Negro das Duas Barras contava com 31 proprietários, dezoito fazendeiros de café sem engenhos e mais 95 produtores em menor escala. Na Freguesia de Santa Rita do Rio Negro, 42 fazendas com engenhos e terreiros de pedra, dezoito com engenho de ripas, 22 lavradores, 24 propriedades. Na Freguesia de São Francisco de Paula, existiam 30 indivíduos considerados os “principais fazendeiros”, 46 fazendas não possuíam engenho. Portanto, contavam 793 fazendas, em 1860, – Quadro 1.4 e Gráfico 1.4, ou seja, o número de fazendas entre 1848 e 1860 subiu em incríveis 741%<sup>129</sup>.

**Quadro 1.4: Fazendeiros, proprietários e lavradores de Café em Cantagalo, 1860**

Fazendeiros de café sem engenho de pilão	172	22%
Fazendeiros de café	131	17%
Fazendeiros de café com terreiros de pedra e engenho	105	13%
Produtores em menor escala	95	12%
Fazendeiros sem ripas	90	11%
Proprietários	55	7%
Fazendeiros com ripas	50	6%
Fazendeiros de café sem terreiros de pedra e engenho	49	6%
Fazendeiros de café com engenho de pilão	24	3%
Lavradores	22	3%
Total	793	100%

Fonte: Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro. [Almanak Laemmert]. Ano: 1848.

<sup>129</sup> Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro [Almanak Laemmert]. Ano: 1860, pp. 274-287.

**Gráfico 1.4: Fazendeiros, proprietários e lavradores de Café em Cantagalo, 1860**

Fonte: Quadro 1.4. a)Fazendeiros de café com terreiros de pedra e engenho; b) Fazendeiros de café sem terreiros de pedra e engenho; c) Fazendeiros com ripês; d)Fazendeiros sem ripês; e)Fazendeiros de café; f)Fazendeiros de café com engenho de pilão; g)Fazendeiros de café sem engenho de pilão; h)Proprietários; i) Produtores em menor escala; j) Lavradores.

Sem dúvida, os dados referentes às unidades produtivas que aqui apresentamos são a comprovação do desenvolvimento da vila de Cantagalo. Desde sua fundação, não só as estruturas da vila avançaram, mas também sua população. Compilamos os dados disponíveis entre 1798 e 1872 e tais informações demonstram não só o crescimento populacional da vila, mas também o expressivo aumento da população escrava, que, em quase todo o período analisado, foi maior que a população livre. Diante disso, é preciso questionar os motivos do incremento populacional e – principalmente – o relevante aumento da população escrava na vila de Cantagalo.

Analisando o Quadro 1.5 e o Gráfico 1.5, percebemos que os dados apresentados por Acácio Dias Ferreira não estavam muito distantes da realidade. É importante ressaltar que, durante os períodos de montagem, expansão e auge da cafeicultura, quase 60% da população da vila era de escravos, acentuando a importância das relações de produção baseadas na mão de obra escrava nos “Sertões do Leste”. Esta tendência só se altera no censo de 1872, já na fase de grandeza, quando a população livre dá um salto para 65%. Mais importante ainda é notar que, apenas entre os anos de 1856 e 1872, há uma diminuição sensível no número de escravos, que caiu para 34% da população. No período anterior, entre 1850 e 1856, a população cativa

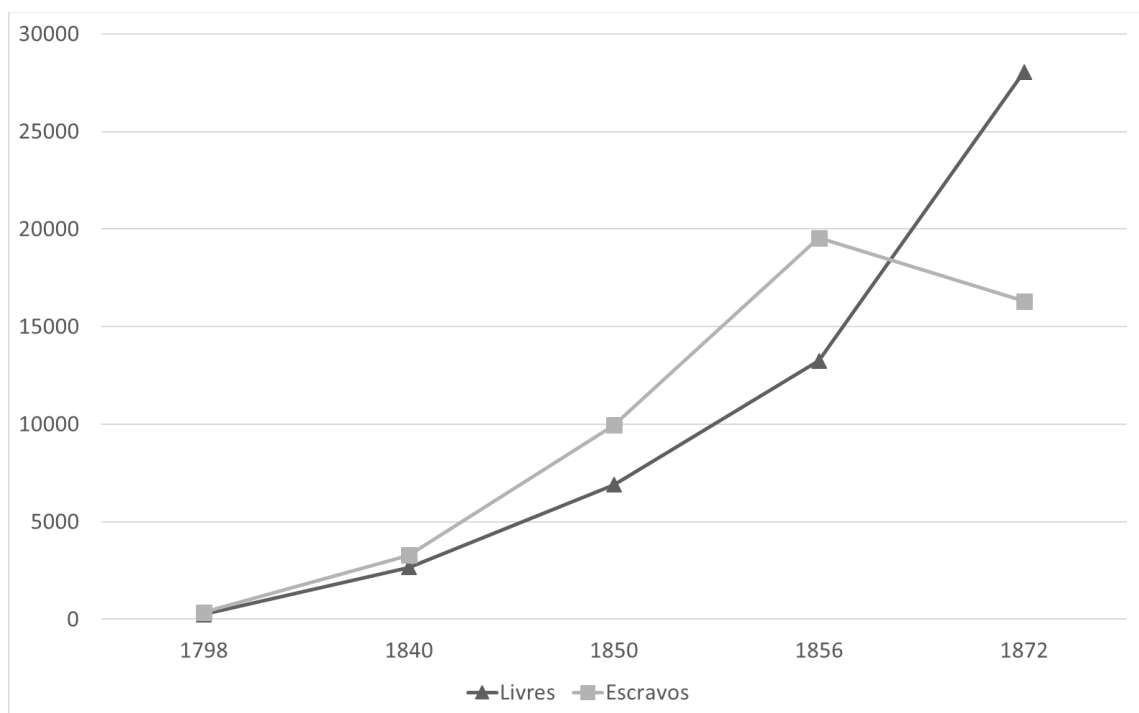
quase que dobrou, demonstrando um forte incremento a partir do tráfico interno de escravos, já que o trato estava definitivamente proibido desde 1850.

**Quadro 1.5: População livre e escrava na vila de São Pedro de Cantagalo, 1798-1872**

Ano	1798		1840		1850		1856		1872	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Livres	240	40,00%	2.649	44,72%	6.898	40,93%	13.250	40,41%	28.045	65,43%
Escravos	360	60,00%	3.275	55,28%	9.957	59,07%	19.537	59,59%	16.305	36,76%
Total	600	100%	5.924	100%	16.855	100%	32.787	100%	44.350	100%

Fonte: DIAS, 1979, p. 69; Relatório do Presidente de Província de 1856 e Censo de 1872.

**Gráfico 1.5: População livre e escrava na vila de São Pedro de Cantagalo, 1798-1872**



Fonte: Quadro 1.5.

É notório que o momento histórico que analisamos – a montagem da cafeicultura nas vilas de Cantagalo e Nova Friburgo – ocorreu durante as três primeiras décadas do século XIX e teve origem em São Gonçalo e em Itaboraí, chegando a Nova Friburgo e a Cantagalo<sup>130</sup>. A construção da cafeicultura no Vale do Paraíba ocorreu nesse período, principalmente entre os anos de 1810 e 1830, período que proporcionou a criação de um extenso complexo rubiáceo nas terras da vila de Cantagalo. Tal processo modificou as estruturas da vila ampliando os ramos de serviço e a quantidade de fazendas, como se verificou acima. Desse modo, vale destacar a

<sup>130</sup> SALLES, R. **E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 139 e 140.

íntima relação da montagem dos complexos cafeeiros do médio Paraíba com a economia-mundo.

Segundo Rafael Marquese e Dale Tomich, a região do médio Paraíba desde finais do século XVIII e início do XIX congregava uma “enorme quantidade de terras virgens, sem travas fundiárias, plenamente aptas em termos de altitude e clima à cafeicultura”<sup>131</sup>. Essas terras estavam relativamente próximas ao porto do Rio de Janeiro, o que foi fundamental para o escoamento do produto. O estabelecimento dos proprietários de terras nessa região coincide com o período de formação do Estado Nacional brasileiro, do desenvolvimento do capitalismo mundial e do que veio a denominar-se Segunda Escravidão.<sup>132</sup>

Foi exatamente nesse contexto que a população de Cantagalo se erigiu. Sem dúvida, além de um significativo fluxo de pessoas livres em busca do enriquecimento através do cultivo de café, um enorme fluxo de escravos oriundos do tráfico legal e ilegal, esse último pós-lei de 1831<sup>133</sup>, veio compor os quadros populacionais cantagalenses. Tal número cresceu significativamente entre as décadas de 40 e 50 do século XIX e continuou crescendo posteriormente, devido ao tráfico interprovincial, como demonstram os números de 1856. Cantagalo, a essa época, entrava no auge da atividade cafeeira e demandava uma constante reposição de braços escravos para a lavoura. Desta forma, percebe-se que a vila se encontrava intimamente ligada a economia-mundo e que sua produção contribuía para que o Brasil alcançasse, já em 1828, o posto de maior produtor mundial de café.

Precisamos levar em conta que, no início da década de 1830, o Brasil já era o maior produtor mundial de café, com 650 mil sacas, como nos informa Edmar Bacha<sup>134</sup>. Apresentamos através do recorte do mapa Corográfico de 1839<sup>135</sup>, Imagem 1.5, as principais regiões produtoras de café entre as vilas de Cantagalo – Ribeirão das Areias, Santa Rita do Rio Negro e Nossa Senhora da Conceição do Rio Negro das Duas Barras – e Nova Friburgo – Nossa Senhora da Conceição do Paqueta e São José do Ribeirão. Tais regiões, a partir dos anos 1850, passaram a preponderar na produção cafeeira da Província fluminense. O Vale do Paraíba

---

<sup>131</sup> MARQUESE, R. & T. D. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial de café no século XIX. In: GRIMBERG, K. & SALLES, R. **O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 358.

<sup>132</sup> TOMICH, D. **Pelo Prisma da Escravidão. Trabalho, Capital e Economia Mundial**. São Paulo: Edusp, 2011. Principalmente os três primeiros capítulos: 1. Capitalismo, Escravidão e Economia Mundial; 2. Mundo do Capital, Mundos do Trabalho; e, 3. A "Segunda Escravidão".

<sup>133</sup> Cf. Nota 1.

<sup>134</sup> BACHA, E. “Política brasileira do café. Uma avaliação centenária”. In: BACHA, E.; GREENHILL, R. **Marcelino Martins & E. Johnston: 150 anos de café**. 2ª ed. revisada. São Paulo: Salamandra Cons. Editorial, 1992, p. 20.

<sup>135</sup> NYEMEYER, Conrado Jacob de. **Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro, 1839**. Cart164664, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O mapa pode ser consultado através do sítio <http://www.bn.br>

foi a região de maior proeminência na produção cafeeira do Brasil e – sem dúvida – a área fluminense do vale logrou significativo destaque. No ano de 1852, produziu 7 milhões e 193 mil arrobas de café, o que correspondeu a 77% das exportações brasileiras, e as demais Províncias produtoras da rubiácea – São Paulo e Minas Gerais – produziram, respectivamente, 13,8% e 7,6%.<sup>136</sup>

Reafirma-se, assim, a importância das áreas de Cantagalo e de Nova Friburgo após o início do declínio do café em outras áreas da Província. Ou seja, a classe senhorial dos “Sertões do Leste” encontrava-se apoiada em dois aspectos fulcrais da economia imperial: o café e a escravidão. Assim sendo, desbancava antigas áreas de produção, mantendo a província fluminense como expoente da produção cafeeira do Império<sup>137</sup>. Tanto que, na década de 1860, a província do Rio de Janeiro era responsável por mais de 80% do café exportado pelo Brasil. Tal posto só foi perdido as vésperas da abolição da escravatura, quando a região foi suplantada por São Paulo<sup>138</sup>.

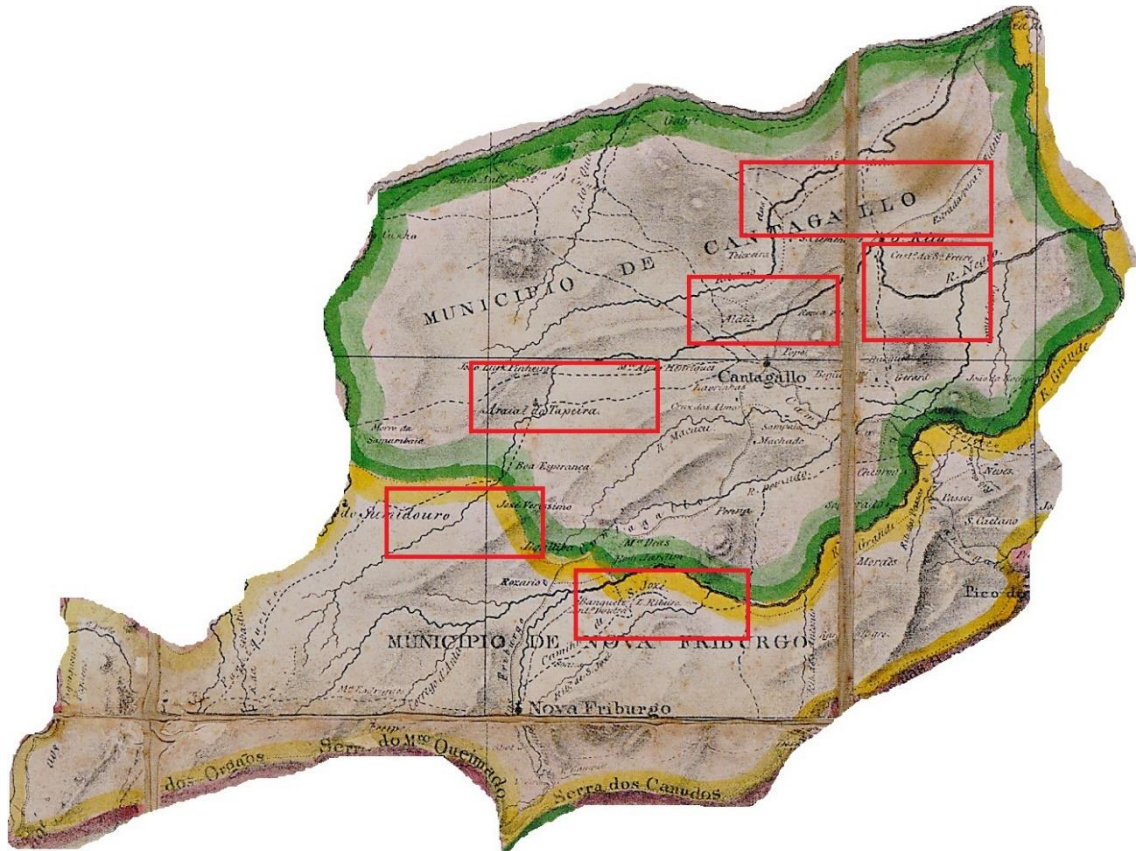
---

<sup>136</sup> LIMA, R. G. D. S. O Ciclo do Café Vale-paraibano. INEPAC/SEC., Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/ciclo-do-café\\_pg-13-a-39.pdf](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/ciclo-do-café_pg-13-a-39.pdf). Acesso em: dez. 2017.

<sup>137</sup> SALLES, R. **E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 150.

<sup>138</sup> SALLES, R. *Op. Cit.*, p. 150.

**Imagem 1.5: Áreas cafeeiras entre Cantagalo e Nova Friburgo na Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro, 1839**



Fonte: Conrado Jacob de Nyemeyer. *Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro, 1839*. Fonte: Biblioteca Nacional - ARC.008,07,002 ex.2 – Cartografia.

#### **1.4. Auge e grandeza de Cantagalo na produção cafeeira, 1851-1880**

Antes de mais nada, é preciso enfatizar as condições em que Cantagalo e Nova Friburgo chegavam à metade do século XIX. O café, neste momento, havia transformado por completo as paisagens cantagalenses. Acácio Ferreira Dias afirma que "Cantagalo, nesse tempo, havia chegado ao auge de sua prosperidade econômica e comercial, era o farto celeiro da terra fluminense"<sup>139</sup>. Segundo o mesmo autor, se Cantagalo era um celeiro, armazenava primordialmente o mar verde das plantações de café das fazendas e sesmarias que se encontravam espalhadas pela região. Poucos anos depois, entre 1853 e 1856 – fase de auge da cafeicultura -, a vila produziu 1.400.000 sacas de café.<sup>140</sup>

Também é importante ressaltar que a área rural da vila de Cantagalo estava mais desenvolvida e ocupada do que sua porção urbana. Tal fato se comprova quando olhamos para o Registro Geral das Hipotecas, onde se percebe que a maior parte das propriedades e prédios

<sup>139</sup> DIAS, A. F. *Terra de Cantagalo*. 2ª. ed. Cantagalo, 1979, p.163.

<sup>140</sup> DIAS, A. F. *Op. Cit.*, p. 184.

hipotecados se encontrava na área rural de Cantagalo. Além disso, é possível reparar, através dos dados do quadro, que a maior parte dos registros mantém certo volume de crescimento entre os anos de 1855 e 1859.

**Quadro 1.6: Registro Geral de Hipotecas da Comarca de Cantagalo, 1855-1859**

Anos	Nº de Registros			Semoventes	
		Urbanos	Rústicos	Escravos	Animais
1855	18	38.274.388	217.246.507	7.199.000	
1856	38	5.000.000	357.332.338	26.370.083	
1857	32	28.410.030	932.712.263	23.078.580	
1858	32	21.450.069	276.616.231	73.544.647	
1859	52	24.563.662	570.385.022	102.418.966	528\$830
Total	172	177:698\$139	2:354:292\$362	232:546\$276	528\$830

Fonte: DIAS, Acácio Ferreira. *Terra de Cantagalo*. Cantagalo-RJ. 2º edição, 1979, p.188.

O decreto 482 de 17 de novembro de 1846 criou o Registro Geral de Hipotecas. Tal registro estava vinculado à comarca onde se localizavam os bens hipotecados, como no caso de Cantagalo. O objetivo deste decreto era desenvolver o crédito via hipoteca e, assim, melhorar as condições de financiamento<sup>141</sup>, além de regularizar as relações de crédito<sup>142</sup>. Todavia, esta forma de crédito não se encontrava difundida entre os vários setores da população e, por certo, não alcançou os pequenos produtores da vila de Cantagalo.

Através do Quadro 1.6, verificamos a preponderância do meio rural na vila de Cantagalo, sobretudo se observarmos os prédios rústicos em sua relação com os escravos. Nos três primeiros anos da série, Cantagalo havia sido afetada pela cólera e, segundo Ferreira Dias, a maior incidência de morte ocorreu entre os escravos, fazendo com que seu preço subisse bastante naqueles anos e atingisse a média de 2:000\$000<sup>143</sup>. Por outro lado, a partir de 1858, temos a recuperação do número de escravos nas hipotecas e a superação desses em relação ao papel dos prédios urbanos, cujo valor diminuiu. O Gráfico 1.6 demonstra como as terras do

<sup>141</sup> MARCONDES, R. L. Crédito privado antes da grande depressão do século XX: o mercado hipotecário. *Est. Econ.* (Impresso), São Paulo, v. 44, pp. 749-786, 2014, pp. 753-754.

<sup>142</sup> SARAIVA, L. F.; PINERO, T. L. O Mercado de Crédito no Rio de Janeiro, 1821-1850. *Locus: Revista de História*, (UFJF), v. 20, pp. 129-151, 2014.

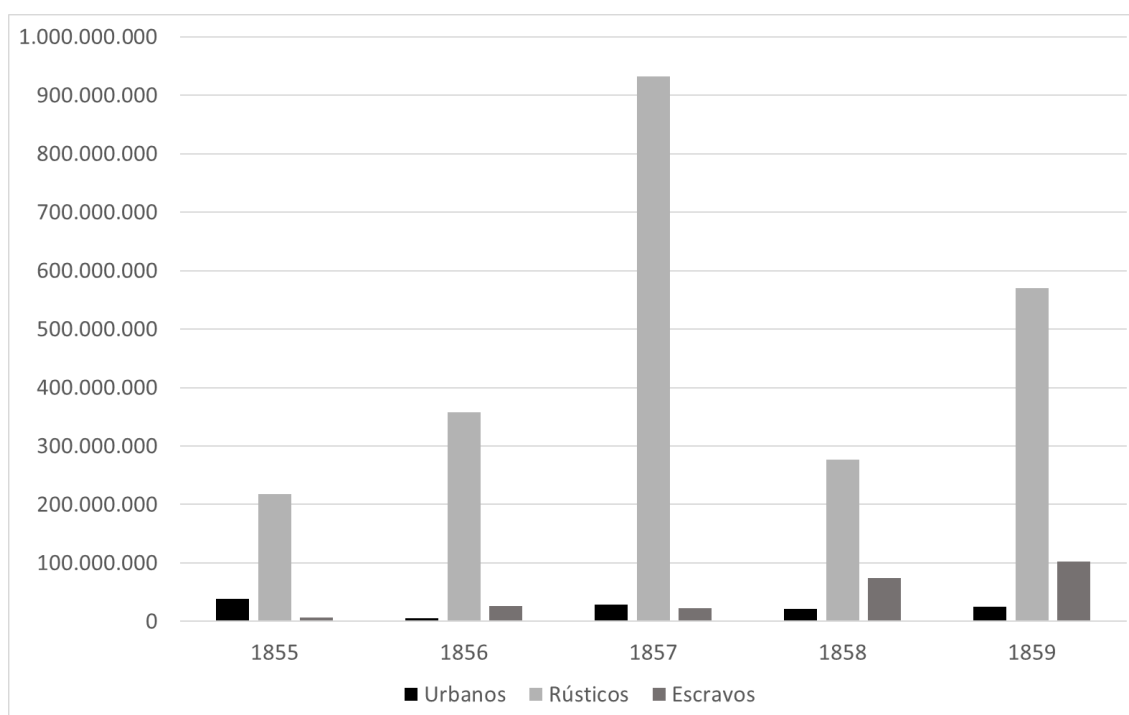
<sup>143</sup> SARAIVA, L. F.; PINERO, T. L. *Op. Cit.*, pp. 184 -185. Mariana Muaze explicou da seguinte forma o modo como se lê os valores em mil-réis: "Os valores numéricos em dinheiro usados nesse trabalho devem ser lidos como no exemplo a seguir: 750\$000 (750 mil réis); 750:000\$000 (750 contos de réis) e 750.000:000\$000 (750 mil contos de réis). MUAZE, M. A. F. As Memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império. Rio de Janeiro : Zahar, 2008, p. 21



meio rural e os escravos estavam entre os elementos mais hipotecados, possivelmente para financiar a própria lavoura cafeeira.

É essencial destacar esta disparidade entre a área urbana e a rural da vila de Cantagalo. Já afirmamos que Acácio Ferreira Dias apontava para esta direção, mas não só ele. Alberto Lamego, em *O homem e a serra*, reafirma esta condição. Para ele, “a vila de Cantagalo continuava estacionária, como um arraial em meio a toda essa fortuna de um crescente poderio rural<sup>144</sup>”. Sob o mesmo ponto de vista, Clélio Erthal afirma: “pelo vulto da produção, Cantagalo logrou invejável projeção, interna e internacional<sup>145</sup>”. Esta projeção causava surpresa aos viajantes europeus “diante do contraste entre a pequenez da vila e a grandeza econômica do seu território<sup>146</sup>”. Logo, ao longo do século XIX, o que projetava Cantagalo era a sua pujante área de agricultura cafeeira.

**Gráfico 1.6: Registro Geral de Hipotecas da Comarca de Cantagalo, 1855-1859**



Fonte: Quadro 1.6.

A riqueza fundiária, expressa através da cafeicultura, impactou a classe senhorial cantagalense, fazendo com que seus representantes adquirissem títulos nobiliárquicos relacionados às suas atividades e à prestação de serviços ao Império. Clélio Erthal lista vinte indivíduos que, ao longo do século XIX, alcançaram a graça concedida por D. Pedro II. Entre

<sup>144</sup> LAMEGO, A. R. *O homem e a serra*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2007, p. 226.

<sup>145</sup> ERTHAL, C. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café*. Niterói: Nitpress, 2008, p. 199.

<sup>146</sup> ERTHAL, C. *Op. Cit.*, p. 199.

os agraciados, dezenove receberam o título de barão, dois deles com grandeza; quatro indivíduos receberam os títulos de visconde, três com grandeza; e, apenas dois senhores receberam o título de conde: Bernardo Clemente Pinto e Antônio Clemente Pinto (filho) – Quadro 1.7 e Gráfico 1.7. Destacaram-se também indivíduos que não receberam títulos nobiliárquicos como Paulino José Soares de Souza<sup>147</sup>, o Conselheiro Paulinho, com significativa atuação na política imperial e proprietário da fazenda Val das Palmas, em Macuco, e o Coronel Braz Carneiro Viana, dono de fazendas no Alto, em Madalena<sup>148</sup>.

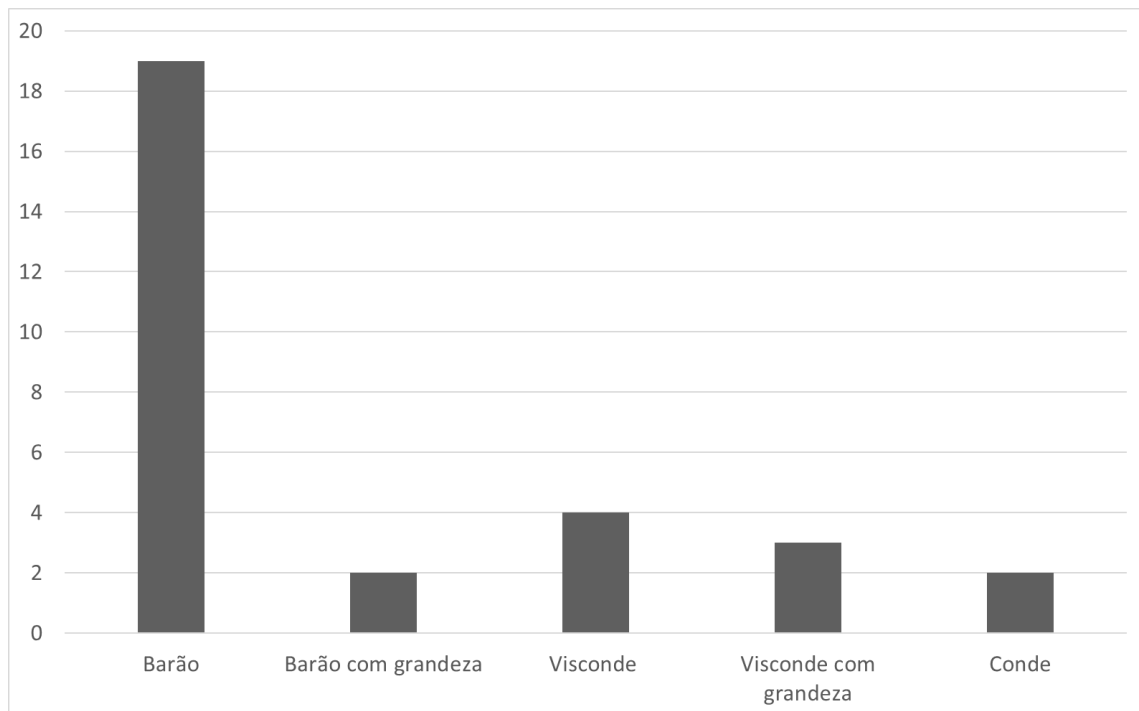
**Quadro 1.7: Nobilitação em Cantagalo, século XIX**

Nobilitação em Cantagalo - Século XIX	
Título	Quantidade
Barão	19
Barão com grandeza	2
Visconde	4
Visconde com grandeza	3
Conde	2
Total	30

Fonte: ERTHAL, C. **Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café**. Niterói: Nitpress, 2008. p.211.

<sup>147</sup> Paulino Soares de Souza (1834-1901), 2º visconde do Uruguai, foi ministro dos Negócios do Império (1868-1870), além de senador do Império do Brasil de 1882-1884 e 1886- 1889. Foi, também, conselheiro do Imperador e crítico da proposta de emancipação dos escravos e ferrenho defensor da escravidão no Brasil. GRINBERG, K. José Paulino Soares de Souza. *In*: VAINFAS, R. **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 567.

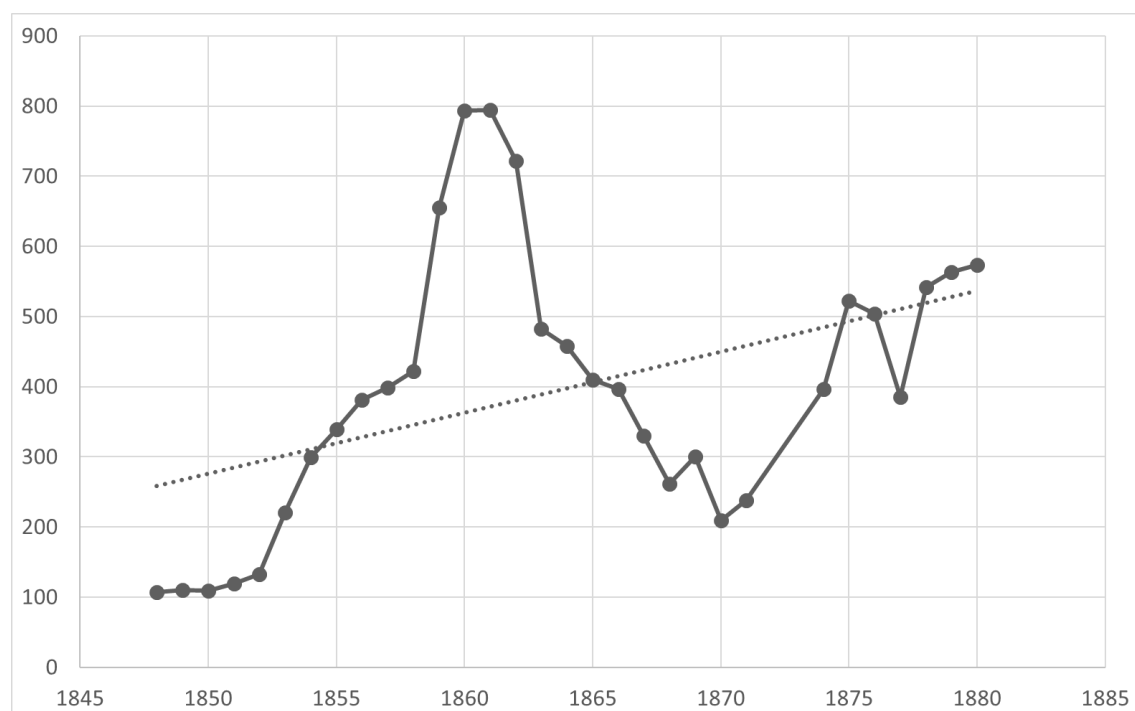
<sup>148</sup> ERTHAL, C. *Op. Cit.*, p. 211. Moço fidalgo, cafeicultor, subdelegado, presidente da Câmara e substituto do juiz municipal em Santa Maria Madalena, o Coronel da Guarda Nacional, Brás Carneiro Viana era filho de Paulo Fernandes Viana, desembargador do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro e intendente geral da polícia da Corte no período Joanino, e de Luisa Rosa Carneiro da Costa, filha do negociante, traficante de escravo e senhor de engenho na vila de Santo Antônio de Sá, Brás Carneiro Leão. Disponível em: [http://www.marcopolo.pro.br/genealogia/paginas/cantagalo\\_carnviana.htm](http://www.marcopolo.pro.br/genealogia/paginas/cantagalo_carnviana.htm). Acesso em: 10 de jun. de 2018.

**Gráfico 1.7: Nobilitação em Cantagalo, século XIX**

Fonte: Quadro 1.7.

A nobilitação expressa no parágrafo anterior não fora concedida sem motivação. Sua principal expressão se ligava à posse e à exploração da terra, mas não só. A maior parte dos títulos foi concedido durante a crise do Império, a partir de 1880, período de maior concessão de títulos – como afirma Stein<sup>149</sup>. Tais senhores e muitos outros que não eram donos de títulos de nobreza eram proprietários de terras e, conseqüentemente, de escravos e, por certo, estavam envolvidos na produção cafeeira, principal atividade econômica da região. Ao olharmos para as propriedades rurais de Cantagalo entre os anos de 1848 e 1880 através do Almanak Laemmert, torna-se perceptível o aumento do número de registros ao longo do período estudado. Para melhor visualização deste aumento nos valem os Gráfico 1.8.

<sup>149</sup> STEIN, S. J. *Op. Cit.*, pp. 320-321.

**Gráfico 1.8: Propriedades Rurais em Cantagalo, 1848-1880**

Fonte: Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro. [Almanak Laemmert]. Ano: 1848-1880.

De fato, os registros realizados pelo Almanak Laemmert não representam a totalidade das fazendas existentes, mas podem indicar tendências e nos ajudar a refletir sobre a ocupação da terra em Cantagalo. Entre 1848 e 1852, as referências a Cantagalo indicam um crescimento bastante lento do número de propriedades. A partir de 1852, inicia-se um aumento significativo no número de propriedades registradas, perdurando até 1858. A partir deste momento, o número de propriedades dá um salto vertiginoso entre 1859 e 1862, para, no período seguinte, até 1870, ocorrer uma queda no registro das propriedades.

Torna-se essencial destacar que, entre 1871 e 1874, o município de Cantagalo e vários outros municípios não tiveram seus registros publicados pelo Almanak. Para além deste interregno de dois anos sem registro, a quantidade de propriedades anotadas voltou a crescer e se manteve em crescimento até o final da série, com queda apenas em 1877 – Gráfico 1.8.

Iniciamos a análise desses documentos enfatizando os problemas inerentes a eles. Gostaríamos de reiterar essas dificuldades. A primeira delas é o sub-registro. Acreditamos que os dados que chegavam ao Almanak não representavam a totalidade das propriedades. Em segundo lugar, muitos dos senhores registrados no documento possuíam mais de uma propriedade e poucos deles têm o número de seus domínios anotados por completo.

Diante de tais dificuldades, indicamos que os números apresentados conformam um indício do comportamento das propriedades ao longo do século XIX em Cantagalo, por isso

apresentamos uma linha de tendência junto ao gráfico e indicamos que a média de propriedades montava 393 unidades. Estes últimos elementos endossam o que buscamos argumentar: o aumento gradativo das propriedades na vila de Cantagalo entre 1848 e 1880 e uma média significativa de domínios.

A partir da década de 1850, a agricultura cantagalense inicia o seu período de auge e grandeza. Tal expediente se torna notável por conta, por exemplo, dos dados referentes ao volume de propriedades registradas no Almanak Laemmert. Ademais, é também neste período que verificamos o crescimento da escravidão na vila, elemento que, indiretamente, indica o crescimento da cafeicultura. Nesta conjuntura, destacamos a importância do trabalho de Gelson Rozentino para a nossa pesquisa. O autor enfatiza, em seu trabalho, o papel do mercado internacional de café para o desenvolvimento da produção cafeeira, articulada à atração de mão de obra escrava e livre para Cantagalo<sup>150</sup>.

Em concordância com o que estamos apresentando, Eliana Maria Gonçalves Vinhaes<sup>151</sup> afirma que, na década de 1870, a vila de Cantagalo, diferente das áreas Ocidentais da bacia do Paraíba, não apresentava mostras de crise. Um dos aspectos que apontam para esse fator é a quantidade de escravos introduzidos na localidade no período entre 1871 e 1880. Neste momento da história da vila, registra-se uma tendência ao aumento da população escrava, ou seja, a introdução de escravos nesta década aponta para o fato de que a crise da cafeicultura não alcançou Cantagalo.<sup>152</sup> Além disso, no início do período que denominamos como de grandeza, somente a Estrada de Ferro Cantagalo enviou para Cachoeiras de Macacu 388.288 arrobas de café entre 1º de julho de 1871 e 1º de julho de 1872<sup>153</sup>.

<sup>150</sup> ROZENTINO, G. **Hoje é dia de branco. O trabalho livre na Província Fluminense: Valença e Cantagalo, 1870-1888.** Dissertação (Mestrado em História): Niterói: PPGH-UFF, 1995.

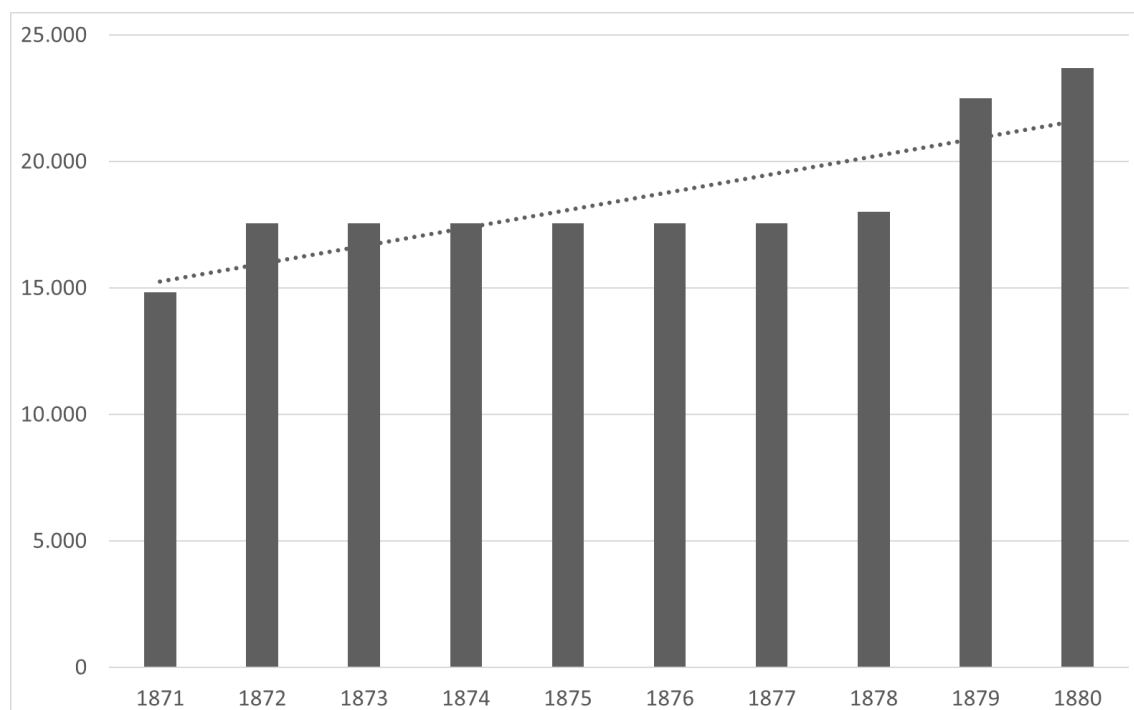
<sup>151</sup> VINHAES, E. M. G. **Cantagalo: as formas de organização e acumulação da terra e da riqueza local.** Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ. Dissertação (Mestrado em História), 1992, pp. 113 e 114.

<sup>152</sup> As interpretações clássicas colocavam que a decadência da economia cafeeira no Vale do Paraíba tinha origens no final da década de 1860. Robert Slenes foi precursor na crítica a essa visão, demonstrando que o período de grandeza se estendia até, pelo menos, a década de 1880. Sobre as interpretações clássicas conferir: COSTA, E. V. D. **Da Senzala à Colônia.** 5. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. DEAN, W. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920).** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977. STEIN, S. J. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900.** Tradução de Vera Bloch Wrobel. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. Sobre a crítica as visões clássicas, Cf. SLENES, R. W. Grandeza ou decadência? o mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: DEL NERO, I. (Org.). **Brasil: história econômica e demográfica.** São Paulo: IPE-USP, 1986. pp. 103-155. Cf. também: SALLES, R. *Op. Cit.*

<sup>153</sup> Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 29/09/1872, p. 237. Disponível em: [http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio\\_de\\_janeiro](http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro). Acesso em 10 de jun. de 2018. A quantidade de café transportado pela Estrada de Ferro Cantagalo não representa a totalidade da produção da vila. Grande parte do café cantagalense também era levado ao Porto do Rio de Janeiro através do Porto de Macaé. Ver: PENHA, A. L. N. **Nas águas do canal: política e poder na construção do canal Campos-Macaé (1835-1875).** Tese (Doutorado em História): Niterói: PPGH História-UFF, 2012.

O Gráfico 1.9 apresenta dois fatores interessantes. Primeiro, entre as décadas de 1870 e 1880, o número de escravos continuou subindo em Cantagalo. A taxa de crescimento elaborada a partir dos dados é de 37%. Tal fator indica o período de grandeza da cafeicultura e também que a vila tinha ritmos próprios em relação ao plantio da rubiácea. Segundo, a esta altura dos debates a respeito da instituição da escravidão, muitos produtores dessa região continuavam investindo na mão de obra escrava como fonte de reprodução do trabalho nas fazendas.

**Gráfico 1.9: Crescimento da população escrava em Cantagalo, 1871-1880**



Fonte: Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro. [Almanak Laemmert]. Ano: 1871-1880.

Analisamos, até o momento, o desenvolvimento da área rural de Cantagalo, baseando nossos argumentos nos dados fornecidos pelo Almanak Laemmert. Ao emprendermos tal pesquisa, fez-se mister realizar uma investigação referente às estruturas urbanas ou ligadas às prestações de serviços oferecidas pela vila. Sem dúvida, esta averiguação auxiliou a compreensão do progresso da vila entre os anos de 1850 e 1880. Neste caso, o elemento reiterativo de nosso argumento referente ao mundo rural também se estende ao mundo urbano, ou seja, a região estudada continuava crescendo independente da crise na área ocidental do vale. Tal crescimento fica explícito ao constatarmos tanto o desenvolvimento da área rural quanto do espaço urbano.

Na década de 1850, os dados registrados referentes a Cantagalo apontavam que os serviços e ocupações da vila se calcavam em advogados, negociantes, alfaiates, sapateiros, boticários e hospedarias. Essas estruturas visavam atender a população livre da vila, a qual representava 40% daqueles que viviam em Cantagalo. Nas décadas de 60 e 70, os serviços foram se multiplicando e se especializando. A vila passou a contar com padarias, bilhares, dentistas e médicos. Já no ano de 1880, podemos perceber o surgimento de duas Lojas Maçônicas, biblioteca, casas de caridade, além da presença de quatro engenheiros e um tipógrafo – Quadro 1.8. Parte destes espaços de sociabilidade foi registrada pela pena de Jakob von Tschudi, destacamos o pequeno povoado registrado e ressaltamos que a maior parte dos moradores da vila ocupava sua área rural – Imagem 1.6. Outra imagem que referenda à pouca urbanidade de Cantagalo, mesmo que em um período anterior, é a planta baixa da cidade elaborada por Conrado Jacob de Nyemeyer<sup>154</sup>, apresentada em um detalhe da carta da Província do Rio de Janeiro – Imagem 1.7.

---

<sup>154</sup> Conrado Jacob de Niemeyer nasceu em Lisboa, em 28 de outubro de 1788, e faleceu no Rio de Janeiro, em 5 de março de 1862. Filho do coronel de engenheiros Conrado Henrique de Niemeyer e de Firmina Angélica de Niemeyer. Chegou ao Brasil em 1809 após a invasão francesa e a um curto período na Inglaterra. Foi incorporado como segundo-tenente ao regimento de artilharia da Corte e, em 1815, terminado o curso de matemáticas, foi promovido a tenente de engenheiros. Combateu as revoluções pernambucanas de 1817 e 1824 e, no interregno das revoluções, levantou a planta de Recife e Olinda. Com o fim da Confederação do Equador, recebeu de Francisco de Lima e Silva condecorações pelos serviços militares prestados. Após a carta outorgada de 1824, foi nomeado comandante das Armas do Ceará. Conrado foi presidente da Diretoria de Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro. Foi um dos membros fundadores do IHGB. Em 1846, presenteou o IHGB com a Carta Geral do Império, premiada com medalha de ouro, recebida das mãos de D. Pedro II. Dez anos depois, foi nomeado oficial da Repartição Geral das Terras Públicas e encarregado da confecção da Carta Corográfica do Império e, depois, da do Rio de Janeiro. Disponível em: "<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/CJNiemeyer.html>" <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/CJNiemeyer.html> - Acesso em: 31 de jan. de 2018.

**Imagem 1.6: Vista da parte central da cidade de Cantagalo, 1857**



Fonte: TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. [1866] Tradução de Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980. (Coleção Reconquista do Brasil Nova Série, v. 14).



Imagem 1.7: Área urbana de Cantagalo, 1839



Fonte: Conrado Jacob de Nyemeyer. *Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro, 1839*. Fonte: Biblioteca Nacional - ARC.008,07,002 ex.2 - Cartografia.

**Quadro 1.8: Serviços e ocupações urbanas em Cantagalo, 1850-1880**

Serviços/Ocupações	1850	1860	1870	1880
Negociantes	16	68	51	87
Alfaiates	3	27	8	16
Médico	-	16	13	23
Sapateiros	5	14	7	15
Hospedarias	4	4	14	12
Advogados	4	4	10	11
Padarias	-	8	5	13
Boticários	3	3	3	9
Dentistas	-	2	5	7
Bilhares	-	4	3	5
Engenheiro	-	-	-	4
Loja Maçônica	-	-	-	2
Tipografia	-	-	-	2
Biblioteca	-	-	-	1
Casa de Caridade	-	-	-	1

Fonte: Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro. [Almanak Laemmert]. Ano: 1850-1880.

Os serviços apresentados até momento indicam que Cantagalo cresceu significativamente após o período de formação e montagem de seu complexo cafeeiro. Tal crescimento impactou, ao mesmo tempo, suas áreas rurais e urbanas. Nesta última, percebemos o desenvolvimento de elementos para atender a classe senhorial que ocupava os espaços de sociabilidade surgidos no distrito da vila. Ressaltamos, porém, que aqui também pode ter acontecido o sub-registro. Assim, o número de serviços apresentados poderia ser significativamente maior.

Até o presente momento, apresentamos as principais características das vilas de Cantagalo e de Nova Friburgo no que se refere ao seu envolvimento com a cafeicultura e a escravidão. Utilizamos, para isso, dados reunidos por pesquisadores e memorialistas regionais, informações dos censos populacionais disponíveis e fontes primárias que nos ajudaram a qualificar a repercussão do desenvolvimento da cafeicultura e, principalmente, o impacto da escravidão na conformação das vilas em questão. A centralidade do café e da escravidão torna-se o binômio essencial na compreensão das fases de desenvolvimento que essas vilas tiveram ao longo de sua história.

### 1.5. Conclusões preliminares

Neste capítulo, fundamentamos a nossa perspectiva ligada à Segunda Escravidão e a um retorno dos pontos de análise que levam em conta os aspectos de uma história total. Logo, olhar para Cantagalo e Nova Friburgo, neste contexto, não se limita a compreender suas mudanças internas, mas a levar em conta que essas transformações se deram no âmbito da economia-mundo, ligadas ao nascimento do capitalismo, da refundação da escravidão e da criação dos Estados Nacionais<sup>155</sup>. Desta forma, a região abordada fora transformada por conta dos elementos elencados. O café produzido contribuía para impactar o mercado mundial e os lucros obtidos por meio de sua venda impactavam as estruturas da vila. Trata-se de uma via de mão dupla que, no caso das vilas analisadas, teve maior duração no tempo do que as áreas ocidentais da bacia do Rio Paraíba.

Além desse fator, também foi possível perceber que a criação da vila não se deu por expansão da fronteira agrícola, mas por dispersão no território, motivada pela “febre do ouro” e sua exploração clandestina. Assim, um fluxo de mineradores clandestinos vindos do sul de Minas Gerais varou as terras virgens dos Sertões do Leste e ali se espalharam e se instalaram para explorar o ouro da região. Quando chegaram a ser expulsos daquelas paragens, a maior parte das minas já se encontrava exaurida e foi então que a Coroa portuguesa, neste momento instalada no Brasil, decidiu dar um sentido agrícola para a região, que já possuía a agricultura de subsistência e de abastecimento desenvolvidas. Deste momento em diante, verifica-se a difusão das propriedades rurais e, praticamente junto a elas, a chegada das primeiras mudas de café que, nas décadas seguintes, iriam povoar a paisagem daquelas vilas.

Outro aspecto que não pode ser deixado de lado é o crescimento populacional das vilas. Cantagalo e Nova Friburgo, nesse período de sua formação, tiveram um incremento populacional vertiginoso. Rumaram para as vilas um número significativo de escravos para o trabalho nas lavouras nascentes, mas não só; também vieram muitos aventureiros que desejavam apostar suas economias nas terras daqueles sertões. O caso mais emblemático é o do Barão de Nova Friburgo, que, ao chegar à região por volta de 1819, iniciou uma intensa atividade agrícola que o alçaria a posição de um dos maiores cafeicultores do Vale do Paraíba.

Vale lembrar, também, do fluxo de migrantes suíços e alemães que vieram ocupar as terras da fazenda do Morro Queimado<sup>156</sup>, depois vila de Nova Friburgo. Muitos desses colonos,

---

<sup>155</sup> MARQUESE, R.de B.; SALLES, R. (Orgs.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**: Cuba, Brasil e Estados Unidos. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

<sup>156</sup> A fazenda do Morro Queimado foi a parte desmembrada da vila de São Pedro de Cantagalo que daria origem à vila de São João Batista de Nova Friburgo.

principalmente os que tinham condições, rapidamente migraram para as terras de Cantagalo ou para as margens do Rio Macaé, com o objetivo de explorar terras que fossem aptas ao cultivo dos produtos “coloniais”, com maior apelo comercial e maior preço de mercado, como o açúcar e o café. Tais colonos, à medida que passavam a conviver com as estruturas e as bases escravistas disseminadas por aquelas regiões, passaram também a assimilar o modo de vida ligado à exploração do elemento escravo como ponto de partida para a conformação de suas riquezas.

Desta forma, a cafeicultura, que se implantou em Cantagalo ainda na década de 10 do século XIX, provocou uma profunda transformação socioeconômica na vila. Tais mudanças ocorreram também na sua infraestrutura, por meio de máquinas de beneficiar café, pela melhoria nas estradas e, a mais marcante delas, pela chegada da Estrada de Ferro Cantagalo. A estrada de ferro dinamizou ainda mais o escoamento da produção cafeeira e fez subir a serra, com muito mais facilidade, as modernidades que chegavam à praça comercial do Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo em que o sistema agrário era implantado nessas localidades, tornou-se perceptível que as vilas de Cantagalo e de Nova Friburgo passavam a ter relevância também em sua área urbana, indicador de prosperidade econômica. Foi, entre as décadas de 1850 e 1880, que as diversas ocupações e serviços citadinos se desenvolveram nessas vilas. Tal elemento concretizou diversas estruturas de sociabilidade nos dois mais importantes espaços de relações de produção escravistas da banda oriental do Vale do Paraíba.

As modificações que relatamos até aqui fazem parte das transformações da economia em escala global, influenciadas pelo impacto da Revolução Industrial, do desenvolvimento do capitalismo e do surgimento e consolidação dos Estados Nacionais<sup>157</sup>. Marquese e Tomich demonstram com muita clareza a proeminente posição brasileira no quadro de exportações de café a partir dos anos 1830. Ainda segundo os autores, as exportações continuaram aumentando na década de 1840. Quando o Brasil alcançou o volume de 150.000 toneladas/ ano, em meados da década de 1860, esse número subiu para 225.000 t/ano e, no período final da década de 1870, chegou a 350.000 t/ano.<sup>158</sup> O Vale do Paraíba foi o grande responsável pelo crescimento descrito, e, com certeza, Cantagalo foi tributário volumoso desse patamar de exportações.

Nas áreas periféricas do capitalismo, outro fator que influenciou profundamente a constituição destas realidades foi a retomada da escravidão atlântica em escala e intensidade

---

<sup>157</sup> SALLES, R. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. *Almanak, Guarulhos*, n. 4, pp. 5-45, dez./2012.

<sup>158</sup> MARQUESE, R. de B.; TOMICH, D. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: MUAZE, M.; SALLES, R. (Orgs.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

nunca antes vistas. Neste período, entre 1826 e 1850, rumaram para o Brasil mais de 776.366 africanos via tráfico de escravos.<sup>159</sup> Tais indivíduos abasteceriam, principalmente, as fazendas do Vale do Paraíba escravista e sua produção cafeeira.

Outro fator que destacamos foi o crescimento da população escrava na vila de Cantagalo até os estertores dos anos 80. Este crescimento endossa o nosso argumento de que a banda oriental do Vale do Paraíba manteve a produção cafeeira no auge por um período mais longo do que as outras áreas. Isto porque a mão de obra cativa era essencial para manter a produtividade na colheita e processamento da rubiácea antes de seu transporte e exportação. Ou seja, o café de Cantagalo e Nova Friburgo continuou impactando o mercado internacional pelo menos até a década de 80 do século XIX.

Por tudo que foi elencado até agora, inserimos as vilas de Cantagalo e Nova Friburgo no rol de espaços de relações de produção baseados na mão de obra escrava que teve sua realidade impactada pela Segunda Escravidão e pelo mercado mundial de café. Pretendemos, neste capítulo, adensar essa significação estrutural da escravidão para as vilas já citadas e, por conseguinte, delinear um quadro geral da realidade, na qual o Barão de Nova Friburgo formaria a maior parte de sua riqueza. Desta forma, contribuímos, neste movimento, para o desenvolvimento das vilas. No capítulo seguinte, abordaremos, exclusivamente, as estruturas escravistas da vila de Cantagalo, estabelecendo um padrão de posse de escravos, perscrutando as características da formação da população escrava ao longo do século XIX e analisando o comportamento da camada dos megaproprietários de escravos na vila.

---

<sup>159</sup> <http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>

## Capítulo II: A acumulação e a concentração da propriedade escrava na vila de Cantagalo

### 2.1. O padrão de posse de escravos

O presente capítulo tem por objetivo ampliar o argumento utilizado até aqui, de que a vila de Cantagalo se desenvolveu ao mesmo tempo em que a escravidão e a expansão cafeeira avançavam pelo Vale do Paraíba. Anteriormente, analisamos em parte como as estruturas desta vila se modificaram ao longo do século XIX e relacionamos tal desenvolvimento ao impacto gerado pelo tráfico de escravos e ao impulso dado pela exportação cafeeira, principalmente, a partir dos anos 30 do século XIX.

Diante disso, visamos à análise do desenvolvimento da escravidão na vila de Cantagalo com o objetivo de estabelecer um padrão da posse de cativos durante o século XIX. Para alcançar tal objetivo, contamos com um conjunto de documentos que incluem 351 inventários post-mortem<sup>160</sup>, compreendendo os anos de 1810 e 1880. Tais documentos são essenciais para identificarmos o padrão de posse de cativos e a estrutura escravista que compunha esta realidade<sup>161</sup>. Para analisar esse corpo documental, partimos da seguinte metodologia: dividimos os documentos de dez em dez anos e, nestes períodos, repartimos os proprietários em cinco categorias, a saber: microproprietários, um a quatro escravos; pequenos proprietários, cinco a dezenove escravos; médios proprietários, 20 a 49; grandes proprietários, 50 a 99; e, megaproprietários, mais de 100 cativos.<sup>162</sup>

O número de inventários encontrados está dividido da seguinte forma: entre os anos de 1810 e 1820, temos seis inventários; e, entre 1821 e 1830, foram encontrados dois inventários. Isso significa que, para o período de montagem da cafeicultura, temos um total de 8 inventários, totalizando 144 cativos. Na sequência, nos anos de 1831 a 1840, registramos sete inventários e, nos anos 1841 a 1850, 21 inventários. Esses dois espaços temporais constituem o período de

---

<sup>160</sup> Os 351 inventários post-mortem se referem ao total de inventariados. Os não proprietários de escravos somavam 51 indivíduos no conjunto de inventários pesquisados. Assim, o número de proprietários de escravos era de 300. O conjunto de inventários trabalhados por Juliana Garavazo apresentou características bastante díspares das que apresentamos aqui. Primeiramente, a pesquisadora trabalhou apenas com os anos ímpares e, em segundo lugar, os inventários com escravos totalizavam 57% dos inventários. Na nossa amostra, 85% dos inventários são de escravistas e apenas 15% de proprietários sem escravos. Cf. GARAVAZO, J. **Riqueza e escravidão no nordeste paulista: Batatais, 1851-1887**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: PPGHE-FFLC-USP, 2006.

<sup>161</sup> O conjunto documental que mencionamos foi digitalizado pela historiadora Keith Barbosa e se encontra depositado no Centro de Memória de Cantagalo. Desde já, agradecemos aos seus coordenadores o acesso a essa documentação.

<sup>162</sup> Utilizamos a divisão proposta por Magno Fonseca Borges e Ricardo Salles para classificar os proprietários de escravos. Segundo o que acreditamos, tal metodologia aproxima-se mais da realidade expressa na Vila de Cantagalo. BORGES, M. F. **Protagonismo e sociabilidade escrava na implantação e ampliação da lavoura cafeeira – Vassouras – 1821-1850**. Dissertação (Mestrado em História): Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2005. SALLES, R. **E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

expansão da cafeicultura e somavam 28 inventários e um conjunto de 879 escravos. Nos dez anos seguintes, 1851-1860, 50 inventários foram analisados e, entre 1861 e 1870, 99 documentos do mesmo tipo. O total de documentos é 149 e o número de escravos no período de auge da cafeicultura chega a 4.251 indivíduos. No último período, denominado como o de grandeza da cafeicultura, 1871-1880, foram analisados 115 inventários e o quantitativo de escravos chegou a 4.787.

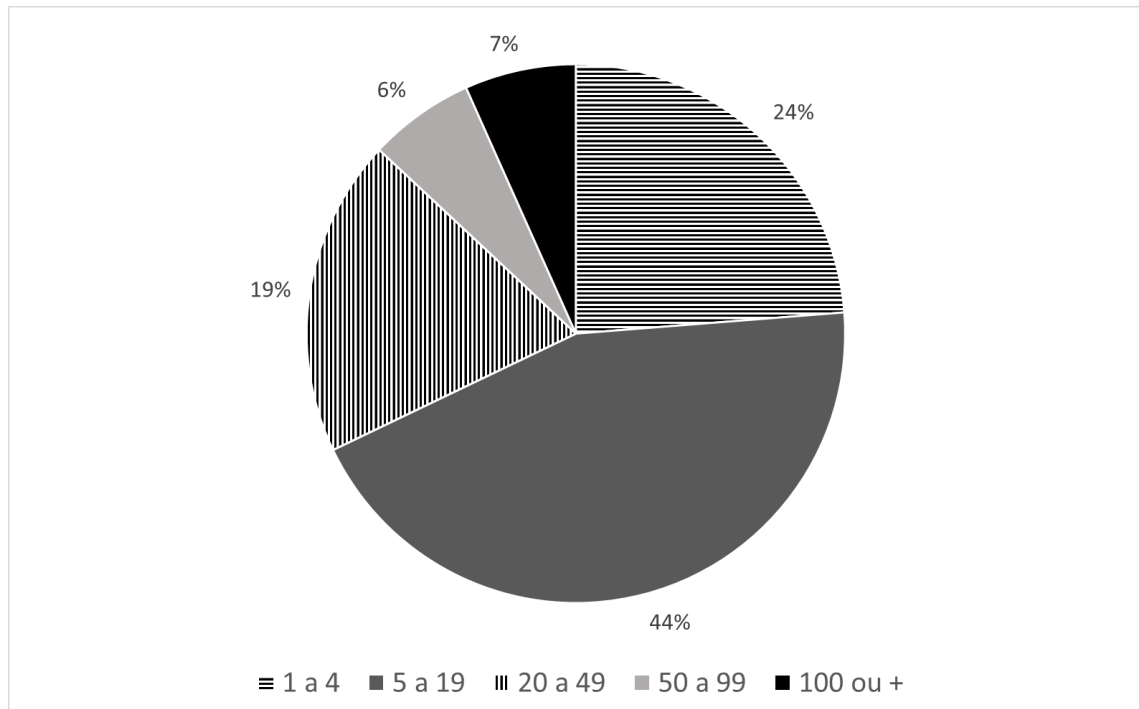
Apesar de sua povoação tardia frente a outras regiões<sup>163</sup>, a escravidão em Cantagalo estava difundida pelos mais diversos estratos sociais que residiram na localidade, muito por conta do tráfico de escravos que “propiciava um fluxo de mão de obra relativamente barata”<sup>164</sup>. Em nossa análise, identificamos o perfil dos plantéis de escravos para Cantagalo. Seguindo a tipologia já apresentada e analisando o Gráfico 2.1, temos que 72 indivíduos, ou 24%, eram microproprietários e 132 sujeitos, ou 44%, pequenos proprietários. Os médios proprietários, 57 pessoas, representavam 19% do contingente, seguidos pelos 19 grandes proprietários, representando 6%, e pelos 20 megaproprietários que eram 7% dos possuidores de escravos entre 1810 e 1880. Desta forma, constatamos que 68% de todos os proprietários possuíam até 19 escravos, ou seja, a escravidão estava significativamente difundida entre os senhores da vila.

---

<sup>163</sup> A povoação da região dos “Sertões do Leste” da Província fluminense inicia-se em meados do século XVIII. Cantagalo virou vila no princípio do século XIX (1814) e cidade em 1857. FANIA., F. Cartografia fluminense no Brasil imperial. **Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Passado e Presente nos Velhos Mapas: conhecimento e poder**, Parati, 10-13 maio 2011, pp. 12-13. Disponível em: [https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/FRIDMAN\\_FANIA.pdf](https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/FRIDMAN_FANIA.pdf). Acesso em: 10 de jan. de 2018.

<sup>164</sup> SALLES, R. *Op. Cit.*, p. 155.

**Gráfico 2.1: Perfil dos Plantéis de escravos, Cantagalo. 1810-1880**

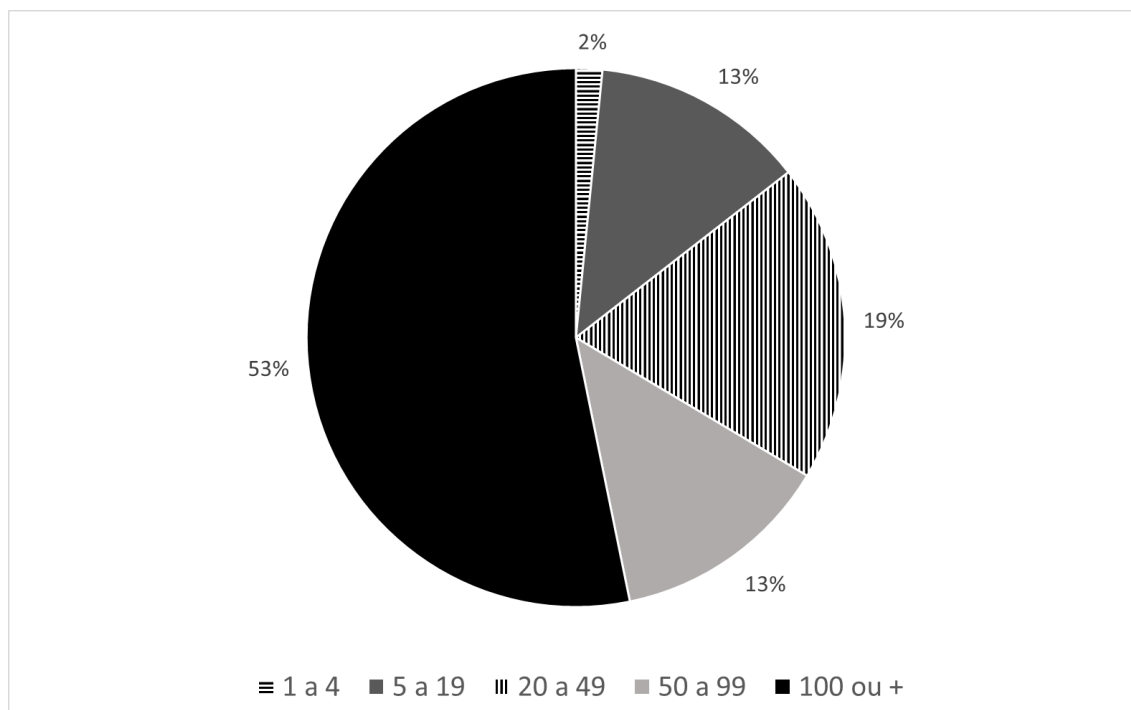


Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

No entanto, para compreendermos a posse de escravos, precisamos ressaltar a quantidade de cativos que cada perfil de proprietários detinha. Assim, através do Gráfico 2.2, identificamos uma inversão no padrão que representa a posse de cativos. Desta feita, se consideramos apenas os megaproprietários de escravos, que representavam apenas 7% dos senhores, percebemos que estes eram responsáveis por 53% dos escravos, ou 5355 escravos arrolados nos documentos pesquisados. Se, para fins de análise, somarmos a eles os grandes proprietários, perfazendo um total de 13% de senhores, concluímos que 6.684 ou 66% dos cativos de Cantagalo pertenciam a esses dois estratos de senhores.



**Gráfico 2.2 - Porcentagem de escravos por perfil de plantel, Cantagalo. 1810-1880**



Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

Ao olharmos para as outras categorias, evidencia-se que – apesar de se constituírem como a maior quantidade de proprietários, 68% deles – micro e pequenos proprietários possuíam apenas 15% dos escravos de Cantagalo. Os médios proprietários eram responsáveis por 19% dos cativos arrolados nos inventários cantagalenses.

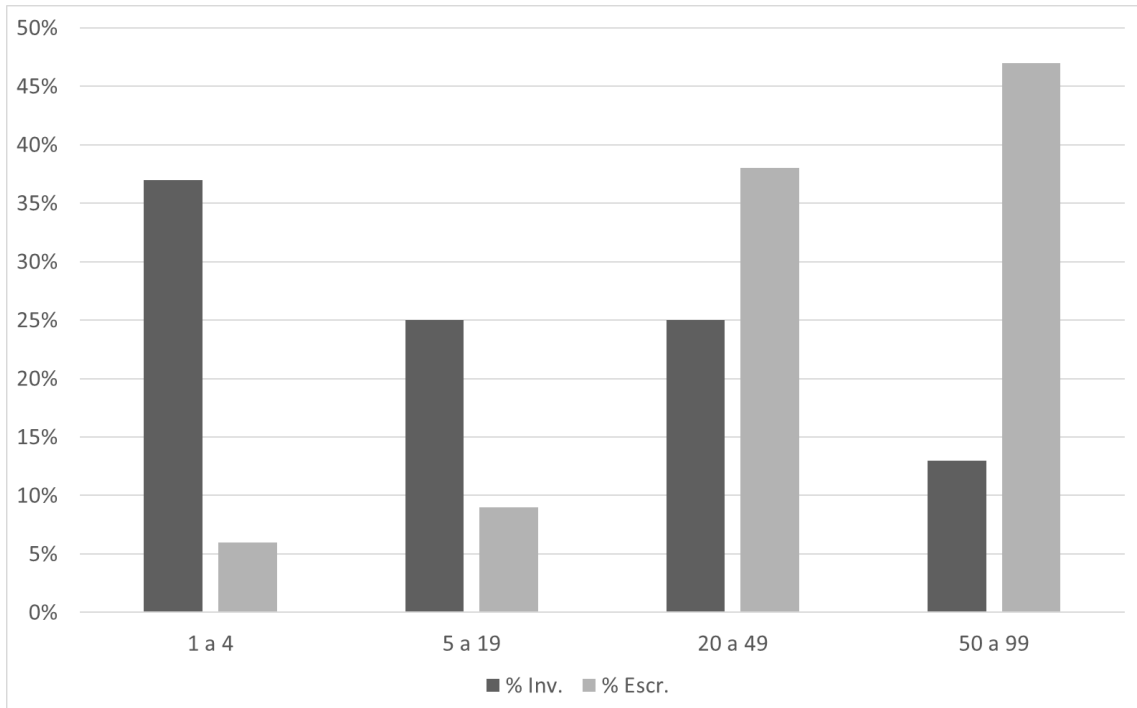
O que estamos constatando foi resultado de um processo de concentração da propriedade escrava na vila de Cantagalo que é muito similar ao da vila de Vassouras<sup>165</sup>, mas que guardava suas particularidades. Tal desenvolvimento pode ser melhor captado ao observarmos as séries de dez em dez anos e as transformações tanto no perfil dos proprietários quanto na posse de cativos. Assim, temos que, entre 1810 e 1830, os arquivos revelaram quatro categorias: micro, pequenos, médios e grandes proprietários. Na série seguinte, a partir de 1831, todas as categorias passam a fazer parte da série.

Desta forma, durante o período de montagem da empresa cafeeira (1810-1830), temos a seguinte situação (Gráfico 2.3): os microproprietários representavam 37% dos senhores da vila, mas possuíam apenas 6% dos escravos; e, os pequenos representavam 25%, possuindo 9% dos escravos. Os médios proprietários formavam um corpo de 25% dos senhores e detinham uma cifra de 38% dos cativos. Os grandes proprietários representavam apenas 13% dos

<sup>165</sup> SALLES, R. *Op. Cit.*, p. 156.

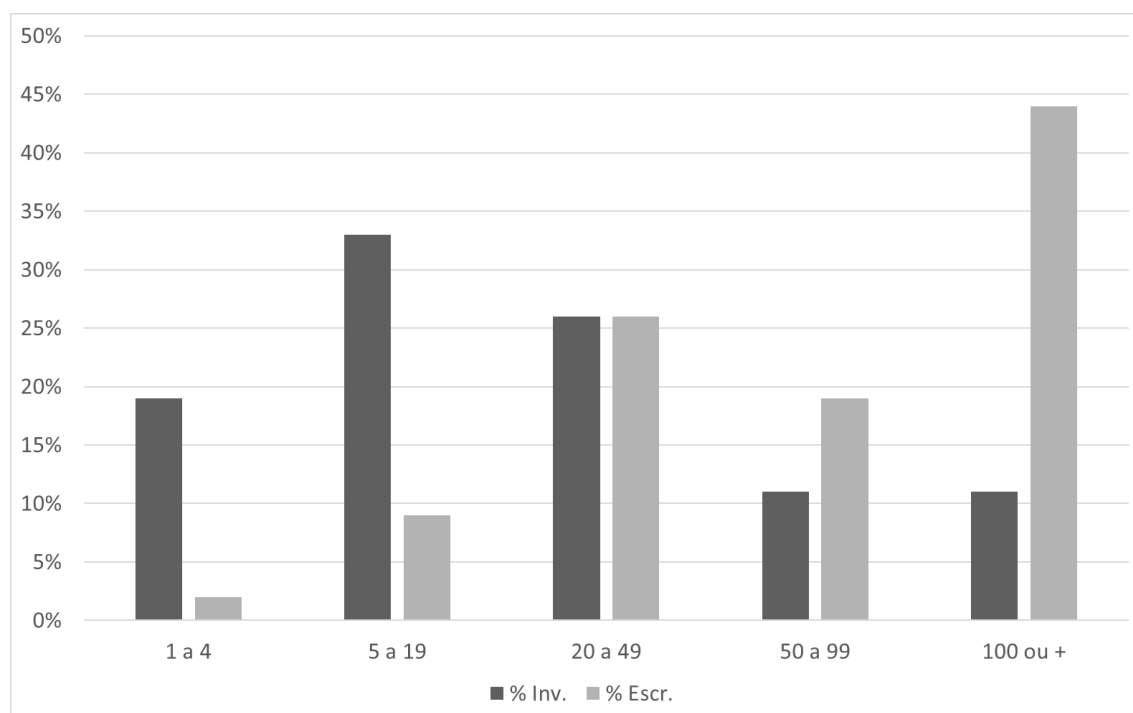
senhores, mas eram donos de 47% dos escravos do período. Neste momento, médios e grandes proprietários representavam juntos 38% dos senhores. Ao mesmo tempo, esses dois grupos possuíam 85% dos cativos. Destacamos, também, que os megaproprietários não aparecem nesse período.

**Gráfico 2.3: Perfil dos plantéis e porcentagem de escravos, Cantagalo. 1810-1830**



Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

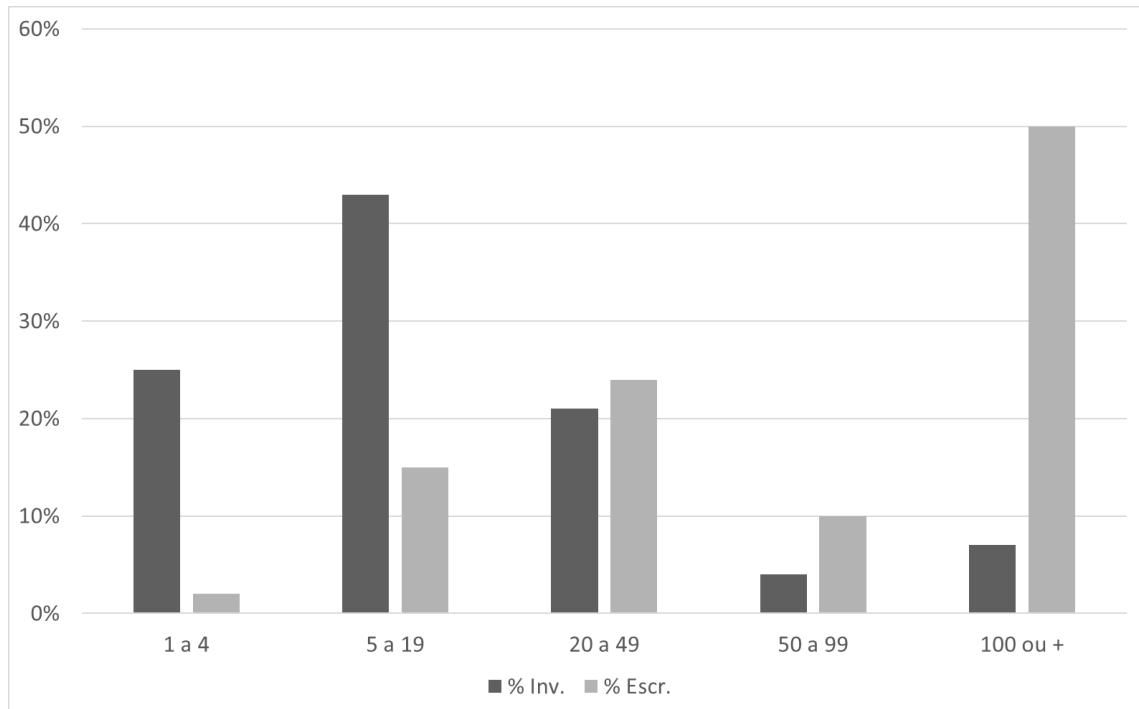
A partir de 1831 até 1850, Gráfico 2.4, com a expansão cafeeira em Cantagalo, temos entre os inventariados todas as categorias com as quais trabalhamos. Assim, 18% dos inventariados eram microproprietários e detinham apenas 2% dos cativos. Pequenos proprietários representavam 32% dos senhores e eram donos de 9% dos cativos. Médios proprietários eram 25% e possuíam 26% dos cativos. Grandes proprietários representavam 14% dos senhores, mas eram possuidores de 19% dos cativos; e, por fim, os megaproprietários que também somavam 11% dos possuidores, mas detinham 44% dos cativos da vila – Gráfico 2.4. Ao agruparmos grandes e megaproprietários, percebemos que eles eram responsáveis pela posse de 63% dos escravos do período.

**Gráfico 2.4: Perfil dos plantéis e porcentagem de escravos, Cantagalo. 1831-1850**

Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

O início do período de auge da cafeicultura cantagalense coincide com o fim definitivo do tráfico de escravos para o Brasil e vai até a década de 1870<sup>166</sup>. Em tal período, Gráfico 2.5, os microproprietários alcançaram a cifra de 25% dos inventariados, mas detinham apenas 2% dos escravizados. Os pequenos representavam 43% com 15% dos escravos. Os médios proprietários eram 21% dos inventariados e possuíam 24% dos escravos. Nos estratos superiores de senhores de escravos, os grandes proprietários perfaziam 4% dos senhores e detinham 10% dos escravos, já os megaproprietários eram 7%, mas tinham 50% dos cativos. Assim sendo, 60% dos escravos estavam concentrados nas mãos dos grandes e megaproprietários – Gráfico 2.5.

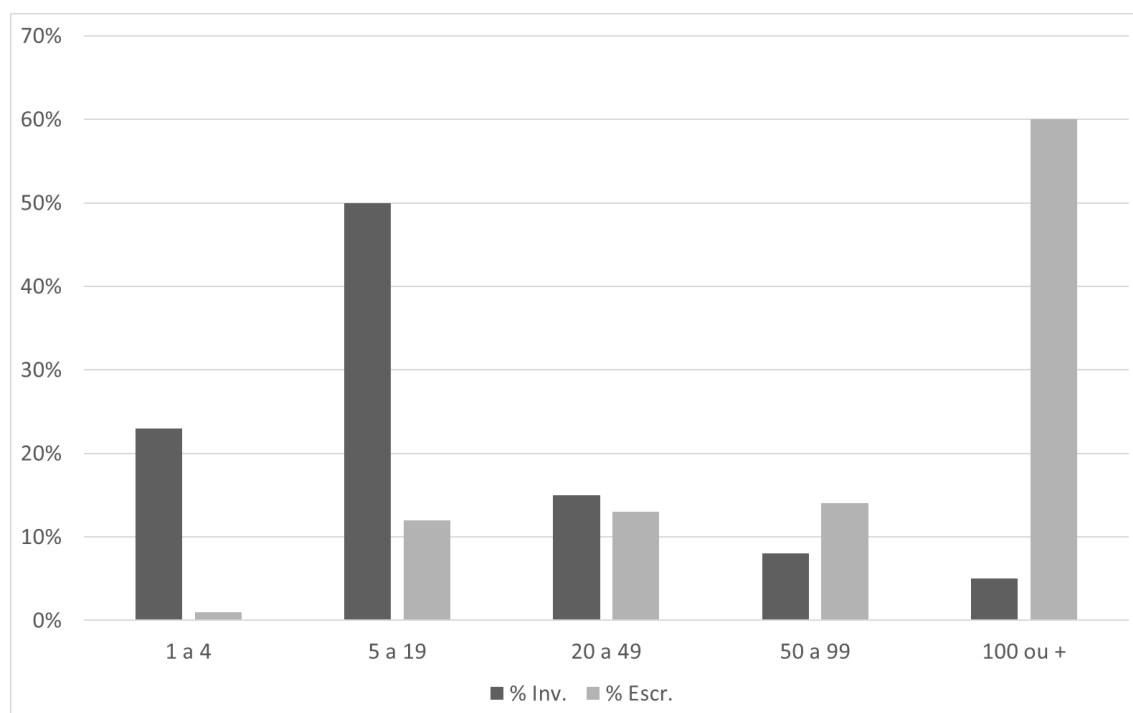
<sup>166</sup> Ver: VINHAES, E. M. G. **Cantagalo**: as formas de organização e acumulação da terra e da riqueza local. Dissertação (Mestrado em História): Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 1992, p. 110.

**Gráfico 2.5: Perfil dos plantéis e porcentagem de escravos, Cantagalo. 1851-1870**

Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

O último período, referente ao momento de grandeza da sociedade cantagalense, compreende os anos de 1871 a 1880. A primeira data coincide com a assinatura da lei do *Ventre Livre* e a última coincide com o desabrochar do movimento abolicionista. Apesar da data limite se encontrar no epicentro da crise do escravismo, é exatamente neste período que percebemos a profunda concentração de cativos nas camadas superiores da sociedade.

Neste período, Gráfico 2.6, os microproprietários representavam 23% dos inventariados e possuíam 1% dos escravos. Pequenos proprietários compunham a metade dos indivíduos inventariados e 12% dos escravos. Essas duas categorias somavam 73% dos inventariados, mas apenas 13% dos escravos. Os médios proprietários representavam 15% dos senhores e eram possuidores de 13% dos cativos. Grandes proprietários correspondiam a 8% dos inventariados, mas eram donos de 14% dos cativos e megaproprietários equivaliam a 5% dos inventariados, mas, em compensação, eram senhores de 60% dos cativos arrolados nos inventários do período. Assim, grandes e megaproprietários somavam 74% dos escravos listados em inventários para a vila de Cantagalo.

**Gráfico 2.6: Perfil dos plantéis e porcentagem de escravos, Cantagalo. 1871-1880**

Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

Diante do que expomos até aqui, ficou nítido como o número de escravos inventariados ao longo do tempo passou a se concentrar nas categorias de grandes e megaproprietários. Tais categorias, a partir do período de expansão 1831-1850, passaram a responder por mais de 50% dos escravos inventariados, chegando ao auge entre 1871 e 1880, quando se tornaram responsáveis pela posse de 74% dos cativos. Com isso, torna-se essencial apresentar um quadro geral da evolução da propriedade escrava para Cantagalo.

O Gráfico 2.7 demonstra de forma irrefutável que a concentração de escravos nas mãos dos megaproprietários teve um crescimento vertiginoso. Dividimos a série em períodos de 10 anos para que esta ascensão ficasse ainda mais clara. Da aparição dos megaproprietários, entre os anos de 1831 e 1840, para o decênio seguinte, o número desce, em números absolutos, 139 escravos: de 262 para 123. No decênio seguinte, ele subiu quase três vezes. Deste registro para o seguinte, o número de escravos cresceu pouco mais que quatro vezes, para quase dobrar no último período. Ao observarmos o período 1831-1880, notamos que o crescimento da posse de cativos entre os megaproprietários cresceu mais de 10 vezes.

A despeito do crescimento vertiginoso da quantidade de escravos entre os megaproprietários, através dos gráficos apresentados, percebemos que o número de cativos nas três primeiras categorias se manteve em crescimento, como no caso dos pequenos proprietários. Ao analisarmos o caso dos médios proprietários, percebemos que, apesar do crescimento na

primeira fase, essa categoria apresentou um contínuo declínio de seus membros. Os grandes proprietários, desde o princípio, encontram-se em declínio, conseguindo uma pequena recuperação no último decênio da série. Similarmente, os megaproprietários foram reduzindo a sua participação entre os inventariados de Cantagalo.

Vale a pena ressaltar que, durante o período em questão, a população escrava em Cantagalo não deixou de subir – Quadro 2.1, Gráfico 2.7. Entre 1840 e 1850, o número de livres cresceu 124% e o de escravos, 81%, formatando um crescimento total de 185% da população. Já entre os anos de 1850 e 1856, o crescimento populacional como um todo se estabilizou na casa dos 95%. No último período 1856-1872, a população livre continuava crescendo, enquanto a população escrava sofre uma queda de -17%<sup>167</sup>. Contudo, considerando este último período, a população de Cantagalo ainda obtém um crescimento positivo com uma taxa de 31% – Quadro 2.1.

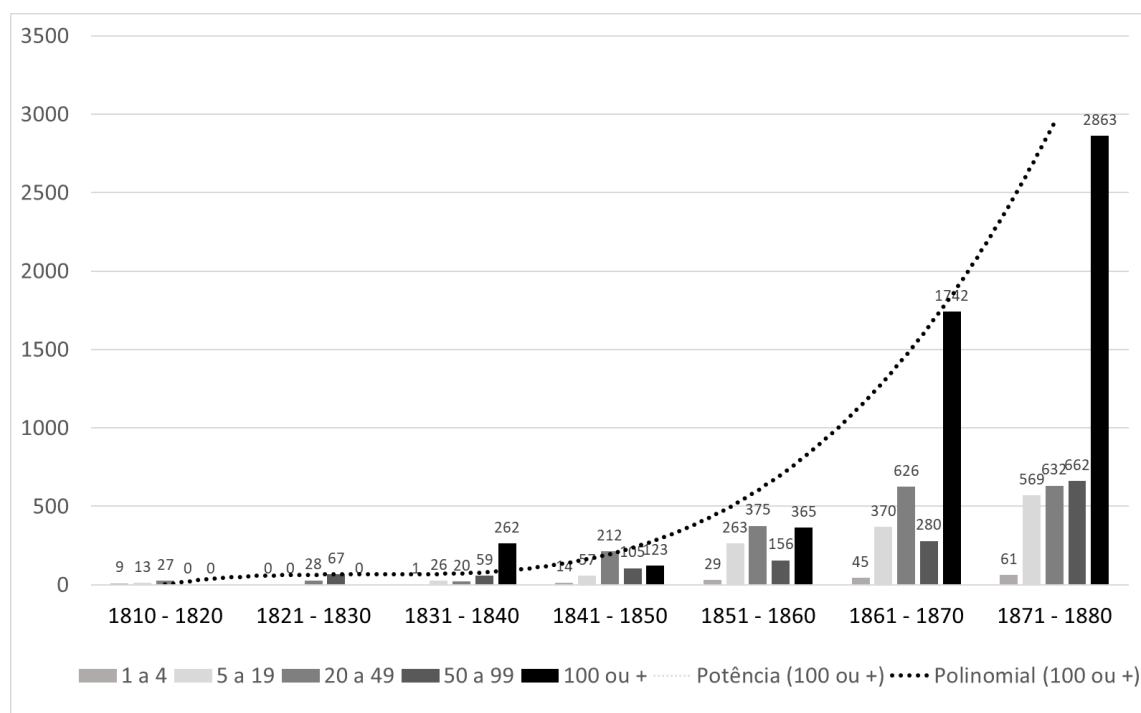
**Quadro 2.1: Taxa de crescimento populacional de Cantagalo, 1840-1872<sup>168</sup>**

Ano	1840-1850	1850-1856	1856-1872
	T. de Cresc.	T. de Cresc.	T. de Cresc.
Livres	124%	92%	112%
Escravos	81%	96%	-17%
Total	185%	95%	31%

Fonte: Relatório do presidente de província de 1856 e Censo de 1872.

<sup>167</sup> Tal queda é fruto do desmembramento da Freguesia de Santa Maria Madalena, transformada em vila em 1862.

<sup>168</sup> A taxa básica de crescimento é encontrada através da seguinte fórmula:  $TC = (V. Presente) - (V. Passado) / (V. Passado) \times 100$ .

**Gráfico 2.7: Quantidade de escravos por perfil de plantel, Cantagalo. 1810-1880<sup>169</sup>**

Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

No capítulo anterior, argumentamos que a vila de Cantagalo e sua área urbana passaram por transformações fulcrais para que se tornasse pujante no século XIX. Nesta abordagem, percebemos que a escravidão foi o elemento que impactou as transformações ocorridas na vila de Cantagalo. Tal impacto ocorreu à medida que esses cativos, responsáveis pelo trabalho nas lavouras de café, passaram a se concentrar nas mãos dos megaproprietários de escravos. Por sua vez, eram esses megaproprietários que difundiam mais fortemente o modo de vida senhorial na localidade e que utilizavam as estruturas e serviços da vila.

Através dos dados apresentados, podemos ressaltar as diferenças entre as vilas de Cantagalo e de Vassouras. Apesar das duas terem se caracterizado pela concentração de escravos nas mãos dos grandes e megaproprietários, em Cantagalo, as outras categorias de proprietários continuaram aumentando o número de escravos que detinham ao longo do tempo<sup>170</sup>. Outro fator a se destacar foi o fato da concentração social dos escravos em Vassouras ter ocorrido entre 1820 e 1850, enquanto que, em Cantagalo, tal processo foi mais intenso a partir de 1850. Desta forma, a análise que empreendemos assemelha-se mais as realizadas por

<sup>169</sup> Utilizamos a linha de tendência polinomial para compreender a flutuação do número de escravos entre os megaproprietários.

<sup>170</sup> SALLES, R. *Op. Cit.*, p. 160.

Hebe Mattos para o município de Bananal para os anos de 1872 - 1876<sup>171</sup>. Tal fator nos coloca diante de uma especificidade do perfil dos senhores de escravos da vila de Cantagalo.

Diante do apresentado até o momento, questionamos o argumento de Eliana Vinhaes quando afirma que “a extinção do tráfico de escravos intercontinental não criou impacto sobre o município de Cantagalo, uma vez que a reposição da força de trabalho se deu com a regularidade que a economia local exigia<sup>172</sup>”. Talvez o impacto não tenha se dado em relação à força de trabalho, mas à concentração social da propriedade escrava. Com isso, concluímos que a reposição da força de trabalho de fato estava acontecendo e direcionava-se para as mãos dos grandes e megaproprietários.<sup>173</sup>

Neste contexto, torna-se necessário enfatizar que o crescimento do valor dos escravos ao longo do século XIX e, sobretudo, pós 1850, respondia a uma lógica norteada pela noção de lucro. Neste caso, sem sombra de dúvidas, a questão do *status* encontra-se deslocada para segundo plano<sup>174</sup>. Logo, suprir a demanda de cativos tornou-se uma atividade que, ao longo do século XIX, foi se tornando cada vez mais rentável. Tal fenômeno fica explícito através do argumento de Pedro Carvalho de Melo quando afirma que

“... a demanda por escravos na economia cafeeira estava crescendo durante quase todo o período - e a instituição da escravidão aumentando e ganhando força nas fazendas de café (...) a escravidão era uma forma lucrativa de organização do trabalho na economia cafeeira<sup>175</sup>”.

Com isso, percebemos que a análise das médias dos preços dos escravos nos permite dizer que esta sociedade, muito mais do que voltada para a deferência, estava calcada no lucro e na sua otimização, fator que levou a concentração de cativos nas categorias de grandes e megaproprietários.

---

<sup>171</sup> MATTOS, H. M. “Resgate: uma janela para o oitocentos”. In: MATTOS, H. M.; SCHNOOR, E. (Orgs.). **Resgate: uma janela para o oitocentos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 232. Sobre a vila de Bananal ver: SANTOS, M. A. **Geografia da escravidão no Vale do Paraíba cafeeiro: Bananal, 1850-1888**. 1ª. ed. São Paulo: Alameda, 2016.

<sup>172</sup> VINHAES, E. *Op. Cit.*, p. 110.

<sup>173</sup> Em outra parte de sua dissertação, Eliana Vinhaes identifica o processo de concentração da propriedade escrava, todavia a autora só o localiza na década de 70, quando o processo, iniciado nos anos 50, já estava consolidado. VINHAES, Eliana. *Op. Cit.*, p. 82.

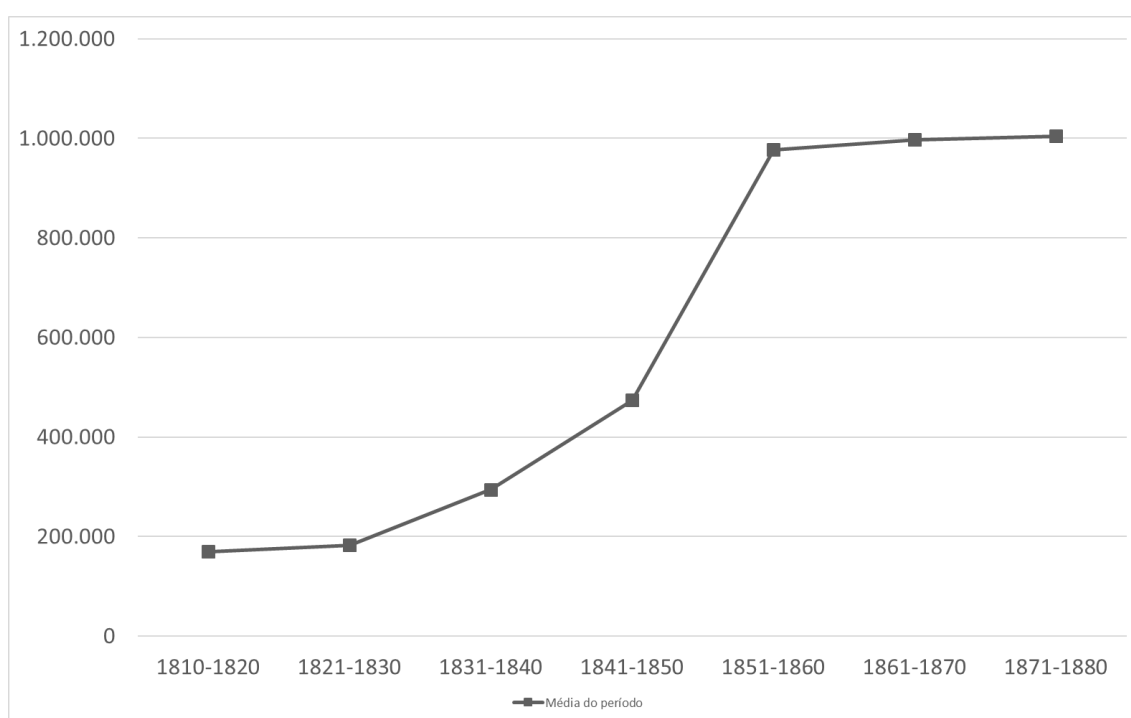
<sup>174</sup> PESSOA, T. C. **A indiscrição como ofício: o complexo cafeeiro revisitado** (Rio de Janeiro, c.1830 - c.1888). Tese (Doutorado em História): Niterói: PPGH-UFF, 2015, p. 22.

<sup>175</sup> MELLO, P. C. D. Aspectos econômicos da organização do trabalho da economia cafeeira no Rio de Janeiro, 1850-1888. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v. 32, nº 1, pp. 19-67, jan.-mar./1978, p. 26. Cf. SLENES, R. W. Grandeza ou decadência? o mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: DEL NERO, I. (Org.). **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE-USP, 1986, pp. 103-155.



Esta concentração fica mais evidente mediante à análise dos preços dos escravos em Cantagalo ao longo do período 1810-1880. O Gráfico 2.8 apresenta o preço médio dos escravos entre 1810 e 1880 e, através dele, foi possível visualizar que os preços duplicaram a partir de 1850, estabilizando-se na década de 60 em diante, com um valor em torno de 1:000\$000. As variações de preço demonstram que, com o fim do tráfico transatlântico de escravos em 1850, o encarecimento dos cativos restringiu a sua aquisição, beneficiando, principalmente, os grupos de grandes e megaproprietários.

**Gráfico 2.8: Preço médio do total de escravos, Cantagalo. 1810-1880 (valor em Rs)**



Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

O Quadro 2.2 apresenta as transformações no valor dos escravos entre os anos de 1810 e 1880. Na primeira década, o valor médio dos cativos era de 169\$882. O crescimento da média de preço dos escravos começou a se alterar mais significativamente a partir de 1831 quando a taxa de crescimento passava de 60%. Todavia, o maior crescimento do valor médio ocorreu a partir de 1850, data que coincide com o fim definitivo do tráfico de escravos, quando o valor médio cresceu mais de 106%. Nos anos seguintes, o preço se estabilizou em torno de 1:000\$000.

**Quadro 2.2 - Média de preço dos escravos e taxa de crescimento. 1810-1880**

(Valor em Rs)

Ano	1810-1820	1821-1830	1831-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880
Média por período	169.882	182.846	294.663	474.083	976.905	997.401	1.004.786
Taxa de Crescimento	-	7,63%	61,15%	60,89%	106,06%	2,10%	0,74%

Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

Diferentemente da vila de Vassouras, onde, em 1856, o preço médio de um cativo já havia atingido o valor de 1:000\$000, Cantagalo apresentou um crescimento contínuo e essa cifra só foi atingida no último decênio da série. Todavia, é preciso levar em conta que, enquanto o preço médio dos cativos de Cantagalo aumentou progressivamente, em Vassouras, no ano de 1862, o preço oscilou para baixo e voltou a crescer em 1868<sup>176</sup>. O crescimento do preço dos escravos ao longo do século XIX também pode ser notado em Minas Gerais, principalmente após o fim definitivo do tráfico de escravos da África<sup>177</sup>.

Com o fim de relacionarmos as categorias de proprietários ao preço médio dos cativos, elaboramos o gráfico seguinte. Iniciamos a apresentação dos dados em 1841, ano em que todas as categorias de senhores estavam presentes nos inventários. Através desta análise, chegamos a resultados um pouco diferentes dos de Ricardo Salles para Vassouras, que percebeu que, entre as cinco categorias de proprietários, não existia uma variação significativa de valor.<sup>178</sup>

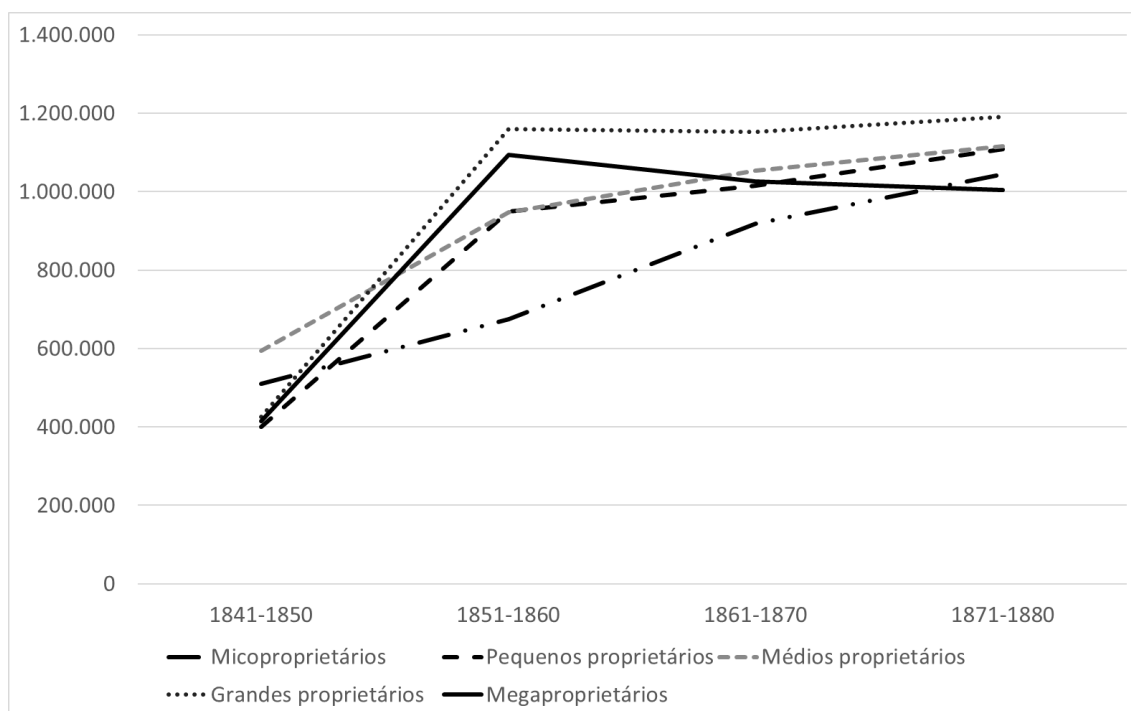
O caso de Cantagalo foi um pouco diferente. Na realidade, os preços de escravos entre pequenos, grandes e megaproprietários partiram do mesmo valor, em torno de 400\$000, enquanto os micros e médios proprietários partiam de uma média de 500\$000 por escravos. As maiores variações de preços entre os proprietários encontravam-se a partir de 1851, quando pequenos e médios proprietários alcançaram a mesma média de preços e entre os grandes e megaproprietários o valor já superava o valor de 1:000\$000. Neste quadro, apenas os preços dos escravos dos microproprietários tiveram um crescimento regular – Gráfico 2.9.

<sup>176</sup> SALLES, R. *Op. Cit.*, p. 164.

<sup>177</sup> NOGUERÓL, L. P. F. Preços de bois, cavalos e escravos em Porto Alegre e em Sabará, no século XIX — mercadorias de um mercado nacional em formação. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, pp. 7-36, maio v. 26, Número Especial, 2005, p. 11.

<sup>178</sup> SALLES, R. *Op. Cit.*, p. 160.

**Gráfico 2.9: Preço médio dos escravos por plantel, Cantagalo. 1841-1880 (Valores em Rs)**



Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

Todavia o que foi possível retirar dos dados se relaciona ao fato de não existir na realidade estudada uma disparidade gritante no valor dos escravos dos variados tipos de proprietários. Assim como em Vassouras, em Cantagalo também não ocorreu uma concentração “qualitativa” dos escravos nas mãos dos grandes e megaproprietários<sup>179</sup>. Ao contrário, a concentração foi quantitativa e ocorreu de cima a baixo da hierarquia escravista. Mas qual seria a produtividade desses escravos em relação à quantidade de pés de café contidos nos inventários?

A relação entre pés de café e escravos foi abordada por Eliane Vinhaes, por meio de “fontes cartoriais manuscritas”. A autora ressaltou que a produtividade ficou estável até o ano de 1880<sup>180</sup>. Apesar de concordarmos com a assertiva de Vinhaes, ressaltamos que os dados apresentados pela autora contradizem as suas conclusões. O Quadro 2.3, somado ao Gráfico 2.10, demonstra tal incoerência.<sup>181</sup>

<sup>179</sup> SALLES, R. *Op. Cit.*, p. 165.

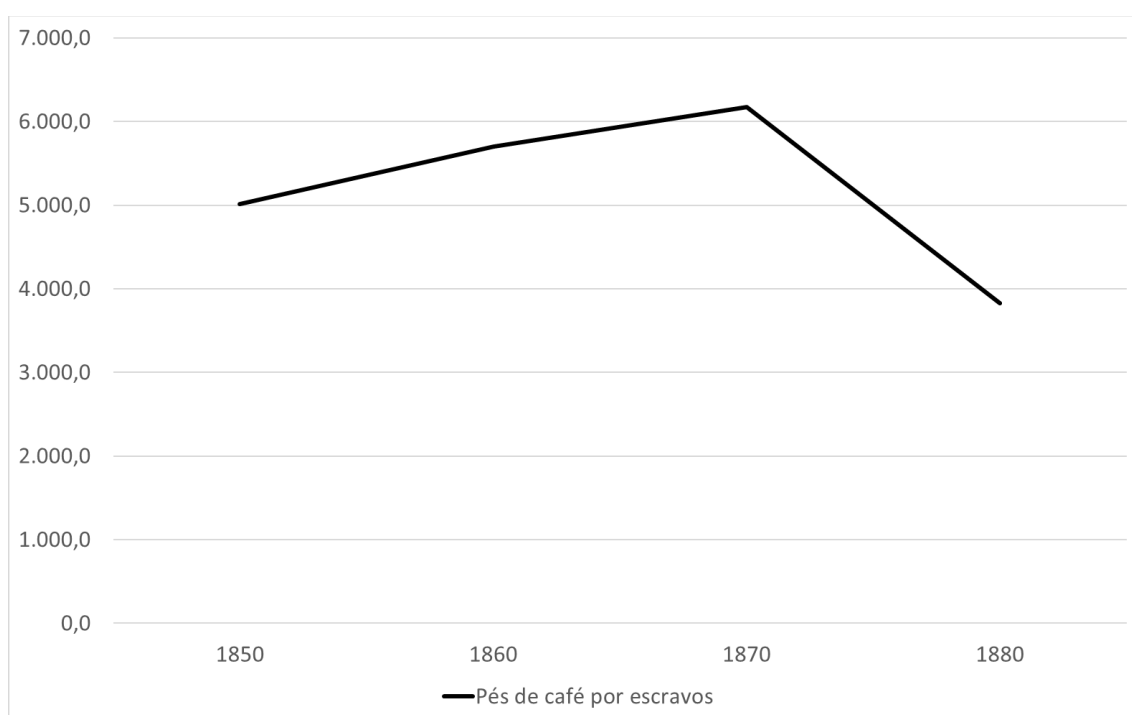
<sup>180</sup> VINHAES, E. *Op. Cit.*, p. 110.

<sup>181</sup> Relatamos que as contas realizadas pela autora foram corrigidas.

**Quadro 2.3: Pés de café plantados por escravos produtivos, Cantagalo. 1850-1880**

Período	Nº de pés de café	Nº escravos produtivos	Pés de café por escravo
1850	280.700	56	5.012,5
1860	1.652.800	290	5.699,3
1870	6.850.948	1.110	6.172,0
1880	999.884	261	3.831,0
<b>Total</b>	<b>9.784.332</b>	<b>1.717</b>	<b>5.698,5</b>

Fonte: VINHAES, Eliana. Cantagalo: as formas de organização e acumulação da terra e da riqueza local. Dissertação de Mestrado: Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 1992. p. 84.

**Gráfico 2.10: Pés de café plantados por escravos produtivos, Cantagalo. 1850-1880**

Fonte: Quadro 2.3.

Como podemos perceber com o gráfico elaborado a partir dos dados da autora, a produtividade passou a cair a partir da década de 1870. Para contrapormos essa incongruência, elaboramos os dados baseados nos inventários que se encontram sob a guarda do Centro de Memória de Cantagalo. Primeiramente, ao elaborarmos esses dados, torna-se necessário informar que consideramos todos os escravos arrolados em inventários<sup>182</sup>. Além disso, fizemos duas abordagens: a primeira, considerando todas as fases analisadas, exceto entre os anos de 1810 a 1820, onde o café consta nos inventários, mas sem estar quantificado; e, a segunda, partindo da fase de expansão da cafeicultura cantagalense a partir de 1831.

<sup>182</sup> Trabalhamos com a totalidade dos escravos diante da impossibilidade de estabelecer de forma segura a idade produtiva dos mesmos. Isto porque os inventários arrolados nem sempre apresentavam a idade dos cativos.

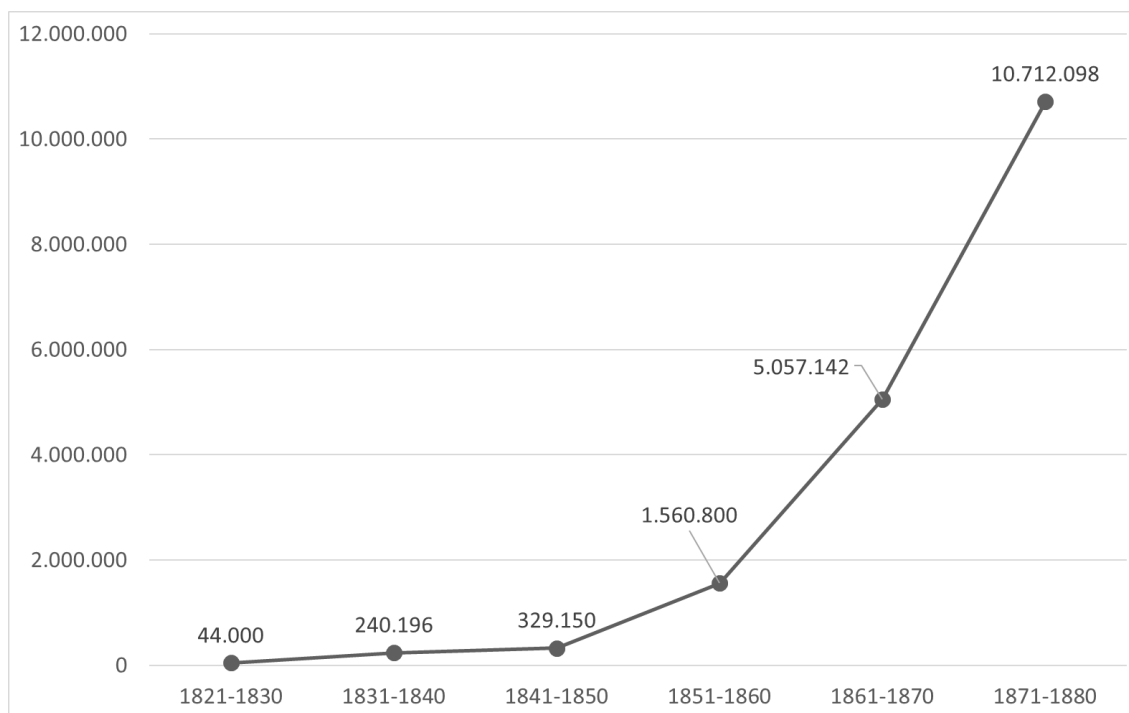
Diante disso, apresentamos o Quadro 2.4 e os Gráficos 2.11, 2.12 e 2.13. O referido quadro apresenta a quantidade de pés de café e de escravos e a produtividade dos escravos em relação aos cafeeiros. Com esses dados, é possível concluir que tanto os pés de café quanto o número de escravos estavam em crescimento no período analisado – Gráfico 2.12. A produtividade, por sua vez – salvo uma pequena oscilação no princípio da série, permaneceu em crescimento a partir de 1841. Com o quadro e os gráficos, ressaltamos o crescimento dos fatores de produção e da relação entre pés de café por escravo na vila de Cantagalo.

**Quadro 2.4: Relação de Pés de café por escravo, Cantagalo.1821-1880<sup>183</sup>**

Ano	Pés de Café	Escravos	Pés de Café por escravos
1821-1830	44.000	95	463
1831-1840	240.196	368	653
1841-1850	329.150	511	644
1851-1860	1.560.800	1.188	1314
1861-1870	5.057.142	3.063	1651
1871-1880	10.712.098	4.787	2238
Total	17.943.386	10.012	1792

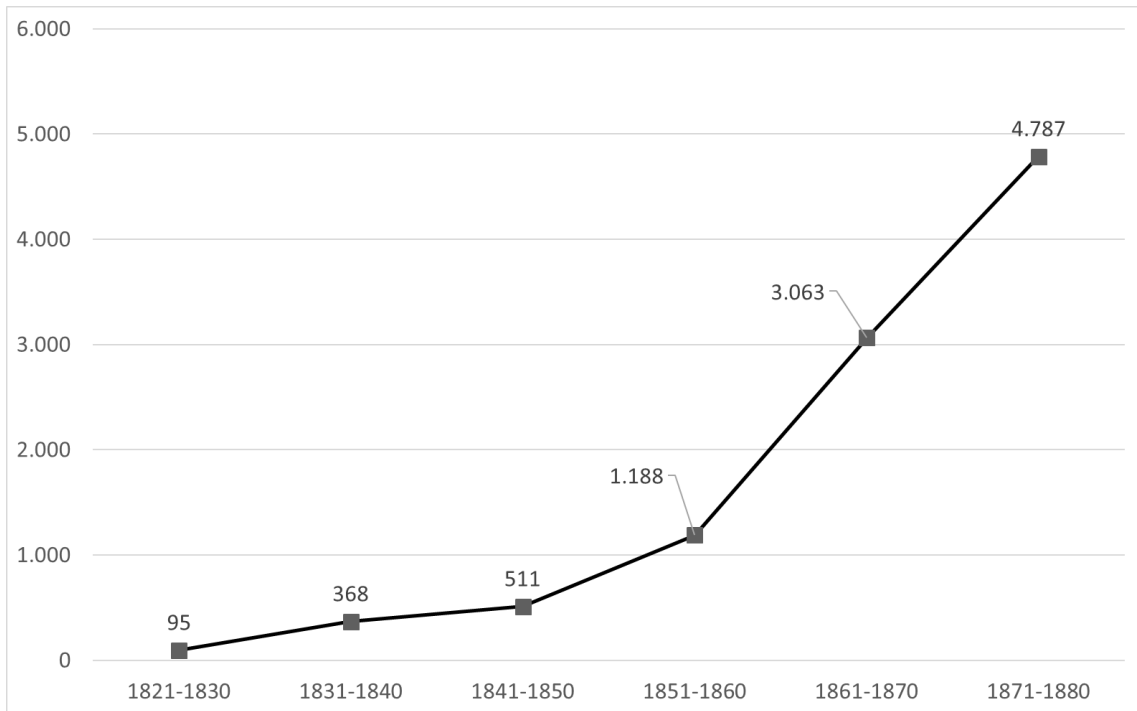
Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

**Gráfico 2.11: Número de pés de café plantados, Cantagalo.1821-1880**

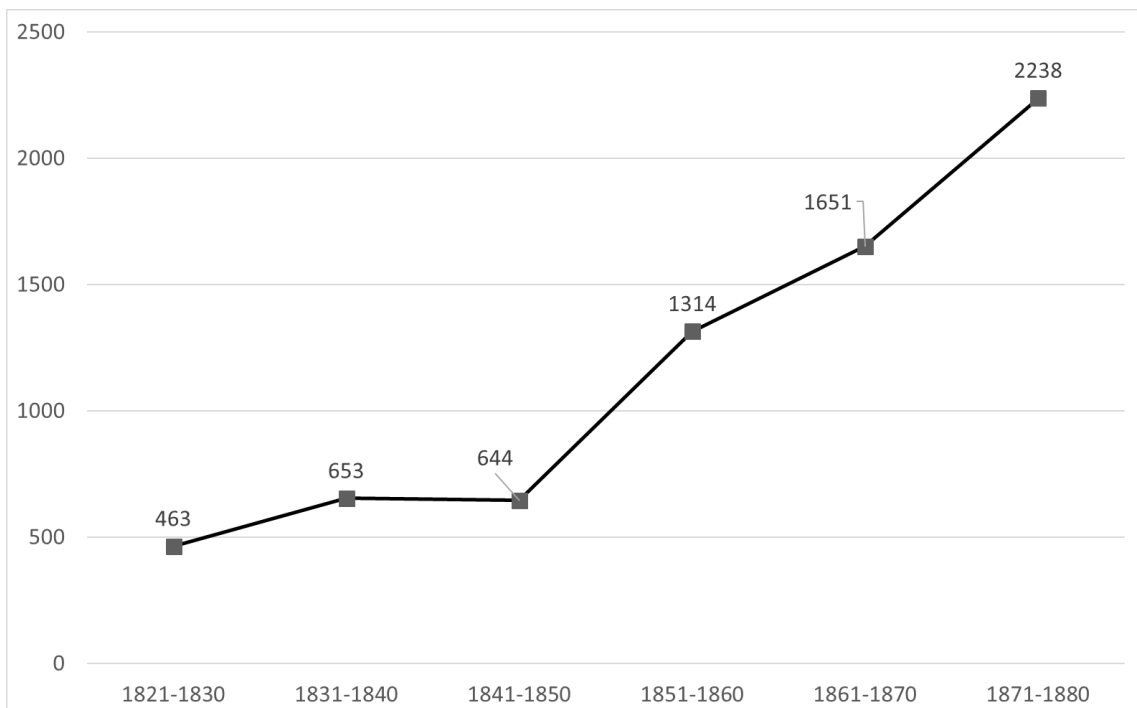


Fonte: Quadro 2.4.

<sup>183</sup> Do total de escravos apresentado nesta tabela foram subtraídos 49 cativos referentes ao período 1810-1820, quando os pés de café ainda não apareciam quantificados nos inventários *post-mortem*.

**Gráfico 2.12: Número de escravos, Cantagalo. 1821-1880**

Fonte: Quadro 2.4.

**Gráfico 2.13: Relação de pés de café por escravo, Cantagalo. 1821-1880**

Fonte: Quadro 2.4.

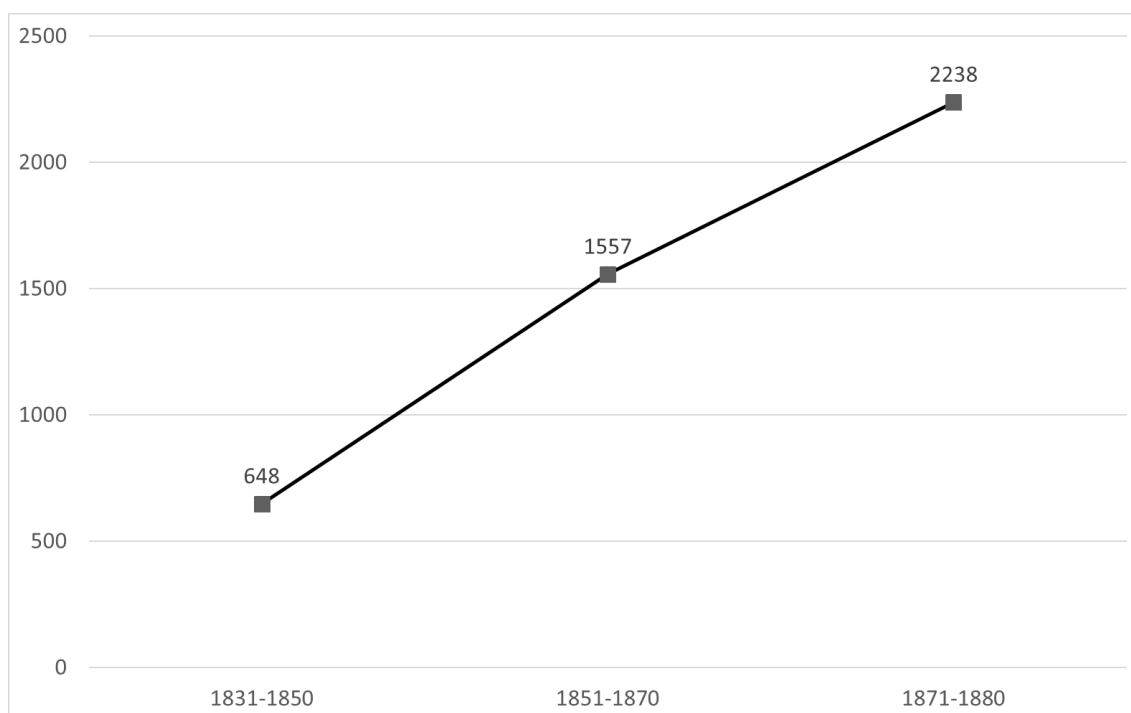
Ainda tratando da produtividade, elaboramos o Quadro 2.5 e o Gráfico 2.14, que abordam a produtividade nos quadros das fases da cafeicultura cantagalense. Tal análise se inicia em 1831-1850, no período de expansão da cafeicultura, passa ao período de auge, entre 1851-1870, e tem seu final no intervalo entre 1871-1880, fase de grandeza. O quadro em questão demonstra o crescimento da cafeicultura e da escravidão e, também, o aumento da relação entre pés de café por escravo. Tais dados reiteram a ideia da expansão do café e da escravidão até 1850 e, sub-repticiamente, indica a concentração dos escravos nas diversas categorias de proprietários estabelecidas.

Assim, entre 1831 e 1850, o número de pés de café era de 569.346 e o número de escravos, 879 – o que estabelece uma relação de 648 pés de café por escravo. Na fase seguinte, os pés de café subiram para 6.617.942 unidades e o número de escravos para 4.251, o que estabelece uma correspondência de 1.557 pés de café por cada escravo. Na última fase, os pés de café alcançaram o volume de 10.712.098 e o número de escravos para 4.787, dados que representam a correlação de 2.238 pés de café por cativo.

**Quadro 2.5: Expansão, auge e grandeza da cafeicultura: pés de café por escravo, Cantagalo. 1831-1880**

Ano	Pés de Café	Escravos	Pés por escravos
1831-1850	569.346	879	648
1851-1870	6.617.942	4251	1557
1871-1880	10.712.098	4787	2238

Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

**Gráfico 2.14: Pés de café por escravo, Cantagalo. 1831-1880**

Fonte: Quadro 2.5.

O fenômeno indicado é o aumento da produtividade do trabalho escravo ao longo do século XIX, produtividade que poderia ser aumentada quando associada ao trabalho livre<sup>184</sup>. Assim sendo, os dados demonstram um crescimento vigoroso da exploração da mão de obra escrava ao longo do período e é por isso que, apoiados na argumentação de Robert Slenes, caracterizamos a última fase como o período de grandeza e não de decadência.<sup>185</sup>

Após apresentarmos as estruturas de posse de escravos e suas características mais gerais, a média do preço dos cativos e a relação entre pés de café e escravos, passamos a expor algumas das características mais específicas da escravidão na vila de Cantagalo.

## 2.2. Africanos e crioulos na vila de Cantagalo

Um dos aspectos mais interessantes da escravidão em Cantagalo refere-se à relação entre crioulos e africanos. Essa relação está em diálogo direto com o fim definitivo do tráfico de escravos para o Brasil em 1850. Desta forma, percebemos, através do Quadro 2.6, que, exceto

<sup>184</sup> SALLES, R. *Op. Cit.*, p. 154. Sobre o trabalho livre, conferir também: COSTA, E. V. D. *Da Senzala à Colônia*. 5. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010; FRANCO, M. S. D. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997; PEIXOTO, É. M. *Santa Clara do Macuco e a Metamorfose do Trabalho (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História): Niterói: PPGH-UNIVERSO, 2013.

<sup>185</sup> SLENES, R. W. Grandeza ou decadência? o mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: DEL NERO, I. ( . ). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE-USP, 1986. pp. 103-155. Para uma crítica à perspectiva de Slenes, ver: MARQUESE, R. de B. *Capitalismo, Escravidão e a Economia Cafeeira do Brasil no longo século XIX. Saeculum (UFPB)*, v. 29, pp. 289-321, 2013.



no primeiro decênio, os africanos foram majoritários na relação entre crioulos e africanos na vila. Entre 1821 e 1830, os africanos representavam 78,95% dos escravos inventariados e os crioulos, apenas 15,79%. Na década da proibição do tráfico, 1831-1840, 40,49% dos escravos eram africanos e os crioulos somavam 22,01% dos cativos. Nos dez anos seguintes, as marcas sofreram pequenas alterações: os africanos representavam 41,10% e os crioulos 28,77% dos escravos arrolados em inventários.

A partir da década de 1850, a relação entre crioulos e africanos começou a se alterar, com o aumento dos primeiros, configurando um processo de crioulização da população escrava da vila, evento esse já esperado com a Lei de 1850<sup>186</sup>. Até a década de 1860, crioulos e africanos estavam na casa dos 30%; os primeiros com 36,95% e os segundos com 31,82%. Entre 1861 e 1870, a relação se inverteu definitivamente e os crioulos passaram a representar 48,68% dos cativos enquanto os africanos, 29,35%. No último período, os crioulos correspondiam a 28,77% e os africanos, a 14,89% dos cativos registrados em inventário.

---

<sup>186</sup> MATTOS, H. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX). 3ª ed.rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

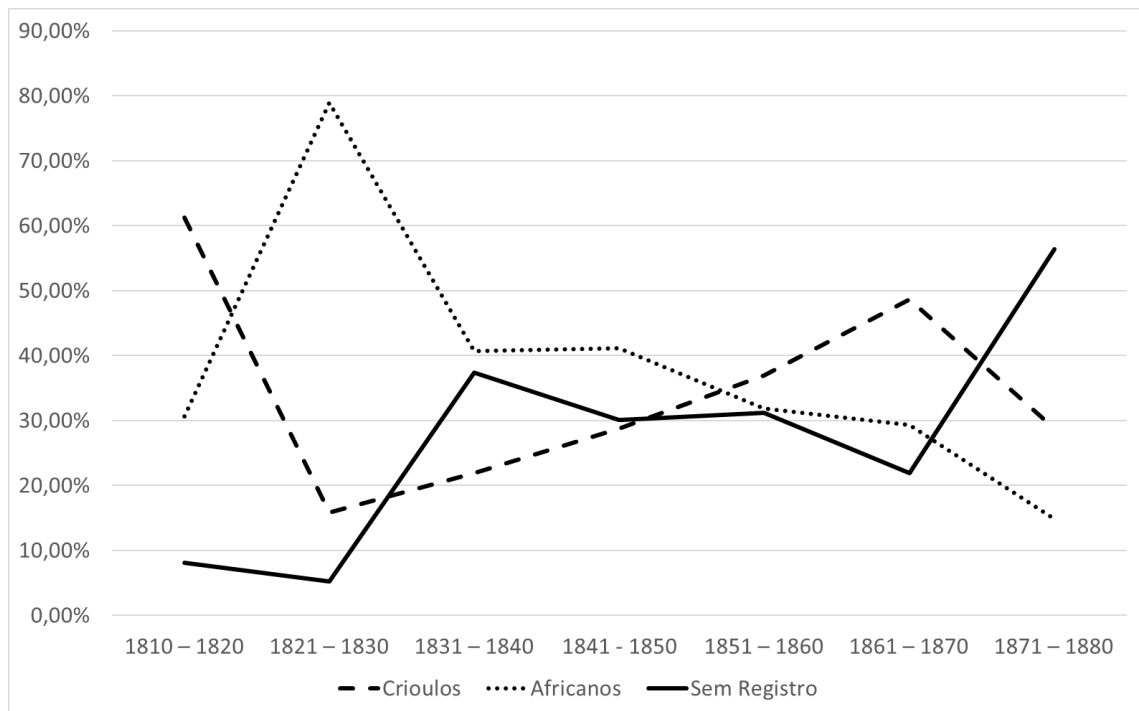
**Quadro 2.6: Relação entre crioulos e africanos nos inventários, Cantagalo. 1810-1880**

Ano	1810 – 1820		1821 – 1830		1831 – 1840		1841 - 1850	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Crioulos	30	61,22%	15	15,79%	81	22,01%	147	28,77%
Africanos	15	30,61%	75	78,95%	149	40,49%	210	41,10%
Sem Registro	4	8,16%	5	5,26%	138	37,50%	154	30,14%
Total	49	100%	95	100%	368	100%	511	100%
Ano	1851 – 1860		1861 – 1870		1871 – 1880		1810 – 1880	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Crioulos	439	36,95%	1.491	48,68%	1.377	28,77%	3.580	35,58%
Africanos	378	31,82%	899	29,35%	713	14,89%	2.439	24,24%
Sem Registro	371	31,23%	673	21,97%	2.697	56,34%	4.042	40,17%
Total	1.188	100%	3.063	100%	4.787	100%	10.061	100%

Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

Outro aspecto que se pode revelar através dos dados colhidos se refere aos escravos sem registros de origem. Certamente, a influência do fim do tráfico de escravos sobre os dados demonstra que os registros de origem passaram a ser omitidos, principalmente a partir do ano de 1831. Tal omissão passou a ser feita com o objetivo de evitar problemas relativos à importação de escravos na ilegalidade do tráfico. O Gráfico 2.15 apresenta as variações entre as três categorias analisadas. Ao observá-las percebemos nitidamente como ocorreu um aumento na omissão dos registros de origem.

**Gráfico 2.15 - Relação entre crioulos e africanos em inventários, Cantagalo.  
1810-1880**



Fonte: Quadro 2.6.

Se destacamos que existe um aumento dos cativos que não tiveram suas origens registradas a partir do ano de 1831, também é verdade que o número de registros de africanos veio caindo a partir desta data. Primeiro, vertiginosamente, e, depois, de forma mais contínua, os registros das origens dos africanos foram desaparecendo da documentação. Por outro lado, os registros de escravos crioulos em inventários passaram a crescer entre os anos de 1821 e 1870.

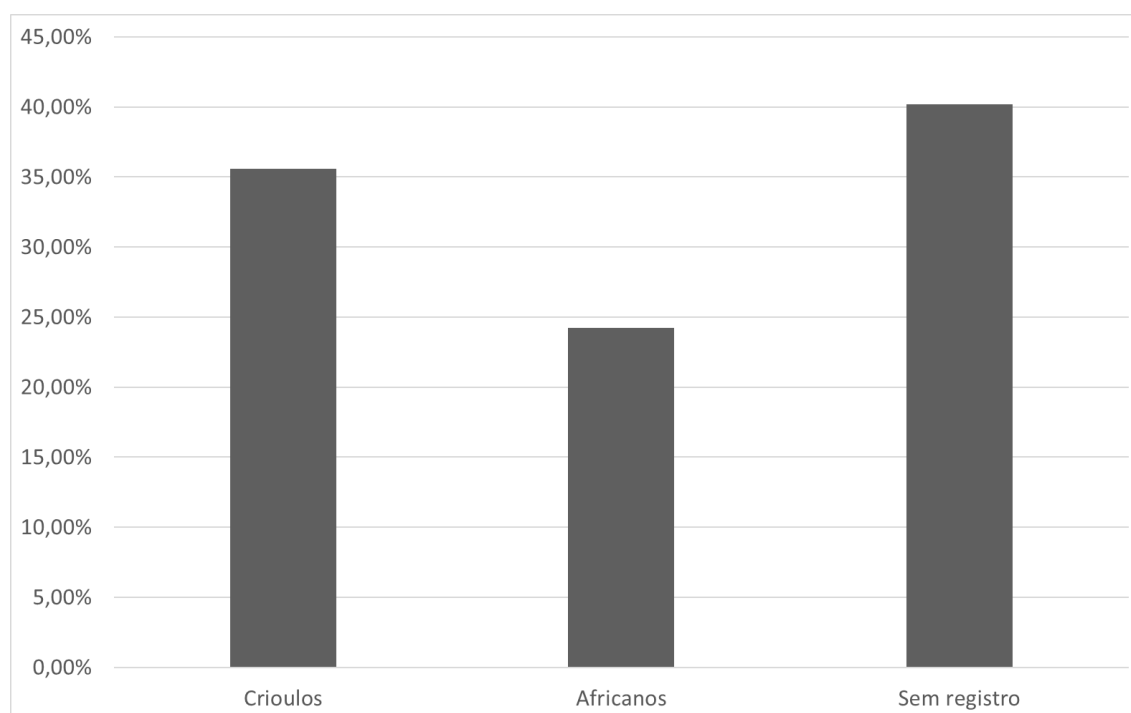
O Quadro 2.7 apresenta a relação entre crioulos e africanos na totalidade. Assim, crioulos representavam 35, 58% da população, enquanto os africanos eram responsáveis por uma fatia menor, 24,25%. Os escravos que não foram registrados segundo a procedência ocupavam 40,17% dos cativos. O Gráfico 2.16, por sua vez, apresenta essas disparidades entre africanos, crioulos e escravos sem procedência declarada.

**Quadro 2.7: Relação entre crioulos e africanos em inventários, Cantagalo. 1810-1880**

Ano	1810-1880	%
Crioulos	3.580	35,58%
Africanos	2.439	24,24%
Sem registro	4.042	40,17%
Total	10.061	100%

Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

**Gráfico 2.16: Relação entre crioulos e africanos em inventários, Cantagalo. 1810-1880**



Fonte: Quadro 2.7.

A continuidade da análise de crioulos e africanos não pode deixar de passar pela relação dessas duas categorias com a média de idade dos grupos. Assim, percebemos que, como um todo, a média de idade dos africanos sempre foi maior que a dos crioulos; no entanto ressaltamos que, apesar das oscilações até 1850, a partir desta década, a média de idade dos africanos passou a subir. Tal fator indica um progressivo envelhecimento da população de origem africana após o fim definitivo do tráfico para o Brasil. Do mesmo modo, também indicamos que os escravos crioulos ainda passaram pelo mesmo fenômeno – Quadro 2.8 e Gráfico 2.17.

Ricardo Salles, analisando a Vila de Vassouras, destacou a importância da proporção de africanos do sexo masculino, jovens e adultos, recém-chegados entre os plantéis. Além disso, o autor destacou as metamorfoses ocorridas nos plantéis vassourenses pós 1850. Tais movimentos observados para a localidade de Vassouras, guardados os seus números, são similares às transformações nas relações entre crioulos e africanos em Cantagalo.

**Quadro 2.8: Média de idade entre crioulos e africanos, Cantagalo. 1810-1880**

Ano	1810-1820	1821-1830	1831-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880
Crioulos	21,7	13,44	23,07	19,29	13	29,02	30,73
Africanos	24,46	19,27	29,78	24,87	26,5	29,17	30,57

Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

A média de idade dos crioulos, no primeiro período, estava na casa dos 21,70 anos de idade, caindo, nos dez anos seguintes, para a média de 13,44. Entre 1831 e 1840, a média subiu para 23,07 e sofreu duas quedas nos vinte anos seguintes, 19,29 e 13 respectivamente. Finalmente, entre 1861 e 1870, a média cresceu para 29,02 e, na última década, continuou crescendo e atingiu 30,73. No caso dos africanos, as oscilações ocorreram até 1850: na primeira década, foi estabelecida a média de 24,46; em 1821-1830, ocorreu uma queda para 19,27. Todavia, subiu pouco mais de 10 pontos (29,78) a partir da proibição do tráfico em 1831 e voltou a cair entre 1841 e 1850 (24,87). Nos últimos três decênios da série, a média de idade permaneceu crescente: 26,50 entre 1851 e 1860; 29,17 entre 1861 e 1870 e 30,57 entre 1871 e 1880.

**Gráfico 2.17: Média de idade entre crioulos e africanos, Cantagalo. 1810-1880**

Fonte: Quadro 2.8.

A apresentação do Quadro 2.8 e do Gráfico 2.17 demonstra o impacto direto do tráfico de africanos sob a população cativa da vila de Cantagalo. Como vimos anteriormente, esse impacto se deu fundamentalmente pela absorção do tráfico pelos grandes e megaproprietários. Por outro lado, as médias do gráfico apresentam a tendência de envelhecimento progressivo da população cativa como um todo.

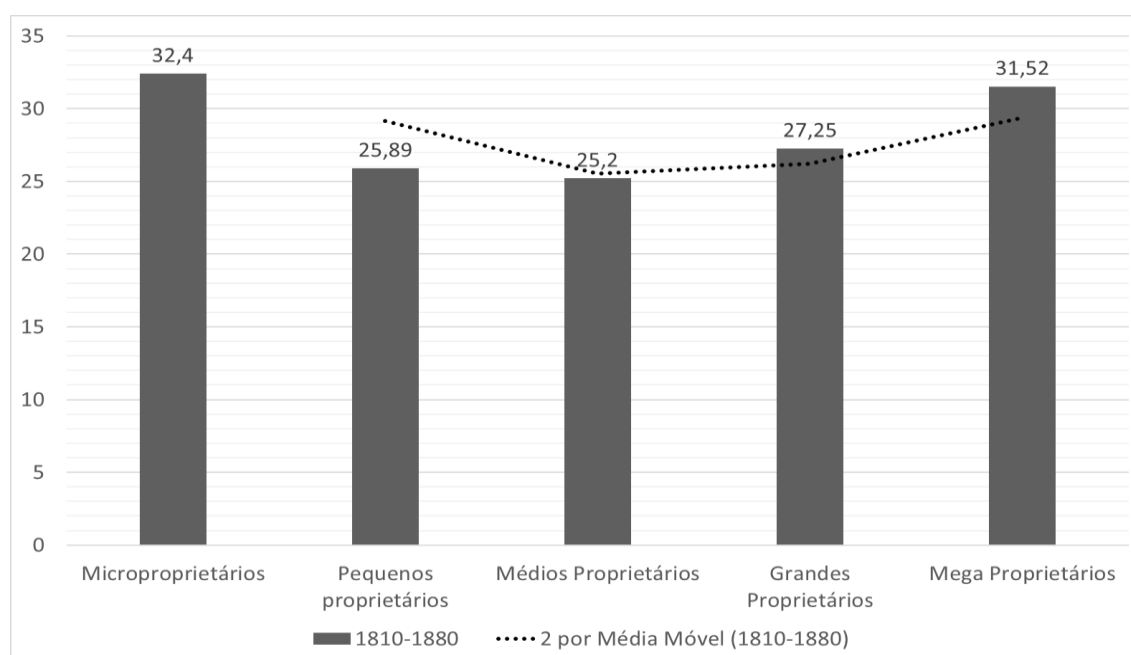
Se abordarmos a média de idade dos cativos a partir das categorias de proprietários que estabelecemos anteriormente, temos os resultados observados no Quadro 2.9 e no Gráfico 2.18. Os escravos dos microproprietários tinham, em média, 32,4 anos de idade. A média de idade dos escravos pertencentes aos pequenos proprietários era de 25,89 anos e os cativos dos médios proprietários tinham, em média, 25,20 anos. Entre os escravos dos grandes proprietários, a média de idade era de 27,25 anos. 31,52 anos era a média de idade dos cativos de megaproprietários.

**Quadro 2.9: Média de idade por tipo de plantel, Cantagalo. 1810-1880**

Ano	1810-1880
Microproprietários	32,4
Pequenos proprietários	25,89
Médios Proprietários	25,2
Grandes Proprietários	27,25
Megaproprietários	31,52

Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

**Gráfico 2.18: Média de idade por tipo de plantel, Cantagalo. 1810-1880**



Fonte: Quadro 2.9.

Os números apresentados no Quadro 2.9 demonstram que todas as categorias de proprietários apresentadas tinham uma média de idade que se caracterizava como produtiva, 13 a 49 anos. As duas categorias que dispunham dos cativos mais envelhecidos representavam os microproprietários e os megaproprietários, com cativos na casa dos 30 anos. Pequenos, médios e grandes proprietários possuíam cativos com idade na casa dos 25 anos.

Outro ponto a destacar consiste na relação entre crioulos e africanos do sexo masculino – Quadro 2.10 e Gráfico 2.19. Através destes, é perceptível o crescimento do número de crioulos do sexo masculino até 1850. Essa constatação indicia a importância do tráfico internacional na conformação dos plantéis escravistas. Tal relevância fica ainda mais irrefragável quando cruzamos esses dados com os do Quadro 2.8 e constatamos que esses escravos são homens em idade produtiva. Após o fim definitivo do tráfico, a porcentagem de africanos iniciou uma descendente progressiva nas décadas entre 1851 e 1880, 51%, 44% e 37%.

**Quadro 2.10: Proporção de africanos e crioulos – Homens, Cantagalo. 1810-1880**

Homens	1810-1820	1821-1830	1831-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880
Africanos	39%	83%	63%	64%	51%	44%	37%
Crioulos	61%	17%	37%	36%	49%	56%	63%

Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

**Gráfico 2.19: Proporção de africanos e crioulos – Homens, Cantagalo. 1810-1880**



Fonte: Quadro 2.10.

No tocante aos crioulos homens, esses tiveram um caminho diametralmente oposto, por assim dizer. Os números de homens crioulos cresceram significativamente até 1880. O descenso dos africanos e o crescimento dos crioulos no período 1851-1880 apontam a força do tráfico interno para a região de Cantagalo e como esse comércio impactou as escravarias.

O Quadro 2.11 procura captar o mesmo fenômeno do anterior, ou seja, a proporção entre africanos e crioulos no tempo, mas da perspectiva das mulheres. Torna-se fundamental adiantar que os fenômenos se assemelham, ocorrendo apenas um adiantamento na queda do volume das mulheres africanas para a década 1831- 1840. Tal fato indicia que, diante do fim do tráfico de escravos, os negociantes desse trato passaram a optar por cativos homens e em idade produtiva.

**Quadro 2.11: Proporção de africanos e crioulos – Mulheres, Cantagalo. 1810-1880**

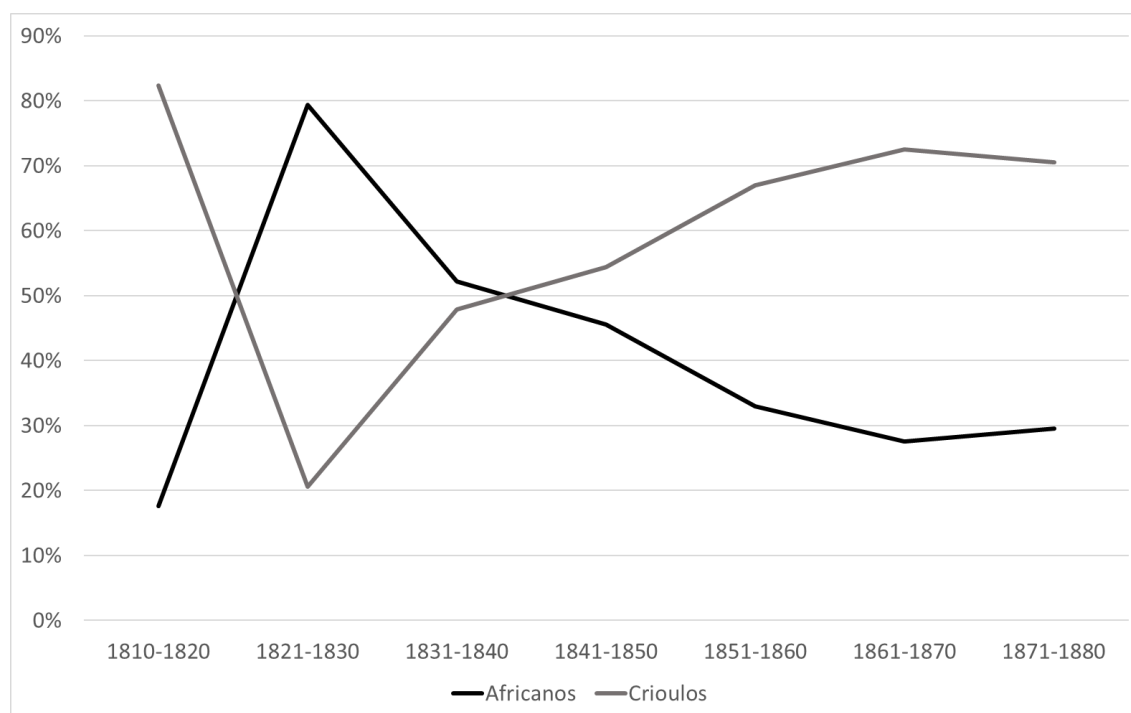
Mulheres	1810-1820	1821-1830	1831-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880
Africanos	18%	79%	52%	46%	33%	28%	30%
Crioulos	82%	21%	48%	54%	67%	72%	70%

Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

A partir da década de 1831-1840, a porcentagem das mulheres crioulas começou a subir. Nesta década, representava 48% das mulheres, subindo, na seguinte, para 54%, e, entre 1851-1860, para 67%. Nos dez anos seguintes, atingiu o auge com 72% e, na última década, manteve-se na casa dos 70%. O Gráfico 2.20 é representativo do acontecimento e indica a inversão do papel das mulheres africanas e crioulas nos plantéis de escravos da vila de Cantagalo.<sup>187</sup>

<sup>187</sup> A maior presença de mulheres crioulas pode ser uma estratégia dos senhores da vila de Cantagalo para intensificar a crioulação dos plantéis face à grande presença de africanos até 1850. Com isto, a população escrava tornara-se “cada vez mais crioula e, portanto, mais capazes de criar laços entre si”, uma maior solidariedade horizontal, como ressaltou Hebe Mattos citada por Sheila de Castro Faria. Cf. FARIA, S. D. C. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. **Tempo**, Niterói, v. 11, nº 22, pp. 122-146, jan./2007. Available from: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042007000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000100007&lng=en&nrm=iso)>. Access on: 29 jan. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000100007> .



**Gráfico 2.20: Proporção de africanos e crioulos – Mulheres, Cantagalo. 1810-1880**

Fonte: Quadro 2.11.

Uma possibilidade interessante para compreender esse movimento de africanos e crioulos na vila de Cantagalo é observar a proporção sem a separar entre homens e mulheres. No Quadro 2.12 e Gráfico 2.21, verificamos que, de 1831 em diante, ocorreu uma diminuição gradativa da participação de africanos nos plantéis cantagalenses e, neste íterim, um crescimento da participação de crioulos. Os africanos partiram de 82% na década entre 1821 e 1830 para 59% nos dez anos seguintes, o que aponta uma queda de 23 pontos percentuais. Entre os anos 1841 e 1850, a porcentagem de africanos foi quase a mesma. Com o fim definitivo do tráfico de cativos para o Brasil, o número de africanos continuou declinando. Assim, na década seguinte ao fim do tráfico, a proporção foi de 44%, caindo para 38% na década de 60 e para 34% na última fase analisada.

**Quadro 2.12: Proporção de africanos e crioulos, Cantagalo. 1810-1880**

Ano	1810-1820	1821-1830	1831-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880
Africanos	31%	82%	59%	58%	44%	38%	34%
Crioulos	69%	18%	41%	42%	56%	62%	66%

Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

**Gráfico 2.21: Proporção de africanos e crioulos, Cantagalo. 1810-1880**

Fonte: Quadro 2.12.

O Gráfico 2.21 permite visualizar o que tratamos no parágrafo anterior, a queda da porcentagem de africanos ao longo do período 1810-1880, com ênfase para o período posterior ao fim definitivo do tráfico internacional de cativos em 1850. Além disso, retrata a ascensão dos crioulos nos inventários. Processos que podemos denominar de desafricanização dos plantéis de cativos, e, apoiados em obra já citada de Hebe Mattos, criouliização das escravarias<sup>188</sup>. Concluindo, podemos dizer que enquanto o número de africanos decrescia o número de crioulos crescia.

A partir de 1850, a participação cada vez menor dos africanos registrados nos inventários indica que, após o fim tráfico internacional de escravos, ocorreu uma diminuição progressiva, mas já esperada, do número de africanos nas mãos dos proprietários da vila. Em compensação, entre 1851 e 1860 ocorreu o crescimento dos escravos crioulos, indicando o forte papel que o tráfico interno teve na reposição de mão de obra das lavouras cafeeira da área oriental do Vale do Paraíba. Por conta dessa reposição nas décadas de 1860 e 70 passamos a identificar escravos cujo local de origem era o nordeste brasileiro, o fenômeno percebido pela presença, nos inventários, de denominações como Baiano, Bahia e Pernambuco.

<sup>188</sup> MATTOS, H. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX). 3ª ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

### 2.3. Gênero nos inventários da vila de Cantagalo

Os dados apresentados até aqui identificam características fundamentais das escravarias e das relações travadas entre senhores e escravos na vila de Cantagalo. Ricardo Salles já apontou o impacto do tráfico de escravos até 1850 sobre as escravarias, em sua maioria constituída de homens em idade produtiva, destinados as *plantations* escravistas<sup>189</sup>. No entanto, existem outras possibilidades de análise na observação da relação entre homens e mulheres escravos nos inventários selecionados.

No ano de 1872, conforme os dados do primeiro censo nacional do império, as quatro paróquias componentes do município de Cantagalo somavam 9.586 cativos homens e 6719 mulheres<sup>190</sup>, indicando que existiam 142 homens para cada 100 mulheres – um índice bastante alto. Neste mesmo período, a razão de masculinidade para Vassouras era de 132 homens para cada 100 mulheres<sup>191</sup>. Ademais, o número 142 está muito próximo da razão de masculinidade encontrada para o período 1861-1870, 144 homens para cada 100 mulheres.

Com isso, podemos estabelecer, com relativa segurança, a razão de masculinidade da população cativa através dos inventários *post-mortem*. O Quadro 2.13 apresenta a razão de masculinidade entre os anos de 1810 e 1880. Desta forma, na primeira década, para cada 100 mulheres existiam 172 cativos homens, caindo para 157 nos dez anos seguintes e chegando a 277 homens entre 1831 e 1840, aumento que acreditamos estar relacionado ao fluxo de escravos via tráfico para a região. A partir de então, a razão de masculinidade vai decaindo para 196, 167, 144 até fechar a série com 128 escravos homens para cada 100 cativas. Com a utilização do Gráfico 2.22, fica nítido o declínio da razão de masculinidade a partir da década de 1840.

**Quadro 2.13: Razão de Masculinidade, Cantagalo. 1810-1880**

1810-1820	1821-1830	1831-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880
172	157	277	196	167	144	128

Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

<sup>189</sup> SALLES, *Op. Cit.*, p. 195.

<sup>190</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro: Typ.Leuzinger/Typ. Commercial. 1872. 12v.

<sup>191</sup> SALLES, *Op. Cit.*, p. 195.

**Gráfico 2.22: Razão de Masculinidade em Cantagalo, 1810-1880**

Fonte: Quadro 2.13.

De acordo com o Gráfico 2.22, é possível identificar, pelo menos, três momentos nítidos. No primeiro, uma ascensão significativa da razão de masculinidade entre os anos de 1821 e 1840; no segundo, uma queda brusca nesta relação entre 1840 e 1850; e, no terceiro, uma redução na velocidade de queda até o final da série em 1880. Tais tendências são similares as que Salles encontrou para Vassouras<sup>192</sup>. Para solucionar o problema da queda da masculinidade em um período de tráfico intenso, retornaremos, primeiramente, ao Quadro 2.6 que mostra como entre 1840 e 1850 a proporção de africanos era superior à de crioulos, característica imposta pelo tráfico internacional de escravos, e, posteriormente, nos valeremos do Quadro 2.11, no qual é possível perceber a diminuição da participação das mulheres africanas e o aumento das crioulas entre as escravarias da vila de Cantagalo.

Para compreendermos essa movimentação de forma ainda mais específica, é preciso observar a proporção de mulheres entre os escravos africanos até a década de 1850 – Gráfico 2.23. Tais dados indicam que a participação das mulheres veio crescendo desde 1810 e foi mais intensa entre 1821 e 1830. A partir desse momento, o número de africanas em inventários vai declinando até 1850, movimento que se justifica pela preferência, principalmente após a lei de 1831, por escravos do sexo masculino e em idade produtiva.

<sup>192</sup> SALLES, *Op. Cit.*, pp. 197-198.

**Gráfico 2.23: Porcentagem de mulheres entre os africanos, Cantagalo. 1810-1850**

Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

Dando prosseguimento à questão de gênero nos inventários *post-mortem* e de como esse aspecto impactava o universo de senhores e escravos em Cantagalo, passamos a apresentar o quadro geral dos cativos homens e mulheres. Abordaremos o Quadro 2.14, primeiramente a partir de seus números absolutos e depois informando a porcentagem de escravos por período.

Na primeira década da série, obtivemos o resultado total de 49 cativos, onde 31 deles eram homens e dezoito mulheres. Nos dez anos seguintes, esse número vai ganhando mais corpo com o total de 95 cativos divididos em 58 homens e 37 mulheres. No período de 1831 a 1840, novamente observamos um significativo crescimento: 270 homens e 98 mulheres. No decênio seguinte, essa tendência se mantém: 337 homens e 172 mulheres, somados a dois escravos sem gênero identificado. Entre 1851 e 1860, os homens somavam 741 indivíduos e as mulheres, 439. Além de oito escravos sem gênero definido, chegando a 1.188 escravos registrados. Os 3.063 cativos do período 1861-1870 estavam divididos em 1.798 escravos e 1.246 escravas, somados a 19 escravos sem registro de gênero. No último período da série, totalizavam 4787 indivíduos, sendo 2.675 indivíduos do sexo masculino e 2.095 do feminino, somados a dezessete sem registro.

No que concerne às porcentagens de escravos, Quadro 2.14<sup>193</sup>, temos que homens e mulheres se dividiam da seguinte forma: nos dez primeiros anos, 63,27% e 36,73%; entre 1821 e 1830, 61,05% e 38,95%; e, nos dez anos seguintes, temos homens com 73,44% e mulheres com 26,56%. Dez anos depois, 66,21% eram homens e 33,79% mulheres. Nos dez primeiros anos após o fim definitivo do tráfico, os homens tiveram uma ligeira queda para 62,80% e as mulheres representaram 37,20%. Entre os anos de 1861 e 1870, nova queda na porcentagem de homens que passaram a representar 59,07% e as mulheres, 40,93%. No último decênio da série, 56,08% eram homens e 43,92%, mulheres. O perfil demonstra uma superioridade numérica e de proporção dos indivíduos cativos do sexo masculino que será desdobrada a seguir.

---

<sup>193</sup> O número total de escravos do Quadro 2.14 difere dos outros quadros apresentados até aqui por conta de que muitas crianças não tinham seus nomes revelados, sendo denominados por termos como “cria” ou “filho”.

**Quadro 2.14 - Homens e mulheres entre os escravos inventariados, Cantagalo. 1810-1880<sup>194</sup>**

Ano	1810 – 1820		1821 – 1830		1831 – 1840		1841 - 1850		1851 – 1860		1861 – 1870		1871 – 1880		1810 – 1880	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Mulheres	18	36,73%	37	38,95%	98	26,63%	172	33,79%	439	37,20%	1.246	40,93%	2.095	43,92%	4.105	40,99%
Homens	31	63,27%	58	61,05%	270	73,37%	337	66,21%	741	62,80%	1.798	59,07%	2.675	56,08%	5.910	59,01%
Total	49	100%	95	100%	368	100%	509	100%	1.180	100%	3.044	100%	4.770	100%	10.015	100%

Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

<sup>194</sup> No período 1810-1880 não foi possível identificar o gênero de 46 escravos. Dois entre 1841-1850, oito entre 1851-1860, dezenove entre 1861-1870 e dezessete entre 1871-1880.

Neste ponto, é preciso apresentar o Gráfico 2.24, onde é possível perceber a evolução de homens e mulheres dos anos de 1810 a 1880. Nota-se que o número geral de mulheres é crescente, assim como o de homens, e tal crescimento começa a destacar-se exatamente durante o período de tráfico ilegal e, principalmente, após 1850. Assim, tanto para homens quanto para mulheres, as linhas do gráfico apresentam uma guinada para cima. Tal elemento endossa a ideia que já defendemos: a concentração de escravos homens em idade produtiva nas mãos dos megaproprietários. Mas indicamos que o tráfico interno teve um importante papel na formação dessas escravarias.

Apesar de não apresentar uma queda no número geral de homens ao final da série, é o aumento do número de mulheres, principalmente entre as africanas até 1850, que vai alterar a relação entre homens e mulheres na vila de Cantagalo. Inclusive, quando olhamos para o período como um todo, vemos que os indivíduos do sexo masculino eram de 59,02% dos cativos, deixando os outros 40,98% para as mulheres – Gráfico 2.25. Neste contexto, enfatizamos mais uma vez a necessidade de homens em idade produtiva, isto porque a reprodução da *plantation* escravista era feita através do tráfico internacional de escravos pela incorporação sistemática de mais homens.<sup>195</sup> Gostaríamos apenas de reiterar a ideia de que essa incorporação sistemática de escravos ao sistema é uma forma lucrativa de ordenação do trabalho<sup>196</sup> que não visa apenas à distinção social.

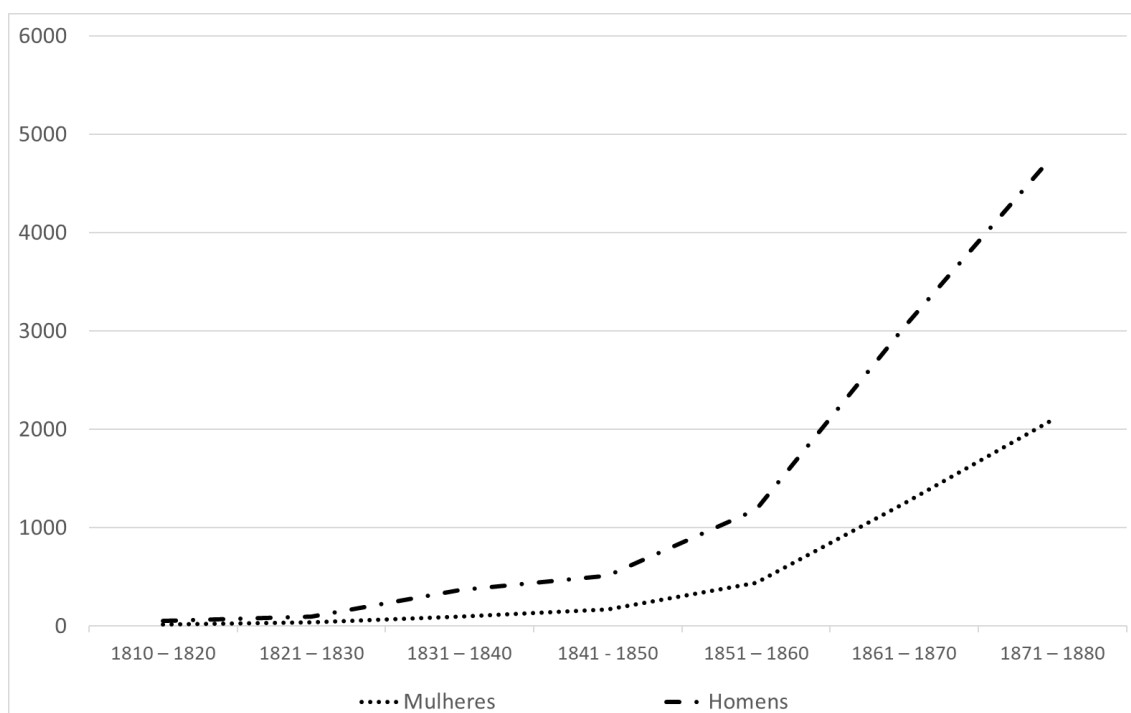
---

<sup>195</sup> FRAGOSO, J. **Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul, Rio de Janeiro (1830-1888)**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

<sup>196</sup> MELLO, P. C. de. *Op. Cit.*, p. 27.

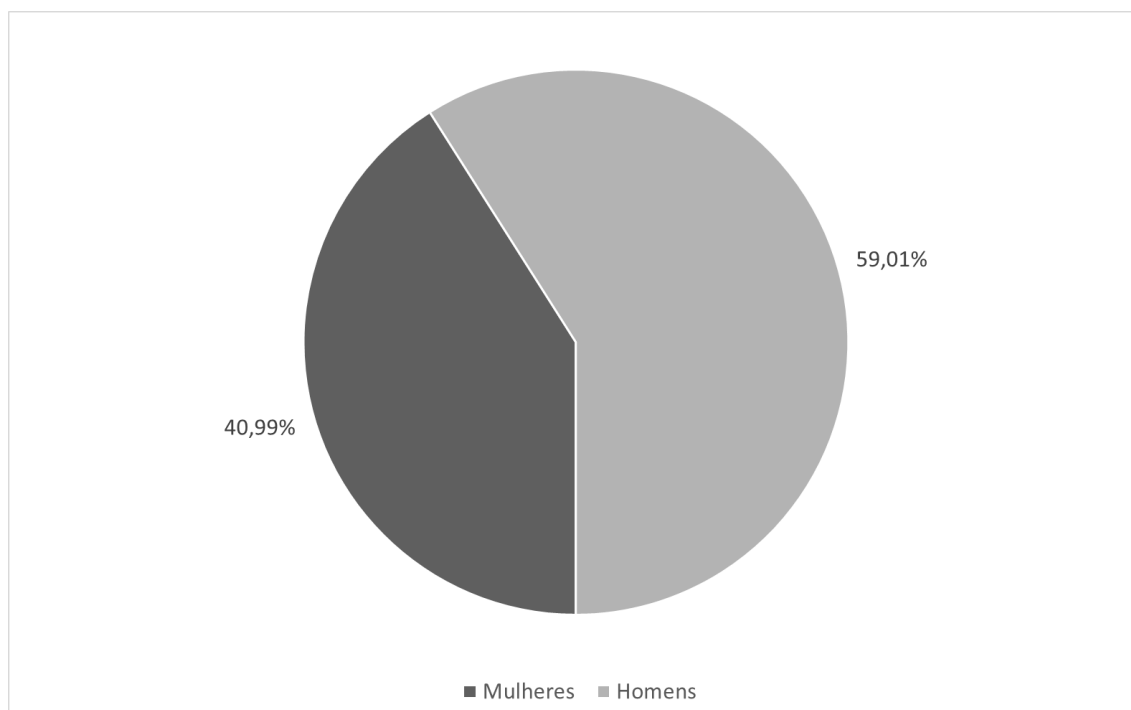


**Gráfico 2.24: Evolução do número de homens e mulheres, Cantagalo. 1810-1880**



Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

**Gráfico 2.25: Total de homens e mulheres, Cantagalo. 1810-1880**

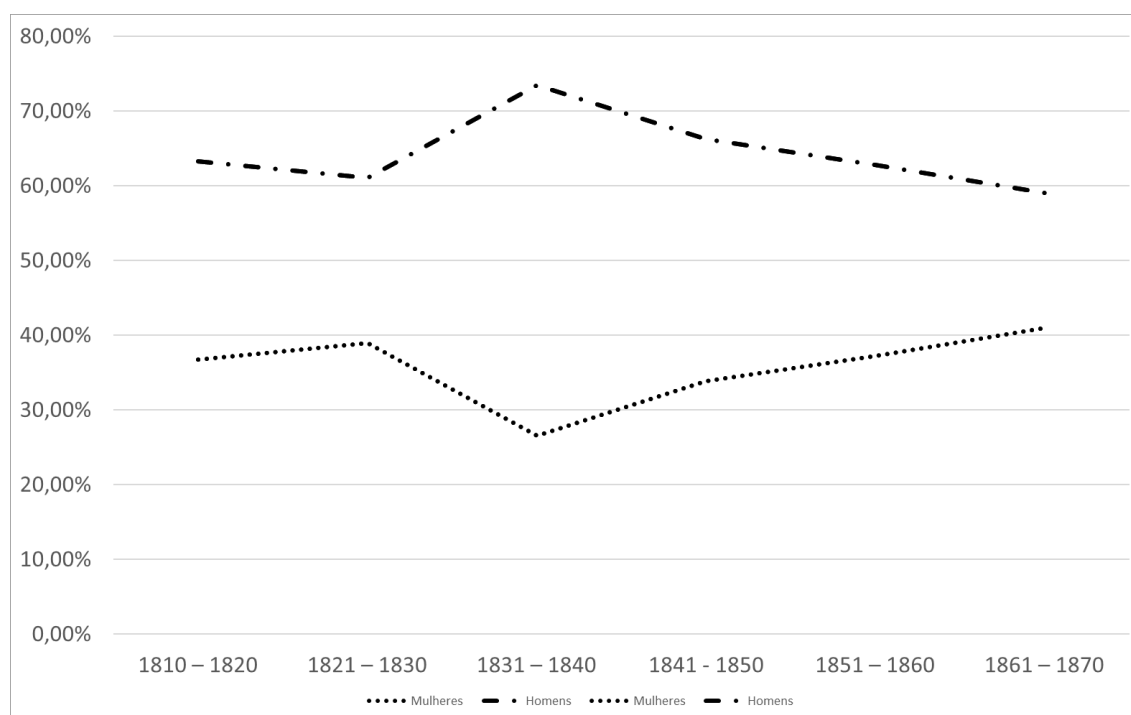


Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

Seguindo a linha interpretativa com a qual iniciamos essa sessão, torna-se imprescindível observar a proporção de homens e mulheres em inventários no período de 1810

a 1880 – Gráfico 2.26. Os números indicam um espelhamento da situação. Enquanto o número de escravos homens, após uma pequena queda entre 1810 e 1830, sobe significativamente entre 1830 e 1840, o número de mulheres tem um pequeno crescimento até 1830 para haver uma queda até 1840. Neste cenário, após o seu crescimento, a porcentagem de homens começa a diminuir enquanto que a das mulheres passa a se elevar.

**Gráfico 2.26: Proporção entre homens e mulheres, Cantagalo. 1810-1880**



Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

Mais uma vez esses dados apontam para um crescimento na participação das mulheres nos inventários, fato que evidencia o motivo pelo qual a razão de masculinidade foi decaindo após 1850. Uma das possibilidades para compreender esse crescimento das mulheres é a busca por um equilíbrio entre os sexos com o objetivo de “criar melhores condições de reprodução natural entre seus cativos<sup>197</sup>”. Apesar de todas as críticas e controvérsias que essa perspectiva possa sofrer, é preciso lembrar que os próprios agentes coevos atentavam para a questão da reprodução natural dos cativos.<sup>198</sup>

<sup>197</sup> SALLES, R. *Op. Cit.*, p. 203.

<sup>198</sup> Cf. MARQUESE., R. D. B. **Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1680-1880.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

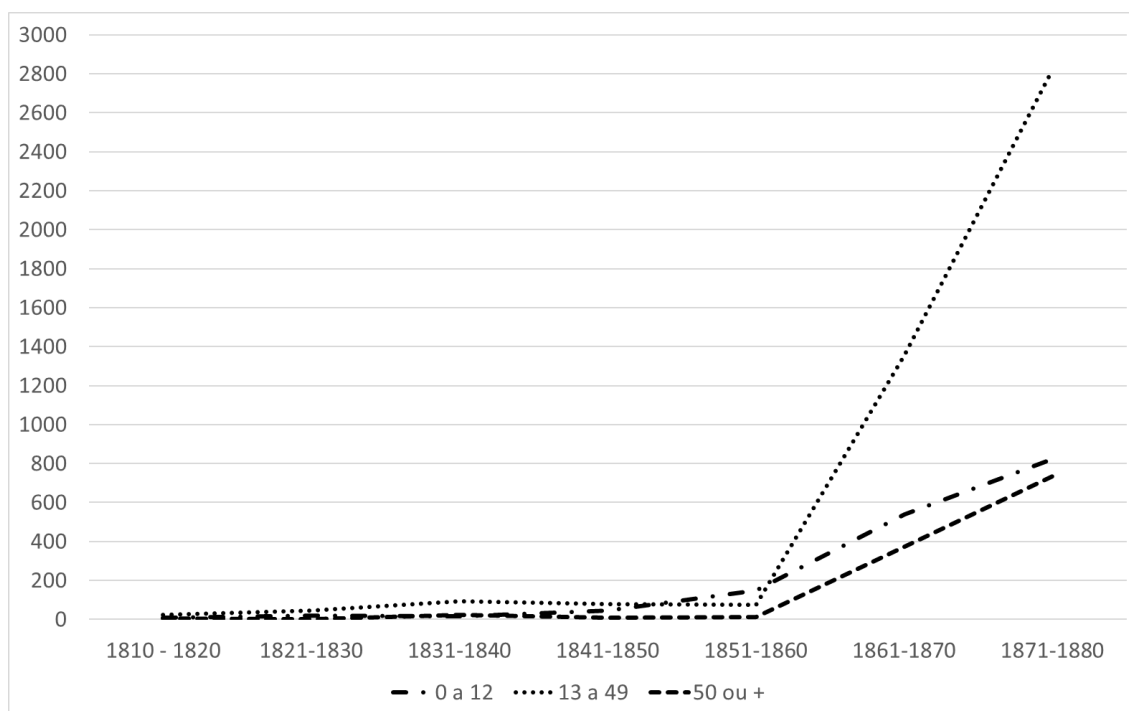
Quando nos referimos à questão da reprodução natural, temos em conta que muitos pesquisadores se posicionam sobre o tema<sup>199</sup>. Não entraremos nesta seara específica. Nosso objetivo é mapear os meandros do escravismo que conduziu Cantagalo a se tornar o coração do Vale do Paraíba oriental. Diante disso, passamos a analisar a idade dos escravizados. Dividimos os cativos em três faixas etárias: menores de 12; 13 a 49; e, maiores de 50 anos. Tais faixas referem-se, respectivamente, às crianças; aos jovens e adultos; e, aos idosos. As categorias que estão na extremidade, apesar de não se encontrarem no centro da camada produtiva, poderiam realizar trabalhos auxiliares à lavoura cafeeira ou de cunho doméstico.

Entretanto, nossa análise recai, principalmente, sobre os escravos em idade produtiva. Ao lançarmos o nosso olhar para esses cativos, visamos, primeiramente, compreender a participação desses indivíduos na escravaria da vila de Cantagalo. O Gráfico 2.27 destaca que, até 1850, as três categorias aparecem muito próximas quando expressas em números, mas, a partir de 1851, as três faixas crescem, destacando-se, principalmente, a faixa dos indivíduos entre 13 e 49 anos.

---

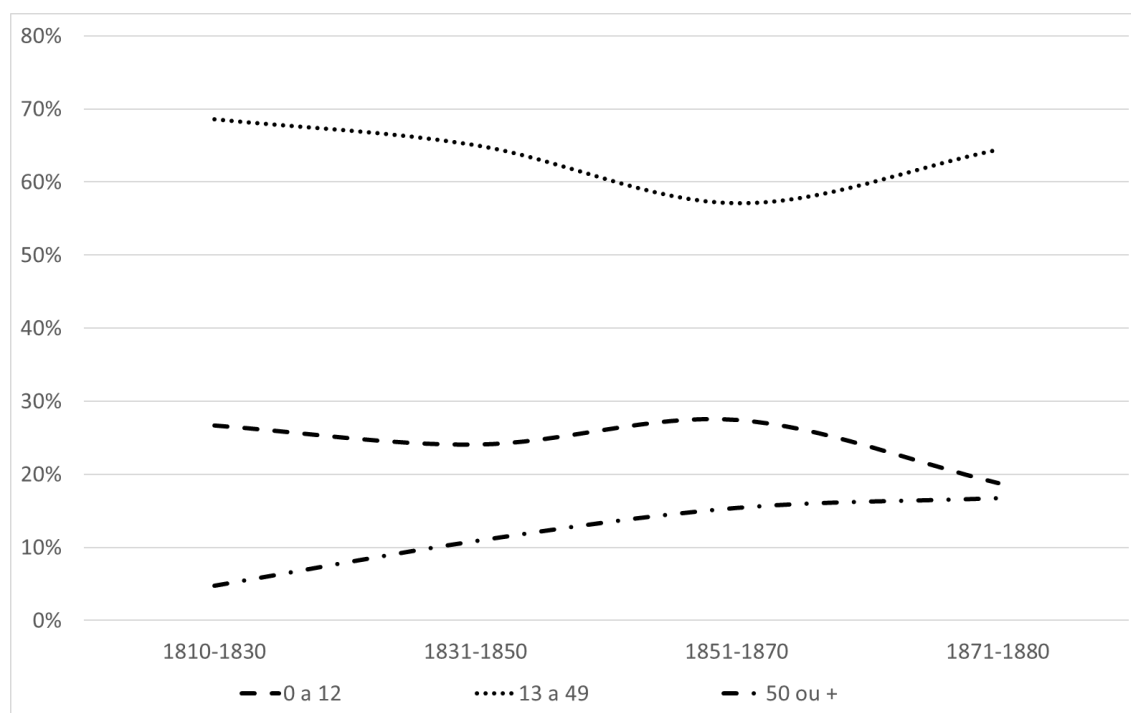
<sup>199</sup> FRAGOSO, J. **Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul, Rio de Janeiro (1830-1888)**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. CANO, W.; LUNA, F. V. A Reprodução Natural de Escravos em Minas Gerais (Século XIX) – Uma Hipótese. In: LUNA, F. V.; COSTA, I. D. N.; KLEIN, H. S. **Escravidão em São Paulo e Minas Gerais**. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. pp. 499-509. LIBBY, D. C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. **Est. Econ.**, São Paulo, v. 25, n° 2, pp. 203-233, maio-ago, 1995. TEIXEIRA, H. M. **Reprodução e famílias escravas em Mariana 1850-1888**. Dissertação (Mestrado em História): São Paulo: FFCL-USP, 2001. SALLES, R. **E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

**Gráfico 2.27: Evolução do número de escravos por três faixas etárias, Cantagalo. 1810-1880**



Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

Continuando a análise, passamos a observar a proporção entre as três categorias de idade estabelecidas – Gráfico 2.28. A relação entre elas demonstra que os cativos entre 13 e 49 anos mantiveram-se muito distantes das outras duas categorias. Tal setor, apesar de um declínio e de uma queda nos períodos 1831-1850 e 1851-1870, recuperou-se no final da série. O número de cativos entre o nascimento e treze anos, apesar de um suave crescimento até 1870, passou por uma queda no último período enquanto que a população escrava com mais de 50 anos permaneceu em ascensão, demonstrando o envelhecimento progressivo das escravarias.

**Gráfico 2.28: Porcentagem de escravos por três faixas etárias, Cantagalo. 1810-1880**

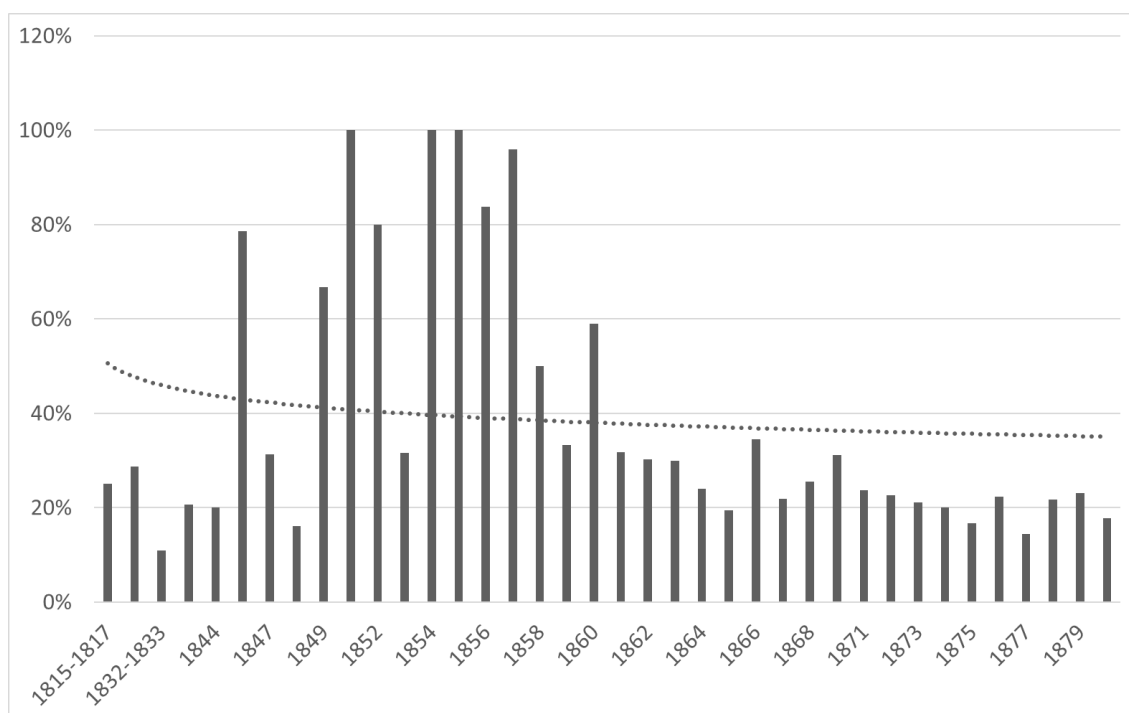
Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

A respeito das crianças até doze anos, apesar das oscilações, vigorou uma tendência ao declínio desse grupo durante a maior parte do século XIX<sup>200</sup>. Notamos, também, que o período de maior incidência de cativos nesta faixa de idade se concentrou até a extinção definitiva do tráfico internacional de escravos em 1850. Por outro lado, abordando o período como um todo, percebe-se que a média dos cativos até os doze anos representava 23,62% do total da série de dados.

Os dados trabalhados nos remetem a uma reflexão e a uma comparação. Primeiro, a queda do número de crianças até doze anos não é significativamente acentuada, apresentando indícios de que, após 1850, novos indivíduos continuaram nascendo e alimentando as escravarias cantagalenses – Gráfico 2.29. Ressalto que não nos referimos a um plano de reprodução da escravidão via crescimento vegetativo, mas apenas evidenciamos a maturidade que o sistema escravista alcançou naquela localidade principalmente na década de 1870, quando ainda possuía 20,74% da população escrava na faixa etária de recém-nascidos a 12 anos.

<sup>200</sup> Utilizamos, para a composição do gráfico, os dados etários disponíveis nos inventários *post-mortem* depositados no Centro de Memória de Cantagalo. Como nem sempre a idade dos indivíduos era assinalada, utilizamos a linha de tendência para corrigir possíveis distorções.

Gráfico 2.29: Crianças até 12 anos, Cantagalo. 1815-1880



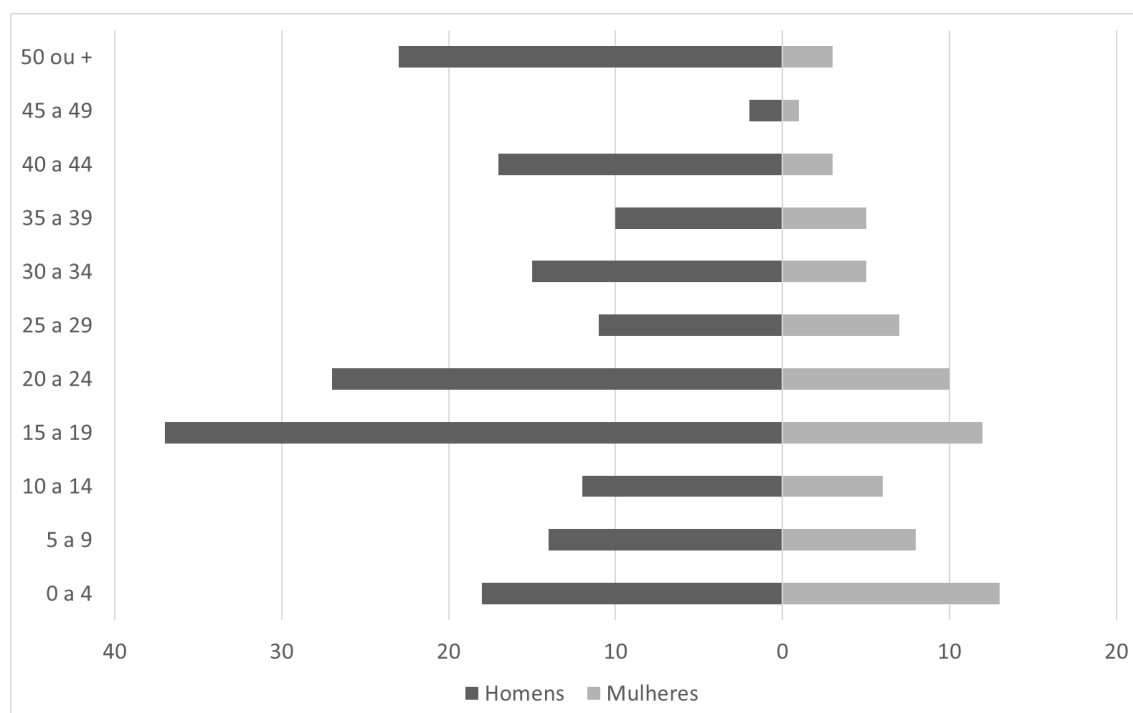
Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

Outra forma de analisar a questão entre homens e mulheres é aliar a esses parâmetros os dados etários. Para isso, utilizamo-nos das pirâmides etárias para o período de expansão, auge e grandeza da cafeicultura cantagalense. Através delas, podemos observar o papel de homens e mulheres relacionados aos dados etários da população observada. Por certo, compreenderemos também as transformações etárias pelas quais cada grupo passou e teremos uma noção mais nítida do papel dos cativos em idade produtiva.

Nos vinte primeiros anos da série de dados abordados através da pirâmide etária de 1831-1850, Gráfico 2.30, observamos uma diferença acentuada na relação entre homens e mulheres, fundamentalmente entre os que se encontravam em idade produtiva. Resta lembrar que, durante esta fase, o tráfico internacional ainda estava aberto e que a importação de homens em idade produtiva era massiva. Como nota, devemos destacar que tal configuração, quantidade de africanos homens inseridos no sistema e a alta taxa de mortalidade dos escravos, é um empecilho à reprodução natural das escravarias<sup>201</sup>.

<sup>201</sup> LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 181. Luna e Klein trabalharam com dados referentes a São Paulo e a Minas Gerais no ano de 1829. Assim, indicaram que a taxa de natalidade para as escravas dessas localidades girava em torno de 35 a 45 por mil, número bastante alto.

**Gráfico 2.30: Pirâmide etária dos escravos. Cantagalo, 1831-1850**



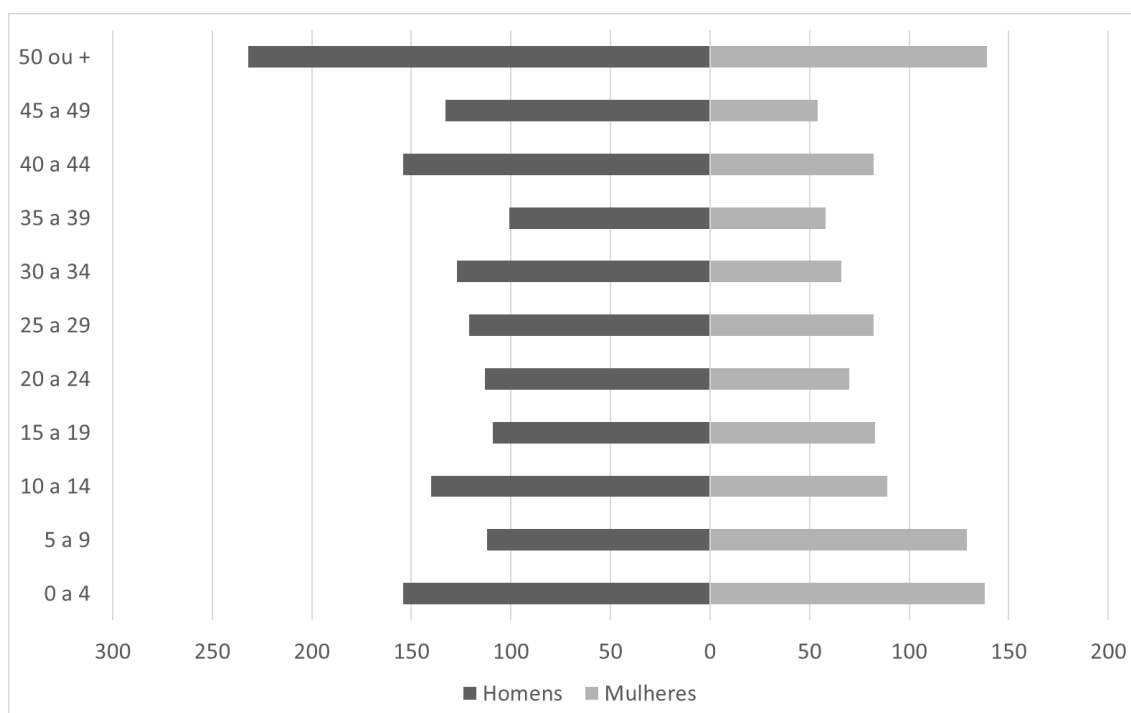
Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

A análise mais detida dos dados revela um destaque para a participação dos homens entre quinze e 24 anos, onde também se destacam as mulheres. Outros dois elementos a destacar são o número de escravos homens e mulheres na faixa etária 0-4 anos, denotando um número significativo de nascimentos; e, a existência de um expressivo contingente de escravos com 50 anos ou mais – em sua maioria, homens.

Importante ressaltar que 1831-1850 consiste no período da expansão cafeeira na vila de Cantagalo e, por conseguinte, do trabalho escravo e das relações de produção calcadas na escravidão. Portanto, a entrada de uma quantidade significativa de africanos nas *plantations* cafeeiras da localidade impacta as relações que estamos analisando.

A segunda fase abordada se refere ao período de auge da cafeicultura, ou seja, quando o sistema estava em franca produção – Gráfico 2.31. Visualizamos, através da pirâmide etária, que os estratos produtivos, dos quinze aos 44 anos, passaram por uma estabilização, enquanto os que se encontravam até os quatro anos, tanto homens quanto mulheres, cresceram bastante. Na faixa seguinte, as mulheres ultrapassaram, pela primeira vez, os homens, mas, de modo geral, mantiveram-se com um número menor nas demais categorias. Analisando o referido gráfico, percebemos também o envelhecimento progressivo dos homens e mulheres.

**Gráfico 2.31: Pirâmide etária dos escravos. Cantagalo, 1851-1870**



Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

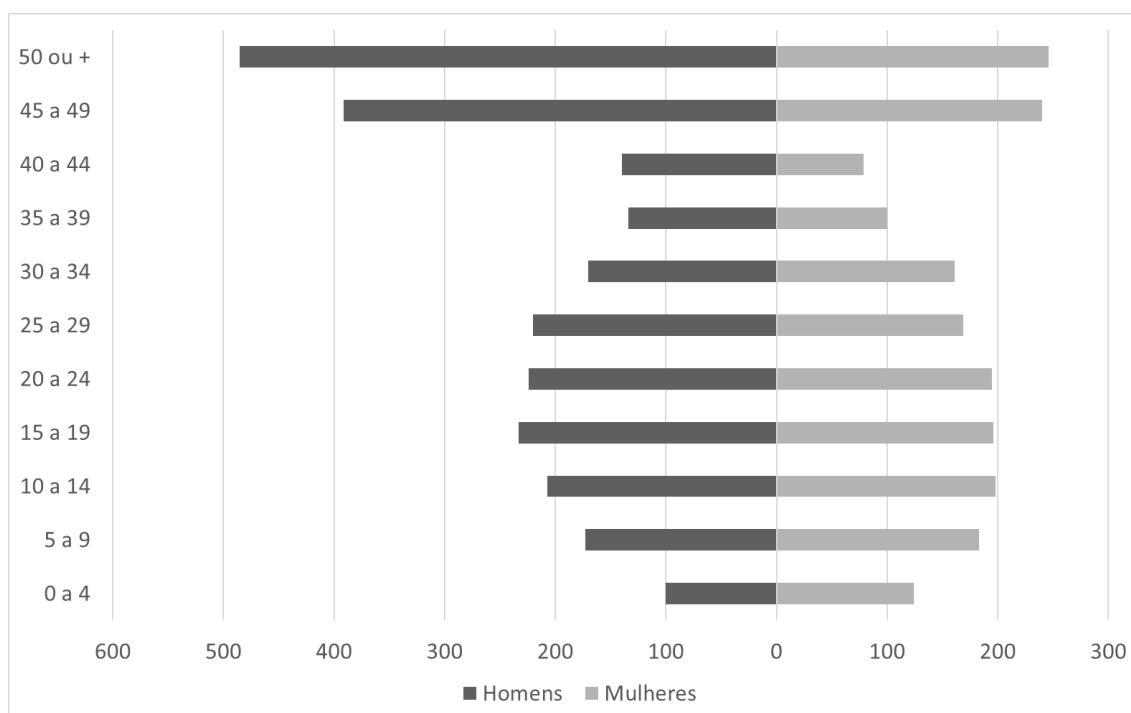
A análise deste período evidencia como o sistema de *plantation* em Cantagalo estava estabelecido. Para termos uma breve noção deste auge da cafeicultura, temos os resultados do envio de café de Cantagalo para o porto de Macaé em abril de 1857. Neste documento, identificamos 89 remetentes de café por este porto, que enviaram 14.431 arrobas, ou 3.393 sacas de café, em apenas um mês<sup>202</sup>. Tal valor é significativamente superior ao dado que possuímos para o ano de 1820, quando Cantagalo enviou ao Rio de Janeiro 11 mil arrobas de café.<sup>203</sup>

<sup>202</sup> AVISO aos Srs. Fazendeiros de café de Cantagalo. *Jornal do Commercio*. Domingo, 10 de abril de 1857. Ano: XXXII. nº 127. Publicações a Pedido: Aviso aos Srs. Fazendeiros de café de Cantagalo. p. 2. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_04&pesq=Candido%20Torres%20e%20Soares&pasta=ano%20185](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&pesq=Candido%20Torres%20e%20Soares&pasta=ano%20185)>. Acesso em: 18 de jul. 2017. Devemos levar em conta que o documento faz referência apenas ao café saído pelo porto de Macaé, todavia o café de Cantagalo possuía, pelo menos, mais uma rota de saída pela serra de Friburgo até Porto das Caixas em tropas de mulas e depois por via fluvial em direção ao Rio de Janeiro.

<sup>203</sup> FURTADO, M. B. *Itinerário da Freguesia do Senhor Bom Jesus do Itabapoana à Gruta das Minas do Castelo*. Memórias Fluminenses. Campos dos Goytacazes: Essentia, v. 2, 2014, p. 109.



**Gráfico 2.32: Pirâmide etária dos escravos, Cantagalo. 1871-1880**



Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

Na fase de grandeza, ainda vemos um número interessante de cativos entre as faixas produtivas – Gráfico 2.32<sup>204</sup>. No entanto, o que nos chama a atenção é a diminuição gradativa dos cativos entre recém-nascidos e 4 anos, diminuindo, assim, a base da pirâmide e a expansão dos escravos acima de 45 anos. Estas duas constatações estavam relacionadas tanto com a Lei de 1871, quanto com um envelhecimento da população cativa e uma diminuição da taxa de natalidade, o que nos leva a seguinte reflexão: após o fim do tráfico internacional de escravos, ocorreu um envelhecimento progressivo da população escrava e, ao mesmo tempo, uma diminuição dos infantes entre 0 e 4 anos. O tráfico interno possibilitou somente uma estabilidade nas faixas produtivas.

Outro dado importante da pirâmide para o período é que a relação é muito mais homogênea entre homens e mulheres. Os dados computados evidenciam que elas eram a maioria entre os cativos de 0 a 9 anos, mas que seu volume não era tão diferente para as outras faixas etárias, exceto para as de 40 a 44 e 50 ou mais anos. Este último fato ocorreu exatamente

<sup>204</sup> Para a construção do Gráfico 2.32, utilizamos a contagem de todos os escravos arrolados nos inventários, incluindo os ingênuos. Realizamos este procedimento apoiados na argumentação de Robert Toplim de que os ingênuos foram mantidos como escravos até os 21 anos. Cf. TOPLIN., R. B. **The Abolition of Slavery in Brazil**. New York: Atheneum, 1972. *Apud.* MIRANDA, B. D. F. **O Vale do Paraíba contra a lei do ventre livre, 1865-1871**. Dissertação (Mestrado em História): São Paulo: FFLCH-USP, 2018, p. 15.

pelo envelhecimento dos homens ao longo do processo, que sempre foram a maioria dos cativos nas *plantations* escravistas.

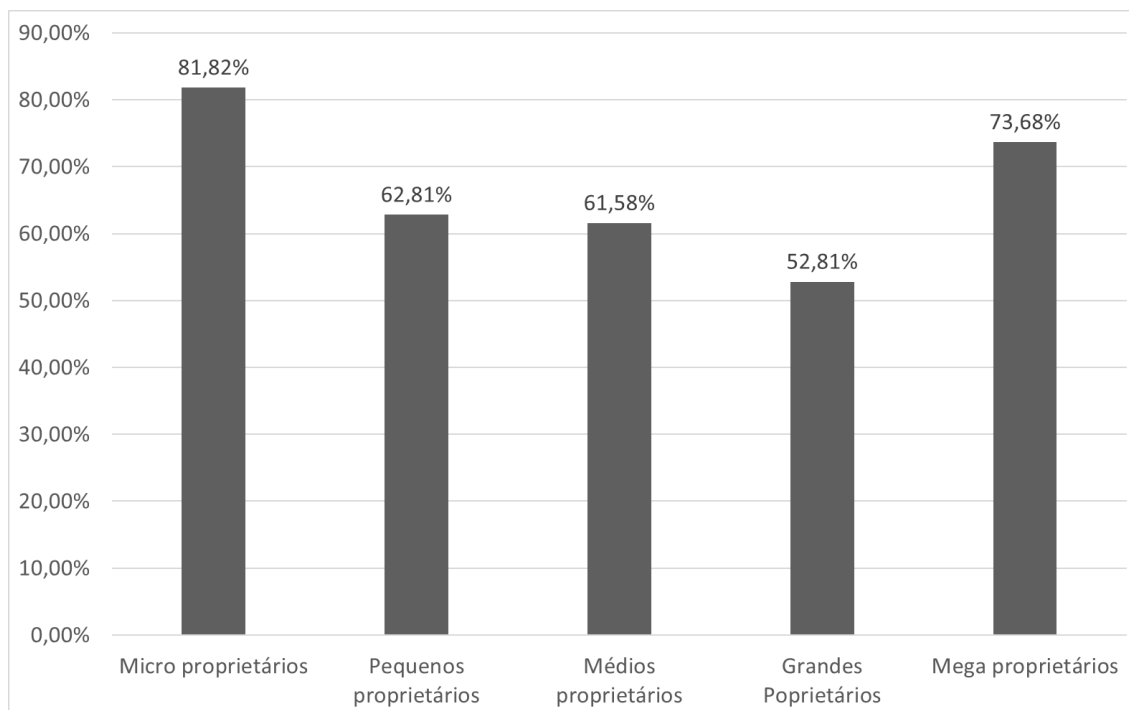
Nesta argumentação que estamos elaborando, recorreremos aos dados que indicam uma superioridade de homens nos plantéis de escravos da vila de Cantagalo. Sabemos que esses indivíduos, em sua esmagadora maioria, encontravam-se nas fazendas cafeeiras. Assim, apresentaremos os ofícios do período 1810-1880, segundo os critérios de posse de escravos já expressos neste trabalho. Adiantamos, entretanto, que, em todas elas, os escravos “de roça” conformavam a maioria dos escravos com profissão em Cantagalo – Quadro 2.15.

**Quadro 2.15: Escravos “de roça” entre proprietários, Cantagalo. 1810-1880**

Microproprietários	81,82%
Pequenos proprietários	62,81%
Médios proprietários	61,58%
Grandes proprietários	52,81%
Megaproprietários	73,68%

Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

No quadro acima, é possível perceber que, em nenhuma das categorias, os escravos ditos “de roça” representaram uma porcentagem inferior a metade dos cativos analisados. Surpreendentemente são as categorias de micro e megaproprietários que guardam a maior proporção de escravos ligados ao espaço agrário. Os pequenos e médios proprietários mantiveram uma proporção muito similar, na casa dos 60%, e, entre os grandes proprietários, apenas 52% eram destinados ao serviço “de roça” – Gráfico 2.33.

**Gráfico 2.33: Escravos “de roça” entre proprietários, Cantagalo, 1810-1880**

Fonte: Quadro 2.15.

As demais profissões obtiveram números muito baixos perto dos escravos do eito. Mas é claro que precisamos destacar os escravos domésticos e os ferreiros entre os microproprietários. Já entre os pequenos proprietários se destacaram os domésticos e os cozinheiros; e, entre os médios, os tropeiros. As costureiras e os tropeiros tiveram relevância entre os grandes proprietários e em meio aos megaproprietários evidenciaram-se os tropeiros e os carreiros. Cabe-nos a tarefa de advertir o leitor a respeito dos dados inerentes a essas categorias. Logo, esclarecemos que apenas os escravos domésticos, pertencentes aos pequenos proprietários, e os tropeiros, propriedades dos grandes senhores, ultrapassaram a taxa dos 10%.

Uma lista das profissões seria extremamente útil para termos a noção da variedade das atividades exercidas pelos escravos. Gostaríamos de destacar, também, que alguns cativos exerciam atividades bastante especializadas como Oficial de Pedreiro e Oficial de Carpinteiro. Segue, a título de ilustração, a lista: tropeiro, sapateiro, pedreiro, pajem, mucama, marceneiro, ferreiro, feitor, falquejador, hortelão, oleiros, engomadeira, doméstica, cozinheira, lavadeira, costureira, cocheiro, carreiro, cabouqueiro, carpinteiro, campeiro, tanoeiro, armador e alfaiate<sup>205</sup>.

<sup>205</sup> Cabouqueiros eram escravos que trabalhavam fazendo buracos para o plantio do café ou de outros gêneros. Campeiro: escravo responsável pelos trabalhos no campo. Falquejador: cativo responsável por aplainar o terreno, desbastando-o. Hortelão: escravo responsável pelos cuidados com as hortas. Oleiros eram os escravos responsáveis por fazer objetos de cerâmica. Tanoeiro: escravo que fabricava tonéis e barris.

Todos os dados que trabalhamos até aqui evidenciam dois aspectos centrais a respeito da vila de Cantagalo. O primeiro refere-se à concentração de cativos principalmente nas mãos dos megaproprietários de escravos e o segundo, ao amadurecimento do sistema após o fim definitivo do tráfico internacional. Tal situação pode ser explicitada através do que nos informa Tschudi sobre a agricultura “exercida no distrito de Cantagalo pelos métodos mais racionais”, cujas fazendas se caracterizavam pelos “moldes modernos e práticos, que dão resultados satisfatórios”<sup>206</sup>.

Não é por acaso que a maior parte dos megaproprietários se concentre entre os anos de 1852 e 1879, período de auge e grandeza da cafeicultura da vila de Cantagalo. Uma atividade agrícola mais racional<sup>207</sup> e a concentração de cativos nas mãos dos megassenhores de escravos demonstram, sem dúvida, a maturidade do sistema de *plantation* na localidade. Por isso, a análise que desenvolvemos, a partir deste ponto, centra-se no grupo dos megaproprietários de escravos alocados na banda oriental do coração do Vale do Paraíba, a vila de São Pedro de Cantagalo.

#### **2.4. Os megaproprietários cantagalenses: o *ethos* senhorial escravista.**

Ao longo de todo este capítulo, os megaproprietários destacaram-se por suas posses no que diz respeito à quantidade de cativos e, também, como veremos, pelo alto valor de seus bens de raiz. Como já ressaltado, a análise lança mão do conjunto de dados extraídos dos inventários *post-mortem*, mas, neste caso, entre os anos de 1833 a 1879.

Procederemos a esta análise, partindo de um conjunto de dados extraídos do conjunto dos inventários para, em seguida, abordarmos características mais específicas dos inventariados. A primeira reunião de dados nos indica as características específicas desse grupo e o comportamento do conjunto das suas escravarias. O segundo agrupamento visa obter informações específicas a respeito da conformação da riqueza desses indivíduos.

Reunimos, para esta análise, 19 inventários dos senhores que possuíam 100 ou mais escravos. Neste conjunto, a superioridade dos escravos homens sobre as mulheres é latente. Analisado a razão de masculinidade geral, verificamos que existiam entre os megassenhores 141 homens para cada 100 mulheres – Quadro 2.16. Se separarmos os cativos em africanos e

---

<sup>206</sup> TSCHUDI, J. J. V. **Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. [1866]**. Tradução de Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Universidade de São Paulo (Coleção Reconquista do Brasil Nova Série, v. 14), 1980, p. 79.

<sup>207</sup> Entendemos a racionalidade como um dos elementos de otimização do setor produtivo do sistema agrícola que estamos tratando. Ver: POSSAS, S. Notas acerca da racionalidade econômica. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 5, pp. 181-187, dez./1995.

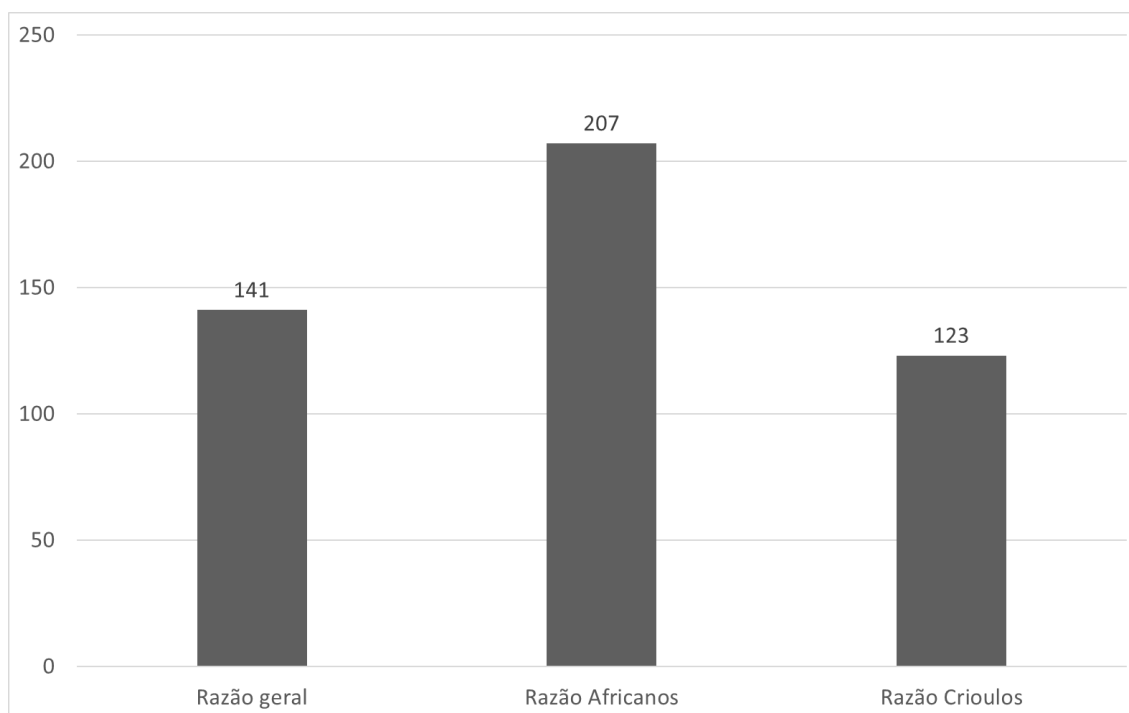
crioulos, temos a seguinte situação: existiam entre os africanos 207 homens para cada 100 mulheres e, entre os crioulos, 123 para cada 100 – Gráfico 2.34. Os dados remetem a importação maciça de escravos africanos homens e em idade produtiva antes da extinção definitiva do tráfico.

**Quadro 2.16: Razão de masculinidade entre os cativos dos megaproprietários, Cantagalo. 1833-1879**

Razão geral	141
Razão Africanos	207
Razão Crioulos	123

Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

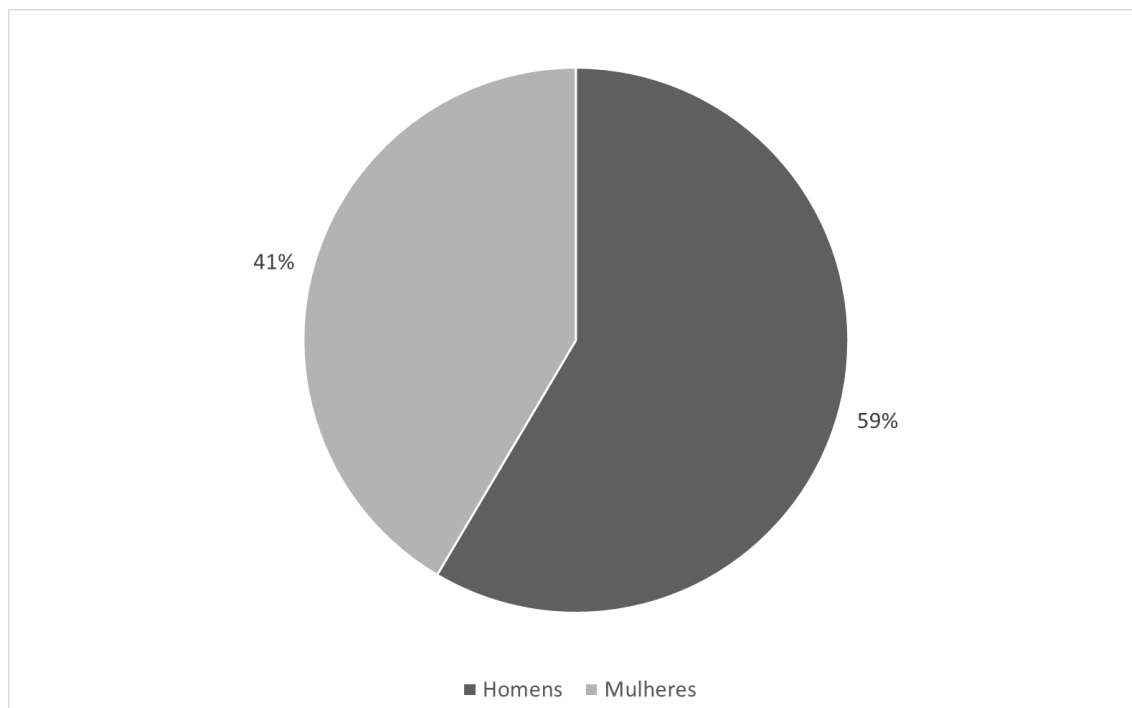
**Gráfico 2.34: Razão de masculinidade entre os cativos dos megaproprietários, Cantagalo. 1833-1879**



Fonte: Quadro 2.16.

Diante disso, torna-se fundamental analisar a proporção de homens e mulheres entre as escravarias reunidas pelos megaproprietários. No quadro geral, homens e mulheres estavam divididos da seguinte forma: 41% dos cativos eram do sexo feminino e 59% deles do masculino – Gráfico 2.35, repetindo o padrão já indicado.

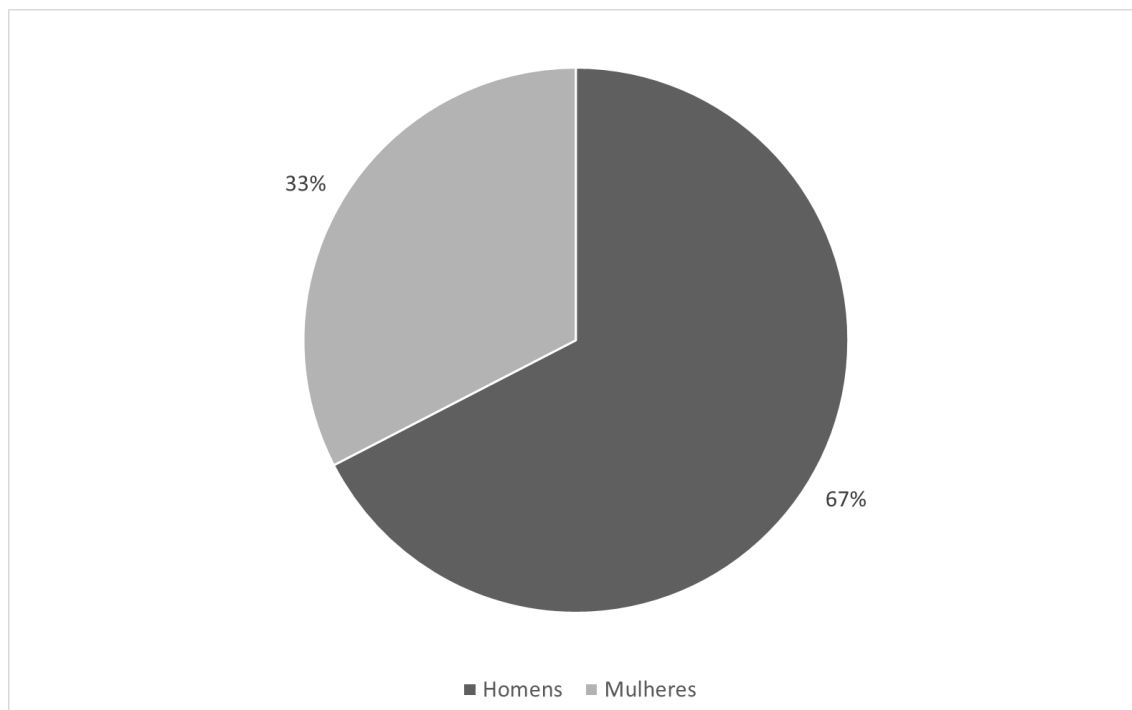
**Gráfico 2.35: Proporção de homens e mulheres entre os cativos dos megaproprietários, Cantagalo. 1833-1879**



Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

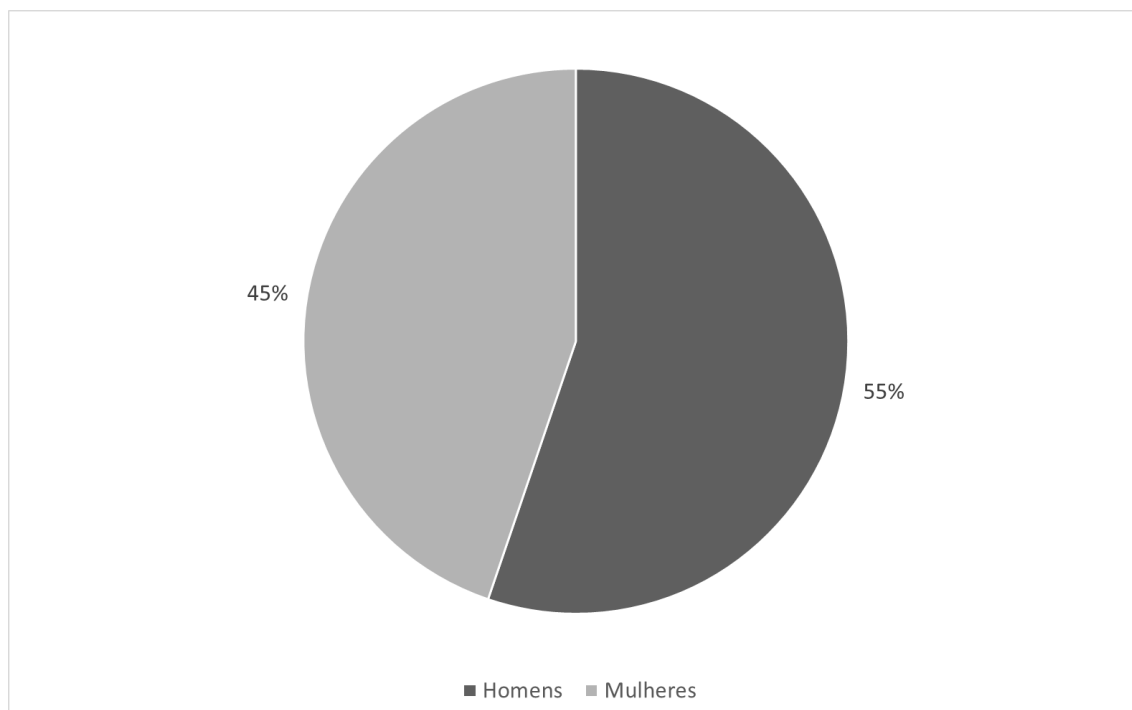
Ainda abordando a proporção entre homens e mulheres, mas agora separando africanos de crioulos, temos as seguintes informações: no primeiro grupo, os homens perfaziam 67% e as mulheres 33% dos escravos. No caso dos crioulos, a proporção era de 55% de homens e 45% de mulheres. Concluimos, portanto, que os homens eram a maior fatia dos escravizados tanto entre africanos como entre crioulos – Gráficos 2.36 e 2.37.

**Gráfico 2.36: Proporção de homens e mulheres entre os africanos dos megaproprietários, Cantagalo. 1833-1879**



Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

**Gráfico 2.37: Proporção de homens e mulheres entre os crioulos dos megaproprietários, Cantagalo. 1833-1879**

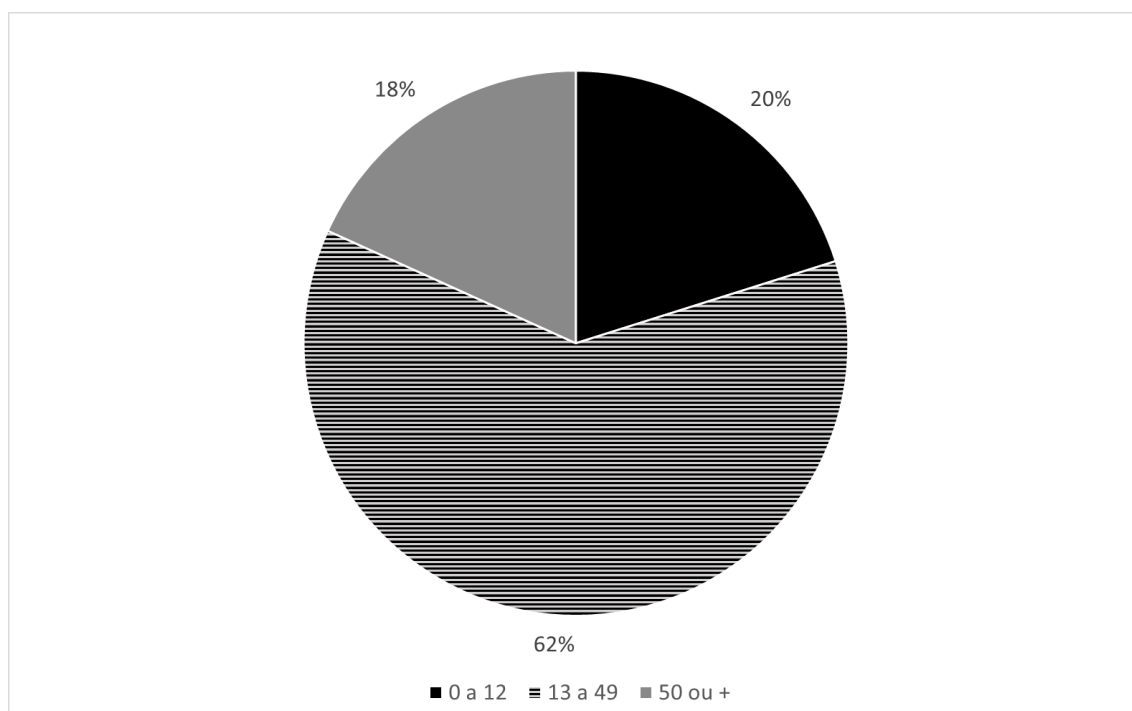


Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

Além dos dados apresentados, precisamos ressaltar que o número de crioulos é significativamente superior ao número de escravos africanos. Os primeiros representavam 62% dos escravizados pelos megaproprietários e os africanos, 38%. Estamos tratando, é nítido, dos escravos que tiveram suas origens registradas, assim precisamos relativizar os números por conta do período em que os registros foram realizados, a maior parte deles após 1850. Diante disso, as denominações dos escravos africanos podem ter sido omitidas nos registros.

Trata-se de escravos homens e, neste contexto, indicamos também os cativos em idade produtiva. Ao nos debruçarmos sobre esta característica, percebemos que os indivíduos escravizados com idade entre 13 e 49 anos, que eram os considerados aptos ao trabalho, conformavam a maioria das escravarias. Estes escravos somavam 62% dos cativos, seguidos pelos que tinham entre 0 a 12 anos com 20%, e por aqueles que tinham mais de 50 anos com 18% – Gráfico 2.38.

**Gráfico 2.38: Escravos por faixa etária megaproprietários, Cantagalo. 1833-1879**



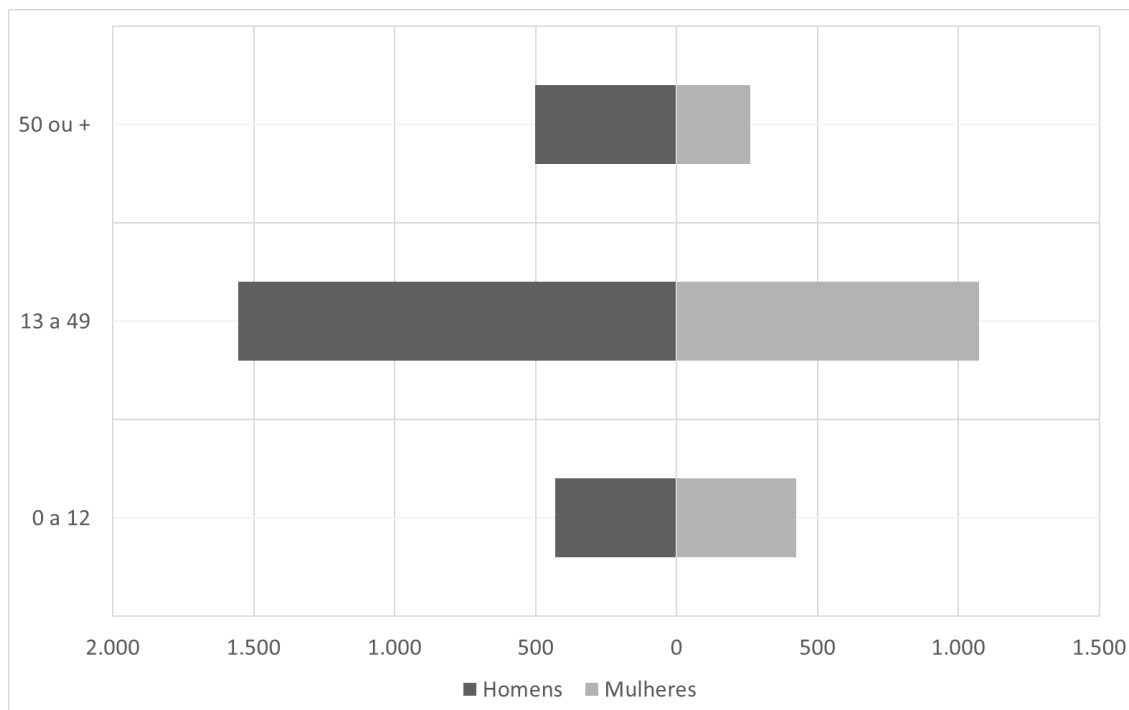
Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

Para observarmos esses mesmos dados, mas a partir de uma ótica combinada, apresentamos a pirâmide etária dos escravos dos megaproprietários. Através do Gráfico 2.39, verificamos que os homens são a maioria entre todos os cativos, exceto na faixa etária de recém-nascidos a doze anos. No nicho localizado entre 13 e 49 anos, maioria dos escravizados, o número de homens é 31% superior em relação ao número de mulheres. Finalmente, os escravos



de 50 anos ou mais, que também tem no sexo masculino a sua maioria, representam uma diferença de 48% em relação às mulheres.

**Gráfico 2.39: Pirâmide etária dos megaproprietários, Cantagalo. 1833-1879**



Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

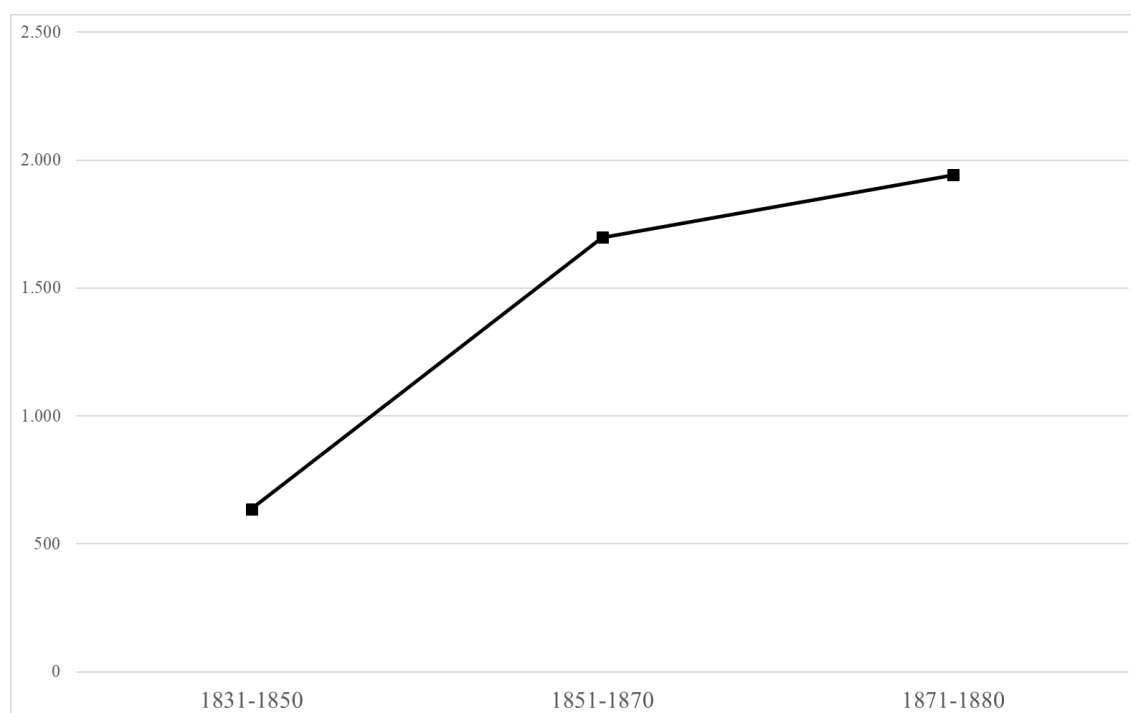
Para além das características específicas das escravarias desses megassenhores de escravos que apresentamos, outras particularidades se somam. É o caso, por exemplo, da produtividade dessas escravarias em relação aos pés de café que elas cuidavam. Torna-se necessário enfatizar que estamos trabalhando com a totalidade dos escravos. Também se faz necessário marcar que abordaremos a produtividade a partir do período de expansão da cafeicultura, passando ao de auge e ao de grandeza.

Assim, depois de exposto o método utilizado, temos o seguinte: entre 1831 e 1850, enquanto o sistema se expandia, há uma média de 636 pés de café por escravo. No período seguinte, 1851 a 1870, auge da cafeicultura cantagalense, o número passa para 1.698 árvores por escravo. Finalmente, no período de grandeza, essa relação atinge 1.941 árvores por cativo entre os megaproprietários – Quadro 2.17 e Gráfico 2.40.

**Quadro 2.17: Pés de café por escravo: megaproprietários, Cantagalo. 1833-1879**

Anos	Pés de café	Escravos	Pés de café por escravo
1831-1850	256.946	404	636
1851-1870	3.133.800	1.846	1.698
1871-1880	1.326.000	683	1.941

Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

**Gráfico 2.40: Pés de café por escravo: megaproprietários, Cantagalo. 1833-1879**

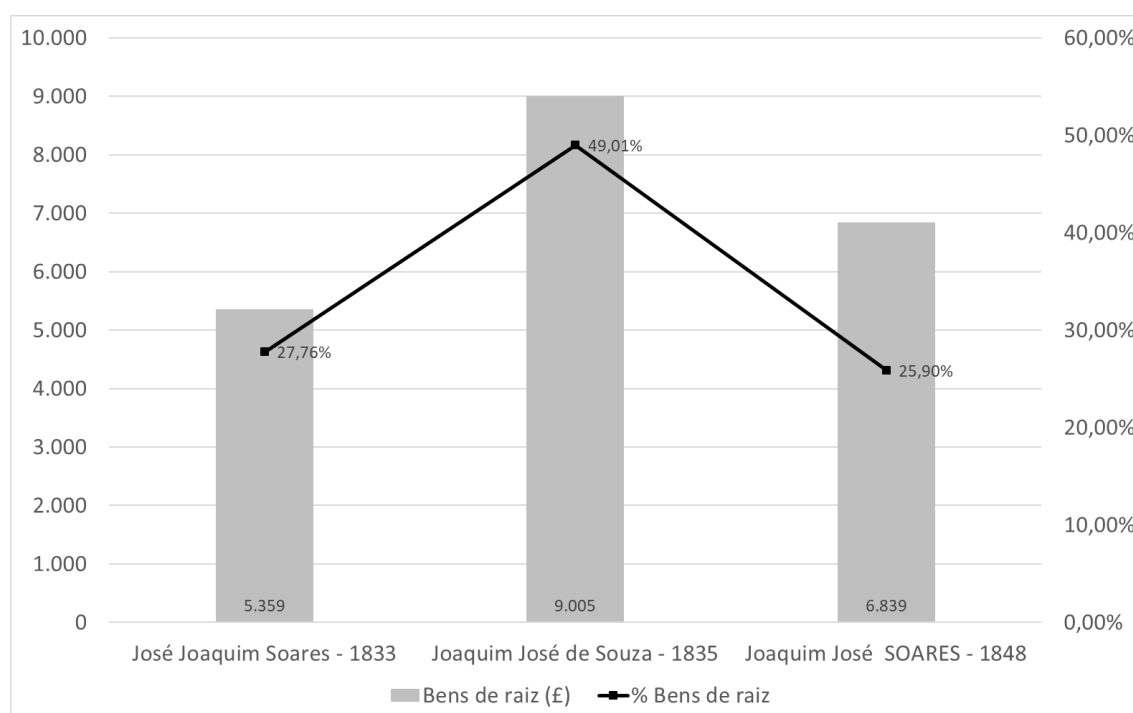
Fonte: Quadro 2.17.

Retomemos os dados para todas as categorias de senhores de escravos. Na fase de expansão, temos 647 pés de cafés por escravos; no auge, 1.484; e, no período de grandeza, 2.235 (Quadro 2.5). Tais dados, quando comparados com os dos megaproprietários, permitem-nos concluir que, apesar do número mais baixo na primeira e na última etapas, os números são bastante próximos. De qualquer forma, com esse aumento do número de pés de café por escravo, os implementos técnicos introduzidos na região tinham um duplo impacto sobre a produção dos megaproprietários: primeiro liberava mão de obra para a manutenção dos cafeeiros; e, em segundo lugar, aumentava a produtividade, reduzindo o tempo para o beneficiamento da rubiácea.

Quando analisamos os pés de café e os escravos estamos tratando de dois ativos centrais na formação da riqueza desses senhores, os bens de raiz e os cativos. Diante disso, resta-nos perguntar qual a participação desses ativos no quadro geral da riqueza dos megaproprietários residentes em Cantagalo. Utilizaremos, para esta análise, a mesma divisão temporal anteriormente utilizada, pois ela se refere às etapas da cafeicultura da vila de Cantagalo.

Os três senhores que conformam o período de expansão da cafeicultura, José Joaquim Soares (1833)<sup>208</sup>, Joaquim José de Souza (1835)<sup>209</sup> e Joaquim José Soares(1848)<sup>210</sup>, possuíam bens de raiz avaliados em 5.359, 9.005 e 6.839 libras esterlinas<sup>211</sup>, que representavam, dentro do inventário desses senhores, 27,76%, 49,01% e 25,90%, respectivamente – Gráfico 2.41.

**Gráfico 2.41: Valor em Libras e porcentagem dos bens de raiz no monte-mor, Cantagalo. 1831-1850**



Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

<sup>208</sup> Inventário *post-mortem* de José Joaquim Soares, 1833. Centro de Memória de Cantagalo Inventários *Post-mortem*.

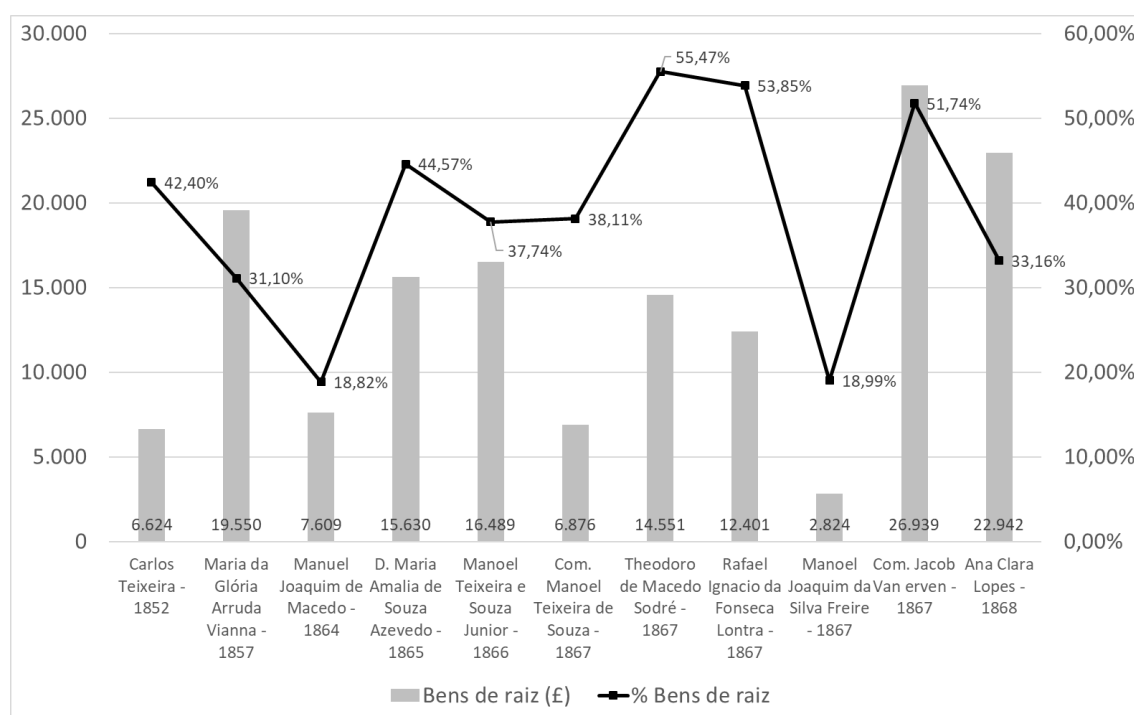
<sup>209</sup> Inventário *post-mortem* de Joaquim José de Souza, 1835. Centro de Memória de Cantagalo Inventários *Post-mortem*.

<sup>210</sup> Inventário *post-mortem* de Joaquim José Soares, 1848. Centro de Memória de Cantagalo Inventários *Post-mortem*.

<sup>211</sup> A partir deste momento, usaremos a Libra Esterlina (£), pois, após a chegada da família Real ao Brasil, as transações financeiras e os investimentos governamentais tiveram como referência o mercado bancário de Londres. Cf. MOURA FILHO, H. P. Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913). **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 11, pp. 9-34, 2009.

No período seguinte, onze senhores se apresentam como megaproprietários. O valor investido em bens de raiz variou bastante, saiu de 2.824 e foi até 26.939 libras. Da mesma forma, as porcentagens variaram na mesma proporção, com picos de 55,47%, 53,85% e 51,74% do valor total dos inventários. Neste período, temos também senhores com baixo valor real investido em bens de raiz, mas que representavam uma significativa fatia de seus bens. Tal é o caso de Carlos Teixeira (1852)<sup>212</sup> que, apesar de ter apenas 6.624 libras em bens de raiz, esta esfera alcançava 42,40% dos bens – Gráfico 2.42.

**Gráfico 2.42: Valor em Libras e porcentagem dos bens de raiz no monte-mor, Cantagalo. 1851-1870**



Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

No período de grandeza da cafeicultura da vila de Cantagalo, tivemos a participação de 5 megaproprietários. Entre eles, também ocorreram as variações do período anterior. Assim, o maior volume investido em bens de raiz foi de 23.094 libras, que representava 49,17% do valor total do inventário de João Lopes Martins (1872)<sup>213</sup>. A menor quantia empregada em bens de raiz era de 10.745 e representava 22,95% dos bens do Barão do Carmo (1878)<sup>214</sup>. A maior

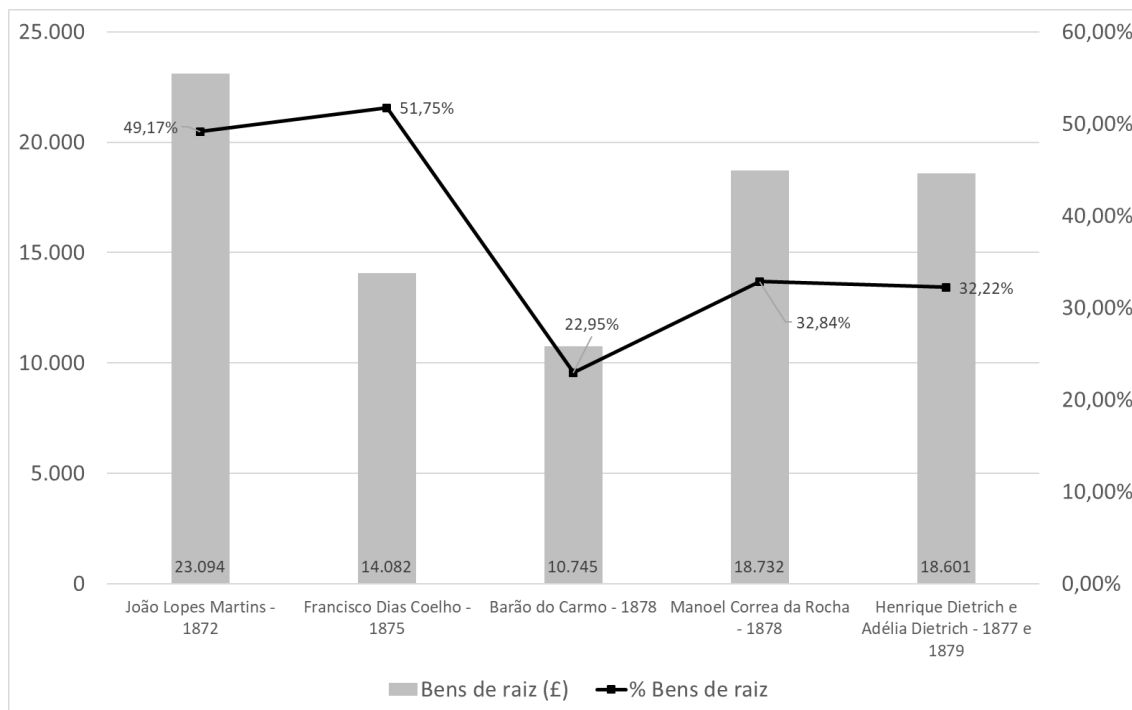
<sup>212</sup> Inventário *post-mortem* de Carlos Teixeira, 1852. Centro de Memória de Cantagalo Inventários *Post-mortem*.

<sup>213</sup> Inventário *post-mortem* de João Lopes Martins, 1872. Centro de Memória de Cantagalo Inventários *Post-mortem*. Foi Juiz de Paz em Cantagalo no ano de 1850 e Vereador em 1852. Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro. [Almanak Laemmert]. Ano: 1850-52.

<sup>214</sup> Inventário *post-mortem* de Barão do Carmo, 1878. Centro de Memória de Cantagalo Inventários *Post-mortem*. Manuel Ferreira Pinto, 1º barão do Carmo, nasceu em 1793 na vila de Ouro Preto e faleceu em 1878, no Município de Cantagalo, com 85 anos. Foi Comendador da Imperial Ordem da Rosa e dono da Fazenda Boa Vista, na região

representatividade dos bens de raiz pertencia a Francisco Dias Coelho (1875)<sup>215</sup>, 51,75% do seu inventário – Gráfico 2.43.

**Gráfico 2.43: Valor em Libras e porcentagem dos bens de raiz no monte-mor, 1871-1880**



Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

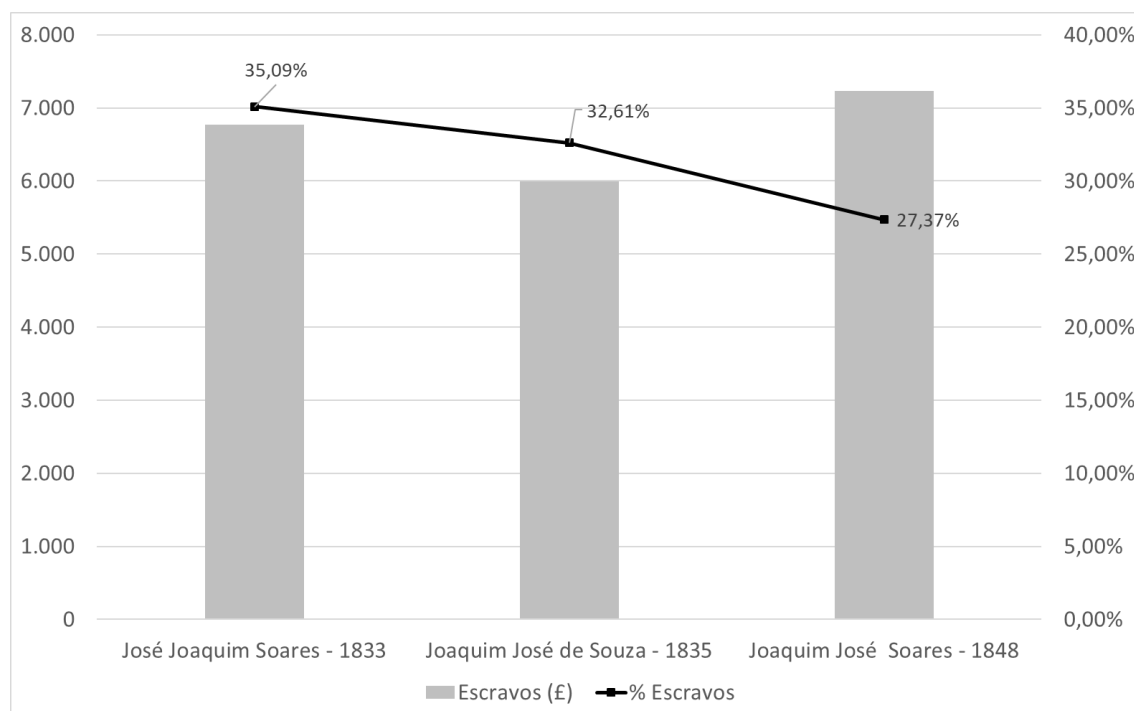
Após a exposição dos dados relativos aos bens de raiz dos megaproprietários, precisamos abordar a outra dimensão central para a produção cafeeira, os cativos. Eram eles que movimentavam a dinâmica econômica deste nicho específico e, por conseguinte, movimentavam toda a economia cafeeira em Cantagalo.

Na primeira fase da cafeicultura cantagalense, percebemos que os senhores possuíam significativas quantias investidas na escravidão. José Joaquim Soares possuía 6.774 libras em cativos, que representavam 35,09% do valor total de seu inventário. Joaquim José de Souza imobilizou 5.992 libras em escravos. Estas representavam 32,61% de sua riqueza. Joaquim José Soares possuía 7.228 libras em escravos, que representavam 27,37% da riqueza deste senhor – Gráfico 2.44.

do Quilombo. Fonte: GENEALOGIA BRASILEIRA Estado do Rio de Janeiro - Povoadores da Região Serrana, Família FERREIRA PINTO. Lênio Luiz Richa. Disponível em: [http://www.genealogiabrasileira.com/cantagalo/cantagalo\\_ferreirapinto.htm](http://www.genealogiabrasileira.com/cantagalo/cantagalo_ferreirapinto.htm). Acesso em: 10 de jan. de 2018.

<sup>215</sup> Inventário *post-mortem* de Francisco Dias Coelho, 1875. Centro de Memória de Cantagalo Inventários *Post-mortem*. Foi 1º subdelegado da Freguesia de Santa Rita do Rio Negro, na vila de Cantagalo, no ano de 1870 e Juiz de Paz da mesma localidade em 1874. Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro. [Almanak Laemmert]. Ano: 1870-74.

**Gráfico 2.44: Valor em Libras e porcentagem dos escravos no monte-mor, Cantagalo. 1831-1850**



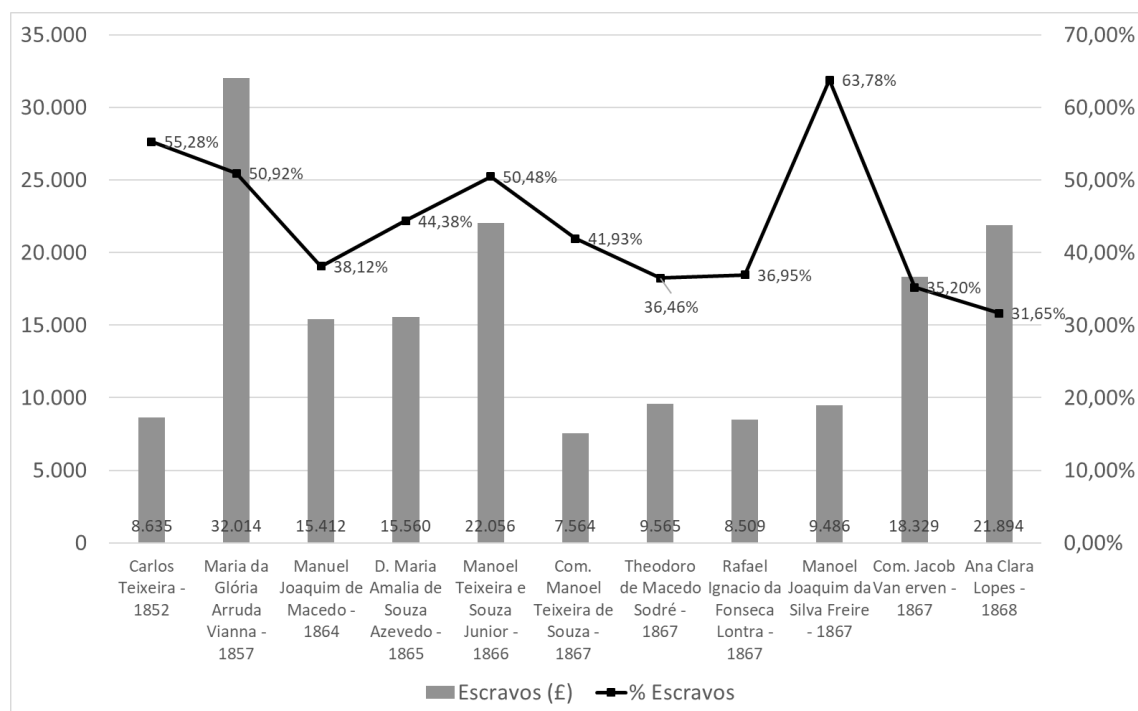
Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

Na etapa seguinte – o período de auge, temos uma senhora, Maria da Glória Arruda Viana<sup>216</sup>, com um investimento de 32.014 libras alocados na propriedade cativa. Tal valor correspondia a 50,92% de seus bens. Por outro lado, temos também o senhor Manoel Joaquim da Silva Freire<sup>217</sup>, que investiu 9.486 libras, mas essa quantia simbolizava 63,78% do seu monte-mor. Tais características denotam nitidamente um forte investimento nas escravarias. Assim, no período, 36% dos senhores tinham mais de 50% de sua riqueza empregada na escravidão – Gráfico 2.45.

<sup>216</sup> Inventário *post-mortem* de Maria da Glória Arruda Viana, 1857. Centro de Memória de Cantagalo Inventários *Post-mortem*.

<sup>217</sup> Inventário *post-mortem* de Manoel Joaquim da Silva Freire, 1857. Centro de Memória de Cantagalo Inventários *Post-mortem*. Foi incluído na lista de eleitores da vila de Cantagalo e foi Vereador nos anos de 1854 e 1860. Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro. [Almanak Laemmert]. Ano: 1850-1880.

**Gráfico 2.45: Valor em Libras e porcentagem dos escravos no monte-mor, Cantagalo. 1851-1870**



Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

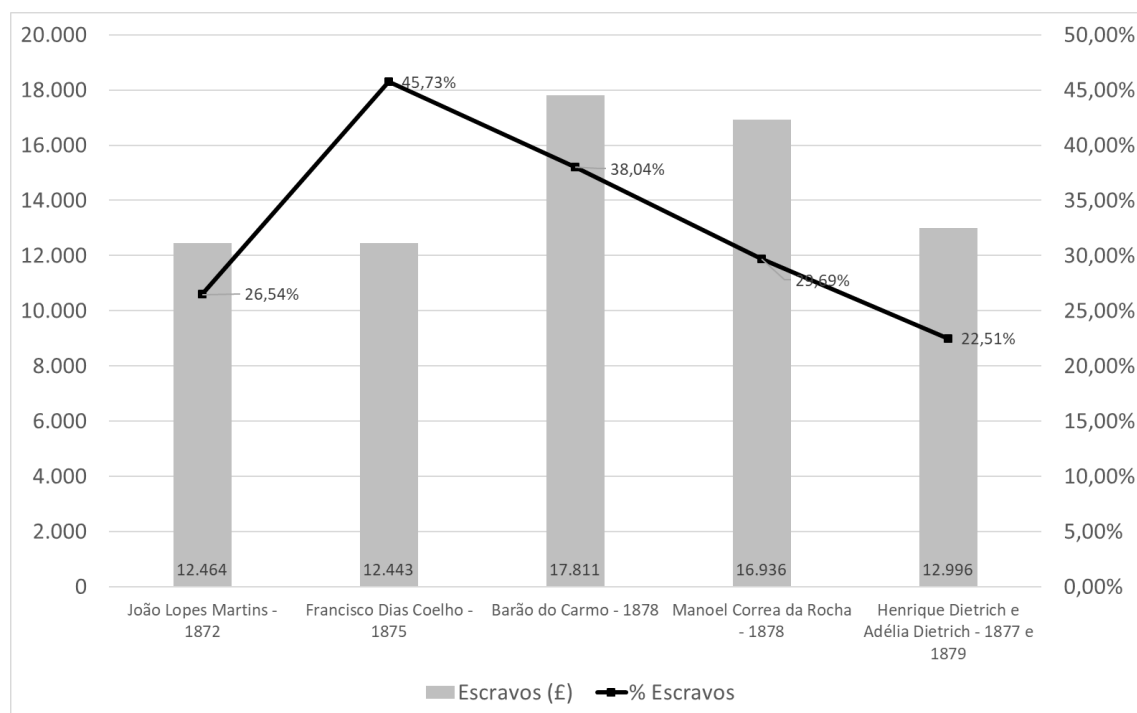
No último período da série, 1870-1880, os grandes senhores formavam um conjunto de cinco indivíduos. O Barão do Carmo<sup>218</sup> foi o proprietário que mais investiu valores em cativos, 17.811, mas esse investimento representava 38,04% de sua fortuna. O segundo maior investidor foi Manoel Correa da Rocha<sup>219</sup> com 16.936 libras em escravos, valor que representava 29,69% da sua riqueza. Por fim, temos Francisco Dias Coelho<sup>220</sup> – o senhor que tinha a maior porcentagem de cativos diante de seu inventário, 45,73% – Gráfico 2.46.

<sup>218</sup> Inventário *post-mortem* de Barão do Carmo, 1878. Centro de Memória de Cantagalo Inventários *Post-mortem*.

<sup>219</sup> Inventário *post-mortem* de Manoel Correa da Rocha, 1878. Centro de Memória de Cantagalo Inventários *Post-mortem*.

<sup>220</sup> Inventário *post-mortem* de Francisco Dias Coelho, 1875. Centro de Memória de Cantagalo Inventários *Post-mortem*.

**Gráfico 2.46: Valor em Libras e porcentagem dos escravos no monte-mor, Cantagalo. 1871-1880**



Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

Após a análise dos bens de raiz e dos escravos na composição da riqueza dos senhores, passamos a analisar os dois elementos em conjunto. Esses dois elementos somados sempre representaram, em todos os períodos, mais de 50% do valor dos inventários, característica inerente aos megaproprietários de escravos – Quadro 2.18 e Gráfico 2.47. Os valores analisados oscilaram na relação entre bens de raiz e escravos, ou seja, alguns senhores tinham quantias mais vultosas alocadas nas benfeitorias, enquanto outros concentravam suas riquezas na escravidão. Independente disso, desejamos captar o padrão, que nos informa que, desde a fase de expansão, há um investimento maciço na obtenção desses dois fatores de produção. Mas por que os senhores cantagalenses centraram seus esforços nesses ativos?

Diversos autores argumentaram que os senhores de terras e escravos investiam nesses elementos como reprodução de um ideal arcaico de sociedade, calcado em uma sociedade de caráter pré-industrial, na qual a posse de outros homens era símbolo de distinção e poder característico de uma sociedade de Antigo Regime<sup>221</sup>. Por outro lado, outros pesquisadores argumentam que esta sociedade se encontrava impactada pelo advento da revolução industrial

<sup>221</sup> FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. **O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.



e pelo capitalismo nascente. Neste caso, as fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba, conectadas ao mercado mundial de *commodities*, expressariam a racionalidade econômica necessária para dar conta do abastecimento do mercado, tornando a fazenda o *locus* produtivo por excelência e a escravidão, o motor dessa estrutura.<sup>222</sup>

A racionalidade econômica, vista aqui pelo viés da otimização da produção<sup>223</sup>, pode ser identificada através de um conjunto de máquinas e engenhocas utilizadas para ampliar a capacidade produtiva das fazendas. A exemplo disso, elencamos um conjunto de máquinas de beneficiamento de café constantes nos inventários dos megaproprietários. Tais maquinismos formam um espólio de engenhos de socar café, ventiladores, moinhos e despulpadores que visavam a melhorar o beneficiamento da rubiácea e, por consequência, aumentar a produtividade das fazendas de café do município de Cantagalo.<sup>224</sup> Tais implementos, apesar do baixo valor investido, afetavam significativamente a produção cafeeira, melhorando a qualidade do produto e aumentando os proventos oriundos de sua venda.

A participação desses senhores no mercado se dava não apenas em nível local. Sua produção era enviada à Praça Mercantil do Rio de Janeiro, a principal do Império brasileiro, através de importantes casas comissárias e alcançava o mercado mundial<sup>225</sup> – apesar daqueles que alcançaram algum nível de distinção social, como o Comendador Manoel Teixeira de Souza, não deixarem de investir na produção, fato que se verifica pelo volume aplicado nesta atividade.

Além disso, seis anos antes de sua morte, o personagem aparece como devedor de 5:251\$484 junto à Casa Comissária Friburgo & Filhos, fator que o mantém no mercado. Isso acontece com vários outros megaproprietários, a exemplo de Theodoro de Macedo Sodré, também devedor da dita casa comissária, mas de uma quantia mais vultosa: 142:577\$009. Além desses, consta ainda Manoel Teixeira e Souza Junior, devendo 307:249\$122; Francisco Dias

---

<sup>222</sup> MARQUESE, R. de B.; SALLES, R. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. In: MARQUESE, R. de B.; SALLES, R. (Orgs.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX. Cuba, Brasil e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. pp. 99-161.

<sup>223</sup> Ressaltamos que o lucro não está em oposição ao *status*. Na verdade, a linha interpretativa seguida nesta tese aponta que esses elementos são complementares. Assim, lucro e ascensão nobiliárquica andavam juntos e expressavam o modo de vida dos senhores do Vale do Paraíba. Cf. BARROS, J. D. Os sistemas econômicos e suas formas de racionalidades: a busca das singularidades na moderna história econômica e seus novos desafios. **Revista de Economia**, (Curitiba), v. 38, pp. 109-131, 2012. TEIXEIRA, R. A. Capital e Colonização: a constituição da periferia do sistema capitalista mundial. **Est. Econ.**, São Paulo, v. 36, n.3, pp. 539-591, 2006. VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

<sup>224</sup> RIBEIRO. Luiz Cláudio M. A Invenção como Ofício: as máquinas de preparo e benefício do café no século XIX. **Anais do Museu Paulista**. v. 14 n° 1, jan.-jun./2006.

<sup>225</sup> Embora tratem das casas comissárias de café de Vassouras, conferir os trabalhos STEIN, Stanley. **Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba**. Tradução de Edgar Magalhães. São Paulo: Brasiliense, 1961. SWEIGART, Joseph, *Coffee Factorage and the Emergence of a Brazilian Capital Market*. New York: Garland, 1987.

Coelho, 16:125\$040; Jacob Van Erven, 33:300\$623; e, Rafael Ignácio da Fonseca Lontra, devendo a quantia de 29:895\$283. Ou seja, 55% dos megaproprietários aparecem no mercado de café como devedores da Casa Comissária Friburgo & Filhos.<sup>226</sup>

Este também é o caso de Ana Clara Lopes, que tinha 64,81% do valor do seu inventário alocado em bens de raiz e escravos. Todavia, a senhora possuía uma longa lista de devedores nas dívidas ativas de seu inventário; firmas, companhias e particulares deviam a Ana Clara um montante de 136:311\$368, ou 9.654 libras, 14% dos seus bens. Outro caso em que o indivíduo permanece no mercado, mesmo que este seja menos vultoso do que o de café, é o caso de Carlos Teixeira Silva. Com inventário datado de 1852, este senhor tinha 97,68% de seus bens alocados em terras e escravos, mas mantinha, no Rio de Janeiro, uma livraria. Ou ainda indivíduos como João Lopes Martins que tinha em seu inventário uma dívida ativa de 96:945\$504 ou 10.098 libras, 22% dos bens inventariados – Quadro 2.18 e Gráfico 2.47.

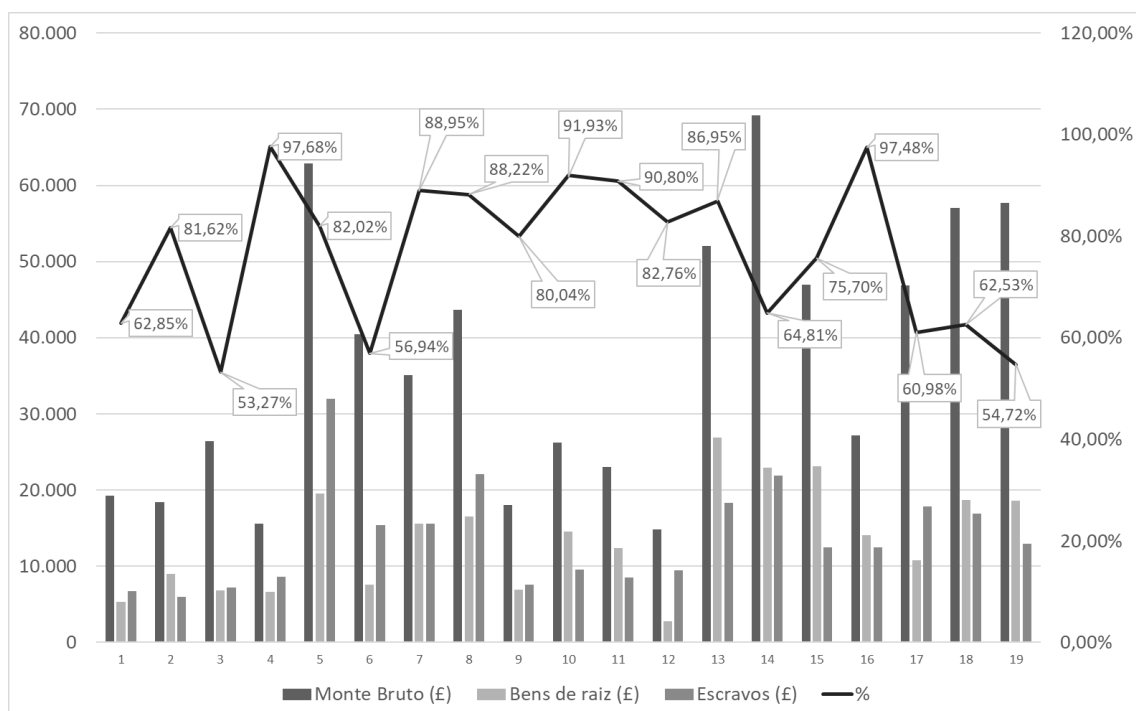
**Quadro 2.18: Monte bruto e porcentagem de bens de raiz e escravos (megaproprietários), Cantagalo. 1831-1880**

Nome	Monte Bruto (£)	Bens de raiz (£)	Escravos (£)	%
José Joaquim Soares - 1833	19.304	5.359	6.774	62,85%
Joaquim José de Souza - 1835	18.375	9.005	5.992	81,62%
Joaquim José Soares - 1848	26.408	6.839	7.228	53,27%
Carlos Teixeira - 1852	15.621	6.624	8.635	97,68%
Maria da Glória Arruda Vianna - 1857	62.868	19.550	32.014	82,02%
Manuel Joaquim de Macedo - 1864	40.432	7.609	15.412	56,94%
D. Maria Amália de Souza - 1865	35.066	15.630	15.560	88,95%
Manoel Teixeira e Souza Junior - 1866	43.690	16.489	22.056	88,22%
Com. Manoel Teixeira de Souza - 1867	18.041	6.876	7.564	80,04%
Theodoro de Macedo Sodré - 1867	26.233	14.551	9.565	91,93%
Rafael Ignácio da Fonseca Lontra - 1867	23.028	12.401	8.509	90,80%
Manoel Joaquim da Silva Freire - 1867	14.874	2.824	9.486	82,76%
Com. Jacob Van Erven - 1867	52.065	26.939	18.329	86,95%
Ana Clara Lopes - 1868	69.184	22.942	21.894	64,81%
João Lopes Martins - 1872	46.969	23.094	12.464	75,70%
Francisco Dias Coelho - 1875	27.211	14.082	12.443	97,48%
Barão do Carmo - 1878	46.826	10.745	17.811	60,98%
Manoel Correa da Rocha - 1878	57.042	18.732	16.936	62,53%
Henrique e Adélia Dietrich - 1877 e 1879	57.740	18.601	12.996	54,72%

Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

<sup>226</sup> A Casa Comissária do Barão de Nova Friburgo é assunto do capítulo VII.

**Gráfico 2.47: Monte bruto e porcentagem de bens de raiz e escravos (megaproprietários), Cantagalo. 1831-1880**



Fonte: Quadro 2.18.1) José Joaquim Soares – 1833; 2) Joaquim José de Souza – 1835; 3) Joaquim José Soares – 1848; 4) Carlos Teixeira – 1852; 5) Maria da Glória Arruda Vianna – 1857; 6) Manuel Joaquim de Macedo – 1864; 7) D. Maria Amália de Souza Azevedo – 1865; 8) Manoel Teixeira e Souza Junior – 1866; 9) Com. Manoel Teixeira de Souza – 1867; 10) Theodoro de Macedo Sodré – 1867; 11) Rafael Ignácio da Fonseca Lontra – 1867; 12) Manoel Joaquim da Silva Freire – 1867; 13) Com. Jacob Van Erven – 1867; 14) Ana Clara Lopes – 1868; 15) João Lopes Martins – 1872; 16) Francisco Dias Coelho – 1875; 17) Barão do Carmo – 1878; 18) Manoel Correa da Rocha – 1878; 19) Henrique Dietrich e Adélia Dietrich – 1877 e 1879.

Analizamos, também, as dívidas ativas e passivas dos megaproprietários em relação ao valor total do monte mor. No caso das dívidas ativas, constatamos que nove dos dezoito megaproprietários, ou 47% deles, tinham suas riquezas formadas por esse ativo. Neste sentido, percebemos que apenas dois senhores possuíam mais de 20% de seus inventários compostos através desse expediente. Eram eles João Lopes Martins, em 1872, com 22%, e Henrique Dietrich, com 25% do inventário compostos de dívidas ativas – Quadro 2.19.

**Quadro 2.19: Monte bruto, dívidas ativas e passivas (megaproprietários), Cantagalo. 1831-1880**

Nome	Monte Bruto (Rs)	Dívidas ativas	%	Dívidas Passivas	%
José Joaquim Soares - 1833	123:929\$242	17:053\$075	14%	7:001\$750	6%
Joaquim José de Souza - 1835	112:457\$858	10:525\$828	9%	7:074\$286	6%
Joaquim José Soares - 1848	253:519\$844	6:750\$000	3%	97:111\$158	38%
Carlos Teixeira - 1852	136:688\$100	-	-	44:710\$363	33%
Maria da Glória Arruda Vianna - 1857	566:443\$876	-	-	18:967\$476	3%
Manuel Joaquim de Macedo - 1864	362:674\$971	48:041\$971	13%	115:239\$174	32%
D. Maria Amália de Souza Azevedo - 1865	336:629\$714	-	-	145:080\$669	43%
Manoel Teixeira e Souza Junior - 1866	432:532\$750	-	-	344:096\$385	80%
Com. Manoel Teixeira de Souza - 1867	193:037\$556	3:991\$930	2%	19:986\$613	10%
Theodoro de Macedo Sodré - 1867	280:692\$000	-	-	-	-
Rafael Ignacio da Fonseca Lontra - 1867	246:400\$940	-	-	17:500\$000	7%
Manoel Joaquim da Silva Freire - 1867	159:150\$480	729\$000	0,46%	13:448\$489	8%
Com. Jacob Van Erven - 1867	557:095\$138	-	-	90:428\$162	16%
Ana Clara Lopes - 1868	976:876\$974	136:311\$368	14%	22:167\$266	2%
João Lopes Martins - 1872	450:898\$930	96:945\$504	22%	11:083\$614	2%
Francisco Dias Coelho - 1875	239:999\$000	-	-	-	-
Barão do Carmo - 1878	489:800\$208	-	-	60:137\$732	12%
Manoel Correa da Rocha - 1878	596:656\$255	-	-	176:658\$700	30%
Henrique Dietrich e Adélia Dietrich - 1877 e 1879	648:418\$443	164:937\$543	25%	-	-

Fonte: Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

No caso das dívidas passivas, 84% desses senhores eram devedores nessa modalidade. Muitos deles tinham grande parte de seu ativo comprometido com as dívidas. Joaquim José Soares (1848), Carlos Teixeira (1852), Manoel Joaquim de Macedo (1864), e Manoel Correa da Rocha (1878) tinham mais de 30% de seu ativo comprometido com esses déficits. Outros senhores chegavam a ter 40% dos seus ativos comprometidos com dívidas, como D. Maria Amália de Souza Azevedo (1865). O maior devedor era Manoel Teixeira e Souza Junior (1866), que comprometeu 80% de seus bens com as dívidas no inventário.

Muitos desses megaproprietários alcançaram a administração da vila em que moravam. Rafael Inácio da Fonseca Lontra foi Juiz de Paz e Subdelegado; João Lopes Martins foi Juiz de Paz em 1850, e seu filho foi vereador em 1852; e, Manoel Teixeira Souza Junior apareceu como Juiz de Paz em 1850 e como Inspetor de Escolas e Presidente da Câmara em 1860. Manoel da Silva Freire foi duas vezes vereador, em 1854 e em 1860. Francisco Dias Coelho ocupou o cargo de 1º subdelegado da vila em 1870 e de Juiz de Paz em 1874<sup>227</sup>.

Desta forma, constatamos que, mesmo que chegassem a um determinado nível econômico e também dominassem o espaço político e social, tais senhores não paravam de investir em produção ou deixavam de interagir com o mercado, reiterando uma lógica voltada para o lucro. Sem dúvida, buscavam duas coisas que se retroalimentavam: lucro e prestígio social. O primeiro advinha das atividades produtivas e comerciais e o segundo, das relações sociais construídas nessas duas instâncias.

Através das relações estabelecidas na vila de Cantagalo, em Nova Friburgo e na corte do Rio de Janeiro, esses megaproprietários difundiam seu modo de vida e os valores civilizacionais característicos do império do Brasil. Os megaproprietários desfilavam nas vilas seus hábitos e suas comendas da Ordem de Cristo e da Ordem da Rosa, lenços de seda, fivelas de ouro e suas esporas de prata. Possuíam pianos, oratórios, louças em prata, relógios e castiçais da mesma qualidade.

Alguns dos megaproprietários e também outros senhores de escravos difundiam a cultura europeia pela vila de Cantagalo através dos livros que possuíam. Joaquim José Soares (1835), no ano de sua morte, teve arroladas em seu inventário as seguintes obras: *História de Napoleão*, *O monte Cristo* e *o Judeu Errante*. Além disso, Joaquim possuía uma escola em uma de suas casas. Paulo Vieira de Carvalho, que ocupava a categoria de grande proprietário, no fechamento do seu inventário (1861), possuía diversas obras: dicionários franceses, uma

---

<sup>227</sup> Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro. [Almanak Laemmert]. Ano: 1848-74.

*História Nacional*, um *Novo Método Latino*, um *Compêndio de Aritmética* e uma *Gramática Portuguesa*, dentre outros.

No que se refere aos escravos, percebemos que o modo de vida senhorial era expresso na aquisição de escravos que realizassem trabalhos específicos, principalmente mulheres. As mulheres com profissão somavam, no total, 185 indivíduos, dos quais: 59 eram costureiras; cozinheiras, 57; domésticas, 32; lavadeiras, 20; doze engomadeiras e dez mucamas. Esse número de escravas de funções específicas da casa representava, também, a preocupação e a difusão do modo de vida senhorial<sup>228</sup>

Elementos como comendas e hábitos, coleções de livros, instrumentos musicais, sedas, prataria e escravos especializados eram símbolos de distinção que figuravam entre os senhores da vila de Cantagalo. Tais componentes marcavam entre esses senhores a posição que ocupavam naquela sociedade, destacando-os dos proprietários de posses mais modestas e, ao mesmo tempo, emitindo a esses outros nichos o modo de vida que esses deveriam almejar.

## 2.5. Conclusão

Ao longo deste capítulo, observamos a acumulação e a concentração da propriedade escrava na vila de Cantagalo. Percebemos, através da análise dos inventários *post-mortem*, como, entre 1810 e 1880, os cativos foram se aglomerando nas mãos de um pequeno grupo de megaproprietários de escravos. Neste ínterim, a escravidão também se difundia entre as diversas camadas de proprietários. Ocorreu, ao longo do período, um aumento do número de escravos entre os micro, pequenos e médios proprietários, enquanto grandes e megaproprietários tornaram-se detentores de mais de 50% dos cativos da vila.

Tal crescimento e concentração de cativos ocorreram concomitantemente ao período que denominamos de expansão da cafeicultura cantagalense. Exatamente por conta do incremento de escravos oriundos do tráfico transatlântico, a produtividade das fazendas cafeeiras passou a se ampliar e tal impulso gerou duas consequências, a saber: a expansão das áreas produtivas e um forte investimento em mão de obra cativa. Em decorrência desses dois elementos, derivam ainda a introdução de maquinismos responsáveis pelo beneficiamento do café e a transformação das sedes das fazendas<sup>229</sup>.

Neste bojo, investigamos também o preço dos cativos através da abordagem do crescimento do valor dos cativos ao longo dos períodos. Outrossim, realizamos a mesma análise de preço separando as categorias de proprietários e, com isso, concluímos que não ocorreu uma

<sup>228</sup> Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

<sup>229</sup> O assunto será tratado no capítulo IV.

acumulação qualitativa da mão de obra escrava. Diante disso, encaminhamos a análise para a produtividade dos cativos por pés de café e contrariamos os argumentos de Eliana Vinhaes Barçante, de que a produtividade caiu até a década de 1880. Em contraposição a essa tese, apresentamos os dados de crescimento tanto do número dos pés de café quanto dos escravos e, por conseguinte, da relação entre eles.

Continuamos a análise abordando a relação entre crioulos e africanos e concluimos que os últimos passaram por um período de ascensão até 1850. Após esse período, a participação dos africanos em inventários começou a diminuir. Atribuimos essa dinâmica ao impacto do fim do tráfico transatlântico no ano de 1850. Tal processo afetou também a média de idade dos africanos e crioulos, afinal, durante a vigência do tráfico de escravos, a reposição da mão de obra era realizada via importação de escravos em idade adulta e, de preferência, homens.

Com isso, a relação entre africanos e crioulos de ambos os sexos também foi afetada pelo tráfico. Seus ecos continuariam a reverberar na conformação das escravarias ao longo do tempo. Assim, foi possível perceber que a quantidade de africanos nos inventários foi sempre maior do que a de crioulos entre os anos de 1821 e 1850, períodos de montagem e expansão da cafeicultura em Cantagalo. Desta forma, concluimos que a montagem e a expansão cafeeira ocorreram sobre a égide do tráfico internacional de escravos que a essa época impactava o Centro-Sul com uma força nunca antes experimentada<sup>230</sup>.

Continuando a análise a respeito das escravarias alocadas na vila de Cantagalo, passamos a abordar as relações entre os homens e mulheres. Diante disso, tornou-se notório que a razão de masculinidade nesta localidade era muito alta até a década de 1860 e, a partir daí, passou a ser similar à de outras vilas, como a de Vassouras. Notamos, com isso, que a porcentagem de homens entre os africanos era superior à das mulheres. Todavia, algo que também se tornou patente foi o crescimento tanto de homens como de mulheres ao longo do período analisado.

A continuidade da investigação nos levou a idade dos cativos. Uma marca peremptória desta perspectiva analítica foi a divisão dos escravos em três faixas etárias, o que nos mostrou que eles estavam concentrados, majoritariamente, entre 15 e 49 anos. Logo, estamos informando que a maioria das escravarias analisadas possuía escravos em idade produtiva. No entanto, também verificamos um significativo número de cativos até 12 anos. Entretanto, o número desses indivíduos foi caindo ao longo do tempo.

---

<sup>230</sup> Cf. CHALHOUB, S. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

A partir desses dados etários, verificamos a necessidade de construir as pirâmides etárias referentes às etapas da cultura cafeeira. Quando observamos tais construções, percebemos que o conjunto dos homens escravos em idade produtiva é muito superior aos que são menores de 15 anos e aos que tem mais de 50 anos. Ao longo do tempo, verificamos que as escravarias foram envelhecendo e a relação entre homens e mulheres tornou-se mais uniforme nos anos finais da análise. Finalmente, informamos que a maior parte dos escravos com ofícios declarados nos inventários trabalhava na agricultura.

No processo de construção deste capítulo, deparamo-nos com a concentração da escravaria cantagalense nas mãos de poucos senhores, os megaproprietários. Diante disso, elaboramos uma sessão para analisar as características desse grupo, tanto no que concerne aos seus escravos como no que se refere à composição de suas riquezas. Vamos primeiro aos escravos.

Analisamos a razão de masculinidade entre os megaproprietários e chamamos a atenção para o fato de que, entre os africanos, ela era significativamente maior do que entre os crioulos. Em outras palavras, ao longo de todos os períodos, os homens formavam a maioria dos escravos da vila. Além disso, é necessário ressaltar que, majoritariamente, os cativos estavam em idade produtiva. Tais características nos levam a refletir sobre a produtividade do trabalho escravo. Os dados extraídos dos inventários apontam para o crescimento da relação entre pés de café e cativos.

Por fim, analisamos a composição dos inventários dos megaproprietários e verificamos que esses indivíduos organizaram as suas fortunas no entorno dos bens de raiz e dos cativos. O primeiro e o segundo fatores foram analisados a partir das etapas da cafeicultura de Cantagalo. Em suma, os bens de raiz somados aos escravos formavam os principais ativos dos inventários e nunca foram menores do que 50% da composição da fortuna desses senhores. Em outras palavras, a riqueza desses senhores estruturava-se em terras e pés de café movidos por braços escravos.

Além disso, testamos essa proposição elaborando um quadro com as dívidas ativas e passivas e percebemos que, apesar da esmagadora maioria dos megaproprietários estarem endividados, menos da metade deles emprestava a juros. Logo, a maior parte dos ativos desses senhores estava alocada na produção cafeeira, movida pelo trabalho escravo – elemento que anuncia o lucro com o café como o elemento central da produção agrária desses senhores.

Após a abordagem da composição das escravarias de Cantagalo e de suas características mais gerais e também peculiares, além do mergulho na composição da fortuna dos megaproprietários de escravos, torna-se essencial abordar uma trajetória específica: a do Barão



de Nova Friburgo. Sua escravaria de mais de 2000 indivíduos, suas terras de mais de 10.000 alqueires e sua fortuna de mais de 700 mil libras o coloca como o maior senhor de terras e escravos das vilas de Cantagalo e Nova Friburgo. Portanto, a partir do capítulo seguinte, passaremos a abordar a trajetória de Antônio Clemente Pinto, o Barão de Nova Friburgo, concentrando nossos esforços na compreensão das formas de enriquecimento utilizadas por ele para conformar sua excepcional fortuna.

## Parte II

## Capítulo III: O inventário do Barão de Nova Friburgo: um homem sob o impacto Global

### 3.1. Introdução

O trabalho historiográfico utilizando inventários como fonte documental tem se tornado cada vez mais recorrente. Embora o uso do inventário não seja novo, foi com a Escola dos Annales na década de 1930, que ocorreu sua modificação enquanto fonte<sup>231</sup>. Desde então, historiadores vêm utilizando esse *corpus* para fundamentar suas pesquisas e para trazer à tona a vida material de personagens importantes para suas localidades de origem. Além disto, como destacado, a documentação possibilita outras abordagens e métodos que, ancorados em uma noção de História-problema, visam à compreensão de aspectos mais amplos e estruturais das sociedades pesquisadas.<sup>232</sup>

As possibilidades de análise de um inventário se ampliam à medida que entendemos seu caráter massivo e reiterativo. Massivo, pois permite enxergar não apenas um personagem isolado, mas também o tecido social que compõe a realidade em estudo, e reiterativo porque o documento se repete no tempo, permitindo a observação das mudanças e permanências da região analisada no tempo. Tal abordagem não se encerra apenas na análise quantitativa, mas visa a investigar as etapas de longa e curta duração da vida econômica. Segundo Fragoso e Pitzer, os inventários podem ser utilizados com dois importantes objetivos: avaliar as atividades econômicas em que a população estava envolvida e apreender o valor relativo dos principais tipos de bens com o objetivo de apontar para a composição das fortunas.<sup>233</sup>

Outro importante aspecto dos inventários é a sua lógica interna, composta pela abertura do inventário, pela avaliação dos bens, por documentos comprobatórios da avaliação e de dívidas e pela partilha dos bens. A abertura do inventário constitui-se dos nomes dos inventariantes, do grau de parentesco dos herdeiros, a data de falecimento, o endereço de residência do finado e, em alguns casos, a sua profissão. O corpo do inventário é a avaliação dos bens, formada pelos bens móveis, bens de raiz, bens semoventes e dívidas ativas e passivas. Na avaliação dos bens, esses são minuciosamente descritos e avaliados. A sessão seguinte, documentos comprobatórios, é composta por diversos tipos documentais que visam comprovar

<sup>231</sup> Segundo Teixeira, “houve uma reformulação nos métodos e técnicas de pesquisa, que substituiu a história puramente narrativa e factual por uma história problema”. TEIXEIRA, A. B. Inventários post mortem: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. **Mal-Estar e Sociedade**, Barbacena, v. 1, Ano V, nº 8, jan.-jun./2012, p. 64. Disponível em: <http://www.uemg.br/openjournal/index.php/malestar/article/viewFile/187/189>. Acesso em: 25 de mar de 2016.

<sup>232</sup> CARDOSO, C. F. S. Introdução. História e Paradigmas rivais. In: CARDOSO, C. F. S.; VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

<sup>233</sup> FRAGOSO, J. L. R.; PITZER, R. R. Barões, Homens-Livres Pobres e Escravos: Notas Sobre O Uso de Inventários *Post-Mortem* na Pesquisa Histórica. **ARRABALDES**, Rio de Janeiro, v. 1, nº 2, p. 29-52, 1988, p. 39.

e atualizar a avaliação. Por fim, temos a partilha dos bens. Todas as outras partes de um inventário são realizadas em função desta, o que leva Fragoso e Pitzer a afirmarem que está é a razão de ser de todo o inventário<sup>234</sup>. Tais etapas evidenciam que o inventário não é uma fonte meramente econômica, servindo a outros campos da história como a História social, política, demográfica e das Mentalidades. Diante disso, podemos afirmar que o inventário enquanto fonte de pesquisa se caracteriza pela sua pluralidade.

Diante dessa pluralidade evidenciada, outro aspecto a se destacar através do uso dos inventários é a vida material, que nos permite compreender a significação social de possuir certos bens.<sup>235</sup> Sem dúvida, ao nos referirmos à cultura material, é preciso mencionar dois autores, Giovanni Levi e Fernand Braudel. O primeiro nos informa que o material só existe na medida em que também está presente no simbólico, assim:

“(...) neste tipo de investigação, o historiador não está simplesmente preocupado com a interpretação dos significados, mas antes em definir as ambiguidades do mundo simbólico, a pluralidade das possíveis interpretações desse mundo e a luta que ocorre em torno dos recursos simbólicos e também dos recursos materiais”<sup>236</sup>.

Braudel, por sua vez, no primeiro volume de *Civilização material, economia e Capitalismo – século XV-XVIII*, aborda as mudanças e permanências que aconteceram nas residências, tanto no interior quanto no exterior destas. As mudanças nas moradias ou as formas de concebê-las revelam importantes aspectos da vida material e permitem analisá-las também em relação aos recursos simbólicos utilizados.<sup>237</sup>

Através da proposição de Levi, buscamos, por meio da análise dos recursos materiais do Barão de Nova Friburgo, alcançar os recursos simbólicos que permeavam a vida deste importante plantador escravista da área oriental do Vale do Paraíba. Já com Braudel, procuramos compreender a estrutura material e simbólica das construções, com o objetivo de revelar as perspectivas da vida material na construção do patrimônio coligido pelo personagem.

As abordagens de Levi e Braudel, no que se referem ao tempo histórico, podem divergir. Desta forma, o que propomos para a análise é a utilização do microscópio historiográfico da micro-história incidindo sob a vida material do Barão de Nova Friburgo, aliado a uma abordagem de longa duração do tempo histórico. Tal procedimento visa enquadrar o objeto de

<sup>234</sup> FRAGOSO, J. L. R.; PITZER, R. R. *Op. Cit.*, p. 36.

<sup>235</sup> Ver, por exemplo, MOTA, A. D. S. Aspectos da cultura material em testamentos e inventários *post-mortem* da capitania do Maranhão, séculos XVIII e XIX. **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**, Londrina, 2005.

<sup>236</sup> LEVI, G. **A Herança Imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 136.

<sup>237</sup> Cf. BRAUDEL, F. **Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV - XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

estudo, focalizando a trajetória do protagonista em uma escala de tempo alargada, o que permite apreender as principais características da formação do patrimônio construído pelo 1º Barão de Nova Friburgo.

Após esse preâmbulo, buscamos esclarecer como realizamos o trabalho com o inventário do Barão de Nova Friburgo. A princípio, abordaremos um pouco de sua trajetória e ascensão social para, em seguida, nos debruçarmos sobre a estrutura do inventário e, para isso, seguirmos as etapas constitutivas desta fonte. No caso da trajetória, iniciamos com alguns dados biográficos para depois atingirmos os elementos de distinção social alcançados pelo personagem. Na etapa seguinte, partiremos da abertura do inventário para, em seguida, analisarmos sua avaliação e partilha. Posteriormente, analisamos o valor relativo dos bens reunidos pelo Barão com o objetivo de indicar a composição da sua fortuna, comparando-a, sempre que possível, com as fortunas de outros megaproprietários. Para tal fim, elaboramos um conjunto de quadros oriundos dos bancos de dados formados a partir do inventário *post-mortem* do Barão.

### **3.2. Trajetória de vida, ascensão econômica e distinção social**

O 1º Barão de Nova Friburgo, Antônio Clemente Pinto, nasceu em seis de janeiro de 1795, em Portugal, mais especificamente em Ovelha do Marão, Santa Maria de Abobadela – Imagem 3.1.<sup>238</sup> Antônio era filho legítimo de Manoel José Clemente e Luiza Maria de Miranda. Faleceu em 1869, aos 74 anos. Por certo, era um dos homens mais ricos do Império do Brasil. Sua fortuna – avaliada em mais de 6.000:000\$000 quando do fechamento de seu inventário em 1873 – pode ser comparada às de poucos personagens do vale do Paraíba fluminense e paulista. Antônio veio para o Brasil no princípio do século XIX e é quase certo que tenha vindo trabalhar como caixeiro.<sup>239</sup>

Os indícios que temos de seu trabalho como caixeiro indicam a sua participação no negócio do português João Rodrigues Pereira de Almeida, cujo negócio do comércio de

---

<sup>238</sup> A Freguesia de Santa Maria de Abobadela pertencia ao Concelho de Amarante (Distrito do Porto), vizinha as localidades de Canadelo, Sanche, Várzea, Olo e Ansiães. Foi extinta em 2013, no âmbito de uma reforma administrativa nacional, tendo sido agregada às Freguesias de Sanche e Várzea, para formar uma nova, denominada União das Freguesias de Abobadela. Sobre o pelourinho (ou picota) de Ovelha do Marão, um pelourinho do século XVII, localiza-se numa zona rural junto à ponte românica, paralelo ao cruzeiro. Trata-se do símbolo da liberdade do município, marco do conselho, como também, onde eram punidos e expostos os criminosos. No medievo e medievo tardio, ter um pelourinho demonstrava a importância do conselho e da localidade. Cf. MALAFAIA, E. B. D. A. **Pelourinhos Portugueses**. Lisboa: Tentâmen de Inventário Geral, 1997.

<sup>239</sup> Infelizmente, até o momento, não achamos o registro ou qualquer outro documento que confirme de forma incontestada a nossa hipótese.

escravos era um dos mais importantes negócios ao lado do comércio da cabotagem.<sup>240</sup> Importante ressaltar que Irineu Evangelista de Souza, barão e visconde de Mauá, fora também caixeiro de Pereira de Almeida. A fonte consultada destaca que “outra personalidade do Segundo Reinado, Antônio Clemente Pinto (Barão de Nova Friburgo), também trabalhou na firma como caixeiro<sup>241</sup>”. A Revista da Semana de 21 de agosto de 1943 indica um dos possíveis caminhos da ascensão de Antônio, que teria cuidado do barão de Ubá após uma queda de cavalo. Nesta atividade, o barão de Ubá reconheceu em Antônio uma dose de inteligência e perspicácia para os negócios e “apontou-lhe o solo feraz de Cantagalo e sua zona limítrofe”.<sup>242</sup>

### Imagem 3.1: Pelourinho de Ovelha do Marão, Portugal



Fonte: <https://mjfs.wordpress.com/2009/04/03/pelourinho-de-ovelha-do-mar-amarante-porto/>

Após essa etapa, a trajetória do personagem é bem mais nítida, principalmente porque está documentada em fontes primárias, diferentes dos dados que temos para confirmar onde Antônio exercia suas atividades de caixeiro. Nas fontes da época, Antônio pode ser encontrado como “moedeiro de número da casa da moeda da corte<sup>243</sup>”, em 1819, e, posteriormente, como

<sup>240</sup> A respeito de João Rodrigues Pereira de Almeida Cf. FRAGOSO, J. L. R. **Homens de Grossa Ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. GUIMARÃES, C. G. O "comércio de carne humana" no Rio de Janeiro: o negócio do tráfico negreiro de João Rodrigues Pereira de Almeida e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Co., 1808-1830 - primeiros esboços. In: BITTENCOURT, M.; RIBEIRO, A.; GEBARA, A. (Orgs.). **África passado e presente: II Encontro de estudos africanos da UFF**. Niterói: PPGH-UFF (ebook), 2010.

<sup>241</sup> CHIOZZO, V. D. O fogo de Prometeu: a trajetória de Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá. **Revista Marítima Brasileira**, v. 132, jul.-set./2012, p. 185.

<sup>242</sup> DORIA, E. Nova Friburgo. **Revista da Semana**, 21 de agosto de 1943, Ano: XLIV, nº 34, p. 14.

<sup>243</sup> Fundo/Coleção: 14ª Circunscrição. Código de Fundo: 19ª Seção de Guarda: Codes. Réu Manoel Antônio Esteves Melgaço. Autor: Antonio Clemente Pinto. Ano:1827. nº 121. Maço: 2.343. Gal: A. Arquivo Nacional. Cf. ALEGRIO, L. V. **Os Clemente Pinto: importantes cafeicultores do sertão do leste fluminense**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 31.

negociante de grosso trato da Praça do Rio de Janeiro, em 1825, matriculado na Junta do Comércio Agricultura, Fábrica e Navegação<sup>244</sup>. Se Clemente Pinto foi realmente caixeiro da Casa de Negócios de Pereira de Almeida e se tratou das moléstias do barão de Ubá após uma queda de cavalo, não podemos confirmar com informações da época, mas, por certo, essa era uma trajetória de ascensão muito comum, caixeiro, moedeiro e negociante de grosso trato. Com o *boom* do café a partir dos anos 30 do XIX, podemos somar a essa trajetória a compra de terras em áreas propícias ao plantio da rubiácea.

Os meandros deste trajeto de vida se relacionam com a aquisição de terras em Cantagalo, localidade em que sua família (tios e primos) adquiria terras. Antônio seguiu o mesmo rumo e passou a requisitar uma sesmaria na região.<sup>245</sup> Tal percurso de vida, partindo do comércio e adentrando no agro fluminense, tem sua culminância em um inventário bastante significativo para compreender os padrões de enriquecimento estabelecido e por permitir uma investigação a respeito de onde esse expoente da classe senhorial fluminense alocava a maior parte de seus recursos.

Sabemos que um inventário é uma fotografia estática dos bens reunidos por um indivíduo ao longo de sua vida. No caso em tela, é preciso lembrar que o personagem investigado vivenciou as transformações ocorridas na maior parte do século XIX e essas mudanças também impactaram suas escolhas. Desta maneira, torna-se fundamental relatar as características gerais do documento que apresentamos. Trata-se de um inventário fechado em 1873,<sup>246</sup> no qual a diversificação dos negócios do personagem é a tônica. Tal elemento justifica o valor final da riqueza (monte-mor) de 6.909:371\$570 em valores nominais, £751,018.69 em valores reais<sup>247</sup>, significando uma das maiores fortunas do Brasil imperial. Seus bens estavam divididos em terras, escravos, pés de café, animais, mobília, imobiliários, ações, joias e em sua casa comissária, a Friburgo & Filhos<sup>248</sup>. Diante disso, os questionamentos a respeito das origens

---

<sup>244</sup> Fundo/Coleção: Junta do Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação. Código do Fundo: 7x, Notação: Caixa 394. Pacote 2. 1825. Arquivo Nacional. Cf. ALEGRIO, L. V. **Op. Cit.**, p. 31.

<sup>245</sup> Notação: BI. 151240. Microfilme: 160-2005. Arquivo Nacional. Cf. ALEGRIO, L. V. **Os Clemente Pinto: importantes cafeicultores do sertão do leste fluminense**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 25.

<sup>246</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional

<sup>247</sup> Em 1873, £ 1,00 equivalia a 9\$200. Cf. RYAN JR, J. J. **Credit where Credit is due to: Lending and borrowing in Rio de Janeiro, 1820-1900**. Doctoral thesis in History: Los Angeles: University of California (UCLA), 2007, p. 196 (Appendix A). Para fins de comparação, também convertamos a fortuna do Barão para dólares, encontrando o valor de 3.525.189 US\$. MOURA FILHO, H. P. Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913). **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 11, pp. 9-34, 2009.

<sup>248</sup> A respeito da Casa Comissária Friburgo & Filhos conferir: MELNIXENCO, V. C. **Friburgo & Filhos: tradições do passado e invenções do futuro**. Dissertação (Mestrado em História): Rio de Janeiro: PPGH-UNIRIO, 2014.

dessa fortuna se fazem necessários. Afinal, quais foram as origens de tal riqueza? Em que ponto de sua vida Antônio passou a diversificar seus negócios? Quais foram as atividades de maior relevância para a conformação dos haveres de Antônio? E, por fim, quais as imbricações entre a construção desse patrimônio familiar e formação e consolidação do Império do Brasil?

Para respondermos a essas perguntas é preciso reiterar as atividades do personagem como negociante de grosso trato da Praça do Rio de Janeiro e moedeiro de número<sup>249</sup>. Sabe-se que, desde sua chegada ao Rio de Janeiro, Antônio enveredou pelo comércio, atividade que manteve ao longo de toda a vida e que era realizada através de sua casa comissária, a Friburgo & Filhos. Antônio dedicava-se ao grosso trato, que se constituía em um importante aspecto de seus negócios. O cerne era o tráfico de escravos da África, principalmente, até 1830, elemento que movia seus negócios e cujos primeiros carregamentos registrados em seu nome datam de 1827.

O total de escravos embarcados pelo negreiro Antônio Clemente Pinto da África, entre 1827 e 1830, é de 3647 cativos, número extremamente expressivo. O total de escravos falecidos, 439, representa 12% das peças embarcadas na África. Se considerarmos apenas os escravos desembarcados no porto do Rio de Janeiro verifica-se que 3208 cativos chegaram a essa localidade. Muitos deles foram vendidos, mas outros tantos acabaram compondo as escravarias das fazendas recém-adquiridas por Antônio na região de Cantagalo e também nas suas sociedades agrárias, com destaque para a estabelecida com Jacob Van Erven<sup>250</sup>. De qualquer forma, os dados aqui reunidos demonstram que a principal e mais rentável articulação comercial de Antônio, nesses primeiros anos, consiste no comércio de escravos africanos para a Praça do Rio de Janeiro.

Em 1846, vinte anos após matricular-se como negociante de grosso trato e se apresentar como moedeiro, Antônio Clemente Pinto recebe a comenda da Ordem da Rosa<sup>251</sup> e, em 1850, é agraciado com a comenda da Ordem de Cristo<sup>252</sup>, através desta condecoração se torna possível

---

<sup>249</sup> Fundo/Coleção: Junta do Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação. Código do Fundo: 7x, Notação: Caixa 394. Pacote 2. 1825. Arquivo Nacional. *Almanach do Rio de Janeiro*, Moedeiros do Número. 1827, p. 99. Cf. ALEGRIO, L. V. **Os Clemente Pinto**: importantes cafeicultores do sertão do leste fluminense. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 31.

<sup>250</sup> Inventário *post-mortem* de Jacob Van Erven, 1867. Centro de Memória de Cantagalo, Inventários *Post-mortem*.

<sup>251</sup> *Gazeta Oficial do Império do Brasil*, v. 1, nº 71 (23/11/1846), p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749435&pesq=Ant%C3%B4nio%20Clemente%20Pinto&pasta=ano%20184>>. Acesso em: jul. 2016.

<sup>252</sup> *O Observador*, ano 3, nº 135 (05/01/1850), p. 3. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=232378&pesq=Ant%C3%B4nio%20Clemente%20Pinto&pasta=ano%20185>>. Acesso em: jul. 2016.



perceber a manutenção de mercês militares do antigo Império português no Novo Império<sup>253</sup>. Além disso, segundo a pesquisa de Camila Borges da Silva, a Ordem de Cristo foi a nobilitação mais concedida no Primeiro Reinado; já durante o Segundo Reinado, a Ordem da Rosa passou a frente<sup>254</sup>. De fato, o recebimento de uma comenda era um elemento fulcral para a distinção simbólica do personagem, não bastava apenas o sucesso econômico. Quando agraciado, o indivíduo passava a gozar de foro privilegiado, a ser tratado com honrarias, além de ocupar lugares importantes em cortejos e cerimônias oficiais.<sup>255</sup>

Quatro anos após o recebimento de sua última comenda, Antônio Clemente Pinto foi agraciado com o título de Barão de Nova Friburgo e de Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial<sup>256</sup>. Após seis anos e por conta da inauguração da 1ª Etapa da Estrada de Ferro Cantagalo, especificamente o trecho que ligava Porto das Caixas à raiz da serra de Nova Friburgo, o Barão foi agraciado com a mercê de honras com grandeza. Na inauguração do trajeto citado, o Barão ofereceu um jantar de 250 talheres à Sua Majestade Imperial. Todos esses títulos nobiliárquicos formam um conjunto simbólico bastante significativo que distingue Antônio Clemente Pinto. O personagem conseguiu converter seus recursos financeiros em distinções simbólicas, elemento que lhe conferia significativa notoriedade social.

A notoriedade do Barão de Nova Friburgo tinha origem em atividades diversas, iniciando no comércio, passando ao grosso trato, ao tráfico de escravos, à casa comercial Friburgo & Filhos e às fazendas cafeeiras localizadas em Cantagalo. Bastante conhecida durante o século XIX, tal riqueza encontra-se em discursos de viajantes, como o do belga Charles D'Ursel,

“Quando entrou na sala como um camponês e com botas até os rins, todos se levantaram; os filhos e netos foram beijar-lhe as mãos e os escravos inclinaram-se para receber a benção, a continuação do texto do viajante revela a principal ocupação de Antônio Clemente Pinto, que era “percorrer as suas fazendas que se tocam, formando um pequeno reino”<sup>257</sup>

<sup>253</sup> A respeito da manutenção e permanência do Antigo Regime no Império Brasileiro Cf. HOLANDA, S. B. D. “A herança colonial – sua desagregação”. In: HOLANDA, S. B. D. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, v. 1, t. I, 1976. pp. 9-39.

<sup>254</sup> SILVA, C. B. da. Mercê e nobilitação: a construção das elites imperiais através dos hábitos das ordens honoríficas. In: BESSONE, T. M.; NEVES, L. M. B. P. D.; GUIMARÃES, L. M. P. (Orgs.). **Elites, fronteiras e cultura do Império do Brasil**. Rio de Janeiro : Contra Capa, 2013. pp. 33-64. Cf. também SILVA, C. B. D. **As ordens honoríficas e a Independência do Brasil: o papel das condecorações na construção do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)**. Tese (Doutorado em História Social da Cultura): Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2014.

<sup>255</sup> A respeito da distinção simbólica Cf. BOURDIEU, P. Capital simbólico e classes sociais. **Novos Estudos/CEBRAP**, São Paulo, p. 105-115, julho, n. 96, 2013. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010133002013000200008&lng=en&nrn=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002013000200008&lng=en&nrn=iso)>. accesson 08 Dec. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002013000200008>

<sup>256</sup> Biblioteca Nacional. Sessão de Manuscritos – Localização: C0992,20 nº 003.

<sup>257</sup> D'URSEL, C. **Sud Amerique**. Paris: 1879, p.102. In: LAMEGO, A. R. **O homem e a serra**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2007, p. 365.

O poder econômico de Antônio poderia ser facilmente traduzido através de outras citações. No século XX, no ano de 1944, o *Jornal do Comércio* publicava, na sessão de documentos fluminenses, uma citação que indica o tipo de dominância que o Barão exercia sobre a cidade Nova Friburgo e, por conseguinte, sobre a região. Não apenas colocava o Barão em posição de destaque, mas o comparava a Joaquim José de Souza Breves, talvez o único cafeicultor da época que se encontrava no mesmo patamar que o nosso personagem<sup>258</sup>. A citação do *Jornal* ainda menciona um dos parceiros de Antônio, o barão de Duas Barras. Vamos à citação:

“Em 1860 rico fazendeiro de Cantagalo a mantinha (a cidade de Nova Friburgo) como se fosse seu feudo e ali não existia senão um Barão de Nova Friburgo cuja carreira de formidável cafezista só encontrava confronto na do Comendador Joaquim José de Souza Breves. Suas lavouras cobriam enormes áreas do distrito cantagalense. Não só as das próprias fazendas como as que possuía em sociedade com João Antônio de Moraes, primeiro Barão de Duas Barras”.<sup>259</sup>

O documento revela as extensas áreas pertencentes ao Barão, classifica-o como “formidável cafezista” e revela ainda uma de suas sociedades com o barão de Duas Barras. Marieta de Moraes Ferreira, através do inventário de João Antônio de Moraes, consegue encontrar o registro de uma sociedade com Antônio Clemente Pinto, datada de 1826. Neste arranjo entre os dois sócios, o futuro Barão de Nova Friburgo forneceu escravos para as lavouras de Moraes e a dívida contraída por este último – no valor de 5:760\$061 – não era tão grande, principalmente se compararmos com o monte-mor dos envolvidos<sup>260</sup>. Tal relação parece ter perdurado por todo o século XIX, pois João Antônio de Moraes aparece como credor em conta corrente do Barão de Nova Friburgo, em 1861. Na ocasião, o “Nova Friburgo” devia a Moraes 19:199\$553<sup>261</sup>. Possivelmente, ao longo de suas vidas, essas cadeias de endividamento e crédito permearam as relações construídas entre os dois senhores.

Alberto Lamego é um dos autores que abordam a trajetória de Antônio Clemente Pinto. Lamego introduz Antônio nos “Sertões do Leste” apenas por volta de 1829 e, segundo ele, as motivações desse senhor estavam relacionadas às minas de ouro descobertas e exauridas a

<sup>258</sup> LOURENÇO, T. C. P. **O Império dos Souza Breves nos Oitocentos**: Política e escravidão nas trajetórias de José e Joaquim Breves. Dissertação (Mestrado em História): Niterói: PPGH-UFF, 2010. PESSOA, T. C. **A indiscrição como ofício**: o complexo cafeeiro revisitado (Rio de Janeiro, c.1830 - c.1888). Tese (Doutorado em História): Rio de Janeiro: PPGH/UFF, 2015.

<sup>259</sup> *Jornal do Commercio*, Documentos Friburguenzes, domingo, 13 de agosto de 1944, p. 2. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_13&pasta=ano%20194&pesq=Bar%C3%A3o%20de%20Nova%20Friburgo](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_13&pasta=ano%20194&pesq=Bar%C3%A3o%20de%20Nova%20Friburgo)>. Acesso em: jan. 2017.

<sup>260</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de famílias: casamentos, alianças e fortunas*. Léo Christiano Editorial, RJ, 2008, p. 116.

<sup>261</sup> Balanço Geral da Casa de Comércio no Rio de Janeiro do Barão de Nova Friburgo. IHGB. Arm. 1, Gav. 1, n° 54. Arquivo do Visconde do Uruguai.

época do “Mão de Luva”<sup>262</sup>. Talvez esse seja um dos motivos pelos quais Antônio chegou às cercanias de Cantagalo, mas, vendo que a extração de ouro se tornou uma ilusão, passou a se dedicar ao cultivo da terra. A obstinação na administração do cultivo da terra leva Antônio à prosperidade. A partir de então, os títulos nobiliárquicos começam a fazer parte de sua trajetória e passam a distingui-lo entre os membros da classe senhorial.

Sem dúvida, os títulos faziam parte da ascensão do personagem. Ao mesmo tempo, as construções elaboradas e financiadas por ele endossavam suas distinções simbólicas. Os dois maiores palacetes construídos pelo Barão, um digno representante da classe senhorial no período, foram o palácio do Catete e o palácio do Gavião. O primeiro foi finalizado em 1862, e o segundo não terminou até o seu falecimento. Por tais obras, foi atribuída ao Barão uma frase utilizada para responder aqueles que o criticavam: “as minhas asneiras, eu as faço de pedra e cal”.<sup>263</sup>

Outro fator que levou o Barão a receber seus títulos honoríficos foram as subscrições, ou seja, listas de contribuição para ajudar determinadas instituições imperiais<sup>264</sup>. A primeira delas ocorreu em 1836 em favor dos Lázarus, em que o Barão contribuiu com 8.000:000\$000. Novamente em 1856, o Barão contribuiu desta vez com a Santa Casa de Misericórdia para o combate a *cólera-morbus* com uma subscrição de 2:000\$000<sup>265</sup>. Em 1841, ainda em meio às lutas pela consolidação do Segundo Reinado, Antônio Clemente Pinto contribuiu com 600\$000 para pagar os soldos dos combatentes da 1ª linha de infantaria que combatiam os “rebeldes da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul”<sup>266</sup>. O mesmo ocorreu durante a Guerra do Paraguai. No ano de 1865, o “Sr. Barão de Nova Friburgo & Filhos mandaram entregar ontem no tesouro nacional a quantia de 20:000\$000, como auxílio para as urgências da guerra”<sup>267</sup>. Em

<sup>262</sup> LAMEGO, A. R. **O homem e a serra**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

<sup>263</sup> FILHO, G. D. V. **Lendas e Legendas de Friburgo**. Rio de Janeiro, 1928, p. 133.

<sup>264</sup> As subscrições voluntárias eram práticas que remontavam ao Antigo Regime. Fernando Dores Costa destaca a relação dessas práticas com a atuação dos negociantes e capitalistas cf. COSTA, F. D. Capitalistas e serviços: empréstimos, contratos e mercês no final do século XVIII. **Análise Social**, v. 27, pp. 441-460, 1992. A respeito das continuidades dessas práticas no período joanino no Estado do Brasil, depois Reino Unido, cf. DIAS, M. O. S. **A Interiorização da Metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005; MALERBA, J. De homens e títulos: a lógica das interações sociais e a formação das elites no Brasil às vésperas da independência. In: MALERBA, J. (Org.). **A Independência brasileira: Novas dimensões**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

<sup>265</sup> A respeito da cólera no Rio de Janeiro cf. KODAMA, K. E. A. Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar. **História Ciências e Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, supl. 1, pp. 59-79, dez./2012. Available from : <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S010459702012000500005&lng=en&nrm=iso>>. Access on 08 Dec. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702012000500005>.

<sup>266</sup> *Diário do Rio de Janeiro*. Sexta-feira, 9 de julho de 1841. Rio de Janeiro. Ano XX, nº 149. p. 2. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_01&pesq=Antonio%20Clemente%20Pinto](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=Antonio%20Clemente%20Pinto)>. Acesso em: ago. 2016.

<sup>267</sup> *Jornal do Commercio*. Quinta-feira, 23 de março de 1865. Rio de Janeiro. Ano: 43, nº 82. p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=Bar%C3%A3o%20de%20Nova%20Friburgo](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=Bar%C3%A3o%20de%20Nova%20Friburgo)>. Acesso em: ago. 2016.

síntese, o Barão contribuiu não só com subscrições para instituições particulares, mas também investiu nas causas da nação como nos casos do combate aos rebeldes do Rio Grande do Sul e da Guerra do Paraguai.<sup>268</sup>

A década de 1860 talvez tenha sido a mais destacada para os negócios do Barão de Nova Friburgo, pois foi nesse período que construiu a Estrada de Ferro Cantagalo<sup>269</sup>, o palacete Nova Friburgo, no Município Neutro da Corte, e uma série de empreendimentos de menor escala, como a sociedade em torno da venda de máquinas de costura Grover & Baker importadas de Nova Iorque<sup>270</sup>. Outro importante negócio era o investimento de parte de seu capital em obras de arte, como indica o periódico *A Actualidade* de 1863,

Em mármore! Um grupo tão colossal é quase um sonho para um amator. Há apenas um capitalista que poderia ter semelhante capricho babilônico; e o grupo do senhor Desprez foi encomendado por um brasileiro de modestos haveres. O Sr. Barão de Nova Friburgo, feliz proprietário deste objeto d'arte possui apenas uma fortuna de trinta milhões e assim apenas pode destinar uma pequena parte de sua pequena renda para imortalizar a arte brasileira<sup>271</sup>.

Através da compra e da encomenda de obras de arte, o Barão de Nova Friburgo buscava alcançar os parâmetros de requinte e sofisticação característicos da classe senhorial fluminense<sup>272</sup>. Além disso, buscava ainda perpetuar sua própria imagem e seus feitos por meio desse expediente. Tal estratégia manifestou-se nos suntuosos imóveis como o solar do Gavião, em Cantagalo; a Chácara do *Chalet*, em Nova Friburgo; e, o palacete Nova Friburgo –

<sup>268</sup> MENDES, F. F. A Economia Moral do Recrutamento Militar no Império Brasileiro. **Revista Brasileira Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, out./1998. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010269091998000300005&lng=en&nr m=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269091998000300005&lng=en&nr m=iso)>. Access on 08 Dec. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000300005>.

<sup>269</sup> A Sociedade Anônima Estrada de Ferro de Cantagalo foi autorizada a funcionar através do Decreto nº. 1.997, de 21 de outubro de 1857. Nesse negócio, o Barão contou com a participação de dois negociantes da Praça do Rio de Janeiro, Candido José Rodrigues Torres, primeiro e único barão de Itambi, e irmão de Joaquim José Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí, da Trindade Saquarema, e de Joaquim José dos Santos Junior, ex-trafficante de escravos, ex-diretor do Banco Commercial do Rio de Janeiro, sócio e irmão do Comendador Francisco de Paula Santos na firma atacadista Santos & Irmão. O Comendador Francisco de Paula Santos foi uma das maiores fortunas de vila Rica de Ouro Preto em meados do XIX e avô do famoso Santos Dumont. A respeito da família Santos, de Minas Gerais, cf. ANDRADE, L. B. D. **Um representante da “classe dos homens práticos”**: negócios e política na trajetória do comendador Francisco de Paula Santos durante o Império. Vitória: XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2015. Sobre o trafficante de escravos Joaquim José dos Santos Junior cf. ACCIOLI, N. T. **José Gonçalves da Silva à Nação Brasileira**: O tráfico ilegal de escravos no antigo Cabo Frio. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional-Programa Nacional de Pesquisa, 2011. Disponível em: [https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/jose-goncalves-silva-nacao-brasileira-trafficco-ilegal//nilma\\_accioli\\_pnap.pdf](https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/jose-goncalves-silva-nacao-brasileira-trafficco-ilegal//nilma_accioli_pnap.pdf). Acesso em: dec. 2017.

<sup>270</sup> *Diário do Rio de Janeiro*. Domingo, 13 de julho de 1862. Rio de Janeiro. Ano XLII, nº 191. p. 4, Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_02&pesq=Antonio%20Clemente%20Pinto](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=Antonio%20Clemente%20Pinto)>. Acesso em: jul. 2017.

<sup>271</sup> *A Actualidade*. Domingo, 19 de abril de 1863. Rio de Janeiro. Ano V, nº 396. p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/3263406047131/I000156120Alt=002080Lar=001314LargOri=004492AltOri=007109.JPG>>. Acesso em: jul. 2017.

<sup>272</sup> Sobre o refinamento no consumo das classes superiores Cf. VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

depois conhecido como palácio do Catete –, na Corte. Essas construções são representações do *status* e do pertencimento à classe senhorial, que, com os pés fincados na escravidão, passa a apresentar seus símbolos de distinção não só por intermédio do elemento escravo, mas também por novos padrões de construção de suas casas de vivenda, casarões urbanos e pela eternização de suas imagens e de suas fazendas em quadros que reproduziam a elegância e a fineza dos estratos superiores da sociedade.

A Chácara do *Chalet* e seus jardins, planejados por Glaziou, constituíam-se como a propriedade mais suntuosa do Barão de Nova Friburgo, na localidade de mesmo nome, e, por certo, era a mais valiosa da vila de Nova Friburgo. Ficou avaliada em 136:000\$000 em 1873, quando da partilha dos bens do casal Barão e Baronesa de Nova Friburgo. Na chácara, constavam mobílias, móveis e louças, além de um bonde e de uma liteira – elementos que marcam esse refinamento que frisamos como característica da classe senhorial. A importância da propriedade revela-se na representação da Chácara dentro do quadro *Primeiros barões de Nova Friburgo*. Trata-se de um quadro dentro do quadro localizado na parte superior direita da pintura de Emil Bauch – Imagem 3.2.

**Imagem 3.2: Chácara do *Chalet* – Detalhe da pintura de Emil Bauch, 1867**



Fonte: Recorte da pintura “Primeiros Barões de Nova Friburgo”. Emil Bauch. 1867. Óleo sobre tela.  
Acervo: Museu da República.

O chalé foi construído em estuque e madeiras de lei e possuía um “salão de visitas, uma sala gabinete, quatro quartos, sala de bilhar, escritório, biblioteca, sala de jantar e área central (...)”. O prédio anexo do lado leste era composto por “copa, saleta de jantar para empregados, cozinha e dispensa”; o do lado oeste formava-se de “dois quartos, banheiro, latrina e rouparia”<sup>273</sup>. Tal organização e disposição revelam o quanto estava sendo destinado ao novo padrão de consumo desta classe, além de 15 trabalhadores escravos cujas profissões indicam a especialização e o treinamento necessários para atender aos novos padrões. São duas lavadeiras, duas escravas de serviços domésticos, dois de roça (uma mulher de 32 anos e um menino de 13) e um carreiro. Os outros oito escravos estavam na faixa entre dois e doze anos, e poderiam, ao longo do tempo, passar por treinamento adequado para servir a família.

Outra instância denotando a forma como a classe senhorial passava por transformações relativas ao gosto e ao estilo era a reformulação das casas de vivenda. Neste caso específico, se encaixa a construção do Solar do Gavião. A fachada do palacete, composta por dez colunas de granito rosa vindo de Lisboa, guarda uma casa suntuosa. Construído em estilo Neoclássico, o imóvel tinha 20 X 40 metros e foi projetado para ter 40 quartos. Infelizmente não foi possível encontrar imagens do interior do Gavião. O atual proprietário não permite visitas. Todavia, sabemos que o arquiteto envolvido em tal construção era o mesmo do palacete Nova Friburgo, Gustavo Waehneltdt, que iniciou as obras em 1858. O palacete do Gavião, inclusive, aparece no centro do quadro “Os primeiros barões de Nova Friburgo”, como podemos ver abaixo na Imagem 3.3. Este palacete se constituiu num exemplo da arquitetura neoclássica do Brasil. Ele possui doze colunas frontais que revelam a imponência do prédio, desvelando sua magnificência e suntuosidade aristocráticas, expressando simbolicamente o poder e a riqueza dos barões do café.

---

<sup>273</sup> FOLLY, L. F. D.; OLIVEIRA, L. J. N.; MELNIXENCO, V. C. **Chácara do Chalet**: pequena história de um sonho. Rio de Janeiro: UFRJ/EBA, 2010, p. 24.

**Imagem 3.3: Palacete do Gavião – Detalhe da pintura de Emil Bauch, 1867**



Fonte: Recorte da pintura “Primeiros Barões de Nova Friburgo”. Emil Bauch. 1867. Óleo sobre tela. Acervo: Museu da República.

**Imagem 3.4: Palacete do Gavião, Cantagalo**



Fonte: Fachada do solar do Gavião – 2016. Arquivo Pessoal.

Passamos, agora, a analisar as características do prédio mais importante do espólio do Barão de Nova Friburgo, o palacete do Largo do Valdetaro, ou palácio do Catete. Diz a lenda difundida em diversos jornais do século XX que o imóvel foi construído à beira da rua pois a esposa do Barão desejava uma casa que a conectasse com a cidade. Também projetado pelo arquiteto Gustavo Waehneltdt, o palácio Nova Friburgo ainda contou com obras dos pintores Emil Bauch, Gastão Tassini e Mario Bragaldi. Construído em estilo eclético, a obra iniciou-se em 1858 e só terminou em 1867, constituindo-se como símbolo de uma fração da classe senhorial cafeicultora e escravista que, devido ao poderio econômico angariado, lapidava seu bom gosto.

Assim como nas duas outras propriedades elencadas para demonstrar o refinamento de classe expresso pelo Barão de Nova Friburgo, o palácio também estava representado na pintura de Bauch – Imagem 3.5. Neste caso, diferente das outras duas representações, não se tratava de uma pintura ou de uma paisagem que compunha a totalidade do quadro, mas de uma maquete, localizada à esquerda do Barão e seguida da planta arquitetônica. Vale também inserir algumas imagens do interior do palacete para que seja possível compreender o nível de elegância e de refinamento representado no prédio.



**Imagem 3.5: Palacete do Valdetaro (Palácio do Catete/Museu da República) – Detalhe da pintura de Emil Bauch, 1867**



Fonte: Recorte da pintura “Primeiros Barões de Nova Friburgo”. Emil Bauch. 1867. Óleo sobre tela. Acervo: Museu da República.

**Imagem 3.6: Interior do palacete do Valdetaro (Palácio do Catete/Museu da República),  
Rio de Janeiro**



Fonte:<http://museudarepublica.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/12/galeria-44.jpg>

**Imagem 3.7: Interior do palacete do Valdetaro (Palácio do Catete/Museu da República),  
Rio de Janeiro**



Fonte: <http://museudarepublica.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/12/galeria-42.jpg>

As três propriedades apresentadas até aqui representam as “asneiras” de pedra e cal que já citamos. Indicamos também que essas propriedades estavam representadas no quadro de Emil Bauch, “Os primeiros barões de Nova Friburgo”. Tal quadro pode ser denominado de imagem-monumento, porque a análise da obra abre espaço para apreendermos “valores, ideias, tradições e comportamentos que permitem (...) recuperar formas de ser e agir dos diferentes grupos sociais<sup>274</sup>”.

<sup>274</sup> MAUAD, A. M. Resgate De Memória. In: MATTOS., H.; SCHNOOR, E.; (ORG.) **Resgate: uma janela para o oitocentos**. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 1995, p. 103.

O quadro de Bauch visava eternizar e enfatizar os símbolos de diferenciação social do período, como uma imagem/monumento<sup>275</sup>. A pintura está relacionada à representação da riqueza e distinção de classe dos barões oitocentistas. Esta obra auxilia a construção e eternização das memórias e das tradições inerentes as classes abonadas da sociedade oitocentista e, ao mesmo tempo, remete à história de vida desta família e a sua trajetória de enriquecimento. O quadro faz a ligação entre as fazendas de café como lugar da produção da riqueza e a Corte como espaço de representação da distinção social, ambas ligadas pela modernidade representada pela planta da estrada de ferro.

O quadro é uma síntese das instâncias de poder do Barão. Nele, estão localizadas três de suas mais importantes propriedades, a Chácara do *Chalet*, o palacete Gavião e o palacete Nova Friburgo, localizados, respectivamente, em Nova Friburgo, em Cantagalo e na Corte. Todavia, esta pintura não sintetiza apenas o seu poder material, vai além e expressa ainda o *habitus* de classe, ou seja, os modos de vida desta fração da classe senhorial que ocupava o topo da hierarquia agrário-mercantil do Império.

Ao centro do quadro, temos a Baronesa e o Barão de Nova Friburgo. Ela está ornada com joias, segura em sua mão direita um lenço e apoia sua mão esquerda no ombro do marido, “sinal de companheirismo e obediência, condizente com a representação de esposa dedicada vigente na sociedade oitocentista”<sup>276</sup>. Sentado em uma cadeira ornada com seu brasão, o Barão de Nova Friburgo tem em seu colo a planta e o perfil da Estrada de Ferro Cantagalo, elemento de fusão entre suas propriedades e essência do caráter moderno de seus investimentos. O Nova Friburgo carrega em seu peito os símbolos de distinção dentro de sua classe: as comendas da Ordem da Rosa e da Ordem de Cristo nos graus de Oficial e Cavaleiro – Imagem 3.8.<sup>277</sup>

<sup>275</sup> Retiramos este conceito de Ana Mauad, embora ela trate da fotografia. Cf. MAUAD, A. M. *Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces*. **Tempo**, Rio de Janeiro. n° 2, v. 1, pp. 73-98, 1996.

<sup>276</sup> MUAZE, M. A. F. **As Memórias da Viscondessa**: família e poder no Brasil Império. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p. 171. Cf. MELNIXENCO, V. C. **Friburgo & Filhos**: tradições do passado e invenções do futuro. Dissertação (Mestrado em História): Rio de Janeiro: PPGH-UNIRIO, 2014. Melnixenco faz uma excelente descrição do quadro de Bauch.

<sup>277</sup> A respeito da nobreza no II Reinado, cf. SCHWARCZ, L. M. Como ser nobre no Brasil. *In*: SCHWARCZ, L. M. **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2ª. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998. pp. 159-206.

**Imagem 3.8: Primeiros Barões de Nova Friburgo, 1867**



Fonte: Primeiros Barões de Nova Friburgo. Emil Bauch. 1867. Óleo sobre tela. Acervo: Museu da República.

Através dos dados reunidos até aqui, podemos enquadrar a trajetória do Barão de Nova Friburgo como do “*self mademan*” dos oitocentos, ou seja, indivíduo/imigrante que adentra o mundo comercial como caixeiro, ascende a negociante de grosso trato, moedeiro e envereda pelo agro fluminense em busca de terras aptas ao plantio do ouro verde. Ao se estabelecer na

bacia do Rio Paraíba<sup>278</sup>, na localidade de Cantagalo, sua riqueza toma outra dimensão e, devido a sua participação na vida da Corte, angaria ainda mais títulos, torna-se comendador de duas das principais ordens do Império (da Rosa e Cavaleiro de Cristo), recebe o título de Barão e, finalmente, suas honras de grandeza.

Sem dúvida, junto a esse processo de elevação e distinção nobiliárquica encontra-se também um caminho de modernização e refinamento de gosto característicos da classe senhorial em ascensão durante a segunda metade do XIX. Neste contexto, o Barão passa a investir em obras de arte como já indicamos, mas não só: os produtos que importava e as obras que iniciava indicavam esse padrão. Na década de 60 do século XIX o Barão mandou vir de Lisboa Pedra de Cantaria, mármore em obra, 20 barris de gesso, um piano, 165 caixas de mobília, 20 ancoretas de vinho e, posteriormente, mais doze barris e cinco caixas, além de outras dezesseis entradas de produtos importados. Desta forma, pode-se constatar que a escalada de Antônio até o topo da hierarquia social oitocentista originou-se no pequeno comércio e, passando pelo grosso trato, alcançou a riqueza proporcionada pelo café e transbordou para a política, originando um patrimônio marcado pelo requinte e pela elegância disponíveis no momento.

### 3.3. Avaliação dos bens do Barão de Nova Friburgo

A avaliação dos bens é a parte mais densa de um inventário. Ela é composta pela requisição de avaliação, juramento dos avaliadores e a própria avaliação. No caso do inventário em tela, a avaliação foi realizada seguindo o seguinte roteiro, a saber: as fazendas de Cantagalo e Nova Friburgo; os imóveis urbanos na Corte e em Nova Friburgo; as ações; as joias; e, o saldo da Casa Comissária Friburgo & Filhos. Torna-se importante ressaltar que, no inventário, as dívidas ativas e passivas não aparecem. Todavia, é bem provável que elas até existissem, mas não tenham aparecido no inventário, pois os dois elementos poderiam se anular como no balanço da Casa Comercial Friburgo & Filhos de 1862<sup>279</sup>, ou constar em outro balanço feito na Casa Comissária e ainda incógnito para os historiadores.

---

<sup>278</sup> A região do Rio Paraíba do Sul, durante o século XIX, converteu-se em “uma unidade socioeconômica e ambiental” com conexões por toda a Província do Rio de Janeiro, Zona da Mata mineira, Norte da Província paulista e com a praça mercantil do Rio de Janeiro e a Corte imperial. Este espaço geoeconômico foi denominado por Salles e Marquese, apoiados em Orlando Valverde, de Bacia do Paraíba. BORGES, M. F.; SALLES, R. A morte do Barão de Guaribu. Ou o fio da meada. In: MUAZE, M.; SALLES, R. (Org.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. p. 103. VALVERDE, O. A fazenda de café escravocrata no Brasil. In: **Estudos de geografia agrária brasileira**. 1ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

<sup>279</sup> Balanço Geral da Casa de Comércio no Rio de Janeiro do Barão de Nova Friburgo. IHGB. Arm 1, Gav. 1, nº 54. Arquivo do Visconde do Uruguai.

No caso das fazendas, os bens móveis, os bens de raiz e os bens semoventes foram avaliados em conjunto com a unidade produtiva, ou seja, a cada propriedade avaliada constavam todas as suas benfeitorias, escravos, animais, mobília e pés de café. Outro fator a destacar é os pés de café não serem avaliados em separado e seu valor, provavelmente, estar embutido na avaliação da propriedade. Quando trataram dos bens imobiliários, os avaliadores iniciaram a tarefa pela Corte e, na sequência, abordaram Nova Friburgo. As descrições desses imóveis priorizam suas localizações, a quantidade de janelas e de portas e seus estilos, fatores que evidenciam os tipos de imóveis comprados ou construídos pelo Barão.

Descrever as estruturas dos bens do Barão de Nova Friburgo é parte essencial para a compreensão de seu poder fundiário. Por certo, suas terras representavam 30,47% de sua riqueza 2.125:050\$000 (£ 230.983,70). Diante disso, uma descrição dos bens que compunham essas terras e conformavam a parte mais significativa do complexo de negócios é fundamental para a avaliação da riqueza do personagem. Tal descrição, sem dúvida, visa a auxiliar o argumento de que os bens agrários se constituíam em um dos elementos centrais da formação da riqueza e manutenção deste complexo econômico, assim como contribuía para o distanciamento de um determinado arcaísmo, mas se apresentavam como elemento que possibilitava a modernização dos negócios do Barão.

Antônio Clemente Pinto não foi o primeiro membro da família a buscar terras na região de Cantagalo. O primeiro pedido de concessão de terras na região foi do alferes João Clemente Pinto<sup>280</sup>, seu tio paterno, em 1809<sup>281</sup>. A sesmaria localizava-se próxima ao Rio Paraíba, entre este e o Ribeirão de Nossa Senhora das Areias e foi concedida em 1812. Outros membros da família Clemente Pinto também fizeram requerimentos de sesmarias na região: Teresa Joaquina da Silva Pinto, mulher de João, pediu uma sesmaria na mesma região em 1809; Manoel Clemente Pinto, seu tio, em 1816; e, Francisco Clemente Pinto, seu primo e filho de João Clemente Pinto, que realizou seu pedido em 1827. Diante disso, concluímos que a busca por terras em Cantagalo, especialmente no Ribeirão das Areias, foi uma tônica dos Clemente Pinto. Mas e Antônio Clemente Pinto? Quando o personagem requisitou suas primeiras terras na região?

---

<sup>280</sup> Requerimento de João Clemente Pinto, solicitando sua confirmação no posto de alferes da Companhia de Ordenança do distrito da capela de São Roque da Canastra, termo da vila de São Bento de Tamanduá. 3/05/1804. Disponível em: [https://bdlb.bn.gov.br/redeMemoria/bitstream/handle/123456789/90089/AHU\\_ACL\\_CU\\_005%2c%20Cx.%20170%2c%20D.%2025.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://bdlb.bn.gov.br/redeMemoria/bitstream/handle/123456789/90089/AHU_ACL_CU_005%2c%20Cx.%20170%2c%20D.%2025.pdf?sequence=3&isAllowed=y). Acesso em: jul. de 2016. Leila Vilela Alegrio apresenta a mesma informação através de uma fonte do Arquivo Público Mineiro.

<sup>281</sup> Arquivo Nacional. Notação: BI 15.1126. Microfilme 135-2005. Cf. ALEGRIO, L. V. **Os Clemente Pinto: importantes cafeicultores do sertão do leste fluminense**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 24.

O interesse de Antônio Clemente Pinto por terras na região de Cantagalo inicia-se por volta de 1819, quando o personagem entra com um requerimento para a obtenção de uma sesmaria nos sertões de Cantagalo. Não é possível saber se tal requisição foi atendida, mas, neste momento, Antônio declarava-se como “abastado de bens” e declarava ainda que vivia de seus negócios na cidade do Rio de Janeiro, que possuía oito escravos e que “pode possuir mais para cultivar as terras que pede por Sesmarias<sup>282</sup>”. De qualquer forma, por esse documento, percebe-se que Antônio não tinha outras terras para cultivar. Apesar de aparentemente não ter recebido a Sesmaria no mesmo ano da requisição, Antônio adquiriu a fazenda Areias, localizada na região de Cantagalo<sup>283</sup>. Importante ressaltar que a fazenda fazia limite com as terras de seu primo Francisco Clemente Pinto. Assim, constata-se que sua chegada às terras de Cantagalo coincide com montagem da cafeicultura na região, preparando suas posteriores aquisições de terra por meio de compra.

Diante do aqui exposto, se torna elementar a análise das propriedades rurais do Barão entre as vilas de Cantagalo, Nova Friburgo e São Fidélis. Entre essas localidades, somavam-se 16 propriedades, a maior parte delas estava em Cantagalo (11), duas localizavam-se em São Fidélis e outras três em Nova Friburgo. Tais propriedades formavam um verdadeiro complexo de terras, que, em grande parte, compartilhavam seus limites e guardavam também a maior parte da escravaria do Barão. São elas: Santa Rita, Areias, Boa Vista, Boa Sorte, Jacotinga, Itaóca, Laranjeiras, Gavião, Aldeia, Cafés e Água-quente. Em Nova Friburgo, estavam localizadas a Chácara do *Chalet*, as fazendas do Cônego e São Lourenço; e, em São Fidélis: Macapá e Poço das Antas. Todas essas propriedades formavam uma área de 11.100 alqueires de terras, avaliados em 2.125:050\$000, com 5.786.000 pés de café plantados, através do trabalho de 2.180 cativos, avaliados em 1.999:200\$000 (Quadros 3.1 e 3.2 e Gráficos 3.1 e 3.2).

Quando comparamos a dimensão territorial do complexo do Barão de Nova Friburgo (11.100 alqueires) com o de Joaquim de Souza Breves, constatamos que a quantidade de terras registradas no inventário do Barão é aproximadamente 1,6 vezes maior que as terras de Joaquim, que possuía 6.966 alqueires. Thiago Pessoa acaba exagerando quando afirma que “Joaquim Breves era, individualmente, o maior proprietário de terras e almas do Império do Brasil”<sup>284</sup>. No caso das almas, podemos até concordar, mas a quantidade de terras de Joaquim, mesmo que somadas as de José de Souza Breves, são inferiores às do Barão de Nova Friburgo.

<sup>282</sup> BI. 15.1240. Microfilme: 160-2005. Arquivo Nacional

<sup>283</sup> 1º Ofício de Notas, Lv.220, fls 16-16V. Data: 16/03/1819. Microfilme: 031.006-79. Arquivo Nacional

<sup>284</sup> PESSOA, T. C. **O Império da Escravidão**: o complexo Breves no vale do café (c.1850-c.1888). 1ª. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018, pp. 63 e 68.

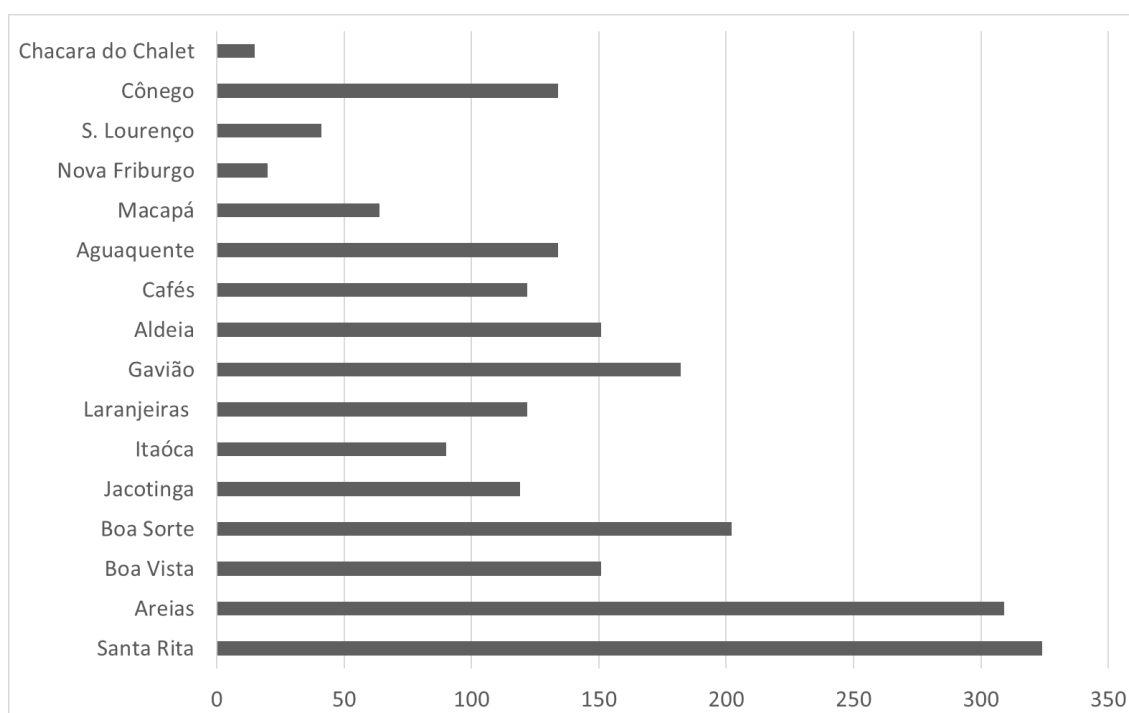


Apenas a quantidade de propriedades rurais justificaria uma descrição dos bens do Barão, mas os valores citados tornam essa justificativa ainda mais densa. Desta forma, descrever os bens inventariados nessas propriedades torna-se de essencial importância para compreender seu funcionamento, suas atividades, suas estruturas prediais, suas tecnologias de beneficiamento de café, suas tropas de mula e seus gados, além do mobiliário contido nas mesmas. Utilizamos os dados sobre os escravos apenas para indicar a quantidade e o valor em cada fazenda, isto porque seu volumoso número enseja um capítulo em separado. Portanto, passamos a analisar os bens contidos nessas unidades produtivas.

**Quadro 3.1: Quantidade e valor de escravos por fazenda, Cantagalo. 1873.**

<b>Escravos</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor (Rs)</b>	<b>Valor (£)</b>
Santa Rita	324	296.550.000	32.233,80
Areias	309	277.150.000	30.081,52
Boa Vista	151	139.300.000	15.173,91
Boa Sorte	202	176.300.000	18.994,57
Jacotinga	119	120.850.000	13.069,57
Itaóca	90	80.500.000	8.750,00
Laranjeiras	122	119.100.000	12.956,52
Gavião	182	169.050.000	18.429,35
Aldeia	151	136.250.000	14.815,22
Cafés	122	106.900.000	11.614,13
Aguaquente	134	124.300.000	13.510,87
Macapá	64	68.400.000	7.445,65
Nova Friburgo	20	22.500.000	2.445,65
S. Lourenço	41	43.850.000	4.722,83
Cônego	134	108.900.000	12.039,02
Chácara do <i>Chalet</i>	15	9.300.000	1.021,74
<b>Total</b>	<b>2180</b>	<b>1.999.200.000</b>	<b>217.304,35</b>

Fonte: Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional.

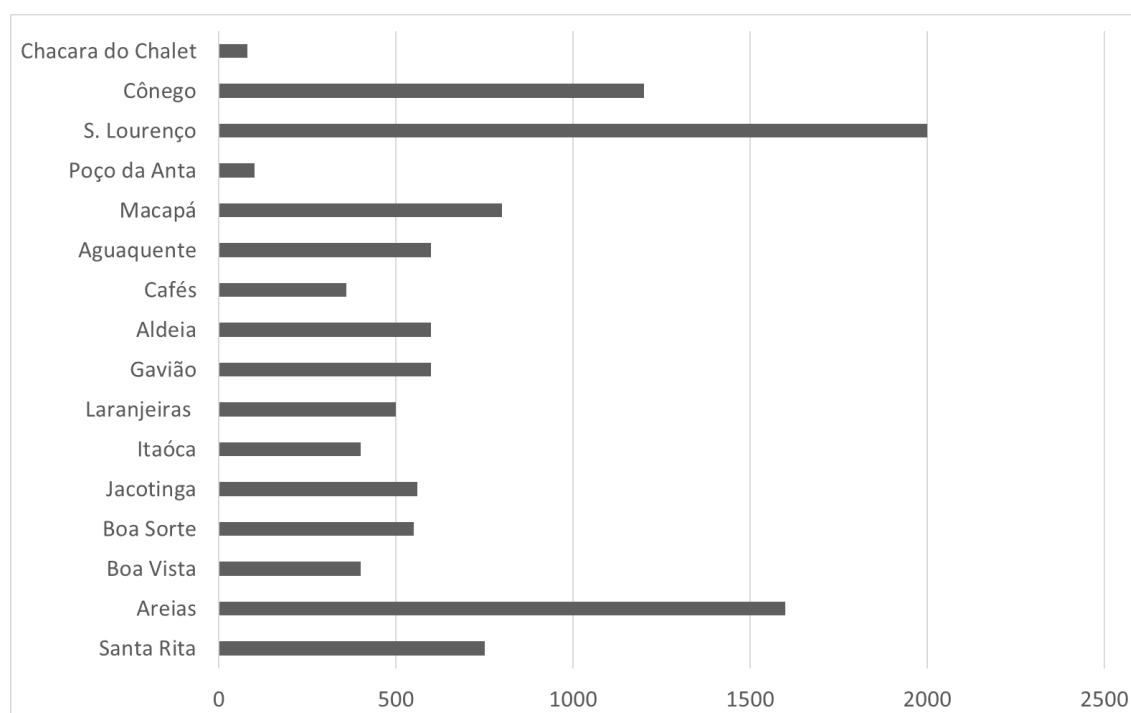
**Gráfico 3.1: Quantidade de escravos por fazenda, Cantagalo. 1873**

Fonte: Quadro 3.1.

**Quadro 3.2: Quantidade e valor das fazendas, Cantagalo e Nova Friburgo. 1873**

Terras	Quantidade (Alqueires)	Valor (Rs)	Valor (£)
Santa Rita	750	240.000.000	26.086,96
Areias	1600	360.000.000	39.130,43
Boa Vista	400	143.000.000	15.543,48
Boa Sorte	550	123.000.000	13.369,57
Jacotinga	560	137.500.000	14.945,65
Itaóca	400	91.700.000	9.967,39
Laranjeiras	500	107.000.000	11.630,43
Gavião	600	154.000.000	16.739,13
Aldeia	600	158.000.000	17.173,91
Cafés	360	84.000.000	9.130,43
Aguaquente	600	164.000.000	17.826,09
Macapá	800	144.000.000	15.652,17
Poço da Anta	100	10.000.000	1.086,96
S. Lourenço	2000	14.500.000	1.576,09
Cônia	1200	58.350.000	6.342,39
Chalet	80	136.000.000	14.782,61
Total	11100	2.125.050.000	230.983,70

Fonte: Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional.

**Gráfico 3.2: Quantidade de alqueires das fazendas, Cantagalo e Nova Friburgo. 1873**

Fonte: Quadro 3.2.

Passamos a analisar em separado cada uma das unidades produtivas do Barão de Nova Friburgo. Tal tarefa deve iniciar-se pelo seu centro, a vila de Cantagalo. Nesta localidade, estavam as maiores e mais produtivas fazendas, a saber: Santa Rita, Areias, Gaviões, Aldeia e Cafés, todas elas ligadas à produção cafeeira através do trabalho escravo. Além disso, as propriedades abordadas a seguir formavam um complexo de fazendas limítrofes que dominavam todos os processos de plantio, beneficiamento e transporte do café. Ressalto que a maioria dessas propriedades estava municiada de implementos técnicos considerados os mais avançados da época, o que ampliava a capacidade produtiva das fazendas. Ademais, detinham a maior parte da escravaria angariada pelo Barão via tráfico africano de escravos, seja o externo até 1850, seja o interno pós-1850<sup>285</sup>.

<sup>285</sup> Sobre os diversos aspectos do tráfico externo e interno consultar, entre outros, os seguintes trabalhos: BETHELL, L.. **A abolição do comércio brasileiro de escravos**: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869. Tradução de Luís A. P. Souto Maior. Brasília: Senado Federal, 2002. CONRAD, R. E. **Tumbeiros**: o tráfico de escravos para o Brasil. Tradução de Elvira Serápicos. São Paulo: Brasiliense, 1985. FLORENTINO, M. **Em Costas Negras**: Uma História do Tráfico entre a África e o Rio de Janeiro, Séculos XVII e XIX. 5. ed. SÃO PAULO: Editora da Unesp, 2014. GUIMARÃES, C. G. O "comércio de carne humana" no Rio de Janeiro: o negócio do tráfico negreiro de João Rodrigues Pereira de Almeida e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Co., 1808-1830 - primeiros esboços. In: BITTENCOURT, M.; RIBEIRO, A.; GEBARA, A. (Orgs.). **África passado e presente**: II Encontro de estudos africanos da UFF. Niterói: PPGH-UFF (ebook), 2010. GUIMARÃES, C. G. O negócio do tráfico negreiro de João Rodrigues Pereira de Almeida, o Barão de Ubá, e da firma Joaquim Pereira de Almeida, em Moçambique, c. 1808-1829. **Africana Studia**, n.º 27, 2016. pp. 65-76. MAMIGONIAN, B. E. G. K. (Org.). "Dossiê – 'Para inglês ver?' Revisitando a Lei de 1831." **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 29, n.º 1/2/3, Jan/Dez 2007, pp.87-340. MOTTA, J. F. Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico

Importante ressaltar que as propriedades rurais do Barão formavam um complexo agrário moderno com trabalho escravo e livre (imigrante). Neste sentido, e diferentemente do que destacou Wilson Cano para explicar a modernização e singularidade de São Paulo frente às outras regiões brasileiras do oitocentos, ou seja, o aparecimento do complexo cafeeiro no Oeste Novo e o capitalismo<sup>286</sup>, enfatizamos que tal complexo envolvendo produção, comércio e finanças também estava presente em Cantagalo, no Vale do Paraíba fluminense. Os terreiros de pedra, os mecanismos de despolar, de secar e de polir o café, o ensacamento e o transporte – por um bom tempo realizado em sua totalidade por tropas de mula, depois dividido entre as mulas e a estrada de ferro –, bem como a Casa Comissária são elementos constitutivos do complexo agrário escravista. Desta forma, arriscamos dizer: o Vale do Paraíba Fluminense e o Oeste de São Paulo foram pioneiros<sup>287</sup>. A partir daqui, passamos a descrevê-lo analiticamente.

A **fazenda Santa Rita**, localizada na Freguesia de Santa Rita, compunha-se de 750 alqueires de terras (36,30 km<sup>2</sup>)<sup>288</sup>, sendo que parte dela era cultivada e outra parte composta de matas e capoeiras<sup>289</sup>. As áreas prediais estavam estruturadas com casa de vivenda e uma casa com despensa e cozinha dos escravos, além de quartos para os feitores. Possuía duas senzalas grandes de paredes de pedra e uma casa sobre pilares de pedra, onde se localizavam um moinho, um engenho de cana, tachos e alambiques. Além desses itens, constavam um galpão e um armazém de pedra e cal para guardar café. Também estava listada no inventário uma estrebaria, engenho de serra, casa de hospital e botica.<sup>290</sup>

---

interno de cativos em Constituição (Piracicaba), 1861-1880. **Revista Brasileira de História (Online)**, v. 26, pp. 15-47, 2006. PARRON, T. **A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. PINHEIRO, F. W. A. **O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros: Zona da Mata, c.1809-c.1830**. Dissertação (Mestrado em História): Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2007. RESTITUTTI, C. C. Comércio e tráfico de escravos nas primeiras décadas do século XIX: novas percepções de duas fontes seriadas. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. **Mneme – Revista de Humanidades**, Natal, v. 9, nº 24, set./out. 2008. SLENES, R. W. The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economics, Slave Experience, and the Politics of a Peculiar Market. TAVARES, L. H. D. T. **Comércio proibido de escravos**. São Paulo: Ática, 1988.

<sup>286</sup> CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas : IE/Unicamp, 1998. Cano retorna novamente a tal especificidade paulista no seguinte texto: CANO, W. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930). **Est. Econ.**, São Paulo: USP/IPE, v. 15, pp. 291-306, nº2, 1985. A respeito do trabalho livre em São Paulo, na realidade o regime de trabalho era o colonato, e não assalariado, cf. MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

<sup>287</sup> Levando em conta que as inovações tecnológicas ligadas à cafeicultura surgiram concomitantemente, destacamos, em comparação à experiência do Barão de Nova Friburgo, à de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro que também se valeu da tecnificação do processo produtivo, tráfico de escravos, sistema de parcerias.

<sup>288</sup> 1 alqueire mineiro= 4,84 ha (hectares) = 4,84 X 10.000 m<sup>2</sup> = 48400 m<sup>2</sup> - 750 alqueires = 750X 48.400= 36.300.000 m<sup>2</sup>= 36,30km<sup>2</sup>

<sup>289</sup> A respeito desta forma de propriedade com produção de café, matas e capoeiras cf. STEIN, S. J. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900**. Tradução de Vera Bloch Wrobel. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. SALLES, R. **E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>290</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. pp. 3, 3V e 4.

No beneficiamento do café, a fazenda dispunha de engenho com ripe, dois ventiladores, um descascador, um brunidor, despulpador, separador, tanques para lavar e casa para catar o café. Uma casa com três estufas, dois paióis cobertos de telhas, terreiros de pedra para secar café. A fazenda possuía ainda 740 mil pés de café de diversas idades e um canavial de cinco alqueires. Tudo isso perfazia a quantia de 240:000\$000, enquanto a mobília e os utensílios domésticos e de lavoura foram avaliados em 1:000\$000. Os escravos da fazenda Santa Rita eram em número de 324, avaliados em 296:550\$000.<sup>291</sup>

A partir da descrição feita acima, se percebe que a fazenda se encontrava muito bem equipada, tanto para operar com café, quanto com cana de açúcar. Tal unidade produtiva dispunha de meios técnicos para o beneficiamento dos dois produtos. Mesmo que as origens da produção da fazenda Santa Rita estivessem ligadas à produção de cana, nota-se que o café, ao longo do XIX, tomou conta das áreas agricultáveis da fazenda, podendo se expandir para as áreas de mata. De qualquer forma, os elementos mais relevantes na composição da riqueza contida na fazenda eram os 324 cativos e os 740 mil pés de café.

Outro importante aspecto da fazenda é o número de animais. Bestas, cavalos, bois, carneiros e porcos somavam 1333 animais, avaliados em 21:972\$000. As bestas – em número de 96 – serviam para transporte, assim como os bois, que somavam 120 animais. Carneiros e porcos faziam parte da alimentação da fazenda e somavam 946 animais com o valor de 6:604\$000. A fazenda, no que se refere aos animais, era autossustentável, não sendo necessário o incremento externo através da compra<sup>292</sup>.

Para finalizar as observações a respeito da fazenda Santa Rita, é preciso reafirmar sua capacidade produtiva, com uma grande extensão de terras e a significativa quantidade de cativos. Todos esses elementos reunidos somavam a quantia de 559:537\$000 (£60.819,24). Podemos destacar os instrumentos ligados à produção de açúcar e a própria plantação de cana, seus cafezais e o impacto das tecnologias para beneficiamento do café como centrais para o bom funcionamento da fazenda.

A **fazenda Areias**, também localizada na Freguesia de Santa Rita, fazia limite com outras quatro fazendas do Barão, Jacotinga, Itaóca, Boa Vista e Boa Sorte. Areias era composta de 1.600 alqueires = (77,44 km<sup>2</sup>), possuía casa de vivenda e uma casa para o administrador,

---

<sup>291</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. pp. 3, 3V e 4. Infelizmente não sabemos se o Hospital foi feito antes ou depois da Lei de 1871.

<sup>292</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. p. 4.

duas senzalas grandes de pedra e cal e “um correr de casas com casinha para os escravos<sup>293</sup>”. A fazenda possuía 920 mil pés de café de várias idades e, entre os bens rurais ligados ao seu beneficiamento, constavam 3 ventiladores, um excêntrico para descascar, dois brunidores, um separador, caixas para o café catado, tanque para lavar, despoldador, duas estufas – uma nova e uma velha –, aparato para guardar café coco e terreiros de pedra<sup>294</sup>. A lista dos outros bens rurais compunha-se de um canavial de quatro alqueires, casa de engenho com ripe, engenho de serrar e de moer cana, tachos, forno, alambique, vasilhas para fermentar, dois tonéis, casa de tenda, paiol para milho, campo telado, pomar, horta, armazém, estrebaria, um moinho para fubá e uma cevadeira de mandioca. Constavam ainda um hospital e uma farmácia, utilizados para cuidar dos trabalhadores e escravos adoecidos, além de uma locomotiva avaliada em 5:000\$000.<sup>295</sup>

Após a descrição dos bens rurais da fazenda, diversos elementos chamam a atenção. O primeiro deles é o fato da unidade fazer limite com outras quatro propriedades do Barão. O segundo fator de destaque são os 920 mil pés de café e os vários instrumentos ligados ao seu beneficiamento e armazenagem e, por fim, a locomotiva utilizada para o transporte do café entre as fazendas limítrofes e que, possivelmente, se ligavam às fazendas Gavião, Aldeia e Cafés. Destacam-se também as atividades ligadas ao cultivo da cana de açúcar e os utensílios para beneficiar o produto. Pode-se notar que a fazenda tinha meios de prover a subsistência para os seus moradores; pomar, horta, moinho de fubá e cevadeira de mandioca demonstram essa capacidade. Também há que se ressaltar a preocupação com a saúde da mão de obra, representada pela existência de um hospital e de uma farmácia. Bens que importavam a portentosa quantia de 360:000\$000. A fazenda Areias possuía 309 escravos avaliados em 277:150\$000.

Os animais da fazenda Areias também não eram poucos. Existiam ali 114 bestas, 15 cavalos, 218 bois, 111 carneiros e 835 porcos, perfazendo um total de 1.293 animais. Tais animais foram avaliados em 31:129\$000. Tinham a função de transporte e de abastecimento das fazendas. Muitos deles serviam para o abate e a posterior alimentação dos escravos, como é o caso dos porcos, dos carneiros e de parte do gado. O total dos bens da fazenda Areias chegava à significativa quantia de 678:793\$000 (£73.781,85).

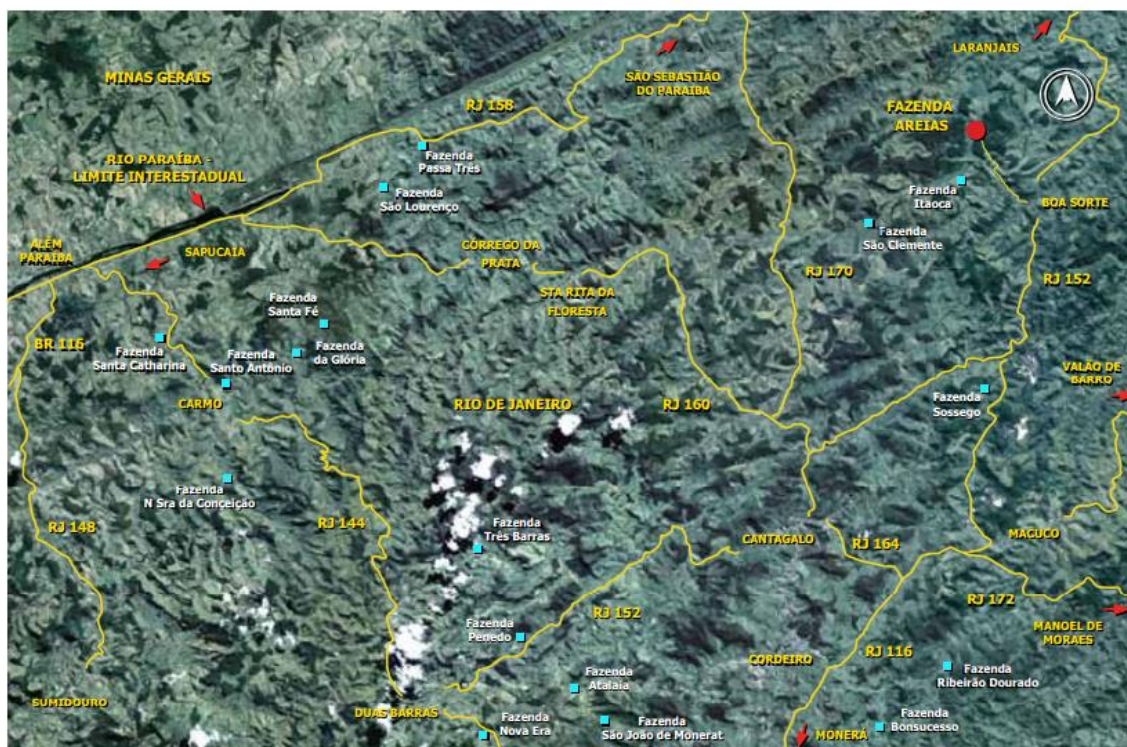
---

<sup>293</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. p.14.

<sup>294</sup> A respeito das máquinas no beneficiamento do café cf. RIBEIRO, L. C. **Ofício criador**: Invento e Patente de máquina de beneficiar café no Brasil (1870-1910). Dissertação (Mestrado em História): São Paulo: USP/FFLCH, 1995.

<sup>295</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. pp. 14V, 15, 15V e 16.

**Imagem 3.9: Localização da Fazenda Areias, Cantagalo**



Fonte: [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/12\\_faz\\_areias.pdf](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/12_faz_areias.pdf)

A **fazenda Boa Vista** possuía casa de vivenda, duas senzalas grandes com varanda e telhados de tijolo e quartos nas extremidades para despensa, cozinha e feitores. Entre os equipamentos técnicos relativos ao beneficiamento de café, constavam dois ventiladores, um excêntrico para descascar, um brunidor, um separador, um despolpador, tanques de lavar o fruto, casa de pedra e cal para armazenar a rubiácea, paiol, casa velha com três estufas, terreiros de pedra para a secagem e 530 mil pés de café. Em relação ao cultivo de cana, a fazenda estava equipada com engenho com ripe, pilões, moendas, tachos, alambique pequeno, engenho de cana e de serrar cobertos e um canavial de dois alqueires. Constava ainda um moinho para fubá. Todas essas estruturas e equipamentos estavam avaliados em 143:000\$000, espalhados em uma superfície de 400 alqueires de terras (19,36 km<sup>2</sup>), divididos em matas, capoeiras e áreas cultivadas. Entre os animais da fazenda, estavam bestas, bois, carneiros e porcos, somando 662 animais com o valor de 14:915\$000. Os escravos da Boa Vista eram em número de 151, com valor de 139:300\$000. Tais valores compunham um total de 297:747\$000 (£32.363,80).<sup>296</sup> Na Boa Vista, não constava a casa do hospital e a botica (farmácia).

<sup>296</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. pp. 24V – 30.

A próxima fazenda a ser analisada é a **Boa Sorte**. Sua área era de 550 alqueires de terras (26,62 km<sup>2</sup>), dividida em partes cultivadas, matas e capoeiras. Possuía uma casa de vivenda, uma moradia para o administrador, uma senzala grande de pedra e cal, onde, em uma das extremidades, localizava-se a cozinha dos escravos. Entre os elementos relativos à produção de café, estava um armazém de pedra e cal para a estocagem, 3 estufas, ventilador, brunidor, despulpador, tanques para lavar a rubiácea, além de terreiros de pedra para secar o produto e caixas para a estocagem. Contava com 400 mil pés de café.

Na Boa Sorte, constava ainda um paiol para milho, casa de engenho com ripe e com moinho para fubá, um moinho de cana, alambiques e dois tonéis, responsáveis pelo beneficiamento de 4 alqueires de cana. Chama à atenção, assim como em outras fazendas do Barão, a presença da casa do hospital. Entretanto, há uma diferença: uma casa para os empregados da fazenda. Estes bens foram avaliados em 123:000\$000. A mobília da Boa Sorte, composta ainda pelos instrumentos de trabalho, foi avaliada em 1:859\$000.

Entre os animais listados na fazenda, estavam 56 bestas, avaliadas em 4:760\$000, 86 bois no valor de 3:605\$000, 14 carneiros com preço de 28\$000 e 590 porcos correspondendo a 5:700\$000. No total, 746 animais avaliados em 14:093\$000. Parte importante da fazenda Boa Sorte era a sua escravaria, em número de 202 escravos, avaliados em 176:300\$000. O total de bens da fazenda representava 315:252\$000 (£34.266,52).<sup>297</sup>

Seguimos as descrições abordando a **fazenda Jacutinga**, também localizada na Freguesia de Santa Rita, limítrofe à fazenda Areias. Tal fazenda era composta por uma área de 560 alqueires de terra (27,10 km<sup>2</sup>), divididos em cultivos, capoeiras e matas. A casa de vivenda estava em mau estado e a senzala grande tinha quarto para os feitores. A Jacutinga possuía paiol e moradia para os empregados, um engenho com ripe, dois ventiladores, brunidor, separador, moinho, excêntrico capaz de descascar café, despulpador, caixas para guardar café, tanques para lavar o produto, terreiro de pedra destinado à secagem do grão, um armazém destinado a guardar café e outros mantimentos, um engenho de serrar e outro de moer cana, tachos e alambiques em mau estado, um moinho para fubá. Os cafezais somavam 300 mil árvores em várias idades e um canavial de um alqueire e meio. Os bens listados até aqui valiam 137:500\$000.

Os utensílios domésticos e de lavoura desta fazenda equivaliam a 371\$000, a eles somavam-se os animais: 53 bestas com o valor de 4:630\$000; 65 bois, 2:830\$000; 60 carneiros,

---

<sup>297</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. pp. 30 – 37.



120\$000; e, 590 porcos avaliados em 3:000\$000. Desta forma, pertenciam a essa unidade 768 animais cotados em 13:280\$000. O número de escravos arrolados no inventário era de 119 indivíduos no valor de 120:850\$000. Números que totalizavam os bens da fazenda em 272:001\$000 (£ 29.565,33)<sup>298</sup>.

Dando continuidade às descrições, passamos a considerar a **fazenda Itaóca**. Esta unidade fazia limite com Areias, Boa Sorte e Santa Rita. Tal fazenda dispunha de 400 alqueires de terra (19,36 km<sup>2</sup>), casa de vivenda, duas senzalas avarandadas, casa para guardar café e mantimentos e casa de engenho com ripe. Possuía galinheiro, estrebaria, lavanderia e terreiros para secar café. Entre os equipamentos da fazenda, temos ventilador, descascador, brunidor, separador, moinho de fubá, moenda para cana, tachos, alambique, tonel, caixas para guardar café, despoldador e lavador. Os cafezais tinham cerca de 272 mil pés e o canavial ocupava um alqueire e meio. Bens que foram avaliados em 91:700\$000.

Os utensílios domésticos e de lavoura da Itaóca valiam 361\$000. Quanto aos animais, em número de 468, encontravam-se divididos assim: 36 bestas, 79 bois, 43 carneiros e 310 porcos, no valor total de 10:576\$000. Os cativos da fazenda Itaóca eram em número de 90 e foram avaliados em 80:500\$000. Todos os bens da fazenda foram avaliados em 183:137\$000 (£ 19.906,20)<sup>299</sup>.

---

<sup>298</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. pp. 37 – 40V.

<sup>299</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. pp. 40V – 44V.

**Imagem 3.10: Localização da Fazenda Itaóca, Cantagalo**



Fonte: [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/13\\_faz\\_itaoca.pdf](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/13_faz_itaoca.pdf)

Tomemos o caso da **fazenda Laranjeiras**, localizada na Freguesia de Santa Rita, distrito de São Pedro de Cantagalo. É a primeira que não faz limites com nenhuma outra propriedade do Barão de Nova Friburgo. Todavia, sabe-se que, em torno desta unidade, existia uma sociedade com Jacob Van Erven. Compunha-se de 500 alqueires de terras (24,20km<sup>2</sup>), casa de vivenda de pedra e cal e duas senzalas grandes, que, em um canto, guardavam a casa dos feitores, a cozinha dos escravos, uma casa de hospital, um armazém para guardar café e paióis.

A fazenda estava equipada com engenho com ripe, dois ventiladores, um moinho para descascar café e para fubá, separador, brunidor, engenho de socar, moinho de cana, tachos, alambique, três tonéis, despolpador, tanque para lavar café, terreiros de pedra para secar o produto, 290 mil árvores da rubiácea e um canal de três alqueires e meio. Tais estruturas estavam avaliadas em 107:000\$000. Os utensílios domésticos e de lavoura da fazenda Laranjeiras foram avaliados em 420\$000. Os animais, divididos em bestas (43), bois (106), carneiros (25) e porcos (750), valiam, no fechamento do inventário, 14:750\$000. Os escravos eram em número de 122, avaliados na quantia 119:100\$000. Os bens listados nesta fazenda somavam 241:270\$000 (£ 26.225,00).<sup>300</sup>

<sup>300</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. pp. 45 – 49.

Uma das fazendas mais conhecidas do Barão de Nova Friburgo denominava-se **Gavião**. Situada na Freguesia do Santíssimo Sacramento, as terras da Gavião limitavam-se com outras duas unidades produtivas: Cafés e Aldeia. As estruturas da fazenda espraiavam-se por uma área de 600 alqueires de terra (29,04 km<sup>2</sup>). Neste espaço, existia casa de vivenda, hospital com seus pertences, duas grandes senzalas com cozinha para os escravos, casa de banho e depósito de água. Comparando-se com as demais fazendas, era muito mais imponente na arquitetura.

A unidade estava equipada com engenho com ripe, descascador, ventilador, brunidor e um estabelecimento que guardava o antigo engenho com despoldador, lavador e tanques para lavar o café e dois grandes armazéns de pedra e cal para guardar o produto. Possuía engenho de serrar madeira, moinho, terreiros de pedra para a secagem do café e o palacete, àquela hora em construção. Os cafezais contavam com 560 mil pés de café. Tudo isso avaliado em 154:000\$000. A mobília e os instrumentos domésticos e de lavoura estavam avaliados em 871\$000. Os 754 animais dividiam-se em 64 bestas, um cavalo, 82 bois e 607 porcos cujo valor era de 15:210\$000. Os escravos, em número de 182, valiam 169:050\$000. A totalidade de bens arrolados na fazenda Gavião valia 339:132\$000 (£ 36.862,17)<sup>301</sup>.

A fazenda **Aldeia** situava-se na Freguesia do Santíssimo Sacramento, vila de São Pedro de Cantagalo, limitando-se com a fazenda Gavião. Aldeia tinha uma área de 600 alqueires (29,04km<sup>2</sup>), divididos em cultivados, matas e capoeiras. Sua casa de vivenda encontrava-se em mau estado. Compunha-se de uma casa para empregados, uma senzala grande com cozinha e despensa, uma casa de hospital, armazém de pedra e cal para guardar café, dois paióis, engenho com ripe, ventilador, descascador, brunidor, separador, despoldador e pilões. Os terreiros de pedra também não se encontravam em bom estado.

Aldeia possuía um campo valado, uma ponte sobre o Rio Negro e 600 mil pés de café, bens estes avaliados em 158:000\$000. Sua mobília e seus instrumentos de roça, em 375\$000. Quanto aos animais, Aldeia estava munida com 57 bestas no valor de 4:000\$000; 104 bois, avaliados em 4:530\$000; 106 carneiros a 212\$000; 610 porcos por 6:600\$000, totalizando a quantia de 15:042\$000. Os escravos pertencentes à referida fazenda eram em número de 151, com valor de 136:250\$000. O valor total da fazenda aldeia era de 309:667\$000 (£ 33.659,46).<sup>302</sup>

A fazenda **Cafés** localizava-se também na Freguesia de Santíssimo Sacramento, limitando-se com a fazenda Gavião. Era composta por um patrimônio no valor de 84:000\$000,

---

<sup>301</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. pp. 49 – 55V.

<sup>302</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. p. 55V – 61.

quantia dividida em bens prediais e equipamentos. Sua área era de 360 alqueires (17,42 km<sup>2</sup>), com 420 mil pés de café e um canavial de quatro alqueires e meio. O acervo predial era formado de casa de vivenda, senzala nova em construção, correr de casas em mau estado, hospital e cômodos para empregados, casas com duas estufas também em mau estado, casa de engenho com armazéns para guardar café, um correr de casas baixas para recolhê-lo e quartos para mantimentos.

Entre os equipamentos arrolados nesta propriedade, constavam ventilador, descascador, brunidor, separador, despulpador e engenho com ripe em mau estado. Possuía ainda tanques para lavar café, paiol para milho, moinho, casa com moendas para cana, alambiques, tachos, dois tonéis, terreiros de pedra para secar café e um campo valado, avaliados em 84:000\$000. A mobília fora avaliada em 372\$000. Os animais foram aquilatados em 13:145\$000 e dividiam-se em 47 bestas, 75 bois, 65 carneiros e 600 porcos. Os escravos que compunham a fazenda eram em número de 122, avaliados em 106:900\$000. A fazenda Cafés, com todas as suas estruturas, animais e escravos, valia 204:417\$000 (£ 22.219,24).<sup>303</sup>

A fazenda **Aguaquente** é a próxima unidade produtiva a ser analisada. Assentava-se na Freguesia de Santa Rita e, assim como Laranjeiras, não fazia limite com outra fazenda do Barão de Nova Friburgo. Sua área compunha-se de 600 alqueires de terras (29,04 km<sup>2</sup>) “compreendida a situação ‘Cotozi’”<sup>304</sup>. Em tal unidade, existiam casa de vivenda, duas senzalas, um armazém grande e casa de hospital, todos eles de pedra e cal. Junto a esses bens, a propriedade possuía também casa de engenho com moinho, brunidor, ventilador despulpador e ripe; moradia para os empregados; casa de tenda com seus pertences; terreiros de pedra para secar café; pasto; e, 414 mil pés de café. A situação “Cotozi” possuía casa de vivenda, senzala, paiol, casa com ripe, ventilador, moinho e 120 mil pés de café, totalizando 534 mil pés. Tais estruturas foram avaliadas em 164:000\$000. Sua mobília e instrumentos de lavoura foram avaliados em 1:390\$000. Os animais presentes eram no total de 612 e valiam 12:290\$000. Esta animália compunha-se de 49 bestas, 44 bois, 40 carneiros e 479 porcos. Na Aguaquente, existiam 134 escravos, valorados em 124:300\$000. A totalidade dos bens ali contidos perfazia 301:980\$000 (£ 32.823,91).<sup>305</sup>

---

<sup>303</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. pp. 61 – 65V.

<sup>304</sup> A situação “Cotozi” estava ligada à fazenda Aguaquente e entrou na avaliação dos bens do Barão de Nova Friburgo.

<sup>305</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. pp. 65V – 70V.

A fazenda **Macapá** localizava-se na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Ponte Nova, município de São Fidélis. Macapá era formada por uma área de terras de 800 alqueires (38,72 km<sup>2</sup>), casa de vivenda com ripe, casa grande com cômodos para guardar milho e outros mantimentos, armazém novo para guardar café, correr de senzalas em mau estado, engenho de serrar na mesma condição e um terreiro de pedra. Tal unidade estava equipada com ventilador, descascador, brunidor, despulpador e um moinho e os cafezais contavam 340 mil pés de café. Tudo avaliado em 144:000\$000 (£ 15.652,17).

A mobília existente na Macapá, inclusos os utensílios domésticos e de lavoura, foi avaliada em 361\$000. Os animais alocados na fazenda compunham-se de 34 bestas, 29 bois, nove carneiros e 580 porcos, avaliados em 9:828\$000. O número de escravos da fazenda Macapá era de 64 indivíduos no valor de 68:400\$000. Esta unidade estava avaliada em um total de 222:589\$000 (£ 24.194,46).<sup>306</sup>

Até este momento, descreveu-se os bens rurais vinculados à produção cafeeira, localizados, principalmente, em Cantagalo, à exceção da fazenda Macapá, localizada no município de São Fidélis. De fato, tais propriedades estavam muito bem equipadas para o beneficiamento do café e, na maioria dos casos, também para o de açúcar. Possuíam escravaria considerável e um vultoso número de pés de café e cativos. A partir das descrições realizadas, tornou-se possível perceber uma organização produtiva em dois complexos de terras limítrofes, a saber: o primeiro, reunindo as fazendas Santa Rita, Areias, Boa Vista, Boa Sorte, Jacotinga e Itaóca; o segundo, composto pelas fazendas Gavião, Aldeia e Cafés. Encontravam-se ainda as fazendas Laranjeiras e Aguaquente, que, apesar de se localizarem no município de Cantagalo, não estavam ligadas às fazendas dos complexos listados, assim como a fazenda Macapá, em São Fidélis. Consta ainda, neste último município, uma “sorte de terras denominada Poço das Antas”, avaliada em 10:000\$000 (£ 1.086,96).

Em Nova Friburgo, o Barão possuía três propriedades, a saber, as fazendas de São Lourenço e do Cônego e a Chácara do *Chalet*. As duas primeiras fazendas caracterizavam-se por ser de criar. A São Lourenço possuía 867 animais avaliados em 19:244\$000. A área de terras da fazenda São Lourenço era de 2000 alqueires (96,80 km<sup>2</sup>), somada à sesmaria São Felipe.

A fazenda **São Lourenço** possuía uma casa de vivenda, senzala, dois engenhos de serrar, moinho, ceva, estrebaria e dois ranchos. As estruturas descritas foram avaliadas em 14:500\$000, além de 90\$000 em utensílios domésticos. Na São Lourenço, existiam 41

---

<sup>306</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. pp. 72 – 74V.

escravos, perfazendo 43:850\$000. O valor total da fazenda São Lourenço era de 77:684\$000 (£8.443,91).<sup>307</sup>

A fazenda do **Cônego** estava situada entre a São Lourenço e a Chácara do *Chalet* e compunha-se de 1.200 alqueires de terras (58,08 km<sup>2</sup>). Composta por casa de morada, duas senzalas com hospital, casa para empregados, cozinha para escravos, galinheiro, pombal, estrebaria, ceva, viveiro para pássaros, telheiro grande com cinco quartos, forno redondo e quadrado, estufa e olaria. Continha também casa com engenhos movidos por água para serrar vertical e circularmente, máquinas para aplainar, para tijolos, para tubos, para purificar e para amassar barro - além de máquina para imprimir ladrilhos e para amolar serras, um torno para ferro e madeira, suporte de ferro, dois engenhos, telheiro para forja com ferramentas e máquina de furar ferro. A fazenda Cônego possuía pastos e uma estrada de ferro que unia os engenhos até a vila de Nova Friburgo. Bens que foram avaliados em 58:350\$000, somados a 1:136\$000 correspondentes à mobília e aos utensílios rurais. Os escravos arrolados nela eram em número de 134, avaliados em 108:900\$000. Ainda nesta fazenda, foram registrados 270 animais, com valor de 10:338\$000. Seu somatório de bens era de 178:724\$000 (£19,426,52).<sup>308</sup>

### **Imagem 3.11: Fazenda São Lourenço, Nova Friburgo**



Fonte: Pró-memória Nova Friburgo - Elviro Ernesto Martignoni, Fazenda São Lourenço.

<sup>307</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. p. 76 – 77V.

<sup>308</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. p. 78 – 83V.

A Chácara do *Chalet* possuía uma área de 80 alqueires de terra (3,88 km<sup>2</sup>) e era composta por casa nobre de vivenda com arquitetura de *chalet*, parque, pomar, lagos, repuxos, jardins, casa para morada do administrador, casa do hospital, senzalas, paiol, estrebaria, uma casa para empregados, uma casa pequena na entrada da chácara, dois telheiros para gado, moinhos, campos valados e pasto, num total avaliado em 136:000\$000. As mobílias, as alfaias e as louças valiam 27 contos e os utensílios domésticos somados a um bonde e a uma liteira, 940\$000. Na fazenda, existiam 217 animais no valor de 6:058\$000 e os escravos, em número de quinze, valiam a quantia de 9:300\$000. A quantia auferida com bens, gados e escravos da Chácara do *Chalet* é de 179:298\$000 (£19.488,91)<sup>309</sup>.

**Imagem 3.12: Fazenda do Cônego, Nova Friburgo. 1875**



Fonte: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/bras/131>

<sup>309</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. p. 83V – 84V.

**Imagem 3.13: A Chácara do *Chalet*, Nova Friburgo. (atual)**



*Chácara do Challet - Detalhe do Challet e das pontes de ferro.*  
Fotos de Julho de 2008

Fonte: [http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/jardins\\_glaziou\\_files/challet\\_atual.jpg](http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/jardins_glaziou_files/challet_atual.jpg)

Todos os dados arrolados até aqui podem ser mais bem visualizados quando analisados em conjunto. Por isso, apresentamos o quadro seguinte, no qual cada uma das categorias, terras, escravos, animais, mobília e a locomotiva da fazenda Areias aparecem elencadas em conjunto. O Quadro 3.3 fornece os totais por fazenda assim como os valores totais dos conjuntos analisados. Através deste expediente, chegamos ao montante de 4.371:228\$000 (£ 475.133,48).



**Quadro 3.3: Fazendas e Chácaras do Barão de Nova Friburgo, Cantagalo e Nova Friburgo. 1873 (Valor em Rs e £)**

Fazenda	Terras	%	Escravos	%	Animais	%	Mobília	%	Locomotiva	Total (Rs)	%	Total (£)
Santa Rita	240.000.000	11%	296.550.000	15%	21.972.000	10%	1.015.000	2%	0	559.537.000	13%	60.819,24
Areias	360.000.000	17%	277.150.000	14%	31.129.000	14%	5.514.000	13%	5.000.000	678.793.000	16%	73.781,85
Boa Vista	143.000.000	7%	139.300.000	7%	14.915.000	7%	532.000	1%	0	297.747.000	7%	32.363,80
Boa Sorte	123.000.000	6%	176.300.000	9%	14.093.000	6%	1.859.000	4%	0	315.252.000	7%	34.266,52
Jacotinga	137.500.000	6%	120.850.000	6%	13.280.000	6%	371.000	1%	0	272.001.000	6%	29.565,33
Itaóca	91.700.000	4%	80.500.000	4%	10.576.000	5%	361.000	1%	0	183.137.000	4%	19.906,20
Laranjeiras	107.000.000	5%	119.100.000	6%	14.750.000	7%	420.000	1%	0	241.270.000	6%	26.225,00
Gavião	154.000.000	7%	169.050.000	9%	15.210.000	7%	872.000	2%	0	339.132.000	8%	36.862,17
Aldeia	158.000.000	7%	136.250.000	7%	15.042.000	7%	375.000	1%	0	309.667.000	7%	33.659,46
Cafés	84.000.000	4%	106.900.000	5%	13.145.000	6%	372.000	1%	0	204.417.000	5%	22.219,24
Aguaquente	164.000.000	8%	124.300.000	6%	12.290.000	6%	1.390.000	3%	0	301.980.000	7%	32.823,91
Macapá	144.000.000	7%	68.400.000	3%	9.828.000	4%	361.000	1%	0	222.589.000	5%	24.194,46
Poço da Anta	10.000.000	0,5%	0		0		0		0	10.000.000	0,2%	1.086,96
S. Lourenço	14.500.000	1%	43.850.000	2%	19.244.000	9%	90.000	0%	0	77.684.000	2%	8.443,91
Cônego	58.350.000	3%	108.900.000	6%	10.338.000	5%	1.136.000	3%	0	178.724.000	4%	19.426,52
Chácara do <i>Chalet</i>	136.000.000	6%	9.300.000	0,5%	6.058.000	3%	27.940.000	66%	0	179.298.000	4%	19.488,91
Total das fazendas	2.125.050.000	100%	1.976.700.000	100%	221.870.000	100%	42.608.000	100%	5.000.000	4.371.228.000	100%	475.133,48

Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional.

Após realizarmos essa longa descrição das propriedades rurais, é preciso tecer determinados comentários. Primeiro, essas fazendas correspondiam a um significativo grau de modernização de seus instrumentos de trabalho. As máquinas e aparatos necessários ao beneficiamento do café acompanhavam os principais avanços técnicos vindos principalmente dos EUA<sup>310</sup>, tais implementos eram abundantes nas fazendas do Barão de Nova Friburgo. Eram brunidores, estufas, ventiladores, despolpadores, tanques para lavar e terreiros de pedra para secar o ouro verde – fonte da maior parte dos bens acumulados pelo Barão ao longo de sua trajetória.

Em segundo lugar, a partir da década de 1850, essas fazendas passaram a incorporar novas formas de morar e de conviver oriundas da modernidade europeia. Com isso, muitas casas de morada foram reformadas e adaptadas, transformando-se em casas de vivenda, possuidoras de mais luxo e requinte. Quando a reforma ou a adaptação não eram suficientes, outros prédios eram construídos, como no caso da fazenda Gavião.

Os dois casos apontam para esse novo padrão de produtividade e de diferenciação social expresso pela classe senhorial oitocentista, que está marcado por sua forma de produzir, utilizando maquinismos; e por sua forma de morar, substituindo suas casas de morada por portentosas casas de vivenda. Tal movimento foi datado pela historiografia como originário em meados do século XIX e, no caso em discussão, estava calcado no trabalho dos cativos nos cafezais e nos avanços da modernidade aristocrática.<sup>311</sup>

Ademais, o valor (4.371:228\$000; £ 475.133,48) representava 63,27% do monte-mor total do Barão de Nova Friburgo. Com isso, constatamos que a maior parte da riqueza do Barão estava alocada no agro cantagalense e, em menor medida, em São Fidélis, caracterizada predominantemente para o cultivo de café. Contava ainda com as fazendas localizadas em Nova Friburgo, voltadas à criação de animais e à produção de alimentos para o abastecimento das demais fazendas. Por certo, o investimento no agro não gerou imobilismo de capitais; ao contrário, proporcionou uma dinamização da produção, baseada na mão de obra escrava, nos maquinismos da época e no transporte via estrada de ferro, responsáveis pelo avanço na produtividade e garantindo o enriquecimento vertiginoso do Barão.

---

<sup>310</sup>“A indústria dos Estados Unidos auxiliava a lavoura brasileira, oferecendo-lhe algumas máquinas para o preparo do café, como as instaladas pelo Barão das Três Barras, na Paraíba do Sul, o Barão de Nova Friburgo, em Cantagalo, e outros fazendeiros ricos e progressistas. Delas iam obtendo, todos, grandes vantagens”. TAUNAY, A. D. E. **História do café no Brasil**. Tomo: II. ed. Rio de Janeiro: DNC, v. 4, 1939, p.56.

<sup>311</sup> A respeito desta mudança cf. MARQUESE, R. D. B. Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das plantations escravistas americanas no século XIX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 14, pp. 11-57, n° 1, junho 2006. Available from :<<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S010147142006000100002&lng=en&nrm=iso>>. Access on : 13 Dec. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142006000100002>.

Torna-se necessário, então, destacar a importância da fatia agrária que compunha a riqueza do Barão de Nova Friburgo. Isto porque poucos senhores conseguiram alcançar tamanha fortuna. Desta forma, se estabelecermos uma comparação com outros grandes senhores da Bacia do Paraíba, perceberemos que o Barão aqui estudado tinha haveres muito superiores, mesmo que a comparação fosse estabelecida apenas com os elementos agrários do Nova Friburgo. Como exemplo, podemos citar a baronesa de Vargem Alegre, falecida no mesmo ano de 1869, com o inventário avaliado em 2.884:986\$444 (£ 226,096,11)<sup>312</sup>. Passamos agora a descrever e a analisar os demais aspectos que compunham a fortuna do Barão de Nova Friburgo.

### **3.4. Um retrato do outro lado da riqueza: imóveis, ações, joias e a Casa Comissária Friburgo & Filhos, o Barão entre a Corte e Nova Friburgo**

A riqueza do Barão de Nova Friburgo, uma das maiores do Império do Brasil, fez com que perguntássemos: Quem foi o Barão? Um fazendeiro? Um fazendeiro-negociante? Um negociante de grosso trato? Um fazendeiro-capitalista? Este último, segundo João Fragoso e Ana Rios<sup>313</sup>, consiste num senhor de terras e escravos que, de acordo com o perfil de suas aplicações, não vivia exclusivamente de sua produção agrícola, vivendo através do comércio e do “comércio de juros”, ou seja, capitalista como se dizia na época. Na visão de Fragoso e Rios, os fazendeiros-capitalistas ampliaram suas terras e escravos através das seguintes estratégias: empréstimos a juros altos e falência alheia.

Há um problema em utilizar o conceito de fazendeiro-capitalista para o Barão de Nova Friburgo: quando Fragoso trata da diversificação do Comendador Vallim, seu estudo de caso, proprietário da Fazenda Resgate (Bananal/São Paulo), os seus bens (ativos) estavam concentrados em apólices, em aplicação em imóveis e no comércio e apenas 30% dos bens estavam ligados ao agro. Todavia, quando analisamos o inventário do Barão de Nova Friburgo, constatamos que 60% das aplicações localizavam-se em bens agrários, principalmente em terras e escravos.

Outro fator a ser questionado relaciona-se à importância dos investimentos em apólices e em imóveis urbanos pertencentes à diversificação da riqueza do Barão de Nova Friburgo,

<sup>312</sup> Apud. ALEGRIO, L. V. **Os Clemente Pinto**: importantes cafeicultores do sertão do leste fluminense. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 76. Em virtude da Guerra do Paraguai, a libra se valorizou frente ao mil-réis, e £ 1,00 equivalia a 12\$760

<sup>313</sup> FRAGOSO, J. L. R.; RIOS, A. M. L. Comendador Aguiar Vallim: Um Empresário Brasileiro do Oitocentos. In: CASTRO, H. M. M. D.; SCNOOR, E. (Org.). **Resgate**: uma janela para o oitocentos. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. pp. 197-223.

como destacaram Fragoso e Rios. Entretanto, Antônio Clemente Pinto não passou a investir no comércio após a formação de sua riqueza rural; ao contrário, como vimos na análise de sua trajetória, o Barão é oriundo do comércio e enriqueceu através do grosso trato, principalmente com escravos. Portanto, o comércio é o elemento basilar da formação de sua fortuna. Por isso, invertamos o conceito de Fragoso para capitalista-fazendeiro.

Existe, ainda, uma questão importante levantada por Fragoso e Rios. Ambos indicam que tanto Vallim e o Barão de Itapetininga, quanto o Nova Friburgo pararam de adquirir terras e escravos e investir nas fazendas, passando a investir em opções não agrícolas, com caráter rentista e lucratividade menor<sup>314</sup>. Com essa ideia, os autores concluem que o ponto comum entre os três personagens estava ligado ao abandono da escravidão<sup>315</sup>. Não podemos argumentar a respeito de Vallim e Itapetininga, mas o caso do Barão de Nova Friburgo é bem diferente, pois, quando de sua morte, os escravos em suas fazendas eram em número de 2.180 e perfaziam 29% de todas as suas aplicações - além da presença do personagem como comprador no mercado interno de escravos. Diante disso, não podemos afirmar que o nosso personagem estava, exatamente, abandonando a escravidão.

Além disso, é fundamental argumentar que investir em café e escravidão não denotava irracionalidade ou uma atitude arcaica diante dos negócios. Assim, mais de 60% dos ativos do Barão estavam localizados nas lavouras de café e na escravidão<sup>316</sup>. Por outro lado, os bens imobiliários somavam 18% da fortuna e a Casa Comissária Friburgo & Filhos, 16%, totalizando 34% dos ativos. Entretanto, deve-se ter em conta que a Casa Friburgo & Filhos operava com comissões e ainda na venda do café produzido nas terras do Barão de Nova Friburgo. Além disso, desejamos enfatizar que as apólices e as ações do Barão compunham apenas 1% de sua fortuna.

Diante disso, argumentamos que o Nova Friburgo não estava se afastando do sistema agrário e da escravidão. Como veremos no próximo capítulo e mais adiante, às “vésperas” de seu falecimento, esse senhor continuava comprando terras e escravos. Além disso, Slenes e Mello apontaram que a taxa de retorno do investimento em escravos no triênio imediatamente após a morte do Barão era de 13% entre 1870-1872<sup>317</sup>. Tal taxa não é nada desprezível e aponta para o fato de que o investimento em escravos seria tão rentável quanto em outras aplicações.

---

<sup>314</sup> FRAGOSO, J. L. R.; RIOS, A. M. L. *Op. Cit.*, p. 201.

<sup>315</sup> *Idem*, p. 202.

<sup>316</sup> Os mais de cinco milhões de pés de café não foram avaliados ou, se foram, já estavam arrolados no valor das fazendas. Entretanto, eles foram contados e somavam 5.786.000. Ressaltamos que não foram classificados segundo suas idades.

<sup>317</sup> MELLO, P. C. D.; SLENES, R. “Análise Econômica da Escravidão no Brasil”. In: NEUHAUS, P. (Org.). **Economia Brasileira: Uma Visão Histórica**. Rio de Janeiro: Campus, 1980, pp. 101-102. Apud. PESSOA, T. C.

Se compararmos o Nova Friburgo com outros grandes senhores do vale, como os Breves, é possível perceber similaridades. Enquanto os investimentos dos Breves em ações e em apólices representavam 11,91% do valor das escravarias, os imóveis na Corte representavam apenas 6% do valor das escravarias<sup>318</sup>. No caso do Barão de Nova Friburgo, o valor das apólices equivalia a 1,11% do monte-mor e 3,85% das escravarias. No entanto, quando tratamos dos bens imobiliários, a relação muda de figura, isto porque o Nova Friburgo possuía 17,66% de seu inventário investido em bens imobiliários que representavam, em relação às escravarias, 25,71% de seu valor.

Gostaríamos de ressaltar que esta característica da composição da riqueza do Barão de Nova Friburgo – investimento em imóveis urbanos – não justifica o argumento de que o mesmo estava se afastando da escravidão. Primeiro, torna-se necessário argumentar que a compra desses imóveis se deu ao longo de todo o século XIX e não apenas em meados da década de 70 do século XIX. Depois, gostaríamos de enquadrar essas aquisições em um padrão de “estratégias de enriquecimento poliforme”<sup>319</sup>. Em outras palavras, o Barão de Nova Friburgo permaneceu investindo em suas fazendas baseadas na mão de obra escrava, mas usou não apenas esse padrão de enriquecimento e assumiu várias outras formas para aumentar sua fortuna; a aquisição de imóveis urbanos era uma dessas.

Portanto, com esse número de escravos (2.180), podemos argumentar rigorosamente o oposto, porque o fechamento deste inventário (1873) foi realizado em um momento em que a escravidão ainda se encontrava viva e passou a se concentrar nas áreas de maior dinamismo econômico, sobretudo na bacia do Rio Paraíba via tráfico interprovincial<sup>320</sup>. A situação social das fazendas do Barão se ancorava em dois aspectos: os cafezais estavam estabelecidos e a mão de obra armazenada. A reposição dessa mão de obra passava a obedecer à lógica do tráfico

---

**A indiscrição como ofício:** o complexo cafeeiro revisitado (Rio de Janeiro, c.1830 - c.1888). Tese (Doutorado em História): Niterói: PPGH/UFF, 2015, pp. 173-174.

<sup>318</sup> PESSOA, T. C. **A indiscrição como ofício:** o complexo cafeeiro revisitado (Rio de Janeiro, c.1830 - c.1888). Tese (Doutorado em História): Niterói: PPGH/UFF, 2015, p. 174.

<sup>319</sup> LEQUIN, Y. As hierarquias da riqueza e do poder. In: \_\_\_\_\_ **História Económica e Social do Mundo**. Lisboa: [s.n.], v. IV, 1982. p. 301. Apud: PEDREIRA, J. Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais. **Análise Social**, p. 407-440, vol. XXVII, 1992, p. 411.

<sup>320</sup> MARTINS, I. L. **Os Problemas de mão de obra da Grande Lavouira Fluminense:** o Tráfico Intraprovincial (1850-1878). Niterói: UFF-FCRB, 1973. GRAHAM, R. Nos tumbeiros outra vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 27, jan.-jun., pp. 121-160. 2002. SLENES, R. W. The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economies, Slave Experience and the Politics of a Peculiar Market. In: JOHNSON, Walter (ed.). **The Chattel Principle:** Internal Slave Trades in the Americas. New Haven: Yale University Press, 2004. pp. 325-370.

interno, já em funcionamento. Além disso, em 1861, o Barão ainda comprava escravos, como no caso de Paulino Crioulo.<sup>321</sup>

Após essas considerações a respeito da formulação “fazendeiro-capitalista” e da inversão do conceito para a compreensão da realidade do Barão de Nova Friburgo, resta-nos estabelecer sobre quais parâmetros utilizaremos tal noção. Por certo, torna-se necessário destacar o primeiro termo (capitalista), não em detrimento do segundo, mas como o elemento precípua da composição da riqueza do Barão<sup>322</sup>. O segundo termo (fazendeiro) centra-se nas atividades agrárias do Barão, qualificando-as como o mais importante ramo de suas atividades econômicas, as fazendas movidas por braços escravos. Portanto, se na sessão anterior tratamos do fazendeiro, nesta trataremos do capitalista.

Para tratar dos bens imobiliários do Barão de Nova Friburgo precisamos ressaltar que esses estavam localizados na vila de Nova Friburgo e na Corte. Obviamente as fazendas de Cantagalo possuíam casas de vivenda a altura de seu dono e talvez por isso o Barão não tenha investido em imóveis urbanos naquela localidade. De qualquer maneira, Cantagalo era o município no qual se encontravam as bases de sua fortuna. Na tentativa de avaliar as propriedades urbanas, passamos a uma descrição analítica dessas propriedades.

Doze dos imóveis urbanos localizavam-se em Nova Friburgo, um conjunto de 10 casas e dois terrenos com valor de 152:000\$000 (£16.521,74)<sup>323</sup>. No Rio de Janeiro, eram dezesseis imóveis, a saber, um palacete e quinze prédios, avaliados em 1.068:000\$000 (£ 116.086,96)<sup>324</sup>. O montante aqui avaliado subia a 1.220:000\$000 (£132.608,70) e representa quase 1/6 do valor total do inventário do Barão. O investimento em bens urbanos pode significar uma pluralização da riqueza, voltada para a obtenção de renda. No entanto, em alguns casos, o valor investido está ligado à suntuosidade de alguns desses imóveis e se caracteriza como um consumo conspícuo<sup>325</sup>, como o Palacete do Valdetaro (atual Palácio do Catete) e o prédio defronte à praça Princesa Isabel em Nova Friburgo. Iniciamos às descrições dessas propriedades a partir das localizadas no Rio de Janeiro.

---

<sup>321</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício – Livro de Compra e venda de escravos I, p. 1. As compras de escravos oriundos do tráfico interno serão tratadas no capítulo V desta tese.

<sup>322</sup> Utilizamos o termo capitalista conforme as definições da época, tratando-se, portanto, de um termo ligado à modernidade do padrão de investimentos do Barão, homem de vastos cabedais, que os utilizava para multiplicar sua riqueza.

<sup>323</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. pp. 85-87.

<sup>324</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. pp. 88-89V.

<sup>325</sup> Cf. VEBLER, T. **A teoria da classe ociosa**: (um estudo econômico das instituições). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

O **Palacete do Valdetaro** ocupava os números 159 a 163, com três pavimentos. O primeiro foi todo construído com pedra de cantaria com seis janelas e uma porta central na frente, o segundo e o terceiro pavimentos foram feitos todos em mármore com sete portas de sacada. Existia ali uma casa de sobrado junto ao palacete, cocheira e uma chácara toda murada. Foi avaliada, no momento do inventário, em 600:000\$000 (£65,217.40). Neste palacete, existiam mobílias, alfaias, lustres, cristais, louça, 10.380 oitavas de prata e, na cocheira, 4:800\$000 em animais.<sup>326</sup>

Fazia limite com o palacete, no número 165, um prédio com duas portas pequenas de portais de cantaria e duas janelas de portais de madeira no sótão, no valor de 15:000\$000, além de três prédios avaliados em 245:000\$000 na Rua Municipal, cada um com portão e duas portas na loja, três portas de sacada no primeiro andar e outras três no segundo, todas elas de cantaria e de um prédio de sobrado na Rua dos Beneditinos, que possuía duas portas e um portão na loja e três janelas de sacada no sobrado, todas de portais de cantaria e seu respectivo terreno, com valor de 20:000\$000<sup>327</sup>.

Consta um prédio de três andares na Rua das Violas, nº6, avaliado em 40:000\$000. O imóvel possuía loja com três portas e o mesmo número de janelas de sacada em cada um dos três andares, todas de cantaria. Na mesma rua, o Barão era proprietário da quarta parte de um prédio de sobrado, com quatro portas na loja e quatro janelas de sacada de ferro todas de portas de madeira somados a um terreno contíguo, no valor de 4:000\$000. Na mesma rua, no número 108, era dono de um prédio térreo com sótão, o qual possuía duas portas na loja e duas janelas no sótão, portais de madeira e terreno, avaliado em 8:000\$000<sup>328</sup>.

Na Praça da Constituição, consta um prédio de sobrado com três portas de loja e três janelas de peitoril no sobrado, no valor de 16:000\$000. Na Rua dos Coqueiros, o Nova Friburgo tinha cinco prédios e seus terrenos, com valor de 40:000\$000 e, na Rua Primeiro de Março, um prédio de dois andares, com três portas na loja, três na sacada de cada um dos andares e terreno lateral, tudo avaliado em 80:000\$000 (£ 8.695,65).<sup>329</sup>

<sup>326</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. pp. 88-88V.

<sup>327</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. p. 88V.

<sup>328</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. p. 89.

<sup>329</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. pp. 89-89V.

**Quadro 3.4: Imóveis urbanos do Barão de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, 1873**

Casas	Local - Cidade do Rio de Janeiro	Valor Nominal (RS)	Valor Real (£)
1	Palacete na rua do Catete	600.000.000	65.217,39
1	Prédio da rua do Catete	15.000.000	1.630,43
3	Prédios na rua Municipal	245.000.000	26.630,43
1	Prédio na rua dos Beneditinos	20.000.000	2.173,91
1	Prédio na rua dos Violas	40.000.000	4.347,83
1	Prédio na rua dos Violas. A quarta parte	4.000.000	434,78
1	Prédio na rua dos Violas	8.000.000	869,57
1	Prédio na praça da Constituição	16.000.000	1.739,13
5	Prédios na rua dos Coqueiros	40.000.000	4.347,83
1	Prédio na rua Primeiro de Março	80.000.000	8.695,65
Total	Imóveis na Corte	1.068.000.000	116.086,96

Fonte: Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional.

Em Nova Friburgo, o Barão possuía 10 imóveis e dois terrenos na área central da vila. Cinco desses imóveis estavam localizados na Praça Princesa Isabel, nos números 21, 23, 25, 27 e 29. O primeiro e o segundo, casas térreas com porta central e duas janelas de cada lado em cantaria; e, as demais, assobradadas e com trabalhos de cantaria, duas delas com porta central e cinco janelas de cada lado, e a última, também com porta larga e quatro janelas. Todas as cinco casas ficavam de frente para a referida praça. Esses cinco prédios, em sua totalidade, valiam 106:000\$000 de reis (£11,521.74). Tais propriedades estavam abastecidas com 1580 garrafas de vinho de qualidades diversas, guardados na adega da casa nº 23, móveis, alfaias, cristais, louça, roupa de cama, de mesa e de cozinha, com valor de 7:392\$000. Na mesma casa de número 23, constavam 14.727 oitavas de prata em obras no valor de 4:743\$600 e duas carruagens de quatro e seis lugares com arreios para seis animais com o valor de 1:600\$000.<sup>330</sup>

Ainda na praça Princesa Isabel, o Barão possuía mais três propriedades, a saber, números 31, 37, 39 e sete. Todos esses imóveis eram casas térreas. A primeira possuía 4 janelas e uma porta central e estava avaliada em 3:000\$000. A segunda compunha-se de 5 janelas, 2 portas e um portão lateral, no valor de 10:000\$000. O terceiro imóvel tinha 8 janelas e 2 portões laterais, avaliado em 15:000\$000. A última e mais modesta era formada por porta e 2 janelas

<sup>330</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. pp. 85-86.



frontais com valor de 2:000\$000. Somava-se a essas propriedades uma morada térrea na Rua General Argolo, comprada junto a Albino Barbosa e sua mulher por 15:000\$000.<sup>331</sup>

### Quadro 3.5: Imóveis urbanos do Barão em Nova Friburgo, Nova Friburgo, 1873

Casas	Local - Nova Friburgo	Valor Nominal (RS)	Valor Real (£)
5	Praça Princesa Isabel	106.000.000	11.521,74
1	Praça Princesa Isabel	3.000.000	326,09
1	Praça Princesa Isabel	10.000.000	1.086,96
1	Praça Princesa Isabel	15.000.000	1.630,43
1	Praça Princesa Isabel	2.000.000	217,39
1	Rua General Argolo, Nova Friburgo	15.000.000	1.630,43
1	Terreno: rua General Argolo	800.000	86,96
1	Terreno: praça Paissandu	200.000	21,74
<b>Total</b>	<b>Imóveis em Nova Friburgo</b>	<b>152.000.000</b>	<b>16.521,74</b>

Fonte: Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional.

Os 28 imóveis listados faziam parte de uma importante dimensão da riqueza do Barão de Nova Friburgo. O investimento em imóveis urbanos era uma das importantes áreas de diversificação do capitalista-fazendeiro. Essa dimensão do patrimônio se tornava lucrativa à medida que os imóveis eram locados, portanto devemos excluir os palacetes da rua do Catete e de Nova Friburgo, usados para o “consumo” do Barão. De qualquer forma, a totalidade dos bens ligados ao rentismo subia a um valor muito significativo, 514:000\$000 (£55.869,57). Tal valor, bem vultoso para o período, representava 18% da riqueza reunida pelo Barão, quando do seu falecimento.

### 3.5. O objetivo de todo inventário: a partilha de bens

Todas as outras fases do inventário *post-mortem* foram elaboradas para que a partilha dos bens se realizasse. No caso em tela, a partilha foi requerida pelos herdeiros e representava a divisão do monte-mor do Barão e da Baronesa de Nova Friburgo entre seus filhos, Barão de São Clemente e Bernardo Clemente Pinto Sobrinho. Como a esposa do Barão também falecera, não existia cônjuge a receber a metade dos bens e os filhos herdariam o valor total da herança. Assim, após a avaliação dos bens, procedeu-se a partilha amigável do monte paterno e materno.

<sup>331</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. pp. 86-87.

Passamos, nesta sessão, a analisar a partilha amigável de bens do Barão e da Baronesa de Nova Friburgo. A totalidade dos bens do inventário foi avaliada segundo suas categorias. Os bens rurais de raiz somavam 2.130:520\$000; os bens imobiliários para renda somavam 514:000\$000; os palacetes do Valdetaro e de Nova Friburgo somavam 706:000\$000; os bens móveis importavam 171:494\$100; os haveres semoventes valiam 227:622\$000; os escravos estavam avaliados em 1.999:200\$000; as apólices provinciais e as ações do Banco do Brasil e da Companhia de Seguros Argos Fluminense, segundo as avaliações, importavam 77:000\$000; e, em espécie, na Casa Comercial Friburgo & Filhos até 31 de dezembro de 1872, na conta particular do Barão de Nova Friburgo de posse intitulada de seus herdeiros, a quantia de 1.083:535\$470<sup>332</sup>.

### Quadro 3.6: Monte-mor - Barão e da Baronesa de Nova Friburgo, Cantagalo. 1873

Bens	Valor Nominal	Valor Real (£)	%
Bens rurais de raiz	2.130:520\$000	231.578,26	31%
Bens imobiliários	514:000\$000	55.869,57	18%
Bens imobiliários (consumo)	706:000\$000	76.739,13	10%
Bens móveis	171:494\$100	18.640,66	2%
Bens semoventes	227:622\$000	24.741,52	3%
Escravos	1.999:200\$000	217.304,35	29%
Apólices e Ações	77:000\$000	8.369,57	1%
Friburgo & Filhos	1.083:535\$470	117.775,38	16%
Total dos bens	6.909:371\$570	751.018,65	100%

Fonte: Fonte: Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional.

A totalidade dos bens estava avaliada em 6.909:371\$570. Comparando o monte-mor do Barão com o de plantadores escravistas do Sul dos Estados Unidos, percebemos que a fortuna do Barão não ficava atrás das fortunas relacionadas por William Kauffman Scarborough. Dois grandes plantadores citados por Scarborough eram Turner C. Clanton e Colonel Joseph Bond, com fortunas avaliadas em U\$2.500.000 e U\$1.055.000, respectivamente. Os senhores mais ricos, que construíram fortunas aliando agricultura extensiva e interesses comerciais, chegaram a um patamar entre 3 e 5 milhões de dólares. A fortuna do Barão de Nova Friburgo, convertida para dólares com valor para o ano de 1873, alcançava a quantia de 3.525.189 dólares.<sup>333</sup>

<sup>332</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. p, 91.

<sup>333</sup> SCARBOROUGH, W. K. **Masters of the Big Houses. Elite Slaveholders of the Mid-Nine-teenth-Century South.** [S.l.]: Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2006. A respeito da conversão em dólar utilizamos MOURA FILHO, H. P. Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913). **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 11, pp. 9-34, 2009.

Também comparamos a riqueza do Barão de Nova Friburgo com a fortuna da Gentry inglesa de 1870. Convertendo a riqueza do Barão de Nova Friburgo em Libras, chegamos ao valor de £ 751,018,65 – valor acima da média de riqueza dos dez mais ricos analisados por Mark Rothery. Individualmente, Rothery elenca dois indivíduos que, na década de 1870, tinham atingido uma fortuna que não se aproximava da de nosso personagem. Em 1871, o Rev. James Willians, de Tring Park, deixou £ 500,000 e Robert Vyner, falecido em 1872, deixou £ 300,000. O primeiro possuía 67% e o segundo, 40% da fortuna do Barão de Nova Friburgo.<sup>334</sup>

Retornando à herança, seus dois únicos herdeiros foram seus filhos, o Barão de São Clemente e o doutor Bernardo Clemente Pinto Sobrinho. Ambos eram filhos legítimos, únicos e universais, como indica o inventário do Barão de Nova Friburgo<sup>335</sup>. O volume da riqueza inventariada seria, portanto, dividida em duas partes iguais, ficando cada um dos herdeiros com 3.454:685\$785.

Na divisão dos bens, coube ao Barão de São Clemente as fazendas Santa Rita, Areias, Boa Vista, Boa Sorte, Jacutinga e Itaóca e a Chácara do *Chalet* – todas com suas mobílias, animais e escravos. Cinco moradas de casas, números 21, 23, 25, 27, 29, na Praça Princesa Isabel, na vila de Nova Friburgo, somadas às suas mobílias, também passaram às mãos do São Clemente. Este herdeiro ficou ainda com 1580 garrafas de vinho, 14.727 oitavas de prata em obras existentes na casa de número 23, uma carruagem de dois acentos para quatro pessoas e outra para seis pessoas, com arreios para quatro animais<sup>336</sup>.

### Quadro 3.7: Fazendas legadas ao Barão de São Clemente, Cantagalo. 1873

<b>Terras</b>	Alqueires	Valor Nominal (RS)	Valor Real (£)
Santa Rita	750	240:000\$000	26.086,96
Areias	1600	360:000\$000	39.130,43
Boa Vista	400	143:000\$000	15.543,48
Boa Sorte	550	123:000\$000	13.369,57
Jacotinga	560	137:500\$000	14.945,65
Itaóca	400	91:700\$000	9.967,39
Chácara do <i>Chalet</i>	80	136:000\$000	14.782,61
<b>Total</b>	<b>4.340</b>	<b>1.231:200\$000</b>	<b>133.826,09</b>

Fonte: Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional.

<sup>334</sup> ROTHERY, M. The wealth of the English landed gentry, 1870-1935. *The Agricultural History Review*, v. 55, n.º 2, pp. 251-268, 2007.

<sup>335</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. p, 91.

<sup>336</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. pp, 92, 92V, 93, 93V, 94, 94V, 95, 95V.

Passaram ao conjunto dos bens do Barão de São Clemente, os escravos Humbelina, 13 anos; Maria, parda, 23 anos, mucama; Carlos, pardo, 24 anos, cocheiro; Ezequiel, pardo, 21 anos, pajem; Felipe, pardo, 20 anos, pajem; Luís, pardo, 19 anos, serviço de casa; Manoel, 28 anos, cozinheiro; Candido, pardo, 21 anos, cozinheiro; Guilherme, 20 anos, engomador; Victorino, 22 anos, cozinheiro; Joaquim José, 46 anos, de roça; Calixto, 41 anos, de roça; e Cristóvão, 56 anos, cozinheiro; todos residentes na vila de Nova Friburgo.

Ainda como parte do espólio destinado ao Barão de São Clemente, foi possível identificar o Palacete do Valderato (da rua do Catete) e suas mobílias, alfaias, lustres, cristais, louças, roupas de cama e de mesa, trem de cozinha e 10.280 oitavas de prata em obras existentes no palacete, além de uma berlinda, uma caleça e uma meia caleça, com os respectivos arreios, existentes na cocheira do Palacete. Arrolou-se ainda entre os prédios da Corte, o de número 165, na mesma rua e o de dois andares, no número 39 da rua Primeiro de Março.

### Quadro 3.8: Imóveis urbanos legados ao Barão de São Clemente, Cantagalo. 1873

Casas	Local - Nova Friburgo	Valor Nominal (RS)	Valor Real (£)
5	Praça Princesa Isabel	106:000\$000	11.521,74
Casas	Local - Cidade do Rio de Janeiro	Valor Nominal (RS)	Valor Real (£)
1	Palacete na rua do Catete	600:000\$000	65.217,39
1	Prédio da rua do Catete	15:000\$000	1.630,43
1	Prédio na rua Primeiro de Março	80:000\$000	8.695,65
Total		801:000\$000	87.065,22

Fonte: Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional.

O Barão de São Clemente, do mesmo modo, ficou responsável pelas joias de família. Além disso, passaram ao seu poder 100 ações do Banco do Brasil no valor de 24:800\$000 (£ 2.695,65) e 10 ações da Companhia de Seguros Argos Fluminense n°1.490, avaliadas em 2:200\$000 (£ 239,13), além da quantia de 4\$815.

O dr. Bernardo Clemente Pinto Sobrinho recebeu, na partilha, as fazendas Laranjeiras, Gavião, Aldeia, Cafés, Macapá, Aguaquente, localizadas em Cantagalo, e São Lourenço e Cônego, em Nova Friburgo. Além dessas propriedades, constavam também 13 prazos de terras foreiras a casa imperial, na fazenda denominada Córrego d'Antas, localizada na Freguesia de São João Baptista, vila de Nova Friburgo – incluindo mobília, utensílios domésticos e de lavoura, os animais e escravos.

Bernardo ficou com os seguintes escravos existentes na vila de Nova Friburgo: Bento, pardo, 21 anos, pajem; Eliseu, pardo, 17 anos, serviço de casa; Benvindo, pardo, 14 anos, serviço de casa; Januário, 12 anos, serviço de casa; Hypólito, 25 anos, cozinheiro; Ladislau, 18 anos, pajem; e, Joaquim, 24 anos, de roça.

**Quadro 3.9: Fazendas legadas a Bernardo Clemente Pinto, Cantagalo. 1873**

<b>Terras</b>	<b>Alqueires</b>	<b>Valor Nominal (RS)</b>	<b>Valor Real (£)</b>
Laranjeiras	500	107:000\$000	11.630,43
Gavião	600	134:000\$000	14.565,22
Aldeia	600	158:000\$000	17.173,91
Cafés	360	84:000\$000	9.130,43
Aguaquente	600	164:000\$000	17.826,09
Macapá	800	144:000\$000	15.652,17
Poço da Anta	100	10:000\$000	1.086,96
São Lourenço	2000	14:500\$000	1.573,09
Cônego	1200	58:350\$000	6.342,39
<b>Total</b>	<b>6.760</b>	<b>873:850\$000</b>	<b>94.980,69</b>

Fonte: Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional.

As propriedades urbanas devidas a Bernardo localizavam-se na praça Princesa Isabel números 7, 31, 37 e 39, além de uma casa térrea e um terreno na rua General Argolo, todos na vila de Nova Friburgo. Na Corte, as propriedades eram as seguintes: três prédios de dois andares na rua Municipal, números 16, 18 e 20; o prédio de sobrado na rua dos Beneditinos, número 11; o prédio de três andares na rua das Violas, número 6; a quarta parte do imóvel número 7 da rua das Violas; o prédio térreo com sótão na rua das Violas, número 108; a edificação de sobrado da praça da Constituição, número 10; e, os prédios da Rua dos Coqueiros, números 15 A, 15 B, 15 C, 15 D e 17.

**Quadro 3.10: Imóveis urbanos legados a Bernardo Clemente Pinto, Cantagalo. 1873**

<b>Casas</b>	<b>Local - Nova Friburgo</b>	<b>Valor Nominal (RS)</b>	<b>Valor Real (£)</b>
1	Praça Princesa Isabel	3:000\$000	326,09
1	Praça Princesa Isabel	10:000\$000	1.086,96
1	Praça Princesa Isabel	15:000\$000	1.630,43
1	Praça Princesa Isabel	2:000\$000	217,39
1	Rua General Argolo, Nova Friburgo	15:000\$000	1.630,43
1	Terreno: rua General Argolo	800\$000	86,96
1	Terreno: praça Paissandu	200\$000	21,74
<b>Casas</b>	<b>Local - Cidade do Rio de Janeiro</b>	<b>Valor Nominal (RS)</b>	<b>Valor Real (£)</b>
3	Prédios na rua Municipal	245:000\$000	26.630,43
1	Prédio na rua dos Beneditinos	20:000\$000	2.173,91
1	Prédio na rua dos Violas	40:000\$000	4.347,83
1	Prédio na rua dos Violas. A quarta parte	4:000\$000	434,78
1	Prédio na rua dos Violas	8:000\$000	869,57
1	Prédio na praça da Constituição	16:000\$000	1.739,13
5	Prédios na rua dos Coqueiros	40:000\$000	4.347,83
<b>Total</b>		<b>419:000\$000</b>	<b>45.543,48</b>

Fonte: Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional.

Em relação à partilha das ações e apólices, Bernardo herdou 150 apólices provinciais de 200\$000 cada uma e 09 ações da Companhia de Seguros Argos Fluminense, número 2.491 a 2.499, além do numerário existente na Casa Comercial Friburgo & Filhos, cujo saldo até 31 de dezembro de 1872 era de 1.083:535\$460, depositados na conta particular do Barão de Nova Friburgo, somados a quantia de 4\$815.<sup>337</sup>

A única exceção da partilha era o saldo da conta particular do Barão de Nova Friburgo na Casa Comercial Friburgo & Filhos, que seria fechada no mesmo dia do fechamento do inventário, deduzida apenas a quantia de 1.083:535\$470 já em poder de Bernardo Clemente Pinto Sobrinho. Posteriormente, seria partilhado o que por acaso pertencesse aos falecidos Barão e Baronesa de Nova Friburgo como sócios da companhia Friburgo & Filhos, ou seja, sacas de café no armazém, ou os haveres da casa, assim como seus deveres. A casa comercial continuaria em vigor com os sócios restantes e únicos, os herdeiros<sup>338</sup>. Tal casa só seria liquidada quando conviesse aos herdeiros<sup>339</sup>. Por fim, os herdeiros ainda tinham direito ao que

<sup>337</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. pp. 96, 96V, 97, 97V, 98, 98V, 99, 99V, 100.

<sup>338</sup> O fechamento da Casa Comissária Friburgo & Filhos aconteceu em 1888, com registro na Junta do Comércio. Fundo/Coleção: Junta do Comércio. L. 209; Reg. 31812 – G. 3. Arquivo Nacional.

<sup>339</sup> Mesmo diante da partilha de bens, os herdeiros continuaram administrando o espólio do pai de forma conjunta através da Casa Comissária Friburgo & Filhos.

pertencesse ao Barão e Baronesa de Nova Friburgo na sociedade agrícola estabelecida no município de Cantagalo sob a sociedade Clemente & Lessa.

### 3.6. A partilha do inventário e a identificação das unidades de produção cafeeira dentro do complexo

Os bens do Barão de Nova Friburgo ficaram divididos entre seus filhos de forma igualitária, principalmente no que se refere ao valor dos bens. Por outro lado, notamos que a partilha da seção agrária foi dividida segundo os critérios do complexo agrário. Neste sentido, identificamos que o Barão de Nova Friburgo desenvolveu dois polos cafeeiros, aqui denominamos Santa Rita e Gavião, somados às fazendas que gravitavam em torno dos complexos. Cada um deles trazia toda a estrutura do sistema agrário, como terras, café, escravos e maquinários destinados ao beneficiamento da rubiácea, assim como animais para exercer o trabalho e servir na alimentação e como a instância das roças de subsistência. Ou seja, esses complexos agrários não se dividiram na partilha de bens.

O primeiro complexo, o de Santa Rita, era composto por um agregado de unidades produtivas as mais significativas nos variados aspectos que compunham o mesmo. Esse complexo compreendia uma área de 4.260 alqueires de terras, com o valor de 1.095:200\$000. Os instrumentos domésticos e de lavoura representavam o montante de 9:652\$000. Nesta área, estavam plantados 3.162.000 pés de café. A escravaria era composta por 1.195 escravos avaliados em 1.090:650\$000. A animália deste complexo compreendia 5.270 animais, entre bestas, cavalos, bois, carneiros e porcos, avaliados em 105:965\$000. Neste complexo, existia ainda uma locomotiva no valor de 5:000\$000. Portanto, o total dos bens perfazia 2.306:476\$000.

**Quadro 3.11: Valor total do Complexo Santa Rita , Cantagalo. 1872**

Bens	Valor Nominal (Rs)	Valor Real (£)
Terras	1.095:200\$000	119.043,48
Escravos	1.090:650\$000	118.548,91
Animais	105:965\$000	11.517,93
Mobília	9:652\$000	1.049,13
Locomotiva	5:000\$000	543,48
Valor total	2.306:467\$000	250.702,93

Fonte: Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional.

Esse complexo de unidades produtivas era o mais rentável do Barão. Localizavam-se, nessas propriedades, grande parte da produção cafeeira e significativa quantidade de escravos. Eram fazendas substanciais na formação e na manutenção da riqueza ostentada pelo proprietário. Se analisarmos o relatório da Casa Comercial Friburgo & Filhos de 1862 e dali extrairmos os dados da produtividade do compósito de fazendas, a afirmativa contida neste parágrafo torna-se indubitável: o Santa Rita constituía-se no principal núcleo agrário do Barão.

**Quadro 3.12: Movimento Comercial do Complexo Santa Rita, Cantagalo. 1861**

Fazenda	Café @	Rendimento	Despesas	Saldo
Santa Rita	17.600	100:817\$262	42:906\$437	57:910\$825
Areias	16.139	95:469\$706	30:926\$661	64:543\$045
Boa Vista	10.922	60:209\$028	14:242\$614	45:966\$414
Boa Sorte	11.573	62:340\$716	20:894\$485	41:446\$231
Jacotinga	1.362	6:647\$036	11:444\$717	-4:797\$681
Itaóca	6.874	35:518\$439	11:188\$537	24:329\$902
Totais	64.470	361:002\$187	131:603\$451	229:398\$736

Fonte: Balanço Geral da Casa de Comércio no Rio de Janeiro do Barão de Nova Friburgo. IHGB. Arm 1, Gav. 1, Nº 54. Arquivo do Visconde do Uruguai.

Tal complexo produzia a vultosa quantia de 64.470 arrobas de café destinadas ao mercado internacional. O rendimento dessas exportações garantiu um lucro de 361:002\$187, cujos custos somavam 131:603\$451. Desta forma, o saldo gerado pelo complexo subia a 229:398\$736, valor que representava uma riqueza comparável ao dos maiores inventários da região e que foi conseguido apenas com os registros das movimentações de 1861.

Analisando a safra de 1839 das fazendas que passavam às mãos de Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar, Ricardo Salles e Magno Borges constatam um rendimento líquido de 36:000\$000, bastante inferior se compararmos à maioria das fazendas do Barão de Nova Friburgo em 1861. De qualquer forma, em 1863, com a morte de Cláudio, suas escravarias tinham se valorizado quase quatro vezes. Essa valorização das escravarias do Barão do Guaribu e a produtividade e a lucratividade das fazendas do Nova Friburgo respondiam a “uma valorização dos negócios do café como um todo”.<sup>340</sup>

À segunda instância do complexo passamos a chamar de Gavião. O nome está ligado à sua fazenda mais exuberante, segundo critérios de luxo e de riqueza. Tal conjunto de propriedades contava com três fazendas, a saber, Gavião, Cafés e Aldeia. A área deste complexo

<sup>340</sup> BORGES, M. F.; SALLES, R. A morte do Barão de Guaribu. Ou o fio da meada. In: MUAZE, M.; SALLES, R. (Orgs.). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015, p. 220.



agrário contava com 1.560 alqueires avaliados em 376:000\$000. Os escravos eram em número de 453 e valiam 412:200\$000 e estavam responsáveis por 1.580.000 pés de café. A mobília das casas de vivenda tinha o valor de 1:619\$000. Os animais foram avaliados em 43:397\$000. Valores que totalizavam 852:416\$000.

### Quadro 3.13: Valor total do Complexo Gavião, Cantagalo. 1873

Bens	Valor Nominal (Rs)	Valor Real (£)
Terras	376:000\$000	40.869,57
Escravos	412:200\$000	44.804,35
Animais	43:397\$000	4.717,07
Mobília	1:619\$000	175,98
Valor total	833:216\$000	90.566,96

Fonte: Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional.

Esta segunda instância do complexo, embora mais modesta, apresentava ainda um significativo volume produtivo e, por conta do reduzido número de propriedades, gerava saldos inferiores aos da Santa Rita. De qualquer forma, com metade do número de fazendas, os lucros advindos dessas unidades produtivas não eram dispensáveis e conformavam uma importante parcela dos bens do Barão de Nova Friburgo. Nas movimentações registradas pela Friburgo & Filhos, o complexo de fazendas do Gavião registrou um saldo de 103:993\$869.

### Quadro 3.14: Movimento comercial do complexo Gavião, Cantagalo. 1861

Fazenda	Café @	Rendimento	Despesas	Saldo
Gavião	14.469	76:782\$413	42:225\$943	34:556\$470
Cafés	10.178	53:247\$605	19:445\$770	33:801\$835
Aldeia	11.131	67:129\$231	31:493\$667	35:635\$564
Total	35.778	197:159\$249	93:165\$380	103:993\$869

Fonte: Balanço Geral da Casa de Comércio no Rio de Janeiro do Barão de Nova Friburgo. IHGB. Arm 1, Gav. 1, N° 54. Arquivo do Visconde do Uruguai.

O complexo Gavião produziu, em 1861, um total de 35.778 arrobas de café destinadas ao mercado internacional. Com essa produção, seu rendimento foi da ordem de 197:159\$249, enquanto as despesas relativas a essa produção eram de 93:165\$380, o que gerou um saldo positivo de 103:993\$869. Quantia bastante considerável para os padrões da região e que fora obtido apenas com as colheitas de 1861. Com isso, é possível concluirmos que tal complexo era significativamente lucrativo, apesar de menor que o do Santa Rita.

Ainda em Cantagalo e para além dos complexos citados, o Barão tinha outras propriedades que, apesar de não serem limítrofes às terras do Santa Rita ou do Gavião, também

eram unidades produtivas constitutivas da totalidade do complexo. Estamos nos referindo às fazendas Laranjeiras, Aguaquente e Macapá, cujas terras estavam avaliadas em 415:000\$000 e somavam 1.900 alqueires. As três fazendas possuíam 320 escravos com valor de 311:800\$000, responsáveis por 1.044.000 pés de café. As fazendas possuíam 2.188 animais entre bestas, bois, carneiros e porcos com valor de 36:868\$000, além de suas mobílias, no valor de 2:171\$000.

**Quadro 3.15: Valor total das fazendas Laranjeiras, Aguaquente e Macapá. 1873**

Bens	Valor Nominal (Rs)	Valor Real (£)
Terras	415:000\$000	45.108,70
Escravos	311:800\$000	33.891,30
Animais	36:868\$000	4.007,39
Mobília	2:171\$000	235,98
Valor total	765:839\$000	83.243,37

Fonte: Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional.

Dessas fazendas apenas a Laranjeiras apareceu na contabilidade da Casa Comissária no ano de 1861. Produziu 5.158 arrobas, obtendo um rendimento de 25:942\$224 e uma despesa de 20:379\$070, cuja diferença gerou um saldo de 5:563\$154. De qualquer forma, mesmo que não apareça nessa parte do relatório, a fazenda Aguaquente gerava ao Barão um saldo de 1:817\$264, o que correspondia à metade do saldo por ser cultivada em parceria. Neste relatório, aparece ainda a fazenda da Sibéria, produzindo 476 arrobas de café com rendimento de 2:586\$004 e despesa de 4:051\$352, resultando em um saldo negativo de 1:465\$348.

Tratamos, até aqui, dos complexos de fazendas localizados em Cantagalo. Entretanto, em Nova Friburgo, o Barão também possuía um conjunto de propriedades que podemos classificar como complexo. A Chácara do *Chalet*, a fazenda do Cônego e a fazenda São Lourenço, interligadas, estavam responsáveis por uma significativa produção de milho, além da criação de animais como cavalos, carneiros, bois e bestas de carga. As terras mediam 3.280 alqueires e estavam avaliadas em 208:850\$000. Os escravos ali localizados somavam 190 indivíduos avaliados em 162:050\$000. Os animais, por sua vez, eram em número de 1.084, no valor de 25:302\$000. A mobília teve um valor diferenciado, pois contava com os luxos da Chácara do *Chalet*, e foi avaliada em 29:166\$000.

**Quadro 3.16: Valor total do Complexo Nova Friburgo, Nova Friburgo. 1873**

Bens	Valor Nominal (Rs)	Valor Real (£)
Terras	208:850\$000	22.701,09
Escravos	162:050\$000	17.614,13
Animais	25:302\$000	2.750,22
Mobília	29:166\$000	3.170,22
Valor total	425:368\$000	46.235,65

Fonte: Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional.

As fazendas de Nova Friburgo aparecem no relatório da contabilidade do Barão de 1861. A fonte afirma que todas essas unidades produtivas em terras friburguenses não produziam café. Todavia, sua preocupação era a produção de milho, que, no referido ano, foi de 14.127 alqueires, quantidade utilizada para complementar a alimentação das fazendas em que a produção de milho não fosse suficiente. O rendimento dessas fazendas foi da ordem de 3:531\$250 e as despesas de 2:122\$421, o que proporcionou um saldo de 1:408\$829. Portanto, também o complexo Nova Friburgo gerava, mesmo que pouco, algum lucro. Contudo seu principal atributo era complementar e abastecer as fazendas cantagalenses com milho.

Como observamos através desta análise, as fazendas do Barão – parte de um grande complexo econômico, agrário e mercantil – organizavam-se elas mesmas como verdadeiros complexos voltados à produção de café. As fazendas possuíam estruturas completas para a produção, secagem, torrefação, ensacamento e transporte. Ou seja, guardava todas as competências necessárias ao beneficiamento, transporte e venda do café.

As fazendas, quando limítrofes, formavam verdadeiras megapropriedades movidas por milhares de escravos e uma grande quantidade de mão de obra livre e migrante vinda da Europa. Essas megaunidades produtivas constituem o que passamos a denominar de complexo dentro do complexo. Quando tratamos da riqueza do Barão tal abordagem torna-se necessária, pois cada instância dos seus bens – neste caso, o agro – forma um verdadeiro complexo organizado para a venda de café no mercado internacional, quer dizer, os complexos agrários e cada uma das fazendas formavam um pequeno mundo que garantia internamente a sua produção.

### **3.7. Em busca de uma síntese para o complexo econômico agrário-mercantil**

Iniciamos este capítulo buscando compreender melhor o trabalho com os inventários. Para isso, abordamos um texto metodológico escrito por Frago e Pitzer no qual os autores delimitam as possibilidades do trabalho com inventários. A partir deste texto, indicamos como seria o nosso trabalho com o documento referente ao Barão de Nova Friburgo. Destacamos que

tal documentação se constituía como essencial para qualificar as atividades econômicas e aquilatar o valor relativo dos tipos de bens. Desta maneira, tornou-se possível apontar para a composição da fortuna do Barão de Nova Friburgo.

No intuito de compreender a conformação desta fortuna, abordamos a trajetória de Antônio Clemente Pinto até a obtenção do título de Barão de Nova Friburgo com honras e grandeza. Nessa trajetória, ressaltamos um importante fator, o comércio. Antônio Clemente Pinto foi caixeiro, moedeiro da casa da moeda e negociante de grosso trato da Praça do Rio de Janeiro. Ademais, Antônio alcançou, pelo menos, duas comendas, as da ordem da Rosa e da Ordem de Cristo, e conseguiu obter também o baronato, marcas de distinção social características da classe senhorial oitocentista.

Neste contexto, apresentamos como esses elementos de distinção e a obtenção da fortuna de Antônio reverberaram na forma como o personagem transformava suas casas de morada em grandes e nobres casas de vivenda. Os exemplos utilizados para tal afirmação foram a construção da casa do *Chalet* e do Palácio do Gavião. Outra construção que exemplifica esta característica é o Palacete do Largo do Valdetaro, o qual “Um Nova Friburgo, (rico plantador brasileiro), constrói para si um palácio por 8.000 contos (...) verdadeiro palácio de fadas”<sup>341</sup>. Tais construções correspondiam a um movimento de modernização e refinamento de gosto característico da classe senhorial do XIX.

Continuando a análise, passamos a abordar a avaliação de bens do Barão de Nova Friburgo. Iniciamos essa sessão demonstrando como o inventário estava organizado e debruçamo-nos sobre sua riqueza fundiária, detendo-nos inicialmente em suas fazendas de Cantagalo e, na sequência, abordamos aquelas localizadas em Nova Friburgo. Com isso, conseguimos destacar a expressividade de seus bens fundiários, ressaltando que este setor de sua fortuna constituía mais de 60% do total dos bens do inventário.

A tarefa abriu caminho para destacarmos as modernidades contidas nas fazendas cafeeiras de Cantagalo que facilitavam o trabalho relativo ao café, além de ampliar a produtividade dessas fazendas. Tais máquinas auxiliavam o serviço, amplificavam a capacidade de beneficiamento e davam o tom moderno a essas unidades produtivas. Ao mesmo tempo, demarcamos a escravidão como aspecto fundamental para o funcionamento desse complexo de fazendas que dominavam todos os aspectos da produção cafeeira. Isto é, as fazendas cafeeiras dos complexos localizados em Cantagalo dominavam o plantio, a colheita, o beneficiamento

---

<sup>341</sup> VON KOSERITZ, C. **Imagens do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Martins Editora (Biblioteca Histórica Brasileira), v. 13, 1943, p. 43.

dos grãos e o transporte para a Casa Comissária Friburgo & Filhos, local do comércio do café do Barão de Nova Friburgo.

Realizamos o mesmo empreendimento para tomarmos conhecimento das estruturas das fazendas localizadas em Nova Friburgo e pudemos perceber que as fazendas São Lourenço e do Cônego se caracterizavam por serem unidades de criar, de produzir milho e de materiais para construção. Tais fazendas se ligavam à Chácara do *Chalet*, propriedade nobre do Barão de Nova Friburgo e um dos símbolos de *status* do personagem.

Após abordar os bens fundiários do Barão, passamos a abordar outro importante aspecto de sua riqueza, a saber, os imóveis urbanos, ações, joias e a Casa Comissária Friburgo & Filhos. Nesta sessão, constatamos que o Barão não possuía imóveis urbanos em Cantagalo; neste aspecto, apenas Nova Friburgo e a Corte guardavam suas propriedades urbanas. Ao mesmo tempo, verificamos que ações, joias e a Casa Comissária também guardavam significativa importância na composição deste aspecto da fortuna. Identificamos, com essa análise, a importância da diversificação dos negócios do Barão para a conformação de sua riqueza, elementos que compunham quase 40% da riqueza analisada.

Depois de avaliados os bens do Barão, passamos a analisar como esse patrimônio ficou dividido entre os herdeiros. O Nova Friburgo possuía apenas dois filhos e seus bens foram divididos entre eles em partes iguais. Nesse momento, chamou a atenção o fato de que as fazendas limítrofes e que funcionavam como um complexo agrário não foram desmembradas na partilha reafirmando o argumento de que essas funcionavam como elos independentes de uma cadeia de produção, ampliando a escala produtiva.

Após a análise da divisão dos bens, percebemos que os bens agrários do Barão em Cantagalo formavam dois complexos cafeeiros. A esses conjuntos produtivos nomeamos de complexo Santa Rita e complexo Gavião, que – somados às unidades de criação denominadas aqui de complexo Nova Friburgo – compunham o centro do mundo rural criado pelo Barão de Nova Friburgo. Tais complexos agrários existiam no interior de um complexo maior responsável pela coordenação de todas as atividades econômicas do Barão.

No interior deste capítulo, sempre que possível, tentamos debater algumas questões fundamentais a respeito do período. A primeira delas é se a sociedade em questão mantinha características de um “colonial tardio<sup>342</sup>” ou apresentava marcas da modernidade e dos avanços

---

<sup>342</sup> FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. **O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

característicos do impacto da Segunda Escravidão<sup>343</sup>. Em outro momento, tecemos algumas críticas ao conceito de “fazendeiro-capitalista<sup>344</sup>”, principalmente por dar ênfase ao tipo de aplicação rentista característica deste conjunto de proprietários, ignorando a produção e a comercialização dos produtos extraídos das fazendas como parte do elemento “capitalista”.

No primeiro dos casos, nos aproximamos das ideias de Segunda Escravidão, pois entendemos que essa escravidão de novo tipo, impactada pelo sistema mundo capitalista e formada no alvorecer do Estado nacional brasileiro, é, exatamente, o contexto escravista em que se insere Antônio Clemente Pinto. Ademais, junto a essa escravidão, argumentamos que as fazendas do Barão, além de abarrotadas de escravos, também receberam os implementos técnicos necessários ao aumento da produção cafeeira, como as máquinas de beneficiamento de café listadas no inventário. Os investimentos em terras e escravos não se caracterizavam por imobilizar capital, mas se particularizavam por serem os ramos de investimentos que, desde a década de 1830, com o *boom* da cafeicultura brasileira, garantiam o retorno do capital investido.

Quando nos referimos ao conceito de fazendeiro-capitalista, foi de extrema importância lapidar o conceito de acordo com o demonstrado no inventário do Barão de Nova Friburgo. Com isso, chegamos à inversão do termo, chamando-o de capitalista-fazendeiro.<sup>345</sup> Afinal, não podemos destacar o ramo rentista do Barão em detrimento de seu pesado investimento na área agrícola, explicitamente o documento localizava mais de 60% dos bens do personagem ligados a terras, a escravos e as estruturas das fazendas. Ademais, vale lembrar que o inventário foi fechado em 1873, momento em que a cafeicultura, em Cantagalo ainda se encontrava em seu auge.

Diante do exposto, fica claro que tratamos aqui da fortuna angariada pelo Barão de Nova Friburgo nos seus 74 anos de vida. Esta fotografia final de seus bens nos permitiu perceber que, no fechamento do seu inventário, em 1873, os bens agrários em geral constituíam a maior parte de seu patrimônio e que o comércio sempre esteve presente em sua trajetória econômica. Após

---

<sup>343</sup> MARQUESE, R. B.; SALLES, R. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. In: MARQUESE, R. de B.; SALLES, R. (Orgs. ). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX. Cuba, Brasil e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. pp. 99-161.

<sup>344</sup> FRAGOSO, J. L. R.; RIOS, A. M. L. Comendador Aguiar Vallim: Um Empresário Brasileiro do Oitocentos. In: CASTRO, H. M. M. D.; SCNOOR, E. (Orgs.). **Resgate: uma janela para o oitocentos**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. pp. 197-224.

<sup>345</sup> Chamamos a atenção para uma outra categoria que pode ser usada para o caso do Barão de Nova Friburgo: a de “empreendedor-cavalheiresco”. O comportamento senhorial e um conjunto de códigos de comportamento, aliados às perspectivas de iniciativa pessoal, à inovação tecnológica, à abertura para as oportunidades desembocaram no conceito de “empreendedor-cavalheiresco” ver: MOKIR, J. O Empreendedorismo e a Revolução Industrial na Grã Bretanha. In: LANDES, D.; MOCKIR, J.; BAUMOL, W. **A Origem das Corporações: uma visão histórica do empreendedorismo da Mesopotâmia aos dias atuais**. Tradução de Donaldson Garschagen. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. pp. 209-240.

a segunda metade do século, foi possível notar investimentos em luxo e sofisticação característicos do período e que, na trajetória de Antônio, foram identificados na transformação da sede da fazenda Gavião, na Chácara do *Chalet* e na construção do palacete Nova Friburgo na Corte.

O itinerário de vida do Barão de Nova Friburgo, portanto, segue um caminho conhecido entre as grandes fortunas fluminenses: origem no comércio, *status* de comerciante de grosso, acesso ao tráfico de escravos da África, introdução na agricultura cafeeira, somado à nobilitação, comendas e baronato, investimentos em modernidades como a estrada de ferro o que, no caso garantiu as honras de grandezas deste distinto personagem do XIX. Seus pés estavam cravados na agricultura cafeeira escravista, mas sua cabeça vislumbrava as mais modernas novidades europeias.

## Capítulo IV: A formação do complexo agrário-cafeeiro

### 4.1. O Potentado Barão de Nova Friburgo

A formação das fazendas na região de Cantagalo e de Nova Friburgo, como destacamos no capítulo I, ocorreu por dispersão no território após o período de exploração de ouro em Cantagalo. A doação de sesmarias foi a principal forma da “propriedade titulada” da terra<sup>346</sup> e, nesse processo, podemos inserir as colonizações suíça e alemã na região de Nova Friburgo. Com o fim do regime de sesmaria, a posse e a compra se tornaram a forma de acesso à terra. Esse elemento corroborou para a ampliação da fronteira agrícola, lembrando que esta não se deu de forma linear e progressiva, mas por adensamento, ou seja, partia de determinados polos e se expandia de diferentes localidades.<sup>347</sup> Tal forma de ampliação nos colocou o desafio de mapear as fazendas do Barão de Nova Friburgo.<sup>348</sup>

No Cartório do 2º Ofício de Notas de Nova Friburgo, encontramos duas escrituras de compra de terras em Cantagalo, que, juntamente com as escrituras digitalizadas pelo Centro de Memória de Cantagalo, formam parte do corpo documental – base documental deste capítulo. Tais escrituras fazem referência às porções de terras das fazendas Aldeia e Itaóca, unidades produtivas voltadas ao plantio de café com trabalho escravo que contribuiriam para indiciar o modo de aquisição e de administração utilizado pelo Barão de Nova Friburgo.

Importante ressaltar que, além dos documentos de compra e venda dessas duas unidades produtivas que foram mapeadas pelo programa do INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural), trabalhamos também com o inventário *post-mortem*. Também nos concentraremos nas escrituras referentes às terras compradas e registradas em Cantagalo.

Outro conjunto de arquivos importante para a análise de terras foi o do Arquivo Paroquial de Terras. As declarações do Barão de Nova Friburgo foram feitas entre finais de 1855 e início de 1856 e confirmaram a volumosa quantidade de terras que o Barão havia

---

<sup>346</sup> A suspensão da Sesmaria ocorreu em 17/07/1822, com a Resolução 76, beneficiando principalmente os posseiros. A Constituição de 1824 garantiu o direito de propriedade aos mesmos e, somente com a Lei de terras de 1850, tivemos de fato o reconhecimento das antigas sesmarias, com a ratificação do regime das posses e com a instituição da compra de terras como a única forma de acesso à propriedade de terras. Há inúmeros trabalhos sobre Sesmaria no Brasil. Conferir: VARELA, L. B. **Das Sesmarias à Propriedade Moderna: Um Estudo de História do Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. MOTTA, M. **Nas Fronteiras do Poder. Conflito e direito a terra no Brasil do século XIX**. 2ª ed. revista e ampliada. Niterói: EDUFF, 2008. MOTTA, M. M. M. **Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito. 1795-1824**. São Paulo: Anablume, 2009. MOTA, M. S. Sesmaria e propriedade titulada da terra: o individualismo agrário na América Portuguesa.. **SÆCULUM - REVISTA DE HISTÓRIA**, João Pessoa, v. 26, jan./jun 2012.

<sup>347</sup> SALLES, R. Café e escravidão. In: SCHWARCZ, L. K. M.; GOMES, F. D. S. **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 124.

<sup>348</sup> A primeira dificuldade foi mapear os documentos nos cartórios de Nova Friburgo e de Cantagalo, investigando as estratégias de acumulação de terras realizada pelo Barão de Nova Friburgo.



angariado até aquelas datas. Todavia, é preciso colocar em relevo que, no caso do Barão, as advertências feitas por Márcia Motta não se fazem presentes.

A historiadora faz algumas ressalvas para o trabalho com os arquivos paroquiais, dentre eles, os problemas com a quantificação das terras de uma localidade para compreender o acesso a essas, isto porque os “Registros Paroquiais não são um retrato da estrutura fundiária de cada região<sup>349</sup>”. Outro elemento enfatizado por Motta é a falta de informações durante os registros, pois os senhores não declaravam toda a extensão das terras e/ou sua forma de aquisição<sup>350</sup>. Entretanto, gostaríamos de ressaltar que, no caso do Barão de Nova Friburgo, consideramos a quantificação válida, pois os dados apresentados pelo declarante são completos e, além disso, fazem referência à forma pela qual as terras foram obtidas.

No contexto da Segunda Escravidão, as fazendas cafeeiras formavam espaços que articulavam os elementos disciplinares necessários para o controle e para a fiscalização dos escravos e as inovações tecnológicas voltadas ao beneficiamento da rubiácea. O objetivo desse expediente era manter a produção em alta. Essencialmente, esses espaços compunham a arquitetura da fazenda: a casa grande, a senzala, a maquinaria, a capela, a enfermaria, juntas formavam um aparato, com o objetivo de controlar os corpos cativos, de manter a disciplina na fazenda e de aumentar a produtividade.<sup>351</sup>

Concordamos com Márcia Motta, o domínio senhorial não podia ser limitado. Isto porque o acesso à terra, por doação de sesmaria ou por compra, representava o poder senhorial exercido sobre quem não era possuidor de propriedades. Tal fator criava um corpo significativo de pessoas livres dependentes dos proprietários. Ao mesmo tempo, é preciso levar em conta que as terras mais bem avaliadas eram aquelas que permitiriam uma expansão das lavouras sobre as matas virgens. Por conseguinte, a ampliação das terras significava também a expansão do poder senhorial<sup>352</sup> e das fortunas senhoriais.

Ainda de acordo com Motta, “para os fazendeiros, a questão não se colocava em termos do acesso à terra, mas sim na dimensão do poder que eles viriam a exercer sobre quem não a detinha<sup>353</sup>”. Como já vislumbramos no capítulo anterior, o Barão de Nova Friburgo enquadrava-

<sup>349</sup> MOTTA, M. **Nas Fronteiras do Poder. Conflito e direito a terra no Brasil do século XIX**. 2ª ed revista e ampliada. Niterói: EDUFF, 2008, p. 175.

<sup>350</sup> MOTTA, M. *Op. Cit.*, p. 175.

<sup>351</sup> MARQUESE, R. B. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate. **Anais do Museu Paulista**, (Impresso), v. 18, pp. 83-128, 2010. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142010000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142010000100004&lng=en&nrm=iso). Access on 26 Dec. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142010000100004>.

<sup>352</sup> MOTTA, M. *Op. Cit.*, p. 45.

<sup>353</sup> MOTTA, M. **Nas Fronteiras do Poder. Conflito e direito a terra no Brasil do século XIX**. 2ª ed. revista e ampliada. Niterói: EDUFF, 2008, p. 45.

se exatamente no caso citado e, com a extensão de terras apresentada no inventário (11.100 alqueires), seu poder se estendia a muitos despossuídos. Buscamos analisar o caminho de parte da constituição deste poder fundiário, base da produção cafeeira do Barão e mola mestra para compreender seu enriquecimento.

O outro braço da constituição da riqueza era se tornar senhor de homens. A escravidão se constituía no outro elemento responsável pela visão que os homens hodiernos tinham do poder senhorial. Ser senhor de terras e escravos era a essência para alcançar poder econômico e simbólico. Neste contexto, o braço escravo era o motor da produção cafeeira. As turmas de escravos das fazendas do Barão de Nova Friburgo se constituíram em enormes hordas de trabalhadores em busca da extração da riqueza da terra, o café.

A fortuna do Barão de Nova Friburgo se enquadrava completamente nesse cenário. Suas terras, em sua maioria, foram obtidas por compra. Ao longo do capítulo, abordaremos como o Barão foi dispersando suas propriedades através da compra, sempre aumentando seu patrimônio através da incorporação de propriedades e de posses que se limitavam com suas terras. Tal forma de acumulação contribuía para a expansão da fronteira agrícola na região oriental do Vale do Paraíba e nas suas áreas adjacentes, a saber, Cantagalo e Nova Friburgo.

O Barão de Nova Friburgo formou um complexo produtivo voltado à cafeicultura, utilizando as principais tecnologias da época. Assim sendo, precisamos ressaltar que os elementos fulcrais no cerne da grande riqueza do Barão eram as terras e os escravos. Juntos, eles formavam 60% da riqueza deste legítimo representante da classe senhorial oitocentista. Tais elementos permitiram não só que o personagem angariasse a fortuna descrita, mas também lhe permitiu reunir o poder simbólico característico de quem comandava uma vasta área trabalhada por milhares de escravos subordinados as suas ordens.

Outro fator fundamental da constituição da riqueza do Barão residia nas terras virgens, as mais valorizadas na aquisição de fazendas. Todas as grandes propriedades de terras do Barão incluíam as áreas “em matas” – espaço em que ocorria a derrubada para a ampliação dos cafezais. O expediente aqui descrito, a saber, expansão das terras virgens em fronteiras agrárias e adjacentes e a compra de propriedades para a ampliação das posses, também conta como elemento de dilatação do poder senhorial.

Neste capítulo, avaliaremos ainda os elementos de controle, de isolamento e de requinte de algumas propriedades do Barão de Nova Friburgo. Desse modo, analisamos os quadriláteros produtivos – espaços de cerceamento da liberdade – e o impacto dos implementos tecnológicos de beneficiamento do café, elementos de controle e ampliação da produtividade. Ao mesmo tempo, percebemos a passagem do modo de vida representado na substituição das casas de

morada pelas casas de vivenda. Estas últimas constituíram-se no exemplo do requinte e da sofisticação dessa classe senhorial, que ascendeu pós-1830, principalmente, com o comércio internacional de café.

#### 4.2. A Formação e as estruturas materiais das fazendas cantagalenses

Inicialmente, destacamos que o interesse de Antônio Clemente Pinto e de sua família por terras em Cantagalo remontam ao início do século XIX. Como já ressaltamos no capítulo I, João Clemente Pinto, tio de Antônio, solicitou uma sesmaria em 1809 e a concessão ocorreu em 1812. O filho de João Clemente Pinto, Francisco Clemente Pinto fez o seu pedido em 1827. O primo de Francisco, personagem foco deste estudo, requisitou uma sesmaria nos sertões de Cantagalo em 1819. A partir desse único pedido feito por Antônio, podemos inferir que o personagem usou outras estratégias para a aquisição de terras. A investigação desenvolvida adiante concentrar-se-á nas terras compradas pelo nosso personagem.<sup>354</sup>

A primeira compra de terras localizada em nossa pesquisa e efetuada por Antônio Clemente Pinto data de 1819 e encontra-se no cartório do 1º Ofício de Notas do Rio de Janeiro. No documento, Antônio compra, junto a João Soares de Oliveira, “meia légua de terras em quadra por sesmaria no Ribeirão das Areias, termo da vila de Santo Antônio de Sá do Cantagalo”.<sup>355</sup> O valor pago por Antônio foi de 253\$600 e as terras eram vizinhas as de seu tio João Clemente Pinto.

A partir desta compra de terras feita por Antônio Clemente Pinto e perscrutando os arquivos dos cartórios de Cantagalo, nos deparamos com dezessete escrituras de compra de terras realizadas pelo personagem entre os anos de 1835 e 1866 – Quadro 4.1. Ao relacionar tais escrituras com as escrituras do Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Nova Friburgo, identificamos as estratégias de acumulação de terras realizada por Antônio ao longo do século XIX. Desta forma, as escrituras agora analisadas são de extrema valia para nossa argumentação. São elas que dão o tom dinâmico na análise do inventário *post-mortem* de Antônio Clemente Pinto.

A primeira escritura registrada se refere a uma compra de terras feita por Antônio Clemente Pinto em parceria com João Antônio de Moraes<sup>356</sup> no ano de 1835. As 250 braças de

<sup>354</sup> ALEGRIO, L. V. **Os Clemente Pinto**: importantes cafeicultores do sertão do leste fluminense. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, pp. 24 e 25

<sup>355</sup> 1º Ofício de Notas, Lv.220, fls 16-16V. Data: 16/03/1819. Microfilme: 031.006-79. Arquivo Nacional. Ao final do documento, a localização é corrigida para termo da vila de Cantagalo.

<sup>356</sup> João Antônio de Moraes, 1º Barão das Duas Barras (1867). A respeito da trajetória do Barão de Duas Barras cf. FERREIRA, M. D. M. **Histórias de Famílias**: Casamentos, Alianças e Fortunas. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008.

terras adquiridas faziam parte com a sesmaria de Santa Maria, e o preço pago por Antônio e João foi de 800\$000<sup>357</sup>. As terras compradas passaram às mãos deles com o nome de Fazenda de São Lourenço. Outra compra de terras, junto à fazenda São Lourenço, ocorreu em 1851 e referia-se a metade da legítima materna de Manoel dos Anjos Cordeiro. Assim, Antônio recebeu “metade da casa de vivenda, da casinha, do moinho, do paiol, das senzalas, do laranjal e de toda a legítima que a seus constituintes pertence (...) fariam venda aos outorgados pelo preço e quantia de 800\$000”<sup>358</sup>. Importante registrar que essa compra foi feita, mais uma vez, em nome de uma sociedade de Antônio Clemente Pinto, a Clemente & Rodrigues<sup>359</sup>.

---

<sup>357</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LE038-P108. 1 braça de terra equivale a 2,20 metros, e 3.000 braças se dá o nome de légua. Uma braça de sesmaria é equivalente a 1,45ha (hectares), ou seja, 14.500 m<sup>2</sup>.

<sup>358</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LE039-P132V-133V.

<sup>359</sup> André Rodrigues Bellieny era lavrador e sócio de Antônio Clemente Pinto. Infelizmente, não foi possível localizar o acordo de sociedade entre os dois.

**Quadro 4.1: Escrituras de compras de terras do Barão de Nova Friburgo, Cantagalo.****Século XIX<sup>360</sup>**

<b>Compradores</b>	<b>Terras</b>	<b>Valor (Rs)</b>	<b>Local</b>	<b>Ano</b>
Antonio Clemente Pinto e João Antonio de Moraes	250 braças	800\$000	Fazenda de São Lourenço	1835
Antônio Clemente Pinto e Martha Maria Busca	Não consta na escritura	8:000\$000	Córrego dos Índios	1841
Antônio Clemente Pinto	1000x1500 braças	18:000\$000	Santo Antonio da Mata	1842
Antônio Clemente Pinto	Não consta na escritura	350\$000	Boa Sorte	1842
Antônio Clemente Pinto	Não consta na escritura	1:500\$000	Córrego da Boa Sorte	1844
Antônio Clemente Pinto	¼ de sesmaria de meia légua em quadra	2:000\$000	Serra Vermelha	1848
Clemente & Rodrigues	Não consta na escritura	800\$000	Cachoeira de São Lourenço	1851
Antônio Clemente Pinto	Não consta na escritura	1:500\$000	Nos subúrbios desta vila	1852
Troubat & Clemente	Dois quadrados de cem braças de lado cada um	800\$000	Terreno foreiro à Câmara Municipal desta vila	1853
Antônio Clemente Pinto e Martha Maria Busca	Não consta na escritura	1:200\$000		1853
Barão de Nova Friburgo e Martha Maria Busca	Não consta na escritura	4:000\$000	Vertente da fazenda dos cafés	1854
Barão e Baronesa de Nova Friburgo	Não consta na escritura	2:050\$000	Freguesia de Santa Rita	1856
Barão e Baronesa de Nova Friburgo	Não consta na escritura	1:500\$000	Córrego da Boa Sorte	1857
Barão de Nova Friburgo	20 alqueires de terras	3:000\$000	Córrego do Batatal	1863
Barão de Nova Friburgo	Não consta na escritura	3:000\$000	Santíssimo Sacramento	1866

Fonte: Centro de Memória de Cantagalo – Arquivos cartoriais.

<sup>360</sup> Destacamos o fato de que, em várias escrituras, não constam os tamanhos das terras. Algumas delas apresentam as fazendas limítrofes às terras compradas. No momento de elaboração do documento, a relação de fazendas limítrofes definia o tamanho das terras. No entanto, esses números são incógnitas para os pesquisadores dos dias de hoje.

No ano de 1841, Antônio aparece novamente realizando uma compra de terras junto com um sócio, desta vez uma sócia, Martha Maria Busca<sup>361</sup>. Ambos compraram de Pascoal Fanny “uma fazenda de cultura firmada em terras de posse cita no lugar denominado Córrego dos Índios”<sup>362</sup>. O valor pago pelos compradores foi de 8:000\$000, mas as medidas das terras e as benfeitorias não foram descritas. Se compararmos este valor pago com o da compra anterior, podemos estimar um aumento de 10 vezes, que pode ser justificado pela qualidade diferenciada das terras. Ao mesmo tempo, esta indeterminação das medidas das terras pode constituir uma estratégia para a ampliação da posse ao longo do tempo.<sup>363</sup>

Nestas duas primeiras compras registradas em Cantagalo, já é possível vislumbrar uma das estratégias para a aquisição e a ampliação das terras de Antônio Clemente Pinto: a formação de sociedades. Como veremos, esse foi um dos expedientes mais utilizados pelo personagem para conformar a sua riqueza fundiária.

Antônio e Martha continuaram ampliando as suas posses de terras. Para isso, compraram, em 1853, uma “porção de terras que (...) verte para os terreiros da fazenda dos Cafés (...) pela quantia de 1:200\$000 réis”<sup>364</sup>. Tratava-se de uma porção de terras em matas que ficava de frente para os cafezais e para os terreiros da “fazenda dos Cafés”.

Os sócios continuavam tentando ampliar as terras da fazenda dos Cafés e, em 1854, realizaram uma compra condicionada à apresentação dos documentos de posse das terras. A quantia paga pelas vertentes que confrontavam com a fazenda dos Cafés era de 4:000\$000, pagos da seguinte forma:

“à vista 1:000\$000 de réis que neste ato receberão em uma ordem sacada (...) e um conto e quinhentos mil réis pagável logo que os vendedores, aos compradores oferecerem os títulos legais por onde houveram as ditas terras hora vendidas e 1:500\$000 réis de hoje a um ano”.<sup>365</sup>

No entanto, por conta da não apresentação dos títulos, os envolvidos na venda das vertentes realizaram uma escritura de distrato e dissolução e o dinheiro foi restituído junto com a quantia do imposto da sisa, totalizando 1:240\$000.

No ano seguinte, 1842, Antônio Clemente Pinto realizou mais uma compra de terras. Desta vez, a porção comprada foi de 1.000 braças de frente e 1.500 de fundos. Tal fazenda voltada à cultura do café e mais benfeitorias denominava-se Santo Antônio da Martha. Nesta

---

<sup>361</sup> Martha Maria Busca era esposa de Francisco Belieny, lavrador com terreiros de pedra e engenhos na vila de Cantagalo, e mãe de André Rodrigues Belieny.

<sup>362</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LE041-P059V-062V.

<sup>363</sup> Nesta escritura, Antônio aparece como Negociante da Praça do Rio de Janeiro e morador nesta cidade.

<sup>364</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LN016-P057V-059.

<sup>365</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LN016-P175V-177.

propriedade, existiam “40 mil pés de cafés novos e velhos pouco mais ou menos, uma casa de vivenda, um moinho, três monjolos (...) Árvore de espinhos, bananal, terreiros, pastos e tudo que possuem livre e desembargados”.<sup>366</sup>

Percebe-se que esta propriedade estava bem equipada e que as suas benfeitorias tinham alto valor. Neste caso, Antônio, como credor de Manoel Pinto de Souza Sampaio, pagou a “quantia de 18 contos de réis que serão levados em parte de pagamento de sua dívida de principal e prêmios vencidos”<sup>367</sup>. No lugar de seu credor, Antônio havia emprestado uma quantia a Manoel que estaria expressa em uma escritura de dívida e obrigação realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1838. Como em 1842 Manoel Sampaio ainda não havia resgatado a dívida, resolveu liquidá-la através da venda da fazenda de café.

Neste caso, revelamos outra estratégia do nosso personagem para a aquisição de terras: os empréstimos e hipotecas. Antônio, ao emprestar dinheiro a particulares, pedia como garantia de pagamento as terras dos devedores e, quando esses ficavam impossibilitados de saldar a dívida, as terras eram transferidas para o credor. Tal expediente foi amplamente utilizado por Antônio como veremos adiante.

Ainda em 1842, Clemente Pinto comprou um sítio com benfeitorias. As terras possuíam 5 alqueires de milho e uma “plantação de dois mil pés de café, um rancho coberto de telhas, monjolos e mais árvores de espinhos e outras mais benfeitorias”.<sup>368</sup> O comprador ainda permitiu que os vendedores colhessem o café existente no ano da venda do sítio, mas deixou claro na escritura que, nos anos seguintes, os vendedores não teriam qualquer direito aos frutos daquela propriedade. Tais terras foram vendidas pela quantia de 350\$000 e estavam localizadas junto à sesmaria da Boa Sorte, no distrito de Santa Rita, local em que o Barão construiu um complexo agrário como apresentamos na análise de seu inventário.

Nem só de aquisição de terras foi feita a trajetória fundiária de Antônio. No ano de 1844, ele e seu sócio João Antônio de Moraes realizaram a venda de 165 braças de cinco palmos de testada e meia légua de fundo “na sesmaria denominada Santa Maria do Rio Grande a Manoel Correia da Rocha pela quantia de um conto 320 mil réis”.<sup>369</sup> A escritura trazia em seu conteúdo o motivo da venda e as condições em que esta foi feita.

Assim, João e Antônio “havia medido a sua fazenda que possuem de sociedade” e perceberam que “se achava avançado e por isso convencionaram cederem o dito terreno com a

---

<sup>366</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LE041-P143V-148V.

<sup>367</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LE041-P143V-148V.

<sup>368</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LE041-P151-153.

<sup>369</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LE041-P366-370.

condição do outorgado dar outro em troca em terras que fossem unidas a dita sesmaria”<sup>370</sup>. De qualquer maneira, o comprador ofereceu um terreno de qualidade similar, mas, como esse era menor, ele precisou pagar a diferença que era de 1:324\$000.

No contexto de vendas deste “avançado” de terras, é fundamental perceber que uma das condições consistia em obter um terreno que fizesse limite com as terras da sesmaria original. Tal estratégia era mais um dos expedientes utilizados por Antônio para ampliar as terras do seu complexo agrário e conseguir terras contíguas àquelas que já lhe pertenciam. Desta forma, argumentamos que Antônio estava acrescentando terras as suas principais propriedades e, assim, formando o seu grande império agrário.

Os exemplos dessa prática são inúmeros. Ainda em 1844, Antônio adquiriu terras em um lugar “denominado Córrego da Boa Sorte”<sup>371</sup>. As terras eram compostas por 25 alqueires de milho, 9 mil pés de café, uma casa de vivenda, pasto e árvores de frutas. Tais terras se limitavam “pelo Sul com o comprador Antônio Clemente Pinto”<sup>372</sup> e foram vendidas pela quantia de 1:500\$000. Mais uma vez, o personagem comprou terras ligadas as suas próprias propriedades.

Em 1852, já Comendador, Antônio Clemente Pinto comprou uma chácara nos subúrbios da vila pelo valor de 1:500\$000. Nessas terras, existiam “pequenas benfeitorias constantes de um pequeno cafezal, casa de vivenda e outras insignificantes benfeitorias”<sup>373</sup>. Nesta compra, é possível perceber a estratégia da compra de terras em áreas limítrofes, que, neste caso, “divide a mesma por um lado com a estrada que desta vila segue para a Freguesia de Santa Rita e pelos mais lados com terras do comprador”<sup>374</sup>. Outro fator que não pode ser desprezado é o fato de as terras estarem ligadas à estrada que ligava o distrito da vila à Freguesia de Santa Rita, o que favorecia consideravelmente o escoamento da produção.

A fazenda Aldeia foi adquirida no ano de 1847<sup>375</sup> e se localizava no termo da vila de Cantagalo, mais especificamente na Freguesia do Santíssimo Sacramento<sup>376</sup>. Antônio Clemente Pinto, então Comendador, comprou sua parte na fazenda junto a João Paulo Troubat. As terras de Troubat, naquele momento, correspondiam à meia sesmaria de terras da fazenda Aldeia, a posse Ronca Pau correspondente a ¼ de sesmaria e a metade da posse Aldeia velha. Importante

<sup>370</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LE041-P366-370.

<sup>371</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LE041-P477-479.

<sup>372</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LE041-P477-479.

<sup>373</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LE039-P183-184.

<sup>374</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LE039-P183-184.

<sup>375</sup> Cartório do 2º Ofício de Notas. Livro. IV, p. 54V.

<sup>376</sup> Fonte: Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. p. 54V.



informar que, neste momento, Antônio Clemente Pinto adquiriu apenas a metade destas propriedades junto a João Paulo Troubat.

No mesmo instante da venda, os dois senhores estabeleceram contrato de sociedade em torno da fazenda Aldeia. Vale ainda colocar em evidência que Troubat passava a ser o administrador da fazenda, já que residia na propriedade e, pelo serviço citado, receberia remuneração específica para tal função. Ambos os senhores passaram a ser sócios, em partes iguais, de uma fazenda de culturas na oriental do Vale do Paraíba.

Mas quanto teria investido o comendador Antônio Clemente Pinto no ato de aquisição da fazenda Aldeia? O valor total dos bens adquiridos era de 56:000\$000, divididos da seguinte forma: meia sesmaria de terras avaliada em 5:000\$000 somada à metade da posse Ronca Pau por 1:500\$000; metade das benfeitorias por 3:000\$000; 36 bestas arriadas, 25 gados e 100 porcos por 4:030\$000; 3 mil arrobas de café colhido a 6:000\$000; metade do algodão, de ferragens e outros objetos por 570\$000; 93 escravos no valor de 27:900\$000; e, 100 mil pés de café avaliados em 8:000\$000<sup>377</sup> – Quadro 4.2.

**Quadro 4.2: Bens adquiridos na compra da fazenda Aldeia, Cantagalo. 1847**

<b>Bens adquiridos</b>	<b>Valor (Rs)</b>	<b>Valor (£)</b>
Meia sesmaria de terras	5:000\$000	538,79
Posse Ronca Pau	1:500\$000	161,64
Metade das benfeitorias	3:000\$000	323,28
Animais	4:030\$000	434,27
3 mil arrobas de café	6:000\$000	646,55
Metade do algodão e ferragens	570\$000	61,42
93 escravos	27:900\$000	3.006,47
100 mil pés de café	8:000\$000	862,07
<b>Total</b>	<b>56:000\$000</b>	<b>6.034,48</b>

Fonte: Cartório do 2º Ofício de Notas. Livro. IV.

Uma primeira análise desse contrato de compra nos informa que não se tratava de uma pequena propriedade e que o número de escravos era significativo na unidade, 186 no mínimo, somadas as partes de Antônio e Troubat. Além disso, é importante ressaltar que, apesar de produzir algodão e, possivelmente, possuir roças de subsistência, o produto nevrálgico da riqueza da fazenda era o café. Tratava-se, no total, de 200 mil pés, contados os pertencentes aos dois sócios.

<sup>377</sup> Cartório do 2º Ofício de Notas. Livro. IV, p. 55.

Antônio Clemente Pinto comprara uma fazenda de culturas com a metade de suas benfeitorias, casa de vivenda, paióis, armazéns, cozinha, carpintaria, olaria e fornos, engenho de socar, despulpador e engenho de cana. Os bens que listamos se encontravam “destruídos pelo fogo”<sup>378</sup>. Desta forma, é preciso ressaltar que, segundo a escritura de compra, a fazenda havia passado por um incêndio, portanto é plausível especular que a venda se dera em função dos prejuízos causados pelo fogo. De qualquer forma, existiam benfeitorias não atingidas, metade do moinho e do engenho de serrar. Ao mesmo tempo, é pertinente afirmar que o comendador percebeu as potencialidades da fazenda e investiu na compra e sociedade.

Uma das condições mais importantes para essa análise se refere ao fato de que o café e qualquer outro gênero que se fosse vender no Rio de Janeiro seria consignado a Casa Comissária do Comendador Antônio Clemente Pinto. Percebe-se, com essa exigência, que o comendador se beneficiava duplamente; primeiro, com os lucros extraídos de sua metade da fazenda; e, segundo, com a venda dos produtos na Casa Comissária. Com isso, Antônio receberia também as taxas referentes a essa negociação.

Eis aqui três situações que endossavam o acúmulo de riqueza: a aquisição de terras ligadas à produção cafeeira e movida pelo trabalho escravo; a constituição de uma sociedade em uma unidade produtiva já desenvolvida; e, a condição de ser o agenciador dos produtos mandados à Corte. Ademais, os três elementos se relacionavam e contribuía para o desenvolvimento da riqueza do Barão de Nova Friburgo, o que fora ressaltado por Joseph Sweigart.<sup>379</sup>

Dividida a fazenda em duas partes, ficou estabelecido que Paulo João Troubat se responsabilizaria pela administração e que qualquer aquisição deveria ser comunicada ao sócio. Por essa função, Paulo João recebia 600\$000 anuais, pagos pela sociedade, sendo também sustentado pela mesma. Entretanto, poderia se valer da metade dos lucros líquidos gerados na Aldeia, tanto para suas necessidades quanto para as da unidade produtiva.

Troubat, após a consolidação da sociedade, ficou responsável pelo livro de crédito e débito relativo às transações da fazenda. A sociedade passou a ser representada pela firma Troubat & Clemente como registrada nos dados do Registro Paroquial de Terras<sup>380</sup>. Mesmo sendo o administrador da sociedade, Troubat estava impedido de afiançar qualquer pessoa sob a circunstância da sociedade ser desfeita. Ao final de um ano, os sócios se reuniam para fazer

---

<sup>378</sup> Cartório do 2º Ofício de Notas. Livro. IV, p. 55.

<sup>379</sup> SWEIGART, J. **Coffee Factorage and the Emergence of a Brazilian Capital Market, 1850-1888**. New York: Garland, 1987.

<sup>380</sup> A.P.E.R.J/A.P.T. Registro Paroquial de Terras nº129. 1855.

as contas de haver e dever<sup>381</sup>. O que quer dizer que, apesar de Antônio Clemente Pinto deixar a administração nas mãos de Troubat, ele não abria mão de controlar a contabilidade da fazenda.

A escritura de sociedade, estabelecida imediatamente após a compra da metade das terras, benfeitorias e escravos da fazenda Aldeia, constitui-se em um documento muito mais detalhado no que se refere aos bens envolvidos nesta compra. O caso mais nítido e de maior importância para nossa análise é as descrições dos escravos. Na escritura de venda, os cativos foram listados apenas pelo nome. Já no contrato de sociedade, foram divididos a partir de suas origens – africanos e crioulos –, o que viabiliza uma análise mais apurada das características da escravaria dos sócios.

Entre os 93 escravos de Troubat, 59 eram de nação e 34 eram crioulos, enquanto Antônio era proprietário de 60 cativos de nação e 33 crioulos. Tal especificação endossa o argumento de que a força do tráfico de escravos, mesmo durante a ilegalidade a partir de 1831, era preponderante na fazenda Aldeia, afinal 63 % dos escravos eram africanos e apenas 36% crioulos - Quadro 4.3. Fator que corrobora com o argumento do impacto da Segunda Escravidão nas propriedades da banda oriental do Vale do Paraíba.

**Quadro 4.3: Africanos e crioulos na Fazenda Aldeia, Cantagalo. 1847**

<b>Escravos</b>	<b>Africanos</b>	<b>Crioulos</b>
Quantidade	119	67
%	63%	36%

Fonte: Cartório do 2º Ofício Lv. Iv p 57V.

Antes do prazo para a dissolução da sociedade entre Troubat & Clemente, estes compraram uma chácara com benfeitorias junto a João Teixeira Leite<sup>382</sup>. A propriedade se localizava nas margens do Rio Negro “foreiro a Câmara Municipal desta vila<sup>383</sup>”. Os sócios pagaram a quantia de 800\$000 por um terreno de aproximadamente “dois quadrados de cem braças de lado cada um<sup>384</sup>, com “casa coberta de telha, algumas árvores frutíferas, monjolo etc<sup>385</sup>. Ademais, os sócios continuavam com a mesma estratégia de comprar terras limítrofes com as que já possuíam. Assim, a chácara adquirida fazia limite com “a Fazenda dos outorgados denominada Aldeia<sup>386</sup>”.

<sup>381</sup> Cartório do 2º Ofício de Notas. Livro. IV, p. 58.

<sup>382</sup> Com origem familiar em Minas Gerais, o Capitão João Teixeira Leite era cafeicultor em Cantagalo e casado com Rita Clara Teixeira Leite, ambos brasileiros e falecidos em 1890. Lênio Luiz Richa – Genealogia Fluminense. Disponível em: [http://www.marcopolo.pro.br/genealogia/paginas/cantagalo\\_teixeileite.htm](http://www.marcopolo.pro.br/genealogia/paginas/cantagalo_teixeileite.htm) Acesso em jul. de 2018.

<sup>383</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LN016-P050V-051V.

<sup>384</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LN016-P050V-051V.

<sup>385</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LN016-P050V-051V.

<sup>386</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LN016-P050V-051V.

Ainda tratando da sociedade entre Paulo João Troubat e o Comendador Antônio Clemente Pinto, é preciso destacar que todos os lucros e prejuízos seriam divididos em duas partes iguais e que a sociedade possuía data para terminar, a saber, dez anos após o seu início. Quase ao final deste prazo, 1857, a mesma foi desfeita. Paulo João Troubat já se encontrava na França “em razão de moléstia de que fora acometido não podendo ele outorgante continuar na sociedade e lhe conviesse e a sua mulher residir em França resolveu de comum acordo (...) dissolver a mesma sociedade”<sup>387</sup>. Como proprietário, mas impossibilitado de estar presente, Troubat passou, através de uma procuração, a ser representado por seu filho Victor Paulo Troubat.

Torna-se fundamental salientar que, ao longo dessa sociedade, Antônio Clemente Pinto fora agraciado com o título de Barão de Nova Friburgo, em 1854<sup>388</sup>. Não só o poder econômico de Antônio Clemente Pinto havia aumentado ao longo do tempo da sociedade, mas seu prestígio social também se alargara. Neste ínterim, o personagem passou a expressar, na região de Cantagalo e Nova Friburgo, “uma cultura e um *ethos*, isto é, comportamentos, modos de ser, valores, identidades, lugares sociais, que delimitaram espaços de redes de poder ancorados neste conjunto histórico”<sup>389</sup>.

Pelo documento de distrato da sociedade estabelecido entre Victor Paulo Troubat e o Barão de Nova Friburgo, o Doutor Troubat vendeu sua metade da propriedade por “sua livre e espontânea vontade e acordo do outorgado Barão de Nova Friburgo pela quantia e preço ajustado de duzentos e cinquenta contos de réis”<sup>390</sup>. Tal pagamento seria efetuado na Corte, em moeda deste Império, da seguinte forma: “100 contos de réis seriam entregues à vista, em 4 de dezembro de 1857, mais 50 contos de réis e os últimos 100 contos também em 4 de dezembro, mas do ano de 1858”<sup>391</sup>.

Desta forma, Victor Troubat, em nome de seu pai, passava para o Barão de Nova Friburgo a “metade dos escravos em número de duzentos e sessenta e um de ambos os sexos, diferentes idades e nações pelo preço e quantia a dita metade cento e sessenta e cinco contos e quinhentos e quinze mil réis”<sup>392</sup>. Notabiliza-se que o valor dos escravos excedia a metade do valor expresso pela venda da parte pertencente a Troubat, logo os escravos valiam mais do que a metade da fazenda e suas benfeitorias. Ademais, se esse número totalizava a metade dos

<sup>387</sup> Cartório do 2º Ofício de Notas. Livro. IV, p. 87.

<sup>388</sup> Biblioteca Nacional. Sessão de Manuscritos – Loc. C0992, 20 Nº 003

<sup>389</sup> SALLES, Ricardo. E o Vale era o escravo. Vassouras - século XIX. Senhores e escravos no Coração do Império. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 53.

<sup>390</sup> Cartório do 2º Ofício de Notas. Livro. IV, p. 87.

<sup>391</sup> Cartório do 2º Ofício de Notas. Livro. IV, p. 88.

<sup>392</sup> Cartório do 2º Ofício de Notas. Livro. IV, p. 87.

cativos, é preciso salientar que a escravaria localizada na fazenda Aldeia havia aumentado e seu número total era de 522 cativos.

A metade dos escravos vendida ao Barão de Nova Friburgo foi registrada na escritura de distrato de sociedade e, deste documento, pode-se obter as origens dos escravos como demonstra o Quadro 4.4. Esse contingente de cativos estava assim formado: 139 de origem africana e 122 crioulos, representando 53% e 47% dos cativos, respectivamente. O documento lista tais cativos segundo os portos de saída da África. Assim, a denominação africana predominante no plantel vendido ao Barão era oriunda dos portos do Congo com 28% dos cativos; Cabinda, 20%; Benguela, 18%; Moçambique, 11%; e, Monjolo, 6%. Cassange, Rebolo, Inhabane, Quissamam, Angola e Bara não ultrapassaram a marca de 5 % dos cativos – Quadro 4.5, Gráfico 4.1.

**Quadro 4.4: Africanos e crioulos na Fazenda Aldeia, Cantagalo. 1857**

Escravos	Africanos	Crioulos
Quantidade	139	122
%	53%	47%

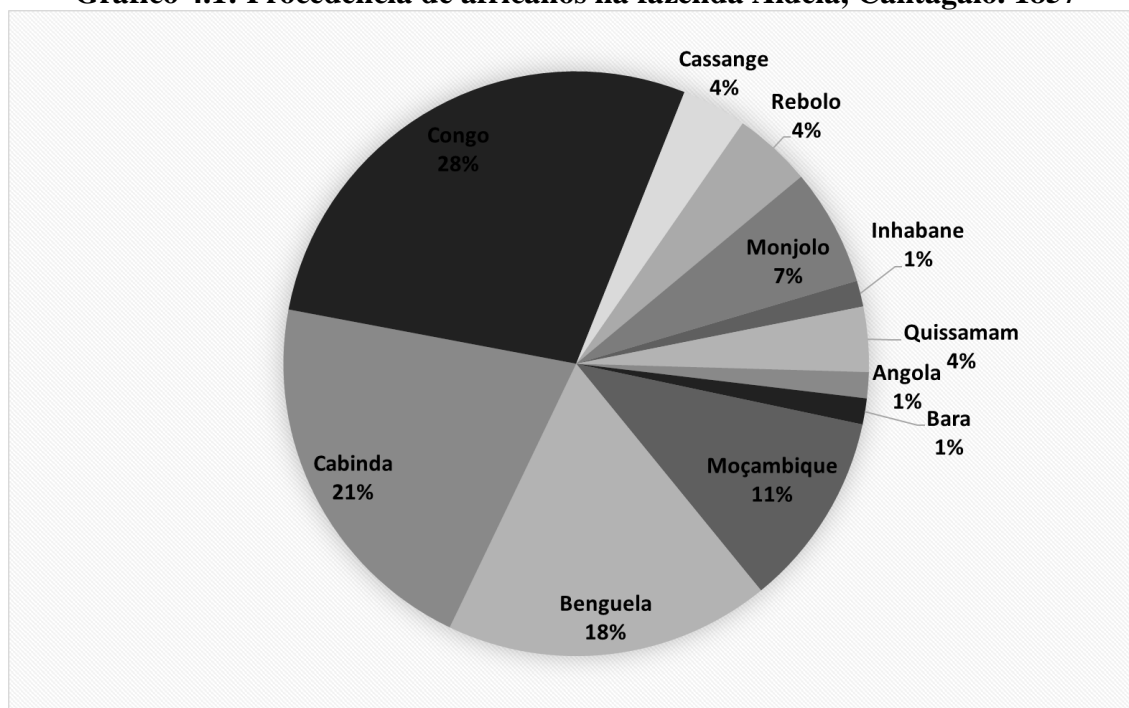
Fonte: Cartório do 2º Ofício Lv. VI p 87.

**Quadro 4.5: Procedência dos Africanos na fazenda Aldeia, Cantagalo. 1857**

Procedência	Número	%
Moçambique	15	10,79%
Benguela	25	17,99%
Cabinda	29	20,86%
Congo	39	28,06%
Cassange	5	3,60%
Rebolo	6	4,32%
Monjolo	9	6,47%
Inhabane	2	1,44%
Quissamam	5	3,60%
Angola	2	1,44%
Bara	2	1,44%
Total	139	100%

Fonte: Cartório do 2º Ofício Lv. VI p 87.

**Gráfico 4.1: Procedência de africanos na fazenda Aldeia, Cantagalo. 1857**



Fonte: Quadro 4.5.

Apesar de não termos os dados específicos a respeito da procedência dos cativos, podemos articular os dados expressos nos quadros e no gráfico com as informações contidas no banco de dados do *Slavery Voyages*<sup>393</sup>. Neste, as referências a Antônio Clemente Pinto apontam que este fez, ao menos, 5 viagens à costa africana entre 1828 e 1830, aportando nas regiões de Luanda, Inhambane, Cabinda e Quilimane. Os principais portos de aquisição de escravos se encontravam na África Centro-ocidental (três viagens) e no Sudeste Africano e Ilhas do Oceano Índico (duas viagens). A região Centro-ocidental engloba o Congo, principal lugar de procedência dos africanos da fazenda Aldeia.<sup>394</sup>

Diante do exposto, percebemos que a fazenda Aldeia avançou significativamente através da sociedade entre Troubat e Clemente. Tal avanço fica expresso principalmente no incremento de escravos, de 186 para 522, representando um aumento de 281%. Com isso, podemos concluir previamente que ocorreu um incremento na produtividade desta fazenda cafeeira. A metade da fazenda e suas benfeitorias que custaram a Antônio 56:000\$000 na compra de 1849 passavam a valer, em 1857, 250:000\$000. Tal aumento se dava também no

<sup>393</sup> <http://www.slavevoyages.org> - Lista de Viagens – Identificação 728, 845, 1001, 5014, e 1043.

<sup>394</sup> No trabalho de Carlos Gabriel Guimarães, a Comissão Britânica em Serra Leoa ressaltou a presença do traficante de escravos Antônio Clemente Pinto numa carregação de escravos vindo de Moçambique para o Rio de Janeiro em 1829. Cf. GUIMARÃES, C. G. O "comércio de carne humana" no Rio de Janeiro: o negócio do tráfico negreiro de João Rodrigues Pereira de Almeida e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Co., 1808-1830 - primeiros esboços. In: BITTENCOURT, M.; RIBEIRO, A.; GEBARA, A. (Org.). **África passado e presente: II** Encontro de estudos africanos da UFF. Niterói: PPGH-UFF (ebook), 2010, p. 85.

nível da produtividade. As 3.000 arrobas de café que foram computadas quando o Barão comprou a fazenda se transformaram em incríveis 20.000 arrobas, representando 667% de acréscimo. A fazenda ainda produzia 10.500 alqueires de milho, 200 alqueires de feijão e 300 de arroz.<sup>395</sup>

Outro momento em que pudemos capturar a realidade da fazenda Aldeia encontra-se no balanço comercial da Friburgo & Filhos de 1861. Através deste balanço<sup>396</sup>, observamos que, nos anos seguintes à dissolução da sociedade acima descrita, a fazenda Aldeia continuava produzindo grandes quantidades de arrobas de café, 11.131 no ano do documento<sup>397</sup>. Segundo o mesmo documento, o rendimento da fazenda em termos nominais fora de 95:469\$706. Suas despesas giravam em torno de 30:926\$661 e o saldo final estava estabelecido em 64:543\$045. Isto significa que a fazenda continuava sendo produtiva e lucrativa.

Resta ainda a análise da fazenda quando do fechamento do inventário *post-mortem* do Barão de Nova Friburgo. Como já informamos no capítulo anterior, o Barão de Nova Friburgo, falecido em 1869 e com o inventário fechado em 1873, ao longo de sua trajetória se envolveu na compra, na sociedade e no distrato de sociedade em torno da fazenda Aldeia. O quadro de bens de tal unidade produtiva, mesmo não estando com as informações completas, nos permitiu a finalização do trajeto de aquisição da unidade investigada. Sem dúvida, ao final de sua vida, a fazenda havia se desenvolvido significativamente e isso fica expresso pelos dados que passamos a apresentar a seguir.

As terras da fazenda compunham-se de 600 alqueires avaliados em 158:000\$000 e o número de trabalhadores escravos era de 150 indivíduos que totalizavam 136:000\$000. Importante incremento ocorreu no número de pés de café que aumentou de 200 mil em 1847 para 600 mil, um aumento de 400%! Além disso, os animais da fazenda também se multiplicaram, chegando ao número de 57 bestas, 104 bois, 106 carneiros, 110 porcos sevados e 500 porcos de pasto, um total de 15:042\$000 – Quadro 4.6 e Gráfico 4.2.

Além disso, o número de implementos técnicos ligados ao beneficiamento do café e adicionados à fazenda mais que dobrou. Na compra, arrolamos um engenho de socar, um despoldador e um moinho. Já no inventário, identificamos os seguintes utensílios técnicos:

<sup>395</sup> Cartório do 2º Ofício de Notas. Lv. V.I, p. 92V.

<sup>396</sup> No tocante ao documento balanço comercial, Carlos Gabriel destacou que qualquer fonte está sujeita a manipulações, ainda mais num período em que não se tinha agências de regulação, nem de instrumentos capazes de controlar as empresas. GUIMARÃES, C. G. **A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Co. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Co. (1808-1840).** São Paulo: Alameda, 2012.

<sup>397</sup> Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Arm. I, Gav. I, n° 54.

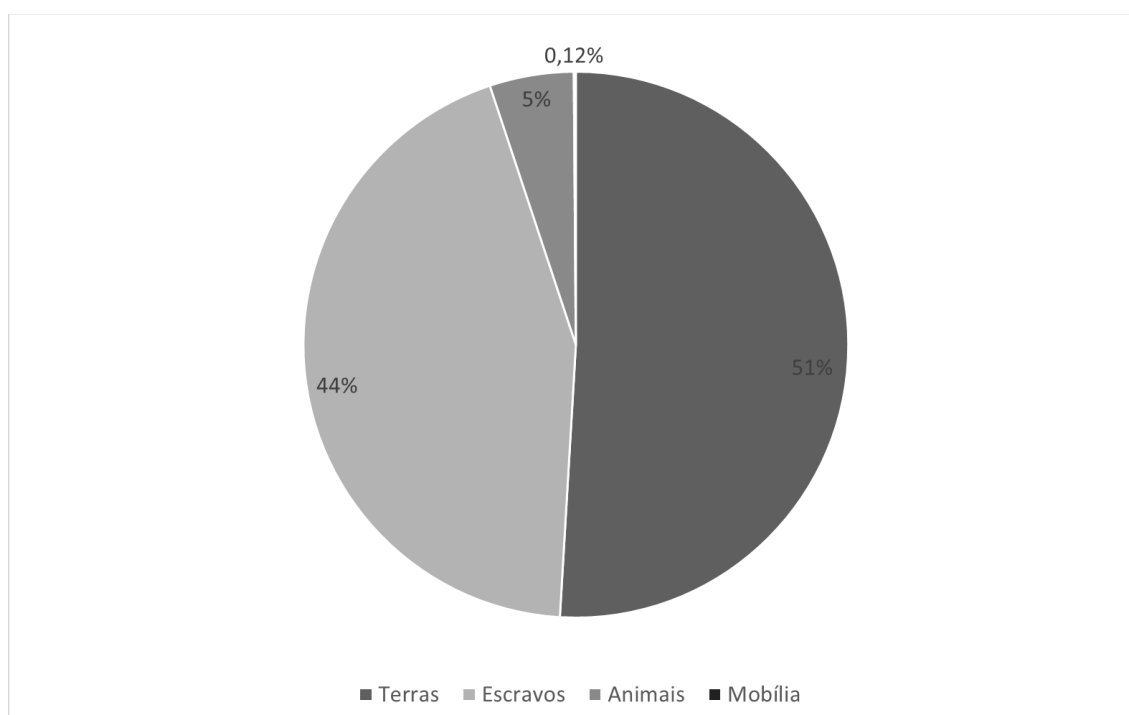
engenho com ripe, ventilador, descascador, brunidor, separador, despoldador e pilões<sup>398</sup>. Essa ampliação do número de máquinas de beneficiamento de café indica como os maquinismos impactavam a fazenda cafeeira. A consequência do uso dessa maquinaria para beneficiar o café foi o aumento da produtividade e da qualidade do café produzido, aumentando, por conseguinte, o seu valor de mercado.

**Quadro 4.6: Valor da Fazenda Aldeia, Cantagalo. 1873**

Valor (Rs)	158:000\$000	136:250\$000	15:042\$000	375\$000	309:667\$000
Valor (£)	17.173,91	14.815,22	1.635,00	40,76	33.659,45
%	51%	44%	5%	0,12%	100%

Fonte: Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional.

**Gráfico 4.2: Porcentagem do valor da Fazenda Aldeia, Cantagalo. 1873**



Fonte: Quadro 4.6.

Até o momento, nos detivemos na análise da trajetória da fazenda Aldeia e nas transformações materiais pelas quais passou. Percebemos que, ao final de sua trajetória, mesmo com a diminuição do número de cativos, as rendas da fazenda aumentaram significativamente. Além disso, é possível afirmar que, através das estratégias de enriquecimento utilizadas pelo Barão de Nova Friburgo, a fazenda passou de um estágio primário de desenvolvimento para o

<sup>398</sup> As máquinas arroladas no inventário tiveram seu valor agregado ao valor dos bens de raiz.



esplendor que apresentava na década de 70 do século XIX. A nosso ver, os principais elementos que levaram a essa modificação foram a capacidade administrativa/gerencial do Barão e os implementos técnicos que incidiam sobre a produtividade. Assim, desde o início, o Barão, pensando na produção cafeeira, passou a articular escravidão e tecnologia à sua casa comissária, a Friburgo & Filhos.

Outros fatores devem ser também levados em consideração. Na região de Cantagalo e nas terras do Barão, a produção e a comercialização da rubiácea ocorreram em um contexto de expansão do café por todo o Vale do Paraíba. Já citamos o caso do Barão do Guaribu que, neste mesmo contexto, quadruplicou suas escravarias e possuía valorosos cafeeiros<sup>399</sup>. Breno Servidone Moreno, analisando a formação da cafeicultura em Bananal, apresenta a produção cada vez mais vultosa de quatro grandes senhores daquela localidade<sup>400</sup>. Precisamos fazer referência ao senhor de escravos que foi o maior produtor de café da Província Fluminense, trata-se de Joaquim José de Souza Breves, “que produzia de 100 a 200 mil arrobas de café por ano”.<sup>401</sup> A produção dos Breves foi melhor descrita por Thiago Campos Lourenço em sua tese de doutoramento. De acordo com este trabalho, os cafezais de José Breves alcançavam três milhões de pés de café com o valor de 444:700\$000 em 1868<sup>402</sup>.

Sintetizando, é essencial argumentar que as estratégias de administração das fazendas cafeeiras, junto com os contextos econômicos globais e a valorização do café no mercado internacional, foram elementos fulcrais no sucesso das unidades produtivas conduzidas pelas técnicas e táticas do Barão de Nova Friburgo. Destacamos, desta forma, que, no ano de 1861, a produção de café registrada pelo Nova Friburgo na sua Casa Comissária foi de 276.002 arrobas<sup>403</sup>, o que não deixava nada a dever a Joaquim José de Souza Breves.

Em 18 de janeiro de 1850, o então Comendador Antônio Clemente Pinto adquiriu uma nova propriedade na vila de Cantagalo. Desta vez, a propriedade foi comprada junto a Manoel Clemente Pinto, primo do comendador e personagem que ocupava importante espaço social na vila de Cantagalo. Tratava-se da “fazenda de culturas denominada Itaóca”<sup>404</sup>. Tal propriedade

<sup>399</sup> BORGES, M. F.; SALLES, R. *Op. Cit.*, p. 222.

<sup>400</sup> MORENO, B. S. A formação da cafeicultura em Bananal, 1790-1830. In: MUAZE, M.; SALLES, R. (Orgs.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015. p. 328-350.

<sup>401</sup> CARVALHO, J. M. **A Construção da Ordem / Teatro de Sobras**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 254.

<sup>402</sup> LOURENÇO, T. C. P. *Op. Cit.*, pp. 237-240.

<sup>403</sup> Balanço Geral da Casa de Comércio no Rio de Janeiro do Barão de Nova Friburgo. IHGB. Arm 1, Gav. 1, nº 54. Arquivo do Visconde do Uruguai.

<sup>404</sup> Cartório do 2º Ofício de Notas. Lv. VII, p. 79.

estava fixada nas terras da sesmaria de Santa Thereza, no Ribeirão das Areias, Freguesia de Santa Rita e termo da vila de São Pedro de Cantagalo.

A fazenda Itaóca era composta por meia sesmaria de terras estruturadas da seguinte forma: 750 braças de frente e 1.500 de fundo (544,5ha ou 200,18 alqueires fluminense<sup>405</sup>). O principal vizinho das terras adquiridas era o próprio comendador, ou seja, três de suas fazendas eram limítrofes com a Itaóca. O outro limite da fazenda se estabelecia com as terras de outro importante familiar, Francisco Clemente Pinto, primo de Antônio. Um detalhe interessante do documento cartorial é que estas terras haviam passado às mãos de Manoel por herança de seus pais, D. Thereza Joaquina da Silva e João Clemente Pinto, tios de Antônio.

As benfeitorias contidas na fazenda Itaóca estavam organizadas da seguinte forma: 90 mil pés de café entre grandes e pequenos; roças plantadas de milho; paiol; casa de vivenda; senzalas; dois moinhos, sendo um deles na cachoeira de Santa Thereza; e, monjolos. Tudo isso somado a uma ferraria com seus equipamentos e vários ranchos, todos eles cobertos de telha e taboinhas. Constavam ainda um ventilador, terreiros de pedra, pastos cercados e valos, todas as ferramentas de lavoura e de ofícios, todos os apetrechos de cozinha, além da mobília de casa, carros, carroças e carroções.<sup>406</sup>

A foto seguinte (Imagem 4.1) apresenta a fazenda Itaóca nos tempos atuais. Desta perspectiva, é possível enxergar a sede da fazenda ao centro e dois anexos nas suas laterais, que, durante o século XIX, funcionavam como as “duas senzalas avarandadas” descritas no inventário do Barão<sup>407</sup>. Na foto, também é possível perceber que, diante das senzalas, estavam localizados os dois terreiros de pedra para a secagem do café. Todavia, a imagem não conseguiu capturar outras importantes estruturas descritas no inventário como: armazém para guardar café e mantimentos, casa de engenho com ripe, ventilador, descascador, brunidor separador, moinho de fubá, moendas para cana, despoldador e lavador de café.<sup>408</sup>

---

<sup>405</sup> 1 alqueire fluminense é 2,72 ha (hectares).

<sup>406</sup> Cartório do 2º Ofício de Notas. Lv. V.I.I, p. 79 e 79V.

<sup>407</sup> Fonte: Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. p. 40V.

<sup>408</sup> Idem.

**Imagem 4.1: Foto aérea da Fazenda Itaóca, Cantagalo. (atual)**



Fonte: Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Fazenda Itaóca. Área VI – Cantagalo.

Mas não foi apenas a fazenda Itaóca que passou às mãos de Antônio Clemente Pinto, naquele janeiro de 1850. Junto à Itaóca, o comendador adquiriu de Manoel Clemente Pinto uma posse de terras “nas cabeceiras do córrego que desagua no açude da Fazenda São Clemente”<sup>409</sup>. Itaóca e a posse nas cabeceiras do córrego foram compradas por Antônio pelo preço de 23:600\$000 e também entraram na negociação 41 escravos, dos quais 34 são de nação e os sete restantes, crioulos – Quadro 4.7. Todos os cativos foram vendidos por Manoel, independentemente de serem crianças ou adultos, doentes ou sãos, pela quantia de 400\$000 cada um, totalizando 16:400\$000<sup>410</sup>. O valor total pago pela fazenda, com as suas benfeitorias e escravos, foi de 40:000\$000.

**Quadro 4.7: Africanos e crioulos da fazenda Itaóca, Cantagalo. 1850**

Escravos	Africanos	Crioulos
Quantidade	34	7
%	83%	17%

Fonte: Cartório do 2º Ofício Lv. VI.I p 79, 79V.

Torna-se essencial destacar que as condições da fazenda Itaóca haviam se transformado significativamente quando da elaboração do Inventário *post-mortem* do Barão de Nova Friburgo – Quadro 4.8 e Gráfico 4.3. A primeira modificação está na metragem da fazenda, que, em 1850, foi medida com 750 braças de frente e 1.500 de fundo (200 alqueires) e, em

<sup>409</sup> Cartório do 2º Ofício de Notas. Lv. VII, p. 79V.

<sup>410</sup> O valor médio dos escravos, em Cantagalo, até a década de 1850, foi de 474\$083 réis.

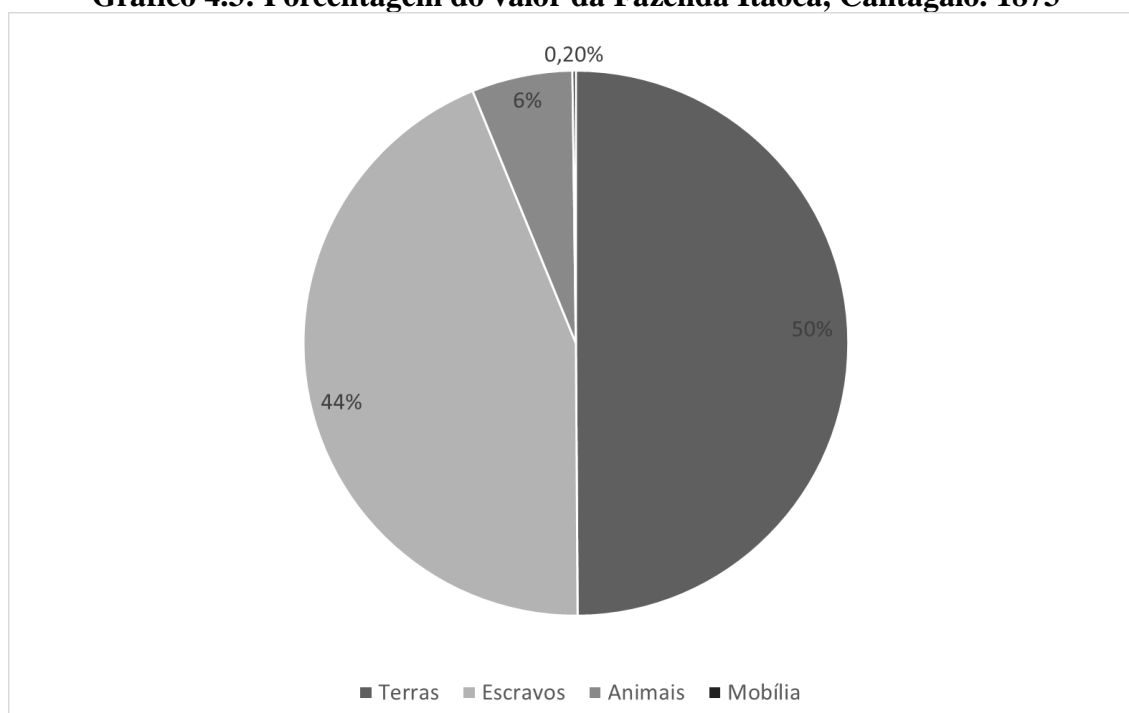
1873, ocupava 400 alqueires de terras, ou seja, duas vezes maior. Uma segunda modificação ocorreu no valor da mesma: de 40:000\$000 passou para 91:000\$000, uma valorização de 228%. Mas o que justificou tal valorização? Sem dúvida, um dos motivos fora o acréscimo de pés de café, que passou de 90 mil pés para 272 mil, um aumento de 302% entre a compra da fazenda e o inventário.

**Quadro 4.8: Valor da Fazenda Itaóca, Cantagalo. 1873**

Fazenda Itaóca	Terras	Escravos	Animais	Mobília	Total
Valor (Rs)	91:700\$000	80:500\$000	10:576\$000	361\$000	183:137\$000
Valor (£)	9.967,39	8.750,00	1.149,57	39,24	19.906,20
%	50%	44%	6%	0,20%	100%

Fonte: Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional.

**Gráfico 4.3: Porcentagem do valor da Fazenda Itaóca, Cantagalo. 1873**



Fonte: Quadro 4.8.

Conseguimos rastrear as fazendas Aldeia e Itaóca desde meados do século XIX, qualificando-as segundo suas transformações no tempo. Tais fazendas apresentaram as estratégias de acumulação utilizadas pelo Barão de Nova Friburgo. Percebemos que a sociedade foi um desses expedientes e que a compra da parte dos sócios permitiu a ampliação das unidades agrárias do complexo agrário de Cantagalo. No caso das fazendas Aldeia e Itaóca, devemos ainda destacar que os valores que elas representavam na data de suas compras aumentaram

significativamente. No caso da Aldeia, o crescimento entre a sua aquisição e o inventário foi de 453% e o da fazenda Itaóca, 358%.

No ano de 1856, o Barão continuou aumentando sua riqueza fundiária, comprando, na Freguesia de Santa Rita, uma porção de terras de sete alqueires de planta de milho. O preço foi a quitação da dívida de Domingos José Teixeira Alves no valor de 1:350\$000 somados a 700\$000 que foram recebidos no ato da compra. Neste caso, Domingos, devedor junto ao Barão, possuía uma dívida com este e para saldá-la entregou suas terras. Todavia, como as terras eram mais valiosas do que a dívida, o vendedor/devedor ainda recebeu 700\$000 pela venda da mesma.

No ano seguinte, mais uma compra de terras. Pagou 1:500\$000 por “cinco alqueires de planta mais ou menos contendo as benfeitorias constantes de uma pequena casa”<sup>411</sup>. Interessanos, fundamentalmente, a forma extremamente moderna com a qual o Barão pagou pelas terras compradas, não utilizando dinheiro, mas uma ordem de pagamento a ser descontada na Casa Comissária Friburgo & Filho. Assim, os vendedores “receberam do procurador dos outorgados em uma ordem a seu favor passada contra a casa dos mesmos outorgados no Rio de Janeiro da Firma Social Barão de Nova Friburgo & Filho”<sup>412</sup>. Somado a isso, o Barão continuava a comprar terras ligadas às suas; neste caso, no Córrego da Boa Sorte.

Na década de 1860, as compras de terras continuaram sendo a tônica do Barão de Nova Friburgo. Em 1863, Venâncio Gomes da Cruz vendeu ao Barão “uma porção de terras no lugar chamado Córrego do Batatal que leva 20 alqueires de terras pouco mais ou menos pela quantia de 3 contos e seiscentos mil réis”<sup>413</sup>. Tais terras estavam divididas da seguinte maneira: dezoito alqueires de culturas e dois alqueires livres.

A última escritura localizada no arquivo do Centro de Memória de Cantagalo data de 1866. Nesta, o Barão de Nova Friburgo figurava como “negociante e lavrador morador na Freguesia de São João Batista do termo de Nova Friburgo da Comarca de Cantagalo”<sup>414</sup>. A terra foi adquirida pelo valor de 3:000\$000 e era “denominada batatal firmada nesta Freguesia do Santíssimo Sacramento”<sup>415</sup>. As terras foram compradas com “casa térrea de vivenda, paiol, moinho, engenho de cana e oito mil pés de café e mais outras pequenas benfeitorias”<sup>416</sup>. Tratava-se de terras produtivas, que, junto a outra compra no Córrego do Batatal, fazia limite

---

<sup>411</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LN014-P126-127V.

<sup>412</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LN014-P126-127V.

<sup>413</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LN019-P298V-299V.

<sup>414</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LE003-P165-165V.

<sup>415</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LE003-P165-165V.

<sup>416</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LE003-P165-165V.

“por três lados com a fazenda Jacutinga pertencente ao outorgado”<sup>417</sup>, o Barão de Nova Friburgo.

Essa dispersão no espaço realizada pelas compras de terras pelo Barão de Nova Friburgo estendeu-se até o município de Campos. Tal expansão ocorreu no ano de 1848, em “terras de posse na Serra Vermelha”<sup>418</sup>. As terras compradas eram compostas por “mais de ¼ de sesmaria de meia légua em quadra”<sup>419</sup>. O comprador pagou 2:000\$000 pela propriedade e, com isso, é possível perceber um aspecto central, a importância da conexão entre Campos e o porto de Macaé<sup>420</sup>, por onde parte do café cantagalense era enviado para a Praça do Rio de Janeiro.

Um interessante documento que pode reorganizar grande parte das escrituras que apresentamos até aqui é o Registro Paroquial de Terras. No registro paroquial declarado pelo Barão de Nova Friburgo, a maior parte das suas terras se encontrava entre a Freguesia de Santa Rita do Rio Negro e a de Santíssimo Sacramento de Cantagalo. A primeira declaração de terras do Barão data de 3 de dezembro de 1855, seguida pelas declarações dos dias 12 e 23 do mesmo mês e de 2 de janeiro de 1856.

A primeira declaração foi feita pela sociedade Clemente & Beliene, que localizamos nas escrituras através da mãe do sócio, D. Maria Martha. A sociedade se estabeleceu em torno da fazenda Cafés, adquirida por compra “sendo meia sesmaria a Carlos Ami Gerard, um quarto a João Dedriqui Pappe, um quarto mais ou menos a Pascoal Pani, confrontando com a fazenda do Barão de Nova Friburgo”<sup>421</sup>. A declaração foi feita por Francisco André Beliene, procurador da sociedade.

No dia 12 de dezembro de 1855, o Barão de Nova Friburgo fez a sua mais longa declaração. Muitas das terras mencionadas nesse registro não foram apreendidas pela nossa análise com os documentos cartoriais. Vamos a elas.

As sesmarias declaradas são:

“denominada S. Miguel medida e demarcada com mil e quinhentas braças em quadro (...) cinco alqueires pouco mais ou menos, na mesma sesmaria denominada Santa Rita medida e demarcada descida no rumo da sesmaria de São Miguel (...) meia sesmaria medida e demarcada com meia légua em quadro denominada São José: confrontando com a sesmaria São Miguel (...) todas as vertentes no Córrego da Boa Sorte, que terá três quartos de sesmaria pouco mais ou menos (...) um quarto de sesmaria medida e demarcada com setecentos

<sup>417</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LE003-P165-165V.

<sup>418</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LE042-P165-166.

<sup>419</sup> Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LE042-P165-166.

<sup>420</sup> Ver: PENHA, A. L. N. Tortuosos caminhos: obras públicas provinciais e o difícil escoamento das mercadorias de Cantagalo, Campos dos Goytacazes e Macaé para o Rio de Janeiro (século XIX). In: MUAZE, M.; SALLES, R. (Orgs.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. pp. 524-544.

<sup>421</sup> A.P.E.R.J/A.P.T. Freguesia do Santíssimo Sacramento de Cantagalo. Declaração feita por Antônio Clemente Pinto. 3 de dezembro de 1855.

e cinquenta braças em quadro denominada Sta. Cecília (...) uma sesmaria medida e demarcada com meia légua em quadro, denominada Boa Sorte (...) meia sesmaria medida, e demarcada denominada Sta. Marta (...) uma Sesmaria denominada Santa Roza do Retiro medida, e demarcada com meia légua em quadro (...) outra Sesmaria denominada Povoa, medida e demarcada, de meia légua em quadro (...) uma Sesmaria denominada N. Sra. do Desterro (...) outra Sesmaria denominada São Manoel medida e demarcada, de meia légua em quadro<sup>422</sup>.

Somadas as essas sesmarias “medidas e demarcadas”, o Barão ainda declarou um conjunto de posses legitimadas:

Possui mais uma posse de terras legitimadas, situadas entre as Sesmarias Boa Sorte, Tanque, São Miguel e São José, contendo as ditas posses quatrocentos e noventa e um mil e vinte e três braças quadradas (...) setenta mil trezentas e duas braças quadradas de terras no ângulo da Sesmaria denominada Aguaquente (...) outra posse de terras legitimadas na vertente da Serra d’Agua Quente, que levam setenta alqueires de planta de milho, sendo mais ou menos equivalente a trezentas mil braças quadradas (...) uma posse legitimada que levará cem alqueires de planta de milho pouco mais ou menos, equivalente a um quarto de Sesmaria (...) mais uma posse legitimada unida na Sesmaria N. Sra. da Gloria, na vertentes do sul da Serra da Paraíba, que levará pouco mais ou menos quatro alqueires de planta de milho equivalentes a vinte mil braças quadradas (...) mais uma posse legitimada, unidas na Sesmaria de São Clemente e São José que levará doze alqueires de planta de milho pouco mais ou menos. Possui mais uma porção de terras não legitimadas reunidas a quadra da Sesmaria de São Manoel, vertentes da Serra dos Piões que levará pouco mais ou menos quarenta alqueires de planta de milho (...) mais, meio quarto de terras da Sesmaria medida e demarcada na Sesmaria de Sta. Maria (...) mais uma posse de terras anexa a mesma Sesmaria, terras legitimadas e que levará cinco alqueires de planta de milho pouco mais ou menos<sup>423</sup>.

As partes suprimidas na citação revelam que todas as sesmarias e todas as posses relatadas faziam limites com as terras do Barão de Nova Friburgo, fator essencial para a constituição de um complexo agrário de grande vulto como o que estamos estudando. Outro fator interessante a ser abordado é a declaração do Barão tanto das terras legitimadas quanto das não legitimadas, tornando-as, por consequência da declaração, legítimas. Ser dono de terras era, sem dúvida, um fator de distinção. Todavia, diante da declaração do Barão, não podemos nos restringir ao fator distintivo. É preciso considerar a capacidade produtiva dessas unidades e afirmar que elas foram elementos fulcrais na conformação da riqueza do nosso personagem.

No mesmo dia 12 de dezembro, o Barão fez outros registros referentes à Freguesia de Santa Rita do Rio Negro. Dentre eles, um registro referente à sociedade estabelecida entre Clemente Pinto e Jacob van Erven. Os sócios declararam que, na sesmaria d’Aguaquente existia

<sup>422</sup> A.P.E.R.J/A.P.T. Freguesia de Santa Rita do Rio Negro. Declaração feita por Antônio Clemente Pinto. 12 de dezembro de 1855.

<sup>423</sup> A.P.E.R.J/A.P.T. Freguesia de Santa Rita do Rio Negro. Declaração feita por Antônio Clemente Pinto. 12 de dezembro de 1855

uma porção de terras denominada Nossa Senhora dos Perdões com meia légua em quadra, mais nove alqueires de planta de milho e mais 447 braças de frente com 1.500 de fundo na sesmaria de São José. Declararam ainda 328 braças de frente e 750 de fundo na sesmaria Peixotos, somadas a sesmaria de São Joaquim com 110 braças de testada e com 1.500 de fundo. Antônio e van Erven ainda possuíam uma sesmaria denominada Paciência, medida e demarcada com meia légua em quadra e várias pequenas posses além do Rio Negro, mais uma posse legitimada com 25 alqueires de planta de milho, outra com 50 alqueires de planta de milho e mais 60 alqueires de planta de milho em uma posse do Alto da Serra do Rio Grande.<sup>424</sup>

Outra declaração em sociedade feita pelo Barão envolvia o mesmo Jacob van Erven e Francisco Inocência Lessa. Tais indivíduos formavam a Clemente, van Erven & Cia, firma que possuía duas sesmarias, a saber, São Martinho e Juliana. A primeira compunha-se de 1.500 braças em quadra e a segunda com 50 alqueires de planta de milho e 420 braças de testada por 1.553 de fundos<sup>425</sup>.

A última declaração do Barão de Nova Friburgo data de 02 de janeiro de 1856 e registra as seguintes terras “uma sesmaria medida e demarcada judicialmente por nome Córrego do Gavião de 1.500 braças em quadra (...) possui mais três quartos de sesmaria pouco mais ou menos na sesmaria Ronca-pau nem medida nem demarcada, porém legitimadas”<sup>426</sup>. O Barão ainda declarou três datas de terras “cada uma de 88 braças de testada com 756 braças de fundos”<sup>427</sup>, que não foram medidas, mas estavam legitimadas e se denominavam Santo Antônio da Pedra.

A totalidade dessas terras declaradas nos revela que o Barão tinha suas propriedades unidas, fator que criava um complexo agrícola de grandes dimensões. As terras que não estavam garantidas passaram a ser legitimadas pelo seu cultivo. Fator que se pode depreender a partir das medidas que se referem à “planta de milho”<sup>428</sup>.

Nesta análise das compras de terras feitas por Antônio Clemente Pinto – o Barão de Nova Friburgo –, percebemos a importância que o ativo ‘terras de Cantagalo’ tinham na conformação da riqueza e do patrimônio do personagem. As escrituras que acessamos nos

<sup>424</sup> A.P.E.R.J/A.P.T. Freguesia de Santa Rita do Rio Negro. Declaração feita por Antônio Clemente Pinto. 12 de dezembro de 1855

<sup>425</sup> A.P.E.R.J/A.P.T. Freguesia do Santíssimo Sacramento de Cantagalo. Declaração feita por Antônio Clemente Pinto. 23 de dezembro de 1855.

<sup>426</sup> A.P.E.R.J/A.P.T. Freguesia do Santíssimo Sacramento de Cantagalo. Declaração feita por Antônio Clemente Pinto. 2 de janeiro de 1855.

<sup>427</sup> A.P.E.R.J/A.P.T. Freguesia do Santíssimo Sacramento de Cantagalo. Declaração feita por Antônio Clemente Pinto. 2 de janeiro de 1855.

<sup>428</sup> O trabalho fundamental para compreender a importância de um cultivo para legitimar a posse das terras é de Márcia Motta. MOTTA, Márcia. *Op. Cit.*, p. 136.



permitiram mapear algumas propriedades deste importante senhor de terras da área oriental do Vale do Paraíba Fluminense. Através deste mapeamento, vislumbramos as estratégias utilizadas para formatar um complexo agrário em Cantagalo, a saber, a compra de terras limítrofes às propriedades já existentes, o estabelecimento de sociedades em empreendimentos agrícolas e o estabelecimento de créditos garantidos por hipoteca de terras.

Na sessão seguinte, abordaremos as estratégias utilizadas para o acúmulo de terras na vila de Nova Friburgo.

### **4.3. A Construção das propriedades em Nova Friburgo**

Ao tratarmos da construção do complexo agrário do Barão de Nova Friburgo, não podíamos deixar de lado as terras da localidade que aparece em seu título. A princípio, dois foram os motivos para tratarmos das propriedades localizadas na serra: 1) Nova Friburgo se localizava entre a Corte e Cantagalo e, portanto, tratava-se de um ponto de intercessão de seus negócios no Rio de Janeiro e as raízes de sua riqueza em Cantagalo; e, 2) Nova Friburgo possuía uma estrutura urbana que serviu para atender as necessidades do Barão ao mesmo tempo em que ele, com suas propriedades, também, embelezava a localidade.

Uma interessante pergunta a ser feita é por que o Barão não escolheu Cantagalo como seu espaço de sociabilidade urbana. Dificilmente alcançaremos uma resposta satisfatória para essa questão. Aliás, para respondê-la, devemos evitar cair em generalizações que podem englobar desde o frescor da terra friburguense até a beleza virginal de suas matas. Todavia, a historiografia vem desenvolvendo e abordando, a nosso ver, acertadamente, a noção de salubridade na Nova Friburgo do século XIX. Tal noção pode contribuir para compreendermos a escolha do Barão em enraizar-se na área urbana de Nova Friburgo<sup>429</sup>.

Nesta sessão do texto, priorizamos a aquisição das terras que compunham a fazenda do Cônego. Desse modo, tentamos reconstruir a teia de retalhos que formou a propriedade. O Barão iniciou a compra das terras do Cônego em 1860, seguidas por uma compra em 1861 e outra mais em 1862. As duas compras seguintes ocorreram nos anos de 1868 e 1869. Todavia, é preciso levar em conta a aquisição de terras no Ribeirão de São Lourenço, em 1865. Posteriormente, em 1873, ano do fechamento do inventário do Barão de Nova Friburgo, seus filhos fizeram duas vendas de terras na área do Cônego. Tais idas e vindas são essenciais para

---

<sup>429</sup> CORRÊA, M. J. B. **O cotidiano de Nova Friburgo no final do século XIX**: práticas e representação social. Rio de Janeiro: Educam, 2008. FERREIRA, M. D. M. **Histórias de Famílias**: Casamentos, Alianças e Fortunas. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008. PROENÇA, A. T. A. **Vida de médico no interior fluminense**: a trajetória de Carlos Eboli em Cantagalo e Nova Friburgo (1860-1880). Dissertação (Mestrado em História das Ciências): Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2017. SANGLARD, G. P. **Nova Friburgo**: entre a gênese bíblica e o iluminismo português. Dissertação (Mestrado em História Social): Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2008.

compreender a formação do complexo territorial em Nova Friburgo e argumentar que, ainda na década de 1860, o personagem continuava expandindo suas propriedades.

A primeira compra de terras de que temos notícia na região do Cônego ocorreu em 1860, com o Barão adquirindo uma porção de terras junto a “D. Caldeira Beatriz Maria da Conceição, Manoel Pereira de Lima e sua mulher Josefa Francisca do Espírito Santo (...) duas terças partes da chácara (...) herança do finado Manoel Francisco do Espírito Santo”<sup>430</sup>. O preço pago foi de 2:800\$000, que compreendiam 172.924 braças de terras. Seus vizinhos eram o “Barracão por um lado, a fazenda Córrego D’Antas por outro e pelos mais com o outorgado comprador”<sup>431</sup>. A partir desta última citação, vemos o Barão compondo mais uma parte de suas terras, todas limítrofes.

A segunda compra de terras ocorreu em 31 de maio de 1860 quando João Pereira de Aguiar e sua mulher vendem ao Barão de Nova Friburgo a “legítima que lhes coube no inventário de sua sogra e mãe (...) pelo preço de 200\$000 réis”<sup>432</sup>. Destacamos que, nessa escritura, não consta a quantidade de terras transferidas nem com quem a chácara fazia limite, mas localizava-se no Cônego.

Em 1861, o Barão novamente comprou terras limítrofes com as suas na região do Cônego. Desta vez, a vendedora foi Catharina Josepha que recebeu 200\$000 pelo valor das terras cedidas ao Nova Friburgo<sup>433</sup>. A outra compra feita em 1861 foi junto a Josephina Perrisset e a Rafael Joaquim Cardozo, compreendendo duas partes da chácara que o último recebeu por herança e que se confrontava com as terras do Barão. Nesta negociação, o valor pago foi de 1:000\$000, sendo 500\$000 pelas terras e outros 500\$000 pela casa e benfeitorias<sup>434</sup>.

No início do ano de 1862, o Barão de Nova Friburgo ampliou a fazenda do Cônego através da compra de terras vizinhas. O vendedor, Manoel Francisco de Lessa, entregava ao Barão uma parte da chácara fruto da herança deixada por seu pai, Manoel Francisco do Espírito Santo. Esta era a última terça parte da chácara deixada por Manoel Francisco, pois as duas outras terças já haviam sido compradas em 1860. O valor pago pelo Barão foi de 1:400\$000 e correspondiam a 86.464 braças quadradas de superfície, que se confrontavam com outras terras do comprador e com a fazenda Córrego D’Antas.<sup>435</sup>

---

<sup>430</sup> Cartório do 2º Ofício. Livro 5.1, p. 220.

<sup>431</sup> Cartório do 2º Ofício. Livro 5.1, p. 220.

<sup>432</sup> Cartório do 2º Ofício. Livro 5.1, p. 237.

<sup>433</sup> Cartório do 2º Ofício. Livro 6, pp. 22v e 23.

<sup>434</sup> Cartório do 2º Ofício. Livro 6.1, pp. 156, 156V, 157, 157V e 158.

<sup>435</sup> Cartório do 2º Ofício. Livro 6, pp. 55, 55V e 56.

No ano de 1865, o Barão comprou uma propriedade de terras no Ribeirão de São Lourenço junto a Antônio de Freitas e Silva e sua mulher. A posse das terras, limítrofes a fazenda do Cônego, foi comprada por 3:000\$000<sup>436</sup>. Três anos depois (1868), Maria Carolina Perisset vendeu ao Barão outra porção de terras no Cônego, oriundas do inventário de seu marido. O valor despendido foi de 200\$000<sup>437</sup>. Em 1869, ocorreu a última compra de terras ligadas à fazenda do Cônego de que temos registro. Foi feita por Apolinário da Fonseca Couto e se denominava Fazenda Imperial do Córrego das Antas. O Barão pagou 3:000\$000 pelas “terras de Leste a Oeste da mesma fazenda” somadas a “situação denominada Boa Vista” que foram vendidas pelo mesmo valor, totalizando 6:000\$000.

O Cônego era um espaço estratégico para o Barão de Nova Friburgo e, mesmo após sua morte, seus filhos continuaram adquirindo terras naquela localidade. Para enfatizarmos essas compras de terras, vão aqui as duas escrituras realizadas em 1873. No primeiro documento, os filhos do Barão, denominados capitalistas, compraram 495 metros de “terras de testada no lugar denominado Cônego deste termo por um conto de réis”<sup>438</sup>. A segunda compra realizada era de mesmo tamanho, mas foi adquirida por 1:400\$000. Ambas as propriedades faziam limites com as terras dos herdeiros do Barão de Nova Friburgo.

As terras compradas e aqui arroladas através das escrituras, totalizando 1.200 alqueires, demonstram uma diligente maneira de adquirir terras. O expediente utilizado, sobremaneira, foi a compra quando dos inventários dos proprietários. Ademais, é preciso destacar que, com a aquisição de terras do Cônego até o Ribeirão de São Lourenço, passando pela Fazenda Imperial do Córrego das Antas, o Barão constituiu mais um complexo agrário de grande vulto ao longo de sua última década de vida.

Nesta sessão, abordamos as compras de terras que compunham o que chamamos de complexo Nova Friburgo - Imagem 4.2. Notamos que as estratégias de aquisição de terras utilizadas em Nova Friburgo eram semelhantes às que o Barão usou em Cantagalo. Ou seja, predominaram as compras de terras limítrofes às propriedades já existentes. Sem dúvida, as terras adquiridas em Nova Friburgo tinham expressiva importância no espólio do Barão e comportavam 210 cativos, segundo seu inventário<sup>439</sup>. Afinal, elas estavam entre o complexo cafeeiro localizado em Cantagalo e a área de atuação comercial do Nova Friburgo, a Praça do Rio de Janeiro.

---

<sup>436</sup> Cartório do 2º Ofício. Livro 6, pp. 138V e 139.

<sup>437</sup> Cartório do 2º Ofício. Livro 6.1, pp. 111, 111V, 112, 112V, 113 e 113V.

<sup>438</sup> Cartório do 2º Ofício. Livro 7, pp.191 e 191V.

<sup>439</sup> Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional.

**Imagem 4.2: Fazenda do Cônego, Nova Friburgo. 1875**



Fonte: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon309885/icon1056647.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon309885/icon1056647.jpg)

#### **4.4. Controle, isolamento e requinte das fazendas do Barão de Nova Friburgo: Areias, Itaóca e Aguaquente**

A aparência de uma fazenda-fábrica brasileira é raramente alegre. Grandes edifícios com dois pavimentos, ladeados por linhas de edifícios menores dispostos em um quadrilátero que constituem as habitações dos escravos e dos trabalhadores livres, a casa do médico, enfermarias e armazéns, afora os extensos terreiros para a secagem [...] tudo isso dá ao estabelecimento a aparência de uma fortaleza, não de um centro agrícola, ainda mais porque tudo está cercado por muros ou paliçadas de forma que o lugar pode ser trancado à noite.<sup>440</sup>

Citando a descrição do agrônomo holandês C. F. van Delden Laërne, após visitar várias fazendas no Vale do Paraíba fluminense e mineiro entre 1883 e 1884, Rafael Marquese destacou o caráter disciplinar da arquitetura e da organização do espaço da fazenda Resgate, em Bananal, pertencente ao Comendador Valim.

Analisando a organização espacial da fazenda Areias, verificamos o mesmo aspecto disciplinar da construção dos edifícios. A disposição dos edifícios em quadra tinha o objetivo

<sup>440</sup> LAËRNE, C. F. D. **Brazil and Java. Report on coffee-culture in America, Asia, and Africa.** Londres: Martinus Nijhoff, 1885. In: MARQUESE, R. B. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate. **Anais do Museu Paulista**, (Impresso), v. 18, p. 83-128, 2010, p. 97.

de controlar o trabalho dentro desse espaço e, assim, as necessidades da produção cafeeira<sup>441</sup>, sempre em busca de maximizar a produtividade, seriam atendidas. A imagem a seguir deixa nítida a estrutura em quadra da fazenda Areias - Imagem 4.3.

**Imagem 4.3: Antiga foto da fazenda Areias, Cantagalo**



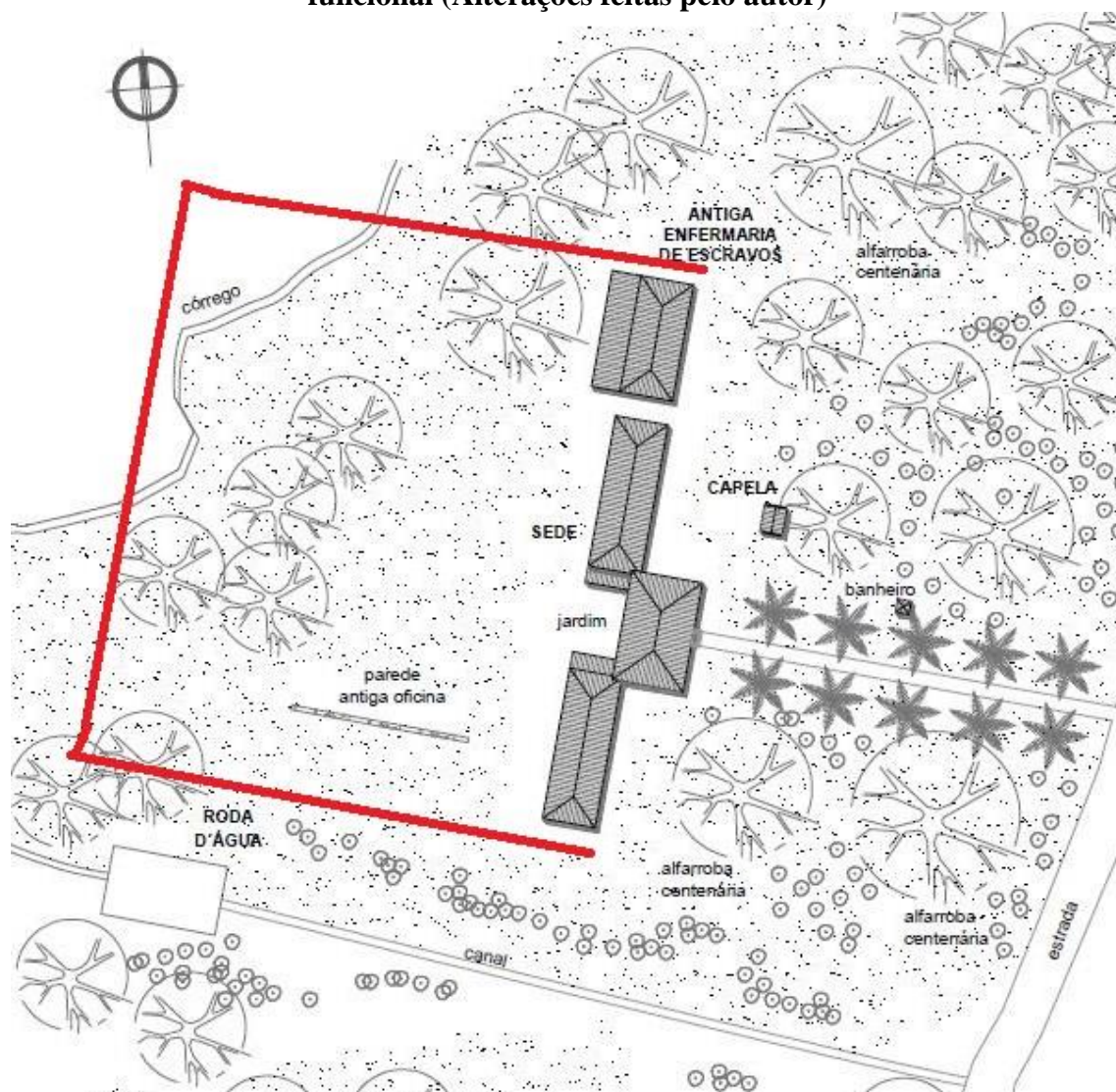
Fonte: [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/12\\_faz\\_areias.pdf](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/12_faz_areias.pdf)

Comparando a fotografia com o recorte da representação gráfica da fazenda, algumas estruturas parecem estar deslocadas. No caso da representação gráfica, não se vê a senzala em L que aparece fechando o quadrilátero produtivo e o hospital dos escravos parece estar do lado oposto da foto. Estes possíveis equívocos não atrapalham a análise a respeito da importância do quadrilátero funcional para a produtividade e controle dos escravos na fazenda.

---

<sup>441</sup> SANTOS, M. A. **Geografia da escravidão no Vale do Paraíba cafeeiro**: Bananal, 1850-1888. 1ª. ed. São Paulo: Alameda, 2016, p. 44.

**Representação gráfica 4.1: Fazenda Areias, Cantagalo – Destaque para o quadrilátero funcional (Alterações feitas pelo autor)**



[http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/12\\_faz\\_areias.pdf](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/12_faz_areias.pdf), p. 271.

Tanto Marco Aurélio dos Santos como Rafael de Bivar Marquese ressaltaram o isolamento como característica da estrutura em quadra. Marquese destacou que

garantido por meio de sua disponibilidade retangular, pelos compartimentos de habitação dos cativos que se comunicavam apenas com o terreiro, pela inexistência de janelas, pelos muros altos ou cercas em balaústres e pela entrada única fechada com portão.<sup>442</sup>

Todos os elementos de isolamento presentes na descrição de Marquese se encontram nitidamente marcados na imagem da fazenda Areias. Na estrutura analisada, encontra-se em

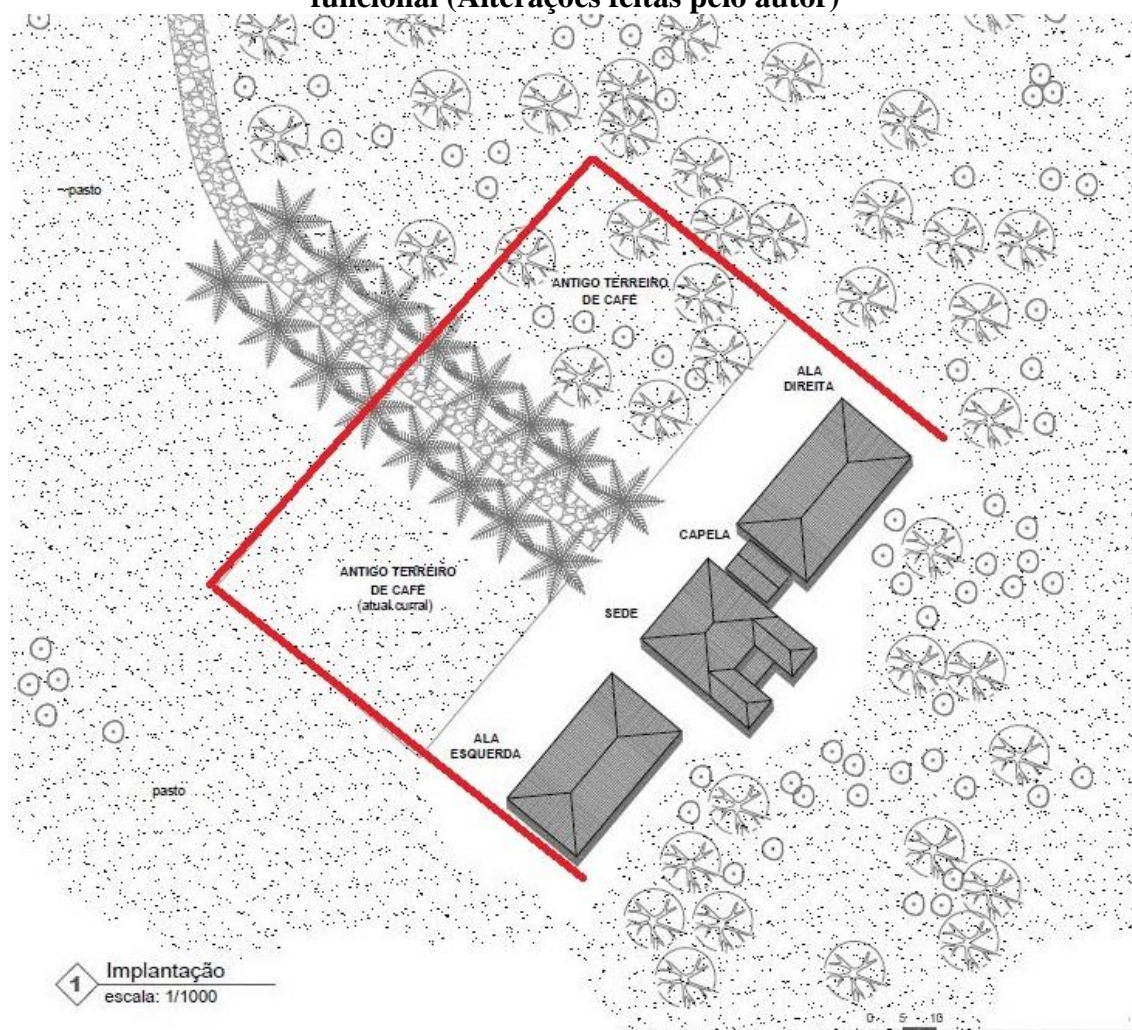
<sup>442</sup> MARQUESE, R. D. B. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. *Anais do Museu Paulista* (Impresso), São Paulo, v. 13, nº 2, pp. 165-188, jul-dez/2005.

destaque a casa-grande, elemento fundamental do controle e da fiscalização dos trabalhadores escravos dentro do quadrilátero produtivo.

Através do quadrilátero produtivo, o controle senhorial passou a incidir mais fortemente sobre os corpos escravos restringindo-lhes a movimentação. Os vários espaços produtivos da fazenda e a ação do administrador da mesma contribuía para o controle sobre a escravaria. Tal aspecto, somado a formatação quadrangular, era central para o domínio senhorial. Portanto, é neste espaço que se reforça o controle sobre os escravos, o que resulta em uma área onde as relações de produção escravistas respondiam a necessidade produtiva requerida pelo contexto de internacionalização do mercado mundial de café. Sintetizando, o quadrilátero funcional tinha um duplo objetivo, por um lado ficava responsável pelo controle da escravaria reafirmando o poder senhorial e, por consequência, impactava a produtividade da fazenda de café.

Sem dúvida, este expediente estava presente nas diversas fazendas do Barão de Nova Friburgo. Por exemplo, na representação gráfica da fazenda Itaóca, é possível perceber a existência dos contornos do quadrilátero funcional através da representação gráfica feita por ocasião do *Inventário das fazendas do Vale do Paraíba Fluminense*. Nesta representação, decidimos marcar os contornos do quadrilátero, modificando a imagem original, mas dando relevo a estrutura quadrangular composta pela casa-grande, pelas alas direita e esquerda (senzalas) e pelos terreiros de café a frente dessas estruturas.

**Representação gráfica 4.2: Fazenda Itaóca, Cantagalo – Destaque para o quadrilátero funcional (Alterações feitas pelo autor)**

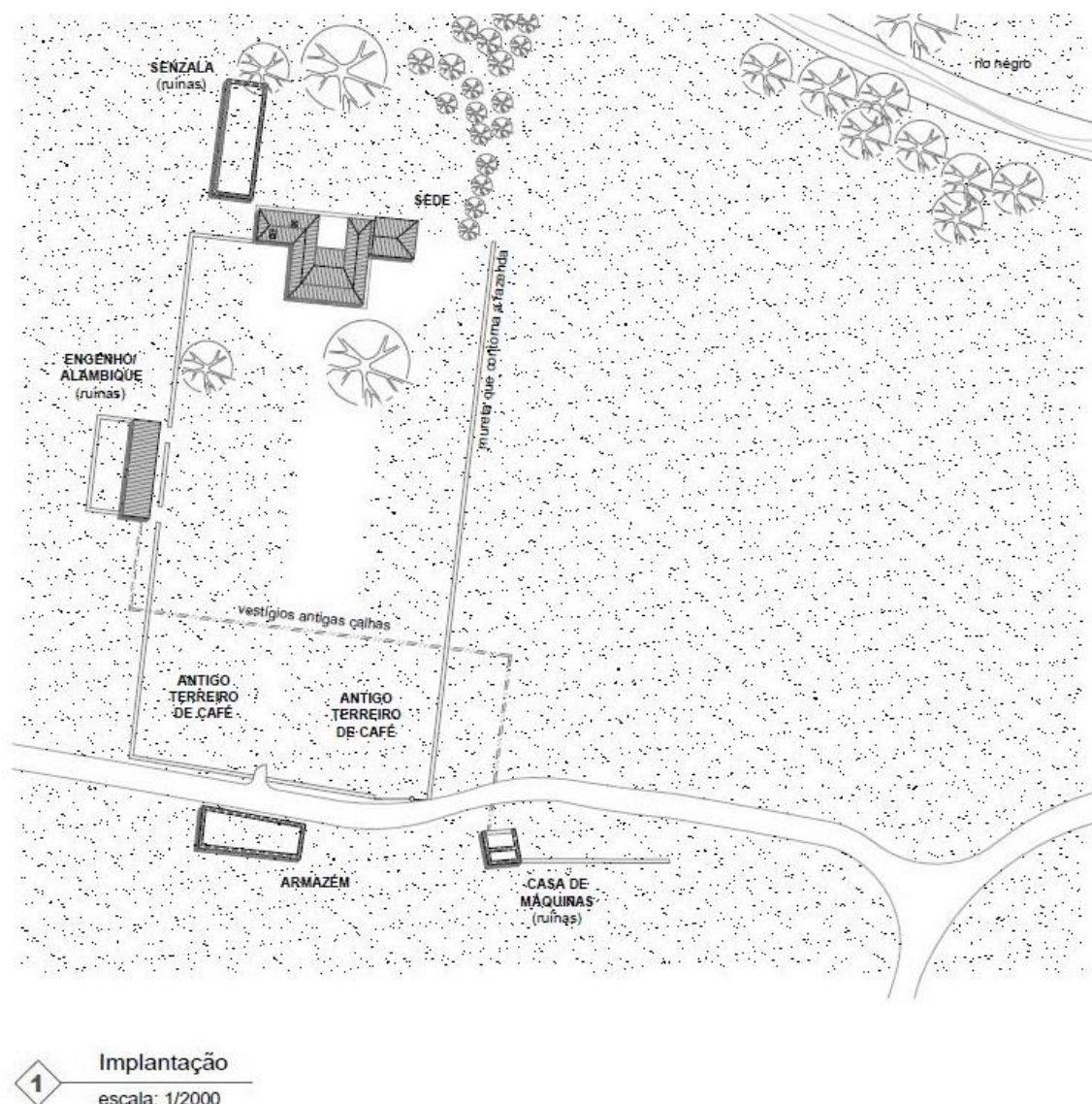


Fonte: [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/13\\_faz\\_itaoca.pdf](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/13_faz_itaoca.pdf), p. 292.

A mesma utilização do quadrilátero funcional também pode ser percebida na representação gráfica da fazenda Aguaquente. Mais evidente do que na fazenda Itaóca, a Aguaquente ainda preserva um muro que cerca todo o espaço de controle da mão de obra no interior do quadro. A senzala, curiosamente, mais um espaço disciplinador, encontra-se localizada fora deste muro, mas nada que impeça que os escravos, uma vez introduzidos no quadro, passem a responder aos critérios de isolamento e controle a que fizemos referência.



Representação gráfica 4.3: Fazenda Aguaquente, Cantagalo



Fonte: [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/15\\_faz\\_agua\\_quente.pdf](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/15_faz_agua_quente.pdf), p. 347.

Ainda com relação ao espaço das fazendas, outro aspecto pode e deve ser destacado nessas unidades produtivas: o refinamento. Mesmo quando não se tratava das casas de vivenda mais elaboradas, os elementos simbólicos de distinção presentes na arquitetura da fazenda estavam presentes.<sup>443</sup>

O aspecto do refinamento começou a ser introduzido nas fazendas em um momento de auge do café, a partir de 1850, quando os lucros permitiram que os senhores investissem em

<sup>443</sup> Outro exemplo de refinamento e requinte fora a construção do Palácio Nova Friburgo no Município Neutro da Corte. Cf. PORTELLA, I. S. Um Sonho em Pedra e Cal. O Barão Antonio clemente Pintoe seu legado patrimonial: a construção do Palácio Nova Friburgo. In: PESSOA, A. E. M. M. (Anais do II Colóquio Internacional Casa senhorial: anatomia dos interiores. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015, pp. 196-208.

características arquitetônicas. Tais elementos de distinção ficam evidentes quando vemos o Barão de Nova Friburgo, no volume de suas importações, trazendo pedras de cantaria, mobília e gesso para ornar suas propriedades. No período entre 1860 e 1869, o Barão importou 892 volumes de pedras de cantaria, 45 barris de gesso e 177 volumes de mobília.<sup>444</sup>

Tais elementos eram fundamentalmente utilizados na construção do palacete do Largo do Valdetaro<sup>445</sup>, nas fazendas localizadas em Cantagalo e também nas propriedades urbanas de Nova Friburgo. Os elementos de cantaria podem ser vistos em várias de suas propriedades. Como exemplo, utilizamos novamente a fazenda Areias. No Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense, o avaliador escreve:

“Os belos trabalhos em cantaria estão por toda a parte: na porta e escada da entrada social (f30), nas colunas romanas da varanda voltada para o jardim interno (f31), na mureta que divide o jardim e o pátio dos fundos (f32) e no chafariz em frente à porta principal (f33).”<sup>446</sup>

Os elementos elencados ressaltavam características essenciais para uma fazenda que servia como casa de morada do Barão de Nova Friburgo quando este se encontrava em visita as suas fazendas. Portanto, as estruturas descritas não possuíam apenas o objetivo de “embelezar” a fazenda, mas de apresentar toda a distinção deste senhor junto à classe senhorial cantagalense.

O fato de o Barão ter mandado vir de Portugal e da França os elementos que caracterizariam sua distinção social e econômica também alertam para o fato de que os senhores da banda oriental do Vale do Paraíba estavam conectados ao mercado mundial. Ou seja, os tentáculos desses senhores eram mundiais, tanto para exportação de café quanto para a importação de modernidades. Tais elementos de poder se espalhavam para aumentar a riqueza, para saciar seu modo de vida e para abrihantear seus símbolos de distinção social.

As imagens que se seguem estão indicadas na citação anterior e formam um conjunto arquitetônico majestoso. Tal conjunto evidencia o modo de vida senhorial e a utilização das casas de vivenda como *locus* do poder senhorial.

---

<sup>444</sup> Correio Mercantil, Instrutivo, Político e Universal. Anos: XVII – XXV (Importação). Diário do Rio de Janeiro. Anos XL – XLVI.

<sup>445</sup> Ver capítulo II.

<sup>446</sup> Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Fazenda Areias. Código: AVI – F03 – Can, p. 264.

**Imagem 4.4: Fachada da Fazenda Areias, Cantagalo. Referência (f30)**



Fonte: [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/12\\_faz\\_areias.pdf](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/12_faz_areias.pdf)

**Imagem 4.5: Varanda do jardim interno da fazenda Areias, Cantagalo. Referência (f31)**



Fonte: [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/12\\_faz\\_areias.pdf](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/12_faz_areias.pdf)

**Imagem 4.6: Mureta entre o jardim e o pátio dos fundos, Cantagalo. Referência (f32)**



Fonte: [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/12\\_faz\\_arias.pdf](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/12_faz_arias.pdf)

**Imagem 4.7: Chafariz em frente à fachada da fazenda Areias, Cantagalo. Referência (f32)**



Fonte:[http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/12\\_faz\\_areias.pdf](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/12_faz_areias.pdf)

As imagens 4.4, 4.5, 4.6 e 4.7 servem como contraste para a experiência de controle dos corpos escravos nessas propriedades. Elas são o contraponto ao quadrilátero funcional e a todos os aspectos de controle e isolamento que podemos identificar a partir dos documentos constantes nesses inventários. Diante disso, é indispensável ressaltar que esses dois elementos, isolamento e requinte, andavam unidos no dia a dia das fazendas do Barão de Nova Friburgo.

#### **4.5. Os desdobramentos da partilha dos bens do Barão de Nova Friburgo**

Sem dúvida, abordar as consequências da transmissão do patrimônio para os filhos do Barão de Nova Friburgo é de extrema importância para compreendermos as especificidades mais imediatas dessa sucessão. Para tal intento, analisaremos o relatório elaborado pelo

engenheiro agrônomo Luiz Monteiro Caminhoá<sup>447</sup>, referente às fazendas Aldeia, Gavião e Areias. Na partilha de bens, as duas primeiras passaram ao dr. Bernardo Clemente Pinto e a última, ao Barão de São Clemente.

Desta forma, após o fechamento do inventário *post-mortem* do Barão de Nova Friburgo, algumas das suas fazendas, agora sob a responsabilidade de seus filhos, passaram pela avaliação de Caminhoá - publicada no jornal O Globo, no ano de 1877<sup>448</sup>. Consideramos essencial a análise do relatório de Caminhoá, pois o mesmo traz detalhes importantes para a compreensão das estruturas produtivas das fazendas, como a quantidade de café, de milho e de feijão produzidas; a quantidade de terras e de escravos; e, o valor das máquinas das fazendas. Consideramos que a administração de seus filhos seguiu o caminho deixado pelo primeiro Barão de Nova Friburgo.

Caminhoá, ao longo de sua análise, aborda três das fazendas do Barão de Nova Friburgo, a saber, Aldeia, Gavião e Areias. Tais unidades produtivas são, sem dúvida, as joias da produção cafeeira do espólio do Barão. Para seguirmos a linha narrativa elaborada, passamos a observar a fazenda Aldeia sob as lentes do engenheiro.<sup>449</sup>

A primeira contribuição de Caminhoá se refere ao tamanho das terras da fazenda Aldeia, 749 mil alqueires<sup>450</sup>. Nesta reunião de dados, o informante separa as diferentes áreas da fazenda e nos apresenta a quantidade de terras envolvidas em cada atividade. As capoeiras, ou seja, as terras já desgastadas pelo uso intenso do solo representavam a maior porção, 250 alqueires. Os cafezais ocupavam o segundo lugar, 200 alqueires, comportando 600 mil pés de café. O terceiro

---

<sup>447</sup> Luis Monteiro Caminhoá nasceu na Bahia e era engenheiro agrônomo. No ano do seu falecimento, 1886, era fiscal do 3º Distrito dos Engenhos Centrais. Era irmão de Joaquim Monteiro Caminhoá, professor de Botânica e Zoologia Médica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e Membro do Conselho. Academia Nacional de Medicina. Joaquim foi também Comendador da Ordem da Rosa e da Imperial Ordem Austríaca de Francisco José, Cavaleiro da Ordem de S. Bento de Aviz e Cavaleiro da Ordem de Cristo. Cf. **Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura**. Volume Décimo Sétimo. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & C., 1886, p. 56 (Necrologia). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=188409&pagfis=3635&url=http://memoria.bn.br/docreader#> Acesso em: jul. de 2016; **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ. <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/camjoamon.htm>; MARTINS, M. F. V. **O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura: elites, política e reforma agrícola no Segundo Reinado (1860-1897)**. Dissertação (Mestrado em História): Niterói: UFF, 1995; BEDIAGA, B. **Mercado pela própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, 1860 a 1891**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

<sup>448</sup> O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Ano 4 – 1877, seção: Agricultura.

<sup>449</sup> A respeito do engenheiro agrônomo, como intelectual orgânico do Império brasileiro, cf. ARAÚJO, N. D. A. Da cadeira de agricultura ao anel de engenheiro agrônomo: ciência, civilização e estado imperial no coração da produção açucareira baiana. **Anais do XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Nilton%20de%20Almeida%20Ara%20FAjo.pdf> Acesso em: ago. de 2017.

<sup>450</sup> Os dados de Caminhoá estão em desacordo com os fornecidos pelo inventário do Barão de Nova Friburgo. No documento elaborado pelo engenheiro, é informado que a fazenda possui 749 alqueires; o inventário apresenta o número de 600.

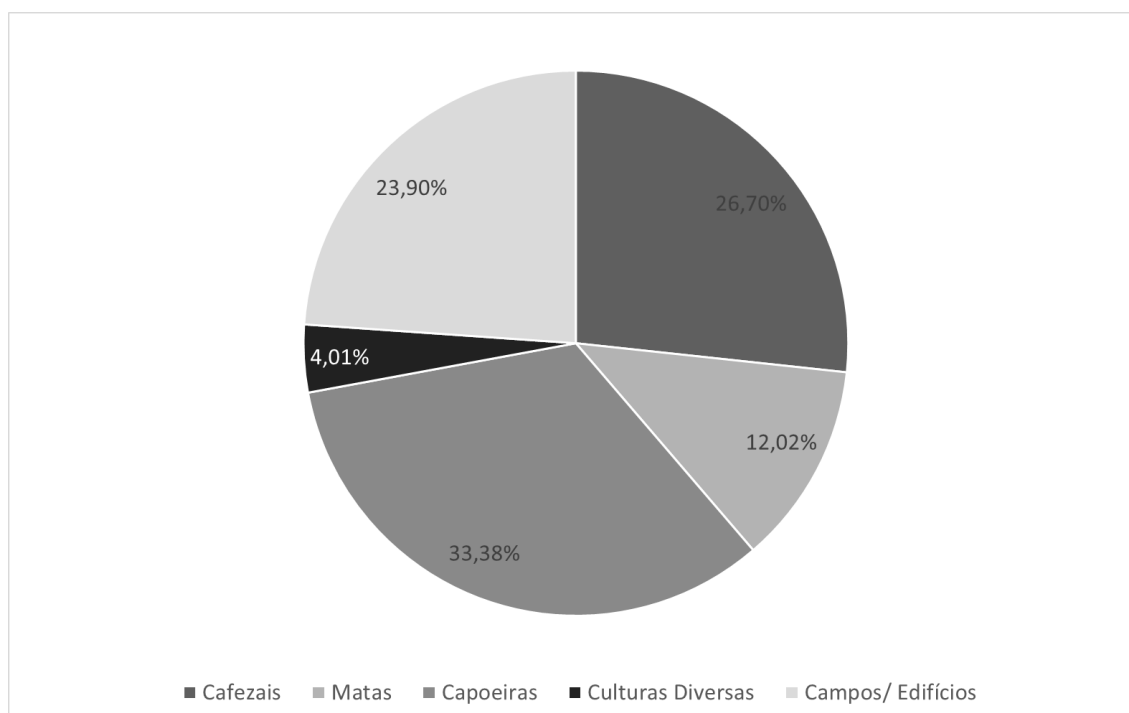
espaço em tamanho foi representado por campos, por edifícios e por estruturas como moinhos e equipamentos de beneficiamento do café que ocupavam 179 alqueires de terras. Em quarto lugar, estavam as matas da fazenda. Considerada a área mais valiosa, as matas representavam a possibilidade de expandir a fronteira agrícola, com ênfase para o café. No caso da Aldeia, apenas 90 alqueires de terras estavam cobertos por matas. Os 30 alqueires restantes eram responsáveis pelos demais produtos da fazenda: milho, feijão e outros<sup>451</sup> – Quadro 4.9 e Gráfico 4.4.

**Quadro 4.9: Tamanho e divisão das terras da Fazenda Aldeia, Cantagalo. 1877**

<b>Fazenda Aldeia</b>	<b>Tamanho</b>	<b>%</b>
Cafezais	200	26,70
Matas	90	12,02
Capoeiras	250	33,38
Cultuas diversas	30	4,00
Campos e Edifícios	179	23,90
Total	749	100

Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

**Gráfico 4.4: Porcentagem das Terras da Fazenda Aldeia, Cantagalo. 1877**



Fonte:Quadro 4.9.

Um dos aspectos mais importantes abordados por Caminhoá foi a produção cafeeira. Caminhoá analisou a série de dados entre os anos de 1871 e 1875 das fazendas Aldeia, Gavião

<sup>451</sup> O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção: Agricultura, p.2.



e Areias. Compreender as nuances da produção cafeeira é fator fundamental para o entendimento do que já argumentamos largamente: a produção cafeeira na região de Cantagalo continuava pujante no quartel final do século XIX e a produção das fazendas do Barão de Nova Friburgo foi um exemplo de tal expediente. Destacamos que a pujante lucratividade estava ligada à conjuntura de alta do preço do café no mercado norte-americano pós-guerra civil, com Nova Iorque se tornando a maior consumidora mundial de café. Dois anos após o conflito, os preços do café brasileiro iniciaram uma tendência de alta, perdurando por toda a década de 1870<sup>452</sup>.

Diante da importância do café, passamos a analisar a produção da fazenda Aldeia entre os anos de 1871 e 1874. Em primeiro lugar, é preciso informar que, durante o período, ocorreu uma oscilação da produção na unidade produtiva analisada<sup>453</sup>. Entre 1871 e 1872, a produção mais que dobrou, para, em seguida, entre 1872 e 1873, ter uma queda de quase 12 mil arrobas de café. No período seguinte, 1873 e 1874, a produção cresceu mais de cinco vezes em relação ao período anterior. De qualquer forma, os números apresentados totalizam 56.820 arrobas de café, produção nada desprezível que formatou uma média de 14.205 arrobas de café para o quadriênio 1871-1874 – Quadro 4.10 e Gráfico 4.5.

Quando olhamos para os dados expressos no parágrafo anterior, constatamos a oscilação da produção cafeeira no interior da fazenda Aldeia, fator que explicaremos mais à frente. Ademais, verificamos que, no quinquênio, o total da produção cafeeira era bastante significativo e, sem dúvida, sua média acompanhava a mesma perspectiva. Diante desta situação, precisamos lembrar que, por ser uma fazenda que já estava há 24 anos nas mãos do Barão de Nova Friburgo, a Aldeia já tinha esgotado grande parte de suas terras produtivas, como vimos na análise de composição de suas terras. Apesar dessas características descritas e mesmo diante das adversidades destacadas, a tendência da produção cafeeira foi de crescimento no período.

---

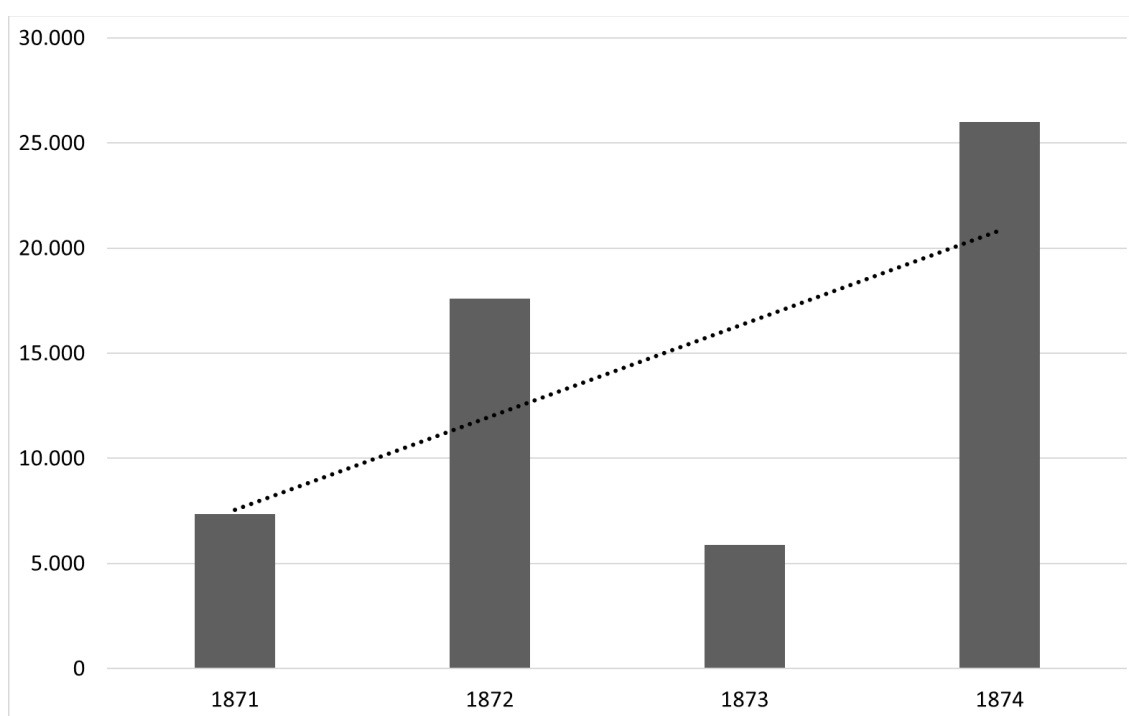
<sup>452</sup> BACHA, E. “Política brasileira do café. Uma avaliação centenária”. In: BACHA, E.; GREENHILL, R. **Marcelino Martins & E. Johnston: 150 anos de café**. 2ª revisada. ed. São Paulo : Salamandra Cons. Editorial, 1992. p. 325. MARQUESE, R. de B. *Capitalismo, Escravidão e a Economia Cafeeira do Brasil no longo século XIX*. **Saeculum (UFPB)**, v. 29, pp. 289-321, 2013.

<sup>453</sup> Excluimos o ano de 1875 devido ao fator da bienalidade da produção cafeeira. Plantado a pleno sol, os cafeeiros precisam vegetar por um ano para voltar a produzir satisfatoriamente no ano seguinte. Assim, temos em mente que anos de alta e anos de baixa da produção devem ser agregados para uma análise mais realista da produção cafeeira nas fazendas. Cf. MARQUESE, R. de B.. *Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba oitocentista*. **Almanak Braziliense (Online)**, v. 7, p. 138-152, 2008.

**Quadro 4.10: Colheitas de café da fazenda Aldeia, Cantagalo. 1871-1874**

Ano	Arrobas
1871	7.332
1872	17.595
1873	5.881
1874	26.012
Total	56.820
Média	14.205

Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p. 2.

**Gráfico 4.5: Colheitas de café da fazenda Aldeia, Cantagalo. 1877**

Fonte: Quadro 4.10.

Abordamos também a média produtiva dos cafeeiros da fazenda Aldeia levando em conta o que argumentamos a respeito da bienalidade. Juntamos, portanto, os anos de 1871 e 1872 e obtivemos uma média de 12.464 arrobas de café. Os anos de 1873 e 1874 foram responsáveis por uma média 15.974 arrobas. Todavia, torna-se imprescindível responder à questão da produtividade dos pés de café, que, na fazenda Aldeia, girava em torno de 23,68 arrobas por mil pés de café, com cada escravo voltado ao cultivo dos cafeeiros responsável por 7.500 pés – Tabela 4.1.

**Tabela 4.1: Colheita de café: média bianual, arrobas por mil pés de café e pés de café por escravo da fazenda Aldeia. 1871-1874**

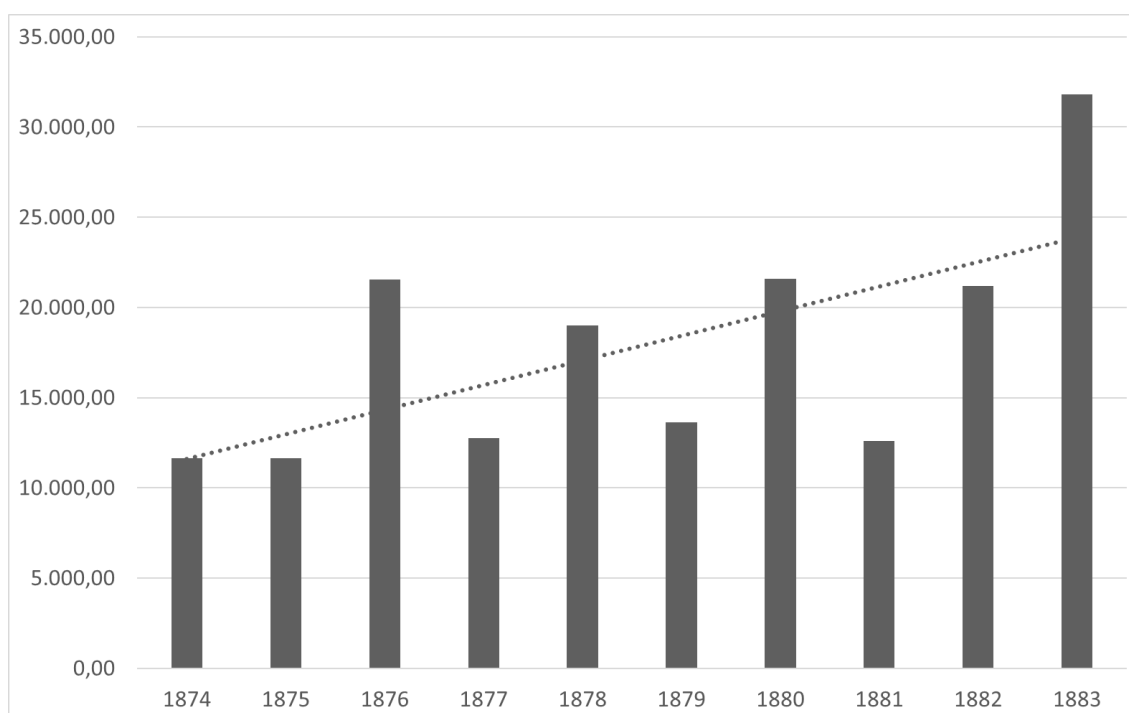
1871-1872	12.464
1873-1874	15.947
Arrobas por mil pés	23,68
Pés de café por escravo	7.500

Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p. 2.

A relação entre as terras com culturas, as terras agricultáveis e as terras que já tinham atingido a estagnação podem indicar importantes elementos a respeito da fazenda Aldeia. Inicialmente, vale salientar que, apesar da grande faixa de cafezais, apenas 70.000 árvores (12%) já estavam com mais de 24 anos e 530.000 com idade entre um a nove anos. Outro aspecto relevante é a quantidade de terras em capoeiras, demonstrando, assim, que a produtividade da fazenda exauriu grande parte das terras. Os 530 mil pés de 1 a 9 anos (88%) ocuparam a maioria das faixas de terras utilizadas para ampliar a fronteira de áreas ligadas à cafeicultura, que, diante disso, estavam significativamente reduzidas. Os 530 mil pés mais jovens parecem ter sido um dos últimos esforços de expansão da área cafeeira produtiva na fazenda Aldeia, ficando o estoque de matas bastante diminuto. Todavia, avaliando os dados apresentados por Van Delden Laërne<sup>454</sup>, até o ano de 1883, a fazenda Aldeia não apresentava sinais de crise. Sua produção manteve uma tendência de alta, sendo que, neste último ano, a colheita foi recorde, a saber, 31.817 arrobas – Gráfico 4.6.<sup>455</sup>

<sup>454</sup> Leila Vilela Alegrio chamou a atenção para as discordâncias entre as informações colhidas por Caminhoá e Van Delden Laërne. Cada um dos relatórios apresentou dados de produção bastante díspares para os anos de 1874 e 1875. ALEGRIO, L. V. **Os Clemente Pinto**: importantes cafeicultores do sertão do leste fluminense. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 184.

<sup>455</sup> LAËRNE, C. F. D. **Brazil and Java. Report on coffee-culture in America, Asia, and Africa**. Londres: Martinus Nijhoff, 1885, p. 325. *Apud.* ALEGRIO, L. V. **Os Clemente Pinto**: importantes cafeicultores do sertão do leste fluminense. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 185.

**Gráfico 4.6: Produção de café na fazenda Aldeia, 1874-1883**

LAËRNE, C. F. D. **Brazil and Java. Report on coffee-culture in America, Asia, and Africa.** Londres: Martinus Nijhoff, 1885, p. 325. Apud. ALEGRIO, L. V. **Os Clemente Pinto: importantes cafeicultores do sertão do leste fluminense.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 185.

Outro aspecto presente na análise elaborada por Caminhoá consistiu na produção de alimentos para a subsistência. Caminhoá avaliou, no mesmo intervalo de tempo, as colheitas de milho e de feijão da fazenda. Os dois produtos formavam a base da alimentação dos cativos da fazenda Aldeia, que, segundo o analista, somavam 180 indivíduos<sup>456</sup>. A produção de milho somava 28.025 arrobas durante o intervalo 1871-1875 e a de feijão, 2.503 arrobas – Quadros 4.11 e 4.12 e Gráficos 4.7 e 4.8. A diferença marcante entre os dois gêneros reside no fato de que a produção de milho estava em crescimento, enquanto que a de feijão apresentava uma tendência de queda. Esta diminuição da produção de feijão pode estar relacionada com o trabalho intensivo dos escravos no café na fazenda nos anos 1870 que fez com que diminuíssem a produção desse gênero de subsistência. A respeito dessa diminuição J. J. Von Tschudi já tinha relatado uma década antes,

Quais foram, entretanto, as culturas que ficaram assim prejudicadas com o aumento da plantação do café e do açúcar? A resposta causará surpresa a todo

<sup>456</sup> Segundo J. T. von Tschudi, diplomata e ministro da República Helvética no Brasil, “o alimento dos escravos compõe-se principalmente de angu, feito com farinha de milho e água, feijão preto e carne seca. A quantidade distribuída entre os escravos varia em cada fazenda, numa distribuição é farta, mas noutras quase não dá para matar a fome dos pobres desgraçados”. TSCHUDI, J. J. V. **Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. [1866].** Tradução de Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/Universidade de São Paulo (Coleção Reconquista do Brasil Nova Série, v. 14), 1980, p. 54.

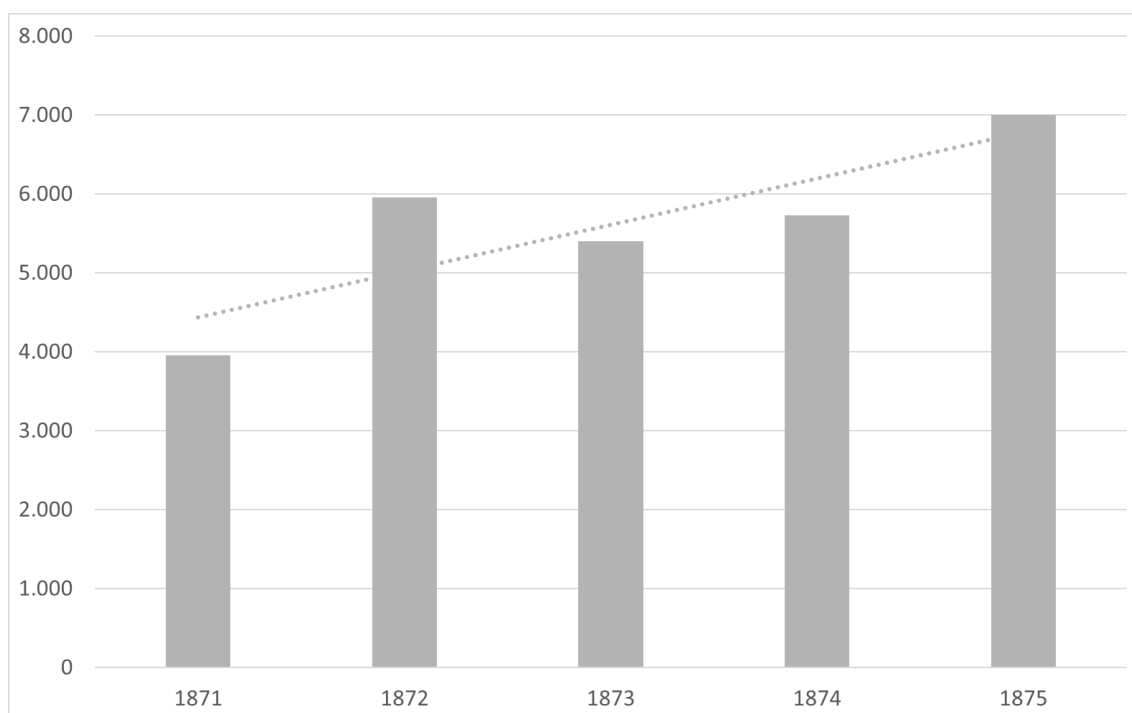
agricultor ou economista. Foram as plantações de milho, de mandioca e feijão, bem como as de arroz tão necessárias para a alimentação da população que ficaram prejudicadas, com a preferência dada às outras duas culturas, de lucro maior e mais seguro”.<sup>457</sup>

**Quadro 4.11: Colheitas de Milho da fazenda Aldeia, Cantagalo. 1871-1875**

Ano	Arrobas
1871	3.950
1872	5.950
1873	5.400
1874	5.725
1875	7.000
Total	28.025
Média	5.605

Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

**Gráfico 4.7: Colheitas de milho da fazenda Aldeia, Cantagalo. 1871-1875**



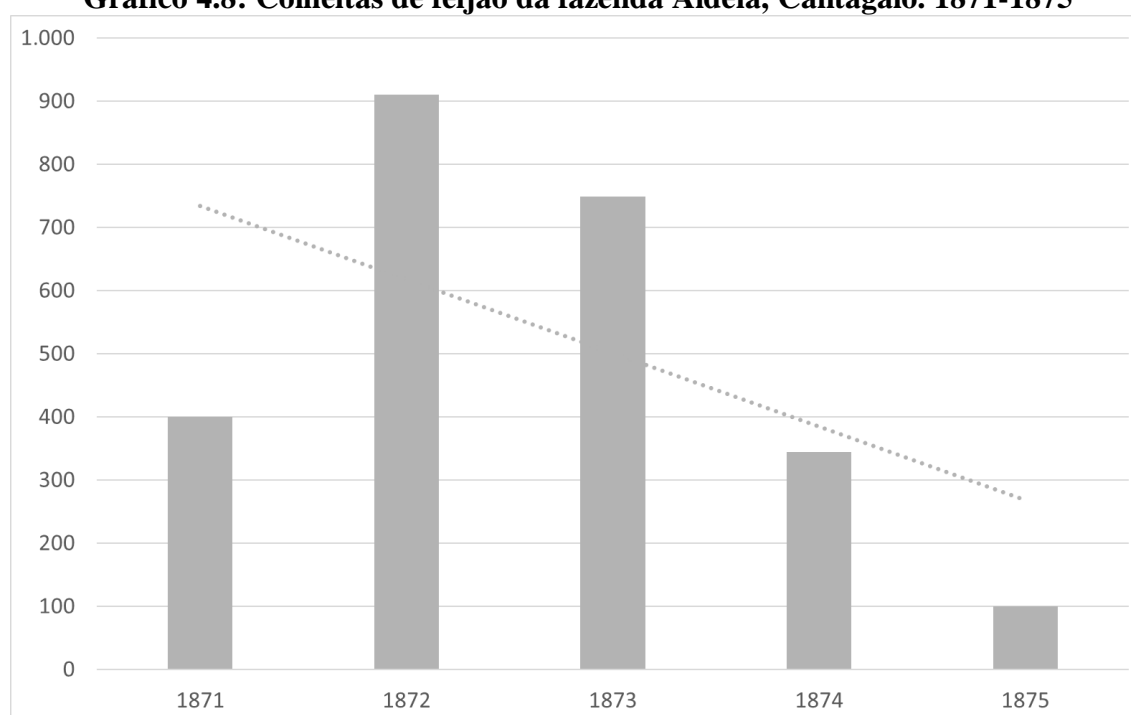
Fonte: Quadro 4.11.

<sup>457</sup> TSCHUDI, J. J. V. *Op. Cit.*, p. 48.

**Quadro 4.12: Colheitas de feijão da fazenda Aldeia, Cantagalo. 1871-1875**

Ano	Arrobas
1871	400
1872	910
1873	749
1874	344
1875	100
Total	2.503
Média	501

Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

**Gráfico 4.8: Colheitas de feijão da fazenda Aldeia, Cantagalo. 1871-1875**

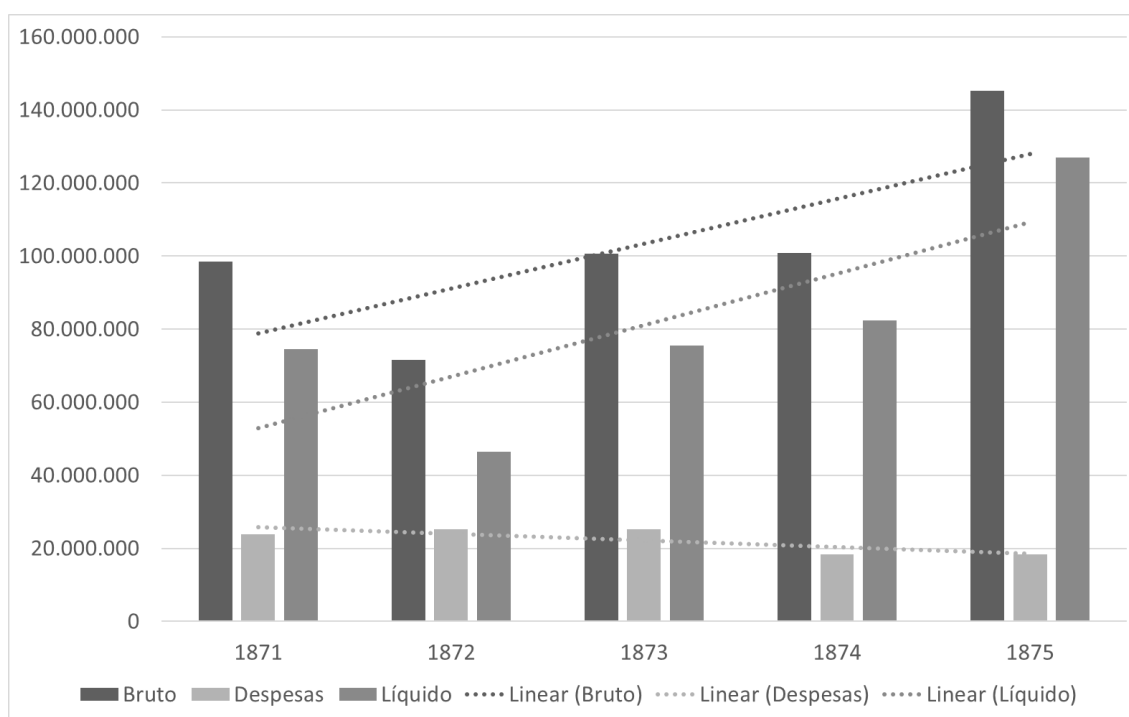
Fonte: Quadro 4.12.

O relatório elaborado por Caminhoá apresentou a contabilidade da fazenda Aldeia para o quinquênio 1871-1875 – Quadro 4.13 e Gráfico 4.9. O mais importante ao analisarmos a contabilidade desta fazenda é perceber que a mesma apresentava um lucro bruto e líquido crescente enquanto as despesas com a unidade produtiva tendiam a diminuir ao longo dos anos. No total da série, a fazenda apresentou uma receita de 516:723\$073, dos quais 110:912\$591 foram gastos nas despesas da fazenda, o que resultou em um lucro líquido de 405:810\$482. Esse lucro líquido da referida fazenda se constituiu num valor bastante considerável para o período, momento em que a fazenda já se apresentava envelhecida.

**Quadro 4.13: Contabilidade da fazenda Aldeia, Cantagalo. 1871-1875**

Ano	Receita	Despesa	Lucro líquido	Lucro em £
1871	98:426\$802	23:839\$457	74:587\$345	7.634,32
1872	71:542\$203	25:181\$611	46:360\$592	4.745,20
1873	100:695\$636	25:195\$766	75:499\$870	7.727,72
1874	100:773\$476	18:409\$234	82:364\$242	8.430,32
1875	145:284\$956	18:286\$523	126:998\$433	12.998,82
Total	516:723\$073	110:912\$591	405:810\$482	41.536,39

Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

**Gráfico 4.9: Contabilidade da fazenda Aldeia, Cantagalo. 1871-1875**

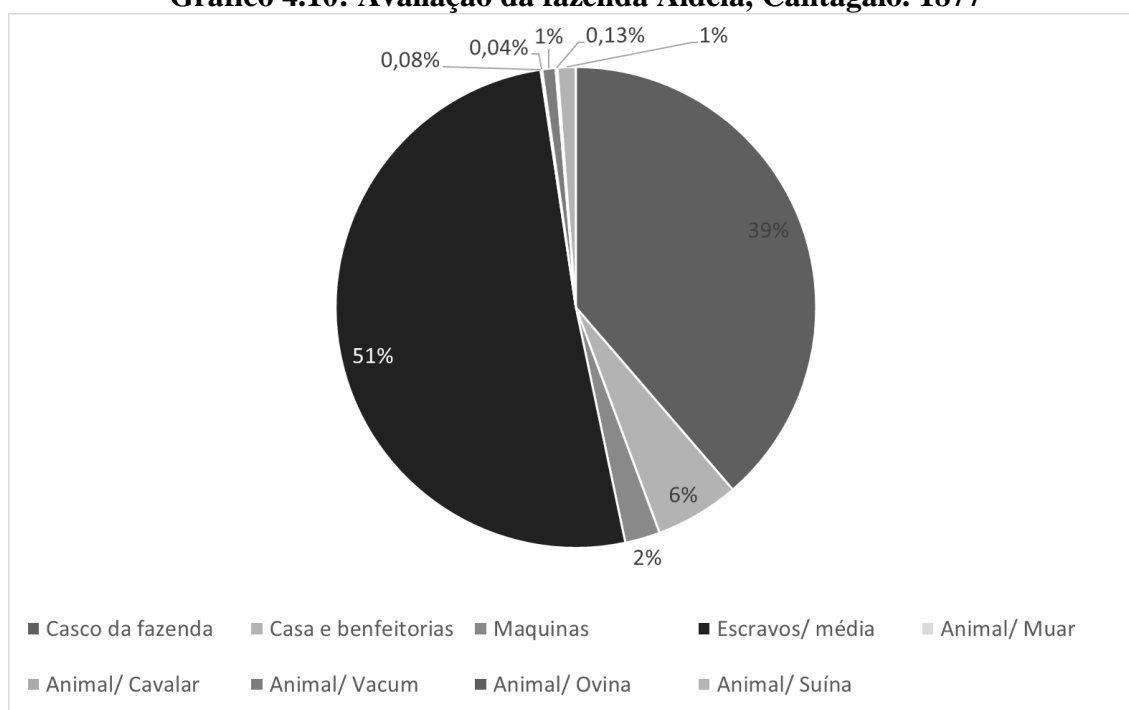
Fonte: Quadro 4.13.

A última avaliação geral feita sobre a fazenda Aldeia também foi realizada por Luiz Caminhoá. Nesta avaliação, é possível perceber que o valor da fazenda Aldeia aumentou significativamente ao longo do tempo. O casco da Aldeia foi avaliado em 205:000\$000; a casa e as benfeitorias, em 30:000\$000; as máquinas valem 12:500\$000; e, os animais também com o valor total de 12:500\$000. Os escravos da fazenda Aldeia somavam 270:000\$000, representando, assim, mais de 50% do valor da fazenda – Quadro 4.14 e Gráfico 4.10.

**Quadro 4.14: Avaliação da fazenda Aldeia, Cantagalo. 1877**

Estrutura	Valor unitário	Valor Total (Rs)	Valor Total (£)
Casco da fazenda		205:000\$000	20.982,60
Casas e benfeitorias		30:000\$000	3.070,62
Máquinas		12:500\$000	1.279,43
Escravos/ média	1:500\$000	270:000\$000	27.635,62
Animal/ Muar	100\$000	400\$000	40,94
Animal/ Cavalari	100\$000	200\$000	20,47
Animal/ Vacum	40\$000	4:720\$000	483,11
Animal/ Ovina	4\$000	680\$000	69,60
Animal/ Suína	10\$000	6:500\$000	665,30
Total		530:000\$000	54.247,70

Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

**Gráfico 4.10: Avaliação da fazenda Aldeia, Cantagalo. 1877**

Fonte: Quadro 4.14.

Devido a hábil articulação de produção e comércio, organizada pelo Barão de Nova Friburgo, a fazenda Aldeia teve o seu valor multiplicado ao longo do tempo. Em 1847, quando comprou a sua metade da fazenda, o Barão desembolsou 56:000\$000. Já a segunda metade saiu por 250:000\$000. Em seu inventário, o valor da fazenda Aldeia era de 309:667\$000 e, na avaliação de Caminhoá, subiu para 530:000\$000 – Quadro 4.15. Sem dúvida, essa valorização seguia o desenvolvimento do café e de seu preço no mercado internacional, somados ao preço dos cativos que, no período, também se tornaram mais caros.



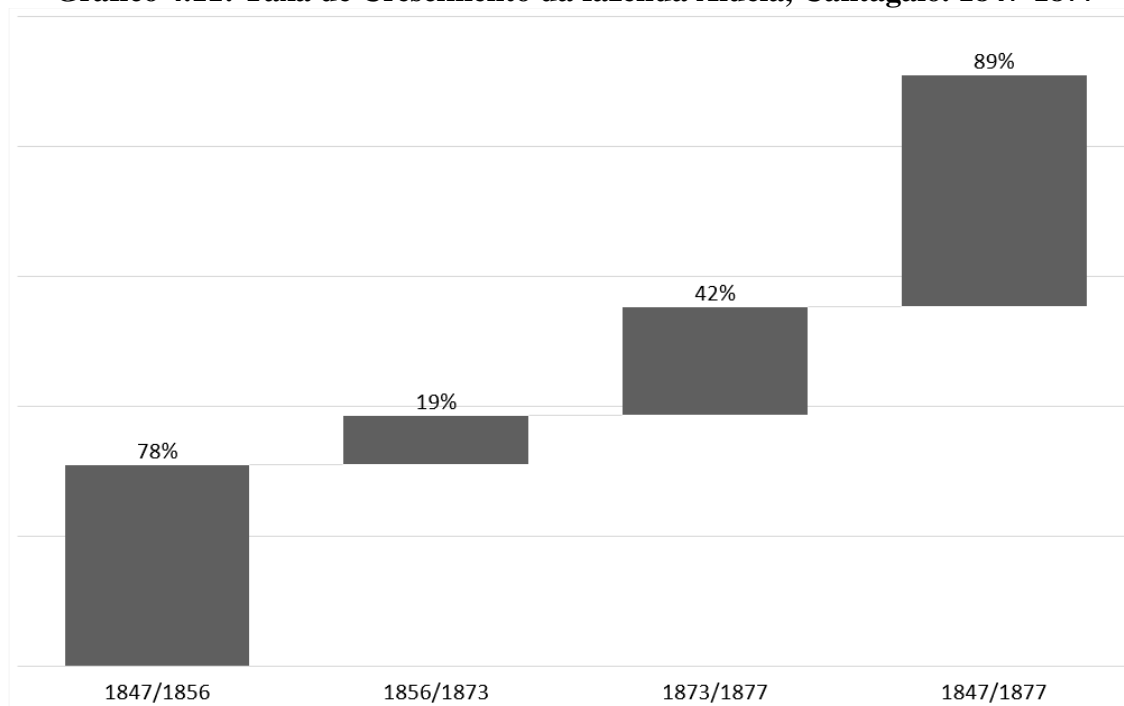
Desta forma, perceber em que bases aconteceu o crescimento do patrimônio da fazenda Aldeia é bastante significativo para avaliarmos as estratégias administrativas que levaram a fazenda a ter um crescimento total de 89%. Assim, da compra da primeira metade da fazenda para a segunda, o bem se valorizou 78%, seguido de um novo incremento de 19% quando da avaliação dos bens do Barão, para crescer 42% no momento em que Caminhoá fez a sua apreciação. Com isso, percebemos que a valorização da fazenda Aldeia fica nítida – Gráfico 4.11 e 4.12. Em outras palavras, durante todo o período de 20 anos, a fazenda se valorizou em termos nominais e reais.

**Quadro 4.15: Valorização e Taxa de Crescimento da fazenda Aldeia, Cantagalo. 1847-1877**

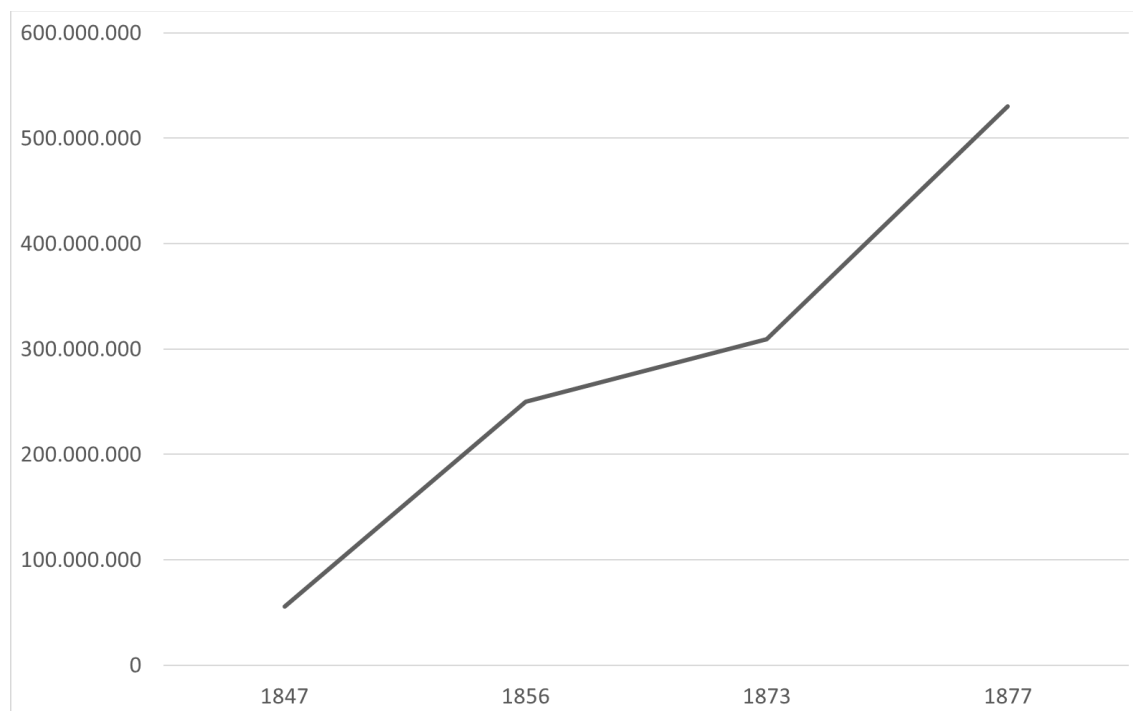
Ano	Valor (Rs)	Valor (£)	Crescimento
1847	56:000\$000	6.534,42	-
1856	250:000\$000	28.702,64	78%
1873	309:667\$000	33.659,45	19%
1877	530:000\$000	54.247,70	42%
Total	-	-	89%

Fontes: Cartório do 2º Ofício; Fonte: Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional; O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

**Gráfico 4.11: Taxa de Crescimento da fazenda Aldeia, Cantagalo. 1847-1877**



Fontes: Quadro 4.15.

**Gráfico 4.12: Valorização da fazenda Aldeia, Cantagalo. 1847-1877**

Fontes: Quadro 4.15.

Infelizmente, não foi possível localizar a compra das fazendas analisadas a seguir. Diante de tal condição, abordamos as fazendas Gavião e Areias segundo seus inventários e de acordo com o relatório do engenheiro Caminhoá. Para a fazenda Areias, contamos ainda com os dados e imagens produzidos no âmbito do *Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense*. Esses dados visam fundamentalmente corroborar a nossa argumentação a respeito do espaço de relações de produção escravistas criado pelo Barão de Nova Friburgo.

No inventário do Barão, a fazenda Gavião alcançou um valor bastante considerável – Quadro 4.16. Do total do monte-mor, a Gavião representava 318:587\$000. As terras tiveram um valor correspondente a 42% do mesmo, enquanto os escravos equivaleram a 52% do total dos bens avaliados. Os dois elementos juntos, terras e escravos, representavam 94% do valor da fazenda. Ou seja, a esmagadora maioria do valor da Gavião se concentrava em sua capacidade produtiva. No entanto, o relatório de Caminhoá pode nos apresentar, de maneira mais específica, o valor produtivo da unidade.

**Quadro 4.16: Valor da fazenda Gavião, Cantagalo. 1873.**

Gavião	Terras	Escravos	Animais	Mobília	Total
Valor (Rs)	134:000\$000	168:550\$000	15:210\$000	827\$000	318:587\$000
Valor (£)	14.565,22	18.320,65	1.653,26	89,89	34.629,02
%	42%	53%	5%	0%	100%

Fonte: Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional.

A fazenda Gavião era uma das melhores que Caminhoá havia visitado. O fato de os edifícios estarem afastados consistia no único elemento que atrapalhava o seu desenvolvimento. Todavia, Caminhoá acreditava que tal problema seria resolvido em breve, pois a solução era colocar todas as máquinas de beneficiamento de café em um mesmo edifício.

As descrições feitas pelo autor do relatório não deixam dúvidas de que a Gavião tinha um estilo e uma beleza bastante requintados. Destacam-se as escadarias e colunas de granito, descritos como “fora do comum”. A preocupação com a produção cafeeira fez com que os descendentes do Barão utilizassem um “grande número de operários (...) para a colocação de um engenho central de café, movido a vapor<sup>458</sup>”. Logo, escravidão, suntuosidade e maquinarias se amalgamavam na formação de um moderno complexo agrário que reunia em seu conjunto um telégrafo elétrico conectando Cantagalo, Nova Friburgo e a Corte.

Caminhoá deu destaque considerável às máquinas de beneficiamento de café da fazenda Gavião, que, segundo o autor, estava “melhor servido que a fazenda Aldeia<sup>459</sup>”. Consistiam em um “brunidor de invenção americana (...) um engenho de pilões, um ventilador-separador, um brunidor de sacos e uma outra máquina (...) destinada a descaroçar café”<sup>460</sup>. Sobre este último equipamento, Caminhoá afirma que ele pode ser pouco vantajoso. De qualquer maneira, mesmo diante do baixo valor dentro da avaliação das fazendas, as máquinas de beneficiamento tinham um impacto grande na qualidade dos grãos, tornando seu valor de mercado mais alto.

A superfície da fazenda aumentou desde o inventário, passando de 600 alqueires em 1873 para 740 alqueires na avaliação de Caminhoá em 1877 e estava dividida da seguinte forma: 300 alqueires em cafezais, 260 em capoeiras, 100 em campos e edifícios, 60 em matas e 20 em culturas diversas. Tal disposição revelou um grande desgaste das terras da fazenda, ao mesmo tempo em que os cafezais ocupavam grande parte das terras produtivas. Nessas terras, os cafeeiros somavam 600 mil árvores, sendo 366 mil (61%) com mais de 24 anos e 234 mil

<sup>458</sup> O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

<sup>459</sup> O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

<sup>460</sup> O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

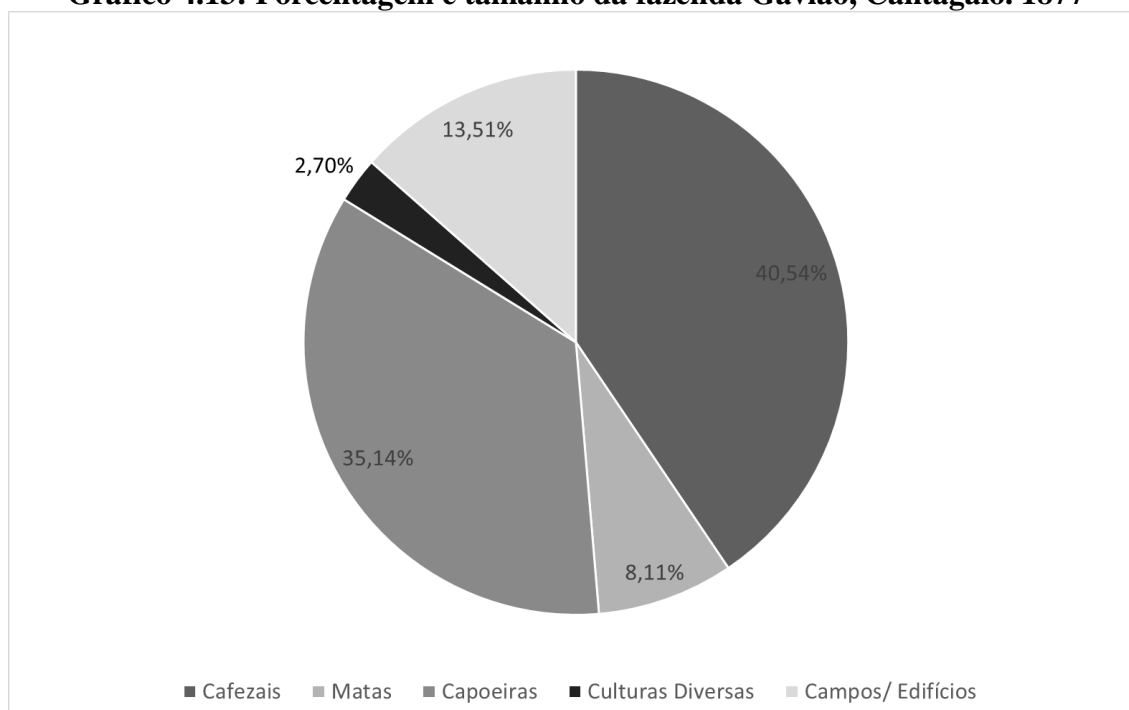
(39%) com idade de 5 a 15 anos – Quadro 4.17 e Gráfico 4.13. Com isso, constatamos que grande parte dos cafezais da Gavião já estavam envelhecidos e que o estoque de matas da fazenda era bastante pequeno, resultando em uma fazenda, que, a despeito da lucratividade, parecia ter em seu horizonte um período de crise. Todavia, essa crise só daria sinais claros após meados da década de 1880.

**Quadro 4.17: Tamanho e divisão das terras da fazenda Gavião, Cantagalo. 1877**

Tipo de produção	Alqueires	%
Cafezais	300	40,54%
Matas	60	8,11%
Capoeiras	260	35,14%
Culturas Diversas	20	2,70%
Campos/ Edifícios	100	13,51%
Total	740	100%

Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

**Gráfico 4.13: Porcentagem e tamanho da fazenda Gavião, Cantagalo. 1877**



Fonte: Quadro 4.17.

Tendo em vista que tratamos das terras que compunham a fazenda Gavião, torna-se fundamental enquadrar a sua produção cafeeira. A série de dados sobre a produção cafeeira se inicia em 1871 com a marca de 7.014 arrobas. No ano seguinte, subiu para mais de três vezes o valor anterior com um registro de 25.805 arrobas. Em 1873, a produção caiu novamente e

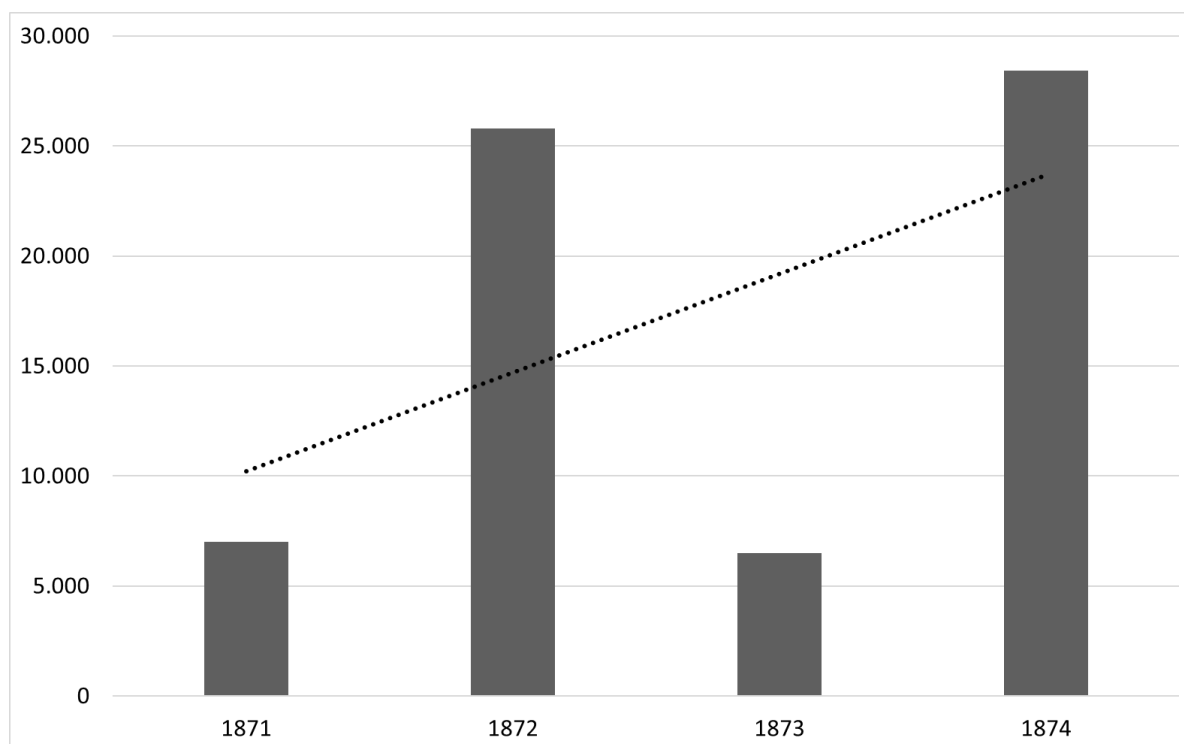
chega ao seu mínimo no período estudado, 6.500 arrobas. A maior marca foi alcançada em 1874 quando foram colhidas 28.418 arrobas. Tais números totalizaram 67.737 arrobas, com uma média anual de 16.934 arrobas de café e uma tendência de alta das colheitas – Quadro 4.18 e Gráfico 4.14.

**Quadro 4.18: Colheitas de café da fazenda Gavião, Cantagalo. 1871-1874**

Ano	Arrobas
1871	7.332
1872	17.595
1873	5.881
1874	26.012
Total	56.820
Média	14.205

Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p. 2.

**Gráfico 4.13: Colheitas de Café da fazenda Gavião, Cantagalo. 1871-1875**



Fonte: Quadro 4.18.

A fazenda Gavião, ao ser analisada pela perspectiva da bienalidade da produção cafeeira, mostrou médias bastante significativas. No primeiro biênio (1871-1872), a média em arrobas de café foi de 16.410. O período seguinte viu alta da produção, com 17.459 arrobas. Dentre as fazendas analisadas por Caminhoá, a Gavião era a que apresentava a maior

produtividade das árvores de café, com 30,24 arrobas por mil pés de café. Além desses fatores, segundo o relatório de Luiz Caminhoá, a relação de pés de café por escravo na Gavião era de 6.667 pés por cativos alocados na cultura.

**Tabela 4.2: Colheita de café: média bianual, arrobas por mil pés de café e pés de café por escravo da fazenda Gavião. 1871-1874**

1871-1872	16.410
1873-1874	17.459
Arrobas por mil pés	30,24
Pés de café por escravo	6.667

Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p. 2.

A fazenda Gavião, apesar do diminuto estoque de matas, manteve sua produção com tendência de alta pelo menos até o ano de 1883. Torna-se evidente que o crescimento foi menos acentuado do que o das fazendas Aldeia e Areias, mas, mesmo assim, a unidade não dava mostras de crise até a avaliação feita por Van Delden Laërne – Gráfico 4.14.

**Gráfico 4.14: Produção de café na fazenda Gavião, 1874-1883**



LAËRNE, C. F. D. **Brazil and Java. Report on coffee-culture in America, Asia, and Africa.** Londres: Martinus Nijhoff, 1885, p. 325. Apud. ALEGRIO, L. V. **Os Clemente Pinto: importantes cafeicultores do sertão do leste fluminense.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 185.

As produções de subsistência da fazenda Gavião visavam, sobretudo, atender a demanda da própria unidade. Portanto, e assim como na fazenda Aldeia, esta produção servia para alimentar os escravos e agregados moradores da Gavião. As produções analisadas foram de milho e de feijão. O milho somou, entre 1871 e 1875, 22.925 alqueires, o que representava uma média de 4.585 alqueires – Quadro 4.19 e Gráfico 4.15. O feijão, com uma produção bem menor, somou, entre 1871 e 1875, 1.774 alqueires, que perfizeram uma média de 354 alqueires ao longo do período – Quadro 4.20 e Gráfico 4.16. De acordo com os Gráficos 4.15 e 4.16, percebemos que as colheitas de milho estavam em crescimento, enquanto a de feijão estava em queda.

**Quadro 4.19: Colheitas de milho da fazenda Gavião, Cantagalo. 1871-1875**

Ano	Alqueires
1871	4.073
1872	5.950
1873	3.325
1874	3.625
1875	5.950
Total	22.923
Média	4.585

Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p. 2.

**Gráfico 4.15: Colheitas de milho da fazenda Gavião, Cantagalo. 1871-1875**

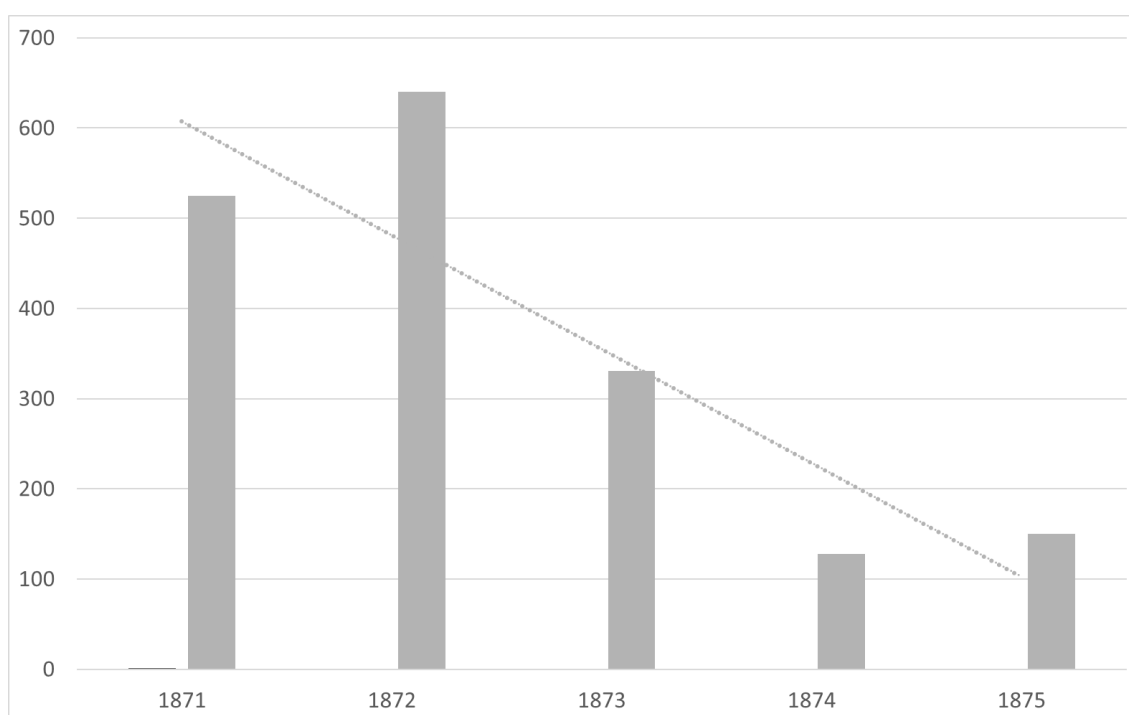


Fonte: Quadro 4.19.

**Quadro 4.20: Colheitas de feijão da fazenda Gavião, Cantagalo. 1871-1875**

Ano	Alqueires
1871	525
1872	640
1873	331
1874	128
1875	150
Total	1.774
Média	355

Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p. 2.

**Gráfico 4.16: Colheitas de feijão da fazenda Gavião, Cantagalo. 1871-1875**

Fonte: Quadro 4.20.

Analisando a contabilidade da fazenda Gavião, após a morte do Barão de Nova Friburgo, percebemos que ela era significativamente produtiva e teve um lucro considerável no período 1871-1875 – Quadro 4.21. O lucro bruto fora de 583:897\$691 e as despesas somaram 128:151\$438, perfazendo um lucro líquido de 455:746\$253. No primeiro ano da série de dados, o lucro líquido da Gavião foi de 78:698\$923, uma quantia bastante considerável tendo em vista a baixa do café. No ano seguinte, ano do aumento da produção cafeeira, os lucros caíram para 43:898\$608. Em 1873, além do lucro bruto ter subido 83%, as despesas caíram 66% – o que potencializou os lucros, elevando-os a 120:583\$871. Em 1874, os lucros brutos caíram novamente e, simultaneamente, as despesas cresceram – o que resultou em um lucro líquido de



86:742\$173. No último ano da série, ano de maior lucro produzido pela fazenda, os números foram os seguintes: lucro bruto, 159:358\$570; despesas, 33:535\$892, gerando, desta forma, um proveito de 125:822\$678.

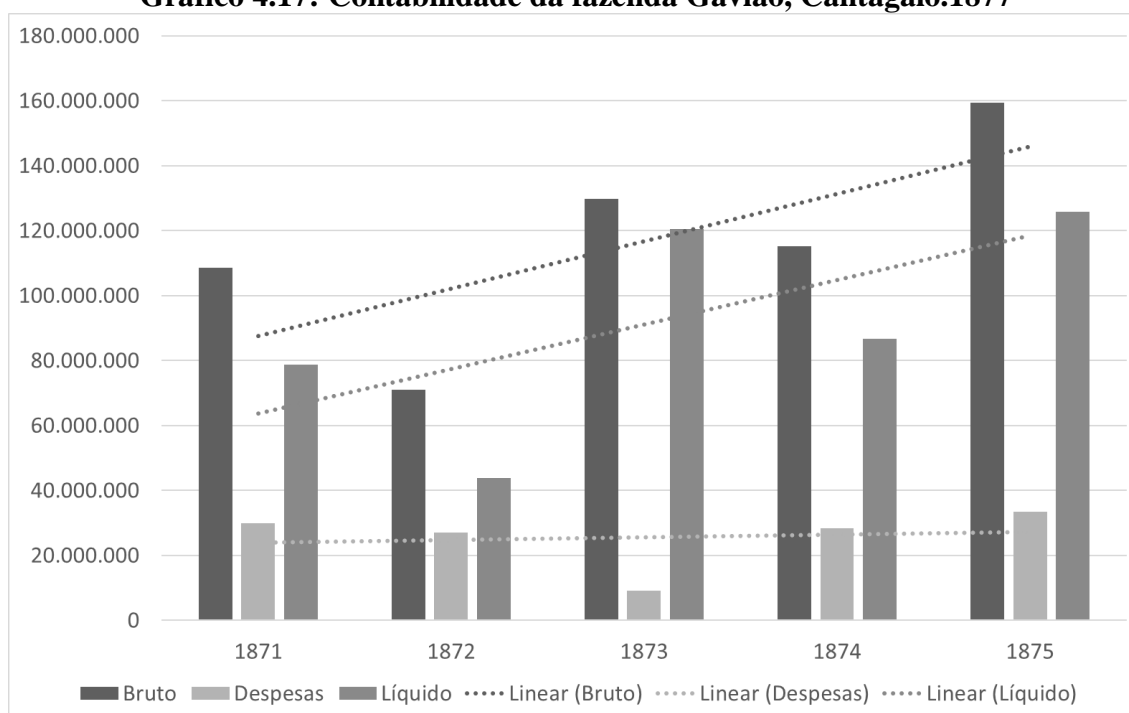
**Quadro 4.21: Contabilidade da fazenda Gavião, Cantagalo. 1877**

Ano	Bruto	Despesas	Líquido (Rs)	Líquido (£)
1871	108:628\$779	29:929\$856	78:698\$923	8.055,16
1872	70:992\$638	27:094\$030	43:898\$608	4.493,23
1873	129:809\$263	9:225\$392	120:583\$871	12.342,26
1874	115:108\$441	28:366\$268	86:742\$173	8.878,42
1875	159:358\$570	33:535\$892	125:822\$678	12.878,47
Total	583:897\$691	128:151\$438	455:746\$253	46.647,52

Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

Diante dos dados apresentados e apoiados no Gráfico 4.17, verificamos que tanto os lucros brutos quanto os líquidos permaneciam em franco crescimento, enquanto que as despesas permaneciam estáveis. Desta forma, pode-se concluir que a fazenda Gavião, mesmo com cafeeiros envelhecidos, estava equipada com maquinarias que potencializavam as atividades agrícolas voltadas para o beneficiamento do café. Tal fator contribuía para desencadear vultosos lucros.

A atividade da fazenda Gavião nos leva a tirar uma conclusão prévia. Afinal, no primeiro quinquênio da década de 1870, quando muitas fazendas da área ocidental do Vale do Paraíba já se encontravam em decadência, as fazendas Aldeia e Gavião, que nem eram as maiores do espólio do Barão, apresentavam uma lucratividade impressionante.

**Gráfico 4.17: Contabilidade da fazenda Gavião, Cantagalo.1877**

Fonte: Quadro 4.21.

**Quadro 4.22: Valorização e Taxa de Crescimento da fazenda Gavião, Cantagalo. 1873 e 1877**

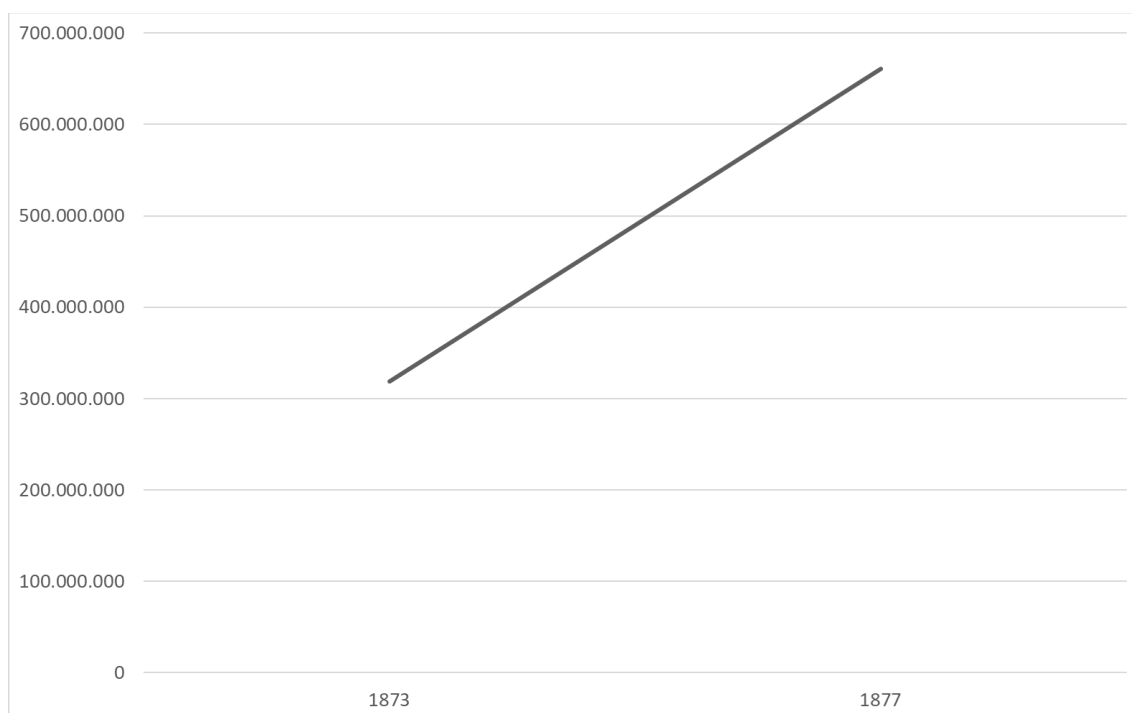
Ano	Valor (Rs)	Valor (£)	Crescimento
1873	318:587\$000	34.629,02	-
1877	660:840\$000	67.639,71	52%

Fonte: Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional; O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

Outro aspecto a ser observado na análise da fazenda Gavião diz respeito à taxa de crescimento – Quadro 4.22 e Gráficos 4.18 e 4.19. Partindo dos dados obtidos no inventário do Barão de Nova Friburgo, a fazenda estava avaliada em 318:587\$000, em 1869. Oito anos depois, durante a avaliação de Caminhoá, passou para 660:840\$000. Esses números representam um crescimento de 52%. Desta forma, identificamos o crescimento do valor da fazenda, percebendo a diferença entre seu montante original e o valor final em 1877.

**Gráfico 4.18: Taxa de Crescimento da fazenda Gavião, Cantagalo. 1873 e 1877**

Fonte: Quadro 4.22.

**Gráfico 4.19: Valorização da fazenda Gavião, Cantagalo. 1873 e 1877**

Fonte: Quadro 4.22.

Na última avaliação de que temos notícia, a fazenda Gavião apresenta valores que colocam o casco da fazenda e os escravos como os elementos mais valiosos da mesma,

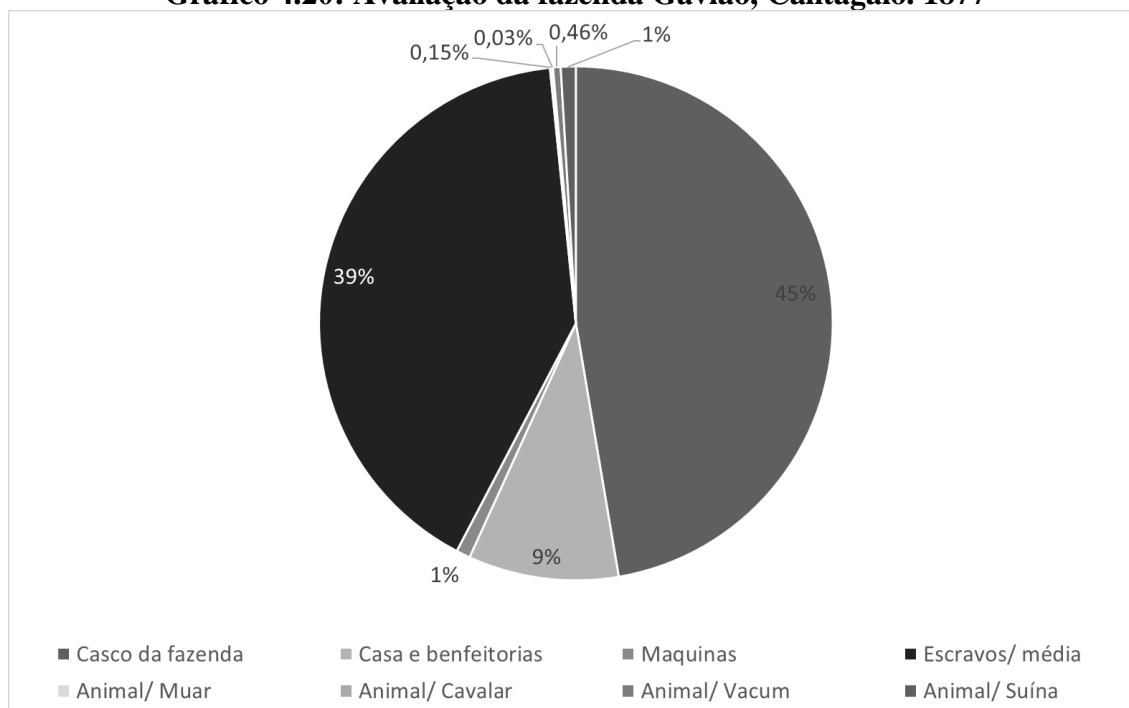
300:000\$000 e 285:000\$000, respectivamente, seguidos pela casa e benfeitorias avaliadas em 60:000\$000. As máquinas da Gavião tinham um valor de 5:600\$000, enquanto os animais ultrapassavam os 10:000\$000. O total da fazenda alcançava o valor de 660:840\$000 – Quadro 4.23 e Gráfico 4.20.

**Quadro 4.23: Avaliação da Fazenda Gavião, Cantagalo. 1877**

Estrutura	Valor unitário	Valor (Rs)	Valor (£)
Casco da fazenda		300:000\$000	30.706,24
Casas e benfeitorias		60:000\$000	6.141,25
Maquinas		5:600\$000	573,18
Escravos/ média	1:500\$000	285:000\$000	29.170,93
Animal/ Muar	100\$000	1:000\$000	102,35
Animal/ Cavalari	100\$000	200\$000	20,47
Animal/ Vacum	40\$000	3:040\$000	311,16
Animal/ Suína	10\$000	6:000\$000	614,12
Total		660:840\$000	67.639,71

O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

**Gráfico 4.20: Avaliação da fazenda Gavião, Cantagalo. 1877**



Fonte: Quadro 4.23.

A próxima fazenda a ser analisada é a fazenda Areias. Iniciaremos a exposição dos dados arrolados a partir do inventário do Barão. Trata-se da maior fazenda em extensão de terras com 1.600 alqueires e com valor de 360:000\$000. Além da significativa extensão de terras, a

fazenda Areias possuía 309 escravos avaliados em 277:150\$000. Tal unidade possuía 1.293 animais com valor de 31:129\$000. Outra marca distintiva desta fazenda era a quantidade de pés de café, pois nenhuma outra unidade produtiva do Barão chegou perto dos seus 920 mil cafeeiros.

Além desses elementos, a referida fazenda possuía a mais valorosa mobília do espólio do Barão, 5:514\$000. Esses dados, sem dúvida, destacam a fazenda Areias dentre as outras propriedades do Barão como a mais valiosa, totalizando 673:793\$000 – Quadro 4.24.

**Quadro 4.24: Valor da fazenda Areias, Cantagalo. 1873**

Fazenda Areias	Terras	Escravos	Animais	Mobília	Total
Valor (Rs)	360:000\$000	277:150\$000	31:129\$000	5:514\$000	673:793\$000
Valor (£)	39.130,43	30.125,00	3.383,59	599,35	73.238,37
%	53%	41%	5%	1%	100%

Fonte: Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional.

**Imagem 4.8: Fazenda Areias: casa sede, Cantagalo**



Fonte: [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/12\\_faz\\_areias.pdf](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/12_faz_areias.pdf)

Face ao valor da fazenda, tornou-se fundamental abordar os diversos implementos técnicos que qualificavam, que agregavam valor à fazenda, que beneficiavam o café e que ajudavam na multiplicação da riqueza do Nova Friburgo. Um desses implementos era o motor

a água que auxiliava no transporte dos grãos do café para o terreiro. A estrutura apresentada na imagem a seguir revela a localização da roda d'água que transportava o café para o engenho.

**Imagem 4.9 - Estrutura que abrigava o “motor a água”. Fazenda Areias, Cantagalo**



Fonte: [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/12\\_faz\\_areias.pdf](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/12_faz_areias.pdf)

No relatório de Luiz Caminhoá, temos uma minuciosa avaliação das instalações da fazenda. A primeira descrição diz respeito às máquinas utilizadas na fazenda Areias, “elas estão reunidas em um mesmo edifício”. Outro elemento notável da maquinaria da Areias era o “motor a água, que atua sobre uma roda de 38 palmos de diâmetros”. O autor ainda ressalta que esses elementos não são comumente encontrados nas fazendas por ele observadas até aquele momento.<sup>461</sup>

A respeito do beneficiamento do café, as considerações de Caminhoá também foram muito interessantes. Segundo o engenheiro, após a secagem nos terreiros, o café era carregado em sacos até “um moinho americano excêntrico”, onde era descarregado. Depois desse processo, o café seguia para um ventilador horizontal e, na sequência, “por meio de canos de madeira, [o café chega] a um aparelho primitivo, conhecido geralmente pelo nome de ripes”, com a finalidade de terminar o descarregamento do café.<sup>462</sup>

---

<sup>461</sup> O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Terça-feira, 16 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

<sup>462</sup> Idem.

Após as etapas descritas, o café, “por meio de um elevador”, seguia para mais um ventilador horizontal e, depois, para um vertical com o objetivo de retirar as cascas e impurezas. À medida que era finalizado, passava por um separador do sistema Pernollet<sup>463</sup> e era carregado em uma espécie de cesto, denominado de ‘jacá’, para o brunidor de sacos. Caminhoá argumenta que o trabalho poderia ser otimizado se o café viesse dos terreiros por meio de trilhos de ferro, equipamento já existente na fazenda Areias. O autor do relatório destaca ainda a dificuldade com o motor a água que “tem apenas 16 palmos de altura, dificultando alguns melhoramentos que poderiam ser introduzidos”. No entanto, Caminhoá não indica quais melhoramentos.

Outros implementos técnicos contidos na fazenda Areias têm uma interessante origem. Por exemplo, o brunidor<sup>464</sup> criado por um dos sócios do Barão, o engenheiro Jacob Van Erven. Apesar do brunidor de Van Erven preparar bem o café, a máquina deixava o produto muito escuro, tornando-o menos comercializável. Caminhoá descreve o aparelho de Van Erven da seguinte forma: “dois cilindros concêntricos, o externo fixo e o interno, que é animado de movimento de rotação e munido de dentes de madeira<sup>465</sup>”. A fazenda tinha ainda outro brunidor que não era utilizado. Este segundo aparelho exigia uma força motriz considerável e não conseguia atingir os resultados esperados.

As estufas de secar café constituíam-se como outro interessante maquinismo desenvolvido e utilizado nas fazendas do Barão de Nova Friburgo. Caminhoá passa a descrever a estufa criada pelo engenheiro Borel, localizada em um “edifício de forma retangular, tendo lateralmente portas, que facilitam a saída e a entrada do café”. De um dos lados do prédio, existia uma chaminé para a exaustão da fumaça do material queimado para elevar a temperatura da estufa. No interior da estufa, o solo era feito de cimento “lançado sobre uma quantidade de tubos unidos paralelamente e por onde passa o ar aquecido”<sup>466</sup>.

Um dos problemas da estufa era a temperatura elevada, o que prejudicava a qualidade dos grãos. Aliás, para Caminhoá, “o café secado artificialmente, perde parte de seu princípio

---

<sup>463</sup> O Separador de Sistema Pernollet tinha a função de separar o bagaço do fruto do cafeeiro através de um processo mecânico.

<sup>464</sup> Segundo Luiz Claudio M. Ribeiro, “os brunidores eram máquinas que faziam o polimento do grão seco do café para realçar sua cor natural e deixá-lo atrativo ao olhar; após esta fase, o café era ensacado e empilhado em local seco, estando pronto para o transporte e para a torrefação. Algumas máquinas faziam sozinhas todas as operações das fases de benefício e industrial, como será visto”. Cf. RIBEIRO, L. C. M. A invenção como ofício: as máquinas de preparo e benefício do café no século XIX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. N. Sér. v.14, n.1, p. 121-165. , jan.- jun. 2006, p. 127. Disponível em: "<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v14n1/05.pdf>" <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v14n1/05.pdf> . Acesso em: ago. 2017.

<sup>465</sup> O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Terça-feira, 16 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

<sup>466</sup> O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Terça-feira, 16 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

aromático, além de não adquirir sempre a cor especial que se exige no mercado”. No entanto, a utilização das estufas contribuía, principalmente nos meses mais úmidos, para que a secagem do café fosse realizada, desta forma, o cafeicultor não perderia a produção.<sup>467</sup>

Diante dos problemas apresentados pelo próprio engenheiro Borel, Caminhoá passou a considerar outras utilidades para a estufa de secar café. Segundo Caminhoá, seria muito útil para secar feijão, milho e arroz, o que os protegeria dos insetos e das larvas que atacavam essas culturas. A estufa ainda poderia cumprir a função de secar telhas e tijolos. Entretanto, Caminhoá chama a atenção para a secagem do café na estufa a partir de alguns melhoramentos, como o isolamento com tábuas, diminuindo, assim, a temperatura e, por conseguinte, mantendo o aroma e o aspecto necessário para a comercialização.

Caminhoá relata que as melhorias, as maquinarias e as modernidades aplicadas nas fazendas do Barão não eram colocadas em “prática pela totalidade dos nossos fazendeiros”. Segundo Caminhoá, os fazendeiros não se preocupavam em diminuir a força de trabalho nas fazendas através de expedientes técnicos, mesmo diante da diminuição da disponibilidade da mão de obra escrava. Afinal, nem todos os fazendeiros tinham um conjunto de engenheiros (Van Erven e Borel) a serviço de suas fazendas, como era o caso do Barão de Nova Friburgo.

A respeito das outras estruturas necessárias ao funcionamento da fazenda Areias, o engenheiro Caminhoá faz referência ao milho, beneficiado por “dois processos primitivos”<sup>468</sup>, informando que esses seriam substituídos. O autor do relatório informa também a respeito dos porcos da fazenda, que, apesar de estarem em condições higiênicas satisfatórias, ainda contribuía com os seus resíduos para as lavouras. Mesmo assim, muitos elementos fertilizantes eram desperdiçados. Pó de serra, excrementos, folhas secas e a casca do café eram dispensados no córrego ou abandonados nas proximidades dos terreiros. De qualquer forma, o aproveitamento dos elementos fertilizantes não era feito de maneira sistêmica.

O autor do relatório faz referência à duas outras importantes estruturas da fazenda, a saber, o hospital e a ferraria. O hospital<sup>469</sup> era utilizado para cuidar da saúde dos trabalhadores, em virtude da Lei de 1871 e dos altos preços dos escravos. A ferraria, manejada por cinco indivíduos com qualificação, era responsável pela fabricação e pela manutenção dos objetos de metal da fazenda. As duas outras estruturas citadas são as senzalas; uma primeira com

---

<sup>467</sup> O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Terça-feira, 16 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

<sup>468</sup> O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

<sup>469</sup> A respeito dos hospitais nas fazendas de café CF. BARBOSA, K. Escravidão e Saúde nas fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba Fluminense.. **Revista da ABPN**, n. 14, v. 6, p. 25-49, jul. – out. 2014.



capacidade para 150 escravos; e, a segunda, para 125 cativos. As construções eram bem ventiladas “por meio de pequenas janelas na parte superior, e por aberturas na parte inferior das paredes<sup>470</sup>”. Segundo Caminhoá, os cativos possuíam seu pequeno cubículo e faziam fogo para aumentar a temperatura e para afastar a umidade.<sup>471</sup>

De acordo com os aspectos abordados por Caminhoá em seu relatório, tornou-se notável a questão da implementação de significativos maquinismos para o melhoramento da produtividade na fazenda Areias. Inclusive, tanto o 1º Barão de Nova Friburgo quanto o 2º, seu filho Bernardo Clemente Pinto Sobrinho, valiam-se de um conjunto de engenheiros responsáveis por desenvolver esses apetrechos. Dentre os mais destacados implementos utilizados, estão os referentes ao beneficiamento do café, o motor movido a força hidráulica e as estufas de secar café. Todos esses elementos faziam parte de uma tendência à modernização característica das fazendas do Barão de Nova Friburgo, mas que, a partir da década de 1870, ganharam mais espaço nas unidades produtivas do Vale do Paraíba.

Outro elemento característico desta perspectiva moderna utilizada na fazenda Areias é a escravidão. Não apenas a forma de empregar o trabalho escravo, mas as estruturas construídas para abrigá-los. Dos 277 escravos existentes na fazenda, 130 eram empregados na “cultura”, 121 eram empregados em outros serviços e 26 eram menores. Os escravos destinados ao serviço agrícola estavam responsáveis por 900 mil pés de café, o que corresponde aproximadamente a 6.923 pés de café por escravo. Tal proporção exigia uma programação e uma divisão do trabalho próprios do contexto da Segunda Escravidão e da modernização na utilização da mão de obra escrava nas *plantations* cafeeiras do Vale do Paraíba.

Diante do exposto, passamos a apresentar os dados relativos à fazenda Areias, reunidos por Caminhoá. As primeiras informações que colocamos em evidência são referentes à extensão das terras da fazenda. Areias possui uma característica fundamental para compreender o valor das terras registradas. Nela, as terras em matas formam a maior parte do território ocupado 1.000 alqueires, totalizando 66,67% das terras da mesma. Os outros 500 alqueires (33%) estavam divididos entre cafezais, 200 alqueires (13%); capoeiras, 160 alqueires (11%); culturas diversas, 40 alqueires (3%); e, campos e edifícios, 100 alqueires (7%)<sup>472</sup> – Quadro 4.25 e Gráfico 4.20.

<sup>470</sup> O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p. 2.

<sup>471</sup> O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p. 2.

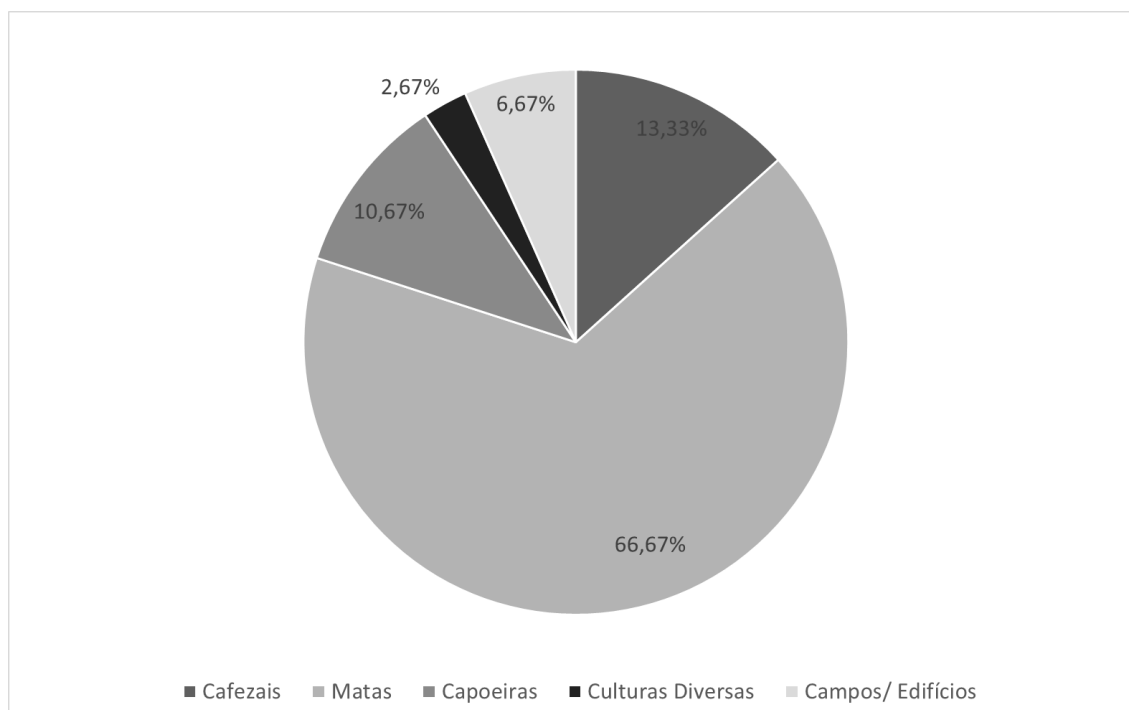
<sup>472</sup> O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Terça-feira, 20 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2. Na avaliação da fazenda Areias, Caminhoá registra a fazenda com 1.500 alqueires, 100 alqueires a menos do que o relatado no inventário.

Como já dito, as terras em mata valorizavam a fazenda exatamente por ser esse espaço o necessário para a ampliação da lavoura cafeeira. Percebe-se, com isso, a importância da amplitude das terras resguardadas para tal fim. Nesse exato momento, as fazendas Aldeia e Gavião tinham reservas muito pequenas. No caso da fazenda Areias, as terras destinadas à dilatação das plantações de café eram sobejamente maiores do que as demais partes. Tal distorção fica mais clara quando observamos o Gráfico 4.21 e identificamos visualmente que as plantações de café teriam uma capacidade de ampliação de cinco vezes. Tal ampliação resultaria em uma lavoura cafeeira de 4.600.000 pés de café. Por fim, é preciso ressaltar que essa capacidade de amplificação ainda existia na segunda metade da década de 1870, período em que as outras fazendas analisadas no relatório chegavam ao esgotamento de suas matas devido à plantação de novos cafeeiros. Logo, exatamente quando a cafeicultura do Vale do Paraíba decaía, uma das mais expressivas unidades produtivas dos herdeiros do Barão de Nova Friburgo tinha uma grande capacidade de expansão da produção cafeeira.

**Quadro 4.25: Tamanho e divisão das terras da fazenda Areias, Cantagalo. 1877**

Tipo de produção	Alqueires	%
Cafezais	200	13,33%
Matas	1000	66,67%
Capoeiras	160	10,67%
Culturas Diversas	40	2,67%
Campos/ Edifícios	100	6,67%
Total	1500	100%

Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 20 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

**Gráfico 4.21: Porcentagem e tamanho da fazenda Areias, Cantagalo. 1877**

Fonte: Quadro 4.25.

Após nos referirmos às terras da fazenda Areias, torna-se preciso abordar a produção cafeeira desta propriedade. Alocados em 200 alqueires de terras, estavam 900.000 pés de café. 400.000 com mais de 24 anos e 500.000, com 1 a 18 anos<sup>473</sup>, números que demonstram que à medida que os cafezais envelheciam novas árvores iam sendo plantadas, expandindo as áreas de cafeicultura da fazenda. Para termos uma noção da produção cafeeira da Areias, passamos a avaliar os dados reunidos no período 1871-1874 no relatório de Luiz Caminhoá.

As colheitas de café da fazenda Areias eram substanciais e batiam todas as colheitas das outras fazendas relatadas no relatório analisado – Quadro 4.26 e Gráfico 4.22. Em 1871, a colheita da fazenda foi de 6.072 arrobas de café e, no ano seguinte, subiram para 21.587 arrobas, três vezes mais do que no ano anterior. No ano de 1873, a produção caiu quase pela metade: 12.380 arrobas, mas, em 1874, a produção subiu novamente, totalizando 31.532 arrobas de café, ou seja, a produção mais que dobrou.<sup>474</sup>

<sup>473</sup> O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Terça-feira, 20 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

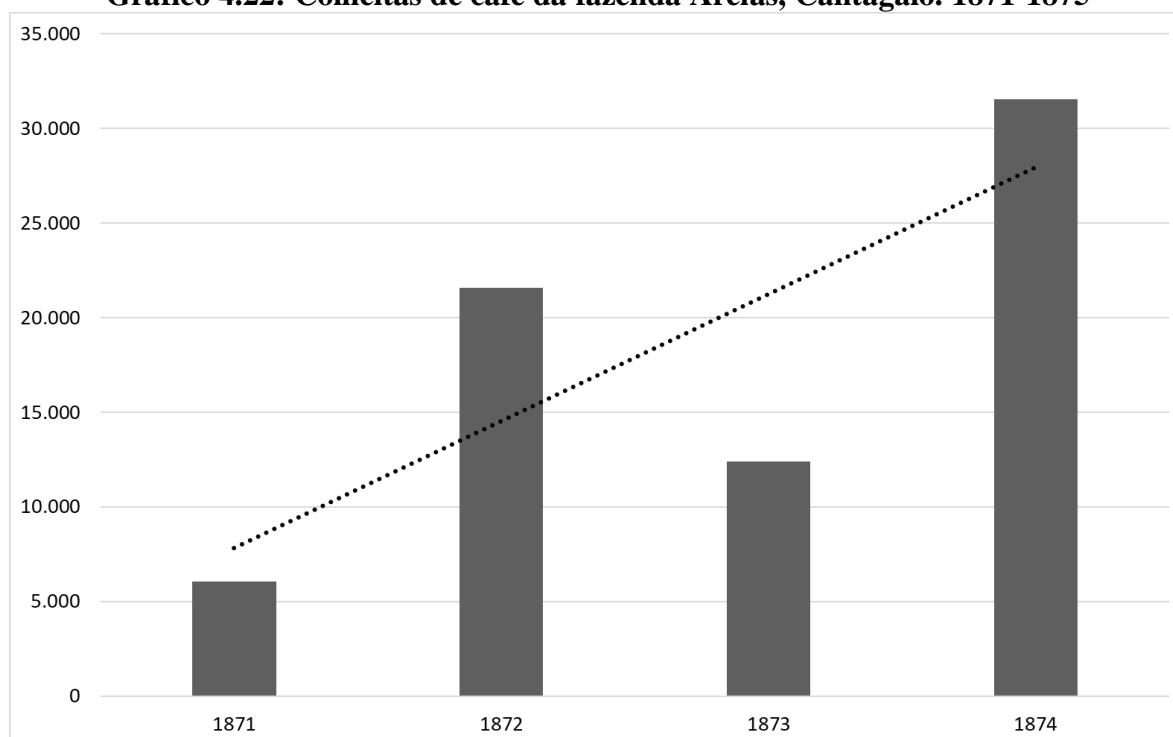
<sup>474</sup> O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p. 2.

**Quadro 4.26: Colheitas de café da fazenda Areias, Cantagalo. 1871-1874**

Ano	Arrobas
1871	6.072
1872	21.587
1873	12.380
1874	31.532
Total	71.571
Média	17.893

Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Terça-feira, 20 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

Seguindo a análise da produção cafeeira, passamos a analisar o Gráfico 4.21, elaborado a partir dos dados apresentados no parágrafo anterior. Com o exposto anteriormente, percebemos que a produção cafeeira na fazenda Areias era bastante significativa, mas percebemos também determinada oscilação da produção ao longo do período avaliado. Tal discrepância entre os períodos é significativa, mas o que se percebe é uma tendência de crescimento da produção cafeeira ao longo dos quatro anos que foram objeto da análise. Desta forma, identificamos um movimento de ascensão assinalada no gráfico pela linha de tendência que o corta. Ao final do quadriênio, a fazenda Areias teve um resultado de 71.571 arrobas, resultando em uma média produtiva de 17.893 arrobas, números bastante significativos para meados da década de 70 do século XIX.

**Gráfico 4.22: Colheitas de café da fazenda Areias, Cantagalo. 1871-1875**

Fonte: Quadro 4.26.

Analisamos a média da produção cafeeira na fazenda Aldeia segundo os critérios da bienalidade da produção e obtivemos os seguintes números: no primeiro período 1871-1872 foram produzidas uma média de 13.830 arrobas de café; e, no biênio 1873-1874, a produção foi de 21.956 arrobas. O número de arrobas por mil pés de café foi de 19,88 e cada escravo da unidade estava responsável por 6.923 pés de café.

**Tabela 4.3: Colheita de café: média bianual, arrobas por mil pés de café e pés de café por escravo da fazenda Areias. 1871-1874**

1871-1872	13.830
1873-1874	21.956
Arrobas por mil pés	19,88
Pés de café por escravo	6.923

Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Terça-feira, 20 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

As características da produção cafeeira na fazenda Areias foram significativamente singulares. Essa é a unidade com maior capacidade de expansão produtiva, segundo os dados de Caminhoá. Tal expansão manteve a produtividade da fazenda Areias em uma tendência de alta, com uma produção de mais de 20.000 arrobas de café a partir de 1876 e com uma colheita recorde de 33.692 arrobas de café no ano de 1882 – Gráfico 4.23.

**Gráfico 4.23: Produção de café na fazenda Areias, 1874-1883**

LAËRNE, C. F. D. **Brazil and Java. Report on coffee-culture in America, Asia, and Africa.** Londres: Martinus Nijhoff, 1885, p. 325. Apud. ALEGRIO, L. V. **Os Clemente Pinto: importantes cafeicultores do sertão do leste fluminense.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 185.

Sem dúvida, o papel dos escravos foi fundamental para que tal produção estivesse no patamar mostrado anteriormente. Para o sustento dos mesmos, era necessária uma produção de milho e de feijão que suprissem suas necessidades. Diante disso, passamos a analisar esses dois produtos essenciais à subsistência da fazenda.

A produção de milho na fazenda era bastante significativa. Em 1871, a fazenda produziu 10.575 alqueires de milho e, no ano seguinte, 12.100. Nos dois anos seguintes, 1873 e 1874, a produção caiu, 9.725 e 7.525 alqueires, respectivamente, mas voltou a crescer no final da série para 11.325. Tais números totalizavam 51.250 alqueires de milho no quinquênio, o que refletia uma média de 10.250 alqueires de milho no período abordado por Caminhoá – Quadro 4.27 e Gráfico 4.24.

**Quadro 4.27: Colheitas de milho da fazenda Areias, Cantagalo. 1871-1875**

Ano	Alqueires
1871	10.575
1872	12.100
1873	9.725
1874	7.525
1875	11.325
Total	51.250
Média	10.250

Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Terça-feira, 20 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

**Gráfico 4.24: Colheitas de milho da fazenda Areias, Cantagalo. 1871-1875**

Fonte: Quadro 4.27.

Quando observamos o Gráfico 4.24, referente à produção de milho, é possível percebermos uma oscilação nos dados. Tal flutuação levou, ao longo dos cinco anos, a um declínio da linha de tendência da produção de milho na fazenda Areias. No entanto, a queda registrada pelo Gráfico 4.22 não foi de grande monta e, provavelmente, não alterou ou deixou deficitária a alimentação dos escravos. De qualquer maneira, se fosse necessário, a falta de milho poderia ser complementada através da produção das fazendas de Nova Friburgo ou por compra no mercado local.

Essa questão de uma produção insuficiente de alimentos de subsistência pode ser observada ainda com a produção de feijão – Quadro 4.28. Nota-se, através do quadro, que a produção de feijão da fazenda Areias, se comparada com a de milho, é muito baixa. Diante

disso, a produção de feijão também teve de ser complementada através do mercado local. Como afirma Tschudi sobre o papel de Nova Friburgo na região,

“Os colonos que permaneceram na colônia dedicaram-se à cultura do milho, batatas e feijão, por ser o clima desfavorável à do café. Estes produtos encontraram bom mercado em Nova Friburgo e eram também procurados pelos tropeiros que vinham dos distritos cafeeiros, bem como de Cantagalo e da Capital”.<sup>475</sup>

Desta forma, a demanda das fazendas do Barão e, por conseguinte, da vila de Cantagalo era sanada pela produção da vila de Nova Friburgo, voltada ao abastecimento da região.

No ano de 1871, a fazenda Areias produziu 856 alqueires de feijão e, a partir desta data, a produção da leguminosa passou a declinar. Em 1872, a fazenda produziu 506 alqueires; no ano seguinte, 686. Em 1874, a quantidade caiu para 363 alqueires, indicando o declínio que apontamos. Apenas em 1875 a produção voltou a crescer, registrando 811 alqueires de feijão produzidos. Esta cultura somou ao final dos cinco anos 3.222 alqueires de feijão na fazenda, o que resulta em uma média de 644. Quando observamos o Gráfico 4.25, referente à produção de feijão, percebemos que este produto também se encontrava em queda.

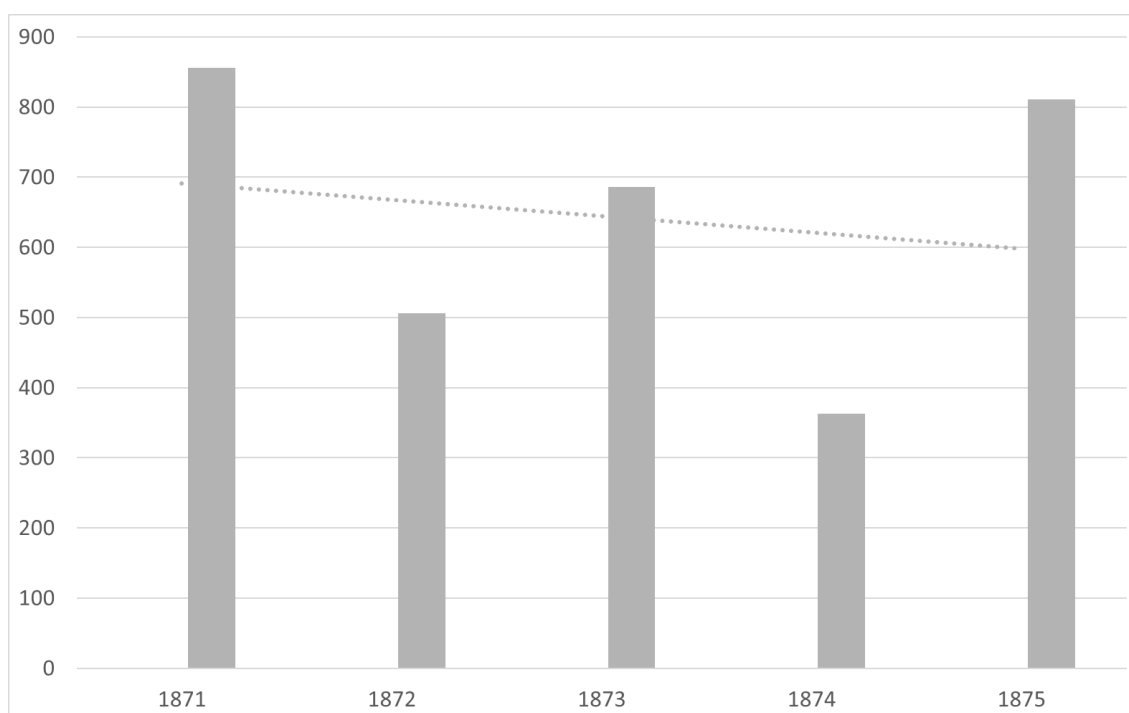
#### Quadro 4.28: Colheitas de feijão da fazenda Areias, Cantagalo. 1871-1875

Ano	Alqueires
1871	856
1872	506
1873	686
1874	363
1875	811
Total	3.222
Média	644

Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Terça-feira, 20 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

<sup>475</sup> TSCHUDI, J. J. V. **Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. [1866]**. Tradução de Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/Universidade de São Paulo (Coleção Reconquista do Brasil Nova Série, v. 14), 1980, p. 105.



**Gráfico 4.25: Colheitas de feijão da fazenda Areias, Cantagalo. 1871-1875**

Fonte: Quadro 4.28.

As próximas informações recolhidas por Luiz Caminhoá, referentes à fazenda Areias, tratam da contabilidade da mesma. No ano de 1871, a fazenda produziu uma receita bruta de 94:252\$370 – Quadro 4.29. Todavia, suas despesas foram bastante significativas, somando um total de 60:274\$183, gastos que geraram o menor lucro líquido do período. No ano seguinte, tanto o lucro bruto (104:834\$407), quanto o líquido (69:231\$416) aumentaram. Tal fator se deu não só pelo aumento dos rendimentos, mas também pela diminuição das despesas da fazenda.<sup>476</sup>

No ano de 1873, foi possível perceber que o lucro bruto subiu 53% em relação ao ano anterior, totalizando a quantia de 160:889\$730. Neste mesmo ano, apesar de um leve aumento nas despesas da fazenda (44:459\$691), os lucros continuaram subindo. Sendo assim, o lucro líquido da fazenda cresceu 68% (116:430\$039). Em 1874, ocorreu uma pequena queda nos lucros, que caíram na sua forma bruta para 143:530\$446. Mesmo que de forma irrisória, as despesas também caíram (43:505\$691), apresentando uma diferença de 954\$000. Desta forma, os lucros líquidos da fazenda foram de 100:024\$755<sup>477</sup>.

O último ano da série apresenta novo crescimento. O lucro bruto resultou em um valor de 170:602\$886, indicando, em relação ao período anterior, um crescimento de 19%. As

<sup>476</sup> O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Terça-feira, 20 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

<sup>477</sup> O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p. 2.

despesas da fazenda continuaram caindo e, neste último registro, marcavam 41:176\$587, uma queda de 5 pontos percentuais em relação ao período anterior. O maior lucro líquido da série foi registrado em 1875 e era de 129:426\$299 – o que corresponde a um crescimento de 29% em relação ao ano anterior.<sup>478</sup>

Se trabalharmos com as diferenças entre o início e o final da série, ficou perceptível o crescimento da lucratividade da fazenda Areias durante a primeira metade da década de 70 do século XIX. Em 1871, o lucro bruto foi de 94:252\$370 e, em 1875, 170:602\$886, equivalendo a um crescimento de 81%. Da mesma forma, ao observarmos a queda das despesas, percebemos a seguinte situação: em 1871, a despesa foi de 60:274\$183 e, em 1875, 41:176\$587, gerando uma queda nas despesas de 32%. Por fim, a diferença entre o lucro líquido em 1871, 33:978\$187, e, em 1875, 129:426\$299, foi de 281%.<sup>479</sup>

Os dados comparativos aqui apresentados nos leva a concluir que, ao longo do quinquênio, uma administração diligente transformou a fazenda Areias em um empreendimento significativamente lucrativo. O total dos lucros da fazenda ao longo dos cinco anos analisados é notável. O lucro bruto total, sempre crescente, somava 674:109\$839, enquanto as despesas equivaliam a 225:019\$143. Nesses cinco anos, a liquidez da fazenda gerou um lucro total de 449:090\$696. Tais valores são bastante respeitáveis, especialmente, ao considerarmos o momento em que essa fazenda, localizada no coração do Vale do Paraíba Fluminense, apresentou tais resultados.<sup>480</sup>

Todos os dados arrolados por Luiz Caminhoá podem ser consultados no Quadro 4.29 e melhor visualizados no Gráfico 4.26. O gráfico apresenta as linhas de tendência em relação à contabilidade da fazenda Areias. Fica nítido que as despesas estavam em decadência, ao passo que os lucros apresentavam franca ascendência. Desta forma, torna-se visível que todos aqueles implementos técnicos utilizados na Areias contribuíam para um formato moderno de beneficiamento do café e tais implementos, emparelhados à utilização da mão de obra escrava de maneira sistêmica, corroboravam para os viçosos lucros obtidos pela fazenda.

---

<sup>478</sup> O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p. 2.

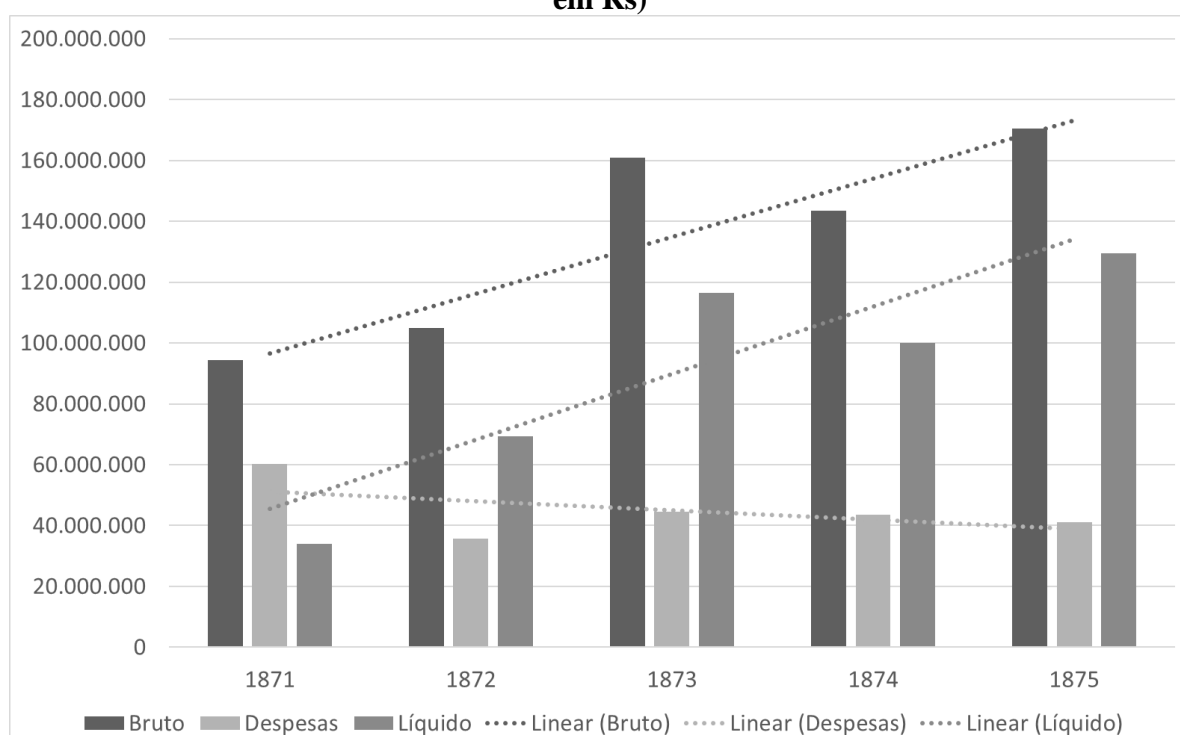
<sup>479</sup> O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p. 2.

<sup>480</sup> O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p. 2.

**Quadro 4.29: Contabilidade da fazenda Areias, Cantagalo. 1871-1875**

Ano	Bruto	Despesas	Líquido (Rs)	Líquido (£)
1871	94:252\$370	60:274\$183	33:978\$187	3.477,81
1872	104:834\$407	35:602\$991	69:231\$416	7.086,12
1873	160:889\$730	44:459\$691	116:430\$039	11.917,10
1874	143:530\$446	43:505\$691	100:024\$755	10.237,95
1875	170:602\$886	41:176\$587	129:426\$299	13.247,32
Total	674:1094839	225:019\$143	449:090\$696	45.966,29

Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Terça-feira, 20 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

**Gráfico 4.26: Contabilidade da fazenda Areias, Cantagalo. 1871-1875 (Valor nominal em Rs)**

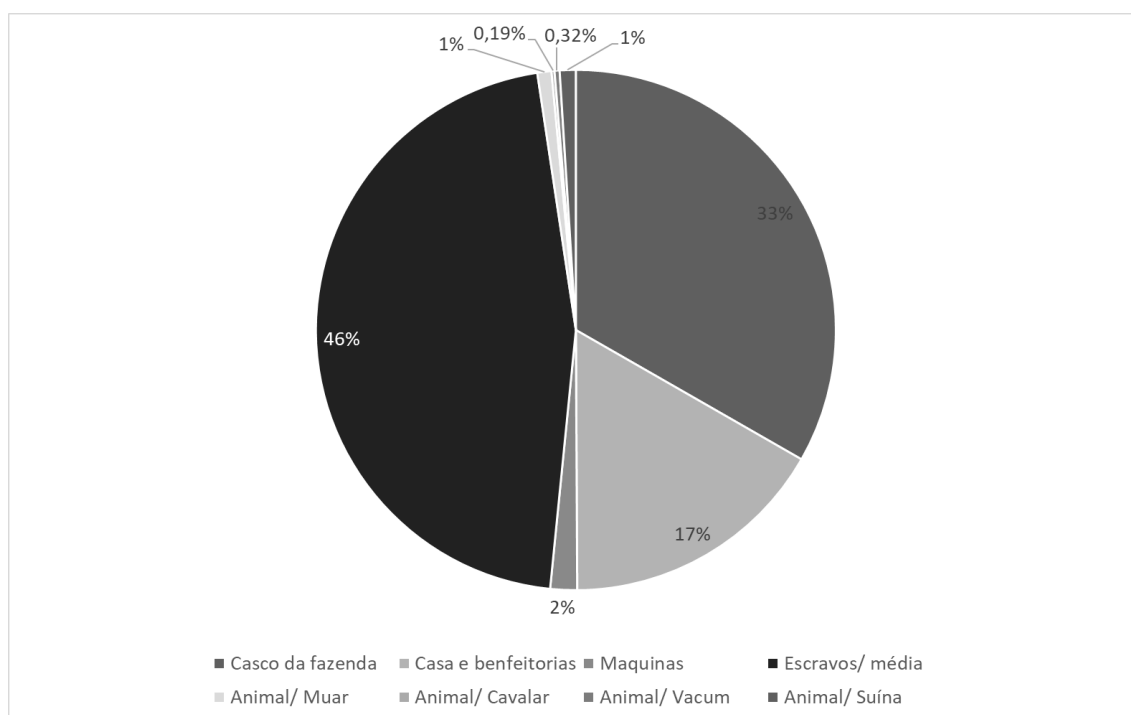
Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Terça-feira, 20 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

No que se refere ao valor da fazenda Areias, Luiz Caminhoá também realizou a avaliação deste patrimônio do espólio do Barão de Nova Friburgo. Desta forma, vemos que o casco da fazenda estava avaliado em 300:000\$000; as casas de benfeitorias valiam 150:000\$000; as máquinas, 15:000\$000; e, o valor dos escravos era da quantia de 415:000\$000. Os animais reunidos estavam avaliados em 21:440\$000. Neste caso, os escravos da fazenda Areia representavam 46% do valor da mesma, restando outros 54% para as outras estruturas contidas na unidade – Quadro 4.30 e Gráfico 4.27.

**Quadro 4.30: Avaliação da fazenda Areias, Cantagalo. 1877**

Estrutura	Valor unitário	Valor (Rs)	Valor (£)
Casco da fazenda		300:000\$000	30.706,24
Casas e benfeitorias		150:000\$000	15.353,12
Máquinas		15:000\$000	1.535,31
Escravos/ média	1:500\$000	415:000\$000	42.476,97
Animal/ Muar	100\$000	7:900\$000	808,60
Animal/ Cavalari	100\$000	1:700\$000	174,00
Animal/ Vacum	40\$000	2:840\$000	290,69
Animal/ Suína	10\$000	9:000\$000	921,19
Total		901:440\$000	92.266,12

Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Terça-feira, 20 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

**Gráfico 4.27: Avaliação da fazenda Areias, Cantagalo. 1877**

Fonte: Quadro 4.30.

Desta maneira, a expressividade da escravidão nas fazendas do Barão de Nova Friburgo está evidenciada, assim como a porcentagem que ela expressa na composição do valor da fazenda. Adiante, abordaremos a taxa de crescimento da fazenda Areias – Quadro 4.31 e Gráfico 4.28 e 4.29. Para esta unidade, temos os dados referentes ao inventário e à avaliação de Luiz Caminhoá, essenciais para compreender o avanço deste patrimônio nos anos seguintes à

morte do Barão. Desta forma, utilizando o quadro e o gráfico, podemos confirmar que a fazenda Areias continuava se valorizando ao longo da década de 1870.

**Quadro 4.31: Valorização e Taxa de Crescimento da fazenda Areias, Cantagalo. 1873-1877**

Ano	Valor (Rs)	Valor (£)	Crescimento
1873	673:393\$000	68.924,56	-
1877	901:440\$000	92.266,12	25% <sup>481</sup>

Fontes: Inventário post-mortem do Barão de Nova Friburgo; O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

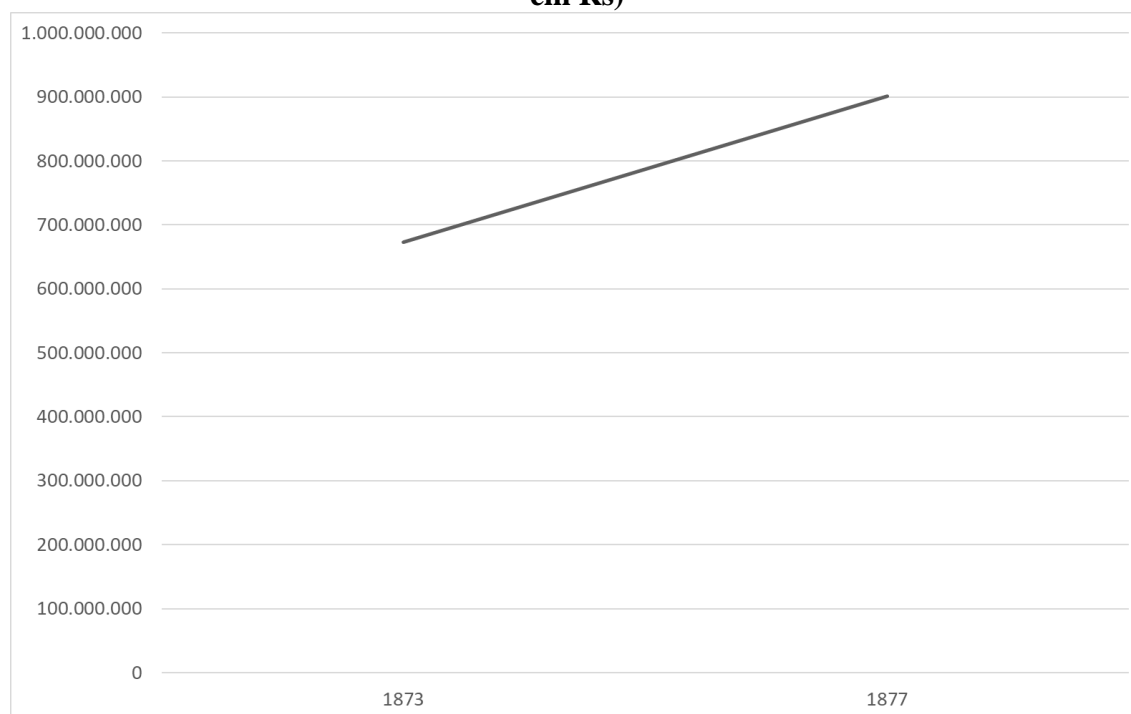
**Gráfico 4.28: Taxa de crescimento da fazenda Areias, Cantagalo. 1873 e 1877**



Fontes: Quadro 4.31.

<sup>481</sup> Ressaltamos que o inventário do Barão de Nova Friburgo pode ter subavaliado a fazenda Areias ou que o relatório de Luiz Caminhoá sobreavaliou a propriedade. Chegamos a essa conclusão pela vertiginosa valorização da propriedade em tão pouco tempo.

**Gráfico 4.29: Valorização da fazenda Areias, Cantagalo. 1873 e 1877 (valores nominais em Rs)**



Fontes: Quadro 4.31.

O valor da fazenda Areias, entre a morte do Barão e os dados de Caminhoá, cresceu 25%. Este crescimento não se deu somente pela expansão das terras dessa propriedade, mas também pelo valor dos bens ali reunidos, com destaque para as áreas em mata – para onde a fazenda poderia ser expandida – e para a significativa plantação de café. Em outras palavras, a fazenda estava em crescimento desde a década de 1860 e continuava, ao longo da década de 1870, prosperando.

Ricardo Salles e Magno Borges em seus trabalhos sobre o barão do Guaribu chamaram a atenção para a valorização dos ativos agrários da fazenda Guaribu.<sup>482</sup> As outras propriedades do barão do Guaribu – fazendas dos Encantos, Antas e Boa União – também tinham se valorizado entre a aquisição e o ano da morte do barão, em 1868. Thiago Campos notou que, no caso do comendador José de Souza Breves, ao final da década de 1860, notava-se “certo nível de esgotamento”.<sup>483</sup> Como vimos, as fazendas oriundas do espólio do Barão de Nova Friburgo continuavam produtivas e extremamente lucrativas até meados da década de 1870,

<sup>482</sup> BORGES, M. F.; SALLES, R. A morte do Barão de Guaribu. Ou o fio da meada. In: MUAZE, M.; SALLES, R. (Org.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. p. 197-241, p. 222.

<sup>483</sup> PESSOA, T. C. **A indiscrição como ofício: o complexo cafeeiro revisitado** (Rio de Janeiro, c.1830 - c.1888). Tese (Doutorado em História): Rio de Janeiro: PPGH/UFF, 2015, p. 239.

mesmo que apresentassem relativo esgotamento das áreas em matas e envelhecimento dos cafezais<sup>484</sup>.

Os dois últimos aspectos que precisamos abordar nesta análise são o montante da produção cafeeira e o da contabilidade das três fazendas analisadas. Tal exame se faz pertinente pelo fato de totalizar o que era comercializado pela Casa Comissária Friburgo & Filhos e por aquilatar os lucros das fazendas no primeiro quinquênio da década de 1870, avaliando a capacidade de produção na fase de grandeza da cafeicultura cantagalense. Para iniciar tal abordagem, nos valeremos do Quadro 4.32 e do Gráfico 4.28.

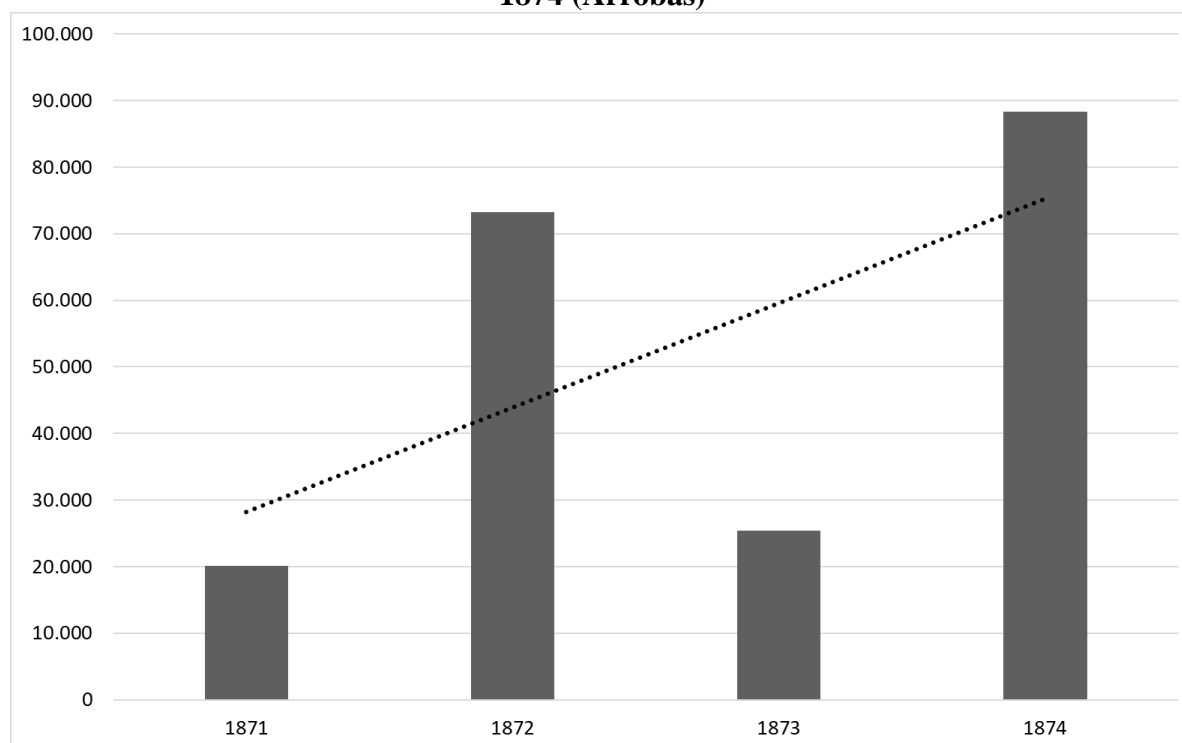
**Quadro 4.32: Produção de café das fazendas Aldeia, Gavião e Areias, Cantagalo. 1871-1874. (Arrobas)**

Ano	Arrobas
1871	20.100
1872	73.197
1873	25.380
1874	88.368
Total	207.045
Média	82.818

Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Terça-feira, 20 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

<sup>484</sup> Impactado pelo contexto de alta dos preços do café da década de 1870, Hercule Florence se destacou através da atividade cafeeira com estratégias muito semelhantes às do Barão de Nova Friburgo, sobre-exploração dos escravos, com um nível mais elevado de produtividade dos pés de café do que o encontrado para as propriedades do Nova Friburgo, internalizando a produção de mantimentos com vistas a diminuir os custos da produção e se aproveitando da chegada da linha férrea. Uma das diferenças entre os dois personagens é a posição que ocupam como proprietários de escravos: Florence é um médio proprietário, enquanto o Barão é um megaproprietário. Sobre Hercule Florence, conferir o excelente estudo de Rafael de Bivar Marquese: MARQUESE, R. D. B. Exílio escravista: Hercule Florence e as fronteiras do açúcar e do café no Oeste paulista (1830-1879). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, 2016, v. 24, pp. 11-51.

**Gráfico 4.30: Produção de café das fazendas Aldeia, Gavião e Areias, Cantagalo. 1871-1874 (Arrobas)**



Fonte: Quadro 4.32.

No primeiro ano, as três fazendas produziram mais de 20 mil arrobas de café. No ano seguinte, 1872, a produção subiu para mais de 73 mil arrobas. Os números da produção cafeeira caíram, em 1873, para 25.380 arrobas e novamente subiram para 88.368 arrobas, no ano seguinte. De qualquer forma, nota-se o crescimento da produção mesmo nos anos em que a produção decresceu. De tais dados podemos depreender dois interessantes aspectos: primeiro, devido à forma de plantio, a produção cafeeira oscilou profundamente entre os anos 1871 e 1874; segundo, mesmo com anos de queda da produção, ela sempre respondeu a uma tendência de crescimento ao longo do período. Logo, as fazendas deixadas pelo Barão ainda continuavam com uma significativa produção e atingiram, no quadriênio, 207.045 arrobas, com uma média de 82.818 – Quadro 4.32 e Gráfico 4.30.

Contabilizando a totalidade da produção cafeeira e levando em conta a questão da bianualidade, temos a seguinte situação: no primeiro biênio, 1871-1872, as três fazendas alcançaram uma média de 46.649 arrobas. No biênio seguinte, 1873-1874, a média subiu para 56.854 arrobas. A quantidade de arrobas por mil pés de café atingiu a marca de 81,19 arrobas trabalhadas com uma relação de 3.400 pés de café por escravo – Tabela 4.4.



**Tabela 4.4: Colheita de café: média bianual, arrobas por mil pés de café e pés de café por escravo da fazenda Aldeia, Gavião e Areias. 1871-1874**

1871-1872	46.649
1873-1874	56.854
Arrobas por mil pés	81,19
Pés de café por escravo	3.400

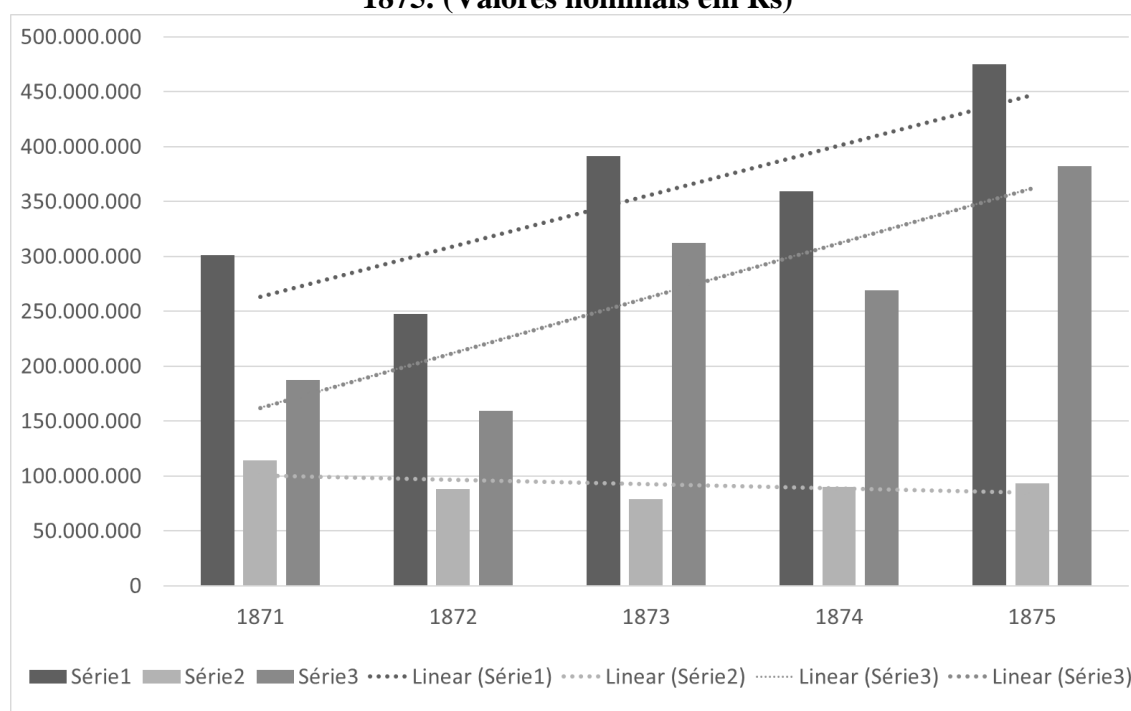
Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Terça-feira, 20 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

**Quadro 4.33: Contabilidade das fazendas Aldeia, Gavião e Areias, Cantagalo. 1871-1875**

Ano	Bruto	Despesas	Líquido (Rs)	Líquido (£)
1871	301:307\$951	114:043\$496	187:264\$455	19.167,29
1872	247:369\$248	87:878\$632	159:490\$616	16.324,53
1873	391:394\$629	78:880\$849	312:513\$780	31.987,08
1874	359:412\$363	90:281\$193	269:131\$170	27.546,69
1875	475:246\$412	92:999\$002	382:247\$410	39.124,61
Total	1.774:730\$603	464:083\$172	1.310:647\$431	134.150,20

Fonte: Inventário *post-mortem* do Barão de Nova Friburgo; O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

**Gráfico 4.31: Contabilidade das fazendas Aldeia, Gavião e Areias, Cantagalo. 1871-1875. (Valores nominais em Rs)**



Fonte: Quadro 4.33.

Como podemos ver no Quadro 4.33, as receitas brutas das fazendas totalizaram 1.774:730\$603, um valor bastante alto, com média anual de 354:946\$121. Neste mesmo contexto, as despesas das fazendas somavam 464:083\$172 e estavam declinando suavemente

ao longo do período. Os lucros líquidos também somaram uma quantidade bastante significativa, 1.310:647\$431, com um lucro médio de 262:129\$486, nos cinco anos da série – Gráfico 4.31.

Diante dos diversos fatores aqui elencados, podemos hierarquizar as fazendas segundo os seguintes critérios: idade dos pés de café, estoque de matas, produtividade dos pés e escravos por pés de café. Assim, a fazenda com a maior quantidade de pés de café novos era a Aldeia, seguida da Areias e, depois, a Gavião. No que tange ao estoque de matas, a Areias se distancia – e muito – das outras duas fazendas com 66.67% das terras ainda virgens, fator que permitiria uma significativa ampliação da lavoura cafeeira. Segundo esse mesmo critério, Aldeia e Gavião já tinham praticamente esgotado seu estoque de matas. A produtividade dos pés de café estava assim hierarquizada: a Gavião, mesmo com a maior quantidade de pés velhos, era a mais produtiva com 30,24 arrobas por mil pés; a segunda mais produtiva era a Aldeia com 23,68 arrobas por mil pés e um significativo estoque de pés de café entre 5 e 15 anos; e, por fim, temos a Areias com 19,88 arrobas por mil pés e 500.000 entre 5 e 15 anos e 400.000 com mais de 24 anos. No que se refere aos pés de café por escravo, a maior relação é a da Aldeia, 7.500 pés por escravos; seguida da Areias com 6.923 pés por escravos; e, por último, a Gavião com 6.667 pés por escravos.

Salta-nos aos olhos que a fazenda Gavião – com o menor estoque de matas, com a maior quantidade de pés com mais de 24 anos e com a menor relação de pés de café por escravo – seja a unidade produtiva administrada pelos filhos do Barão de Nova Friburgo que tenha a maior relação de arrobas por mil pés das fazendas analisadas por Luiz Caminhoá. A segunda fazenda, em ordem hierárquica, é a Aldeia, que possuía 88% dos pés de café entre 5 e 15 anos, um baixo estoque de matas e a mais alta relação de pés de café por escravo. Sua produção era de 23,68 arrobas por mil pés. A última fazenda, na ordem hierárquica, é a Areias, que tinha pouco mais da metade dos pés de café jovens, um grande estoque de matas e uma relação de pés de café por escravo intermediária em relação às outras fazendas. A Areias produzia 19,88 arrobas por cada mil pés de café.

Essa hierarquização estava ligada a uma estratégia de administração da paisagem e dos recursos naturais a serem explorados. Nas instruções para a administração das fazendas, documento elaborado pelos filhos do Barão de Nova Friburgo para a organização das propriedades, a preocupação com a administração da paisagem aparece como um importante elemento. Desta forma, através do documento, os herdeiros do Barão declaram que “nenhuma

derrubada pode ser feita sem a ordem do administrador” e que “os terrenos dos cafezais velhos, quando forem abandonados, devem ser aproveitados para pasto de grama e capim”.<sup>485</sup>

Além desses fatores, é preciso adensar a discussão afirmando que o bom retorno financeiro das fazendas do Nova Friburgo está ligado a uma conjuntura internacional dos preços do café, que passaram por uma alta ao longo da década de 1870<sup>486</sup>. Tal conjuntura, conjugada à chegada da estrada de Ferro Cantagalo, que diminuiu os gastos com o transporte, agilizou a exploração das áreas em matas, intensificou a exploração da mão de obra escrava e propiciou uma boa lucratividade na venda das safras.

Nesta perspectiva de análise, é perceptível que o crescimento das fazendas outrora pertencentes ao Barão de Nova Friburgo não se iniciou na década de 1870 e acreditamos que, ao longo do século XIX, as fazendas foram se aprimorando em relação à produção cafeeira. Os valores expressos na contabilidade das fazendas unidas ou separadas e os dados da produção cafeeira extraídos de Van Delden Laërne configuram um forte indício de que o grosso da fortuna do Barão veio da produção cafeeira, coligada, é claro, à administração do espaço produtivo e dos escravos e ao controle sobre o beneficiamento, sobre o transporte e sobre a comercialização do café produzido.

Portanto, não só as fazendas eram instâncias de grande geração de lucro, mas o domínio sobre as mais diversas atividades ligadas à produção cafeeira. Um enorme número de pés de café, um volumoso plantel escravo, máquinas de beneficiamento, sistema de transporte por mulas e a Casa Comissária Friburgo & Filhos foram os elementos que dominaram o cenário da formação da riqueza e da manutenção do patrimônio transmitido aos filhos do Barão de Nova Friburgo. Simplificando: dominar todas as etapas do processo de exportação do café, principalmente as inovações tecnológicas de beneficiamento e transporte – que permitiam a expansão das plantações e o melhoramento do produto, aumentando seu valor de mercado – foi elemento peremptório para modelar a abundante riqueza do Barão de Nova Friburgo e seus filhos.

#### 4.6. Conclusão

A questão da formação das propriedades do Barão de Nova Friburgo não pode e não deve ser colocada em segundo plano em qualquer análise compreendendo sua trajetória. Não

---

<sup>485</sup> AGUILAR, N. (Org.). **Mostra do Redescobrimento: Negro de Corpo e Alma**, catálogo Fundação Bienal de São Paulo. São Paulo : Associação Brasil 500 Anos Artes Visuais 2000, p. 108-109, 2000. MARQUESE, R. B. Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba oitocentista. **Almanak Braziliense (Online)**, v. 7, pp. 138-152, 2008.

<sup>486</sup> BACHA, E.; GREENHILL, R. **Marcelino Martins & E. Johnsnton: 150 anos de café**. 2ª ed. revisada. São Paulo : Salamandra Cons. Editorial, 1992, pp. 324-328.

apenas por conta de representar 31% do valor expresso em seu monte-mor (2.125:050\$000), mas também pelo poder que expressava para o conjunto dos despossuídos, escravos ou livres. Como enfatizamos, o interesse de Antônio Clemente Pinto pela região se originou antes da independência e atravessou grande parte do período imperial.

No exercício de composição deste capítulo, foram essenciais os arquivos dos cartórios de Cantagalo, digitalizados pelo Centro de Memória daquele município, e os do cartório de Nova Friburgo, onde pudemos recolher as escrituras aqui utilizadas. Esses documentos nos permitiram ‘perseguir’ Antônio em uma colcha de retalhos de composição de terras. Tal ‘perseguição’ nos levou a abrir a caixa das estratégias de acumulação de terras e formação de um complexo agrário responsável por abrigar mais de cinco milhões de pés de café. Permitiu, também, avaliar a produtividade dessas terras após a transmissão do patrimônio aos seus filhos.

As estratégias identificadas nesse processo consistiam na formação de sociedades, compras de terras fronteiriças às propriedades já existentes, concessão de créditos garantidos pela hipoteca das terras, além, é claro, da posse. As sociedades identificadas foram feitas com proprietários como João Paulo Troubat, Jacob van Erven, André Francisco Beliene e Francisco Inocência Lessa. Em todas as sociedades estabelecidas, o Barão nunca ficou responsável pelo trato da fazenda, isto porque precisava agenciar os frutos das propriedades na Praça do Rio de Janeiro. Logo, seus sócios se tornavam, também, administradores das terras.

Apesar da falta de linearidade e da fragmentação das escrituras cartoriais, conseguimos resolver este problema utilizando os arquivos paroquiais de terras. Tais arquivos nos colocaram novos desafios, sendo eles referentes, principalmente, à posse de terras e de terrenos legitimados e não legitimados. Em ambos os casos, destacamos a importância de o relato de propriedade enfatizar que a posse continha algum cultivo – esta era a forma mais fácil de comprovar a posse de terras.

A análise empírica iniciou-se com as compras de terras em Cantagalo. O foco da análise recaiu sobre a compra das fazendas Aldeia e Itaóca. Os documentos referentes à primeira permitiram a identificação das transformações que esta sofreu ao longo do tempo e, também, as estratégias desenvolvidas por Antônio Clemente Pinto na configuração de seu complexo cafeeiro. No caso da Aldeia, destaca-se o estabelecimento de uma sociedade e a compra de terras adjacentes à fazenda. Para a segunda fazenda, identificamos uma compra de “porteira fechada”. Antônio adquiriu todos os bens existentes naquelas terras na assinatura da escritura, inclusive os escravos a ela pertencentes.

No desenvolvimento da análise, identificamos, no cartório de Cantagalo, diversas escrituras em que Antônio Clemente Pinto adquiria terras, posses, sítios e chácaras. Por vezes,

fazia as negociações sozinho; outras vezes, coligado a seus sócios. Todavia, na esmagadora maioria dos casos, comprou terras circunvizinhas as suas – fator de expansão de suas propriedades e de composição de seu complexo agrário. Um significativo exemplo desta prática é a composição de terras para a ampliação da fazenda Cafés, que fez em sociedade com Martha Maria Busca.

Posteriormente, abordamos também as compras de terras em Nova Friburgo e o estabelecimento das duas unidades produtivas, as fazendas de São Lourenço e a do Cônego, ambas ligadas à Chácara do *Chalet* – o espaço mais requintado das propriedades do Barão de Nova Friburgo nesta localidade. Essas três fazendas, apesar de não se concentrarem em produtos para a exportação, tinham grande importância para o Nova Friburgo. Afinal, durante o século XIX, funcionaram como espaço produtivo de bens de subsistência e local de descanso após a exaustiva viagem da Corte. Ademais, funcionava como espaço de sociabilidade da elite cafeeira e comercial das vilas de Cantagalo e Nova Friburgo.

Após essas análises, abordamos uma questão crucial: o binômio isolamento e requinte. Nestes dois aspectos, nos valemos das imagens e dos inventários referentes às fazendas do Barão, que constam no arquivo do Instituto Cidade Viva e que se denomina *Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba*. Tal acervo nos permitiu identificar, nas diversas fazendas, a presença do quadrilátero funcional – elemento de controle dos trabalhadores escravos das propriedades. Através destas imagens, também conseguimos alcançar os aspectos de requinte das fazendas, trabalhos em cantaria e fachadas suntuosas.

Após abordarmos esses aspectos do estabelecimento da riqueza agrária do Barão de Nova Friburgo, identificamos outro fator essencial: compreender as consequências da transmissão do patrimônio aos filhos e as condições das fazendas analisadas. Para alcançarmos tal objetivo, utilizamos o relatório elaborado por Luiz Monteiro Caminhoá, abordando a produção de três fazendas de café, a saber, Aldeia, Gavião e Areias. As duas primeiras haviam passado às mãos de Bernardo Clemente Pinto e a última foi herdada pelo barão de São Clemente, mas eram administradas conjuntamente e seus resultados reunidos na Casa Comissária Friburgo & Filhos.

Dois fatores são essenciais ao abordarmos as propriedades citadas. O primeiro é a vultosa produção cafeeira das fazendas, que, apesar de ter oscilado no tempo, manteve uma tendência ao crescimento ao longo do primeiro quadriênio da década de 1870. A tendência de crescimento da produção cafeeira nessas fazendas se manteve, de acordo com os dados arrolados por Van Delden Laërne, até pelo menos o ano de 1883, afastando a ideia de crise da produção das fazendas do espólio do 1º Barão de Nova Friburgo. O segundo é a efetiva

lucratividade, resultado da produção cafeeira apresentada pelas unidades produtivas, associada à tendência de diminuição das despesas. Tais proventos também foram avantajados pela utilização de um conjunto de máquinas de beneficiamento do café que, ao aumentarem a qualidade do produto, empurravam seu preço para cima. Junto a esses fatores, é preciso considerar que a tendência dos preços do café era de alta. Além desses maquinismos no interior da fazenda, o domínio do transporte e a Casa Comissária Friburgo & Filhos atuavam na ampliação dos lucros da comercialização do café.

Com o que foi exposto, torna-se evidente que o acúmulo de terras ligadas à produção cafeeira se apresentava como elemento *sine qua non* para o acúmulo de uma fortuna do montante que o Barão de Nova Friburgo reuniu e que legou a seus filhos. O processo de acumulação de riquezas estava centrado no setor produtivo e ancorado na comercialização feita pela Casa Comissária, ou seja, passava do nível da produção para a circulação sem sair das mãos do Barão e de seus filhos. Deste modo, ao produzir notáveis colheitas de café, os personagens obtinham estupendos lucros com sua comercialização.

Argumentamos, portanto, que a riqueza angariada pelo Barão de Nova Friburgo quando do fechamento do seu inventário foi produzida, principalmente, a partir da produção cafeeira e, conseqüentemente, pelo encaminhamento desta produção ao mercado pela sua Casa Comissária, a Friburgo & Filhos. O que estamos propondo como fator de enriquecimento se refere, também, ao domínio de todas as etapas passando pela produção, pelo beneficiamento, pelo transporte e pela comercialização. Desta forma, fica expresso o ponto de vista que defendemos.

Ao terminarmos este capítulo, fica evidente que falta um elemento central nesta equação: os trabalhadores que moviam o complexo. Por isso, no capítulo seguinte abordaremos as estruturas escravistas e de trabalho livre utilizadas nas fazendas do Barão de Nova Friburgo com os seguintes objetivos: analisar a composição do plantel escravista segundo os dados estatísticos retirados do inventário *post-mortem* e compreender a dimensão do trabalho livre no interior do complexo Nova Friburgo.

## Capítulo V: Trabalho escravo e livre nas fazendas do Barão de Nova Friburgo

### 5.1. Introdução

Após a análise e a compreensão das dimensões do complexo agrário do Barão de Nova Friburgo, torna-se necessário abordar as características da mão de obra que fazia esse complexo produzir. Preponderantemente, tal mão de obra era composta por escravos africanos transportados ainda no período de legalidade. Tal escravaria somava 2.180 cativos, mas dois deles tinham fugido há mais de dez anos apesar de continuarem arrolados entre as posses do Barão. Procuramos, no presente capítulo, analisar as origens e as características demográficas do plantel. Para isso, abordaremos os carregamentos de escravos vindos da África nos últimos anos da década de 1820, o envio deles para o interior, a cobrança de valores referentes a sua venda e as compras de cativos.

Nossa hipótese de trabalho aponta para a relação entre a grande escravaria do final da vida de Antônio Clemente Pinto e o tráfico de escravos, o que garantiu o abastecimento de cativos para um complexo cafeeiro em formação. Foi necessário um número vultoso de trabalhadores para o trabalho em mais de 5 milhões de pés de café alocados nas propriedades localizadas em Cantagalo. Além desse trabalho agrícola, muitos dos escravos das fazendas tinham ocupações específicas, como carpinteiros, carroceiros, ferreiros, enfermeiros, lavadeiras, passadeiras, engomadeiras e outras. Tais ofícios não impediam que, em épocas de colheita, por exemplo, esses escravos fossem deslocados para os trabalhos nos cafezais.

Portanto, principiamos a análise investigando as relações do Barão de Nova Friburgo com o tráfico de escravos. Tais relações foram registradas tanto em periódicos que circulavam no Rio de Janeiro, como o *Diário do Rio de Janeiro*, quanto no *Slavery Voyages*<sup>487</sup>, a plataforma que reúne um conjunto enorme de fontes e dados referentes ao tráfico de escravos. Estas duas fontes documentais permitem uma análise que coloca o personagem deste estudo ligado diretamente ao mercado internacional de escravos. Além disso, localizamos Antônio Clemente Pinto nos documentos da Polícia da Corte<sup>488</sup>, dimensão importante para compreendermos a relação do personagem com o comércio interno.

Diversos autores trabalharam com o tráfico de escravos e localizaram Antônio Clemente Pinto nesta atividade. Dentre esses, Manolo Florentino em seu livro *Em costas negras*, lista

---

<sup>487</sup> Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/> Acesso em jul. 2018.

<sup>488</sup> Lançamento de atestados de remessa de escravos para várias localidades. Vol. I, II e III. 1826-1833. Fundo da Polícia da Corte. Código de Fundo: OE. Códice: 424. Microfilme: 29/1997. Arquivo Nacional.

Antônio entre os traficantes atuantes entre 1811 e 1830<sup>489</sup>. Carlos Gabriel Guimarães também localizou, em uma documentação da Comissão Britânica em Serra Leoa, a presença de Antônio Clemente Pinto numa carregação de escravos vindos de Moçambique para o Rio de Janeiro em 1829<sup>490</sup>. Através dessas fontes primárias e da localização do Barão nos trabalhos de Guimarães e Florentino, analisamos sua trajetória no tráfico de escravos.

Também localizamos Antônio Clemente Pinto no Juízo da Conservatória Inglesa<sup>491</sup>, em dois processos nos quais cobrava o pagamento pelos escravos que havia vendido. Além disso, localizamos, no arquivo da Fundação D. João VI, um processo de mesmo teor. Tais documentos demonstram como Antônio obtinha vantagens não apenas com a venda dos cativos no mercado interno, mas com os juros cobrados pela inadimplência dos compradores. Além desses documentos, encontramos, no Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Nova Friburgo, onze contratos de compra de escravos consolidados pelo Barão na década de 1860. Tais documentos também comporão nossa investigação.

A nossa análise continua com as unidades produtivas de Cantagalo e Nova Friburgo. Decidimos, desta forma, analisar cada fazenda em separado, ganhando especificidade na análise e cobrindo todas as instâncias produtivas e de serviços do Barão. Avaliaremos, nesta investigação, o preço total das escravarias, a média de preço dos cativos, a média de idade, as proporções entre homens e mulheres e as profissões dos escravizados de cada unidade produtiva.

Partindo dos temas: o tráfico de escravos – interno e externo –, os processos de cobrança pela venda de escravos, as compras de escravos no ano de 1869 e as estruturas demográficas das fazendas, chegaremos a um conhecimento bastante acertado a respeito do papel dos cativos em cada uma das fazendas de Cantagalo e de Nova Friburgo.

Resta dizer que os cativos constituíam a principal força de trabalho nas fazendas cafeeiras e também nas demais propriedades do Barão. Os trabalhadores escravos nas fazendas

---

<sup>489</sup> FLORENTINO, M. **Em Costas Negras**: Uma História do Tráfico entre A África e o Rio de Janeiro, Séculos XVII e XIX. 5. ed. SÃO PAULO: Editora da Unesp, 2014, p. 267.

<sup>490</sup> Cf. GUIMARÃES, C. G. O "comércio de carne humana no Rio de Janeiro: o negócio do tráfico negreiro de João Rodrigues Pereira de Almeida e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Co., 1808-1830 - primeiros esboços. In: BITTENCOURT, M.; RIBEIRO, A.; GEBARA, A. (Org.). **África passado e presente**: II encontro de estudos africanos da UFF. Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF (ebook), 2010, p. 85.

<sup>491</sup> "A Conservatória Britânica era um juízo privativo destinado aos negociantes britânicos residentes no país, ou todos aqueles que provassem, por carta de privilégios, ser administradores, feitores e agentes comerciais de britânicos, usufruindo assim dos privilégios, isenções e regalias de que gozavam os negociantes ingleses" No caso do Juízo da Conservatória Inglesa no Brasil, este durou de 1808 (Alvará de 04/05/1808) até 1844 (09/11/1844). Cf. CARNEIRO, A. G. O Juiz Conservador da Nação Britânica. **R. Inf. Legisl.**, Brasília, ano 14, nº 56, pp. 239-246, out./dez. 1977. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180854/000352328.pdf?sequence=1> Acesso em: ago. 2016.



do Nova Friburgo representavam 29% de sua fortuna – o que, em conjunto com os bens de raiz do meio rural, analisados no capítulo anterior, perfazem 60% de sua riqueza. Com essa constatação, podemos argumentar que esta instância da fortuna se constituía em um império agrário<sup>492</sup>, caracterizado aqui pela posse de mais de 350 escravos, segundo as adaptações realizadas por Mariana Muaze e Ricardo Salles e a partir da elaboração de Scarborough.<sup>493</sup>

O conhecimento relativo aos trabalhadores migrantes livres nas fazendas do Barão ainda é muito escasso. Abordaremos essa temática visando a compreender o papel dos trabalhadores livres e as dinâmicas estabelecidas nos espaços de relações de produção predominantemente escravistas. Discorreremos sobre o debate em relação à utilização da mão de obra livre e do envolvimento do Nova Friburgo no ato de arremeter portugueses para trabalhar em suas propriedades. Por fim, avaliaremos as relações entre o Barão de Nova Friburgo e o barão de Moreira no engajamento de colonos, levando em consideração as acusações feitas aos dois.

Definidos os aspectos a serem abordados ao longo do capítulo, os conjuntos documentais a serem utilizados e a perspectiva de análise adotada, passemos a análise dos dados, considerando que a força de trabalho escrava e livre tenha contribuído para a constituição a maior parte da riqueza do Barão de Nova Friburgo.

## 5.2. O tráfico de escravos na trajetória do Barão de Nova Friburgo

O tráfico de escravos foi – e isso é sobejamente sabido – o meio de enriquecimento de muitos negociantes da Praça do Rio de Janeiro. Aliás, era o tráfico de escravos que permitia um primeiro ciclo de enriquecimento que, através dos capitais acumulados, transbordava para as áreas agrícolas da Província fluminense e contribuía para a montagem de um sistema agrário complexo e variado<sup>494</sup>. Simplificando, os negociantes de grosso trato valiam-se dos lucros oriundos do tráfico de cativos e os aplicavam em atividades agrícolas. Tal investimento foi intensificado pela expansão das lavouras de agro exportação, com destaque para o café, que

---

<sup>492</sup> O conceito de império agrário foi forjado por William Kauffman Scarborough ao analisar a elite escravista do Sul dos Estados Unidos. O autor definiu o número de 250 escravos para formar um grande império. Muaze e Salles reformularam a tese e subiram o número para 350 cativos, pois a concentração de renda mudava de uma área para a outra no contexto da Segunda Escravidão. SCARBOROUGH, W. K. **Masters of the Big Houses. Elite Slaveholders of the Mid-Nine-teenth-Century South.** [S.l.]: Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2006; SALLES, R. E. M. M. Família escrava em impérios agrários. O caso da fazenda Guaribú. **ACERVO: REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL**, v. 30, 2017. pp. 34-51.

<sup>493</sup> De acordo com a qualificação de Salles e Muaze, encontramos em Cantagalo apenas duas escravarias que alcançavam os parâmetros determinados, a do Barão de Nova Friburgo, que excedia muito o padrão, e a do Comendador Jacob Van Erven, que, com as sociedades consolidadas, somava 444 cativos. Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo, Jacob Van Erven.

<sup>494</sup> FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. **O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ampliava a sua participação através da dispersão no território e contribuía para a concentração de cativos.<sup>495</sup>

Exatamente no centro dessa expansão, se localiza o traficante de escravos Antônio Clemente Pinto. Como já demonstramos, Antônio adquiriu sua primeira faixa de terras em Cantagalo ainda em 1819, todavia continuava exercendo suas funções de comerciante no Rio de Janeiro. Na fase final da década de 1820, Antônio Clemente Pinto atuou no tráfico de escravos que, em nosso entendimento, tinha dois objetivos: a comercialização dos cativos e o abastecimento das suas fazendas em Cantagalo e Nova Friburgo.

O volume desse abastecimento de escravos, que durou de 1827 a 1830, permitiu que, durante todo o restante do século XIX, o Barão fizesse apenas compras esporádicas, o que não alterou de modo expressivo suas escravarias. Tal fato se deu, pois o volume de escravos traficados da África supriria a demanda de suas fazendas e daria conta do vertiginoso aumento da produção cafeeira na região fluminense e, por conseguinte, nas fazendas do Barão.<sup>496</sup>

**Tabela 5.1: Carregamentos de escravos vindos da África em nome de Antônio Clemente Pinto, 1827-1830**

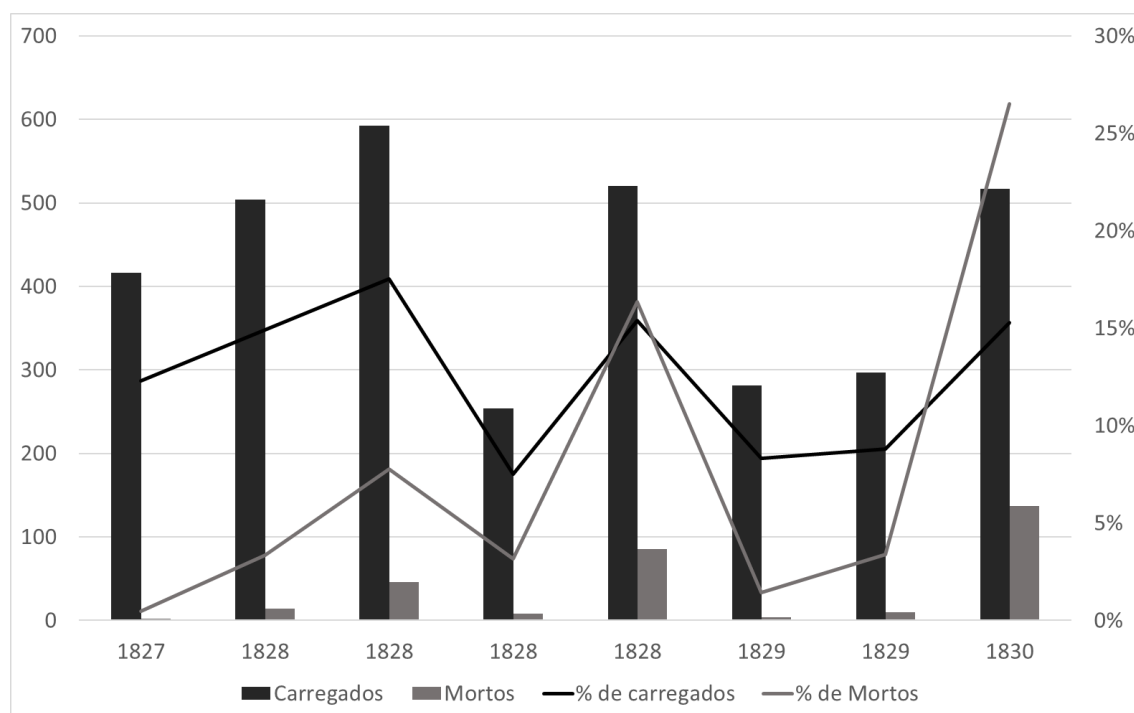
Ano	Carregados	% de carregados	Mortos	% de Mortos
1827	416	12%	2	0,48%
1828	504	15%	14	3%
1828	592	18%	46	8%
1828	254	8%	8	3%
1828	520	15%	85	16%
1829	281	8%	4	1%
1829	297	9%	10	3%
1830	517	15%	137	26%
Total	3381	100%	306	100%

Fonte: Diário de Rio de Janeiro e Trans-Atlantic Slave Trade Database. (1827-1830).

<sup>495</sup> FLORENTINO, M. **Em Costas Negras: Uma História do Tráfico entre A África e o Rio de Janeiro, Séculos XVII e XIX.** 5. ed. SÃO PAULO: Editora da Unesp, 2014, p. 29.

<sup>496</sup> Como um todo, a produção de café fluminense cresceu significativamente, partindo de 318 mil arrobas em 1817 para 3.237.190 em 1835. FLORENTINO, *Op. Cit.*, p. 39

**Gráfico 5.1: Carregamentos de escravos vindos da África em nome de Antônio Clemente Pinto, 1827-1830**



Fonte: Tabela 5.1.

Consoante a Tabela 5.1 e ao Gráfico 5.1, o contingente total de escravos trazidos da África, neste período, foi de 3.381 cativos distribuídos em 8 carregamentos, nos quais os escravos falecidos somaram 306 indivíduos, o que representa 9% dos cativos. Os principais portos de aquisição de africanos foram Quilimane, Cabinda, Luanda e Inhambane, tendo como destino o porto do Rio de Janeiro.<sup>497</sup>

O primeiro carregamento de que temos notícia ocorreu em 1827, com 416 cativos trazidos da África, o que representava 12% dos cativos carregados na totalidade. Apenas dois faleceram, representando 0,48% do carregamento. No ano seguinte, Antônio Clemente Pinto fez quatro carregamentos com 504, 592, 254 e 520 cativos representando 15%, 18%, 8% e 15% respectivamente. Nesse ano, morreram 14, 46, 8 e 85 escravos, indicando 3%, 8%, 3% e 16% dos mortos. No ano seguinte, foram feitos dois carregamentos: um de 281 cativos, correspondente a 8% do total e outro de 297, representando 9%. Morreram 4 na primeira viagem e 10, na segunda, 1% e 3% nesta ordem. O último carregamento, no ano de 1830, trouxe 517 cativos que representaram 15% dos carregados, entretanto 26% dos escravos morreram,

<sup>497</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 12 de fevereiro de 1827, n° 1; 3 de janeiro de 1828, n° 2; 4 de março de 1828, n° 3. Trans-Atlantic Slave Trade Database, Viagens 728, 845, 5014, 1001 e 1043. O porto de Inhambane está localizado na parte Sul de Moçambique, na parte meridional de Quilimane. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/> Acesso em: jul. 2018.

conformando um total de 137 indivíduos. O número bastante alto de falecimentos indica um certo prejuízo nesse último carregamento.<sup>498</sup>

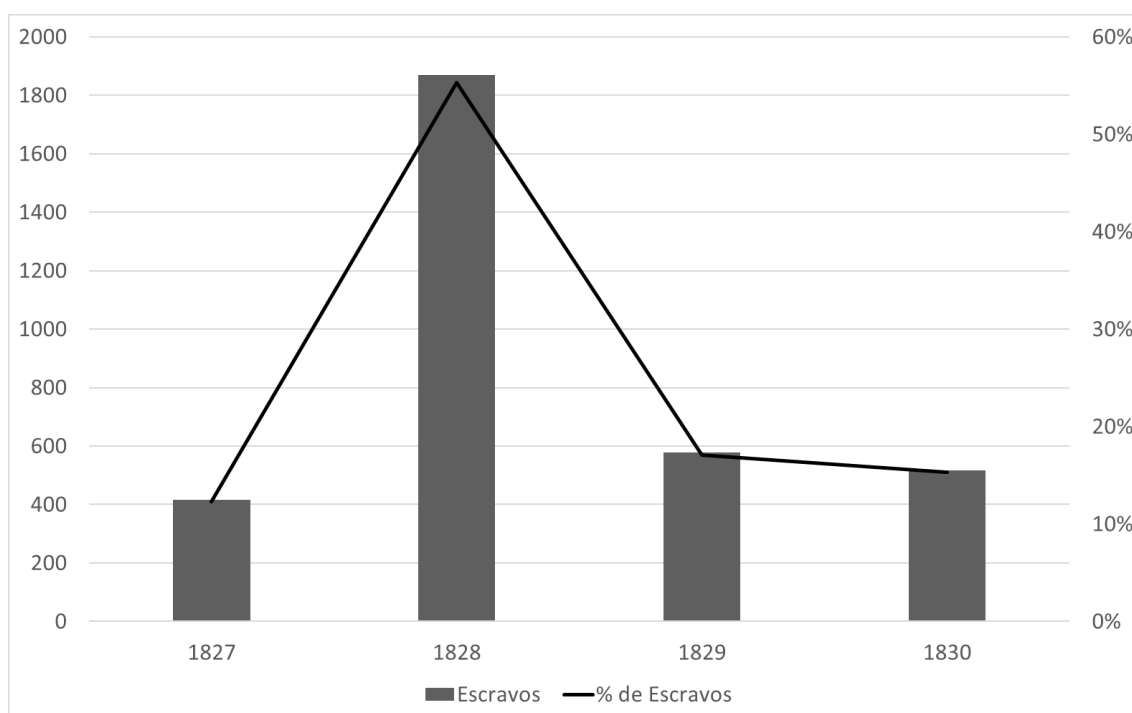
Analisando esses dados, torna-se necessário dizer que Antônio já entra no tráfico com um carregamento vultoso. Nesse primeiro ano de 1827, o mesmo carregou 416 cativos, Tabela 5.2 e Gráfico 5.2. No ano de 1828, o total de cativos carregados da África foi de 1.870 indivíduos que totalizavam 55% dos cativos trazidos por Antônio. No ano seguinte, os números baixaram para 578 cativos, ou 17% do total. No último ano da série, o personagem carregou 517 escravos, 15% do total.

**Tabela 5.2: Número de escravos carregados por ano, 1827-1830**

Ano	Escravos	% de Escravos
1827	416	12%
1828	1870	55%
1829	578	17%
1830	517	15%
Total	3381	100%

Fonte: Diário de Rio de Janeiro e Trans-Atlantic Slave Trade Database. (1827-1830).

<sup>498</sup> Este número equivaleu ao que Carlos Gabriel verificou no carregamento de 901 escravos de Quilimane do traficante João Rodrigues Pereira de Almeida em 1829, quando faleceram 213 escravos, 23,6% do total. Estas taxas de mortalidade de 1829 foram bem superiores às estimativas que Alexandre Ribeiro estipulou para o período de 1821-1830, que fora de uma média de 14,5%. Conferir: GUIMARÃES, C. G. O negócio do tráfico negreiro de João Rodrigues Pereira de Almeida, o Barão de Ubá, e da firma Joaquim Pereira de Almeida, em Moçambique, c. 1808-1829. *Africana Studia*. n.º 27, 2016. Pp. 65-76; RIBEIRO, A. V. “Perdas em trânsito”: mortalidade escrava na travessia Atlântica. *Anais do Simpósio Nacional de História*, São Paulo, 2011, p. 4. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308099903\\_ARQUIVO\\_texto\\_alexandre\\_ribeiro\\_junho\\_2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308099903_ARQUIVO_texto_alexandre_ribeiro_junho_2011.pdf) Acesso em: set. de 2016

**Gráfico 5.2: Número de escravos carregados por ano, 1827-1830**

Fonte: Tabela 5.2.

Quando analisamos essa inserção de Antônio Clemente Pinto no tráfico de africanos, chegamos a algumas conclusões prévias. Em primeiro lugar, Antônio Clemente Pinto se manteve na atividade de carregamento de cativos apenas durante o período de legalidade do tráfico. Em segundo lugar, o volume de escravos trazidos nesses quatro anos é de grande monta e os indivíduos somaram 3.381 cativos carregados e 306 mortos, totalizando 3.074 escravos chegados aos portos brasileiros. Constatamos, portanto, que o maior volume de escravos se concentrou no ano do maior número de carregamentos.

Uma característica geral desses carregamentos reside no fato de que “os compradores de africanos acreditavam no fim próximo e definitivo do comércio negreiro, e que tal crença se refletiu no mercado de africanos entre 1826 e 1830”<sup>499</sup>. A afirmativa de Florentino relaciona-se a dois aspectos expressos nas carregações de Antônio Clemente Pinto, a intensidade e a porção de cativos trazidos em um curto espaço de tempo. Além desse receio do fim do tráfico, o número significativo de escravos transportados por Antônio se justifica pela absorção de uma grande quantidade de mão de obra pela economia cafeeira em desenvolvimento, tanto em Cantagalo quanto em Nova Friburgo, locais de ação do personagem, quanto nas áreas para onde seus escravos eram enviados.

<sup>499</sup> FLORENTINO, *Op. Cit.*, p. 42.

**Tabela 5.3: Local de aquisição dos escravos carregados em nome de Antônio Clemente Pinto, 1827-1830**

Local de aquisição	Número de viagens	% de viagens
Quilimane	3	43%
Cabinda	2	29%
Luanda	1	14%
Inhambane	1	14%
Total	7	100%

Fonte: Diário de Rio de Janeiro e *Trans-Atlantic Slave Trade Database*. (1827-1830)

A busca dos escravos de Antônio Clemente Pinto se concentrou na Costa ocidental Africana. Três viagens vieram de Quilimane, representando 43%. Dois transportes foram feitos de Cabinda, correspondendo a 29%. Duas viagens, uma a Luanda e outra a Inhambane, traduziam 14% dos transportes cada uma. Os dois outros transportes de que temos notícias não tiveram suas origens divulgadas – Tabela 5.3. Tais dados encontram respaldo no quadro geral apresentado por Manolo Florentino, que destaca Quilimane e Cabinda como importantes locais de procedência dos cativos chegados ao Rio de Janeiro.<sup>500</sup>

Passemos a abordar outro tipo de comércio envolvendo dos cativos de Antônio Clemente Pinto, qual seja, os escravos comprados junto ao personagem e mandados para regiões no interior do país. Tratamos, portanto, do tráfico interno de escravos. O documento no qual nos embasamos para angariar os dados que logo apresentaremos é o *Lançamento de atestados de remessa de escravos para várias localidades*. Trata-se de um documento da Polícia da Corte em que o nome de Antônio é citado 48 vezes, todas elas como vendedor dos escravos remetidos para o interior. Antônio vendeu escravos que seriam remetidos para o interior apenas durante os anos em que traficou escravos da África – 1827-1830<sup>501</sup>.

Diversos são os autores que trabalham com a dimensão interna do tráfico de escravos. José Flávio Motta, por exemplo, investigou o tráfico interno de cativos para a região de Piracicaba entre os anos de 1861 e 1880. O autor trata de uma região e de uma temporalidade completamente diversa, no entanto, o comércio de cativos para aquela região também estava

<sup>500</sup> FLORENTINO, *Op. Cit.*, pp. 85-86. Cf. ZONTA, D. “Moçambique” no século XIX: do comércio de escravos ao comércio legítimo. *Dimensões*, v. 28, 2012. pp. 315-338. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/download/4320/3380> Acesso em: jul. de 2018

<sup>501</sup> Além de Antônio Clemente Pinto, encontramos seu tio, João Clemente Pinto, e seu primo, Francisco Clemente Pinto, remetendo escravos para o interior. *Lançamento de atestados de remessa de escravos para várias localidades*. v. 1, 1826-1833. Fundo Polícia da Corte. Código de Fundo: OE. Códice; 424. Microfilme: 29/1997. Arquivo Nacional.

ligado ao avanço da lavoura cafeeira<sup>502</sup>. Nota-se que o período estudado por nós guarda a mesma similitude, a formação de um sistema agrícola ligado à exportação. Tal semelhança também pode ser estendida para a região da Zona da Mata mineira que teve seu crescimento populacional iniciado a partir da segunda metade do século XVIII e intensificado pela expansão da lavoura principalmente até 1850.<sup>503</sup>

As comparações feitas com os autores citados têm dois aspectos a serem relacionados com as atividades de Antônio Clemente Pinto. O primeiro é a inserção de Antônio no contexto de expansão cafeeira da região de Cantagalo e de Nova Friburgo, assim como no tráfico interno para a região de Piracicaba. O segundo fator se relaciona ao envio de escravos comprados junto a Antônio. A esmagadora maioria desses cativos tinha como destino a Província de Minas Gerais, o que está ligado a formação e expansão da Zona da Mata mineira.

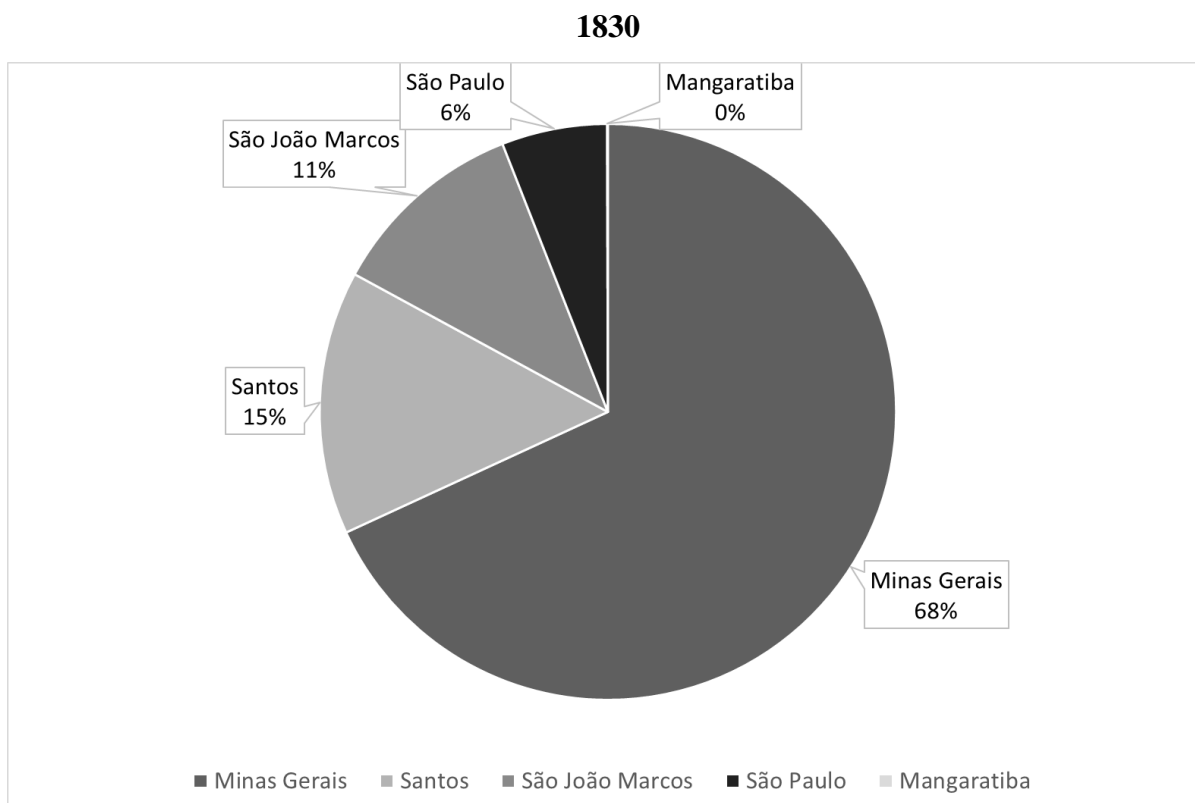
**Tabela 5.4: Locais de envio dos escravos vendidos por Antônio Clemente Pinto, 1827-1830.**

Local	Nº de viagens	%
Minas Gerais	184	68%
Santos	40	15%
S. João Marcos	30	11%
São Paulo	16	6%
Mangaratiba	1	0,04%
Total	271	100%

Fonte: Lançamento de atestados de remessa de escravos para várias localidades. Vol. 1, 1826-1833. Fundo Polícia da Corte. Código de Fundo: OE. Códice; 424. Microfilme: 29/1997. Arquivo Nacional.

<sup>502</sup> MOTTA, J. F. Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos em Constituição (Piracicaba), 1861-1880. *Revista Brasileira de História (Online)*, v. 26, pp. 15-47, 2006. Cf. SLENES, R. W. The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economies, Slave Experience and the Politics of a Peculiar Market. In: JOHNSON, Walter (Org.). *The Chattel Principle: Internal Slave Trades in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004. pp. 325-370.

<sup>503</sup> ALVES, R. O. A Conquista e a expansão da fronteira: Zona da Mata mineira (1808-1850). In: SOUSA, J. P. D.; (Org.). R. G. D. A. **Zona da Mata Mineira: fronteira, escravismo e riqueza**. Rio de Janeiro: Apicuri, v. 1, 2014. pp. 13-50. Cf. PINHEIRO, F. W. A. **O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros: Zona da Mata, c.1809-c.1830**. Dissertação (Mestrado em História): Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2007; RESTITUTTI, C. C. Comércio e tráfico de escravos nas primeiras décadas do século XIX: novas percepções de duas fontes seriadas. *Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme – Revista de Humanidades*. Natal, v. 9, n. 24, set./out. 2008.

**Gráfico 5.3: Locais de envio dos escravos vendidos por Antônio Clemente Pinto, 1827-**

Com base nos dados apresentados na Tabela 5.4 e no Gráfico 5.3, nota-se que 184 cativos, representando 68% do total, foram enviados para Minas Gerais. Outros 40 cativos, 15% dos remetidos, foram enviados para Santos (São Paulo). São João Marcos (Rio de Janeiro) recebeu 30 escravos, significando 11% das remessas. São Paulo recebeu 16 escravos, configurando 6% dos enviados para o interior. Apenas um foi mandado para Mangaratiba (Rio de Janeiro, Litoral Sul), perfazendo 0,04% dos escravizados comprados junto a Antônio Clemente Pinto e remetidos para outras regiões. O total de cativos enviados para essas regiões subia a 271 escravos negociados por Antônio e despachados para o interior.<sup>504</sup>

Neste mesmo contexto, o número de carregamentos indica que, no ano de 1827, foram realizados apenas 2% dos carregamentos, Tabela 5.5 e Gráfico 5.4. No ano seguinte, o número subiu para 19% das cargas para o interior. A maior parte dos carregamentos foi realizada em 1829, ou seja, 56% dos transportes foram realizados neste intervalo. Em 1830, temos 23% dos carregamentos de escravos. Apesar de não seguirem fielmente as mesmas dinâmicas do tráfico

<sup>504</sup> Lançamento de atestados de remessa de escravos para várias localidades. vol. 1, 1826-1833. Fundo Polícia da Corte. Código de Fundo: OE. Códice; 424. Microfilme: 29/1997. Arquivo Nacional.



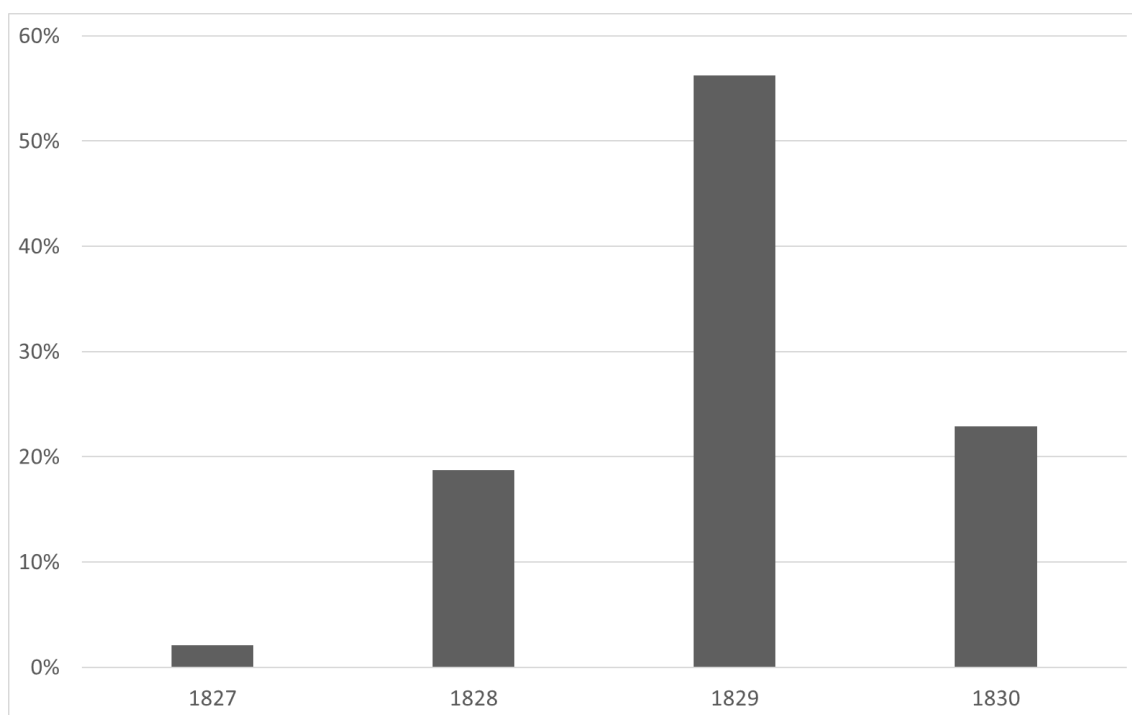
internacional é preciso levar em conta a rentabilidade que as remessas de escravos tiveram na formação da riqueza de Antônio Clemente Pinto.

**Tabela 5.5: Porcentagem de carregamentos por ano, 1827-1830**

Ano	% de cargas
1827	2%
1828	19%
1829	56%
1830	23%

Fonte: Lançamento de atestados de remessa de escravos para várias localidades. v 1, 1826-1833. Fundo Polícia da Corte. Código de Fundo: OE. Códice; 424. Microfilme: 29/1997. Arquivo Nacional.

**Gráfico 5.4: Porcentagem de carregamentos por ano, 1827-1830**



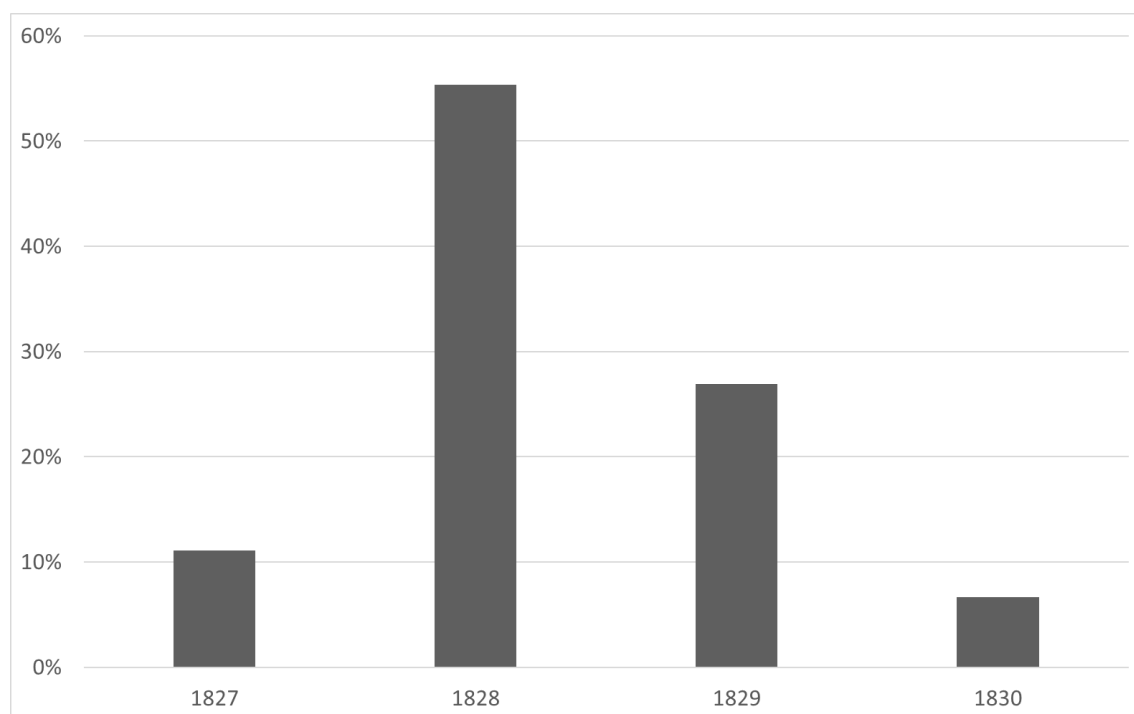
Fonte: Tabela 5.5.

Outro aspecto a ser tratado a respeito desses escravos se refere ao número de cativos enviados para o interior em cada um dos anos em que Antônio Clemente Pinto esteve envolvido com essas remessas. No ano de 1827, o número de escravos remetidos representava 11% dos cativos, Tabela 5.6 e Gráfico 5.5. Em 1828, Antônio vendeu 150 cativos que representavam 55% dos cativos enviados para as localidades já enumeradas. No ano seguinte, 73 escravos foram remetidos, equivalendo a 27% dos enviados. No último ano, os escravos enviados para o interior somavam 18 indivíduos e representavam 7% do total de escravizados.

**Tabela 5.6: Número de escravos carregados para o interior por ano, 1827-1830**

Ano	Números	% de cativos
1827	30	11%
1828	150	55%
1829	73	27%
1830	18	7%
Total	271	100%

Fonte: Lançamento de atestados de remessa de escravos para várias localidades. v 1, 1826-1833. Fundo Polícia da Corte. Código de Fundo: OE. Código; 424. Microfilme: 29/1997. Arquivo Nacional.

**Gráfico 5.5: Porcentagem de escravos carregados para o interior por ano, 1827-1830**

Fonte: Tabela 5.6.

O número de cativos enviados para o interior demonstra que Antônio Clemente Pinto esteve mais intensamente envolvido nesta atividade justamente nos anos em que mais traficou africanos. Assim, o ano de 1828, com maior volume de escravos remetidos coincide com o maior número de escravos trazidos do continente africano. Tal fator não nos surpreende, uma vez que o maior investimento no tráfico corresponde ao período em que Antônio mais vendeu cativos para o interior; na certa, tentando reaver os capitais investidos no comércio de carne humana.

As dimensões externa e interna da atividade de Antônio Clemente Pinto como traficante de escravos se complementam. Inicialmente, abordamos os carregamentos externos e destacamos o volume de escravos carregados entre 1827 e 1830. Posteriormente, analisamos as remessas de escravos comprados de seu plantel e enviados para o interior. Tais aspectos

apresentam a participação do personagem no tráfico, mas não desnudam suas particularidades, passíveis de serem vistas com maior nitidez no enfoque interno.

Referimo-nos aos processos registrados no Juízo da Conservatória Inglesa em que Antônio Clemente Pinto solicitava o pagamento relativo aos escravos que foram vendidos a particulares. As cobranças realizadas por Antônio através da Conservatória podem nos mostrar como a venda de escravos se constituía como um elemento lucrativo, ainda mais quando o comprador ficava inadimplente, já que, além dos lucros das vendas, somavam-se os juros estabelecidos na negociação.

Estamos diante de um domínio tanto do tráfico de escravos quanto do financiamento de outras escravarias, formando assim uma cadeia de endividamento e de aumento da fortuna pessoal do traficante de escravos. Tais créditos, revertidos em braços escravos direcionados para as lavouras cantagalenses, faziam o sistema agrário se dinamizar e a produção de bens se ampliar.

Em 29 de janeiro de 1827, Antônio Clemente Pinto entrou no Juízo da Conservatória Inglesa contra Felisberto Ferreira Dias por conta da compra de dois escravos. Desta forma, o “Oficial de Justiça da vila de São Pedro de Cantagalo citara a Felisberto Ferreira Dias pela quantia de 206\$666” – Tabela 5.7 –, valor que representava um primeiro pagamento pelo financiamento dos cativos. Antônio, de próprio punho, afirma que o pagamento já estava vencido e Felisberto precisou arcar com os juros e despesas do processo. Os juros, desde o vencimento, subiam a 7\$757, somados a despesa de 8\$625, totalizando a quantia de 223\$048<sup>505</sup>.

**Tabela 5.7: Cobrança relativa à compra de 2 escravos, 1827**

<b>Cobrança</b>	<b>Valor (Rs)</b>
Pagamento	206\$666
Juros	7\$757
Despesas	8\$625
<b>Total</b>	<b>223\$048</b>

Fonte: Arquivo Nacional. Fundo/Coleção: Juízo da Conservatória Inglesa. Notação: N° 636, maço: 2.333, Ano: 1827, Gal: A. Código de Fundo: ZI. Seção de Guarda Codes. Felisberto Ferreira Dias, Réu. Antônio Clemente Pinto.

<sup>505</sup> Arquivo Nacional. Fundo/Coleção: Juízo da Conservatória Inglesa. Notação: n° 636, maço: 2.333, Ano: 1827, Gal: A. Código de Fundo: ZI. Seção de Guarda Codes. Felisberto Ferreira Dias, Réu. Antônio Clemente Pinto. Leila Vilela Alegrio cita os documentos da conservatória inglesa, mas sem se deter nas especificidades que aqui apresentamos. ALEGRIO, L. V. **Os Clemente Pinto**: importantes cafeicultores do sertão do leste fluminense. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p.39.

No segundo documento da Conservatória Inglesa, referente ao pagamento de quatro escravos, localizamos a carta datada de 03 de fevereiro de 1826 que estabelecia o negócio – fato que nos indica o investimento de Antônio Clemente Pinto na comercialização de cativos antes de seus já conhecidos carregamentos de escravos. Desta forma, torna-se complicado determinar uma data específica para a entrada de Antônio nos negócios escravistas e, diante dessa impossibilidade, trabalhamos apenas com os dados identificáveis.

Neste ano de 1826, Antônio firmou acordo de venda de 04 cativos de Nação Moçambique com Jacob Henrique. O comprador dos cativos pagaria a Antônio o valor de 1:440\$000 em três parcelas com o prazo de um ano para iniciar o pagamento e com espaço de mais dois anos para os demais recebimentos. O acordo estabelece que “não pagando no referido tempo me obrigo (Jacob) a pagar-lhe os juros da lei e para cuja satisfação obrigo minha pessoa e bens presentes e futuros”<sup>506</sup>.

No documento, os principais bens que ficariam empenhados caso os pagamentos não fossem feitos eram os escravos. No dia 28 de julho de 1827, Antônio aciona o Oficial de Justiça da vila de São Pedro de Cantagalo para a cobrança dos 480\$000, “importância do primeiro pagamento já vencido”.<sup>507</sup> A primeira cobrança ocorreu em outubro de 1827 e o pagamento devido correspondia ao valor citado, somando-se 17\$360 de juros e 8\$345 relativos às despesas com o processo, totalizando o montante de 505\$705 – Tabela 5.8.

**Tabela 5.8: Cobrança relativa à compra de 04 escravos, 1827**

<b>Cobrança</b>	<b>Valor (Rs)</b>
Pagamento	480\$000
Juros	17\$360
Despesas	8\$345
Total	505\$705

Fonte: Fundo/Coleção: Juízo da Conservatória Inglesa. Notação: N°636, maço: 2.333, Ano: 1827, Gal: A. Código de Fundo: ZI. Seção de Guarda Codes. Jacob Henrique, Réu. Antônio Clemente Pinto.

Passemos agora à análise das aquisições de escravos feitas pelo Barão de Nova Friburgo na década de 1860<sup>508</sup>. No ano de 1861, Antônio Clemente Pinto abriu a primeira escritura de um livro destinado exclusivamente ao comércio de cativos na vila de Nova Friburgo. Nessa

<sup>506</sup> Arquivo Nacional. Fundo/Coleção: Juízo da Conservatória Inglesa. Notação: N° 636, maço: 2.333, Ano: 1827, Gal: A. Código de Fundo: ZI. Seção de Guarda Codes. Felisberto Ferreira Dias, Réu. Antônio Clemente Pinto.

<sup>507</sup> Arquivo Nacional. Fundo/Coleção: Juízo da Conservatória Inglesa. Notação: N° 636, maço: 2.333, Ano: 1827, Gal: A. Código de Fundo: ZI. Seção de Guarda Codes. Felisberto Ferreira Dias, Réu. Antônio Clemente Pinto.

<sup>508</sup> Antônio Clemente Pinto recebeu o título de Barão de Nova Friburgo por decreto de 28 de março de 1854 e de grandezas por decreto de 28 de abril de 1860. Era grande do Império, cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa de Cristo e Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial.

escritura, o Barão adquiriu junto a Antônio Luiz Pereira da Cunha, a escrava Paulina. A cativa foi denominada crioula, contava 20 anos de idade e fora adquirida pelo preço de 1:700\$000<sup>509</sup>.

No mesmo ano, o Barão de Nova Friburgo adquiriu mais dois escravos, o primeiro comprado junto à D. Umbelina Carolina Vianna Pinto, esposa de Manoel Clemente Pinto, portanto, prima do Barão. O escravo era Luiz, de Nação Moçambique, “de quarenta anos mais ou menos e solteiro”<sup>510</sup>. Luiz Moçambique foi avaliado na quantia de 1:800\$000. O segundo cativo, Francisco Crioulo era solteiro e tinha 18 anos, foi comprado junto a Albino Barbosa pela quantia de 2:000\$000.<sup>511</sup>

Não só o Barão de Nova Friburgo estava comprando escravos, mas também a sua esposa, a Baronesa de Nova Friburgo. Ela adquiriu, no ano de 1866, a escrava Maria Parda, de 17 anos, solteira. A escrava tinha a profissão que exercia junto a seu nome, serviço doméstico. O preço pago por Maria foi de 1:750\$000<sup>512</sup>. Dois anos depois, o Barão registrou uma escritura de compra de seis escravos,

“Bernardo de cor preta natural do Piauí de vinte anos, Felipe Cabra, natural do Maranhão de vinte e dois anos, Lugero de cor preta natural do Maranhão de dezoito anos, Joaquina de cor preta natural do Maranhão de vinte quatro anos, Izidoro pardo natural do Maranhão de vinte e dois anos, Elesbão crioulo de vinte anos natural do Maranhão todos solteiros e de serviço de roça”<sup>513</sup>

Tais escravos foram vendidos pela quantia de 10:800\$000, passando todo o direito e ação para o Barão de Nova Friburgo no ato da compra.

Em 1869, ano de seu falecimento, o Barão comprou sete cativos de donos diferentes, mas todos registrados na mesma escritura, a saber, João Crioulo de cor cabra de vinte anos; Vicente Pardo, 20 anos; Luiz Crioulo, de cor preta, 20 anos; João Crioulo, de cor preta, 18 anos; Manoel Pardo, 12 anos; Raimundo Pardo, 12 anos; e, Bento Pardo, 18 anos. Todos os cativos solteiros, de serviço de roça e vindos da província do Ceará, foram vendidos pelo mesmo preço 1:650\$000, totalizando 11:550\$000<sup>514</sup>.

<sup>509</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas. Livro I, Compra e venda de escravos, p. 1.

<sup>510</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas. Livro I, Compra e venda de escravos, p. 2V e 3.

<sup>511</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas. Livro I, Compra e venda de escravos, p. 4.

<sup>512</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas. Livro I, Compra e venda de escravos, p. 39V e 40.

<sup>513</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas. Livro I, Compra e venda de escravos, p. 57 e 57V.

<sup>514</sup> Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas. Livro I, Compra e venda de escravos, pp. 63V, 64 e 64V.

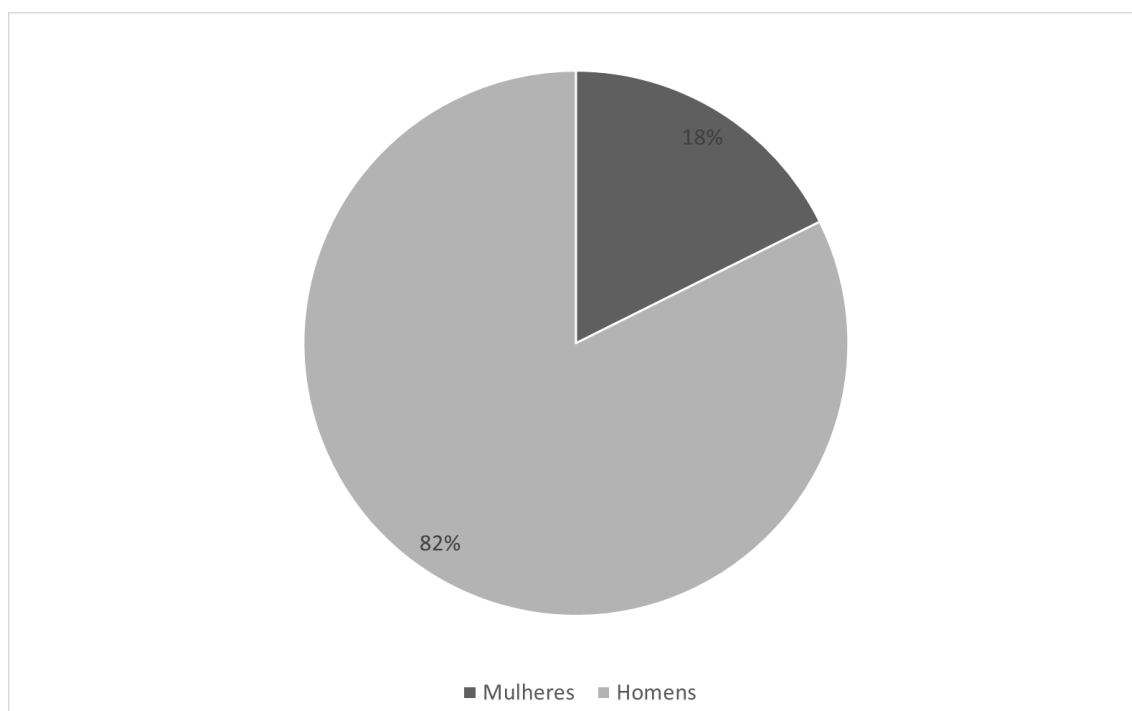
**Tabela 5.9: Registros de compra de escravos, Barão de Nova Friburgo, 1861-1869**

Ano	Nome	Procedência/ Cor	Idade	Condição	Gênero	Ofício	Valor
1861	Paulina	Crioula	20	Solteiro	F	-	1:700\$000
1861	Luiz	Moçambique	40	Solteiro	M	-	1:800\$000
1861	Francisco	Crioula	18	Solteiro	M	-	2:000\$000
1866	Maria	Parda	17	Solteiro	F	Doméstico	1:750\$000
1868	Bernardo	Preto	20	Solteiro	M	Roça	1:800\$000
1868	Felipe	Cabra	22	Solteiro	M	Roça	1:800\$000
1868	Ludgero	Preto	18	Solteiro	M	Roça	1:800\$000
1868	Joaquina	Preto	24	Solteiro	F	Roça	1:800\$000
1868	Isidoro	Parda	22	Solteiro	M	Roça	1:800\$000
1868	Elesbão	Crioula	20	Solteiro	M	Roça	1:800\$000
1869	João	Crioulo/Cabra	20	Solteiro	M	Roça	1:650\$000
1869	Vicente	Parda	18	Solteiro	M	Roça	1:650\$000
1869	Luiz	Crioulo	20	Solteiro	M	Roça	1:650\$000
1869	João	Crioulo/ Preto	18	Solteiro	M	Roça	1:650\$000
1869	Manoel	Parda	12	Solteiro	M	Roça	1:650\$000
1869	Raimundo	Parda	12	Solteiro	M	Roça	1:650\$000
1869	Bento	Parda	18	Solteiro	M	Roça	1:650\$000

Fonte: Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas. Livro I, Compra e venda de escravos.

Antes de analisar as características dos dezessete escravos comprados pelo Barão de Nova Friburgo entre 1861 e 1869 – Tabela 5.9, ressaltamos que tais compras, mesmo que pouco volumosas, se mantiveram até o último ano de sua vida. Tal elemento reforça o *ethos* senhorial que o acompanhou por toda a sua trajetória. Tratemos dos dados. De todos os escravos registrados com seus ofícios, somente um deles era de serviço doméstico e os outros treze de serviços de roça e, detalhe, todos eram solteiros. Os preços dos escravos oscilaram entre 1:650\$000 e 2:000\$000.

A idade média dos escravos comprados era de 19,9 anos, o que demonstra a preocupação em obter cativos em idade produtiva. Outra característica que sobressaiu na análise dos dados foi a escolha da maioria dos escravos do sexo masculino (82%), enquanto as mulheres significavam apenas 12% daqueles comprados pelo Barão na década de 60 do século XIX – Gráfico 5.6

**Gráfico 5.6: Gênero dos escravos comprados pelo Barão de Nova Friburgo, 1861-1869**

Fonte: Tabela 5.9.

Por último, analisamos as questões relativas à procedência e à cor registradas no livro de compra e venda de escravos. As duas categorias que mais apareceram nos documentos foram a de ‘crioulo’ e de ‘pardo’, ambos com 35% de representação entre os cativos comprados. Em segundo lugar, identificamos a categoria ‘preto’, com 18% dos cativos, seguida da categoria denominada ‘cabra’, com 6%. O único escravo de procedência africana, denominado Moçambique, representava 6% dos cativos comprados na década de 60 – Quadro 5.1 e Gráfico 5.7. Esta configuração reflete o mercado interno de escravos após o fim definitivo do tráfico internacional; daí, a maioria de cativos crioulos e pardos, pretos e cabras.

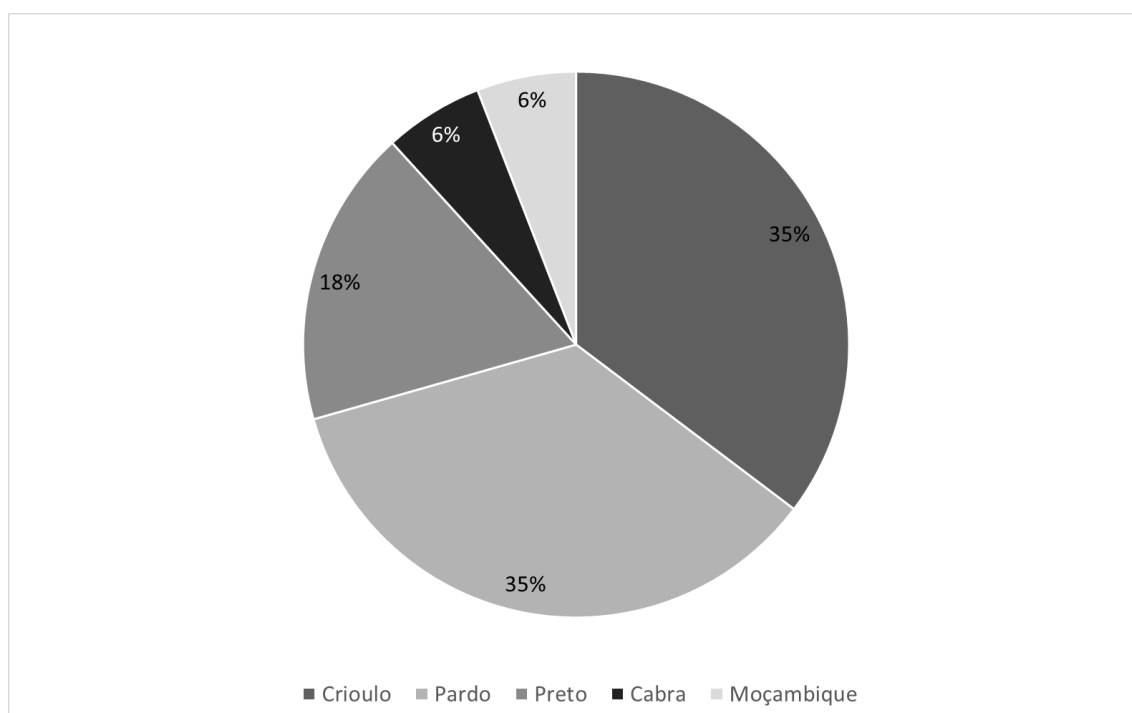
**Quadro 5.1: Procedência e cor dos cativos comprados pelo Barão de Nova Friburgo, 1861-1869<sup>515</sup>**

Crioulo	35%
Pardo	35%
Preto	18%
Cabra	6%
Moçambique	6%

Fonte: Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Notas. Livro I, Compra e venda de escravos.

<sup>515</sup> Escolhemos trabalhar apenas com a primeira denominação de origem dos cativos.

**Gráfico 5.7: Procedência e cor dos cativos comprados pelo Barão de Nova Friburgo, 1861-1869**



Fonte: Quadro 5.1.

A abordagem aqui realizada do tráfico de escravos e das vendas e compras de escravos realizadas por Antônio Clemente Pinto nos remete aos padrões de acumulação dos comerciantes da Praça do Rio de Janeiro<sup>516</sup>. Sem dúvida, o Barão de Nova Friburgo atuava em três campos, a saber, o comércio de cativos vindos da África, o comércio interno e o abastecimento de suas próprias fazendas. Posteriormente, identificamos seu envolvimento com a venda de escravos e com a obtenção de um considerável montante oriundo dos juros referentes ao não pagamento das parcelas determinadas. Por fim, vimos a reinserção do Barão de Nova Friburgo, já na década de 1860, nas compras de escravos. As escravarias não estavam desfalcadas, mas esses escravos – talvez – representem o envolvimento do Barão com a escravidão de forma mais marcante.

Diante desses aspectos, na próxima sessão, analisaremos a demografia escrava nas fazendas do Barão de Nova Friburgo. Afinal, como estavam constituídas as escravarias dos complexos produtivos administrados pelo Barão e seus subordinados?

<sup>516</sup> FLORENTINO, M. **Em Costas Negras: Uma História do Tráfico entre A África e o Rio de Janeiro, Séculos XVII e XIX**. 5. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.



### 5.3. A demografia escrava nas fazendas do Barão de Nova Friburgo

Elemento central para o funcionamento de suas fazendas, as escravarias do Barão de Nova Friburgo nos permitem classificar sua riqueza como um “Império Agrário”. Como ressaltado, este conceito se baseia no trabalho de Willian Kauffman Scarborough, que definiu o número de 250 escravos para formar um grande império; número este reelaborado por Ricardo Salles e Mariana Muaze, que aumentaram para 350 cativos para torná-lo compatível com a realidade do Vale do Paraíba.<sup>517</sup>

Analisando a realidade da vila de São Pedro de Cantagalo, identificamos uma característica um pouco diversa. Através dos inventários, percebemos que apenas um dos senhores se enquadra nos parâmetros de Scarborough, e, se aplicarmos a ampliação elaborada por Salles e Muaze, nenhum dos senhores de escravos, individualmente, atende ao requisito para conformar um Império Agrário, com exceção do Barão de Nova Friburgo e do barão de Duas Barras. A partir desta constatação, passamos a questionar se a grandeza das escravarias e das terras do “Império Nova Friburgo”, somadas ao “Império Duas Barras”<sup>518</sup>, não haviam limitado as oportunidades dos senhores da região.

A hipótese de que as portentosas escravarias dos barões de Nova Friburgo e Duas Barras inibiam a constituição de plantéis de escravos com mais de 350 indivíduos nos coloca o desafio de compreender melhor como se constituíram essas grandes potências escravagistas. Neste trabalho, abordamos do Barão de Nova Friburgo, mas gostaríamos de ressaltar a importância das volumosas turmas de cativos, ainda não estudadas, pertencentes ao barão de Duas Barras. Dito isto, centremo-nos nos escravos possuídos pelo Barão de Nova Friburgo.

Começamos a análise da dimensão escrava da riqueza do Barão de Nova Friburgo destacando o fato de ela estar avaliada em 1.999:200\$000 e de representar 29% de sua fortuna de 6.909:371\$570, em valores nominais e £751, 018.69 em valores reais<sup>519</sup>. Ademais, a escravaria do Barão representava 14,71% do total de escravos em Cantagalo, em 1872, ou seja,

---

<sup>517</sup> Conferir Nota 5.

<sup>518</sup> Marieta de Moraes Ferreira aponta que, através do inventário do barão de Duas Barras, João Antônio de Moraes, não é possível chegar a um número exato de cativos. Na partilha de bens, parte dos escravos foi devolvida a seus sócios. Diante disso, os cálculos aproximativos de Marieta de Moraes Ferreira estimam que o 1º barão de Duas Barras possuía cerca de 1.000 cativos nas suas 22 fazendas. A partir das constatações de Ferreira, enquadrámos o 1º barão de Duas Barras na classificação de “Império Agrário”. Neste caso, os dois principais impérios agrários localizados em Cantagalo tendiam a inibir os outros megaproprietários de expandir as suas fortunas. FERREIRA, M. D. M. **Histórias de Famílias: Casamentos, Alianças e Fortunas**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008, p. 121. Registramos também o caso do Império dos Breves estudado por Thiago Campos Pessoa. PESSOA, T. C. **O Império da Escravidão: o complexo Breves no vale do café (c.1850-c.1888)**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

<sup>519</sup> Cf. Capítulo III.

um total de 14.815 indivíduos.<sup>520</sup> Diante disso, decidimos estudar cada uma das fazendas escravistas em separado para só posteriormente realizarmos a análise do complexo cafeeiro e, finalmente, examinarmos o conjunto dos cativos. Esta metodologia visa compreender como se comportavam as escravarias nas diversas unidades produtivas.

A primeira fazenda a tratar é a Santa Rita. Com 324 cativos, Santa Rita era a fazenda com o maior número de cativos do Barão de Nova Friburgo, com o valor de 296:550\$000. Fator que compunha uma média de preço de 915\$278, Tabela 5.10. Um dos fatores mais importante a ser destacado é que, na referida fazenda, o número de mulheres era de 169 (52%), número superior ao de homens que era 155 (48%), Quadro 5.2 e Gráfico 5.8.

**Tabela 5.10: Valor dos cativos da fazenda Santa Rita, Cantagalo. 1873**

Valores	Valor em Réis (Rs)	Valor em Libras (£)
Valor total	296:550\$000	32.233,80
Valor médio	915\$278	99,50

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

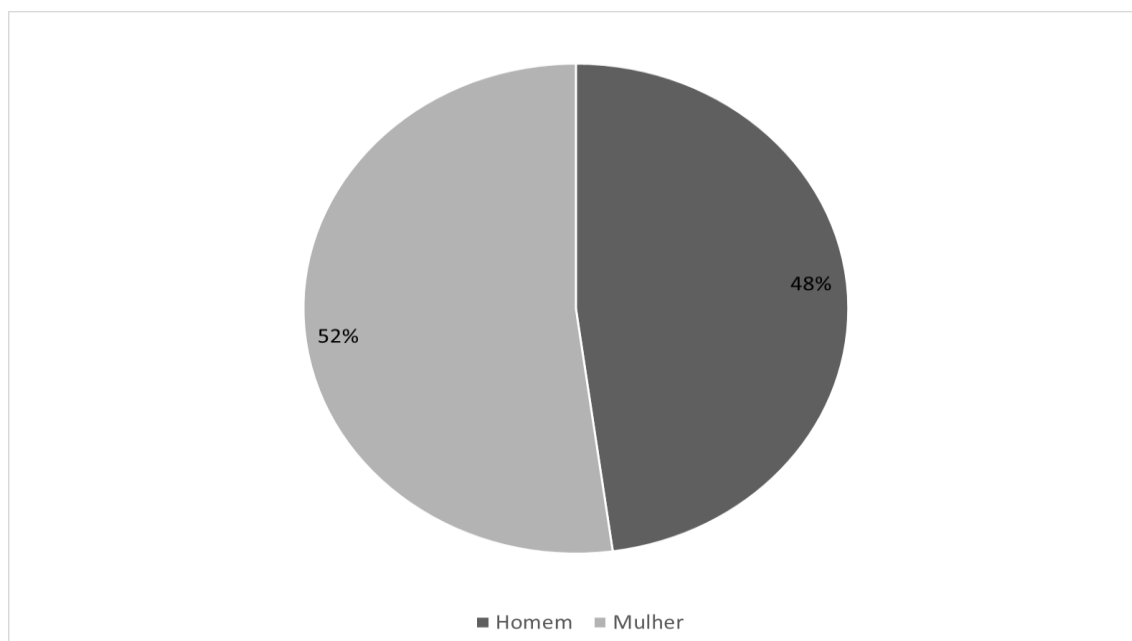
**Quadro 5.2: Gênero dos escravos na fazenda Santa Rita, Cantagalo. 1873**

Gênero	Nº	%
Homem	155	48%
Mulher	169	52%
Total	324	100%

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

<sup>520</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/Typ. Commercial. 1872.

**Gráfico 5.8: Gênero dos escravos na fazenda Santa Rita, Cantagalo. 1873**

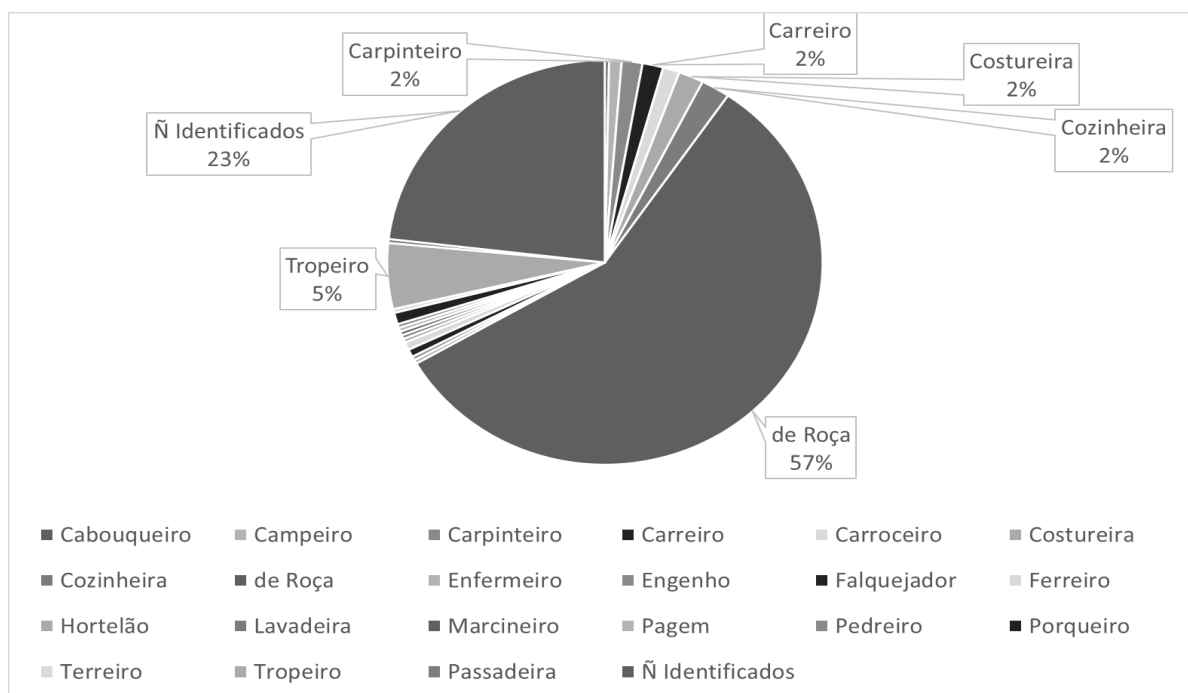


Fonte: Quadro 5.2.

Além dessas características, é preciso destacar que 57% desses cativos eram de serviço de roça, seguidos dos não identificados com 23%; tropeiros, com 5%; e, outras “profissões” com 2% ou menos – Gráfico 5.9 – e que a maioria deles estava em idade produtiva, 32,8 anos em média<sup>521</sup>. Dos dezesseis indivíduos identificados pela cor ou pela procedência, número que representava 5% dos cativos, apenas um foi denominado Congo e os outros quinze receberam a alcunha de pardo<sup>522</sup>.

<sup>521</sup> A respeito das tropas, tropeiros e escravos conferir: STEIN, S. J. **Vassouras**: um município brasileiro do café, 1850-1900. Tradução de Vera Bloch Wrobel. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990; LENHARO, A. **As Tropas de Moderação**: o abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808- 1842). 2ª ed. ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1993.

<sup>522</sup> Os escravos arrolados no inventário do Barão de Nova Friburgo não foram classificados entre crioulos e africanos de acordo com sua origem/procedência, também não foi registrada a cor dos cativos, apenas temos registro dos cativos que foram listados como pardos.

**Gráfico 5.9: Profissões dos escravos da fazenda Santa Rita, Cantagalo. 1873**

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

Compreendidas as dimensões estruturais dos cativos da fazenda Santa Rita, passamos à análise da próxima fazenda. Trata-se da fazenda Areias, possuidora de 309 escravos e a segunda maior em cativos no espólio do Barão de Nova Friburgo. O valor total dos cativos soma 277:150\$000 e a média de preços desses escravos chegava a 896\$926 – Tabela 5.11. A relação entre homens e mulheres na fazenda Areias se equilibrava. Os primeiros representavam 50,16%, enquanto as mulheres, 49,84% – Quadro 5.3 e Gráfico 5.10.

**Tabela 5.11: Valor dos cativos da fazenda Areias, Cantagalo. 1873**

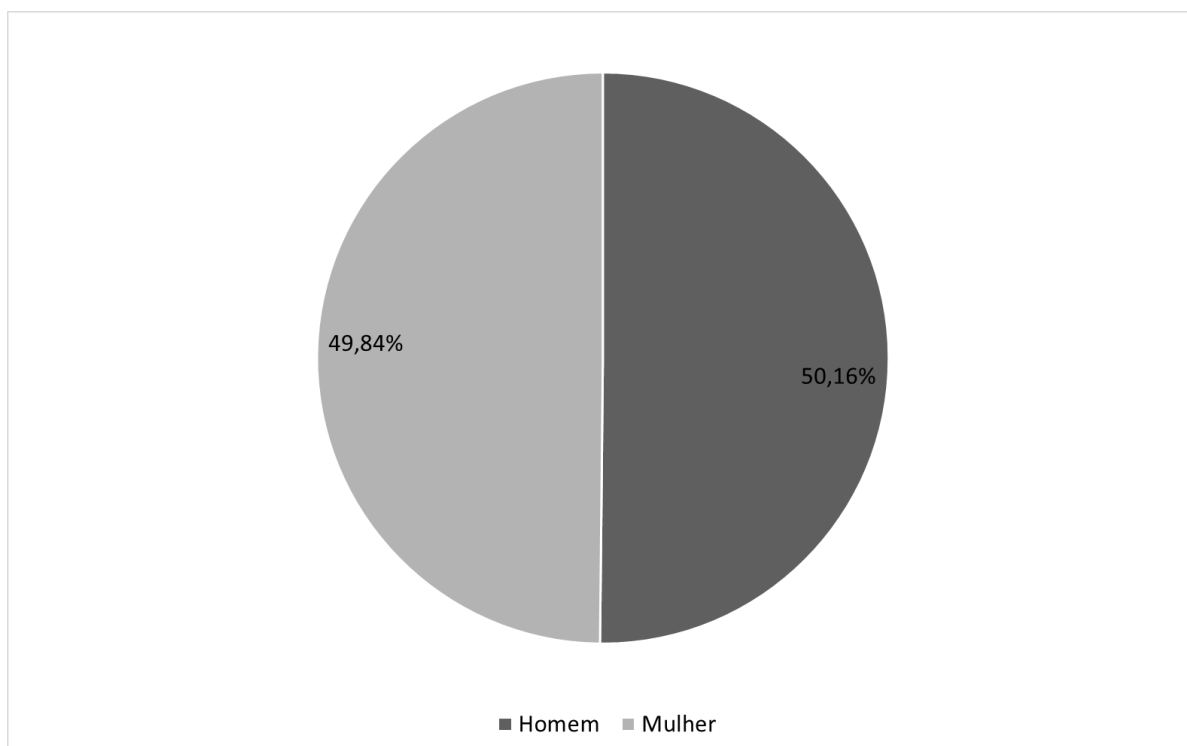
Valores	Valor em Réis (Rs)	Valor em Libras (£)
Valor total	277:150\$000	30.081,52
Valor médio	896\$926	97,49

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Quadro 5.3: Gênero dos escravos na fazenda Areias, Cantagalo. 1873**

Gênero	Nº	%
Homem	155	50%
Mulher	154	50%
Total	309	100%

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

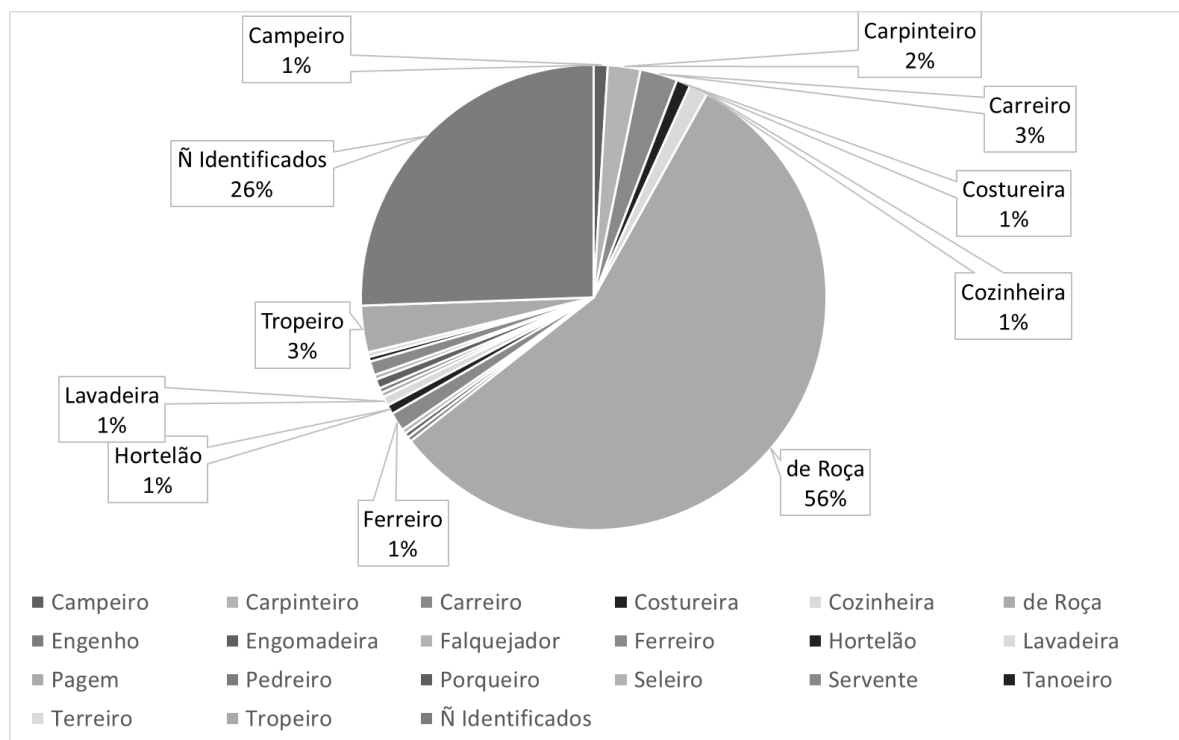
**Gráfico 5.10: Gênero dos escravos na fazenda Areias, Cantagalo. 1873**

Fonte: Tabela 5.3.

A média de idade dos cativos da fazenda Areias era de 34,3 anos, revelando uma escravaria ainda em idade produtiva. Em relação aos ofícios realizados por escravos, constatamos que a maioria deles exercia tarefas de roça, 56%; seguidos por aqueles que não tiveram os ofícios identificados, com 26%; carreiros e tropeiros com 3%<sup>523</sup>; e, outros com 2% e 1%, Gráfico 5.11. Além disso, quando abordamos a questão da cor e da procedência, apenas 3% dos escravos receberam a denominação de pardo.

---

<sup>523</sup> O carreiro era o escravo condutor do carro de boi e também trabalhava na roça.

**Gráfico 5.11: Profissões dos escravos da fazenda Areias, Cantagalo. 1873**

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

Na fazenda Boa Vista – próxima a ser analisada, existiam 151 cativos classificados pelo gênero em 90 homens, equivalentes a 59,60%, e 61 mulheres, representando 40,40% dos escravizados da fazenda – Quadro 5.4 e Gráfico 5.12. Entre seus escravos, a média de idade era de 34,8 anos, média que correspondia à fase produtiva da vida dos escravos. Tais indivíduos estavam avaliados em 139:300\$000 e o valor médio dos escravos era de 922\$517, Tabela 5.12.

**Tabela 5.12: Valor dos cativos da fazenda Boa Vista, Cantagalo. 1873**

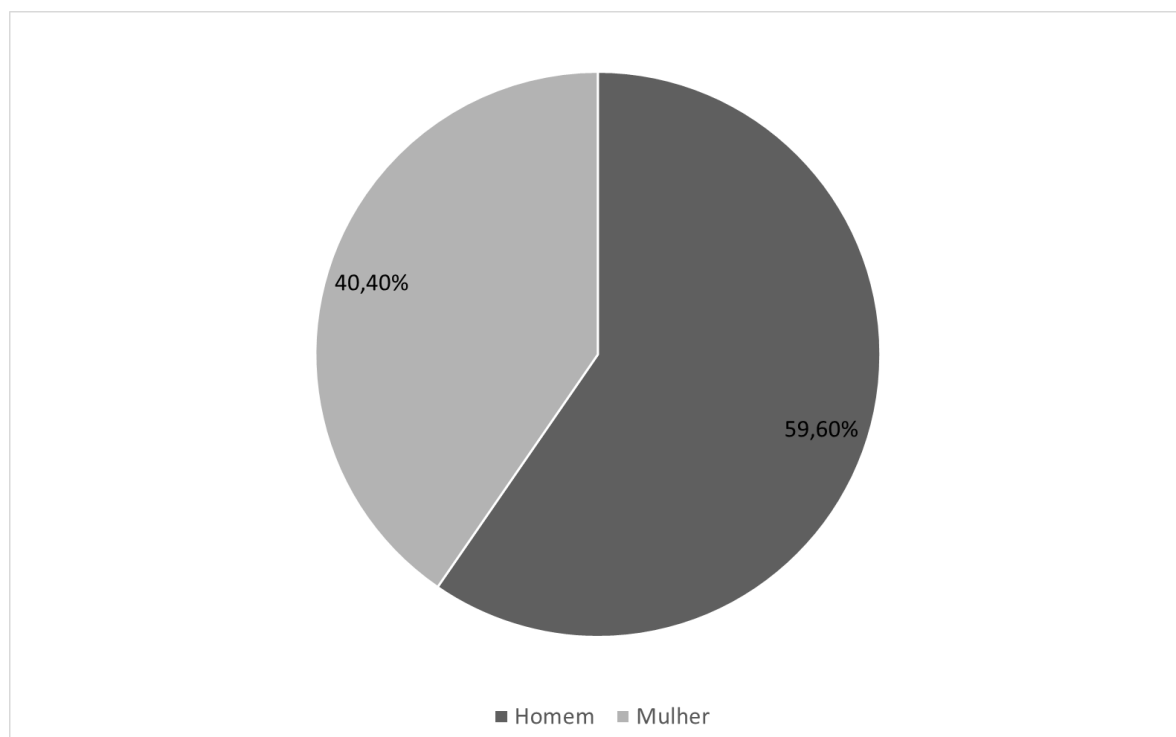
Valores	Valor em Réis (Rs)	Valor em Libras (£)
Valor total	139:300\$000	15.173,91
Valor médio	922\$517	100,27

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Quadro 5.4: Gênero dos escravos na fazenda Boa Vista, Cantagalo. 1873**

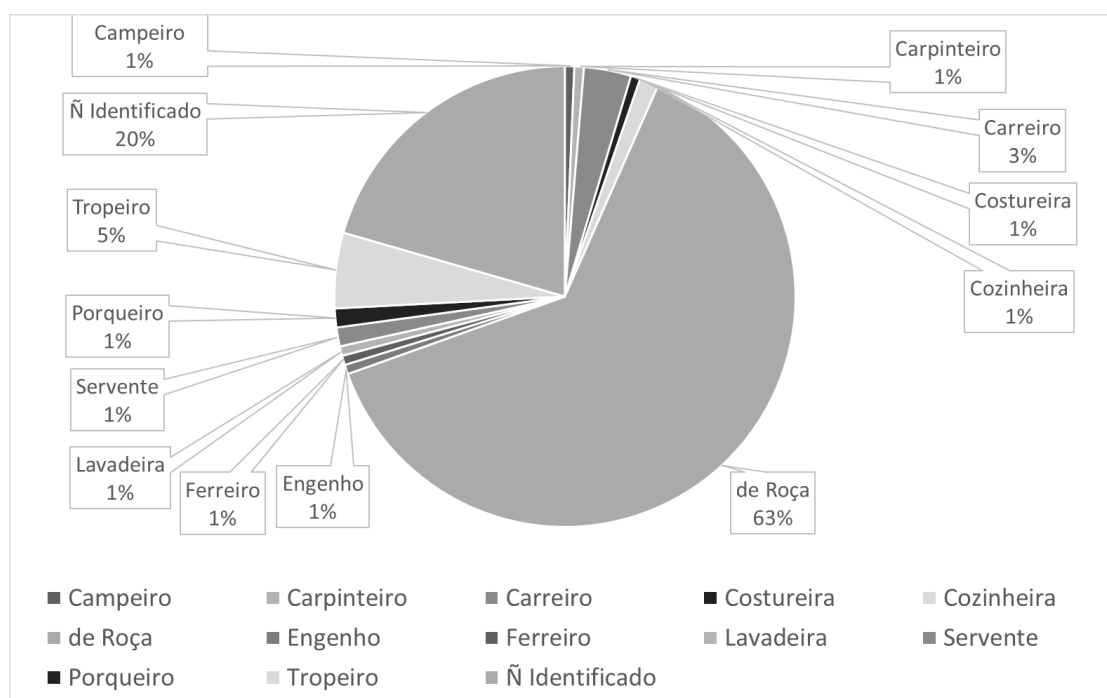
Gênero	Nº	%
Homem	90	59,60%
Mulher	61	40,40%
Total	151	100%

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Gráfico 5.12: Gênero dos escravos na fazenda Boa Vista, Cantagalo. 1873**

Fonte: Quadro: 5.4.

Na fazenda Boa Vista, os escravos de roça eram a maioria com ofício registrado, 63%; seguidos dos que não tiveram seus ofícios identificados, 26%; tropeiros 5%; carreiros 3%; e, porqueiro, servente, lavadeira, ferreiro, engenho, cozinheira, costureira, carpinteiro e campeiro, com 1% – Gráfico 5.13. Por fim, temos, na fazenda Boa Vista, 3% de cativos denominados pardos.

**Gráfico 5.13: Profissões dos escravos da fazenda Boa Vista, Cantagalo. 1873**

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

Analisaremos, agora, a fazenda Boa Sorte, que possuía um contingente de 202 cativos avaliados em sua totalidade em 176:300\$000 e com valor médio de 872\$772 cada escravo – Tabela 5.13. A média de idade de seus cativos era de 27,2 anos, a mais baixa dentre as fazendas abordadas. O gênero, na fazenda, pedia ligeiramente para o lado masculino, compondo 54,46% dos escravos, enquanto as mulheres representavam 45,54% dos cativos – Quadro 5.5 e Gráfico 5.14.

**Tabela 5.13: Valor dos cativos da fazenda Boa Sorte, Cantagalo. 1873**

Valores	Valor em Réis (Rs)	Valor em Libras (£)
Valor total	176:300\$000	18.994,57
Valor médio	872\$772	94,87

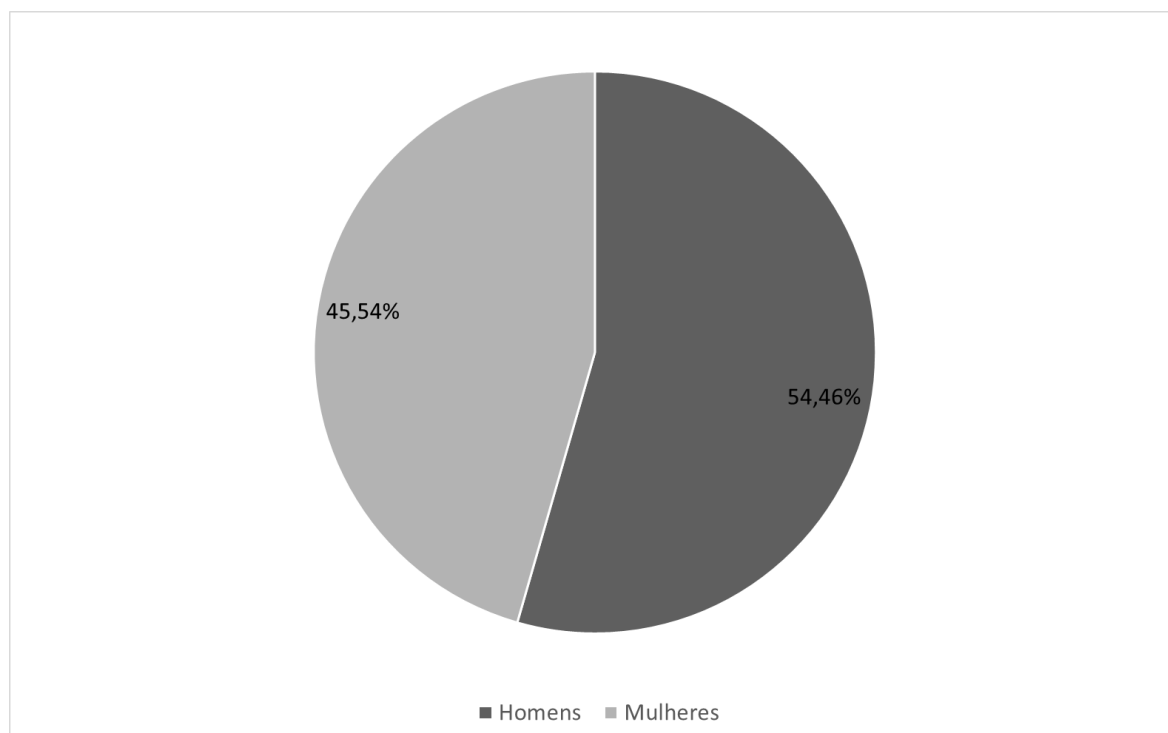
Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Quadro 5.5: Gênero dos escravos na fazenda Boa Sorte, Cantagalo. 1873**

Gênero	Nº	%
Homens	110	54,46%
Mulheres	92	45,54%
Total	202	100%

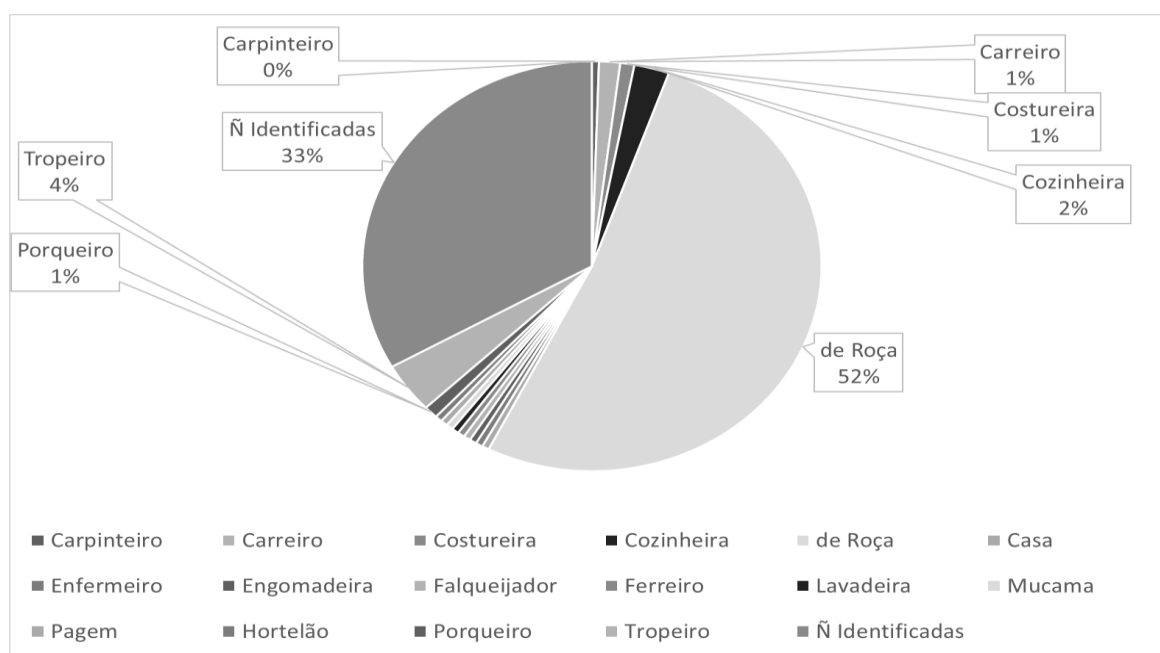
Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.



**Gráfico 5.14: Gênero dos escravos na fazenda Boa Sorte, Cantagalo. 1873**

Fonte: Quadro 5.5.

No tocante aos ofícios, os cativos de roça lideravam com pouco mais da metade (52%), seguidos dos escravos que não tiveram suas atividades registradas (33%), além de tropeiros (4%), cozinheira (2%) e carreiros, costureiras e porqueiros com 1%. Carpinteiros, escravos domésticos, enfermeiros, engomadeiras, falquejadores, ferreiros, lavadeiras, mucamas, pajens e hortelãos representavam 0,50% dos escravos com profissão declarada na fazenda Boa Sorte – Gráfico 5.15. Destacamos ainda que 10 % dos escravos foram denominados pardos.

**Gráfico 5.15: Profissões dos escravos da fazenda Boa Sorte, Cantagalo. 1873**

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

A fazenda seguinte, denominada Jacotinga, possuía uma escravaria avaliada em 120:850\$000. Além disso, o preço médio dos escravos era de 1:015\$546 – Tabela 5.14. Por outro lado, a média de idade dos cativos estava no mesmo patamar das outras fazendas, 33,2 anos. No tangente ao número de homens e mulheres, os primeiros lideravam com 53,78% dos cativos da fazenda e as mulheres representavam 46,22% do montante avaliado – Quadro 5.6 e Gráfico 5.16.

**Tabela 5.14: Valor dos cativos da fazenda Jacotinga, Cantagalo. 1873**

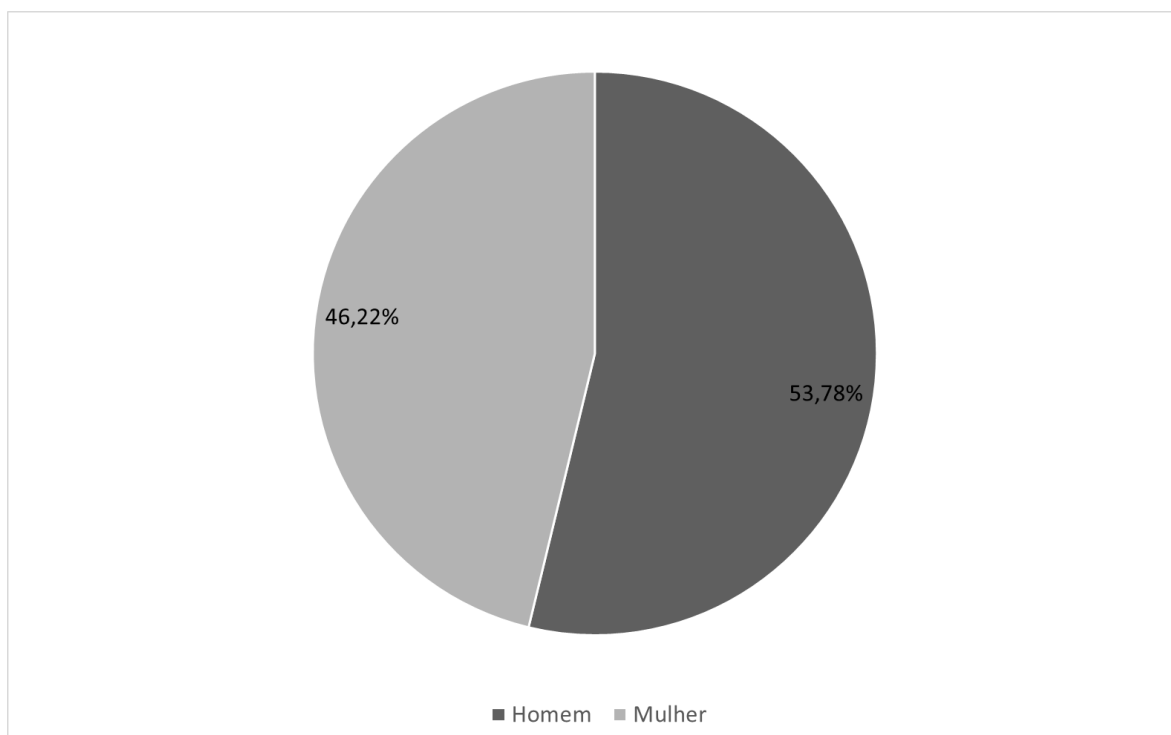
Valores	Valor em Réis (Rs)	Valor em Libras (£)
Valor total	120:850\$000	13.069,57
Valor médio	1:015\$546	110,39

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Quadro 5.6: Gênero dos escravos na fazenda Jacotinga, Cantagalo. 1873**

Gênero	Nº	%
Homem	64	53,78%
Mulher	55	46,22%
Total	119	100%

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Gráfico 5.16: Gênero dos escravos na fazenda Jacotinga, Cantagalo. 1873.**

Fonte: Tabela 5.6.

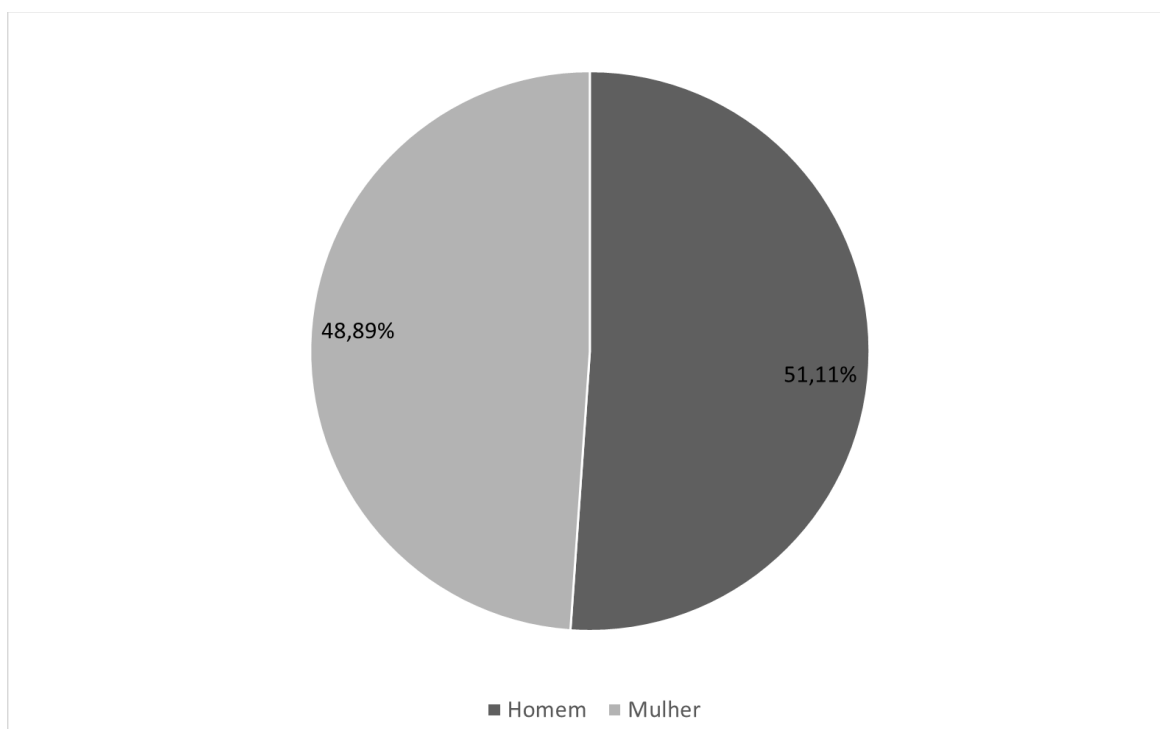
No tocante aos ofícios realizados pelos cativos, temos o seguinte quadro: 71% deles exerciam trabalhos de roça, 16% não tinham seus ofícios especificados, tropeiros (5%), cozinheira (3%), carreiro (2%) e costureiras, porqueiros e lavadeiras com 1% da representatividade dos escravos cada – Gráfico 5.17. Dos 119 escravos da fazenda, apenas 7% receberam a alcunha de pardo.



**Quadro 5.7: Gênero dos escravos na fazenda Itaóca, Cantagalo. 1873**

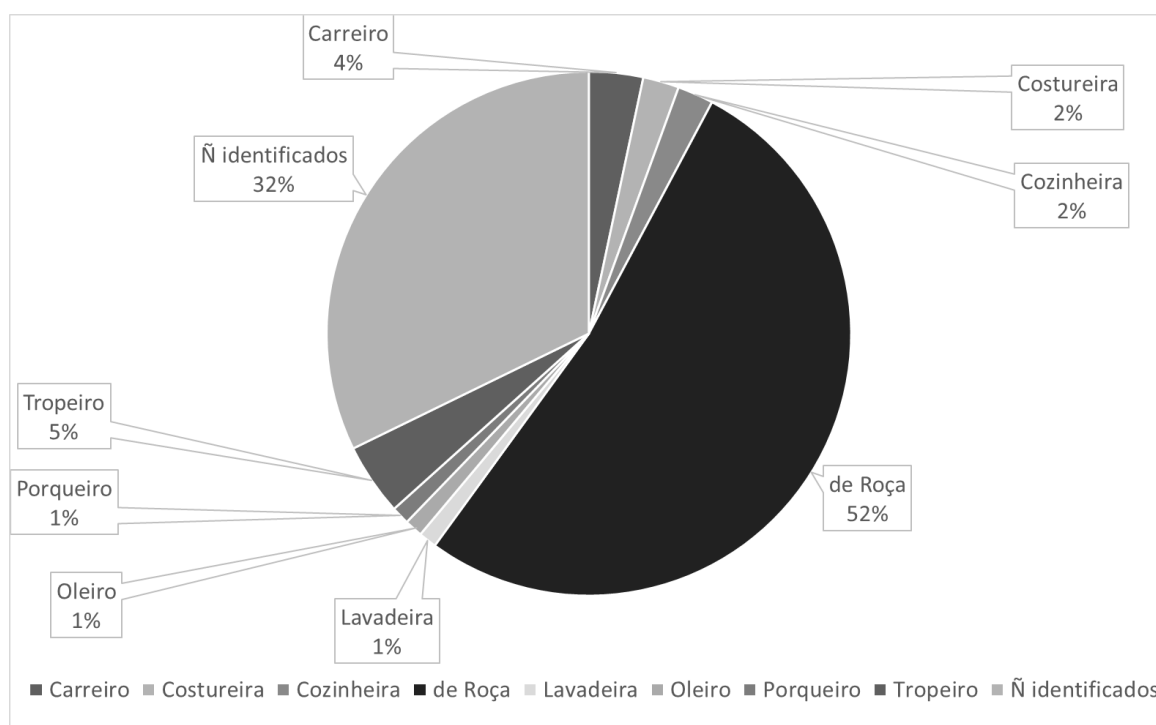
Gênero	Nº	%
Homem	46	51,11%
Mulher	44	48,89%
Total	90	100%

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Gráfico 5.18: Gênero dos escravos na fazenda Itaóca, Cantagalo. 1873.**

Fonte: Quadro 5.7.

No quesito profissão, mais uma vez se destacaram os escravos de roça (52%), seguidos pelos não identificados com 32%, tropeiros 4%, carreiros 3%, costureiras e cozinheiras 2% cada. As lavadeiras, os oleiros e os porqueiros representavam 1% dos cativos, Gráfico 5.19.

**Gráfico 5.19: Profissões dos escravos da fazenda Itaóca, Cantagalo. 1873**

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

A fazenda Gavião possuía 182 escravos avaliados em 169:050\$000, com um valor médio de 928\$846, Tabela 5.16. Na Gavião, a média de idade dos escravos era de 34,7 anos, mantendo o patamar de produtividade. A relação entre homens e mulheres também era equilibrada, com uma leve tendência para a superioridade dos homens, portanto, escravos do sexo masculino totalizavam 52,20% e as mulheres, por sua vez, representavam 47,80% dos escravizados – Quadro 5.8 e Gráfico 5.20.

**Tabela 5.16: Valor dos cativos da fazenda Gavião, Cantagalo. 1873**

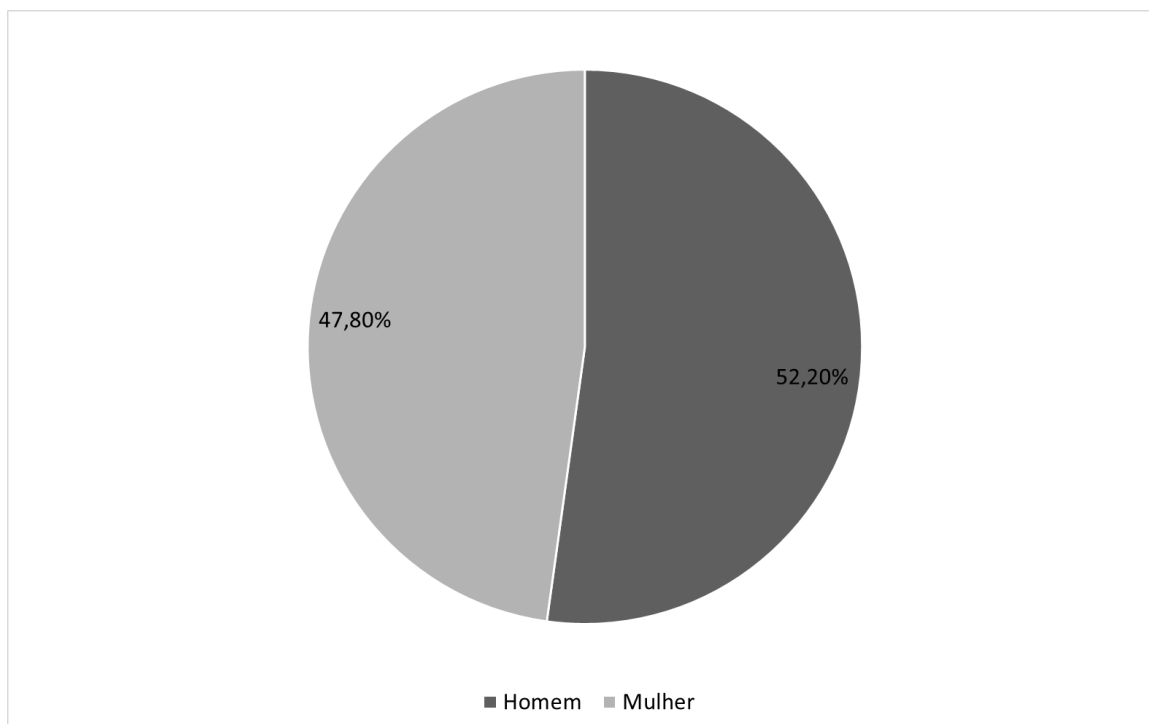
Valores	Valor em Réis (Rs)	Valor em Libras (£)
Valor total	169:050\$000	18.429,35
Valor médio	928\$846	100,96

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Quadro 5.8: Gênero dos escravos da fazenda Gavião, Cantagalo. 1873**

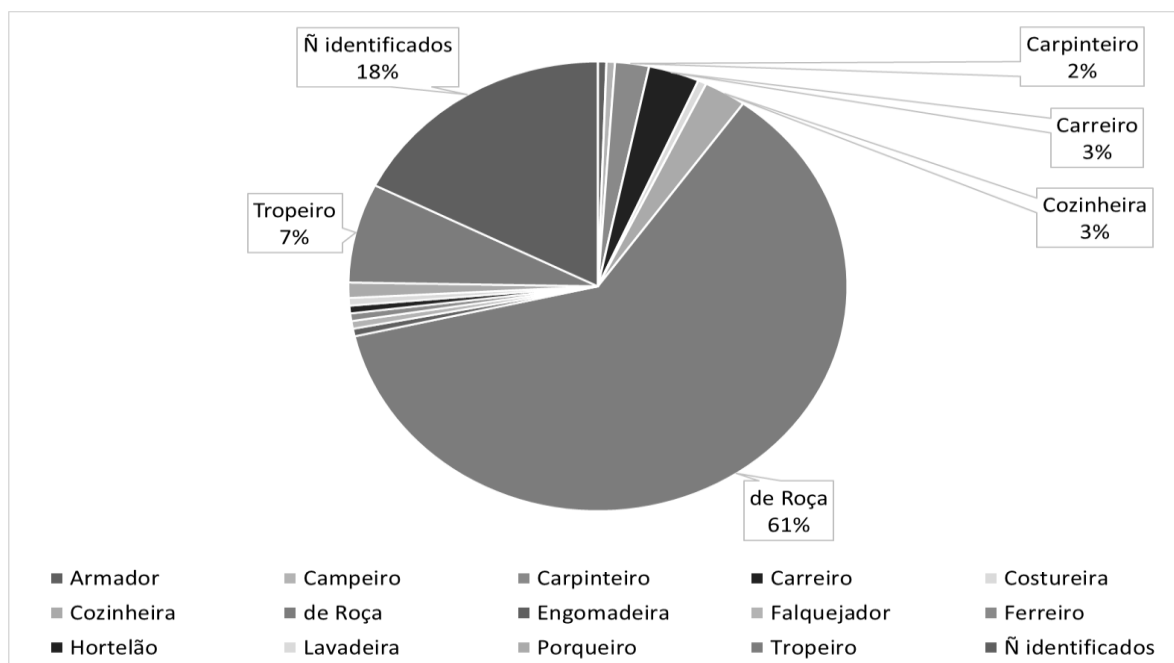
Gênero	Nº	%
Homem	95	52,20%
Mulher	87	47,80%
Total	182	100%

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Gráfico 5.20: Gênero dos escravos da fazenda Gavião, Cantagalo. 1873.**

Fonte: Quadro 5.8.

Temos a seguinte composição dos ofícios ocupados pelos cativos: 62% exerciam a função de roça – porcentagem maior do que nas fazendas anteriores, e 18% não foram identificados pelos ofícios. Os tropeiros representaram 7%; carreiros e cozinheiras, 3%; carpinteiro e porqueiros, 2% – Gráfico 5.21. Os cativos com menor representação no plantel da fazenda Gavião tinham as seguintes ocupações: lavadeiras, hortelão, ferreiro, falquejador (aquele que desbasta madeira), engomadeira, costureira, campeiro e armador, representando 1% dos que possuíam profissão. Além disso, apenas 9% dos escravos foram registrados como pardos, ou seja, apenas dezessete indivíduos dentre os 182 cativos da fazenda.

**Gráfico 5.21: Profissões dos escravos da fazenda Gavião, Cantagalo. 1873**

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

A fazenda Aldeia é a próxima a ser analisada. Possuía, quando do falecimento do Barão de Nova Friburgo, 151 cativos avaliados em 136:250\$000, o que perfazia uma média de 902\$318 por escravo – Tabela 5.17. A idade média dos cativos estava em torno de 32 anos, número que se compatibiliza com as idades antes apresentadas. Dos escravos que apresentaram sua origem ou sua cor, identificamos apenas 14 denominados pardos, correspondendo a 9% dos cativos.

**Tabela 5.17: Valor dos cativos da fazenda Aldeia, Cantagalo. 1873**

Valores	Valor em Réis (Rs)	Valor em Libras (£)
Valor total	136:250\$000	14.815,22
Valor médio	902\$318	98,08

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

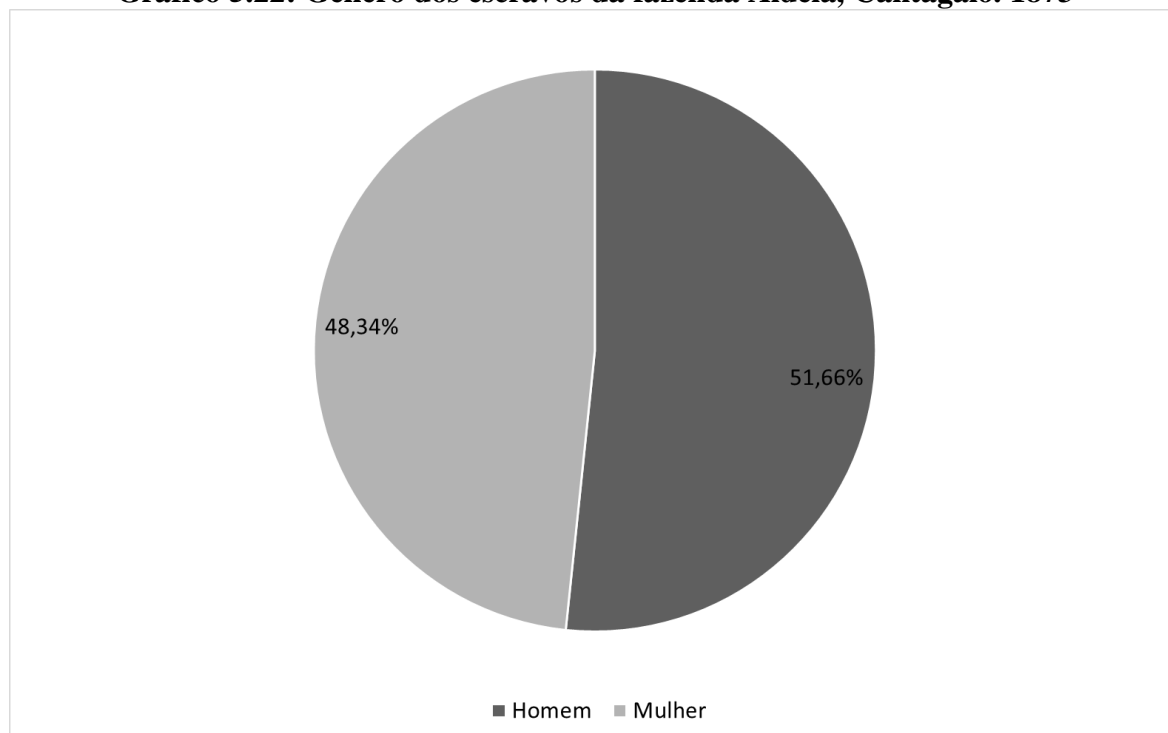
Outro aspecto a ser abordado em relação à fazenda Aldeia é a proporção de homens e mulheres na escravaria da unidade produtiva. Neste caso, estamos tratando novamente de uma relação equilibrada; os homens representavam 51,66% e as mulheres 48,34% dos escravos, Quadro 5.9 e Gráfico 5.22.



**Quadro 5.9: Gênero dos escravos da fazenda Aldeia, Cantagalo. 1873**

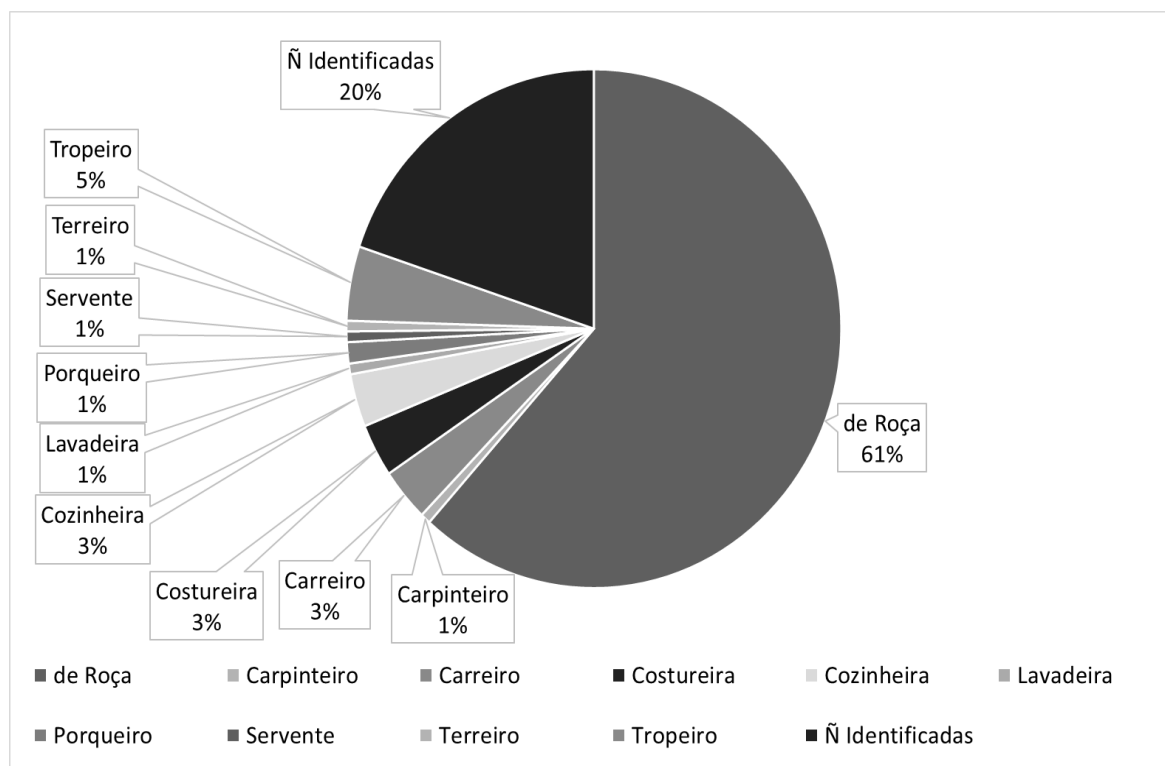
Gênero	Nº	%
Homem	78	51,66%
Mulher	73	48,34%
Total	151	100%

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Gráfico 5.22: Gênero dos escravos da fazenda Aldeia, Cantagalo. 1873**

Fonte: Quadro 5.9.

Outros dados importantes se referem aos ofícios realizados pelos cativos. Destaca-se, nesta análise, o predomínio dos escravos de roça com 62%, seguidos pelos não identificados com 20%. Além desses ofícios, temos os tropeiros, com 5%; e, carreiros, cozinheiras e costureiras, com 3%. Os demais – carpinteiro, lavadeira, porqueiro, servente e terreiro – correspondiam cada um a 1% dos cativos – Gráfico 5.23.

**Gráfico 5.23: Profissões dos escravos da fazenda Aldeia, Cantagalo. 1873**

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

Analisando, agora, a fazenda denominada Cafés, verificamos a existência de 122 cativos, avaliados em 106:900\$000, com uma média de 876\$230 – Tabela 5.18. A idade média dos escravos desta fazenda era de 37,5 anos, constituindo a maior das fazendas analisadas até o momento. Nesta avaliação, quinze indivíduos foram registrados com a denominação pardo, o que significava 12% dos escravos do plantel da Cafés.

**Tabela 5.18: Valor dos cativos da fazenda Cafés, Cantagalo. 1873**

Valores	Valor em Réis (Rs)	Valor em Libras (£)
Valor total	106:900\$000	11.614,13
Valor médio	876\$230	95,24

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

Na fazenda Cafés, a proporção de homens e mulheres também apresenta grande diferença entre os sexos. Os homens representavam 59,84% dos cativos e as mulheres, 40,16% – Quadro 5.10 e Gráfico 5.24. Além dessa relação, abordamos os ofícios realizados pelos escravos. Os cativos denominados de roça perfaziam 61% do plantel, seguidos pelos escravos que não tinham identificação de ofício, com 17%. Tropeiros representavam 5%; costureiras e

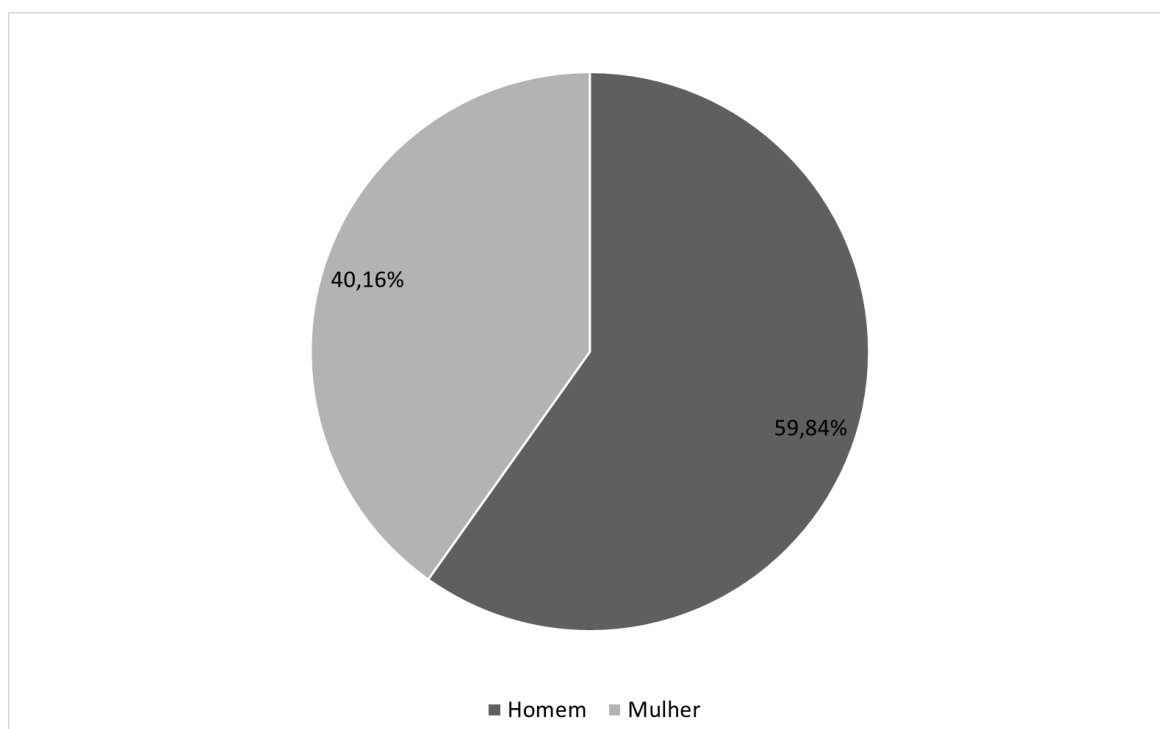
porqueiros, 3%; e, carpinteiros, carreiros e cozinheiros, 2%. Hortelão, falquejador, engomadeira e cativos de engenho representavam, cada um, 1% – Gráfico 5.25.

**Quadro 5.10: Gênero dos escravos da fazenda Cafés, Cantagalo. 1873**

Gênero	Nº	%
Homem	73	59,84%
Mulher	49	40,16%
Total	122	100%

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Gráfico 5.24: Gênero dos escravos da fazenda Cafés, Cantagalo. 1873**



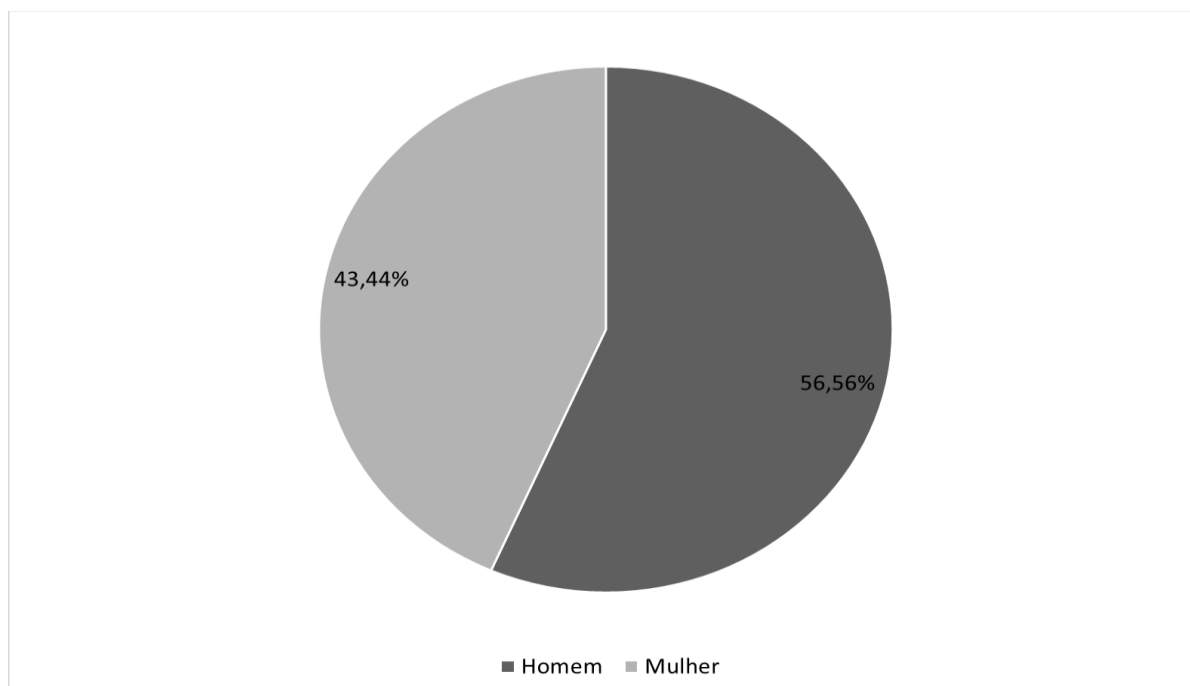
Fonte: Quadro 5.10.



**Quadro 5.11: Gênero dos escravos da fazenda Laranjeiras, Cantagalo. 1873**

<b>Gênero</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Homem	69	56,56%
Mulher	53	43,44%
Total	122	100%

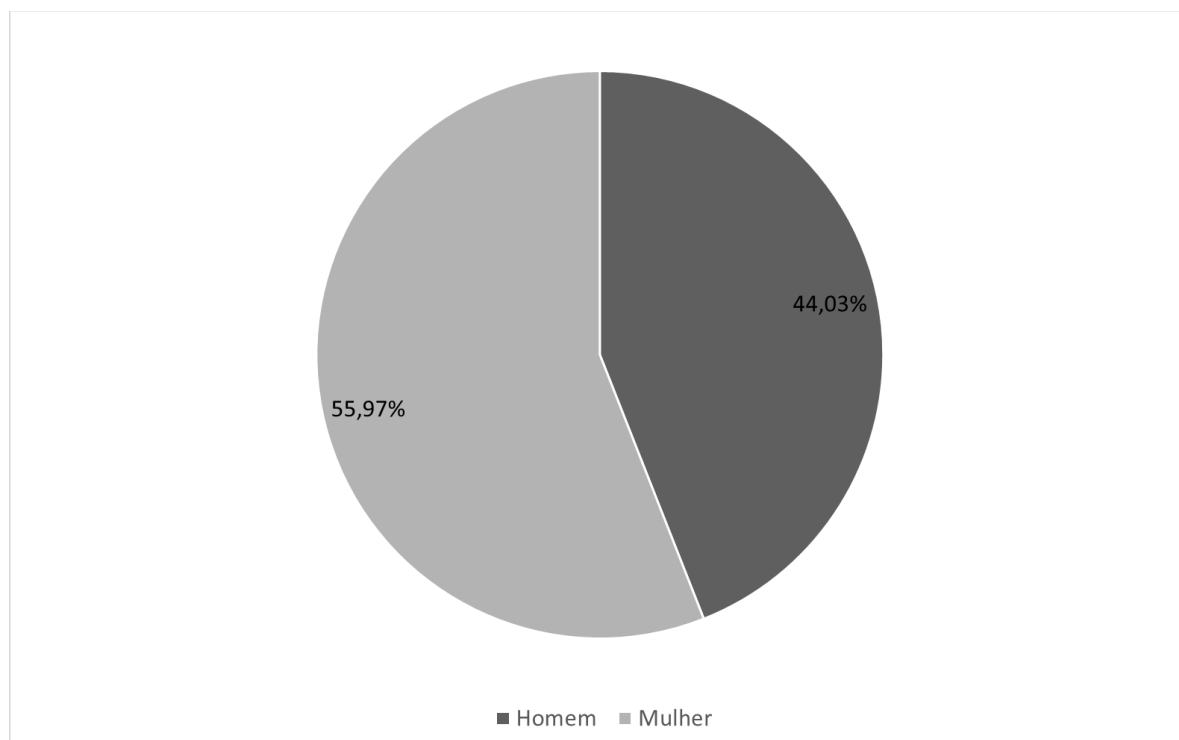
Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Gráfico 5.26: Gênero dos escravos da fazenda Laranjeiras, Cantagalo. 1873**

Fonte: Quadro 5.11.

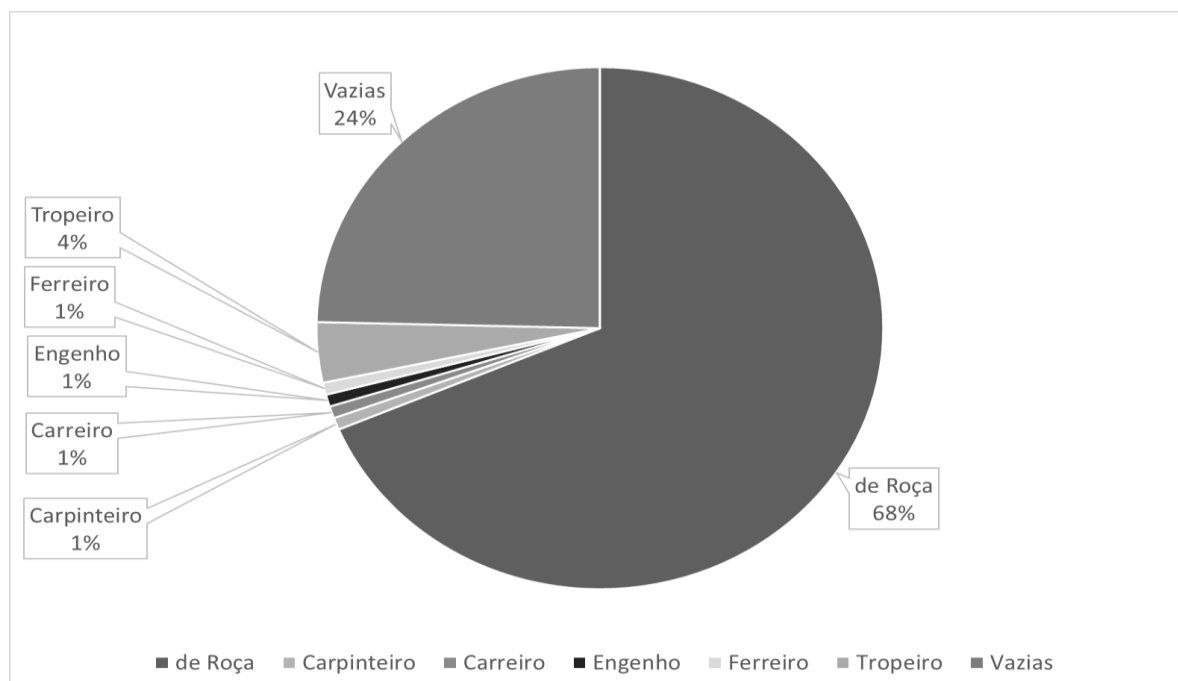
Por fim, tratando dos ofícios dos escravos da fazenda Laranjeiras, percebemos a predominância dos de roça, 61% deles, seguidos pelos cativos que não foram identificados por seus ofícios, 25%. Tropeiros representavam 5% e porqueiros, 2%. Cada um dos escravos a seguir representava 1% dentro do plantel da Laranjeiras: carpinteiros, carreiros, costureiras, cozinheiras, ferreiros, hortelãos, lavadeiras e oleiros – Gráfico 5.27.



**Gráfico 5.28: Gênero dos escravos da fazenda Aguaquente, Cantagalo. 1873**

Fonte: Quadro 5.12

Na fazenda Aguaquente, a lista de ofícios também estava marcada pela predominância dos escravos de roça – 69% – e seguidos pelos que não foram identificados por seus ofícios, 25%. Tropeiros ocupavam a terceira posição com 4% dos cativos, seguidos por carpinteiros, carreiros, escravos de engenho e ferreiros cada um com 1% de representação entre os de profissão declarada – Gráfico 5.29.

**Gráfico 5.29: Profissões dos escravos da fazenda Aguaquente, Cantagalo. 1873**

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

A última fazenda cafeeira a ser analisada é a Macapá que possuía apenas 64 cativos avaliados em 68:400\$000, com um valor médio de 1:068\$750 – Tabela 5.21. A idade média de seus cativos era de 32 anos. A proporção entre os gêneros indicava que 42 homens representavam 65,63% dos escravos e 22 mulheres correspondiam a 34,38% dos cativos desta unidade produtiva – Quadro 5.13 e Gráfico 5.30.

**Tabela 5.21: Valor dos cativos da fazenda Macapá, São Fidélis. 1873**

Valores	Valor em Réis (Rs)	Valor em Libras (£)
Valor total	68:400\$000	7.434,78
Valor médio	1:068\$750	116,17

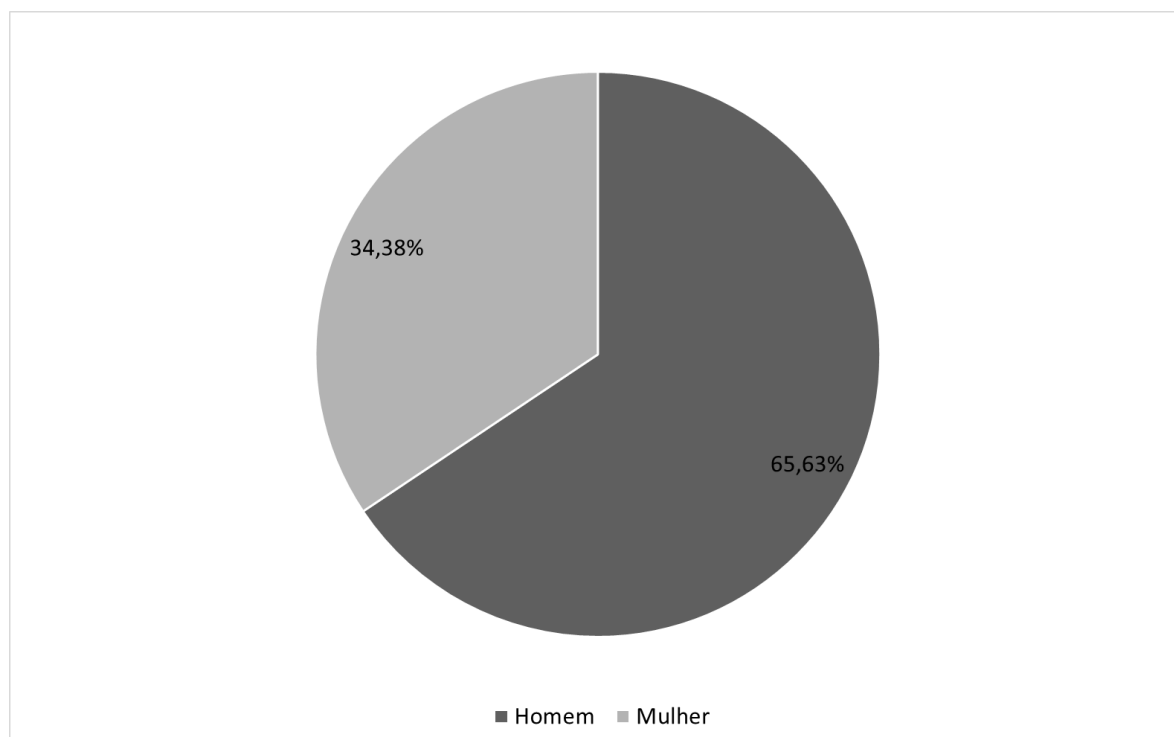
Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Quadro 5.13: Gênero dos escravos da fazenda Macapá, São Fidélis. 1873**

Gênero	Nº	%
Homem	42	65,63%
Mulher	22	34,38%
Total	64	100%

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.



**Gráfico 5.30: Gênero dos escravos da fazenda Macapá, São Fidélis. 1873**

Fonte: Quadro 5.13.

A lista dos ofícios exercidos pelos escravos possuía a seguinte configuração: 39 cativos eram de roça e equivaliam a 61% do plantel; os não identificados somavam 11 escravos, representando 17% das escravarias; e, os carreiros, 5% dos escravos. Cozinheiros e tropeiros equivaliam, cada um deles, a 3% dos cativos. Com 2% cada estavam carpinteiros, enfermeiros, ferreiros, hortelão, lavadeira, porqueiros e serventes – Gráfico 5.31.



**Tabela 5.22: Valor dos cativos da fazenda São Lourenço, Nova Friburgo. 1873**

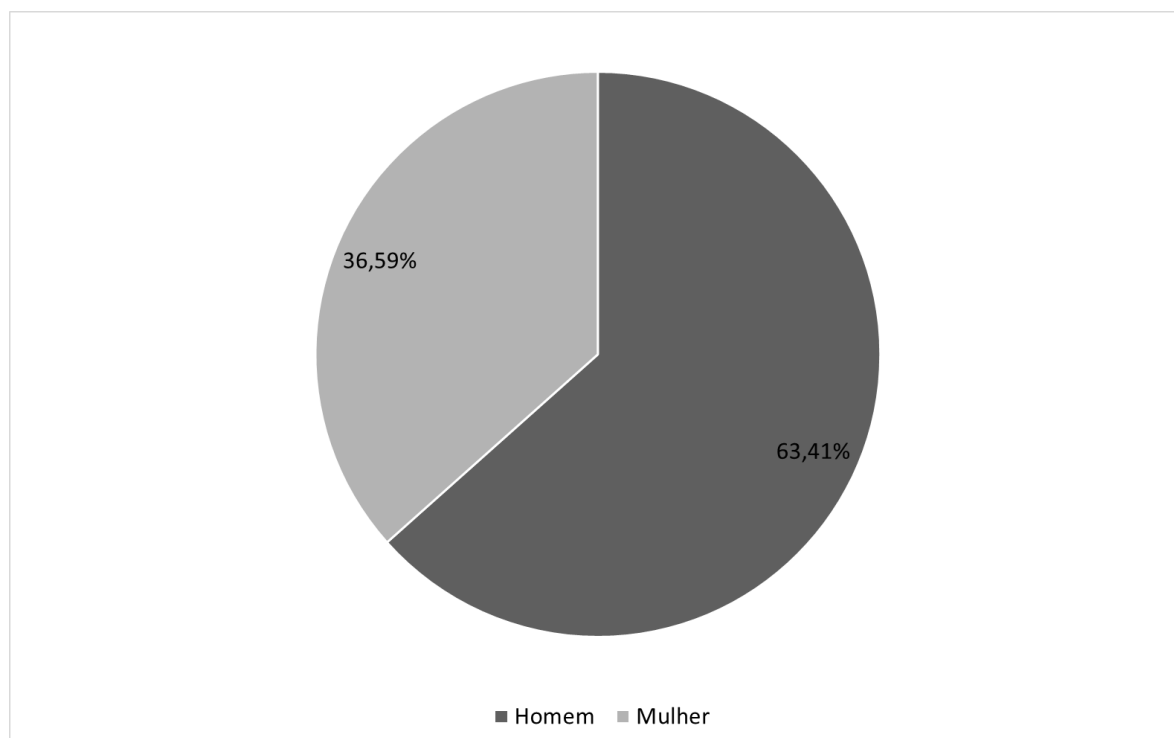
Valores	Valore em Réis (Rs)	Valor em Libras (£)
Valor total	43:850\$000	44.722,83
Valor médio	1:069\$512	115,19

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

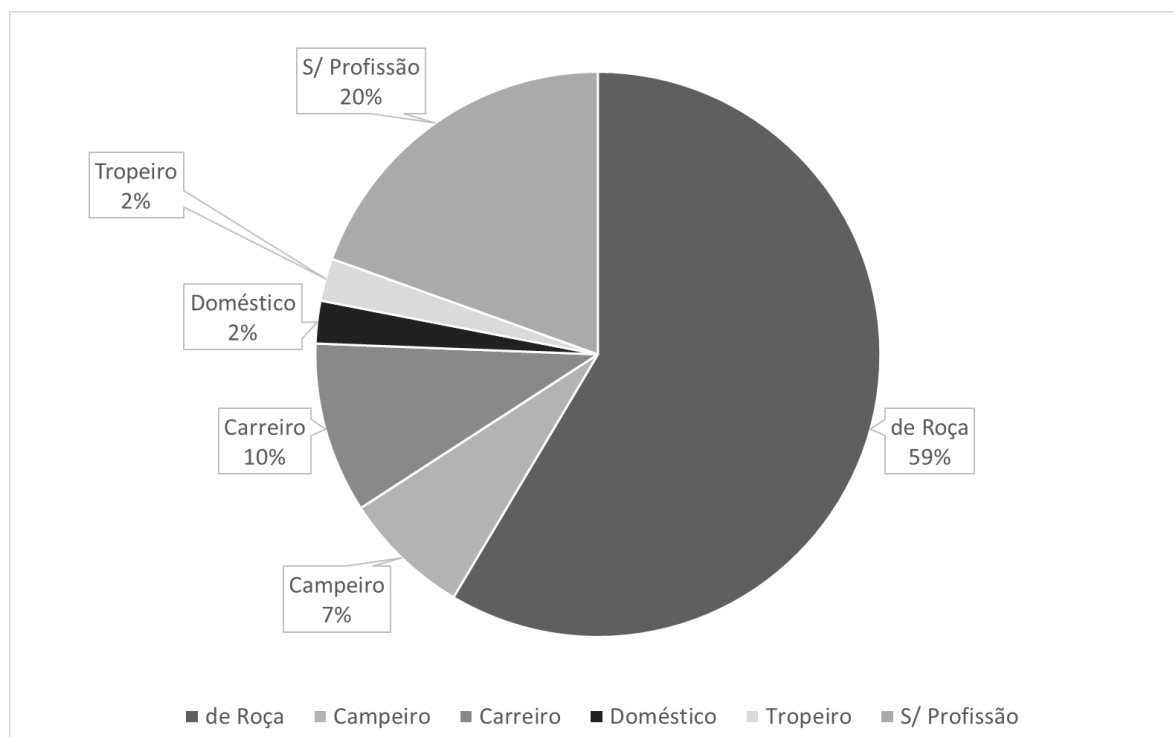
**Quadro 5.14: Gênero dos escravos da fazenda São Lourenço, Nova Friburgo. 1873**

Gênero	Nº	%
Homem	26	63,41%
Mulher	15	36,59%
Total	41	100%

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Gráfico 5.32: Gênero dos escravos da fazenda São Lourenço, Nova Friburgo. 1873**

Fonte: Quadro 4.14.

**Gráfico 5.33: Profissões dos escravos da fazenda São Lourenço, Nova Friburgo. 1873**

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

A segunda fazenda a ser analisada é a Cônego, possuindo 134 escravos avaliados em 108:900\$000, com um valor médio de 812\$687 – Tabela 5.23. A média de idade dos cativos da fazenda Cônego era de 31,6 anos, média maior do que a da fazenda São Lourenço e próxima às das fazendas de Cantagalo. Além desses dados, tratamos de analisar as questões de gênero e verificamos que o número de homens, 87 indivíduos representando 64,93%, era superior ao número de mulheres, que somavam 47 indivíduos correspondendo a 35,07% dos escravos da fazenda Cônego – Quadro 5.15 e Gráfico 5.34.

**Tabela 5.23: Valor dos cativos da fazenda Cônego, Nova Friburgo. 1873**

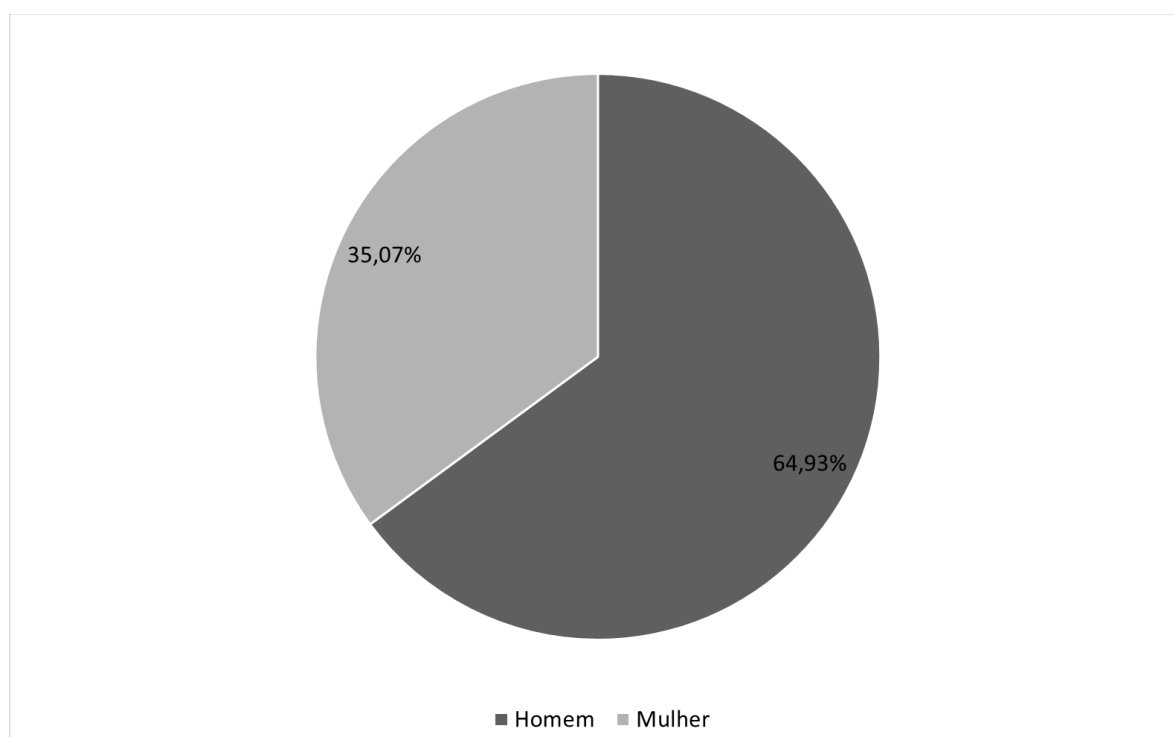
Valores	Valor em Réis (Rs)	Valor em Libras (£)
Valor total	108:900\$000	12.039,02
Valor médio	812\$687	88,34

Fonte: Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional.

**Quadro 5.15: Gênero dos escravos da fazenda Cônego, Nova Friburgo. 1873**

Gênero	Nº	%
Homem	87	64,93%
Mulher	47	35,07%
Total	134	100%

Fonte: Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional.

**Gráfico 5.34: Gênero dos escravos da fazenda Cônego, Nova Friburgo. 1873**

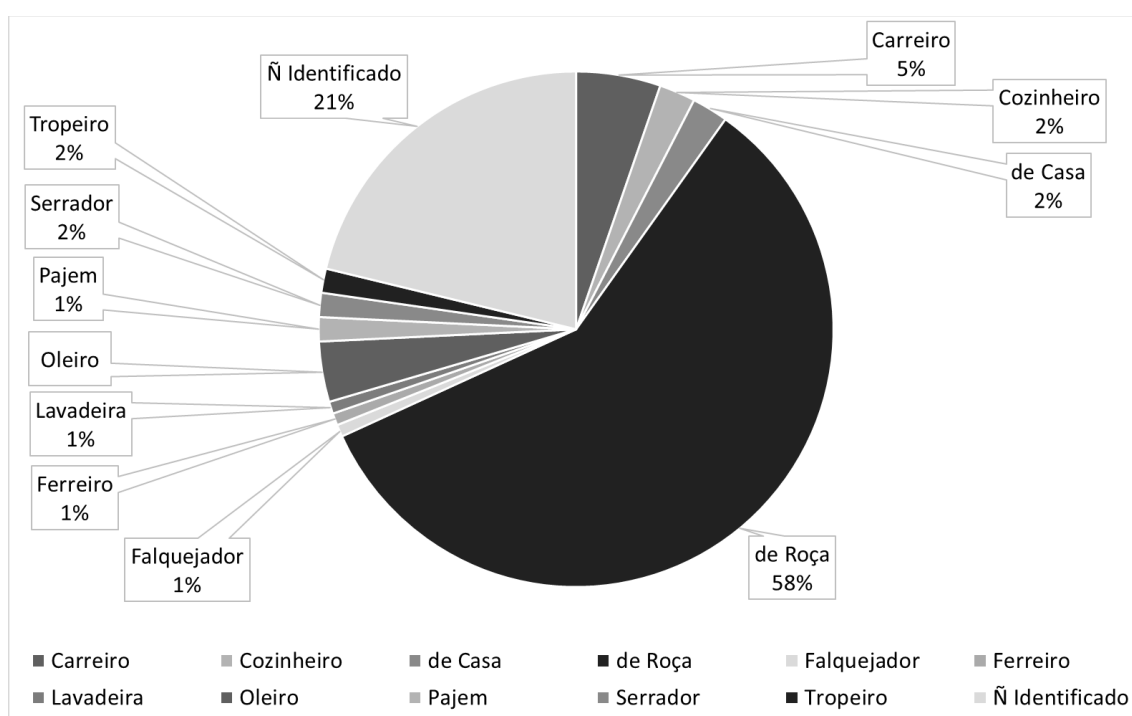
Fonte: Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional.

Na fazenda Cônego, a relação de ofícios dos escravos estava organizada da seguinte forma: os de roça representavam 58% dos escravos e os que não tinham identificação de profissão, 21%. Os carreiros ocupavam o terceiro lugar com 5% e os oleiros, o quarto lugar com 4% dos escravos. Representando 2% cada, estavam os tropeiros, serradores, pajens (criados da casa), cozinheiros e escravos de casa<sup>525</sup> e, com 1% cada, lavadeiras, ferreiros e falquejadores – Gráfico 5.35.

<sup>525</sup> Segundo Gilberto Freyre, os escravos domésticos se diferenciavam dos demais escravos e havia uma hierarquia desde as escravas “escolhidas para damas de companhia das sinhás-moças, das mães pretas, dos pajens, cujas funções eram ainda mais importantes e que eram tratados quase como pessoas da família”. FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª ed. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso e Bibliografia de Edson Nery da Fonseca. ed. São Paulo: Global, 2003, p. 568, Nota 100. A respeito da escravidão doméstica, entre os vários trabalhos, conferir SOARES, L. C. "A Escravidão

Reiteramos a ideia de que a fazenda Cônego, assim como a São Lourenço, por ser uma fazenda de criar animais e de produzir milho, aproveitava a maioria de seus cativos no trato das lavouras e de cavalos, bois, carneiros e porcos. Além disso, gostaríamos de ressaltar que a fazenda Cônego estava envolvida com o trabalho de olaria, fabricando tijolos, telhas e ladrilhos. Também resgatamos a ideia de que as produções para a subsistência e abastecimento não foram registradas no inventário do Barão, mas que, por certo, existiam<sup>526</sup>, e, quando não eram suficientes, o Barão recorria à produção da vila de Nova Friburgo<sup>527</sup>.

**Gráfico 5.35: Profissões dos escravos da fazenda Cônego, Nova Friburgo. 1873**



Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

Nossa abordagem recai, agora, sobre os quinze escravos alocados na Chácara do *Chalet*, avaliados em 9:300\$000, com valor médio por escravo de 620\$000 – Tabela 5.24. Tais escravos, em sua maioria, possuíam 13 anos ou menos, fator que reduziu a média de idade para 11,2 anos. Ou seja, a média de idade era tão baixa devido à utilização de crianças na escravidão

Doméstica". In: **O "povo de cam" na capital do Brasil**: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: 7 Letras/FAPERJ, 2007, pp. 107-122.

<sup>526</sup> A produção de milho das fazendas de Nova Friburgo aparece no balancete de 1862 da Casa Comissária Friburgo & Filhos.

<sup>527</sup> No espólio da fazenda Mendes, o pesquisador Gabriel Frazão encontrou um livro de contabilidade onde consta uma dívida em nome do Barão de Nova Friburgo no valor de 8:000\$000. A fazenda Mendes localizava-se na região das "Terras Frias", conhecida por sua produção para subsistência e abastecimento. Arquivo da fazenda Mendes – Livro de contas.

doméstica. Da mesma forma, o número de mulheres era superior ao de homens; elas perfaziam 53,33% dos escravos e eles, 46,67% – Quadro 5.16 e Gráfico 5.36.

No tocante aos ofícios, os quinze escravos da Chácara do *Chalet* estavam organizados da seguinte forma: 53% não foram identificados por seus ofícios; escravos de roça, domésticos e lavadeiras representavam 13% cada um; e, carreiros apenas 7% – Gráfico 5.37. Essa configuração denota que a preocupação estava voltada para os serviços do interior da casa e para a manutenção dos jardins nesta propriedade, uma das belas moradias do Barão de Nova Friburgo na vila.

**Tabela 5.24: Valor dos cativos da Chácara do *Chalet*, Nova Friburgo. 1873**

Valores	Valor em Réis (Rs)	Valor em Libras (£)
Valor total	9:300\$000	1.021,74
Valor médio	620\$000	67,39

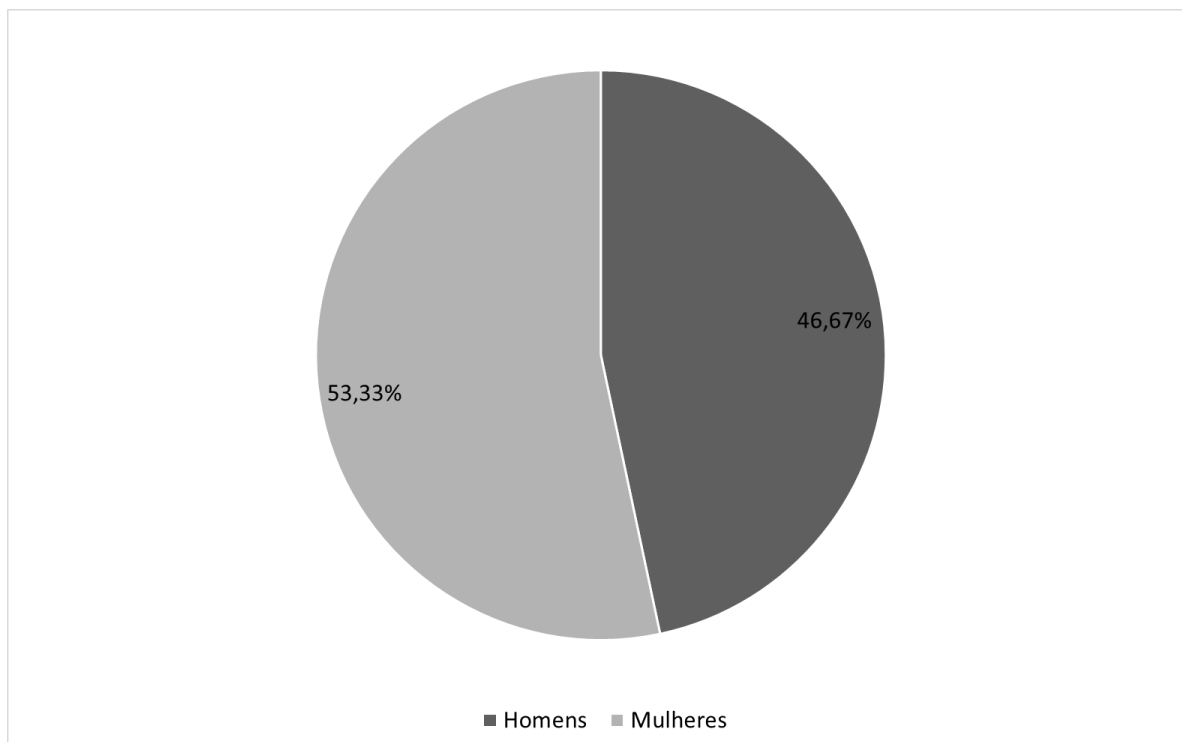
Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Quadro 5.16: Gênero dos escravos da Chácara do *Chalet*, Nova Friburgo. 1873**

Gênero	Nº	%
Homens	7	46,67%
Mulheres	8	53,33%
Total	15	100%

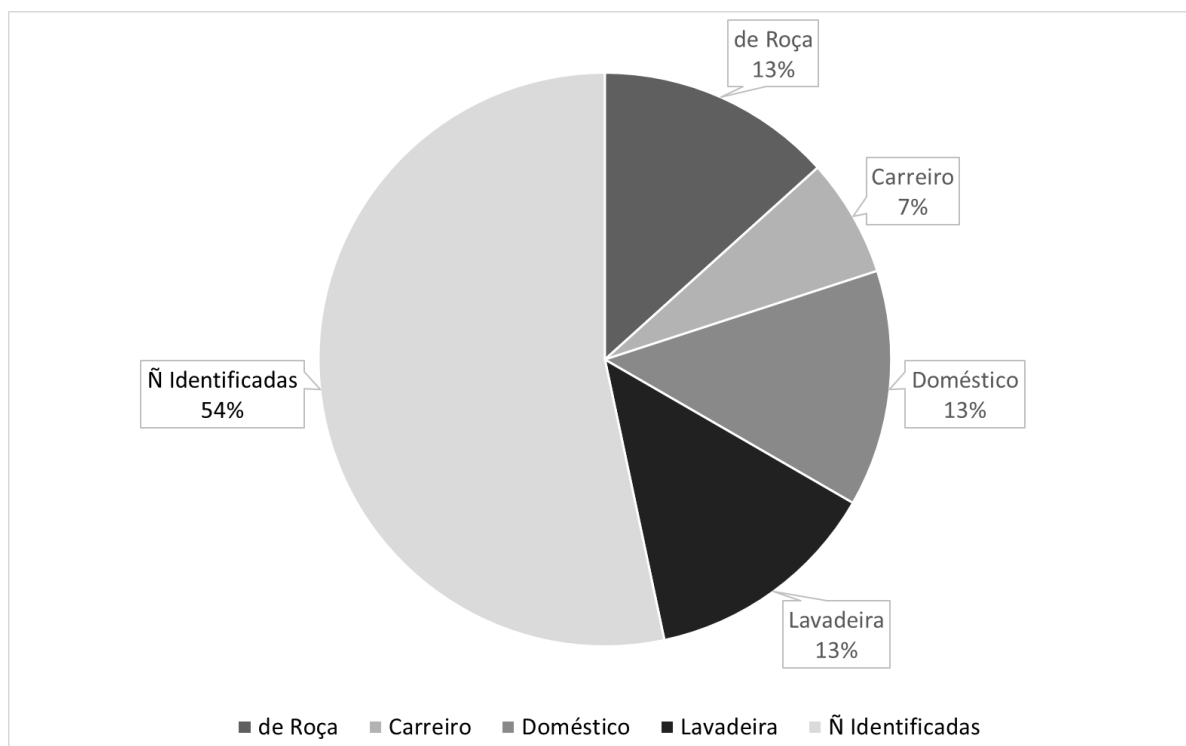
Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Gráfico 5.36: Gênero dos escravos da Chácara do *Chalet*, Nova Friburgo. 1873**



Fonte: Quadro 5.16.

**Gráfico 5.37: Profissões dos escravos da Chácara do *Chalet*, Nova Friburgo. 1873**



Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.



Com o objetivo de completar a análise dos escravos pertencentes ao Barão de Nova Friburgo, passamos a analisar os 20 cativos que possuía na vila de Nova Friburgo. Infelizmente, não é possível identificar a localização desses escravos, mas acreditamos que estavam alocados no sobrado da Praça Princesa Isabel. Suas características são significativamente diversas das fazendas e chácaras analisados até o momento, pois, tratava-se de um plantel de escravos domésticos, como veremos a seguir, além de estarem avaliados em 22:500\$000 e com um valor médio de 1:125\$000 – o maior valor médio entre os escravos do Barão – Tabela 5.25. Outro elemento de destaque é a baixa média de idade, que, entre esses cativos, era de 24,6 anos.

Em relação ao gênero, temos também uma situação diferenciada, com o número de homens absurdamente superior ao de mulheres. São dezoito homens, representando 90% dos escravos e apenas duas mulheres que perfaziam 10 % dos cativos – Quadro 5.17. Em relação à cor, temos a seguinte situação: 50% dos escravos foram identificados como pardos e a outra metade não recebeu qualificação referente à cor.

Resta apenas abordar os ofícios dos escravos da vila de Nova Friburgo. Temos cinco cozinheiros correspondendo a 25% dos escravos; e, pajens e os de casa eram em número de quatro indivíduos cada e representavam 20%. Três escravos eram de roça e perfaziam 15% dos cativos. Dentre os escravos localizados em Nova Friburgo, ainda encontramos um cocheiro, uma engomadeira, uma mucama e um escravo não identificado, cada um representando 5% dos cativos – Gráfico 5.39.

**Tabela 5.25: Valor dos escravos em Nova Friburgo, Nova Friburgo. 1873**

Valores	Valor em Réis (Rs)	Valor em Libras (£)
Valor total	22:500\$000	2.445,65
Valor médio	1:125\$000	122,28

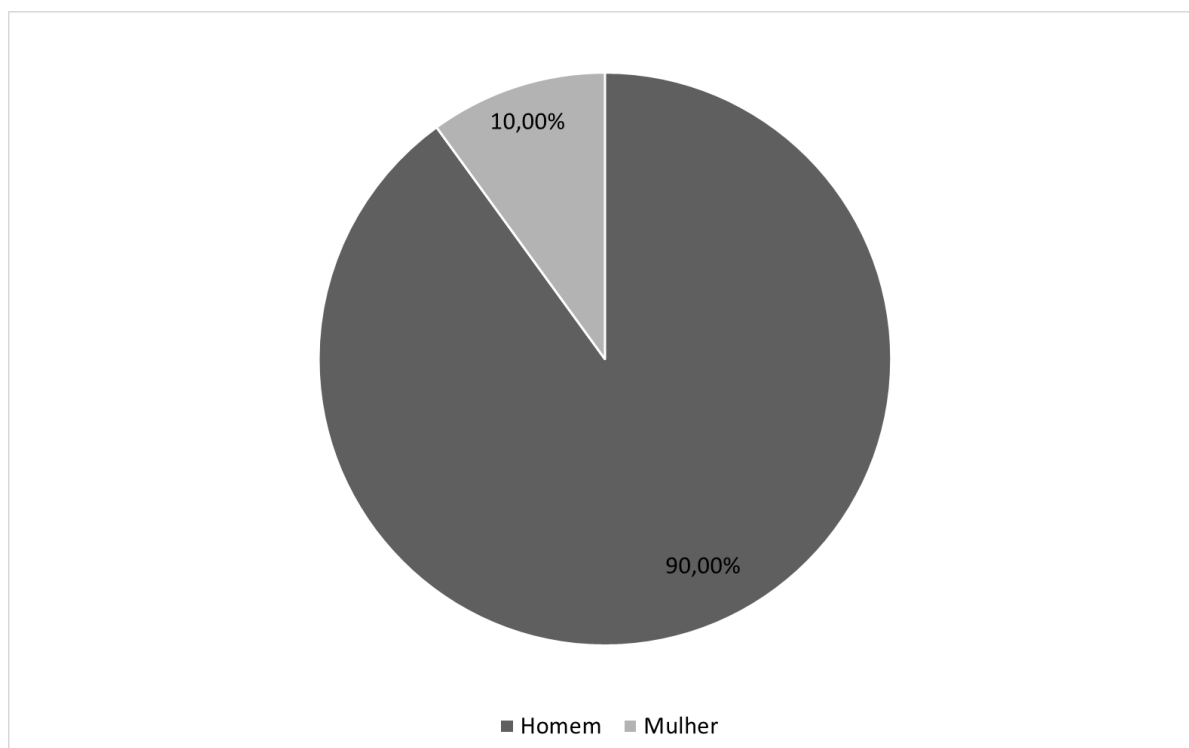
Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Quadro 5.17: Gênero dos escravos em Nova Friburgo, Nova Friburgo. 1873**

Gênero	Nº	%
Homem	18	90,00%
Mulher	2	10,00%
Total	20	100%

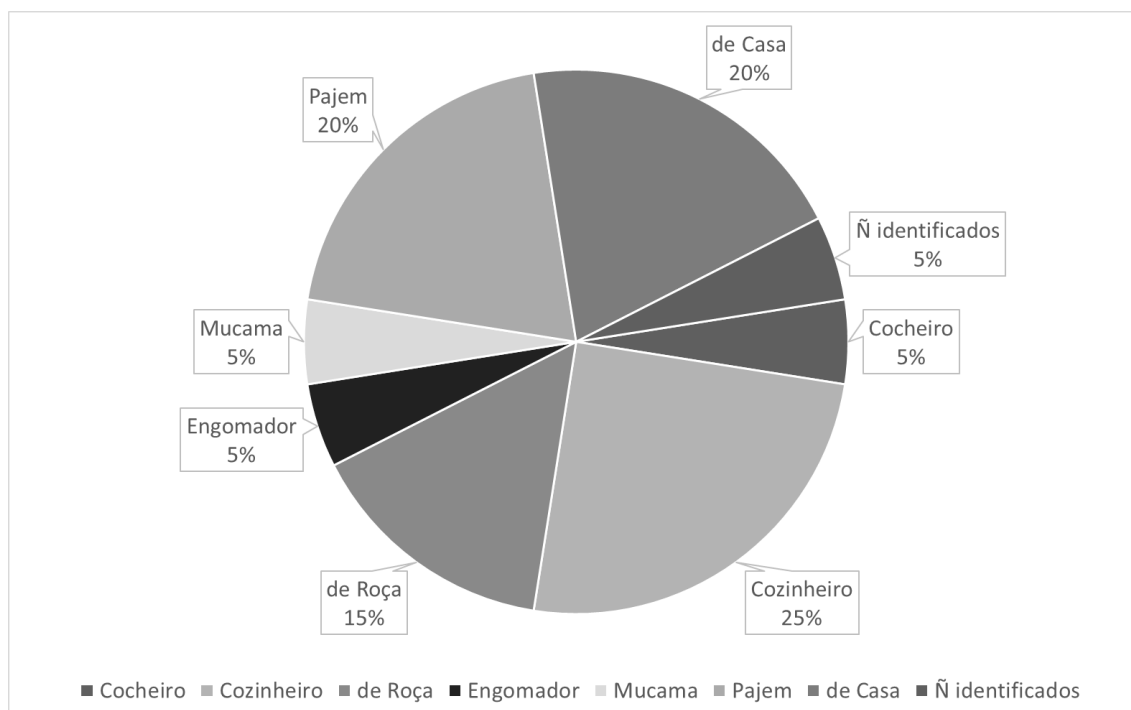
Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Gráfico 5.38: Gênero dos escravos em Nova Friburgo, Nova Friburgo. 1873**



Fonte: Quadro 5.17.

**Gráfico 5.39: Profissões dos escravos em Nova Friburgo, Nova Friburgo. 1873**



Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

Por fim, ressaltamos que as unidades produtivas de Nova Friburgo estavam voltadas para a criação de animais e para o plantio de alimentos que abasteceriam as fazendas de Cantagalo ou o mercado local. Tais atividades demandavam um número menor de escravos, que ainda estivessem no auge da produtividade. Da mesma forma, os escravos da Chácara do *Chalet* e os localizados em Nova Friburgo, escravos domésticos por excelência, formavam um número bem pequeno no conjunto da escravaria do Barão. Todavia, eram de grande importância para a expressão e a vivência do modo de vida senhorial nessas localidades.

#### 5.4. O trabalho de migrantes livres nos cafeeiros do Barão de Nova Friburgo

O debate a respeito do trabalho livre em substituição ao trabalho escravo se impôs logo após a chegada da família real portuguesa ao Brasil. Os acordos entre ingleses e portugueses para a abolição do tráfico de escravos colocaram o problema da mão de obra em relevo. No entanto, enquanto o tráfico continuou, tanto na fase legal quanto na ilegal, essa preocupação não se fazia peremptória. Apenas em 1850, com o fim definitivo do tráfico de escravos, o investimento em mão de obra livre passou a ser levado a sério<sup>528</sup>.

No período joanino, ocorreram tentativas e projetos de colonização. Um dos mais conhecidos foi o projeto de colonização suíça que deu origem à vila de Nova Friburgo<sup>529</sup>. Os objetivos dessa colonização estavam ligados a questões demográficas e de produção de alimentos, com o intento de abastecer a corte e de expandir as fronteiras da escravidão pelos Sertões do Leste, como vimos no capítulo I. Emília Viotti da Costa destaca que Nicolau Campos Vergueiro foi um importante pioneiro na elaboração de colônias de parceria<sup>530</sup>. De qualquer forma, muitos fazendeiros do Vale seguiam posicionamento diferente, considerando a colonização como elemento funcional apenas na pequena propriedade.

Os argumentos desses senhores se baseavam na abundância de escravos que entraram pelos portos do Rio de Janeiro até 1850. Enquanto houve tráfico, as áreas cafeeiras eram abastecidas pelos traficantes e os proprietários se valiam da mão de obra escrava por conta da facilidade em comprá-los e por estarem habituados ao trabalho escravo<sup>531</sup>. Esses fatores foram fundamentais para que os projetos de colonização não fossem à frente. Soma-se um terceiro

<sup>528</sup> COSTA, E. V. D. *Da Senzala à Colônia*. 5. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

<sup>529</sup> Sobre a colonização suíça em Nova Friburgo conferir: ERTHAL, C. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café*. Niterói: Nitpress, 2008; MARRETTO, R. M. *A escravidão velada: a formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: PPGH-UFF, 2014; MAYER, J. M. *Raízes e crises do mundo caipira: o caso de Nova Friburgo*. Tese (Doutorado em História): Niterói: PPGH-UFF, 2003; NICOULIN, M. *A Gênese de Nova Friburgo: Emigração e Colonização Suíça no Brasil (1817-1827)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996.

<sup>530</sup> COSTA, E. V. da. *Da Senzala à Colônia*. 5. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 108.

<sup>531</sup> COSTA, E. V. da. *Op. Cit.*, p. 112.

fator: a expansão do café pelo Vale fluminense avançava em direção às terras livres e, aos colonos, ficariam reservadas apenas terras voltadas à subsistência e ao abastecimento ou aquelas menos lucrativas.

Apenas em 1840, a Província do Rio de Janeiro começou a levar a sério medidas para a introdução de homens livres na região. Tais providências significavam “contratar com empresários ou companhias o estabelecimento de colônias agrícolas na província”<sup>532</sup>. A partir de então, um enorme conjunto de empreendimentos de migração começou a se consolidar no Rio de Janeiro. Viotti da Costa aponta que, a partir de 1847, São Fidélis recebeu 346 colonos, a maioria vinda de Portugal. Na década de 1850, Ignácio Rafael da Fonseca Lontra (em nossa análise, um megaproprietário) e José Francisco Ralieni estabeleceram colonos livres em Cantagalo e João Rodrigues da Cunha e José Francisco de Oliveira fizeram o mesmo em Sumidouro, na época Freguesia de Nova Friburgo. Pio Correa de Azevedo também empreendeu uma parceria com 60 colonos portugueses. Na Freguesia do Carmo, o padre Francisco Abreu Magalhães e seu irmão também começaram uma empresa com 60 colonos portugueses que seriam utilizados no trabalho de colheita e de plantio de café.<sup>533</sup>

No entanto, o maior empreendimento colonizador da região oriental do Vale do Paraíba fora o do Barão de Nova Friburgo e seus sócios. Os colonos engajados em sua empresa eram divididos por suas 11 fazendas em Cantagalo e comporiam a força de trabalho junto aos escravos, visando a manutenção, a colheita e o beneficiamento do café. O número de colonos era bem alto, mais de 900 indivíduos foram engajados, a maioria em Portugal, para trabalhar nas terras do Barão. Tal expediente resultou em alguns debates que recuperaremos ao longo dessa seção.

Diante disso, dialogamos com o trabalho de Erika Peixoto que analisou o mercado de trabalho livre em Cantagalo, com foco específico na fazenda Santa Clara. A referida fazenda, segundo a autora, passou a Antônio Clemente Pinto em 1837, por conta de uma dívida não paga. Antônio passou a fazenda à frente, e, por conta do casamento de Jacob Van Erven com a filha do novo dono da fazenda, Antônio voltou a ter relações com aquelas terras na condição de sócio.

No ano de 1837, a fazenda adquirida por Antônio Clemente Pinto e vendida no mesmo ano a Antônio de Sampaio Almeida Mariz era composta de meia légua de terras e possuía

“casa de vivenda de sobrado e grades de ferro, senzalas, paiol, moinho, monjolo, ceva, galinheiro, forno de queimar telhas, tudo coberto de telhas e

---

<sup>532</sup> COSTA, E. V. da. *Op. Cit.*, p. 158.

<sup>533</sup> COSTA, E. V. da. *Op. Cit.*, p. 159-160.

com cercas, de 40 a 50 mil pés de café, roça de milho de 8 a 10 alqueires, 1 alqueire de metade de um arrozal e bens”.<sup>534</sup>

Neste ano, a fazenda foi avaliada em 20:000\$000.

No ano de 1855, o Barão de Nova Friburgo estava novamente envolvido com a fazenda Santa Clara, desta vez com outros dois sócios, Jacob Van Erven e Domingos de Sampaio Rangel Sodré Pereira. A fazenda Santa Clara começou a recrutar colonos em 1840, intensificando essa prática a partir de 1850. Nesse período, o Barão ativou seus agentes de colonização em Portugal. Os dois principais contratadores de colonos eram o Sr. Joaquim Ferreira Coelho e o Sr. Antônio Chaves Neto<sup>535</sup>. Com isso, o número de colonos começou a crescer.

Diante disso, o Barão e seus agentes iniciaram o engajamento de colonos, que não se deu só em Portugal (continente), mas também nas ilhas portuguesas atlânticas. Assim, conseguimos localizar dois contratos de engajamento de colonos na Ilha da Madeira. O primeiro, datado de 1855, estabelecia que os colonos estavam destinados às fazendas do Barão de Nova Friburgo. Alguns desses passageiros confessaram maltratados e que a comida era pouca e de má qualidade, mas, apesar dos relatos, o documento aponta que o Barão tratava bem os colonos que chegavam as suas propriedades, dando-lhes “liberdade para procurarem fortuna”.<sup>536</sup>

No segundo documento, de 1858, o Barão aparece com 152 colonos, sendo 117 adultos, 30 menores e 5 crianças, todos com passaporte do Governo. Tais colonos rumariam para as fazendas de Cantagalo, “onde sempre são tratados com o maior desvelo por este rico proprietário (...) e que foram bem tratados durante a viagem”.<sup>537</sup> A fama dessas colônias ganhou os periódicos da corte e as empresas colonizadoras movidas pelo Barão de Nova Friburgo e seus sócios viraram notícia.

No ano de 1857, o periódico *A Patria* publicou uma coluna sobre as *Colônias de Cantagalo*. O periódico afirmava que o Barão de Nova Friburgo e seus sócios estavam estabelecendo colônias nas seguintes fazendas: Santa Rita, São Martinho, Laranjeiras, Macuco, Boa Sorte e Boa Vista, todas localizadas em Cantagalo. O número de colonos era superior a 900 indivíduos de idades variadas e de ambos os sexos. Além disso, o autor destaca que a

<sup>534</sup> PEIXOTO, É. M. **Santa Clara do Macuco e a Metamorfose do Trabalho (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História): Niterói: PPGH-UNIVERSO, 2013, p. 98.

<sup>535</sup> PEIXOTO, É. M. *Op.Cit.*, p. 111.

<sup>536</sup> Arquivo Histórico e Diplomático (Portugal). Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro. Ref. 239-1, N° 34, 11 de junho de 1855.

<sup>537</sup> Arquivo Histórico e Diplomático (Portugal). Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro. Ref. 168-1, N° 22, 16 de março de 1858.

nacionalidade dos colonos era portuguesa. Desta forma, o Barão e seus sócios traziam os colonos que contribuíam para o cultivo das terras e para a ampliação das lavouras.<sup>538</sup>

No ano seguinte, o periódico *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*, foi publicado um artigo com o título de *Colonização*. O texto foi aberto com a seguinte frase “A colonização é a verdadeira política, a política nacional do Brasil”<sup>539</sup>. Ao longo do artigo, o autor louvava a colonização – principalmente a voluntária – como elemento que substituiria os braços escravos que já começavam, nas palavras dele, a faltar. Ao final do texto, há uma nota de rodapé bastante ilustrativa, com referência à região de Cantagalo, que já possuía seis estabelecimentos com colonos. Todavia, o destaque é dado ao Barão de Nova Friburgo, que, segundo o autor do relatório, possui 922 colonos portugueses em suas fazendas.<sup>540</sup>

A partir do início da década de 1860, os contratos começaram a ser feitos entre a firma Clemente e Van Erven e Manoel Antônio Quartilho. A firma cuidava da passagem, da saúde e da alimentação dos engajados. Os indivíduos que eram engajados com suas famílias não poderiam ser separados e estavam obrigados a pagar as despesas e liquidar as dívidas contraídas ao longo do tempo.<sup>541</sup> Mesmo que, em ocasiões anteriores, o Cônsul português tivesse falado bem do tratamento dispensado aos colonos engajados pelo Barão, as condições de tratamento dos colonos foram motivo de debates em periódicos brasileiros e portugueses.

Os mais virulentos ataques ao Cônsul português no Rio de Janeiro, o barão de Moreira, e ao Barão de Nova Friburgo datam de julho de 1861. Nesse mês, o jornal *O Portuguez* escreveu alguns adjetivos relacionados a Moreira: “desmoralizado, sem brio e sem vergonha”.<sup>542</sup> No mesmo artigo, o autor se refere ao Barão de Nova Friburgo dizendo que este “manda os infelizes colonos para as fazendas sujeitando-os ao azorrague liberticida de um negro escravo”.<sup>543</sup>

---

<sup>538</sup> *A Pátria: Folha da Província do Rio de Janeiro (RJ)*. Ano: VI, Nº 8 – Sábado, 8 de agosto de 1857. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830330&pasta=ano%20185&pesq=Bar%C3%A3o%20de%20Nova%20Friburgo>>. Acesso em: jul. 2017.

<sup>539</sup> *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ)* - Nº801, Ano XV, domingo, 8 de novembro de 1858, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20185&pesq=Bar%C3%A3o%20de%20Nova%20Friburgo>>. Acesso em: jul. 2017.

<sup>540</sup> *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ)* - Nº801, Ano XV, domingo, 8 de novembro de 1858, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20185&pesq=Bar%C3%A3o%20de%20Nova%20Friburgo>>. Acesso em: jul. 2017.

<sup>541</sup> PEIXOTO, É. M. *Op.Cit.*, p. 112.

<sup>542</sup> *O portuguez* - Ano I, Nº22. Domingo, 14 de julho de 1861, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=365009&pasta=ano%20186&pesq=Bar%C3%A3o%20de%20Nova%20Friburgo>>. Acesso em: jul. 2017.

<sup>543</sup> *Idem*.

Em 15 de agosto, ao se referir ao Cônsul, o mesmo periódico fala em tráfico de colonos, “vendendo os portugueses como em outros tempos vendiam os filhos da África”.<sup>544</sup> O barão de Moreira estava sendo acusado, inclusive, de vender portugueses ao Barão de Nova Friburgo, mas nada que se pudesse confirmar e, ao que parece, tal fato não passava de hiperbolismo do jornal lusitano.

No ano de 1861, no periódico *O Portuguez*, o Barão de Nova Friburgo foi rotulado como explorar o trabalho do colono português, passando a estar “riquíssimo à custa do trabalho do pobre colono; é um dos fazendeiros mais ricos do Brasil, o qual tem levantado palácios à custa da ciganagem, dele e do barão de Moreira”.<sup>545</sup> Sabemos que o Nova Friburgo não enriqueceu devido a sua “ciganagem” junto ao barão de Moreira. Claro que o trabalho dos colonos contribuiu com as dinâmicas da produção cafeeira e isso rendeu fortuna ao Nova Friburgo. Todavia, no contexto do século XIX, reduzir as ações e escolhas do Barão de Nova Friburgo para a formatação da sua riqueza a uma falcatrua nos parece um exagero do periódico português.

De fato, muitas vezes, as condições de trabalho foram consideradas aviltantes pelos portugueses que entendiam que seus irmãos estavam sendo “escravizados” no Brasil. Tal sentimento era tão significativo que acabou reverberando na pena de Camilo Castelo Branco, literato português, que, através de um dos personagens do livro *A queda dum anjo*, afirmou que o colono português “é o braço do artífice nacional alugado à escravidão do Brasil”.<sup>546</sup> Enquanto Camilo Castelo Branco se queixava da “escravização” dos portugueses no Brasil, o jornal *O Portuguez* desferia seus violentos ataques ao Barão de Nova Friburgo.

Assim, no ano de 1862 – mesmo ano da primeira edição do livro de Castelo Branco –, o periódico apelou através do título da matéria: “A escravidão branca e o Consulado Português”. Utilizou-se, neste artigo, do contrato de trabalho de um colono com o Barão de Nova Friburgo para demonstrar qual era o real tratamento recebido pelos colonos. A colona escolhida foi Maria de Jesus que encerrou seu contrato devendo ao Barão mais de 100\$000. O jornal insiste em provar como o Barão havia montado uma empresa lucrativa através desses contratos. Para isso, finaliza o artigo com o seguinte trecho: “E ainda será uma falsidade que os palácios do Barão

<sup>544</sup> *O Portuguez* - Ano I, Nº31. Quinta-feira, 15 de agosto de 1861, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=365009&pasta=ano%20186&pesq=Barão%20de%20Nova%20Friburgo>>. Acesso em: jul. 2017.

<sup>545</sup> *O Portuguez* - Ano I, Nº39. Domingo, 8 de dezembro de 1861, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=365009&pasta=ano%20186&pesq=Barão%20de%20Nova%20Friburgo>>. Acesso em: jul. 2017.

<sup>546</sup> BRANCO, C. C. **A queda dum anjo**. Série Bom Livro, Editora Ática, 1997. São Paulo: Editora Ática, v. Série Bom Livro, 1997, p. 43. A primeira edição do livro data de 1862.

de Nova Friburgo são edificadas com os ossos dos colonos, e que a cal com que são construídas as suas paredes é amassada com o sangue dos míseros e desamparados portugueses?”<sup>547</sup>

A acusação colocava o Barão de Nova Friburgo no centro do problema da imigração portuguesa para o Brasil. Não que ele fosse o algoz da colonização, mas é fato que seus vultosos empreendimentos colonizadores buscavam aumentar a produtividade de suas fazendas, ampliando a produção cafeeira. Não o consideramos algoz desses colonos, pois entendemos que seu objetivo era ampliar a força de trabalho em suas fazendas e nas que possuía em parceria com Jacob Van Erven e outros. Mas também não desejamos dirimi-lo se alguma culpa ele teve.

O barão de Moreira foi acusado de estar por trás das licenças dos traficantes portugueses no tráfico ilegal após 1831<sup>548</sup>. Em seu livro<sup>549</sup>, após as acusações que elencamos, o barão de Moreira apresentou, pelo menos, dois contratos envolvendo o Barão de Nova Friburgo. Os contratos celebrados entre a firma Clemente & Van Erven previam a locação de serviços para a referida firma. Os contratantes ficariam responsáveis pela passagem e pelo bem-estar dos contratados, tanto no caso de doenças quanto na alimentação recebida. Tais contratos eram estabelecidos com um prazo de três anos, a partir da chegada do colono à fazenda. O pagamento da passagem de Portugal para o Brasil era descontado dos salários mensais recebidos pelos colonos.

Ainda no ano de 1862, o barão de Moreira precisou, diante de tantos escândalos envolvendo seu nome, deixar o Brasil e o cargo de Cônsul. No convite de despedida, o barão de Moreira aguardaria a presença de amigos e afeiçãoados com o objetivo de compensar os desgostos que recaíam sobre a sua pessoa. Os “desgostos” a que o jornal se refere são os relacionados à exploração dos colonos portugueses nas fazendas cafeeiras. Aqui terminava a parceria de colonização entre o Barão de Nova Friburgo e o barão de Moreira.<sup>550</sup>

Diante do exposto até aqui, podemos afirmar que o Barão de Nova Friburgo, vendo a possibilidade de ampliar a capacidade produtiva de suas fazendas com o trabalho de colonos portugueses, não hesitou em se associar ao barão de Moreira, Cônsul português no Rio de Janeiro, para montar empresas de colonização e abastecer suas fazendas de braços.

<sup>547</sup> *O Potuguez* - Ano II, ano 7. Quinta-feira 23 de janeiro de 1862, pp. 2-3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=365009&pasta=ano%20186&pesq=Bar%C3%A3o%20de%20Nova%20Friburgo>>. Acesso em: jul. 2017.

<sup>548</sup> PEREIRA, W. L. C. de M. José Gonçalves da Silva: traficante e tráfico de escravos no litoral norte da Província do Rio de Janeiro, depois da lei de 1850. **Tempo. Revista do Departamento de História da UFF**, Niterói, v. 16, p. 285-312, 2011.

<sup>549</sup> MOREIRA, J. B. **Apologia perante o governo de sua Magestade Fidélissima apresentada por João Baptista Moreira**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862.

<sup>550</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 11 de março de 1862. Ano: XLII, nº 69, p. 2. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq=Bar%C3%A3o%20de%20Moreira](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=Bar%C3%A3o%20de%20Moreira)>. Acesso em: jul. 2017.



Infelizmente, não foi possível medir o quanto essa produtividade aumentou, mas, por certo, o impacto de mais de 900 colonos não deve ter sido pouco.

A colonização era uma das formas de trabalho disponível durante o período da Segunda Escravidão e nada mais comum que um senhor com muitas possibilidades econômicas se valer também desse expediente para recuperar seus investimentos, para aumentar e para dinamizar seus lucros. Junto ao Barão de Nova Friburgo, podemos citar os irmãos Breves<sup>551</sup>, que também apelaram para colonização de braços portugueses para suas lavouras. Grandes senhores, com grandes possibilidades econômicas, investiam na variedade das formas de trabalho disponíveis na época.

## 5.5. Conclusão

Ao chegarmos ao fim dessa primeira inserção no mundo dos escravos do Barão de Nova Friburgo, percebemos que seu império da escravidão teve origens no tráfico transatlântico, uma vez que o personagem transportou 3.181 escravos no total. Por outro lado, observamos também a participação do personagem no tráfico interno. A análise do tráfico transatlântico nos deu a dimensão da formação da escravaria utilizada nas fazendas do personagem em questão, enquanto o tráfico interno nos mostrou uma de suas formas de capitalização para a aquisição de bens rurais no espaço agrário do Vale do Paraíba oriental<sup>552</sup>.

Com a análise das remessas de escravos para o interior, ficou nítido que a venda da maioria dos cativos de Antônio Clemente Pinto tinha como principal destino a Província de Minas Gerais. As demais localidades em ordem de importância na recepção dos escravos comprados junto a Antônio eram São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente as localidades de Santos, São João Marcos e Mangaratiba.

Além desses fatores, destacamos que, no tráfico interno, encontramos três processos, nos quais o Barão se beneficia não só da venda dos cativos, mas também da cobrança dos juros dos compradores inadimplentes. Tal fator fazia com que os valores da venda de escravos fossem ampliados, aumentando seus lucros. Na década de 1860, o Barão aparece nos documentos de compra e venda de escravos da vila de Nova Friburgo comprando dezessete cativos – a maioria deles homens, em idade produtiva e com a profissão de roça. Esses dezessete escravos não faziam significativa diferença no conjunto geral das escravarias do Barão. Eles evidenciam

---

<sup>551</sup> PESSOA, T. C. **O Império da Escravidão**: o complexo Breves no vale do café (c.1850-c.1888). 1a. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018, pp. 138-139.

<sup>552</sup> Infelizmente, as origens dos escravos foram, em sua esmagadora maioria, omitidas e, quando se registrou alguma característica nesse sentido, foi para determinar os escravos pardos. Assim, não se pode saber qual a taxa de africanidade no plantel do Barão.

quão estreita era a ligação do Barão com o mundo escravista, demonstrando que, até o último ano de sua vida, optou por expressar o seu *ethos* senhorial através da aquisição de escravos.

Após a análise dos meandros do tráfico de escravos praticado por Antônio Clemente Pinto, passamos a analisar cada uma das fazendas segundo o que o inventário nos permitia. Uma das primeiras conclusões a que chegamos é a seguinte: se aplicarmos o conceito de megaproprietário elaborado por Salles<sup>553</sup>, apenas três fazendas não se enquadravam, Itaóca, Macapá e São Lourenço<sup>554</sup>. Notamos também que as médias de idade estavam dentro da faixa de produtividade e que a relação entre homens e mulheres, apesar da preponderância de homens, manteve-se equilibrada. Tais fatores apontam para duas questões: a capacidade produtiva das fazendas era bastante significativa e a possibilidade de reprodução natural dos escravos aumentava.

Neste mesmo sentido, gostaríamos de colocar as fazendas analisadas em ordem de grandeza na posse de escravos. As unidades produtivas são as seguintes: Santa Rita, Areias, Boa Sorte, Gavião, Aldeia, Boa Vista, Aguaquente, Cônego, Laranjeiras, Cafés, Jacotinga, Itaóca, Macapá, São Lourenço, Nova Friburgo e Chácara do *Chalet*. Em cada um desses espaços de relações de produção escravista, a maioria dos cativos exercia a função de roça, seguidos das demais profissões como tropeiros, carreiros e outros.

A força de trabalho escrava poderia contar com um contingente livre para assessorar nas atividades da lavoura e de beneficiamento do café. Os trabalhadores livres eram mobilizados como força de trabalho complementar para tarefas em diversas unidades produtivas. Destacamos o grande volume de colonos indicados nos periódicos consultados e as perspectivas diversas em relação ao tratamento dos imigrantes nas fazendas do Barão. Enquanto alguns documentos apontavam o bom tratamento, outros indicavam a servidão a que os colonos estavam submetidos. De qualquer forma, o império escravista era complementado pela mão de obra de colonos portugueses livres.

Constatamos, com esta análise, que as fazendas se configuravam em um aglomerado de unidades classificadas como megapropriedades e que, se considerarmos todo o volume das escravarias, temos a configuração de um Império Escravista. Com isso em mente, precisamos ressaltar o valor de uma análise de conjunto, destacando a necessidade de empreender outras análises a respeito desses cativos. Assim, ao obtermos uma perspectiva agregada e ao captarmos

---

<sup>553</sup> Segundo a proposta de Ricardo Salles os megaproprietários eram aqueles senhores que tinham 100 ou mais escravos. SALLES, R. **E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 155.

<sup>554</sup> Não inserimos a Chácara do *Chalet* por não se tratar de uma unidade produtiva ou de criação, mas um espaço simbólico de poder e de sociabilidade.

os complexos agrários, será possível identificar outros importantes atributos das fazendas, como a reprodução natural dos cativos e o exame das instruções para a administração das fazendas, publicado um ano após a morte do Barão de Nova Friburgo.

## Capítulo VI: Estrutura, produtividade, reprodução natural e controle nas escravarias do Barão de Nova Friburgo

### 6.1. Introdução

O objetivo deste capítulo é analisar o conjunto dos escravos do Barão de Nova Friburgo. Assim, buscamos compreender o comportamento demográfico e produtivo da totalidade dos escravos, para, posteriormente, analisar os escravos dentro dos complexos de fazendas localizados em Cantagalo e em Nova Friburgo, bem como de suas fazendas avulsas. Com isso, teremos um quadro geral das relações de produção desta vasta escravaria.

Além disso, nossa análise também aborda o tema da reprodução natural da escravaria, discorrendo sobre o conjunto das fazendas, seus complexos cafeeiros e de subsistência, além das fazendas independentes. Também nos debruçaremos sobre as *Instruções para a Administração das Fazendas – Areias*<sup>555</sup>, instruções com regras para organizar as fazendas do Barão. Tal documento é central para compreendermos a dinâmica administrativa das unidades produtivas pertencentes ao Barão de Nova Friburgo.

Desta forma, compreender as dimensões do trabalho nas fazendas do Barão de Nova Friburgo nos ajudará a responder, dentre outras questões, as seguintes: Qual foi o papel da mão de obra escrava nas unidades produtivas do Barão de Nova Friburgo? Como se comportava essa grande massa de cativos em relação aos dados demográficos? Quais as principais atividades exercidas pelos cativos arrolados no inventário do Barão de Nova Friburgo? Havia reprodução natural dos cativos na fazenda? Qual era o volume desta reprodução? Em que medida as instruções publicadas em 1870 pelo filho mais novo do Barão reproduzem o tratamento dado aos escravos? Que tipo de ideologia e de prática o documento escravista difunde entre os senhores da região?

Para realizarmos essa análise, utilizamos o inventário *post-mortem* do Barão de Nova Friburgo e todas as possibilidades dadas por esse documento para a extração dos dados demográficos e econômicos dessa escravaria. Investigaremos a faixa etária dos escravos e o número geral de nascimentos no plantel e apresentaremos a pirâmide etária desses cativos.

Na sequência, a análise recairá sobre os complexos de fazendas do Barão. Neste caso, nosso ganho analítico está em comparar as escravarias dos três complexos produtivos

---

<sup>555</sup> O caráter genérico do texto nos leva a crer que essas instruções não se referem apenas à fazenda Areias, mas ao conjunto das fazendas do Barão de Nova Friburgo. Ressaltamos que o documento em questão nunca foi um manual. No entanto, utilizamos o termo ‘manual’ com o sentido de que se trata de um guia que sintetiza o funcionamento das fazendas.

localizados entre as duas vilas. Procederemos com os complexos através dos mesmos métodos utilizados para a totalidade da escravaria, investigando o valor médio desses cativos, a média de idade, a produtividade e as taxas de reprodução natural entre os escravos.

Além disso, utilizamos também as instruções de administração publicadas em 1870 por Antônio Clemente Pinto Filho, futuro barão, visconde e conde de São Clemente<sup>556</sup>. Esse documento, *Instruções para a Administração das Fazendas – Areias*, foi produzido, segundo o que acreditamos, ainda sob as ordens do Barão de Nova Friburgo, pois, em 1870, seus bens ainda não estavam inventariados e as fazendas ainda não tinham passado aos seus filhos.

Por fim, mas não menos importante, empreenderemos uma análise comparativa entre a escravaria do Barão de Nova Friburgo e a de José Breves, completando a análise ao comparar o volume de cativos do Barão com o conjunto dos escravos das vilas de Cantagalo e Nova Friburgo. Tais comparações são essenciais para dimensionarmos o volume de escravos do Barão de Nova Friburgo e a proporção de escravos em relação àquele abastado senhor e às vilas em que o Barão possuía suas propriedades.

## 6.2. Uma análise de conjunto

No ano de falecimento do Barão de Nova Friburgo, sua escravaria era composta por 2.180 escravos. Dentre eles, dois fugitivos que permaneciam arrolados no inventário, inclusive constando seus preços. Tais escravos, por certo, faziam parte de uma das maiores escravarias do Brasil Império, um verdadeiro Império Escravista. Partimos da ideia de que esses escravos, principalmente os trabalhadores dos cafezais, estavam organizados de forma a extrair a maior rentabilidade desse complexo de fazendas.

O valor total desses cativos era de 1.999:200\$000 (£ 217.304,35), com uma média de preço de 917\$064 (£ 99.68), e representava 29% do monte mor do Barão de Nova Friburgo – Tabela 6.1. Valor muito superior ao dos bens de grandes senhores do oitocentos, como José de Souza Breves que, em 1868, possuía 841:240\$000 (£ 59.577, 9) em escravos<sup>557</sup>. O número de homens desse plantel era de 1.174 indivíduos, representando 53,85% dos escravos, enquanto

<sup>556</sup> Antônio Clemente Pinto Filho recebeu o título nobiliárquico de barão de São Clemente por decreto de carta de 20 de julho de 1863. Os títulos de visconde e conde de São Clemente foram concedidos por decretos de 11 de abril de 1888. Conferir VASCONCELLOS, Barão de; SMITH DE VASCONCELLOS, Barão. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: La Concorde, 1918, p. 438.

<sup>557</sup> PESSOA, T. C. **O Império da Escravidão: o complexo Breves no vale do café (c.1850-c.1888)**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018, p. 90.

1.006 eram mulheres que perfaziam um total de 46,15% dos cativos – Quadro 6.1 e Gráfico 6.1.

**Tabela 6.1: Valor do plantel de escravos do Barão de Nova Friburgo, 1873**

Valores	Valor em Réis (RS)	Valor em Libras (£)
Valor total	1.999:200\$000	217.304,35
Valor médio	917\$064	99,68

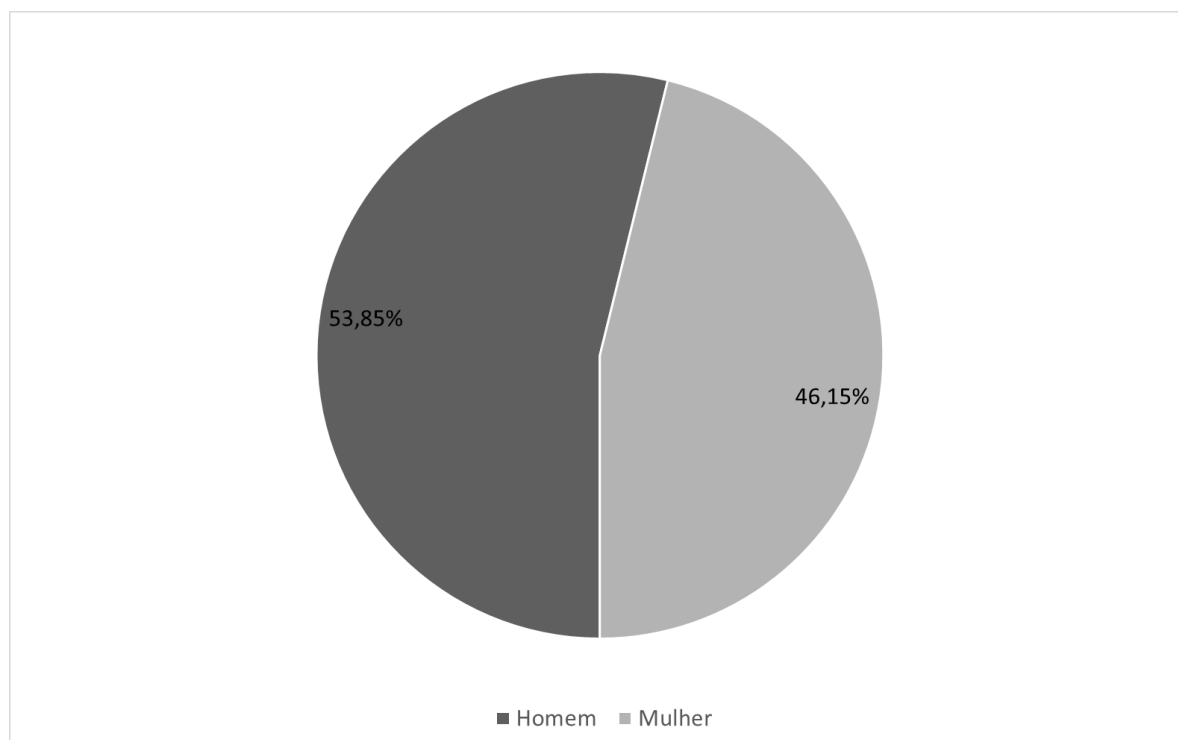
Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Quadro 6.1: Gênero dos escravos do plantel do Barão de Nova Friburgo, 1873**

Gênero	Nº	%
Homem	1174	53,85%
Mulher	1006	46,15%
Total	2180	100%

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Gráfico 6.1: Gênero dos escravos do plantel do Barão de Nova Friburgo, 1873**

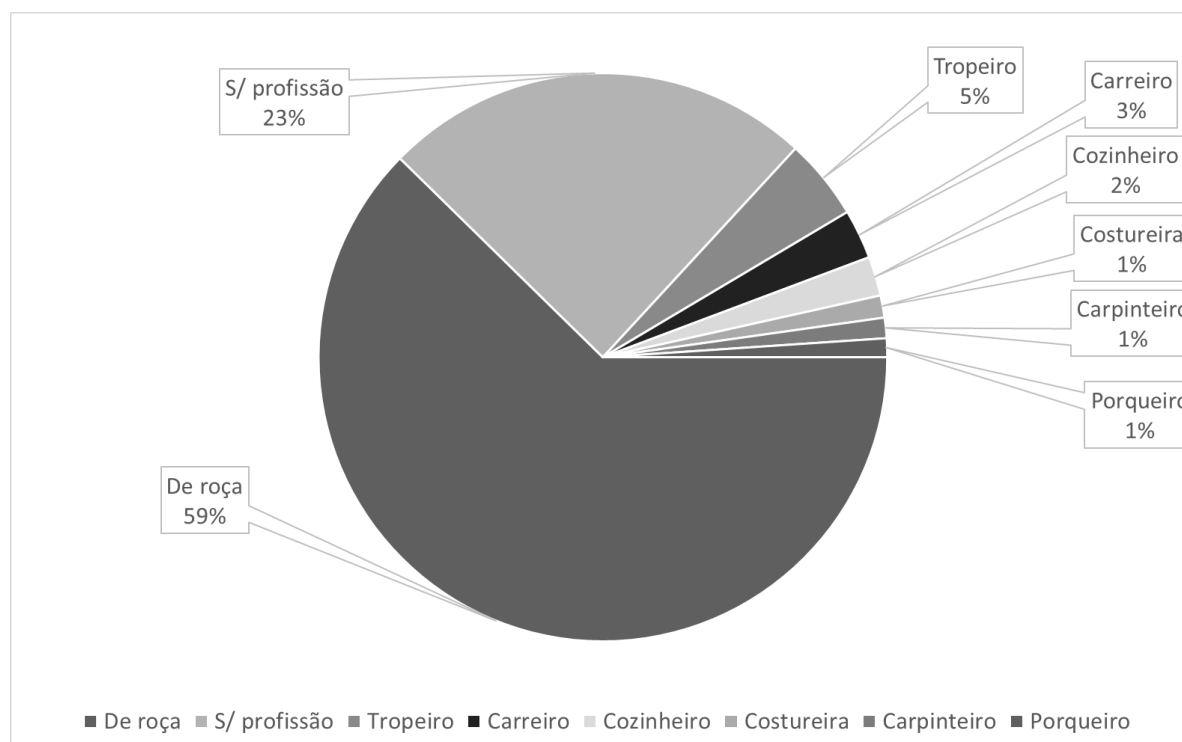


Fonte: Quadro 6.1.

No tocante aos ofícios exercidos pelos escravos, temos a seguinte conformação: 58,95% deles era de serviço de roça; 23,17% não tiveram suas profissões registradas; 5% eram tropeiros; 3%, carreiros; 2%, cozinheiros; e, 1%, costureiras, carpinteiros e porqueiros, cada um deles – Gráfico 6.2. As demais profissões apareceram na amostra com menos de 1% de índice

e, por isso, preferimos apenas listá-las a seguir para fins de legibilidade do gráfico. Eram elas: lavadeira, ferreiro, campeiro, de casa, pajem, hortelão, oleiro, falquejador, servente, engenho, engomador, carroceiro, enfermeiro, serviço de terreiro, pedreiro, mucama, serrador, armador, cabouqueiro, cocheiro, marceneiro, seleiro, tanoeiro e passadeira. Desta forma, destacamos a profusão de ofícios no interior do plantel de cativos do Barão.

**Gráfico 6.2: Profissões dos escravos do plantel do Barão de Nova Friburgo, 1873**



Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

A produtividade das fazendas do Barão de Nova Friburgo, elemento central deste vasto complexo, constitui-se como essencial para compreender seu enriquecimento. Os mais de cinco milhões de pés de café plantados demandavam uma mão de obra gigantesca para seu tratamento. Sabemos que os implementos técnicos de beneficiamento do café ajudaram a liberar mão de obra escrava para o trato dos pés de café<sup>558</sup>. Além de liberar a mão de obra, os maquinismos aceleravam o processo de beneficiamento e aumentavam a qualidade e, por conseguinte, a rentabilidade com a venda do café. Aliás, este expediente é muito característico

<sup>558</sup> A respeito da introdução da máquina de beneficiamento do café e o trabalho escravo conferir: LEME, H. D. A. **A evolução das máquinas de beneficiar café no Brasil**. Piracicaba: Anais da ESALQ. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aesalq/v10/01.pdf>; Acesso em: jul. 2018. RIBEIRO, L. C. M. A invenção como ofício: as máquinas de preparo e benefício do café no século XIX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. N. Sér. v. 14. n° 1, pp. 121-165, jan.-jun./2006. Available from : <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142006000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142006000100005&lng=en&nrm=iso)>. accesson 09 Sept. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142006000100005>.

do impacto do mundo industrial na produção cafeeira do Vale do Paraíba. Dessa forma, a introdução dos maquinismos de beneficiamento aumentava o número de escravos no trabalho com os pés de café, isso não representava de modo algum a diminuição da intensidade do trabalho, uma vez que, neste período, o espaço disciplinar foi reorientado para a intensificação da produtividade.<sup>559</sup>

Nota-se que a reorientação do espaço disciplinar das fazendas, atrelada à reorientação dele ao impacto dos maquinismos introduzidos ao longo do século XIX, passou a deslocar cada vez mais escravos para as atividades “intensivas em esforço”. Assim, nas fazendas de café, os escravos que possuíam habilidades específicas (carpinteiro, pedreiro, etc.) passavam a ser usados nas atividades relacionadas ao cultivo do cafezal. A consequência direta desse deslocamento é o aumento da exploração do trabalho escravo diante da queda da produtividade dos pés de café. Assim, as altas taxas de exploração do trabalho escravo, expressas na relação entre pés de café e escravos, objetivavam compensar a queda na produtividade dos cafeeiros das fazendas do Barão de Nova Friburgo.

Para compreender a relação de pés de café por escravo nas fazendas do Barão, elaboramos os dados a partir de duas categorias, a saber, primeiramente, consideramos todos os escravos denominados de roça e, posteriormente, a relação envolvendo somente escravos entre 15 e 49 anos, considerando essa como a fase de maior produtividade dos trabalhadores escravos.

As fazendas cafeeiras do Barão eram Santa Rita, Areias, Boa Vista, Boa Sorte, Jacotinga, Itaóca, Laranjeiras, Gavião, Aldeia, Cafés, Aguaquente e Macapá. Nelas, o número de escravos de roça era de 1.178 indivíduos e o número de pés de café, 5.786.000, o que resultava em 4.912 pés de café por cativo. Por outro lado, se considerarmos os escravos entre 15 e 49 anos, que somavam 1.140 trabalhadores, temos uma relação de 5.075 pés por escravo – Quadro 6.2 e Gráfico 6.3.

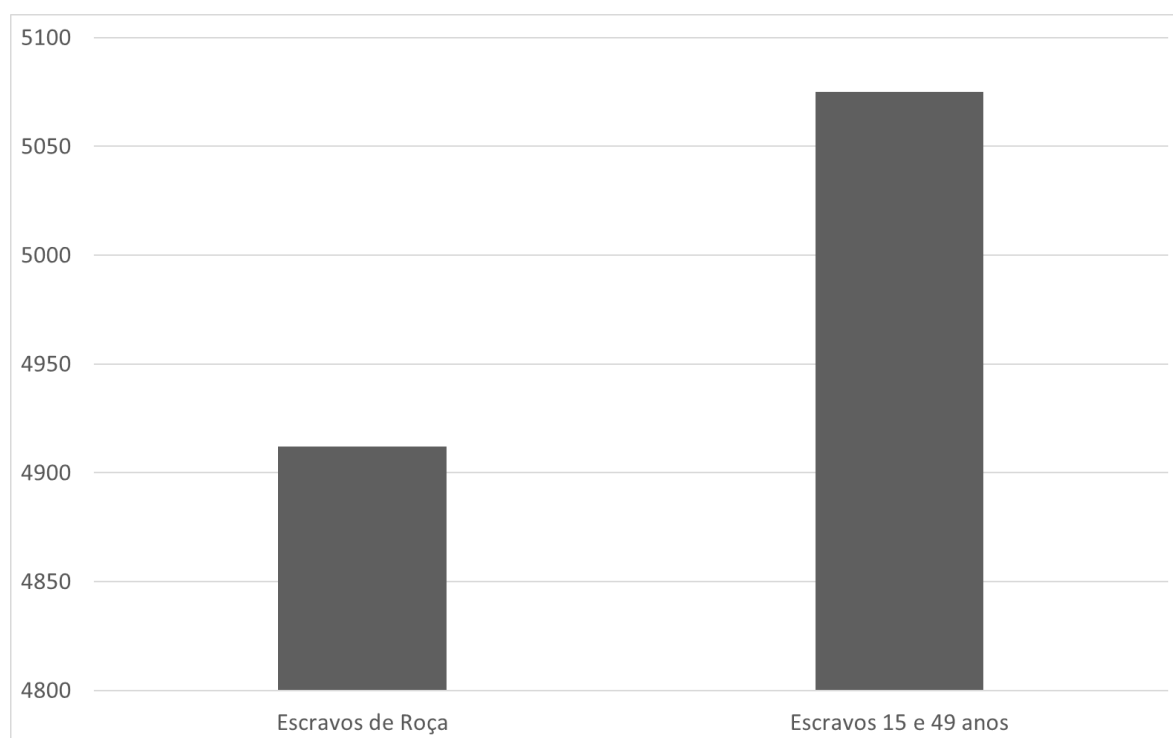
**Quadro 6.2: Totais da relação de pés de café por escravo, 1873**

Total das fazendas	Escravos de Roça	Escravos 15 e 49 anos
Totais	4.912	5.075

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

<sup>559</sup> MARQUESE, R. B. **Administração & Escravidão. Idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira.** 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999; MARQUESE., R. de B. **Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1680-1880.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.



**Gráfico 6.3: Totais da relação de pés de café por escravo, 1873**

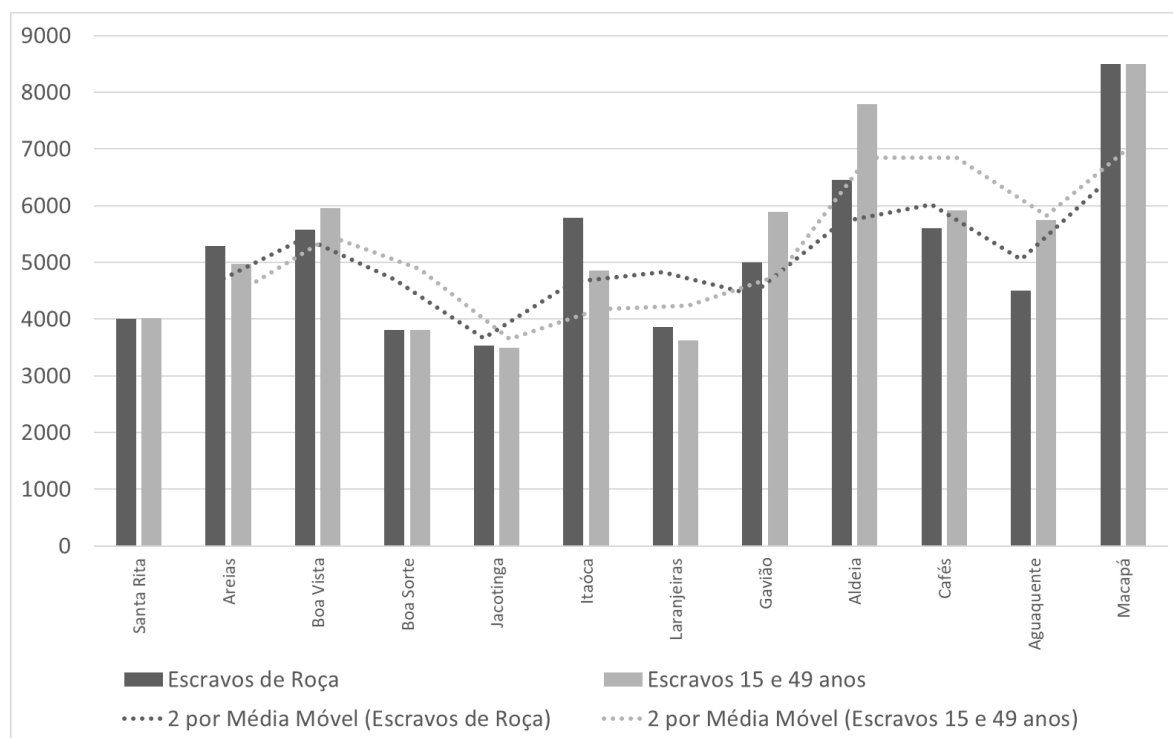
Fonte: Quadro 6.2.

No intuito de observar o conjunto das fazendas produtoras de café – a saber, 12 – e sua relação de pés de café por escravo, estabelecemos uma média de pés de café para as duas categorias citadas. Assim, considerando apenas os escravos de roça, a média foi de 5.159 pés de café por escravo. Todavia, se considerarmos os escravos entre 15 e 49 anos, o número de pés de café sobe para 5.382 por escravo. Desta forma, utilizamos a média móvel como linha de tendência a fim de suavizar as flutuações do número de pés de café em relação às duas categorias de escravos analisados – Quadro 6.3 e Gráfico 6.4.

**Quadro 6.3: Relação de pés de café por escravo nas unidades produtivas. Cantagalo, 1873**

Fazendas Cafeeiras	Escravos de Roça	Escravos 15 e 49 anos
Santa Rita	4000	4022
Areias	5287	4973
Boa Vista	5579	5955
Boa Sorte	3810	3810
Jacotinga	3529	3488
Itaóca	5787	4857
Laranjeiras	3867	3625
Gavião	5000	5895
Aldeia	6452	7792
Cafés	5600	5915
Aguaquente	4500	5750
Macapá	8500	8500
Média	5159	5382

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Gráfico 6.4: Relação de pés de café por escravo nas unidades produtivas. Cantagalo, 1873**

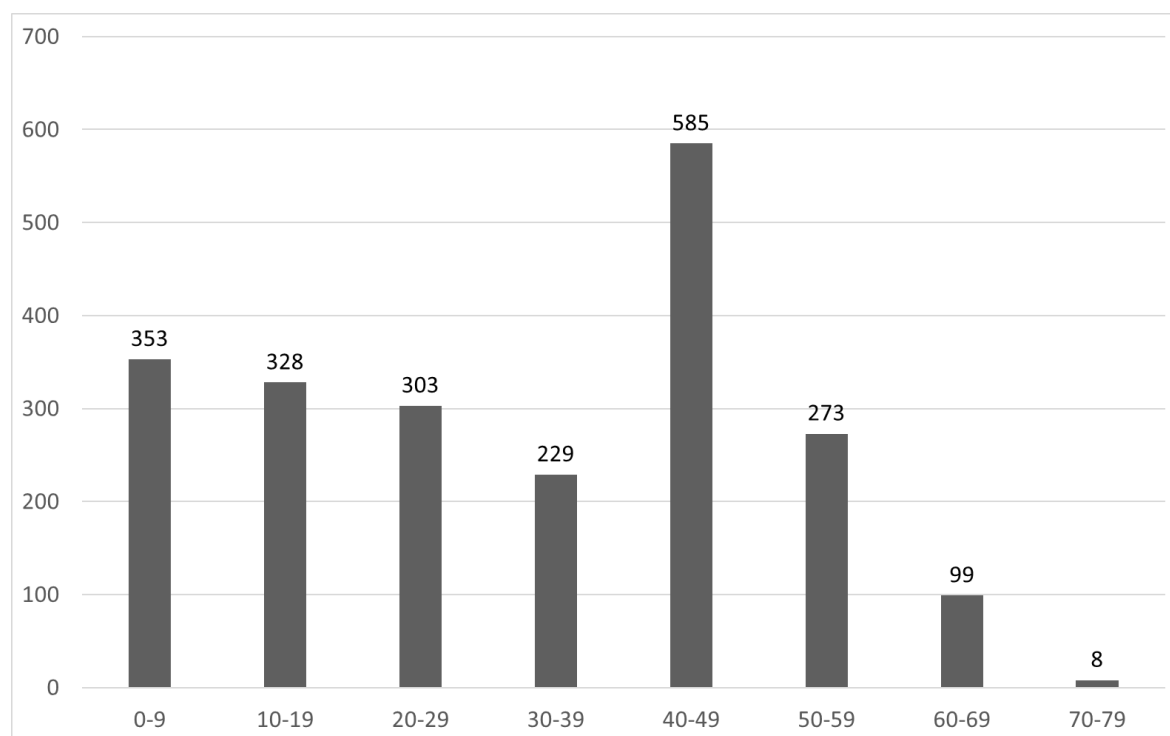
Fonte: Quadro 6.3.

Com os dados apresentados, identificamos que o número de pés de café por escravo nas fazendas do Barão de Nova Friburgo era superior aos números das fazendas cantagalenses (ver Capítulo II). Enquanto a relação de pés de cafés em Cantagalo não alcançou 3.000 pés por

cativo, nas fazendas do Barão essa relação nunca foi menor que 3.529 pés por escravo de roça e 3.488 pés por cativo entre 15 e 49 anos. Tal constatação demonstra a ampliação da intensidade de trabalho nas fazendas do Nova Friburgo.

Nesse enorme plantel, a média de idade era de 32,2 anos e o número de escravos em cada faixa etária estava assim distribuído: 353 cativos tinham entre 0 e 9 anos; 328 entre 10 e 19 anos; 303 entre 20 e 29; e, 229 entre 30 e 39 anos. O maior número de cativos tinha entre 40 e 49 anos e somavam 585 indivíduos; 253 estavam entre 50 e 59anos; 99 entre 60 e 69; e, apenas 8 alcançaram a faixa dos 70 anos de idade – Gráfico 6.5. Com isso, torna-se importante destacar o grande número de nascimentos, mas também indicar que a faixa etária com mais escravos era a de 40 a 49 anos, elemento que contribui para a ideia de um plantel mais maduro e que teria envelhecido nas próprias fazendas.

**Gráfico 6.5: Número de escravos por faixa etária. Cantagalo e Nova Friburgo, 1873**

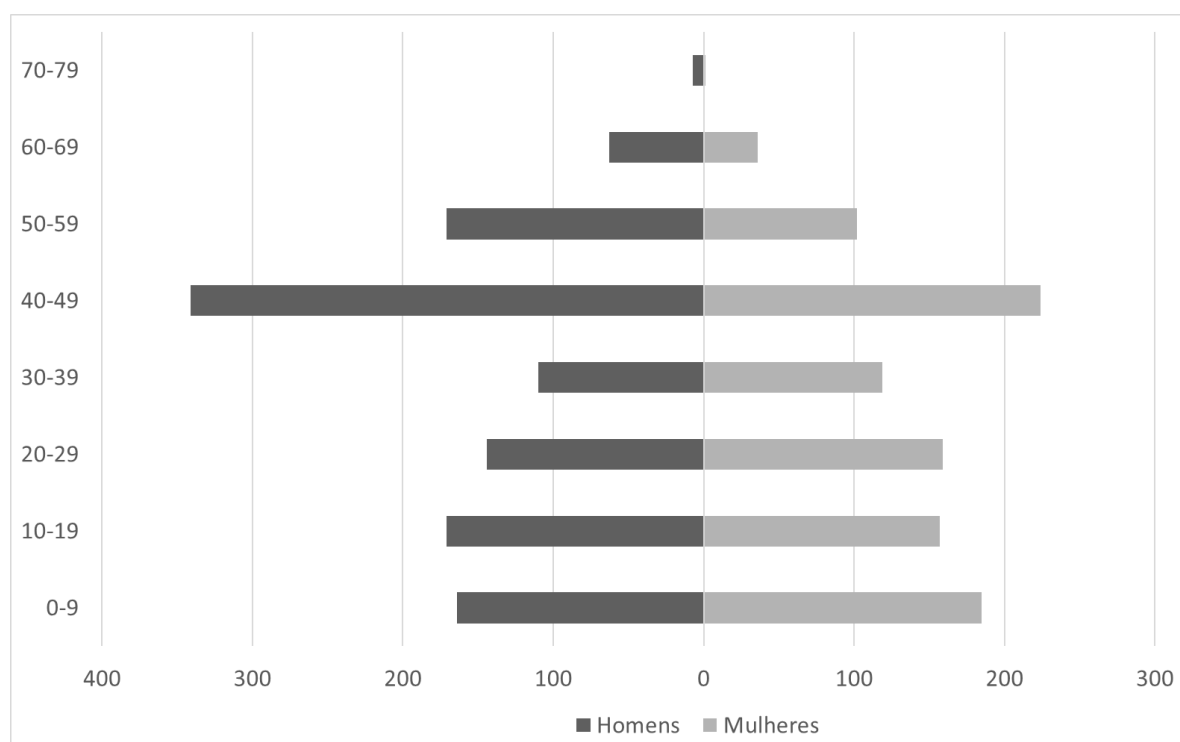


Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

Torna-se necessário, a partir deste ponto, agruparmos esses cativos pelo gênero para apresentarmos uma pirâmide etária expressando as dinâmicas da escravaria do Barão. Utilizamos as mesmas faixas etárias da análise anterior e, assim, chegamos aos seguintes números: entre os escravos entre 0 e 9 anos, o número de mulheres (188) é superior ao de homens (165). Na faixa etária seguinte, 10 a 19 anos, os homens passam a 171 indivíduos e as

mulheres caem para 157. Observando os escravos entre 20 e 29 anos, as mulheres voltam a ser maioria (159) e os homens regridem para 144 indivíduos. Na faixa dos 30 aos 39 anos, as mulheres permanecem sendo majoritárias com a soma de 119 contra 110 homens. Essa relação se inverte de uma vez por todas nas quatro últimas faixas etárias, com homens entre 40 e 49 anos somando 341 escravos e mulheres, 244; na faixa de 50 a 59 anos, os homens eram 171 e as mulheres 102; entre 60 e 69 anos, os homens concentravam 63 indivíduos e as mulheres, 36; e, entre os escravos com 70 anos ou mais, os homens eram 7 e apenas uma mulher – Gráfico 6.6.

**Gráfico 6.6: Pirâmide etária dos escravos do Barão de Nova Friburgo. Cantagalo e Nova Friburgo, 1873**



Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

Os Gráficos 6.5 e 6.6 nos apresentam dados bastante interessantes, indicando que o número de nascimentos não é nada desprezível, pois, de 1850 até a morte do Barão em 1869, temos 681 nascimentos. Levando em conta não encontrarmos compras significativas de escravos por parte do Barão após as suas atividades como traficante de escravos, é possível presumir que a maioria dos cativos de até 19 anos tinham nascido em suas terras. Mesmo que reduzíssemos esse número para a primeira faixa etária – 0 a 9 anos – ainda assim teríamos um número alto, 353 indivíduos nascidos a partir da década de 1860.

Sabemos que, na década de 1860, o mercado de escravos estava aberto na região e apresentamos as compras realizadas pelo Barão nesta mesma década. No entanto, devemos ressaltar que os escravos mais jovens adquiridos nesse período tinham entre 12 e 18 anos, média de idade que se afasta dos escravos com a idade de 0 a 9 anos. Todavia, vale lembrar que, nesse período, o total de compras do Barão foi de dezessete escravos e sete deles estavam na faixa entre 12 e 18 anos. Não descartamos a hipótese de que o Barão possa ter feito compras vultosas de escravos nas décadas de 50 e 60, mas, até o momento, os documentos nos mostram que o número de escravos parece ter se mantido alto devido à reprodução natural.

Outro fator importante a destacar é a supressão de dados a respeito dos escravos no inventário do Barão de Nova Friburgo. O primeiro dado a ser omitido é o referente à origem/procedência dos cativos. Acreditamos que, por se tratar de um período posterior ao fim definitivo do tráfico internacional de escravos, esses dados foram omitidos para que o proprietário não tivesse problemas com a justiça<sup>560</sup>. O estado civil dos cativos é outro fator negligenciado nessa fonte. Sem ele, podemos deduzir que os escravos do Barão não chegaram a se casar. Se tomarmos tal fator como pressuposto, como entender o volumoso número de cativos entre 0 e 9 anos de idade nesse plantel?

Não podemos atestar as uniões matrimoniais dos escravos do Barão, mas também não acreditamos que elas não existiam, mesmo que não fossem oficiais, elas estavam lá. Anos após a morte do Barão, alguns senhores chamavam a atenção para a estabilidade de suas escravarias ressaltando o fato de que

“(...) são justamente as casadas que maiores escândalos e desgostos têm aí causado, e mesmo desgraças lamentáveis. A prova de que é assim está no sossego relativo das grandes fazendas do Rio de Janeiro (Breves – Nova Friburgo – Avelares - e outras) que não casam negros”.<sup>561</sup>

No entanto, como afirmam Manolo Florentino e José Roberto de Góes, o parentesco escravo consolidava a comunidade escrava, “amálgama imprescindível a senhores e escravos”, que garantia a paz das senzalas.<sup>562</sup> Robert Slenes, ao estudar a família escrava em Campinas,

<sup>560</sup> Não é incomum, na historiografia, a constatação de que muitos escravos acionaram a justiça em busca dos seus direitos. Cf. GRINBERG, K. **Liberata - a lei da ambiguidade**: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994; CHALHOUB, S. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>561</sup> *Apud*: COHN, M. R. **A Fazenda Santa Sofia**: Cafeicultura e escravidão no Vale do Paraíba Mineiro, 1850-1882. Tese (Doutorado em História): São Paulo: FFLCH/USP, 2013, p. 86. Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. “Carta de Camilo Armond a Josefina de Souza. Corte, 21 de fevereiro de 1882”. Tombamento 2729/2003. A respeito de Camilo Maria Ferreira Armond, o Conde de Prados, e da família Armond conferir LACERDA, A. H. D. **NEGÓCIOS de MINAS**: Família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – A Família Ferreira Armond (1751-1850). Tese (Doutorado em História): Niterói: PPPGH/UFF, 2010.

<sup>562</sup> FLORENTINO, M. & G. J. R. **A Paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro: Editora Unesp, 2017, p. 31.

percebe que médios e grandes senhores encorajavam o casamento escravo.<sup>563</sup> Neste mesmo trabalho, Slenes chama a atenção para o relato do viajante J.J. von Tschudi, que visitou Cantagalo na década de 1860 e que “assinalou a baixa proporção de escravos casados (pela Igreja) naquele município”.<sup>564</sup>

Não registrar o casamento dos negros parece ter sido uma prática que passou de pai para filho, mas que, ao mesmo tempo, não impedia a união dos escravos e a reprodução natural desses. Para compreender melhor este ponto, vamos analisar a razão de nascimentos sobre mulheres em idade reprodutiva. O procedimento já foi realizado por Francisco Vidal Luna e Herbert Klein quando analisaram algumas regiões da Província de São Paulo. Analisamos esses dados nas seguintes faixas etárias: recém-nascidos até quatro anos, recém-nascidos até nove e recém-nascidos até quatorze anos.

Assim, de acordo com os dados extraídos do número de nascidos para cada 100 mulheres em idade fértil,<sup>565</sup> extraímos as seguintes informações: para a primeira faixa etária, existiam 22 filhos para cada 100 mulheres em idade fértil. Na segunda faixa, temos 58 filhos para cada 100 mulheres; e, na última, 86 crianças para cada 100 mulheres – Quadro 6.4. Os dados expressam exatamente o que mostraremos adiante, ou seja, taxas ascendentes de reprodução natural.

**Quadro 6.4: Razão de filhos/mulheres para a escravaria do Barão. Cantagalo e Nova Friburgo, 1873**

Ano de Nascimento	Faixa Etária	Razão de filhos
1865-1869	0-4	22
1860-1869	0-9	58
1855-1869	0-14	86

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

Se os dados do Quadro 6.4 não são suficientes para indicar o crescimento dos nascimentos de filhos de escravos, torna-se fundamental analisar ano a ano esses nascimentos. Afinal, quantas crianças nasceram a cada ano desde 1855 nas fazendas do Barão de Nova

<sup>563</sup> SLENES, R. W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na família escrava, Brasil sudeste, século XIX**. Campinas: Editora Unicamp, 2011, p. 109.

<sup>564</sup> SLENES, R. W. *Op. Cit.*, p. 95. A respeito da família escrava Cf. ENGEMANN, C. **De laços e de nós**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2008. ENGEMANN, C. **De laços e de nós**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2008. MIRANDA, A. R. D. Família escrava no Brasil: um debate historiográfico. **Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.**, Belo Horizonte, v. 4, nº 2, ago/dez 2012.

<sup>565</sup> Consideramos mulheres em idade fértil aquelas entre 15 e 49 anos. O mesmo parâmetro foi adotado por Luna e Klein. Conferir LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. **Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. 1. ed. São Paulo: Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

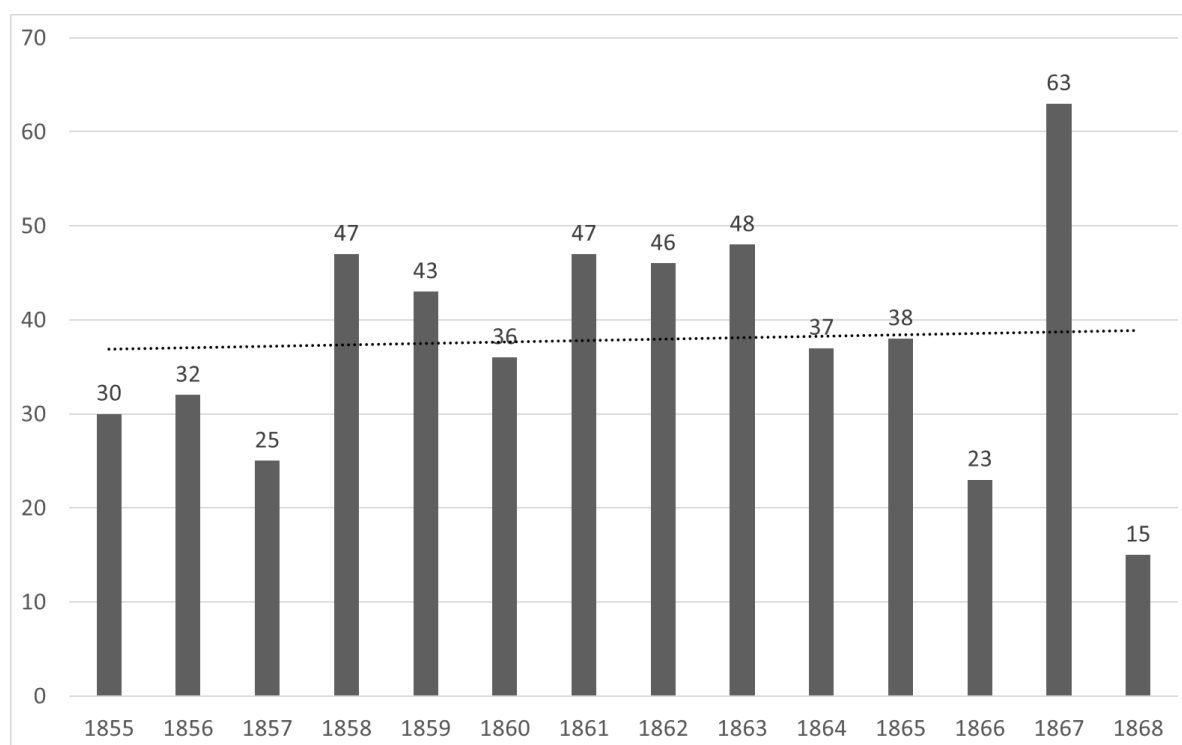
Friburgo? O Quadro 6.5 e o Gráfico 6.7 apresentam a relação de nascidos desde 1855 até 1868. Torna-se necessário ressaltar que os números apresentados na tabela não são nada desprezíveis. Além disso, destacamos o fato de que a tendência dos nascimentos, mesmo que baixa, era de crescimento.

**Quadro 6.5: Nascimentos de escravos nos plantéis do Barão de Nova Friburgo. Cantagalo e Nova Friburgo, 1855-1868**

1855	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868
30	32	25	47	43	36	47	46	48	37	38	23	63	15

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Gráfico 6.7: Nascimentos de escravos nos plantéis do Barão de Nova Friburgo. Cantagalo e Nova Friburgo, 1855-1868**



Fonte: Quadro 6.5.

O que apresentamos até o momento foi uma análise do conjunto dos escravos do Barão de Nova Friburgo com foco nas fazendas cafeeicultoras. A partir desse ponto, analisaremos os três complexos de fazendas – Santa Rita, Gavião e Nova Friburgo. Esses três complexos de fazendas limítrofes nos darão a possibilidade de compreender as dinâmicas demográficas das escravarias do Barão. Analisaremos, ainda, a produtividade e a questão da reprodução natural

nas fazendas Laranjeiras, Aguaquente e Macapá. Vale lembrar que os outros aspectos dessas três últimas fazendas já foram analisados no capítulo anterior.

### 6.3. Os complexos escravistas: Santa Rita, Gavião e Nova Friburgo

As fazendas Santa Rita, Areias, Boa Vista, Boa Sorte, Jacotinga e Itaóca formam o que denominamos anteriormente de Complexo Santa Rita, o maior complexo agrário-escravista do Barão de Nova Friburgo. Como já foi apontado, além de possuir terras limítrofes, tal complexo caracterizava-se por formar um conjunto organizado de produção que dominava todos os processos de beneficiamento e de transporte do café. Essa unidade produtiva estava voltada para a obtenção de lucro através de relações de produção calcadas na mão de obra escrava, no beneficiamento do café, no transporte e na comercialização externa por meio da Friburgo & Filhos. Tal expediente gerava diversas instâncias de lucratividade, todas dominadas pelo Barão de Nova Friburgo.

A análise da escravidão nas fazendas do Barão de Nova Friburgo estaria incompleta se não tratássemos dessas fazendas na forma de um complexo, ou seja, considerando seus dados em conjunto. A incompletude a qual estamos nos referindo se daria pela impossibilidade de conhecer as estruturas totais dos complexos Santa Rita, Gavião e Nova Friburgo. Dessa forma, passemos ao exame dos dados.

Começamos a investigação com a relação entre homens e mulheres no plantel do complexo Santa Rita. O número de homens chegou a 620 indivíduos, representando 51,88% dos escravizados; e, as mulheres totalizavam 575 cativos, ou 48,12% – Quadro 6.6 e Gráfico 6.8. Nessa relação, o coeficiente de masculinidade era de 107,8 homens para cada 100 mulheres, o que não era alto se comparado com os dados para o mesmo período da vila de São Pedro de Cantagalo, 144 homens para cada 100 mulheres<sup>566</sup>.

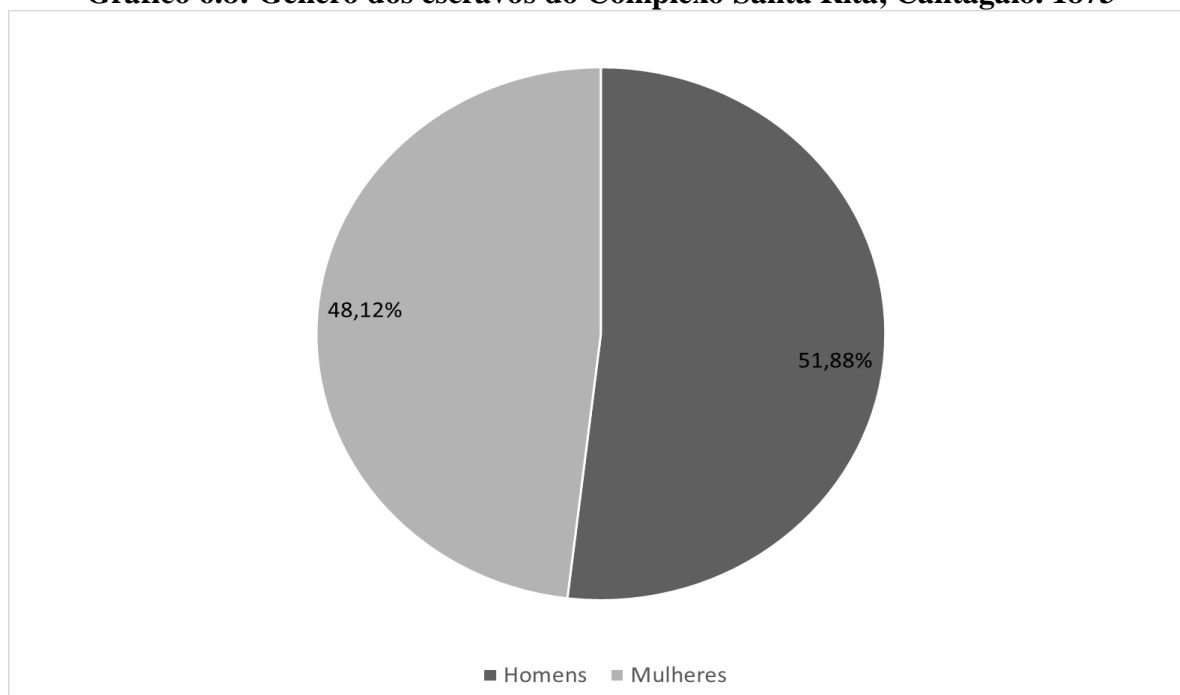
**Quadro 6.6: Gênero dos escravos do complexo Santa Rita, Cantagalo. 1873**

Gênero	Nº	%
Homens	620	51,88%
Mulheres	575	48,12%
Total	1195	100%

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

<sup>566</sup> Verificar capítulo II.



**Gráfico 6.8: Gênero dos escravos do Complexo Santa Rita, Cantagalo. 1873**

Fonte: Quadro 6.6.

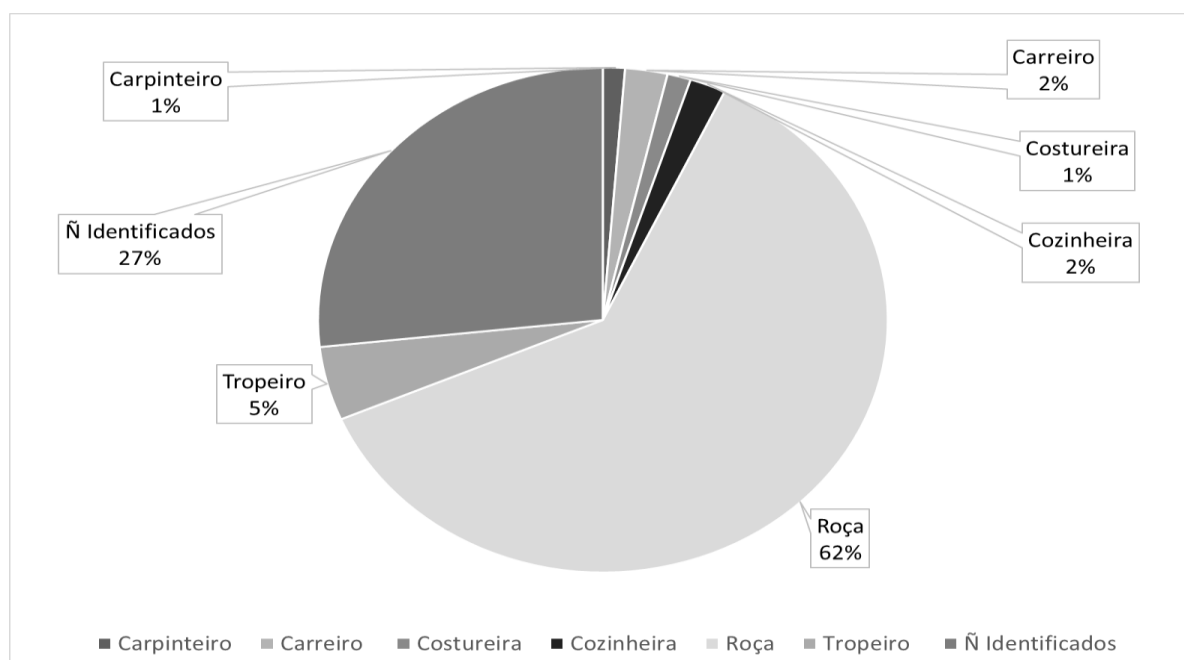
O valor total dos cativos do complexo era de 1.090:650\$000 (£118.548,90), destacando ser esse o maior complexo escravista do Barão. Assim, o valor médio dos escravos era de 912\$678 (£99,20) – Tabela 6.2. O valor médio dos escravos se relaciona diretamente com a idade dos cativos, cuja média era de 32,5 anos, caracterizando-o como um plantel de escravos em idade produtiva.

**Tabela 6.2: Valor dos cativos do Complexo Santa Rita, Cantagalo. 1873**

Valores	Valor em Réis (RS)	Valor em Libras (£)
Valor total	1.090:650\$000	118.548,9
Valor médio	912\$678	99,20

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

Em relação aos ofícios, verificamos que a maior parte dos escravos é de roça, 62%, e o segundo maior número de escravos não foi identificado pelos ofícios, 27%. Posteriormente, tivemos os tropeiros (5%), carreiros (2%), cozinheiros (1%), costureiras (1%) e carpinteiros (1%) – Gráfico 6.9. Os escravos cabouqueiros, campeiros, carroceiros, de casa, enfermeiros, de engenho, engomadeiras, falquejadores, ferreiros, hortelãos, lavadeiras, marceneiros, mucamas, oleiros, pajem, pedreiros, seleiros, serventes, serviço de terreiro, tanoeiro e passadeiras, todos com menos de 1% da representatividade entre os cativos.

**Gráfico 6.9: Profissões dos escravos do Complexo Santa Rita, Cantagalo. 1873**

Fonte: Inventário post-mortem/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional.

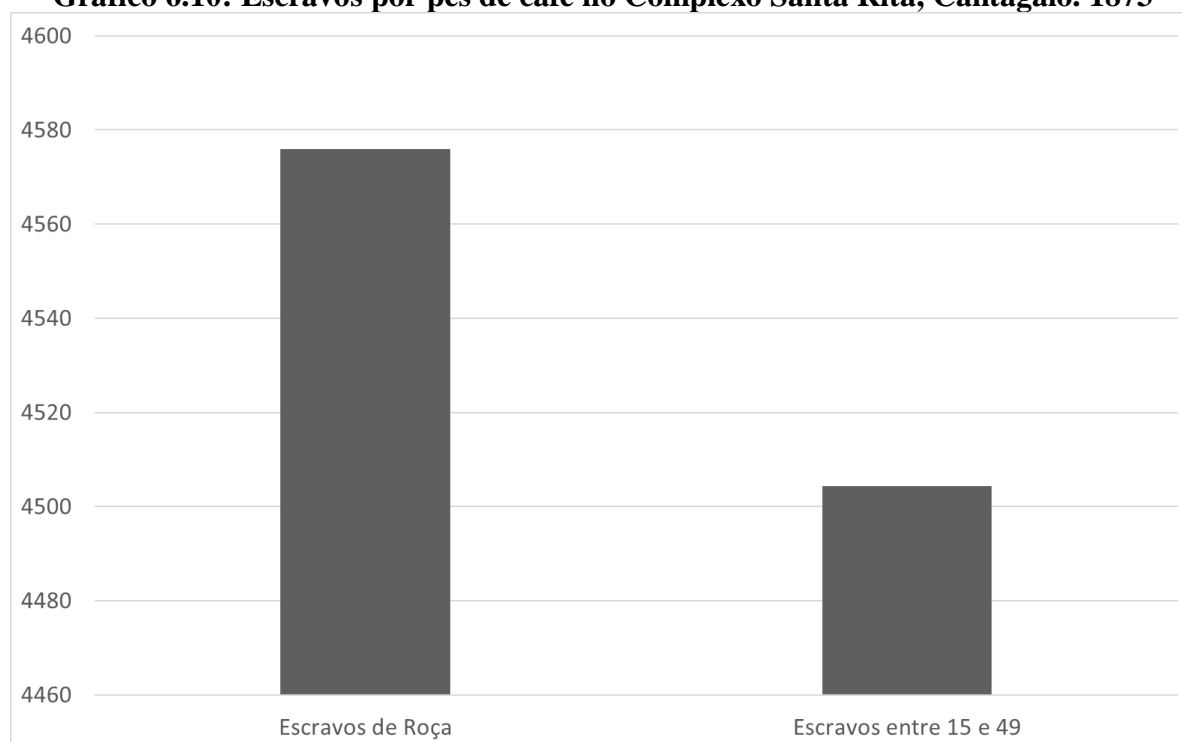
Em relação à produtividade, constatamos que o complexo Santa Rita é um enorme produtor de café, com 3.162.000 de pés<sup>567</sup>. Na relação produtiva entre escravos e pés de café, considerando todos os escravos, temos cada um dos cativos responsáveis por 2.646 pés de café. Todavia, se na análise da produtividade levarmos em conta apenas os escravos denominados “de roça”, identificamos que cada escravo ficaria responsável por 4576 pés de café. Considerando todos os escravos entre 15 e 49 anos o número de pés de café chegava ao número de 4504 – Quadro 6.7 e Gráfico 6.10.

<sup>567</sup> Somente o número de pés de café do complexo Santa Rita sobrepuja todo o complexo dos Breves que era de 3 milhões de pés de café. Cf. PESSOA, T. C. **A indiscrição como ofício: o complexo cafeeiro revisitado** (Rio de Janeiro, c.1830 - c.1888). Tese (Doutorado em História): Niterói: PPGH/UFF, 2015, pp. 237-240.

**Quadro 6.7: Escravos por pés de café no Complexo Santa Rita, Cantagalo. 1873**

<b>Escravos</b>	<b>Nº de pés por escravos</b>
Escravos de Roça	4576
Escravos entre 15 e 49	4504

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Gráfico 6.10: Escravos por pés de café no Complexo Santa Rita, Cantagalo. 1873**

Fonte: Quadro 6.7.

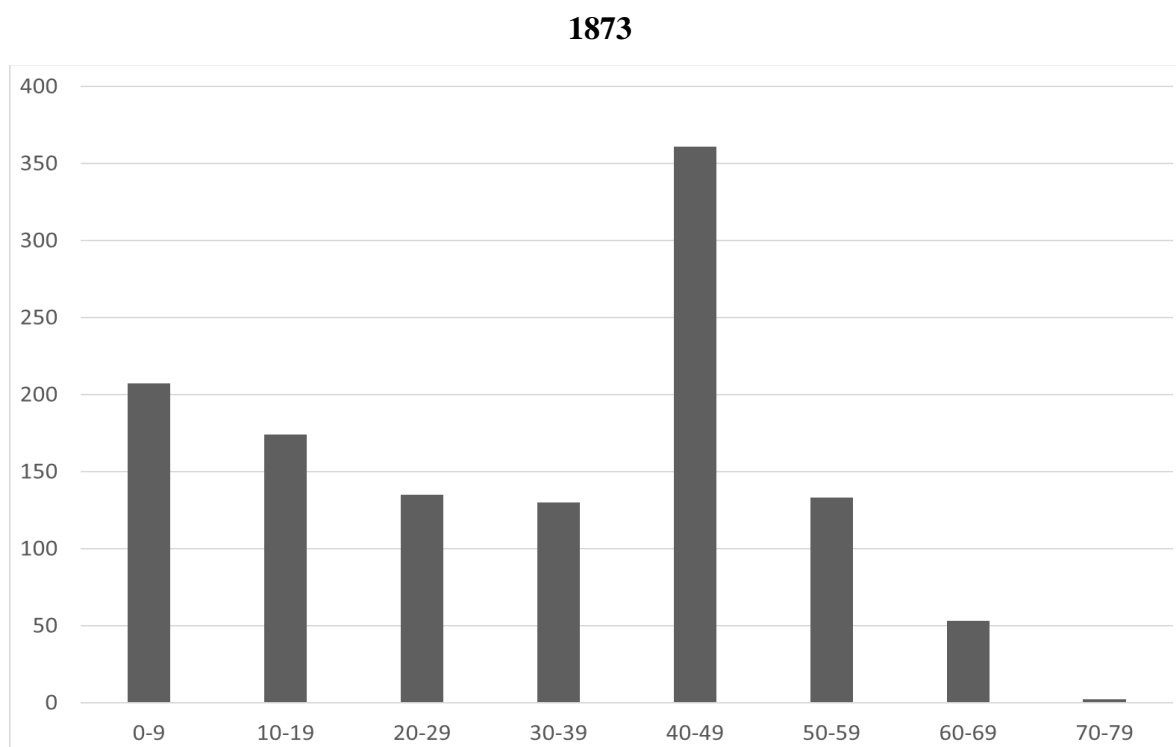
Outro elemento importante a ser analisado no complexo Santa Rita é a reprodução natural dos cativos. Analisar esta questão em relação aos complexos é de extrema relevância por estarmos nos referindo a fazendas limítrofes, o que facilitava o contato entre os cativos das unidades produtivas e, apesar da união dos cativos através dos casamentos não ter sido estimulada, como vimos acima, observamos uma grande quantidade de nascimentos. Desta forma, mesmo que não possamos estabelecer um critério para dizer se existia ou não crescimento vegetativo, é possível identificar os padrões de reprodução natural dentro dos complexos de fazendas e compará-los.

Os primeiros dados com os quais trabalharemos se referem ao número de escravos por faixa etária. Constatamos, com o Gráfico 6.11, o relevante número de 207 crianças entre 0 e 9 anos. Na faixa etária seguinte, 10-19 anos, 174 indivíduos; entre 20 e 29 anos, somaram-se 135 cativos; e, entre 30 a 39 anos, 130 escravos. A faixa etária mais numerosa foi a de 40 a 49 anos

com 361 escravos. Já nas faixas seguintes, os números desceram para 133 entre 50 e 59 anos; 53, entre 60 e 69 anos; e, apenas dois escravos na faixa dos 70 anos.

Além do grande número de nascimentos já indicado, estes dados apresentam um grande grupo de cativos entre 15 e 49 anos, 702 cativos no auge da idade produtiva. Ademais, os dados indicaram – inclusive – que as faixas seguintes, compostas por 188 escravos, apresentaram números decrescentes.

**Gráfico 6.11: Número de escravos por faixa etária no complexo Santa Rita, Cantagalo.**

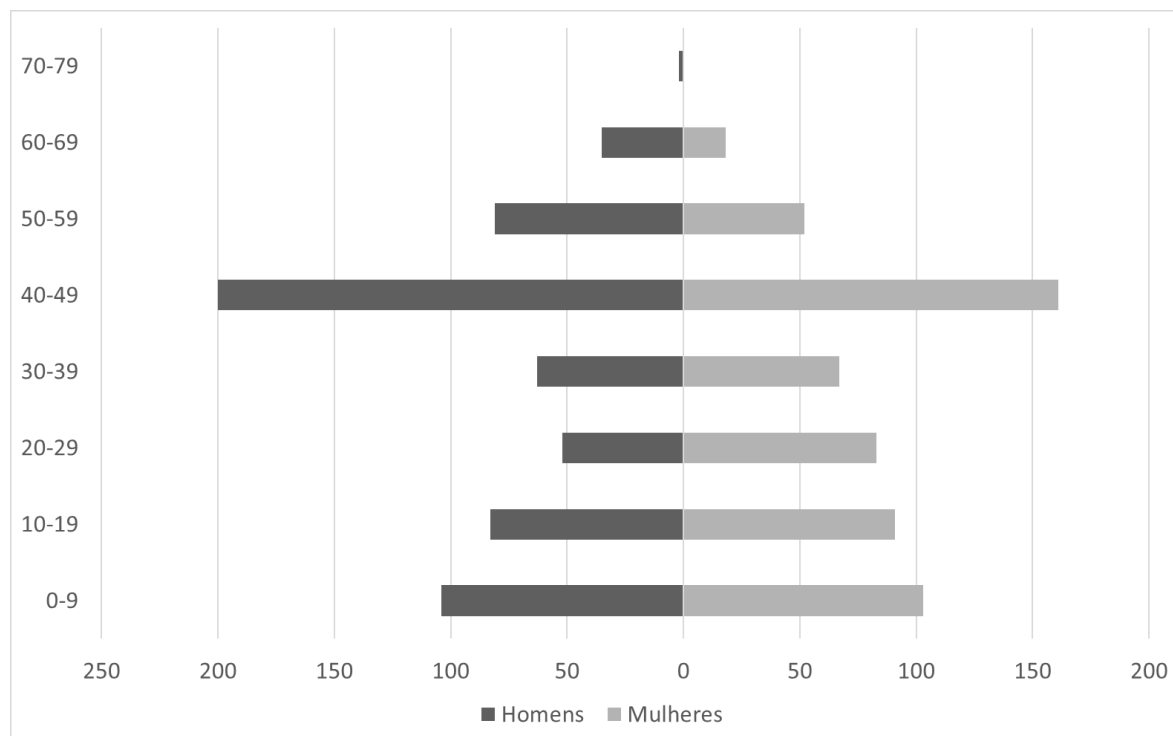


Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

A pirâmide etária a seguir ajuda a compreender estes dados no que se refere ao envelhecimento da população e da relação entre homens e mulheres com as faixas etárias já apresentadas. O primeiro elemento visual significativo é que, na primeira faixa etária, o número de homens e mulheres é praticamente o mesmo: 104 e 103 indivíduos, respectivamente. Na faixa entre 10 e 19 anos, encontramos 91 mulheres e 83 homens e na entre 20 e 29 anos, 52 homens e 83 mulheres. Esses números voltam a se equilibrar na faixa dos 30 aos 39 anos: 63 homens e 67 mulheres. Na faixa seguinte, 40 a 49 anos, observamos uma superioridade significativa no número de homens, 200 contra 161 mulheres. Essa superioridade de homens se mantém nas demais faixas etárias. Entre os de 50 a 59 anos, 81 escravos eram homens e 52

mulheres; já na faixa de 60 a 69, identificamos 35 homens e 18 mulheres; e, por fim, na faixa de 70 a 79 anos, apenas dois homens – Gráfico 6.12.

**Gráfico 6.12: Pirâmide etária dos escravos do complexo Santa Rita, Cantagalo. 1873**



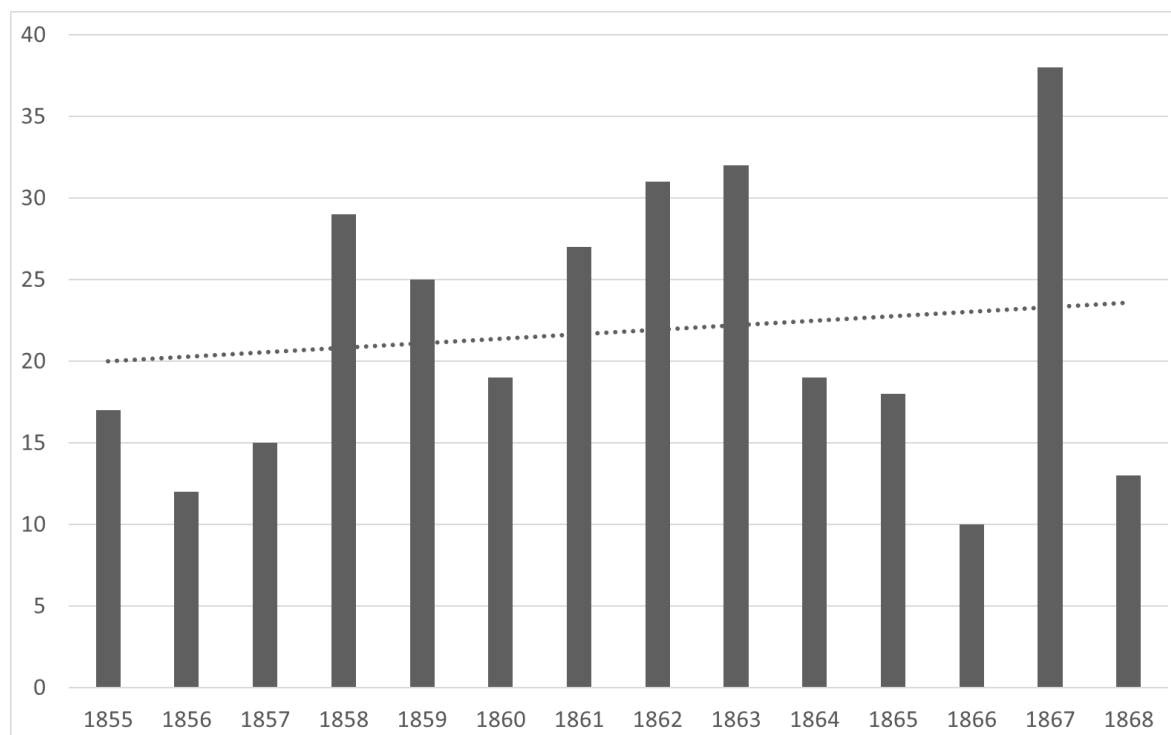
Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

Apresentamos também o número de nascimentos por ano do complexo Santa Rita. Os números indicam que a maior parte dos nascimentos ocorrera entre os anos 1858 e 1863, tendo uma queda entre 1864 e 1866, talvez por conta da mortalidade infantil, para voltar a crescer em 1867 – Quadro 6.8. Todavia, o que destacamos é a tendência de crescimento apresentada no Gráfico 6.13. Simplificando, o número de nascimentos tendia a crescer no complexo Santa Rita, aspecto que coloca a reprodução natural como importante elemento deste complexo.

**Quadro 6.8: Nascimentos de escravos no complexo Santa Rita, Cantagalo. 1855-1868**

1855	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868
17	12	15	29	25	19	27	31	32	19	18	10	38	13

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Gráfico 6.13: Nascimentos de escravos no Complexo Santa Rita, Cantagalo. 1855-1868**

Fonte: Quadro 6.8.

Através da análise empreendida, identificamos que essas seis fazendas formavam o mais portentoso complexo cafeeiro escravista do Barão de Nova Friburgo. Nele, viviam 1.195 cativos que representavam 54,82% dos indivíduos do plantel do Barão. Corroborada pelas análises já realizadas sobre as terras e sobre a trajetória nobiliárquica do Barão, tal característica demonstra a configuração de seu patrimônio como um Império agrário-escravista segundo os parâmetros estabelecidos por Scarborough<sup>568</sup> e ampliado por Salles e Muaze.<sup>569</sup>

Percebemos também a variedade de profissões desse complexo, com destaque para os escravos de roça, e a relação de pés de café por escravo que não era baixa se comparada com a das fazendas de Cantagalo. Não menos importante, constatamos que o número de nascimento de escravos nesse complexo era bastante significativo e que as mulheres ocupavam importante espaço na pirâmide etária das fazendas. Constatamos também que o número de nascimentos nessa fazenda tendia ao crescimento e, portanto, a reprodução natural dos cativos era um fato.

No entanto e como já ressaltamos, esse não era o único complexo de fazendas escravistas e cafeeiras do Barão de Nova Friburgo. O próximo complexo a analisar é o

<sup>568</sup> SCARBOROUGH, W. K. **Masters of the Big Houses. Elite Slaveholders of the Mid-Nineteenth-Century South.** Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2006, p. 6.

<sup>569</sup> SALLES, R. E. M. M. Família escrava em impérios agrários. O caso da fazenda Guaribú. **ACERVO: REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL**, v. 30, 2017. p. 34-51.

denominado Gavião. Formado por três importantes fazendas: Gavião, que nomeia o complexo por sua importância produtiva e simbólica, Aldeia e Cafés. A compreensão das particularidades dessas fazendas nos permite dimensionar o tamanho do Império Nova Friburgo.

As fazendas Gavião, Aldeia e Cafés formavam um segundo complexo de fazendas, menos portentoso que o Santa Rita, mas ainda assim constituindo uma outra importante instância do império agrário do Barão de Nova Friburgo. O complexo Gavião possuía 455 cativos avaliados em 412:700\$000 (£44.804,35). O valor médio dos escravos deste complexo era de 907\$033 (£98,47) – Tabela 6.3. Desta forma, percebemos que a avaliação do complexo e seu número de escravos caracterizam-no como a segunda instância do Império Nova Friburgo.

**Tabela 6.3: Valor dos cativos do complexo Gavião, Cantagalo. 1873**

Valores	Valor em Réis (RS)	Valor em Libras (£)
Valor total	412:200\$000	44.804,35
Valor médio	905\$934	98,47

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

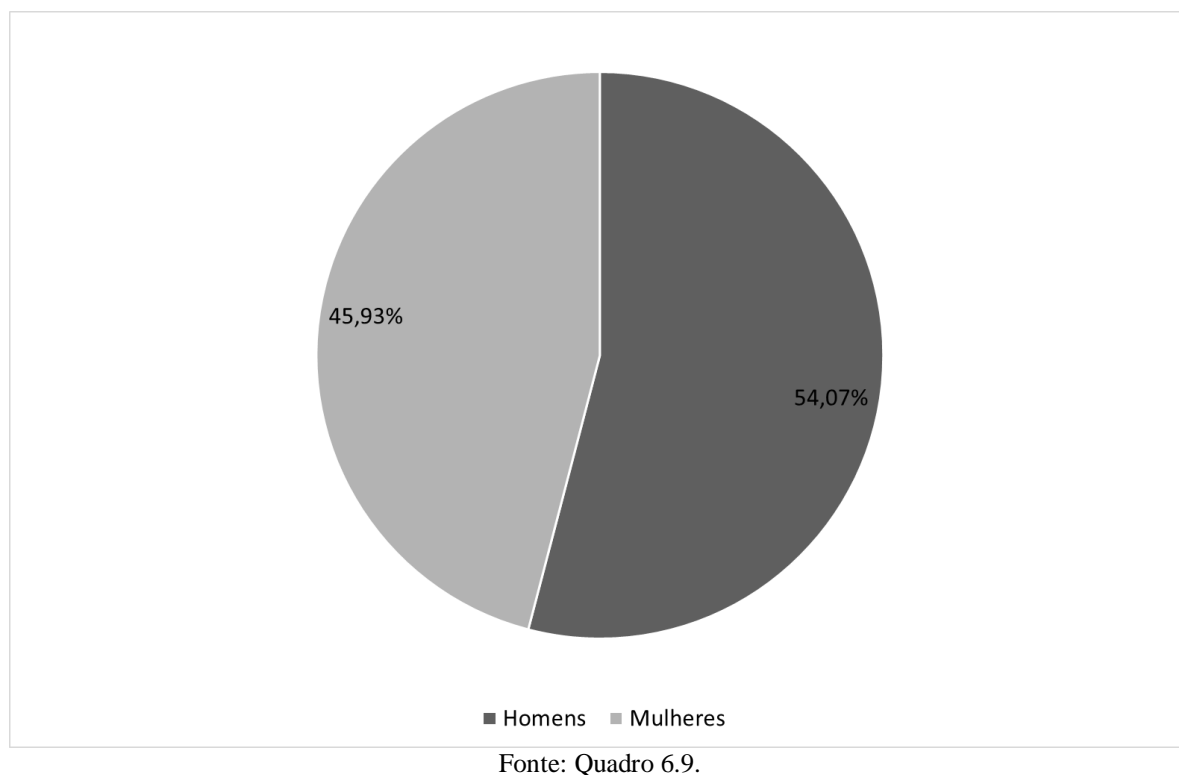
No tangente a proporção entre homens e mulheres, identificamos que os primeiros eram 246 indivíduos e representavam 54,07% dos escravizados enquanto as cativas estavam em número de 209 e correspondiam a 45,93% – Quadro 6.9 e Gráfico 6.14. Outro importante dado a ser apresentado é a idade média dos escravos, que era de 34,5 anos. Essas informações indicam a conformação de uma escravaria que se particularizava pela maioria de homens em idade produtiva.

Neste sentido, a razão de masculinidade dos escravos era de 117 escravos homens para cada 100 escravas. Esse coeficiente de masculinidade ainda está muito distante do encontrado para a vila de Cantagalo, a saber, 144 homens a cada 100 mulheres no mesmo período. Outra característica deste plantel era a questão da cor. Assim, em todo o complexo, 46 indivíduos foram denominados pardos e correspondiam a 10% dos escravizados.

**Quadro 6.9: Gênero dos escravos do complexo Gavião, Cantagalo. 1873**

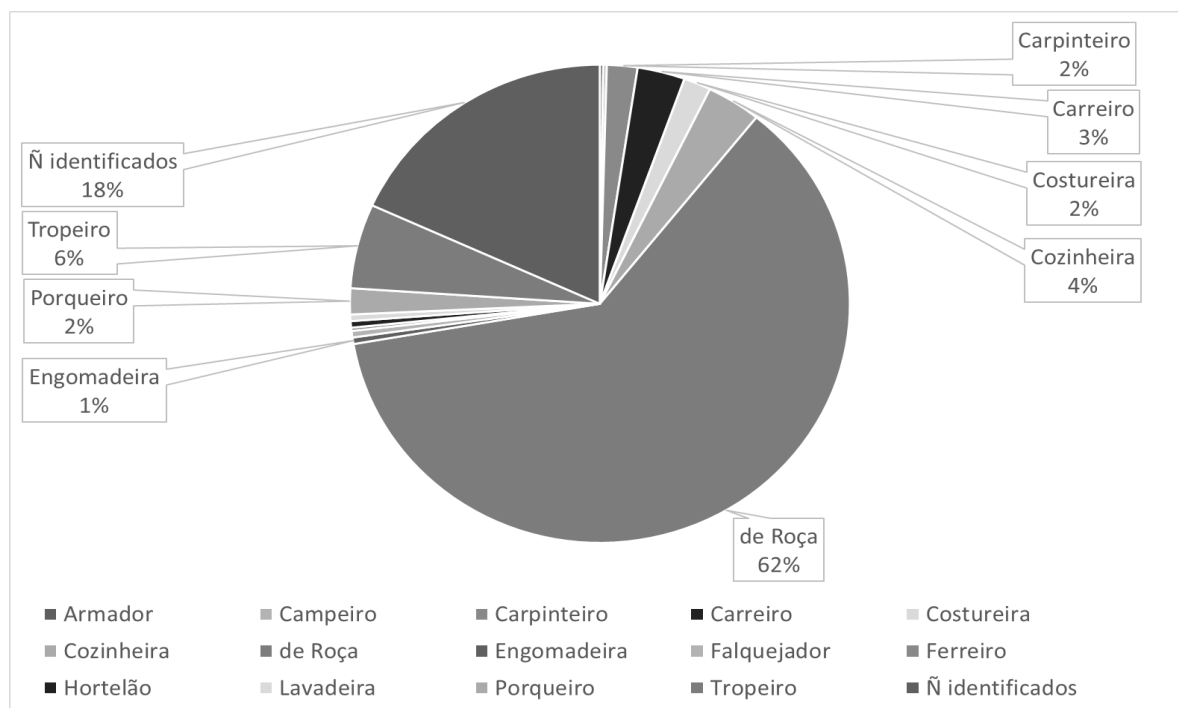
Gênero	Nº	%
Homens	246	54,07%
Mulheres	209	45,93%
Total	455	100%

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Gráfico 6.14: Gênero dos escravos do Complexo Gavião, Cantagalo. 1873**

Vejam a relação de ofícios dos escravos do complexo Gavião. Os escravos de roça somavam 280 indivíduos e perfaziam 62% dos cativos. Em segundo lugar, os escravos sem identificação de ofício 83 cativos que representavam 18%. O terceiro ofício de maior vulto era o de tropeiro, com 26 indivíduos correspondentes a 6% dos escravos. Dezesesseis cozinheiras representavam 4%; 14 carreiros, 3%; porqueiros, costureiras e carpinteiros, 2% cada. Por fim, armadores, campeiros, engomadoras, falquejadores, ferreiros, hortelãos e lavadeiras representavam, cada um, menos de 1% dos escravos – Gráfico 6.15.



**Gráfico 6.15: Profissões dos escravos do Complexo Gavião, Cantagalo. 1873**

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

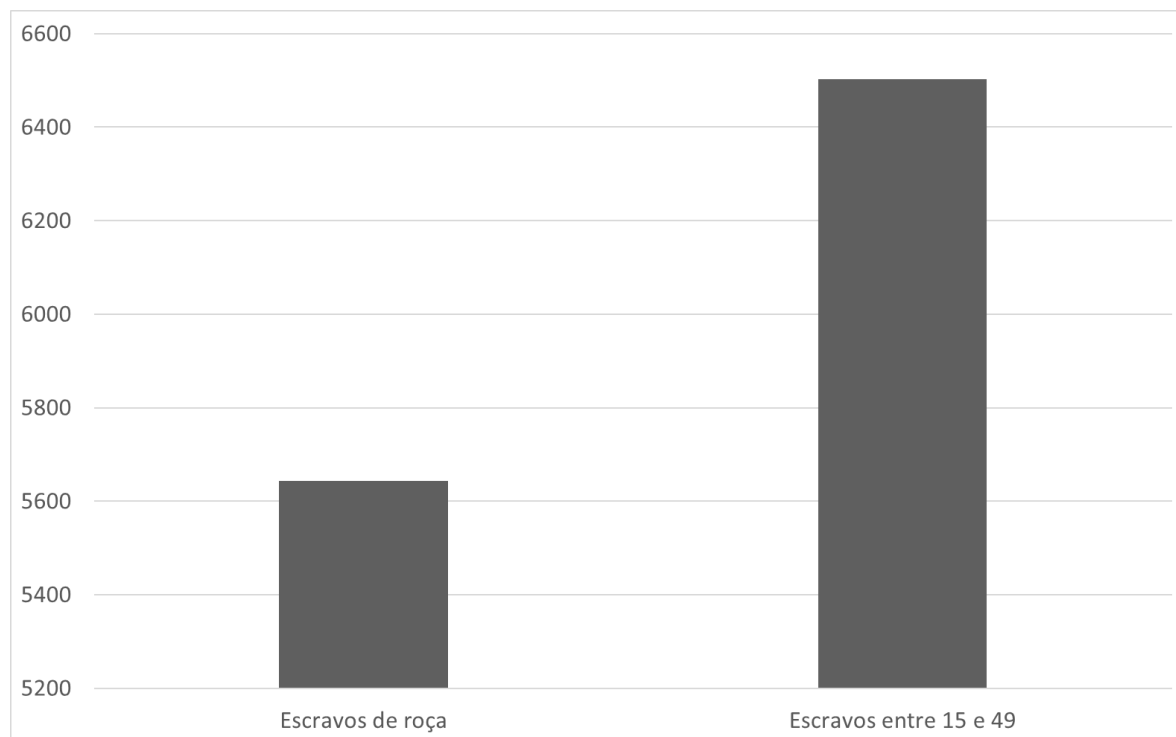
A produtividade cafeeira do complexo Gavião também era vultosa, contando 1.580.000 pés de café no total. O número de escravos, como já dissemos, era de 455 indivíduos. Assim, a relação de pés de café por escravo de roça, levando em conta que esses estavam dedicados quase que exclusivamente ao trabalho com o café, era de 5.643 por cada cativo. Da mesma forma, ao avaliarmos a relação apenas para os escravos entre 15 e 49 anos, notamos que cada escravo ficaria responsável por 6.502 pés de café – Quadro 6.10 e Gráfico 6.16.

Tais números, se colocados em comparação com os do complexo Santa Rita, são significativamente elevados. Logo, cada escravo de roça do complexo Gavião teria 1.067 pés a mais do que os do Santa Rita. Finalmente, examinando apenas os cativos entre 15 e 49 anos, vemos que os daquele cuidavam de 1.998 pés a mais em relação aos deste complexo. Concluimos, portanto, que os escravos do complexo Gavião precisavam exercer o trabalho em ritmo e intensidade maior do que os do complexo Santa Rita. Essa diferença, certamente, influenciava na produtividade dos complexos agrários escravistas do Barão de Nova Friburgo e na qualidade dos grãos colhidos e beneficiados.

**Quadro 6.10: Escravos por pés de café no Complexo Gavião, Cantagalo. 1873**

<b>Escravos</b>	<b>Nº de pés por escravos</b>
Escravos de roça	5643
Escravos entre 15 e 49	6502

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Gráfico 6.16: Escravos por pés de café no Complexo Gavião, Cantagalo. 1873**

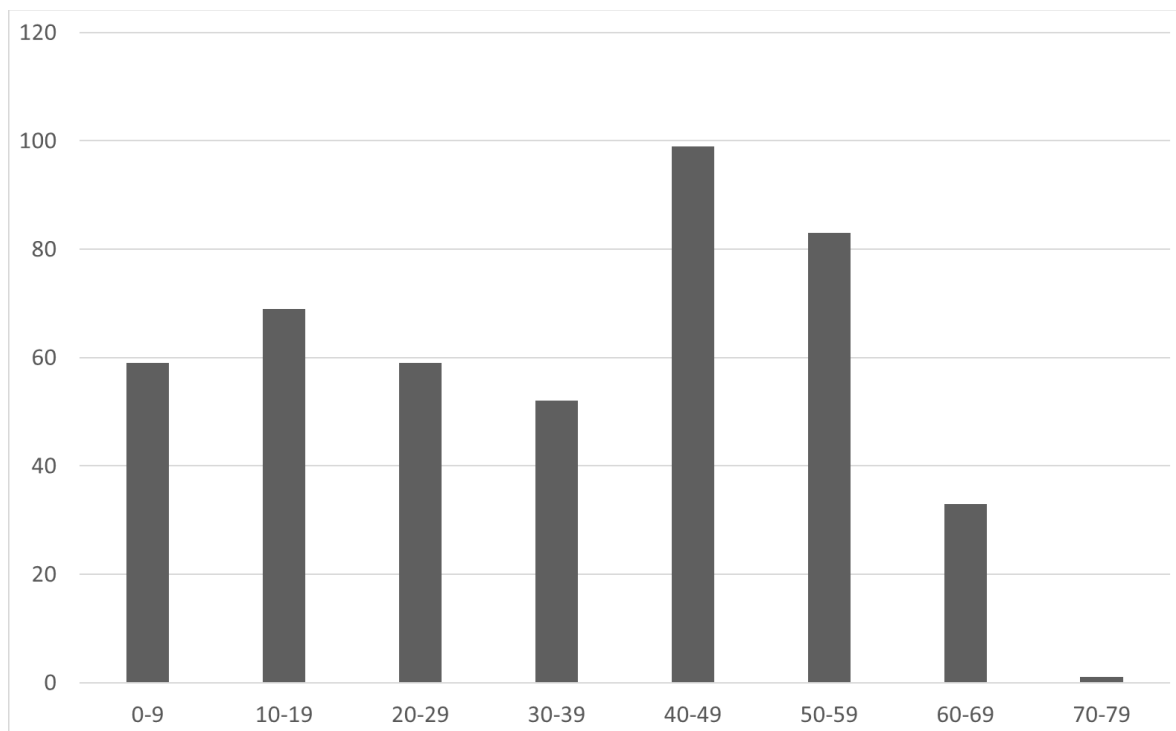
Fonte: Quadro 6.10.

O próximo aspecto a ser abordado é o da reprodução natural dos cativos. No complexo Gavião, esta perspectiva da análise é bem diferente do que encontramos para o complexo Santa Rita. Diante disso, existiam 59 cativos entre 0 e 9 anos; 69, entre 10 e 19; e, novamente, 59, entre 20 e 29. Os escravos entre 30 e 39 anos somavam 52 indivíduos; entre 40 e 49 – a maior faixa –, temos 99 cativos; e, entre 50 e 59 anos, o número de escravos era 83. Por fim, os escravos entre 60 e 69 somavam 33 indivíduos, havendo apenas 1 entre 70 e 79 anos – Gráfico 6.17.

Todavia, é fundamental incluir nesta análise uma comparação estabelecendo as diferenças e os critérios de reprodução da escravaria do Gavião. Primeiramente, destacamos

que, nele, os nascimentos são em menor número, por exemplo, temos apenas 59 cativos entre 0 e 9 anos. Tal número representa 29% da mesma faixa etária no complexo Santa Rita.<sup>570</sup>

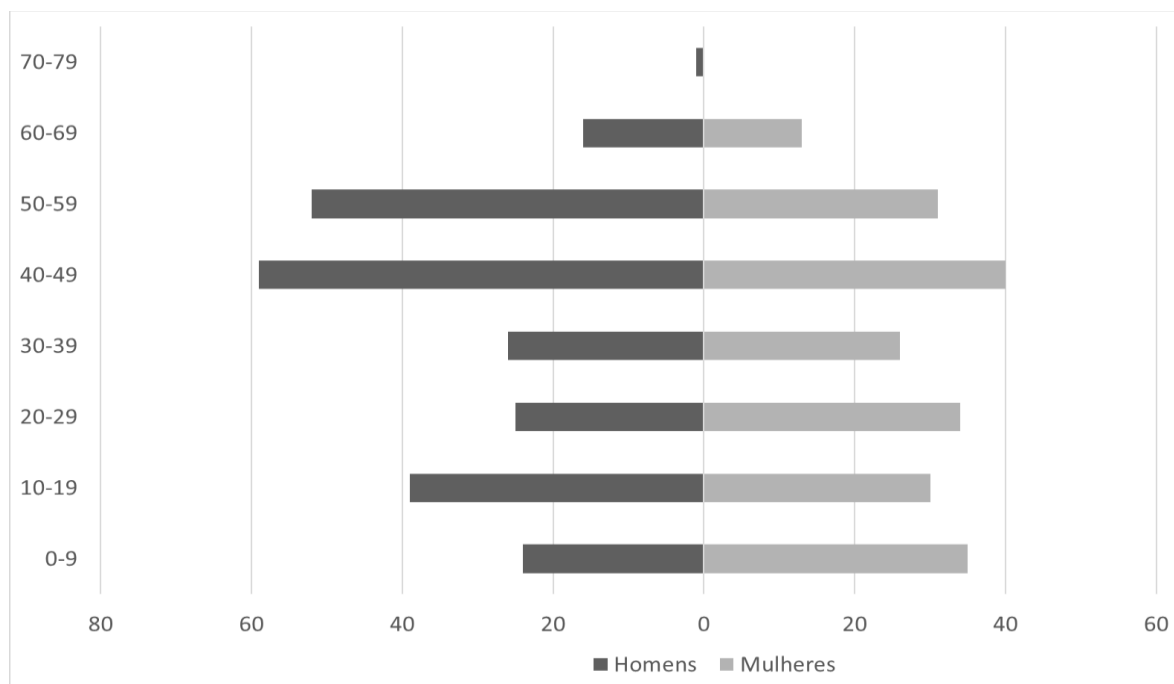
**Gráfico 6.17: Número de escravos por faixa etária no Complexo Gavião, Cantagalo.  
1873**



Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

Outro recurso fundamental para compreender a questão da reprodução natural das escravarias do complexo Gavião é a pirâmide etária que se presta à compreensão da população cativa de acordo com as faixas etárias determinadas e divididas por sexo. No Gavião, temos a seguinte situação: entre os escravos da faixa de 0 a 9 anos, as mulheres perfaziam 35 e homens, 24. Na faixa seguinte, 10 a 19 anos, os homens ultrapassaram-nas: 39 homens contra 30 mulheres. Entre os escravos de 20 a 29 anos, as mulheres eram maioria (34) e os homens, 25 indivíduos. Na faixa seguinte, os números se igualavam: 26 para homens e para mulheres. Na faixa entre 40 e 49, os homens foram maioria com 59 indivíduos contra 40 mulheres. Na casa dos 50 a 59 anos, os homens também estiveram à frente: 52 contra 31 mulheres. Na faixa de 60 a 69 anos, os números caíram para 16 homens e 13 mulheres. Entre 70 a 79 anos, só havia um indivíduo do sexo masculino – Gráfico 6.18.

<sup>570</sup> Torna-se imprescindível destacar que a diferença também ocorre por conta do volume dos cativos em ambos os complexos cafeeiros.

**Gráfico 6.18: Pirâmide etária dos escravos do Complexo Gavião, Cantagalo. 1873**

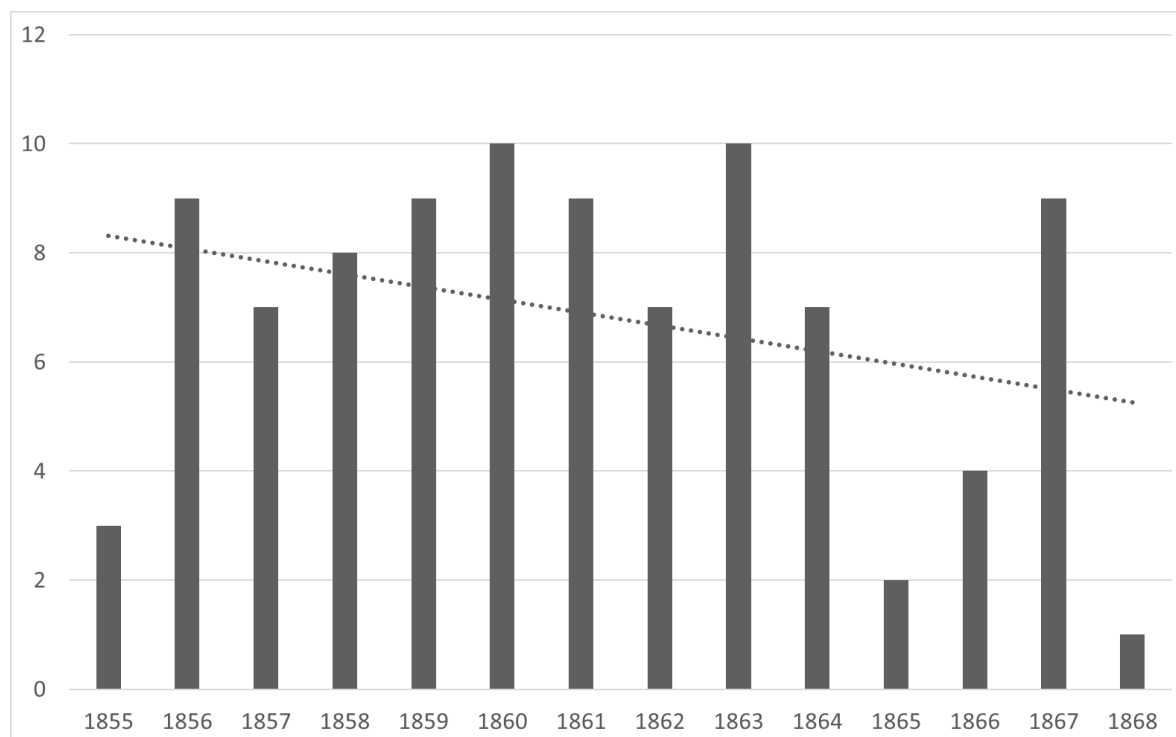
Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

O número de nascimentos naquelas fazendas serve de parâmetro para observarmos a questão da reprodução natural dos escravos no complexo Gavião. A quantidade de nascimentos, neste complexo, é muito menor do que o das fazendas do complexo Santa Rita, não ultrapassando o número de 10 indivíduos por ano e, além disso, a linha de tendência aponta para um descenso dos nascimentos ao longo dos anos – Quadro 6.11 e Gráfico 6.19. Mas o que teria feito os números de nascimentos do complexo Gavião serem menores que os do Santa Rita? Pelo menos um elemento pode ser elencado, sem, no entanto, constituir prova concreta. Estamos falando da mortalidade infantil, que poderia ser maior no Gavião. No entanto, como não podemos medi-la com segurança, deixamos a especulação a respeito da mortalidade.

**Quadro 6.11: Nascimentos de escravos no Complexo Gavião, Cantagalo, 1855-1868**

1855	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868
3	9	7	8	9	10	9	7	10	7	2	4	9	1

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Gráfico 6.19: Nascimentos de escravos no Complexo Gavião, Cantagalo. 1855-1868**

Fonte: Quadro 6.11.

Além desses aspectos apresentados a respeito do nascimento de cativos no complexo Gavião, existe outro nada desprezível: o fato dos nascimentos estarem em uma tendência de declínio. A linha de tendência do Gráfico 6.19 deixa claro a franca queda dos nascimentos. Desta forma, tratando dos dois complexos cafeeiros, temos duas situações: o número de nascimentos subindo em um ritmo suave no Santa Rita e o declínio acentuado no do Gavião. Tais características são de extrema importância para a classificação dos dois complexos. O primeiro capaz de reproduzir as escravarias e o segundo já em estágio de decréscimo.

O próximo complexo se constitui das fazendas localizadas em Nova Friburgo, denominado pelo mesmo nome de sua localização geográfica e que, diferente dos outros dois, não produzia café. Tal complexo era formado pelas fazendas São Lourenço e Cônego, ligadas à Chácara do *Chalet*. Tratava-se de unidades voltadas para a plantação de milho e para a criação de animais: cavalos, bois, porcos e carneiros. Diante disso, uma característica marcante das produções dessas fazendas era não necessitar de uma grande quantidade de escravos, embora o número de cativos – 190 indivíduos, a saber – fosse bastante significativo.

Estes cativos estavam avaliados em 162:050\$000 (£17.614,13) e tinham com um valor médio de 852\$895 (£92,70) – Tabela 6.4. A média de idade era de 28,6 anos e o número de homens era muito superior ao de mulheres, representando 63,16% dos escravos do complexo,

enquanto as mulheres perfaziam 36,59%, o que gerava uma desigualdade significativa na relação entre homens e mulheres – Quadro 6.12 e Gráfico 6.20.

**Tabela 6.4: Valor dos cativos do complexo Nova Friburgo, Nova Friburgo. 1873**

Valores	Valor em Réis (RS)	Valor em Libras (£)
Valor total	162:050\$000	17.614,13
Valor médio	852\$895	92,70

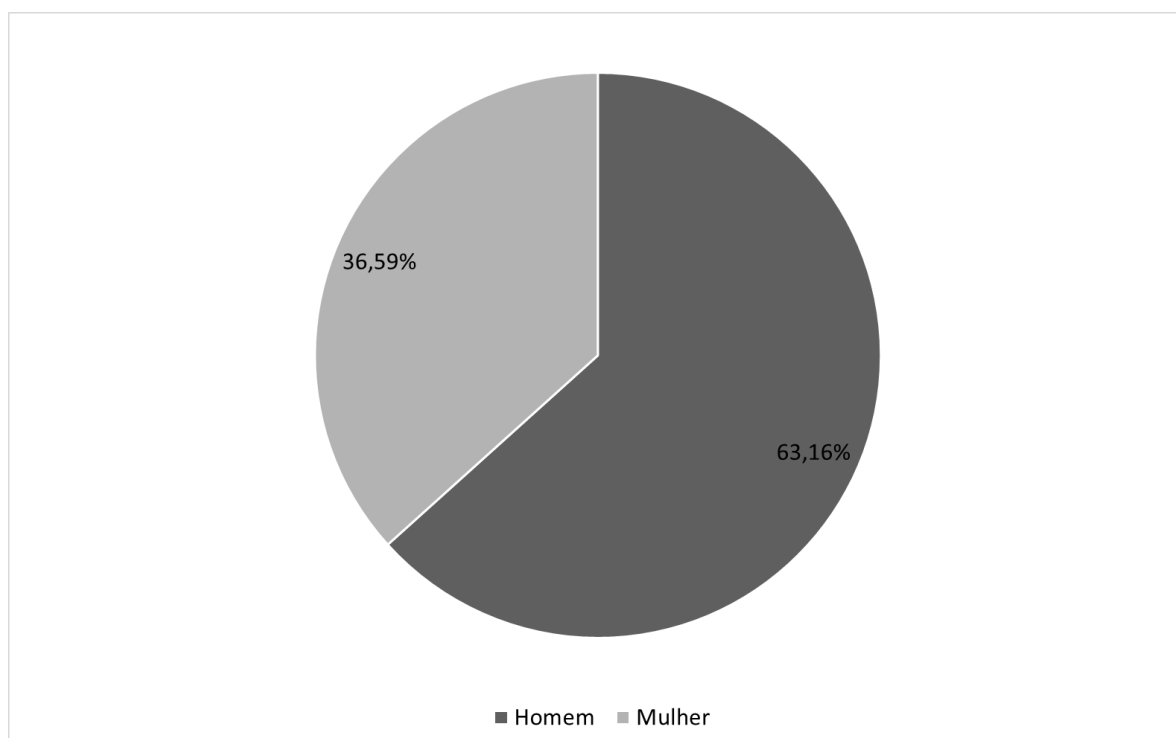
Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Quadro 6.12: Gênero dos escravos do complexo Nova Friburgo, Nova Friburgo. 1873**

Gênero	Nº	%
Homem	120	63,16%
Mulher	70	36,59%
Total	190	100%

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Gráfico 6.20: Gênero dos escravos do complexo Nova Friburgo, Nova Friburgo. 1873**

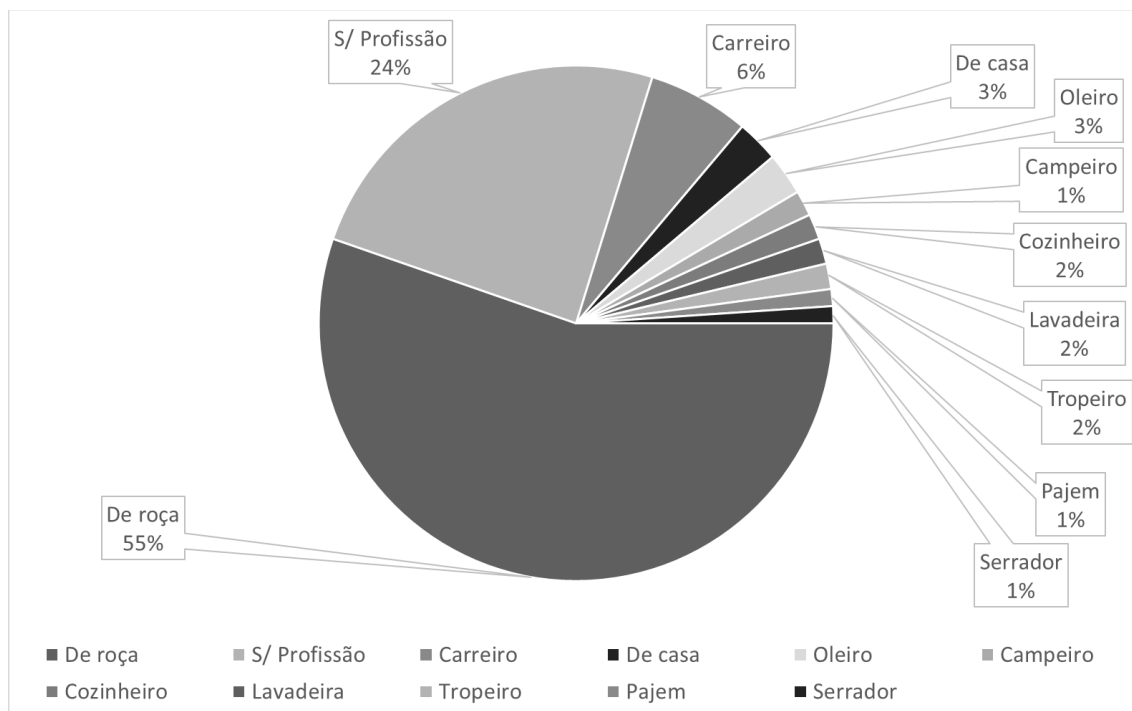


Fonte: Quadro 6.12.

No complexo Nova Friburgo, a relação de ofícios praticados pelos escravos se configurava da seguinte forma: 104 cativos eram de roça, o que significava 55% dos escravos; 46 escravos não tiveram seus ofícios anotados e representavam 24% do total; carreiros eram 12

escravos e correspondiam a 6% dos cativos; com 3% cada, estavam oleiros e de casa; cozinheiros, lavadeiras e tropeiros perfaziam, cada um deles, 2% dos escravos; e, com 1% cada, arrolamos campeiros, falquejadores, ferreiros, pajens e serradores – Gráfico 6.21.

**Gráfico 6.21: Profissões dos escravos do complexo Nova Friburgo, Nova Friburgo. 1873**



Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

Os dados referentes aos ofícios do complexo Nova Friburgo mostram uma grande quantidade de escravos no serviço de roça. Por isso, é importante pontuar com que tipo de lavoura os escravos dessas unidades produtivas trabalhavam. Trata-se de perceber um duplo padrão de produção dentro do próprio complexo cafeeiro, ou seja, mesmo as fazendas que não produziam café estavam ligadas à rubiácea. No caso deste complexo, sua maior produção era de milho, fundamental na dieta dos escravos, como também para suprir as necessidades de todo o complexo sem apelar para o mercado, inclusive para os animais<sup>571</sup>. Assim, corroborando com

<sup>571</sup> Segundo Francisco Vidal Luna e H. Klein, “De todos os gêneros alimentícios típicos do mercado interno, nenhum foi mais onipresente ou importante do que o milho. Era um alimento consumido por pessoas e animais, portanto essencial à economia local. Como observou o oficial militar alemão Friedrich von Weech em visita à região, o milho era tão importante nas zonas temperadas do Brasil quanto a mandioca nas zonas mais tropicais. O milho era também um componente básico da alimentação dos porcos e, portanto, usado indiretamente na fabricação do toucinho, importante produto naquele período, além de alimentar as mulas, vitais para a rede de transporte. O milho era produzido tanto em unidades agrícolas dedicadas exclusivamente a essa cultura como na condição de subproduto em muitas lavouras de exportação de açúcar e café”. LUNA, F. V. E. K. H. L. F. V.; KLEIN, H. S. *Escravidão africana na produção de alimentos*. São Paulo no século 19. *Estud. Econ*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 295-317, jun 2010, p. 307.

esses dados, percebemos que, no balanço da Casa Comercial Friburgo & Filhos de 1861, estas fazendas produziram 14.127 alqueires de milho, avaliados em 3:531\$250<sup>572</sup>.

Além da produção de milho, as fazendas do complexo de Nova Friburgo também criavam animais, que, junto com os das outras fazendas, serviam para alimentação, transporte e serviços das fazendas. Não é possível medir com precisão a produtividade das fazendas de Nova Friburgo exatamente por se dedicarem a essas duas tarefas e por serem os dados da produção de milho de um período diferente das quantificações dos escravos. De qualquer maneira, gostaríamos de destacar que, segundo Flávio Versiani, o trabalho com os animais seria caracterizado por uma atividade intensiva em habilidade, enquanto o trabalho na lavoura seria intensivo em esforço.<sup>573</sup>

Passemos a outro aspecto da escravaria do complexo Nova Friburgo, a reprodução natural dos cativos. A primeira ideia em mente é a se tratar de uma escravaria menor e com um número também menor de cativos do sexo feminino. Tais fatores, por si sós, tendem a impactar a análise dessas fazendas. Mas, de qualquer forma, vale a pena verificar se a questão da reprodução natural era possível nessas fazendas.

Avaliamos o número de escravos por faixa etária e os cativos entre 0 e 9 anos somaram 37 indivíduos. Os entre 10 e 19 chegaram à soma de 26 escravos e aqueles entre 20 e 29, a 35 cativos. Os escravos na faixa dos 30 anos somavam 26 indivíduos; os da faixa dos 40, chegavam a 39; e, os de 50 anos, 20 indivíduos. As faixas de 60 e 70 anos tiveram os menores números, 2 e 4 escravos, respectivamente – Gráfico 6.22.

---

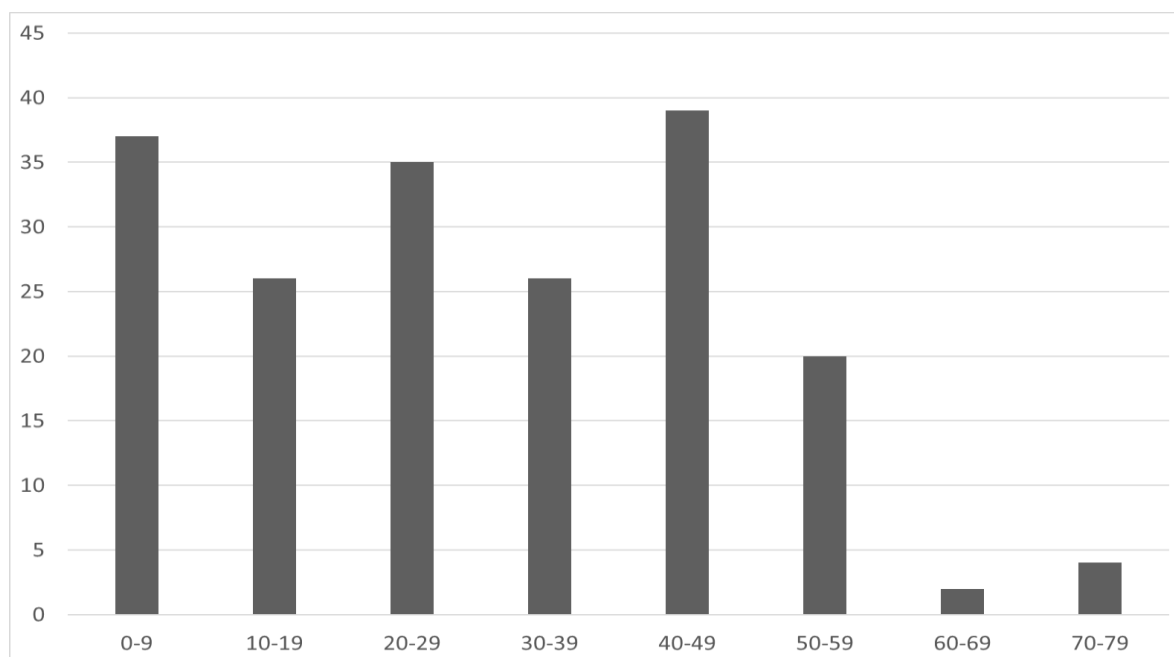
Available from :<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010141612010000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010141612010000200002&lng=en&nrm=iso)>. Access on : 13Sept. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612010000200002>.

<sup>572</sup> Balanço Geral da Casa de Comércio no Rio de Janeiro do Barão de Nova Friburgo. IHGB. Arm. 1, Gav. 1, nº 54. Arquivo do Visconde do Uruguai.

<sup>573</sup> VERSIANI, F. R. Brazilian Slavery: Toward An Economic Analysis. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 48, n.4, pp. 463-477, 1994.



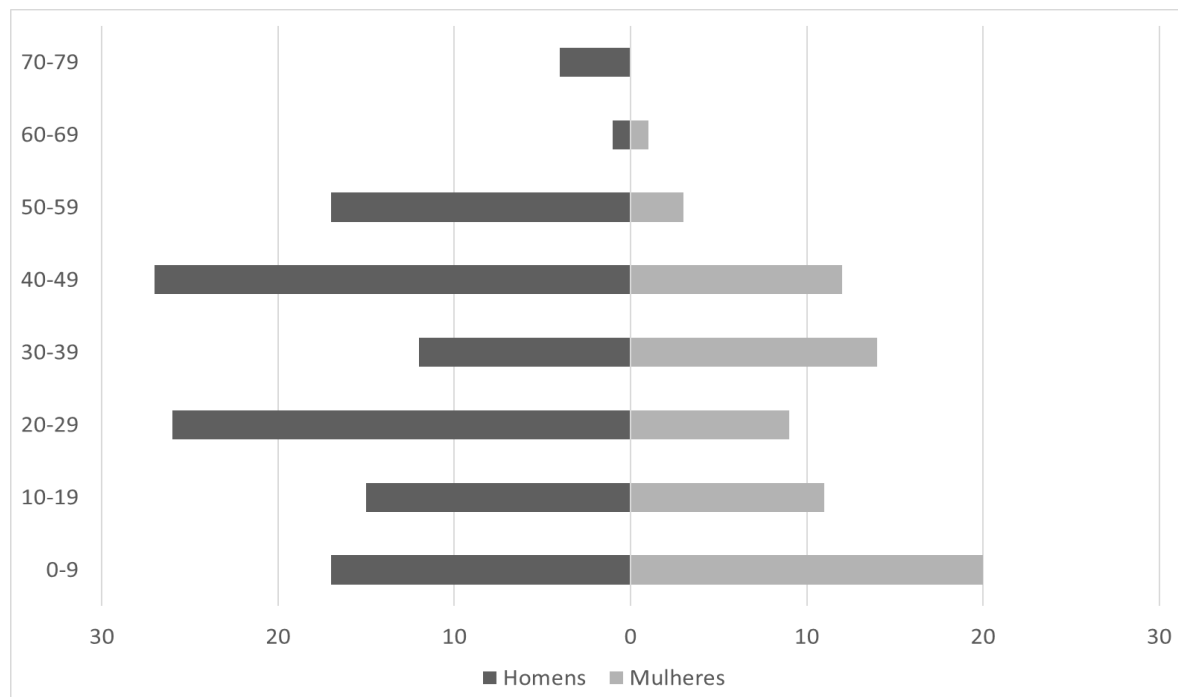
**Gráfico 6.22: Número de escravos por faixa etária no complexo Nova Friburgo, Nova Friburgo. 1873**



Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

A pirâmide etária – Gráfico 6.23 – nos mostra uma maior quantidade de mulheres (20) entre 0 e 9 anos enquanto que os homens dessa faixa de idade somavam 17 indivíduos. Os homens de 10 a 19 anos formam maioria em relação às mulheres nessa idade, 15 e 11 cativos. Na faixa seguinte, 20 a 29 anos, os homens somam 26 escravos e as mulheres apenas 9. Mas, quando tratamos da categoria englobando os escravos na casa dos 30 anos, percebemos uma proximidade, 12 indivíduos do lado deles e 14 do delas. Na casa dos 40 anos, a predominância marcante dos homens sobressai, 27 homens e 12 mulheres, características de uma escravaria voltada para o trabalho na lavoura. Na faixa etária dos 50 anos, localizamos 17 homens e 3 mulheres; na dos 60 anos, foram encontrados 2 escravos, um homem e uma mulher; e, na faixa dos 70 anos, 4 mulheres.

**Gráfico 6.23: Pirâmide etária dos escravos do complexo Nova Friburgo, Nova Friburgo. 1873**



Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

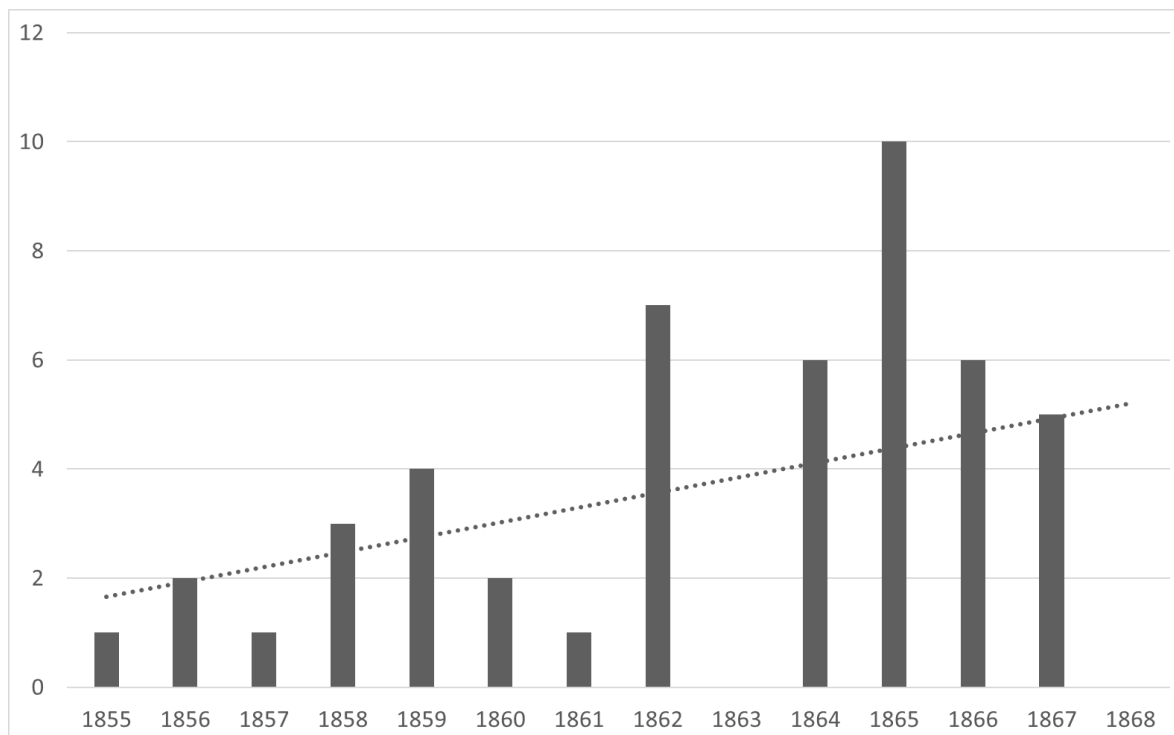
Diante disso, é importante percebermos que, apesar do número significativo de crianças de 0 a 9 anos, o número de nascimentos é bastante baixo, sendo 1865 o ano de maior número com 10 nascidos. Além disso, constatamos que, nos anos de 1863 e 1868, não ocorreram nascimentos – Quadro 6.13. Todavia, uma interessante perspectiva de análise se delineou quando traçamos a linha de tendência do Gráfico 6.24, pois ela demonstra um crescimento dos nascimentos de escravos no complexo.

**Quadro 6.13: Nascimentos de escravos no complexo Nova Friburgo, Nova Friburgo. 1855-1868**

1855	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868
1	2	1	3	4	2	1	7	0	6	10	6	5	0

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Gráfico 6.24: Nascimentos de escravos no Complexo Nova Friburgo, Nova Friburgo. 1855-1868**



Fonte: Quadro 6.13.

Através da análise empreendida, percebemos que o trabalho com os complexos de fazendas, no que se refere à reprodução natural, não dá conta de explicar o crescimento de nascimentos na totalidade das escravarias do Barão de Nova Friburgo. Por isso, decidimos incluir na análise as três fazendas avulsas, Laranjeiras, Aguaquente e Macapá, as duas primeiras localizadas em Cantagalo e a última em São Fidélis. Acreditamos que a abordagem sobre os nascimentos de escravos nessas fazendas possa nos ajudar a refletir sobre a reprodução natural no complexo cafeeiro<sup>574</sup>.

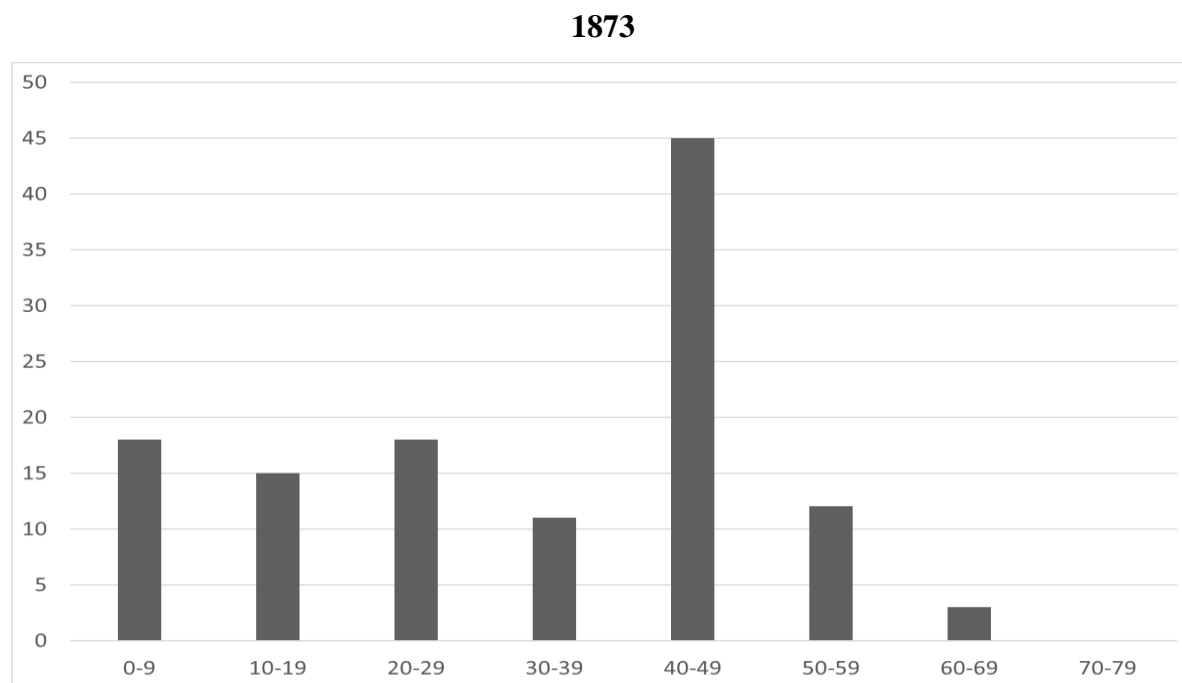
### **6.3.1. A reprodução natural nas fazendas Laranjeiras, Aguaquente e Macapá.**

A fazenda Laranjeiras possuía um perfil etário, no qual os escravos na faixa de 40 anos formam a incontestável maioria do plantel da fazenda. Os cativos de 0 a 9 anos eram em número de 18; a faixa etária seguinte, 10 a 19 anos, continha 15 cativos. As faixas de 20 a 29 e de 30 a 39 anos eram compostas por 18 e 11 escravos, respectivamente. Como dissemos, os escravos na faixa dos 40 anos eram o maior grupo, 45 indivíduos. Na casa dos 50 anos, foram localizados

<sup>574</sup> Torna-se fundamental recordar que as outras características como preço dos cativos, gênero e ofícios dos escravos das fazendas Laranjeiras, Aguaquente e Macapá já foram abordados no capítulo anterior.

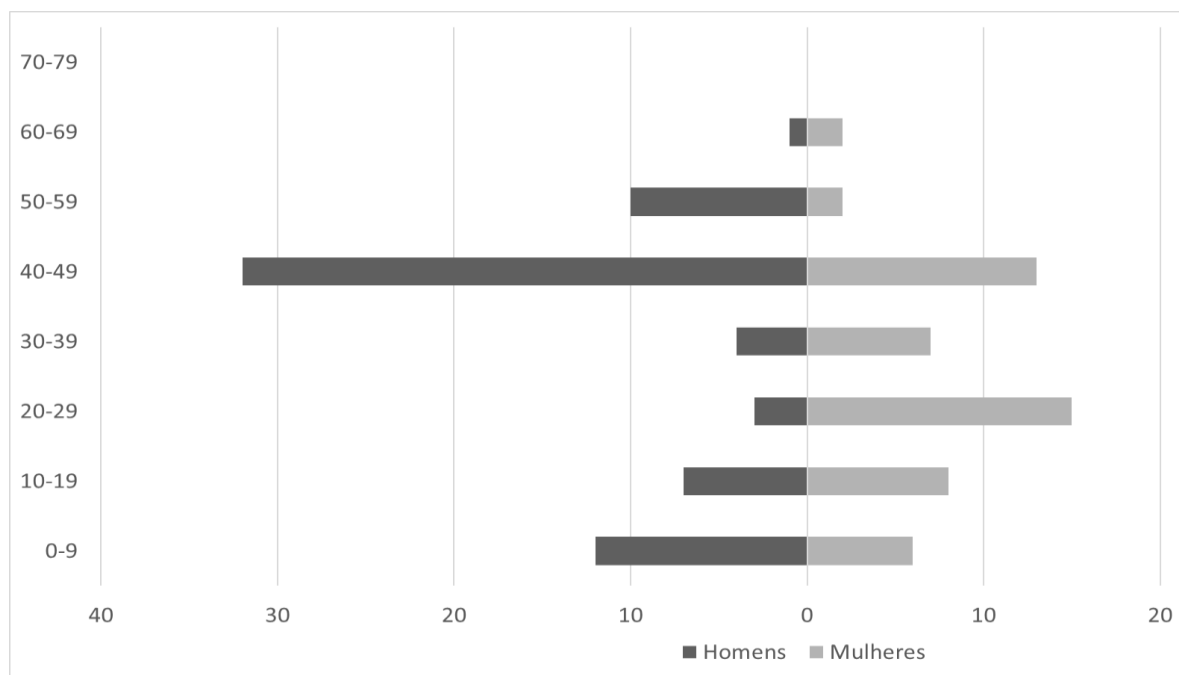
12 escravos; na dos 60 anos, identificamos três escravos; e, na de 70 anos, nenhum cativo – Gráfico 6.25.

**Gráfico 6.25: Número de escravos por faixa etária na fazenda Laranjeiras, Cantagalo.**



Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

A pirâmide etária da fazenda Laranjeiras demonstra uma grande assimetria entre as faixas etárias. Na primeira categoria, 0 a 9 anos, os homens estão à frente (12) e as mulheres com a metade. Na faixa seguinte, os números estão muito próximos: 7 homens e 8 mulheres. Na casa de 20 a 29 anos, existiam 15 mulheres e apenas 3 homens. Entre 30 a 39 anos, foram registradas 7 mulheres e 4 homens. Na parcela de cativos com 40 a 49 anos, os homens somavam 32 indivíduos e as mulheres, 13, característica de um plantel maduro, majoritariamente masculino e ainda em idade produtiva. Na porção dos 50 anos, temos 10 escravos homens e apenas 2 mulheres; e, entre os que estavam na faixa dos 60 anos, 2 mulheres e 1 homem. Nenhum escravo estava na faixa dos 70 anos – Gráfico 6.26.

**Gráfico 6.26: Pirâmide etária dos escravos da fazenda Laranjeiras, Cantagalo. 1873**

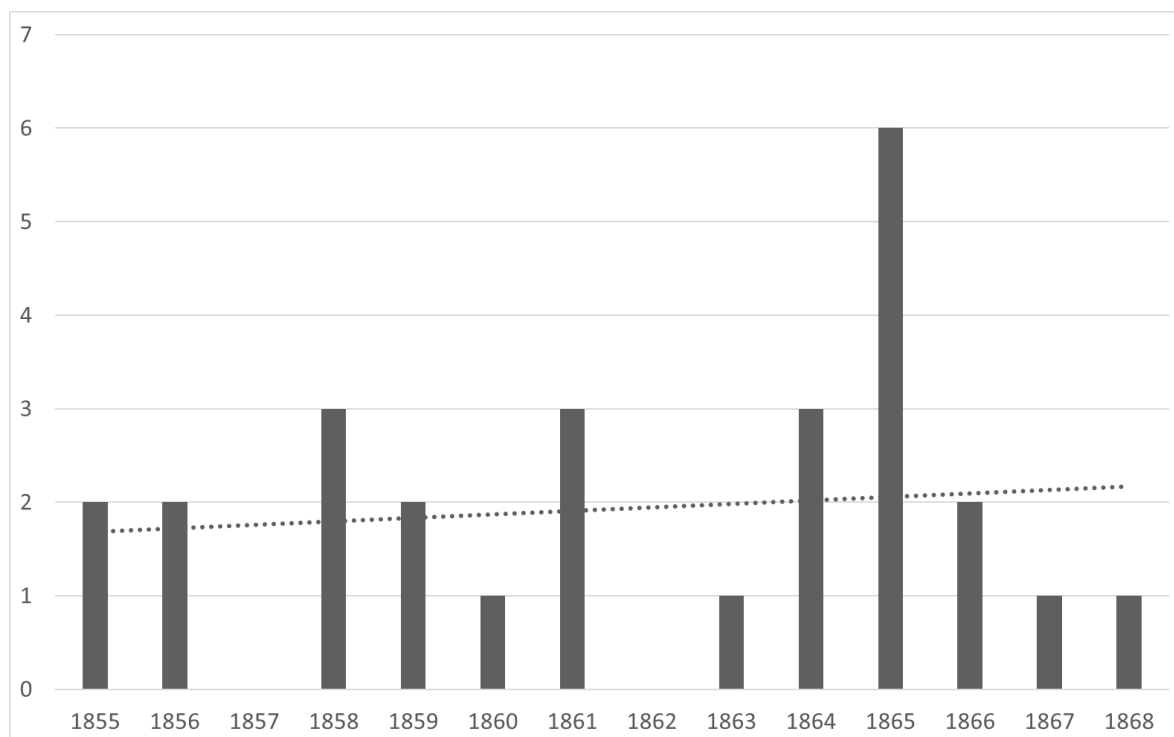
Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

Além disso, é preciso observar os nascimentos na fazenda Laranjeiras. Esta unidade produtiva possuía um baixo nível de nascimentos, sendo 1865 o ano em que registrou mais crianças nascidas, quando 6 crianças vieram ao mundo. Todavia, mesmo que pese o pequeno número de nascimentos, constatamos que eles estavam em crescimento – Quadro 6.14 e Gráfico 6.27.

**Quadro 6.14: Nascimentos de escravos na fazenda Laranjeiras, Cantagalo. 1855-1868**

1855	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868
2	2	0	3	2	1	3	0	1	3	6	2	1	1

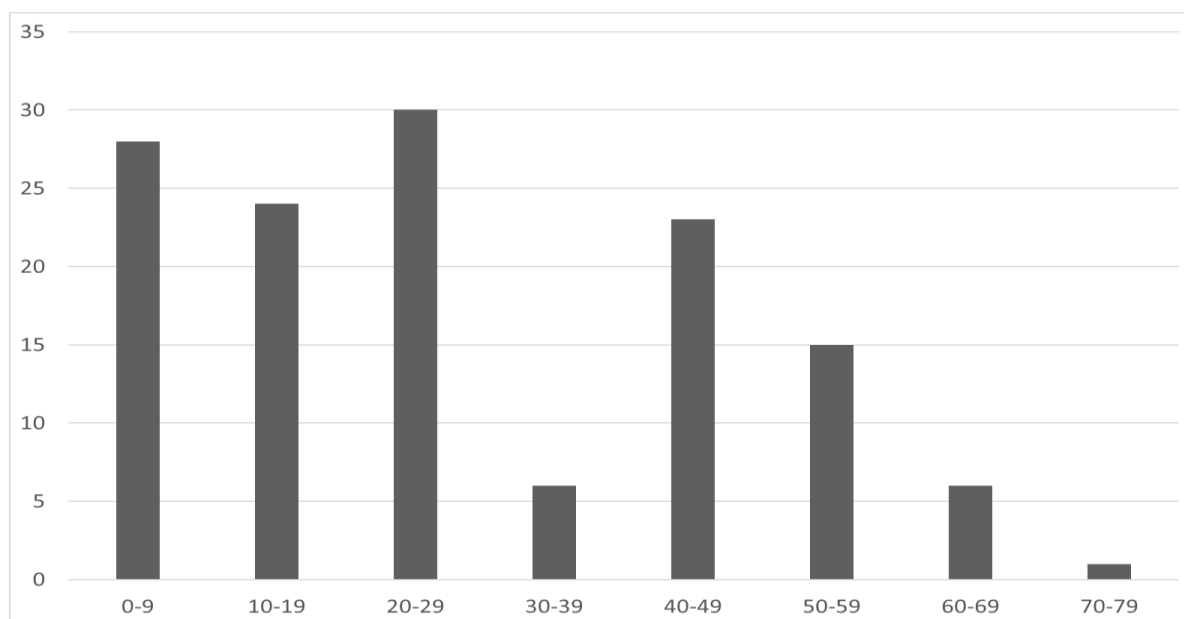
Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Gráfico 6.27: Nascimentos de escravos na fazenda Laranjeiras, Cantagalo. 1855-1868**

Fonte: Quadro 6.14.

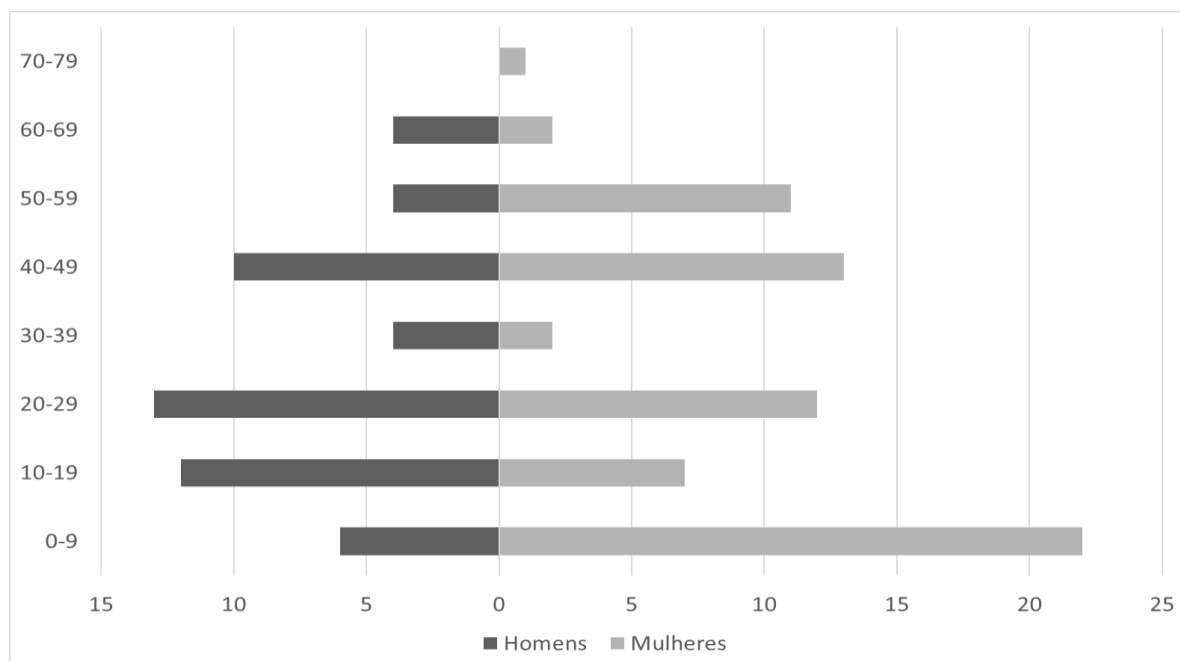
Passemos para a análise da fazenda Aguaquente. Identificamos uma significativa quantidade de crianças de 0 a 9 anos, 28 indivíduos. A quantidade de escravos na faixa de 10 a 19 anos foi de 24 e, na faixa dos 20 anos, 30 cativos. O número caiu na casa dos 30 a 39 anos, 6 escravos, voltando a crescer na faixa dos 40 anos, 23. O número de escravos foi diminuindo gradativamente nas últimas categorias; entre 50 e 59 anos, identificamos 15 indivíduos; entre 60 a 69, 6 cativos; e, na faixa dos 70, apenas um cativo – Gráfico 6.28.

**Gráfico 6.28: Número de escravos por faixa etária na fazenda Aguaquente, Cantagalo. 1873**



Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

A pirâmide etária dessa fazenda nos permite perceber um grande desequilíbrio. Primeiro entre os cativos de 0 a 9 anos, onde constatamos uma maioria de meninas (22) e apenas 6 meninos. Na faixa seguinte, 10 a 19 anos, a balança pendeu para os homens com 12 indivíduos e apenas 7 mulheres. Entre os escravos de 20 a 29 anos, os homens também foram maioria: 13 indivíduos contra 12 mulheres. Na casa dos 30 anos de idade, encontramos um volume diminuto de cativos, 4 homens e 2 mulheres. No caso dos cativos de 40 a 49 anos, as mulheres foram maioria (13) e os homens somaram 10 indivíduos. O mesmo aconteceu na faixa dos 50 anos, onde apareceram quatro homens e onze mulheres. Os homens voltaram a ter a maioria na faixa dos 60 anos, com quatro escravos contra duas escravas. Por fim, identificamos apenas um cativo do gênero feminino na faixa dos 70 – Gráfico 6.29.

**Gráfico 6.29: Pirâmide etária dos escravos da fazenda Aguaquente, Cantagalo. 1873**

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

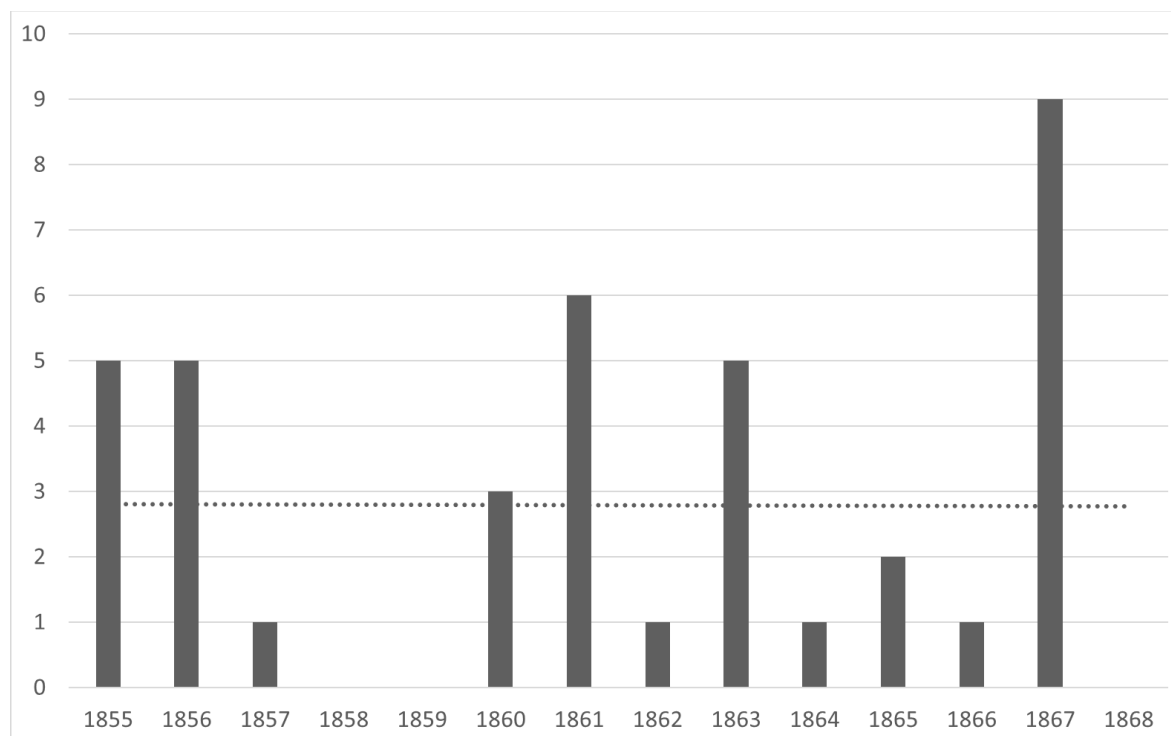
O número de nascimentos de escravos na fazenda Aguaquente era pequeno e, nos anos de 1858, 1859 e 1868, não ocorreram nascimentos. O ano com maior ocorrência de nascimentos foi o de 1867, quando 9 rebentos vieram ao mundo – Quadro 6.15. No entanto, apesar do número diminuto de nascimentos, a linha de tendência se mostra estabilizada – Gráfico 6.30.

**Quadro 6.15: Nascimentos de escravos na fazenda Aguaquente, Cantagalo. 1855-1868**

1855	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868
5	5	1	0	0	3	6	1	5	1	2	1	9	0

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

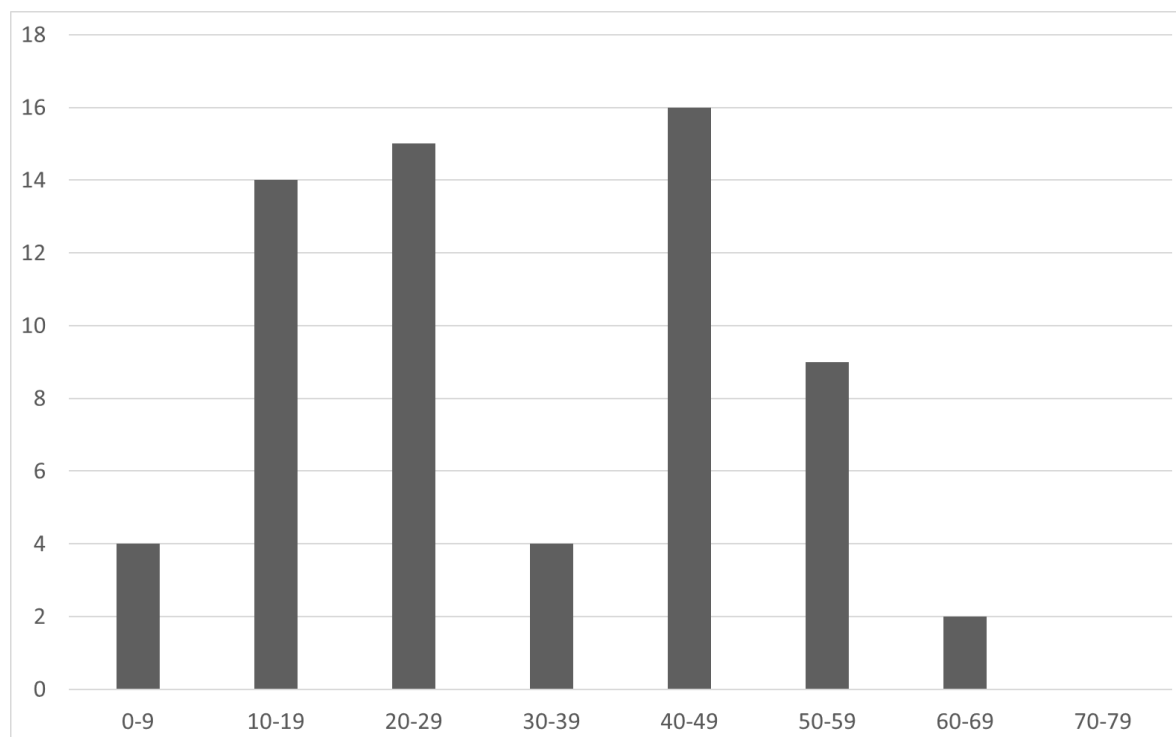


**Gráfico 6.30: Nascimentos de escravos na fazenda Aguaquente, Cantagalo. 1855-1868**

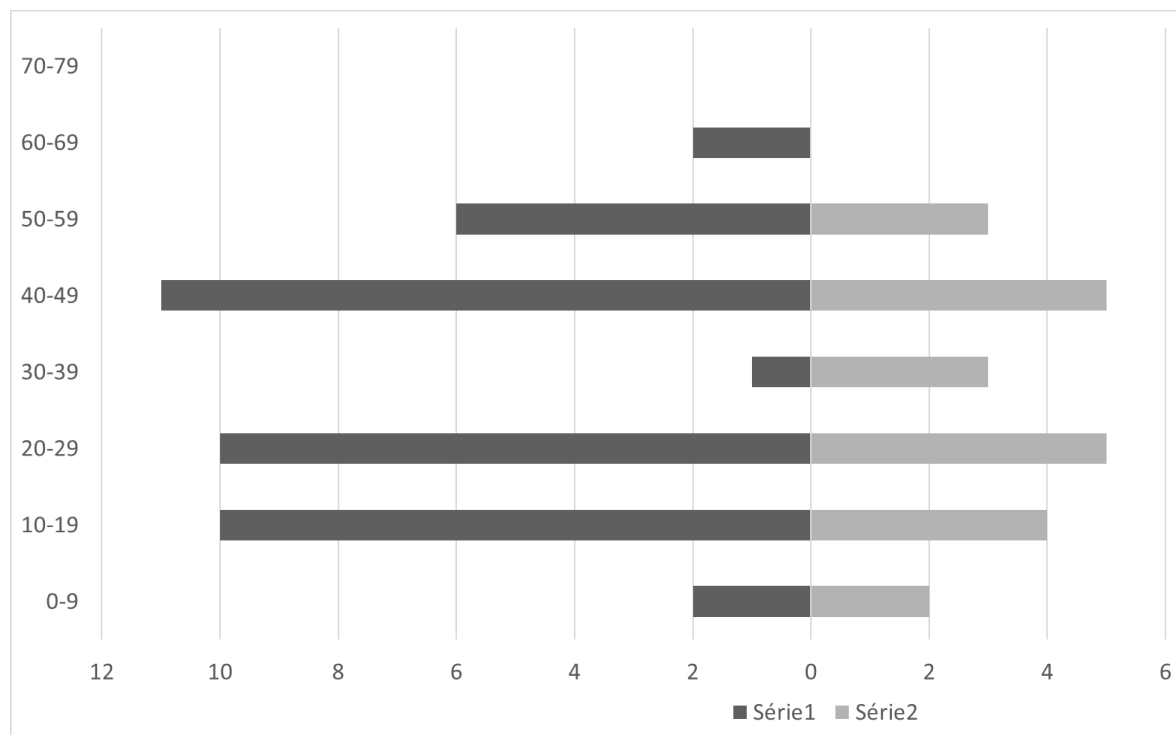
Fonte: Quadro 6.15.

A última fazenda abordada em relação à reprodução natural dos escravos é a fazenda Macapá, localizada em São Fidélis. A fazenda possuía 64 cativos e o número de crianças de 0 a 9 anos era de 4 indivíduos. Os cativos da faixa de 10 a 19 anos subiam a 14 e os de 20 a 29 anos, 15. O número de escravos na casa dos 30 anos era de apenas 4 indivíduos. Os cativos na faixa dos 40 anos somavam 16 indivíduos. Na casa dos 50 anos, os números voltam a cair, sendo apenas 9 escravos. Na faixa dos 60 anos, apareceram apenas 2 indivíduos e, na faixa dos 70, não foram registrados escravos.

Nesta fazenda, a pirâmide etária também estava desequilibrada. As mulheres só foram maioria na casa dos 30 anos. Desta forma, as outras categorias eram compostas majoritariamente por homens, com destaque para os com idade produtiva – Gráficos 6.31 e 6.32. Na faixa de 0 a 9 anos, foram registrados 2 homens e 2 mulheres; na de 10 a 19 anos, 10 homens e 4 mulheres; e, na de 20 anos, 10 homens e 5 mulheres. Na faixa etária dos 30 anos, apenas 1 homem e 3 mulheres; os que tinham 40 a 49 anos somavam 11 homens e 5 mulheres; e, os cativos na casa dos 50 anos eram representados por 6 homens e 3 mulheres. Na casa dos 60 anos, apenas 2 escravos homens. Não ocorreram registros para os septuagenários.

**Gráfico 6.31: Número de escravos por faixa etária na fazenda Macapá, São Fidélis. 1873**

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Gráfico 6.32: Pirâmide etária dos escravos da fazenda Macapá, Cantagalo. 1873**

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

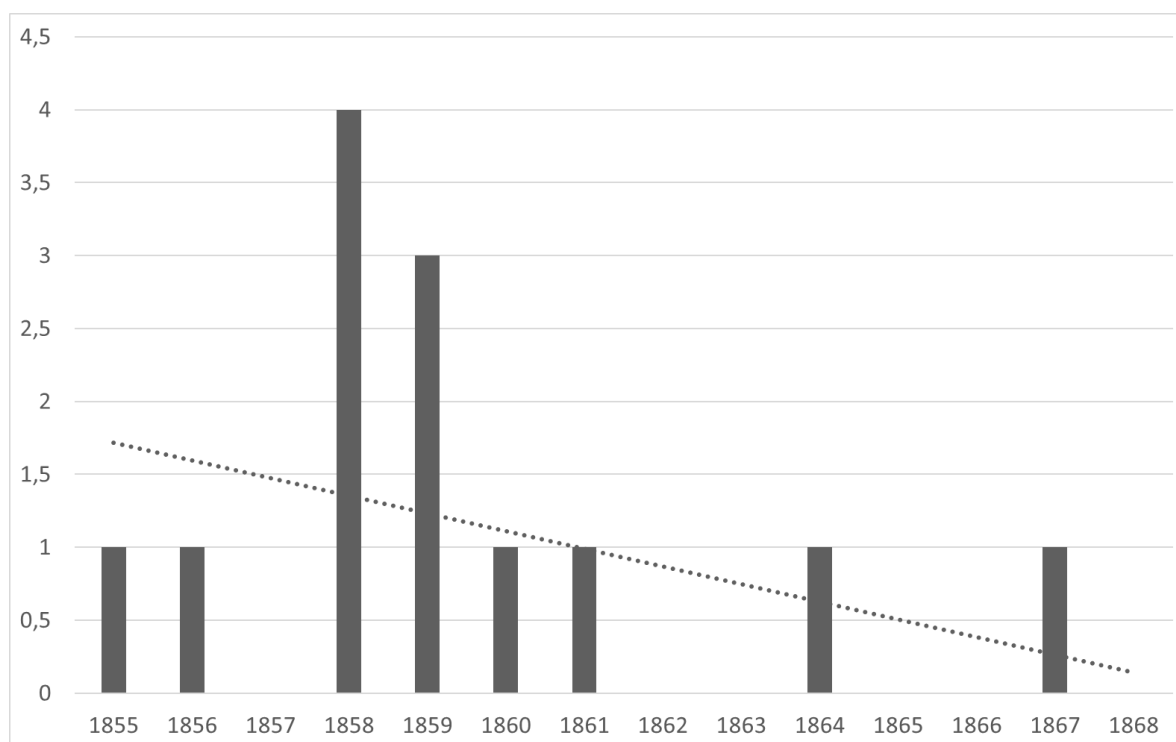
Por fim, ao observarmos os nascimentos no tempo, torna-se nítido o baixo número de nascimentos e a quantidade de anos em que não nasceram escravos, 1857, 1862, 1863, 1865, 1866 e 1868. Tal característica fica representada por uma tendência descendente no nascimento dos cativos da fazenda Macapá – Quadro 6.16 e Gráfico 6.33.

**Quadro 6.16: Nascimentos de escravos na fazenda Macapá, São Fidélis. 1855-1868**

1855	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868
1	1	0	4	3	1	1	0	0	1	0	0	1	0

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171.

**Gráfico 6.33: Nascimentos de escravos na fazenda Macapá, São Fidélis. 1855-1868**



Fonte: Quadro 6.16.

De acordo com o observado até aqui, o complexo de fazendas do Barão de Nova Friburgo em sua totalidade tinha capacidade para reprodução natural de sua escravaria. Quando analisamos separadamente, o quadro apresentado é o seguinte: os complexos Santa Rita e Nova Friburgo possuíam essa capacidade, vide o número de nascimento nessas instâncias. Todavia, o complexo Gavião não tinha a mesma característica. A abordagem das fazendas avulsas nos revelou características bem díspares entre elas. Por exemplo, enquanto Laranjeiras apresentava

um número de nascimentos tendendo ao crescimento, a fazenda Aguaquente o tinha estabilizado. A fazenda Macapá, por sua vez, tinha tendência ao decréscimo deste número.

Vejamos, na próxima sessão, as preocupações do Barão de Nova Friburgo com a administração de seus escravos.

#### 6.4. Como ordenar as escravarias: as instruções do Nova Friburgo

O próximo documento a ser abordado, neste capítulo, se refere à organização das fazendas do Barão – *Instruções gerais para a administração das fazendas – Areias*. A primeira questão se refere à natureza deste documento. Datado em 23 de fevereiro de 1870, fica evidente que o mesmo foi assinado logo após a morte do Barão de Nova Friburgo. Logo, conjecturamos que as instruções foram elaboradas sob a supervisão e a experiência do primeiro Barão de Nova Friburgo e assinada por seu filho, o barão de São Clemente.

Outro importante aspecto a destacar é o fato de que Antônio Clemente Pinto era sócio efetivo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional desde 1837<sup>575</sup>. Com isso, é bem razoável supor que Antônio acompanhou as publicações da sociedade a respeito da necessidade de reformas tecnológicas da indústria brasileira de açúcar.<sup>576</sup> Antenado com as premissas da SAIN para o desenvolvimento da agricultura, em 1855, o Barão escreveu ao engenheiro Mendes Antas

encarregando-o de mandar receber do comendador Antônio Clemente Pinto, um modelo dos brunidores de café empregados em suas fazendas com excelente resultado; devendo depois entender-se com o proprietário do estabelecimento da Ponta d’Areia, a fim de ver se é possível ali fazer-se a respectiva máquina, em que tempo e porque preço cada uma<sup>577</sup>.

Como se observa na citação, Antônio Clemente Pinto enviava um brunidor com o objetivo de reproduzi-lo através do “estabelecimento da Ponta d’Areia”. Sem dúvida, as

<sup>575</sup> O Auxiliador da Indústria Nacional: Periódico da Sociedade Auxiliadora Da Indústria Nacional. Sessão de 4 de novembro de 1837. Nº 173, p. 36. A respeito da SAIN, conferir SILVA, J. L. W. D. **Isto é o que me parece: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional na formação social brasileira (1827-1904)**. Dissertação (Mestrado em História): Niterói: PPGH-UFF, 1979.

<sup>576</sup> MARQUESE, R. B. **Administração & Escravidão. Idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira**. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

<sup>577</sup> *Diário do Rio de Janeiro*. Sexta-feira 29 de abril de 1853. Nº 115. Ano: XXXII, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_01&pasta=ano%20185&pesq=Antonio%20Clemente%20Pinto](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&pasta=ano%20185&pesq=Antonio%20Clemente%20Pinto). Acessado em: jul. 2018. Segundo Luiz Claudio Ribeiro, “Os brunidores eram máquinas que faziam o polimento do grão seco do café para realçar sua cor natural e deixá-lo atrativo ao olhar; após esta fase, o café era ensacado e empilhado em local seco, estando pronto para o transporte e para a torrefação”. RIBEIRO, L. C. M. A invenção como ofício: as máquinas de preparo e benefício do café no século XIX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. N. Sér. v.14. n.1, p. 121-165, jan.- jun. 2006, p. 127. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010147142006000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010147142006000100005&lng=en&nrm=iso). Access on: 13 Sept.2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142006000100005>

melhorias e os beneficiamentos relacionados à produção cafeeira estavam entre as preocupações do Barão.

Um dos aspectos dessa preocupação pode ser visto nas instruções dadas para a manutenção dos maquinismos utilizados nas fazendas. Assim, buscando a “conservação do maquinismo é necessário que todas as peças que sofrem fricção sejam untadas, e nenhuma máquina esteja em movimento sem necessidade”<sup>578</sup>. O Barão também fazia referência à atenção que o administrador deveria dar às máquinas, adquirindo “conhecimento do essencial do maquinismo” e prestando atenção ao funcionamento das mesmas no momento em que “se fizerem concertos ou peças novas, para com o tempo ficar habilitado a dar as necessárias instruções a qualquer novo empregado que tomar conta dos trabalhos do engenho”<sup>579</sup>. Tal cuidado com a questão dos implementos tecnológicos objetivava liberar a maior quantidade de escravos para o manuseio dos pés de café e aumentar a produtividade e a qualidade do produto a ser vendido, fator que fazia o café alcançar os melhores preços no mercado.

Todavia, neste momento, o que mais nos interessa no documento utilizado pelos Clemente Pinto é a questão da ordenação dos escravos. Assim, constatamos que a maior parte dos artigos versava sobre o controle dos escravos realizado pelo administrador. As orientações incluíam o horário em que acordariam, o café da manhã que lhes seria servido, a determinação do serviço aos feitores, o cuidado com os escravos doentes, o exame do serviço executado na roça, a forma de escolher o café, além de contar os escravos vindos da roça e supervisionar a alimentação que lhes era ofertada.

O administrador também estava responsável pelo registro dos escravos que trabalhavam aos domingos para que esses fossem pagos devidamente. Além disso, também deveria ser anotado o trabalho realizado e a morte de algum cativo. Esta primeira parte é finalizada pelo cuidado que o administrador deveria ter com as áreas perto das moradas e também dentro das senzalas, ressaltando que as mesmas deveriam ser varridas todos os dias.

O primeiro capítulo a se referir ao tratamento dos escravos aborda as roupas e a alimentação dos mesmos. Assim, essa sessão se inicia tratando do café da manhã, do almoço baseado em feijão e angu e do jantar com o mesmo feijão e angu somado a “uma quarta de carne seca” frita em gordura de porco. Ainda no jantar, eram ofertados ervas, couves, abóboras

---

<sup>578</sup> AGUILAR, N. (Org.). **Mostra do Redescobrimento**: Negro de Corpo e Alma, catálogo Fundação Bienal de São Paulo. São Paulo: Associação Brasil 500 Anos Artes Visuais 2000, p. 110.

<sup>579</sup> AGUILAR, N. (Org.). *Op. Cit.*, p. 110.

e pepino. Por fim, a ceia, para evitar indigestões, deveria ser leve e baseada em canjica, abóbora com angu e ervas. Tudo isso deveria ser provado previamente pelo administrador<sup>580</sup>.

Segundo as instruções, uma fazenda bem administrada deveria ter um canavial suficiente para poder dar aos escravos uma garrafa de cachaça e uma libra açúcar por cada 20 escravos. Torna-se fundamental recordar que, na maior parte das unidades produtivas de Cantagalo, existia esse canavial<sup>581</sup>. Além desse regalo, os escravos dispunham de quatro peças de roupas, uma delas servindo unicamente para dormir e recebiam um palmo de fumo de grossura regular, que deveria ser sempre levado para o eito.<sup>582</sup>

Esta sessão que acabamos de expor enquadra-se no mesmo sentido daqueles manuais da passagem do século XVIII para o XIX, cujo objetivo era o controle dos corpos escravos para extrair dos cativos o máximo de sua capacidade produtiva<sup>583</sup>. Todavia, Rafael Marquese apontou que, no contexto dos anos 70 do século XIX, ocorreu uma modificação nos padrões de administração dos escravos visando às especificidades do processo produtivo do café<sup>584</sup>.

No que se refere à colheita do café, as regras para os escravos foram três. A primeira delas dizia que o administrador deveria recomendar aos cativos não friccionassem excessivamente as mãos na hora de extrair o fruto dos galhos para não desfolhar os pés de café<sup>585</sup>. A segunda abordava o exame da reunião do fruto, que deveria ser feita perto dos cativos para que o administrador mostrasse imediatamente as perdas. Finalmente, o administrador deveria estar à noite nas fileiras dos escravos, declarando as tarefas a serem realizadas no dia seguinte<sup>586</sup>.

Na quinta parte das instruções, o texto apresenta elementos para o tratamento geral dos escravos, vejamos. A primeira frase ressalta a inteligência dos escravos para identificarem as fraquezas dos feitores e dos administradores, destacando os casos em que eram castigados. Assim, nas palavras do autor, “eles sabem quando merecem castigo” e também sabiam quando estavam sendo punidos injustamente ou por suspeita infundada. As relações pessoais e os privilégios dos escravos estavam resguardados da intervenção do pessoal livre. Por isso, “os domingos e horas de recreio não devem ser preenchidos por serviços senão na maior

<sup>580</sup> AGUILAR, N. (ORG.). *Op. Cit.*, p. 109.

<sup>581</sup> Cf. Capítulo III. AGUILAR, N. (Org.). *Op. Cit.*, p. 109.

<sup>582</sup> AGUILAR, N. (Org.). **Mostra do Redescobrimento: Negro de Corpo e Alma**, catálogo Fundação Bienal de São Paulo. São Paulo: Associação Brasil 500 Anos Artes Visuais 2000, p. 109.

<sup>583</sup> MARQUESE, R. de B. *Op. Cit.*, p. 203.

<sup>584</sup> MARQUESE, R. de B. *Op. Cit.*, p. 203.

<sup>585</sup> Os pés de café sofriam uma oscilação bienal na produção. Tal fenômeno se dava quando o café era plantado sem sombreamento. COHN, M. R. **A Fazenda Santa Sofia: Cafeicultura e escravidão no Vale do Paraíba Mineiro, 1850-1882**. Tese (Doutorado em História): São Paulo: FFLCH/USP, 2013, p. 51. A preocupação do manual com o manuseio realizado pelos escravos pretendia diminuir os efeitos da oscilação produtiva.

<sup>586</sup> AGUILAR, N. (Org.). *Op. Cit.*, p. 110.

necessidade, ou por livre vontade do escravo com recompensa de pagamento”<sup>587</sup>. Essa preocupação em vincular o escravo à terra passava por ligá-lo à propriedade, introduzindo “uma certa ética camponesa de trabalho”.<sup>588</sup>

Na continuação desta sessão, o autor retorna ao tema dos castigos para enfatizar que esses deveriam ser dados sempre de forma “justa” e sem “excessos” e estabelece, ainda, a quantidade de “vergalhadas”<sup>589</sup> em 24 e o tempo máximo de permanência do escravo no tronco em 24 horas. Após essas explicações, o texto retoma o cuidado com os cativos, nesse caso, referindo-se aos doentes. Assim, ao reclamarem suas moléstias aos administradores, deveriam ser levados ao hospital para a constatação da mesma e, a partir de então, iniciar o tratamento, auxiliado por uma dieta rigorosa e pela proibição do fumo. Tais preocupações vão novamente obrigar os administradores a uma atenção redobrada aos cativos que não comiam bem e que trabalhavam mal, sendo mandados imediatamente para o hospital.<sup>590</sup>

No tocante aos escravos em idade avançada, o manual instrutivo dos Clemente Pinto receita todo o cuidado e ainda o perdão a pequenas faltas. Tal expediente tem o objetivo de convencer os mais novos dos benefícios que esses gozariam quando chegassem a certa idade<sup>591</sup>. O quarto título se refere ao tratamento das crianças menores de sete anos. Ricardo Salles e Rafael Marquese apontaram que a preocupação com as crianças nos demais manuais escravistas se relacionava à questão do crescimento vegetativo das escravarias. De acordo com o apresentado nas sessões anteriores, o número de nascimentos entre os cativos era significativamente elevado e tendia ao crescimento, fator que justificava a preocupação exposta no manual.

Diante disso, a preocupação com as crianças se baseava fundamentalmente na sua alimentação. Assim, os cativos menores de sete anos alimentavam-se de forma regular e nos mesmos moldes que os adultos, exceto pela introdução de roscas, pães e frutas<sup>592</sup>. Apesar da similaridade, o investimento em um capítulo especial para as crianças demonstra a preocupação dos proprietários com as novas gerações nascidas no cativeiro e que, em breve, comporiam o grosso da força de trabalho nas fazendas.

---

<sup>587</sup> AGUILAR, N. (Org.). *Op. Cit.*, p. 109

<sup>588</sup> SALLES, R. *Op. Cit.*, p. 247.

<sup>589</sup> FERREIRA, A. B. D. H. **Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999. Verbete: ver.ga.lho [*Verga + -alho.*] Substantivo masculino. 1. O órgão genital dos bois e cavalos, cortado e seco. 2. Chicote feito dele. 3. P.ext. Qualquer chicote.

<sup>590</sup> AGUILAR, N. (Org.). *Op. Cit.*, pp. 108-109.

<sup>591</sup> AGUILAR, N. (Org.). *Op. Cit.*, p. 109.

<sup>592</sup> AGUILAR, N. (Org.). *Op. Cit.*, p. 109.

O documento aqui apresentado, com ênfase na questão da organização e no cuidado dos escravos, segue outros manuais, principalmente o de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, segundo barão com grandeza de Pati do Alferes, publicado em 1847<sup>593</sup>. As similitudes entre as duas instruções para o funcionamento de uma fazenda cafeeira são latentes: Werneck também se preocupou com a saúde dos escravos e com a sua vigilância, além de estipular as obrigações dos administradores, apontando cada elemento a ser supervisionado.

Entretanto, devemos questionar o motivo da preocupação com a regulação e os cuidados com os escravos. O primeiro motivo era o tráfico de escravos, o qual Antônio Clemente Pinto foi signatário até a década de 1830. Em sua fase ilegal, após a lei de 1831, o tráfico recrudesciu em escala e intensidade nunca antes vistos e “nas duas décadas seguintes à promulgação da lei, mais de 750 mil negros foram introduzidos no território nacional”<sup>594</sup>. Tais escravos africanos entraram principalmente pelos portos do Centro-Sul para atender a demanda por braços nas lavouras cafeeiras do Vale do Paraíba<sup>595</sup>.

A introdução desse enorme contingente escravo, no bojo do medo gerado pelas revoltas de escravos do Haiti<sup>596</sup> e da revolta dos malês na Bahia<sup>597</sup>, espalharam o medo de insurreições escravas entre os senhores. Além disso, como aponta Robert Slenes<sup>598</sup>, o espectro linguístico dos cativos africanos trazidos para o centro-sul facilitava a comunicação e a reorganização cultural desses escravos. Por certo, essa reorganização permitia o compartilhamento e a formulação de estratégias de resistência no interior do cativo.

Esses fatores – o tráfico de escravos legal e ilegal, o medo das revoltas escravas e a resistência dos cativos –, vivenciados ao longo da vida pelo Barão de Nova Friburgo, foram os elementos influenciadores da formatação das *Instruções para a Administração das Fazendas – Areias*. Foram eles que deram a tônica das regras para o controle dos escravos, sua alimentação e cuidados. Assim, além de estar profundamente conectado com o que acontecia a sua volta, o Barão preocupou-se com toda a organização de suas fazendas, visando o controle dos cativos e, por consequência, a extração da máxima lucratividade do trabalho escravo.

---

<sup>593</sup> WERNECK, F. P. D. L. **Memória sobre a Fundação e Custeio de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: E.& H. Laemmert, 1847.

<sup>594</sup> CHALHOUB, S. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 30.

<sup>595</sup> FLORENTINO, M. **Em Costas Negras: Uma História do Tráfico entre A África e o Rio de Janeiro, Séculos XVII e XIX**. 5. ed. SÃO PAULO: Editora da Unesp, 2014, p. 39.

<sup>596</sup> Cf. THOMAZ, D. M. **Sob a Regência do Medo: Imprensa, Poder e Rebelião Escrava na Corte Imperial, 1835**. Dissertação (Mestrado em História): Rio de Janeiro: PPGH-UERJ, 2009.

<sup>597</sup> Cf. REIS, J. J. **Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835** 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>598</sup> Cf. SLENES, R. W. A. Malungu, Ngoma Vem!: África Coberta e Descoberta No Brasil. **Revista USP**, São Paulo, v. 12, p. 48-67, 1992.



## 6.5. Conclusões

Iniciamos esse capítulo abordando a totalidade dos escravos pertencentes ao Barão de Nova Friburgo no ano de seu falecimento. Começamos pelo valor total dos 2.180 cativos do Barão de Nova Friburgo, 1.999:200\$000. Assim, se compararmos esse número e esse valor com os de José Breves em 1868, percebemos que o Barão possuía 861 cativos a mais e que o valor dos cativos de Breves (841:240\$000)<sup>599</sup> representava 42% do valor dos cativos do Nova Friburgo. Estamos nos referindo – sem dúvidas – a escravarias avaliadas com uma pequena distância no tempo e que se configuravam como Impérios Agrários de grande vulto.

Na sequência, avaliamos o gênero dos cativos, que, mesmo sob o impacto do tráfico transatlântico de escravos, não alterou drasticamente a relação entre homens e mulheres no plantel do Barão de Nova Friburgo<sup>600</sup>. Os homens representavam 54% e as mulheres 46% – o que não causava o desequilíbrio sexual apontado por Douglas Libby e Clotilde Paiva<sup>601</sup> para as grandes escravarias. Diante disso, o quadro referente à reprodução natural dos escravos muda e, assim como os autores concluem no texto, temos uma pirâmide etária de base consideravelmente alargada, o que nos coloca diante de uma escravaria plenamente reprodutiva.

Outro aspecto abordado foi a produtividade dessa escravaria. Através do estudo dos ofícios dos escravos, notamos que uma indiscutível maioria deles era de roça. Percebemos também a alta relação entre escravos e pés de café. Cada escravo estava responsável por mais de 4000 pés – o que não é pouco. Neste momento, temos que lembrar o alto grau de mecanização das fazendas, elemento que liberava ainda mais mão de obra para o cuidado com os pés de café. Tal elemento aumentava duplamente a produtividade: primeiro no que se refere ao beneficiamento e, segundo, com mais escravos voltados ao trato dos cafeeiros, fatores que melhoravam a qualidade do produto tornando-o mais comercializável.

Passamos, posteriormente, a analisar cada um dos complexos limítrofes de fazendas. Diante de tal análise, percebemos que o maior deles, o Santa Rita, guardava características muito curiosas. A relação entre os sexos, por exemplo, estava mais próxima da igualdade; eram 49% de mulheres para 51% de homens – números que demonstram o equilíbrio sexual dessa escravaria. Diferente do observado para o complexo Gavião, onde a relação entre homens e mulheres era de 55% de homens e 45% de mulheres.

---

<sup>599</sup> PESSOA, T. C. **O Império da Escravidão: o complexo Breves no vale do café (c.1850-c.1888)**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018, pp. 89-90.

<sup>600</sup> Cf. Capítulo V.

<sup>601</sup> PAIVA, C. A.; LIBBY, D. C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos. Instituto de Pesquisas Econômicas**, São Paulo, v. 25, n. 2, pp. 151-242, 1995.

Além disso, as bases da pirâmide etária do complexo Santa Rita também eram largas e, com isso, demonstravam sua capacidade reprodutiva. Ademais, destacamos que o número de crianças nascidas nesse plantel não era nada desprezível, tendendo ao crescimento. Por outro lado, as bases da pirâmide etária do complexo Gavião já não tinham a mesma expressividade. Não estamos dizendo que este complexo não seria reprodutivo, mas em comparação com o Santa Rita, não alcançava os mesmos índices. Além disso, no Gavião, o número de nascimentos ainda era menor que no Santa Rita e, ao contrário, tendiam ao decréscimo.

O menor dos complexos de fazendas, localizado em Nova Friburgo, possuía desequilíbrio significativo em sua relação entre os sexos. A maioria dos escravos (63%) era de homens e 37% eram mulheres. Além disso, também percebemos que o número de crianças e de nascimentos em tal complexo era bastante reduzido. No entanto, a tendência desses nascimentos era representada de forma positiva.

Da mesma forma, a questão da reprodução natural seguia nas fazendas Laranjeiras, Aguaquente e Macapá. No caso dessas unidades produtivas, a pirâmide etária de todas elas possuía uma base encurtada – o que restringe a ideia de reprodução natural. Os nascimentos também não apresentavam estabilidade, enquanto a Laranjeiras apresentava uma tendência positiva no número de nascimentos, a Aguaquente apresentava estabilidade no número e, por fim, a Macapá, localizada em São Fidélis, manifestava uma tendência declinante de nascimentos.

Esses aspectos assimétricos em relação à reprodução natural dos cativos não excluem a possibilidade de reprodução natural; muito menos, a diminuem. A reprodução natural dos cativos era um fato nessas fazendas. Todavia, não foi possível trabalhar com as taxas de natalidade e mortalidade dessas escravarias, já que os documentos pesquisados não permitiam a extração segura de tais informações. Portanto, não encontramos uma forma prudente de afirmar o crescimento vegetativo dentro do complexo e, por isso, não o faremos<sup>602</sup>. No entanto gostaríamos de ressaltar o grande volume de escravos nascidos no complexo e também o vultoso número de crianças até 9 anos.

---

<sup>602</sup> A investigação a respeito do crescimento vegetativo demanda a utilização de arquivos de onde possamos extrair as taxas de mortalidade dentre os escravos. Todavia, os registros de óbitos não são documentos seguros para extrairmos esses dados. Isto porque muitos senhores possuíam cemitérios em suas terras e faziam seus registros nas próprias anotações da fazenda. Cf. PESSOA, T. C. **O Império da Escravidão: o complexo Breves no vale do café (c.1850-c.1888)**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018. Especialmente o capítulo 6, onde o autor trata da reprodução do complexo cafeeiro dos Breves. Sobre os problemas dos arquivos paroquiais de óbitos ver: FARIA, S. S. C. **A Colônia em Movimento, Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp. 343-344.

Após a nossa preocupação com a questão da reprodução natural, a análise passou a se concentrar em um documento bastante importante, as *Instruções gerais para as fazendas – Areias*. O documento foi central na compreensão da administração dos escravos das fazendas do Barão de Nova Friburgo. Diante disso, analisamos o documento como sendo feito sob os cuidados do 1º Barão de Nova Friburgo. Nossa principal contribuição com a investigação desse documento se baseia na ideia de que as orientações ali expostas objetivavam extrair o máximo do trabalho escravo. Fator que se coaduna com a reorganização da mão de obra pós-1870, visando ao controle dos cativos e, por conseguinte, o aumento da produtividade.

Vale lembrar que o Barão estava intimamente ligado à escravidão e que essa ligação também passou aos seus filhos. Neste caso, após a escrita das instruções para a administração dos cativos, no ano de 1871, o barão de São Clemente e o dr. Bernardo Clemente Pinto assinaram a lista dos fazendeiros de Cantagalo contrários à proposta de lei para libertar o ventre da mulher escrava<sup>603</sup>.

Com a exposição feita, finalizamos a abordagem sobre os escravos do Barão de Nova Friburgo. Apenas reiteramos que o seu Império Agrário-escravista se constituía, sem carregarmos nas tintas, em um dos maiores do Império do Brasil, sobrepujando os Breves, por exemplo. Com isso, nos encaminhamos para o último capítulo desta tese, onde trataremos da Casa Comissária Barão de Nova Friburgo & Filhos.

---

<sup>603</sup> Cf. MIRANDA, B. D. F. **O Vale do Paraíba contra a lei do ventre livre, 1865-1871**. Dissertação (Mestrado em História): São Paulo: FFLCH-USP, 2018; *Diário do Rio de Janeiro*, Ano 54, n° 205. Quarta-feira, 26 de julho de 1871, p.2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20187&pesq=Dr.%20Bernardo%20Clemente%20Pinto](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20187&pesq=Dr.%20Bernardo%20Clemente%20Pinto)>. Acesso em: jul. 2017.

## Capítulo VII: A Barão de Nova Friburgo & Filhos: O centro dinâmico da agricultura escravista

### 7.1 Introdução

Nos capítulos anteriores, priorizamos a montagem e o funcionamento do complexo cafeeiro do Barão de Nova Friburgo. Neste capítulo, analisamos o “coração” por onde passavam todas as suas fontes de riqueza, a Casa Comercial *Barão de Nova Friburgo & Filhos*<sup>604</sup>.

No contexto de expansão da cafeicultura na região do Vale do Paraíba ocidental e oriental, as casas comissárias tiveram um papel fundamental. No que concerne à banda oriental, a Friburgo & Filhos desempenhou um importante papel de financiadora da lavoura cafeeira em um momento em que os bancos não cumpriram esse papel<sup>605</sup>. Tal atividade de intermediação do crédito nos permite redimensionar certas visões que enfatizam o financiamento exclusivo da lavoura cafeeira e do sustento dos cafeicultores, no início de suas atividades agrícolas, por suas produções para o mercado de abastecimento. Tais trabalhos relativizam o papel dos grandes comerciantes no financiamento e no impulso dado a atividade agrícola do café.<sup>606</sup>

Antes do Código Comercial de 1850 e da lei hipotecária de 1864/65, o crédito estava concentrado nas mãos de “capitalistas” e comissários de café que atuavam nas localidades cafeeiras<sup>607</sup>. A atuação de Antônio Clemente Pinto está relacionada a esse contexto, tendo iniciado sua trajetória de lavrador na vila de Cantagalo em 1819, antes mesmo de se matricular como comerciante de grosso trato na Praça do Rio de Janeiro em 1825<sup>608</sup>. Nos anos seguintes à

<sup>604</sup> A partir desse momento, usaremos Friburgo & Filhos.

<sup>605</sup> A respeito dos bancos e a questão do financiamento agrícola no século XIX Cf. GUIMARÃES, C. G. "Associação de capitalistas" ou "Associação de proprietários": o Banco Comercial e Agrícola no Império do Brasil, banco comercial e emissor no Vale do Paraíba (1858-1862). In: RICARDO, S.; MUAZE, M. (Org.) **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. pp. 436-476.

<sup>606</sup> FARIA, S. D. C. Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX). **ANAIS DO MUSEU PAULISTA**, São Paulo, Nova Série, v. 26, pp. 1-42, 2018. Available from: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010147142018000100304&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010147142018000100304&lng=en&nrm=iso). Access on: 01 Oct. 2018. Epub June 11, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672018v26e04d1>.

<sup>607</sup> Segundo Renato Marcondes, “a partir do Código Comercial de 1850 e da legislação hipotecária de 1864/65 a possibilidade de financiamento por meio de hipotecas e de instituições bancárias cresceu expressivamente. Anteriormente, o crédito concentrava-se nas mãos de capitalistas e comissários locais dos grandes centros comerciais, especialmente os da praça do Rio de Janeiro”. MARCONDES, R. L. O Financiamento Hipotecário da Cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1865-87). **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 56(1), p. 147-170, jan/mar 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbe/v56n1/a06v56n1>. Acesso em: jul. de 2018; ver também o estudo de José Ênio Casalecchi. CASALECCHI, J. Ênio. O fazendeiro de café como representante de casa comissária. Estudo de uma correspondência. **Revista Perspectiva**, v. 1, n. 1, pp. 216-221, 1976.

<sup>608</sup> Fundo/Coleção: Junta do Comércio. Código de Fundo: 7X. Códice 170 Vol.1, p. 223. Arquivo Nacional. Cf. ALEGRIO, L. V. **OP. Cit.**, p. 31.

matrícula, Antônio enveredou pelo tráfico de escravos e passou a reunir significativa fortuna aplicada em terras e escravos na região de Cantagalo.<sup>609</sup>

A atividade de fornecimento de crédito exercida por Antônio na região de Cantagalo e de Nova Friburgo pode ser mapeada nos livros do Cartório do 2º Ofício de Nova Friburgo a partir da década de 1840 até meados de 1870. Junto a esse conjunto de escrituras ligadas a Antônio, vamos abordar essa trajetória creditícia através da Friburgo & Filhos, utilizando, ainda, o balanço comercial da mesma casa. Esses documentos, apoiados por notícias de jornais e periódicos, vão demonstrar que a Friburgo & Filhos era o centro nevrálgico da atividade econômica do Barão de Nova Friburgo.

Dito isto, não podemos esquecer que o crédito, principalmente antes das reformas supracitadas, estava baseado na preponderância do crédito pessoal. Assim, a atividade creditícia estava ancorada em relações de amizade e parentesco e ensejava uma forte dependência pessoal<sup>610</sup>. Por certo, foram essas balizas que nortearam as atividades de Antônio, mas não exclusivamente.

Junto ao fator pessoal, governava o crédito de Antônio uma dose de racionalidade econômica voltada para o lucro, fator que otimizava as transações. Não colocamos o lucro como um elemento buscado excessivamente, em detrimento de fatores pessoais. Por certo, não queremos interpretar a racionalidade econômica do período descolada dos fatores pessoais, mas essas relações não nos permitem “concluir que eram ações não racionais ou não motivadas pela lógica da acumulação capitalista”.<sup>611</sup>

Mesmo após o desenvolvimento da atividade bancária e do estabelecimento do Código Comercial pós-1850, a atuação de Antônio Clemente Pinto foi essencial. A Friburgo & Filhos, como veremos, continuou a fornecer crédito para os fazendeiros cantagalenses e também de outras áreas do Vale do Paraíba. Além disso, recebia café dos mais diversos lugares do Império.

---

<sup>609</sup> Sobre o tráfico de escravos e o império agrário formado por Antônio Clemente Pinto ver capítulos IV, V e VI desta tese.

<sup>610</sup> Rita Almico, assim como Gustavo Pereira da Silva, destacou a permanência das relações pessoais na tomada do crédito para Juiz de Fora e São Paulo no final do século XIX. Cf. ALMICO, R. D. C. D. S. **Dívida e Obrigação: as relações de crédito em Minas Gerais, séculos XIX e XX.** Tese (Doutorado em História): Niterói: PPGH-UFF, 2009. SILVA, G. P. D. A dinâmica do enriquecimento paulista no século XIX: das origens à diversificação do capital da família Lacerda Franco. **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 347-376, abr.-jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ee/v45n2/0101-4161-ee-45-02-0347.pdf> Acesso em: jul. de 2018.

<sup>611</sup> As relações pessoais faziam parte da racionalidade econômica da época. Tais relações não excluía o caráter lucrativo das negociações, uma vez que esses elementos não são excludentes entre si, mas complementares. Para o debate acerca da utilização do conceito racionalidade econômica, ver entre outros: BARROS, J. D. Os sistemas econômicos e suas formas de racionalidades: a busca das singularidades na moderna história econômica e seus novos desafios. **Revista de Economia**, (Curitiba), v. 38, pp. 109-131, 2012; TEIXEIRA, R. A. Capital e Colonização: a constituição da periferia do sistema capitalista mundial. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 36, nº 3, pp. 539-591, 2006.

Diante do exposto, nossa hipótese de trabalho se refere ao domínio e à dinâmica que a Friburgo & Filhos deu aos negócios do Barão de Nova Friburgo. O personagem não esteve dependente dos comissários, pois, além de ser o comerciante de seu próprio café, viabilizou a intermediação e a venda do café de um grande número de cafeicultores da região de Cantagalo. Ademais, agenciava a exportação do café recebido pela casa, transformando, nesse processo, vários lavradores e fazendeiros dependentes de seu serviço.

A Friburgo & Filhos articulava a produção das fazendas cafeeiras com o sistema de transporte, primeiramente através de mulas, e, depois, valendo-se da modernização dos transportes com a Estrada de Ferro Cantagalo<sup>612</sup>. Tal articulação desdobrava-se na venda do café para exportadores. Assim sendo, a Casa Comissária controlava todas as etapas de extração de lucros com a produção cafeeira – produção e beneficiamento, transporte e comércio. A tais etapas pode se somar o agenciamento do café de vários fazendeiros e lavradores da Província do Rio de Janeiro.

Passamos, portanto, a analisar as escrituras públicas de hipotecas, dívidas e concessão de crédito realizadas tanto pelo Barão de Nova Friburgo, quanto pela Friburgo & Filhos.

## **7.2. O Barão de Nova Friburgo e a Friburgo & Filhos: escrituras de hipoteca e concessão de crédito**

Os empréstimos realizados pelo Barão de Nova Friburgo e pela “firma social” Friburgo & Filhos, através das escrituras públicas, foram realizados, em sua maioria, em dinheiro. Como garantia do pagamento desses créditos, os devedores ofereciam majoritariamente terras e escravos como hipoteca. Trataremos, primeiramente, das escrituras relacionadas ao Barão de Nova Friburgo e, posteriormente, passaremos a analisar os documentos referentes à Friburgo & Filhos.

A primeira escritura registrada no cartório do tabelião Zamith, em Nova Friburgo, data de 1846. Trata-se de um crédito de 9:000\$000 concedido por Antônio Clemente Pinto a Claudio Friaux (morador de Cantagalo), com juros de 1,5% ao mês e com carência de 6 meses. Como se trata de um documento de cessão de dívida, constatamos de Claudio Friaux passou, com

---

<sup>612</sup> A Estrada de Ferro Cantagalo foi idealizada pelo 1º Barão de Nova Friburgo com o objetivo de resolver as dificuldades inerentes ao escoamento da produção cafeeira da área oriental do Vale do Paraíba. Alberto Lamego define a Estrada de Ferro Cantagalo como o maior dos empreendimentos do Barão de Nova Friburgo. Após o falecimento do Barão, quem assume a tarefa do desenvolvimento e da conclusão da Estrada de Ferro é Bernardo Clemente Pinto Sobrinho, que, em 1873, ganha o título de 2º Barão de Nova Friburgo. Cf. LAMEGO, A. R. **O homem e a serra**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2007, p. 367. MELNIXENCO, V. C. **Friburgo & Filhos: tradições do passado e invenções do futuro**. Dissertação (Mestrado em História): Rio de Janeiro: PPGH-UNIRIO, 2014, pp. 1 - 15.

autorização de Clemente Pinto, os bens dados como garantia a Achille Brigot, que assumiu a dívida junto a Antônio.<sup>613</sup>

Podemos observar o mesmo caso através de uma escritura de 1847. Antônio Clemente Pinto emprestou a Mindelino Francisco de Oliveira a quantia de 8:720\$000. Mindelino, por sua vez, também autorizado por Clemente Pinto, faz a cessão de sua dívida – que tinha como garantia a fazenda Aurora, localizada no Paquequer – ao Brigadeiro Inácio Gabriel Monteiro de Barros<sup>614</sup>, que passa a devedor de Antônio na quantia estipulada.

As duas hipotecas seguintes, realizadas no ano de 1849, foram realizadas sob um empréstimo de 1:000\$000. A primeira foi feita a Joaquim da Cunha Teixeira Pinto, morador de Nova Friburgo. O pagamento foi feito em trabalhos de ferraria e objetos de sua fábrica<sup>615</sup>. Na segunda, o também morador da vila de Nova Friburgo, Cristóvão Vieira de Freitas figurava como devedor, com juros de 1,5% ao mês e com prazo de 12 meses para quitação. Como garantia do empréstimo, Cristóvão hipotecou dois escravos africanos em idade de trabalho.

No ano de 1855, Antônio Clemente Pinto, então Barão de Nova Friburgo, emprestou a Bernardo José Pereira de Figueiredo, morador em Nova Friburgo, a quantia de 2:200\$000, com juros de 1% ao mês e prazo para quitar a dívida de doze meses. O empréstimo foi feito em dinheiro corrente e se destinava a compra de duas casas na praça Princesa Isabel, no Centro da vila de Nova Friburgo. Além disso, o comprador garantiu a negociação dos imóveis através da hipoteca dos mesmos.<sup>616</sup>

Neste mesmo ano de 1855, o Barão de Nova Friburgo inseriu seu primogênito, Antônio Clemente Pinto, em sua firma social. Assim, Antônio passava a ser associado da Casa Comissária e seu pai comunicava “a esta praça e as mais pessoas com quem tem correspondência que do primeiro de setembro do corrente ano em diante a firma da mesma sociedade será – *Barão de Nova Friburgo & Filho*”<sup>617</sup>.

Não só pequenos devedores estavam na “carteira” do Barão de Nova Friburgo, mas também grandes devedores. Esse é o caso do Tenente Coronel João Antônio de Moraes, barão

<sup>613</sup> Cartório do 2º Ofício - Livro IV, Fl. 4V. Na escritura analisada, não consta o que foi dado pelos devedores como garantia para o empréstimo.

<sup>614</sup> Cartório do 2º Ofício - Livro IV, Fl. 15V-16. Brigadeiro Inácio Gabriel Monteiro de Barros era filho de Lucas Antônio Monteiro de Barros, visconde de Congonhas do Campo. Foi casado com Alda Romana de Oliveira Arruda e dono da Fazenda do Resgate. Faleceu no Rio de Janeiro, a 2 de março de 1850 e foi enterrado no Cemitério do Catumbi. Disponível em: <https://www.geni.com/people/In%C3%A1cio-Gabriel-Monteiro-de-Barros/6000000014158369186#/tab/overview>. Acesso em: Jul 2018.

<sup>615</sup> Cartório do 2º Ofício - Livro IV, Fl. 64V-65.

<sup>616</sup> Cartório do 2º Ofício - Livro V.I, p. 11-11V-12.

<sup>617</sup> Anúncios. *Correio Mercantil, e Instructivo, Político Universal*, sábado 1 de setembro de 1855. Rio de Janeiro, Ano XII, nº 242, p. 2, coluna 5.

das Duas Barras<sup>618</sup>. Segundo a escritura registrada no Cartório da vila de Nova Friburgo em 1858, o tenente era devedor de vários pequenos créditos concedidos pelo Barão de Nova Friburgo. Tais créditos somados representavam uma quantia bastante significativa, 180:400\$000 – e foi liquidada no momento de realização da escritura.<sup>619</sup>

Ainda no mesmo ano, o Barão de Nova Friburgo voltou ao Cartório da vila de Nova Friburgo para registrar uma escritura de “paga e quitação” com Antônio Soares Alvarenga. Tal escritura tratava de uma dívida de João Dutra da Silveira junto ao Barão repassada a Antônio Soares Alvarenga. Assim, “pelo Barão de Nova Friburgo foi dito que dava por pago e satisfeito da quantia de sete contos trezentos e noventa e quatro mil trezentos e sessenta réis”<sup>620</sup>.

O próximo devedor do Barão de Nova Friburgo registrou uma hipoteca no ano de 1859. Fernando Martins Pinheiro pegou emprestado com o Barão de Nova Friburgo 2:370\$000, com 1% de juros ao mês e prazo para saldar a dívida de quatro anos. Além dessas informações, é preciso destacar que Fernando Martins Pinheiro deu como garantia a escrava Rita de Nação e seus dois filhos, Anselmo e Nicolau<sup>621</sup>. Onze anos após o registro dessa escritura e após o falecimento do Barão de Nova Friburgo, Fernando retornou ao cartório para saldar sua dívida, e dessa vez Bernardo Clemente Pinto Sobrinho estava presente para defender os interesses relativos ao débito e munido de uma procuração para representar seu irmão, o barão de São Clemente<sup>622</sup>.

No ano de 1860, o barão de Tautphoeus, representado, neste caso, por seu procurador Joaquim José Xavier, registrou uma hipoteca junto ao Barão de Nova Friburgo, também representado por seu procurador Joaquim Vieira da Costa, no valor de 2:000\$000 com juros de 1% ao mês e prazo para o pagamento de um ano. Nesta escritura de hipoteca, o barão de Tautphoeus<sup>623</sup> deu como garantia do empréstimo uma casa na rua do *Château du Roi*, na vila de Nova Friburgo<sup>624</sup>.

---

<sup>618</sup> João Antônio de Moraes era oficial da Imperial Ordem da Rosa. Foi também agraciado com o título de barão das Duas Barras em 8 de julho de 1867. A respeito da família Moraes conferir FERREIRA, M. D. M. **Histórias de Famílias: Casamentos, Alianças e Fortunas**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008.

<sup>619</sup> Cartório do 2º Ofício - Livro V.I, p.113V-114.

<sup>620</sup> Cartório do 2º Ofício - Livro V, p. 108V-109.

<sup>621</sup> Cartório do 2º Ofício - Livro V.I, p.179V-180.

<sup>622</sup> Cartório do 2º Ofício - Livro VII, p.91V-92-92V.

<sup>623</sup> O barão de Tautphoeus – Joaquim José Hermano de Tautphoeus – nasceu em 22 de setembro de 1814 em Ingolstadt, Alemanha, e faleceu em 27 de fevereiro de 1890 no Rio de Janeiro. Foi educador, professor de Alemão no Colégio Pedro II e no Ateneu Fluminense, matemático e historiador. Escreveu *Manual de História Moderna e Resumo de História Contemporânea*. BARÃO DE TAUTPHOEUS. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Jakob-JOSEPH-Hermann-von-Tautphoeus-Bar%C3%A3o-deTautphoeus/6000000072510318867>. Acesso em: ago. 2018.

<sup>624</sup> Cartório do 2º Ofício - Livro V.I, p.238-238V-239.



Nos anos 1860, a firma Friburgo & Filhos cresceu e passou a ser reconhecida na Praça comercial do Rio de Janeiro. Tal notoriedade foi explorada também por estelionatários. Assim, o *Diário do Rio de Janeiro*, em 13 de agosto de 1863, noticiou na sessão *Notícias Oficiais* a seguinte nota: “Firmas falsas – Hoje tem lugar, no juízo municipal da 1ª vara, a continuação do processo intentado contra os falsificadores da firma ou carta de ordens sobre o Barão de Nova Friburgo & Filho”.<sup>625</sup>

O caso não terminou nessa pequena notícia. Quatro meses depois, em 21 de dezembro de 1863, os envolvidos foram julgados. Assim, os réus A. Nobrega Carneiro, João Augusto Camacho, Antônio José Henriques e João Ray foram levados diante do Juiz Municipal<sup>626</sup> por “crime de falsificação de uma carta de ordens da casa do Barão de Nova Friburgo & Filhos”. Infelizmente, as notícias não informam o valor da carta falsificada – o que nos daria a dimensão do prejuízo causado pelos estelionatários.

Tal processo só teve fim em 1º de março de 1864. Identificamos que o periódico *A Actualidade* noticiou que os “acusados de terem falsificado uma ordem atribuída ao Sr. João Antônio de Moraes contra a casa dos Srs. Barão de Nova Friburgo & Filhos, de quem obtiveram avultada quantia”<sup>627</sup>. Não existiriam motivos para se duvidar de uma carta endossada por João Antônio de Moraes. O mesmo tinha vultosos negócios com Antônio Clemente Pinto e sua firma. Os estelionatários valeram-se desse fato para aplicar o golpe.

Todavia, não é nada fácil aplicar um golpe em uma firma do calibre da Friburgo & Filhos e sair ileso. Assim, dos três julgados pelo estelionato contra a firma, José Henriques e João Augusto Camacho foram inocentados por não terem combinado a formação do “golpe”. Por outro lado, João Ray foi julgado e condenado à prisão com trabalho por seis meses e uma multa de 5% do valor do estelionato.<sup>628</sup>

De qualquer forma, o nosso personagem já havia passado por uma outra armadilha. Em 20 de março de 1845, o *Diário do Rio de Janeiro* noticiava, na sessão de polícia, que Antônio

---

<sup>625</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, quinta-feira, 13 de agosto de 1863. Ano XLIII, Nº 221. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq=Friburgo%20%20Filhos](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=Friburgo%20%20Filhos)>. Acesso em: ago. 2018.

<sup>626</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, segunda-feira, 21 de dezembro de 1863. Ano XLIII, Nº 351. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq=Friburgo%20%20Filhos](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=Friburgo%20%20Filhos)>. Acesso em: ago. 2018.

<sup>627</sup> *A Actualidade*, terça-feira, 1 de março de 1864. Ano 6, Nº 652. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=235296&pesq=Friburgo%20%20Filhos>. Acesso em: ago. 2018.

<sup>628</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, quinta-feira, 11 de junho de 1845. Ano XXIV, Nº 6954, p. 3. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_01&pasta=ano%20184&pesq=Friburgo%20%20Filhos](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&pasta=ano%20184&pesq=Friburgo%20%20Filhos). Acesso em: ago. 2018.

Clemente Pinto havia sido preso por suspeita de falsificação<sup>629</sup>. Tal notícia só foi revertida em 11 de junho do mesmo ano, quando, na sessão de “declarações” do mesmo jornal, o subdelegado da Freguesia do Sacramento ratificou que o indivíduo detido no mês de março por suspeita de falsificação “fora preso e processado por haver mudado seu primeiro nome de Antônio Teixeira Pinto para o de Antônio Clemente Pinto”.<sup>630</sup>

Retomando a análise das escrituras, no ano de 1865, o Barão de Nova Friburgo e Felipe José da Silva registraram um registro de quitação no Cartório de Cantagalo. O valor era de 4:000\$000 e Felipe José da Silva, morador de Cantagalo, utilizou para pagar a hipoteca dois bens valiosos para essa realidade. O primeiro desses bens constituía-se em uma situação de terras no Rio Negro, denominada Monte Alegre, que possuía casa de vivenda e cafeeiro. O segundo bem valoroso, quatro escravos, sendo dois homens de nação e duas mulheres crioulas.<sup>631</sup>

O Barão de Nova Friburgo retornou ao Cartório da vila de Nova Friburgo em 1868 para registrar mais uma escritura de paga e quitação de uma dívida contraída ainda na década de 1840. Desta vez, quem estava liquidando seus débitos era Carlos José Pinto de Queiroz, morador na Freguesia de São José do Ribeirão. O valor pago foi de 20:515\$071.<sup>632</sup>

No ano seguinte, 1869, Albino Barbosa foi ao Cartório da vila de Nova Friburgo para ajustar com o Barão de Nova Friburgo as contas da sua hipoteca. O valor acertado foi de 3:414\$836, com 1% de juros ao mês, por um período de dois anos. A escritura lavrada no Cartório nos permite perceber que o objetivo de Albino com o empréstimo era comprar duas situações com todas as suas benfeitorias: casa de vivenda, paiol, horta, frutas e cafeeiros, situadas na Freguesia de São João Batista da vila de Nova Friburgo<sup>633</sup>. No entanto, Albino Barbosa não esperou os dois anos para o vencimento da dívida e, em 1870, junto aos irmãos “Bernardo Clemente Pinto por si e como procurador do Barão de São Clemente” saudou os seus débitos.<sup>634</sup>

Esta última história nos suscita algumas reflexões. A primeira delas é sobre o financiamento da lavoura cafeeira e de abastecimento, pois Albino tornava-se devedor do Barão

---

<sup>629</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, quinta-feira, 20 de março de 1845. Ano XXIV, Nº 6870, p. 2. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_01&pasta=ano%20184&pesq=Friburgo%20&%20Filhos](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&pasta=ano%20184&pesq=Friburgo%20&%20Filhos) Acesso em: ago. 2018

<sup>630</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, quinta-feira, 11 de junho de 1845. Ano XXIV, Nº 6954, p. 3. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_01&pasta=ano%20184&pesq=Friburgo%20&%20Filhos](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&pasta=ano%20184&pesq=Friburgo%20&%20Filhos) Acesso em: ago. 2018

<sup>631</sup> Centro de Memória de Cantagalo - SOUC-LE003-P085-85V-86.

<sup>632</sup> Cartório do 2º Ofício - Livro VII, p.258V-259-259V.

<sup>633</sup> Cartório do 2º Ofício - Livro VII, p.50V-51-51V-52-52V.

<sup>634</sup> Cartório do 2º Ofício - Livro VII, p.110-110V.

para fazer a sua pequena propriedade se desenvolver, e parece que foi o que aconteceu. A segunda questão a que gostaríamos de chamar a atenção refere-se aos cafeeiros espalhados pela Freguesia de São João Batista, área considerada de “terras frias” e impróprias para o café. Ou seja, por estarem em altitudes elevadas – mais de 900 metros – e ter clima frio, as terras da Freguesia seriam impróprias para a plantação de café (“o café não medrava”), mas não foi o que aconteceu no caso, cultivando-se café com culturas de abastecimento em terras altas.<sup>635</sup>

Outras constatações se somam a essas e é preciso chamar a atenção para o fato de que o Barão de Nova Friburgo só aparece nessas escrituras como morador do Rio de Janeiro em duas ocasiões, em 1846 e 1869. Também a respeito da localização, mas agora dos devedores, percebemos que apenas dois deles estavam localizados em Cantagalo. Os demais residiam em Nova Friburgo. Também gostaríamos de destacar que os filhos do Barão de Nova Friburgo, após seu falecimento, passaram a gerenciar as negociações que envolviam seu nome.

Um dos fatores de maior destaque se refere ao volume das dívidas, que são de valores variados – Quadro 7.1 e Gráfico 7.1. O maior devedor do Barão era o Tenente Coronel João Antônio de Moraes, que concentrava 73% das dívidas, seguido por Carlos José Pinto de Queiroz, com uma dívida que representava 8%; Cláudio Friaux e Mindelino Francisco de Oliveira deviam 4% cada; e, Antônio Soares Alvarenga, 3% do montante de 247:799\$803. Os demais senhores representavam menos de 2% do montante avaliado. Por fim, gostaríamos de destacar que essas dívidas estavam em nome de Antônio Clemente Pinto.

---

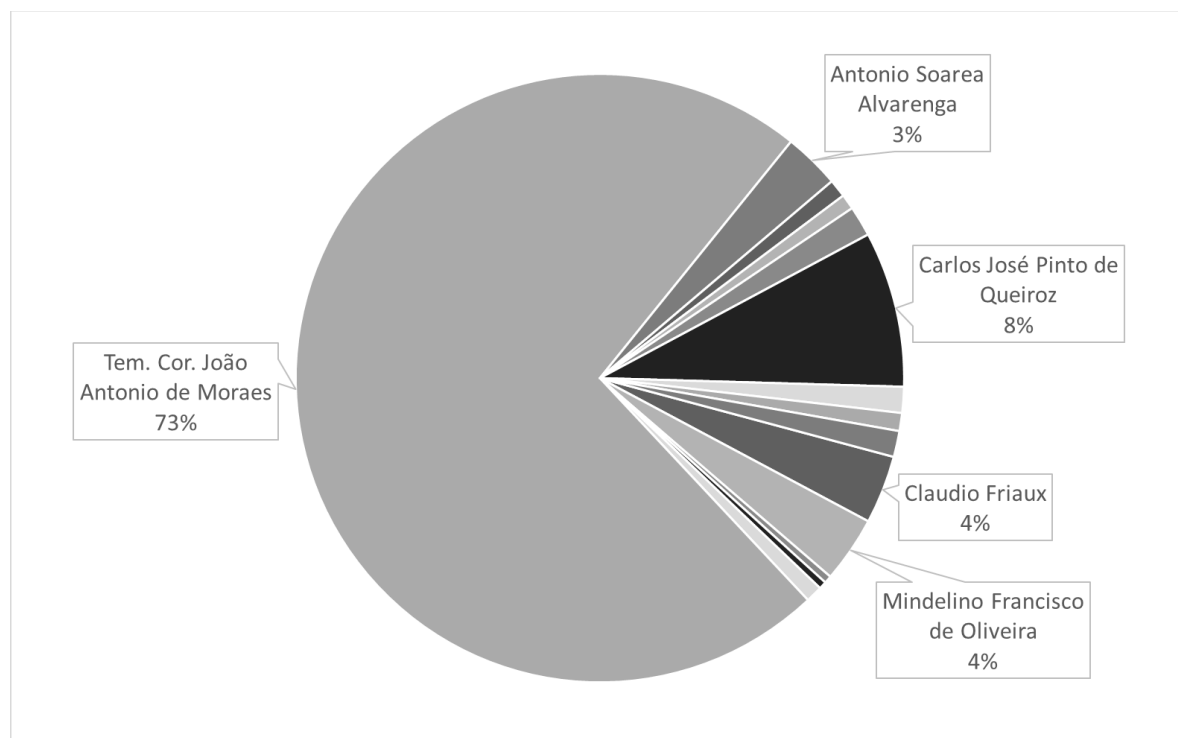
<sup>635</sup> “*terras frias*”. Estas terras se encontram em todas as cordilheiras, que se elevam acima do nível do mar a uma altura de dous mil pés, e nos platós, planícies, que se estendem sobre as montanhas (...), nota-se a serra da Estrella, a serra dos Órgãos, a serra do Queimado, que, ramificando-se para o N. E. , torna o nome de serra da Sebastianna; a serra dos Canudos, a serra das Bananeiras, ficando o município de Nova Friburgo e Canlagallo, sobre um plató, que vai acabar na margem do Parahyba, e sobre o qual se levantam rochedos e montanhas. É n'estas diferentes alturas, que se nota uma vegetação extremamente variada, dependendo das diferenças de temperatura. Estes terrenos não são próprios somente para a cultura dos cafeeiros. Ahi se pôde cultivar quasi todas as plantas da zona temperada. O café, porém, d'estas terras é duma qualidade muito superior, seu aroma é mais forte, seu gosto mais delicado, e sem comparação mais agradável ao paladar; quando é bem preparado não sei si é superior ao café de Moka, e mesmo nos mercados tem um preço mais alto. Ora, parece que está diferença de preço em favor do agricultor compensa bem o trabalho, que se tem em apanhar em colheitas irregulares. (...)”. CUNHA, A. R. **Arte da cultura e preparação do café. Manual do Agricultor Brasileiro. Tomo I.** Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1844, pp. 43-44.

**Quadro 7.1: Dívidas contraídas com o Barão de Nova Friburgo. 1846-1870**

<b>Tipo de dívida</b>	<b>Devedor</b>	<b>Valor</b>
Quitação	Ten. Cel. João Antônio de Moraes	180:400\$000
Quitação	Carlos José Pinto de Queiroz	20:515\$771
Hipoteca	Claudio Friaux	9:000\$000
Hipoteca	Mindelino Francisco de Oliveira	8:720\$000
Quitação	Antonio Soares Alvarenga	7:394\$360
Quitação	Felipe José da Silva	4:000\$000
Ajuste de Contas	Albino Barbosa	3:414\$836
Quitação	Albino Barbosa	3:414\$836
Hipoteca	Fernando Martins Pinheiro	2:370\$000
Quitação	Fernando Martins Pinheiro	2:370\$000
Hipoteca	Bernardo José Pereira de Figueredo	2:200\$000
Hipoteca	Barão de Tautphoeus	2:000\$000
Dívida	Joaquim da Cunha Teixeira Pinto	1:000\$000
Hipoteca	Christovão Vieira de Freitas	1:000\$000
Total		247:799\$803

Fontes: Cartório do 2º Ofício e Centro de Memória de Cantagalo.

**Gráfico 7.1: Principais devedores do Barão de Nova Friburgo. 1846-1870**



Fonte: Quadro 7.1.

Passaremos, agora, a analisar as dívidas sobre o nome da firma Friburgo & Filhos. A primeira escritura que encontramos a respeito da firma Friburgo & Filhos tem data de 1857. A firma é descrita com localização na Praça Comercial do Rio de Janeiro. Tal escritura se refere ao pagamento de uma parcela da compra da Fazenda Aldeia. Nesse pagamento, João Paulo Troubat recebeu da firma 100:000\$000.<sup>636</sup>

A próxima escritura da Friburgo & Filhos só foi estabelecida dez anos depois, em 1867. Tratava-se de uma escritura de hipoteca registrada pelo Barão de Nova Friburgo como representante da firma de José Cler.<sup>637</sup> O valor envolvido era de 17:276\$340 com juros de 1% ao mês e prazo de sete anos para o pagamento da mesma. José Cler era lavrador com casa de pasto. Sua dívida era de 15:503\$320 e passou para o valor supracitado devido ao reajuste por conta dos prêmios não pagos.

A garantia dada por José Cler foi sua fazendinha localizada na Freguesia de São José do Ribeirão, denominada Posse, além quinze escravos, sendo 9 homens em idade adulta e prontos para o trabalho, cinco deles eram africanos e os outros quatro, crioulos. Contamos ainda três

<sup>636</sup> Cartório do 2º Ofício - Livro V.I, p.101. A respeito das negociações relativas a fazenda aldeia ver: MARRETTO, R. M. O BARÃO DE NOVA FRIBURGO E A FORMAÇÃO DA FAZENDA ALDEIA: SOCIABILIDADES E AMPLIAÇÃO DO COMPLEXO CAFEEIRO. 1849-1874. **Tempos Históricos** (EDUNIOESTE), Marechal Cândido Rondon – Paraná, v. 22, pp. 175-201, 2018.

<sup>637</sup> José Cler é, provavelmente, descendente suíço do ramo da família Clerc.

mulheres adultas, todas elas crioulas e três crianças menores de quatro anos de idade, duas delas filhas da escrava Sebastiana, de 21 anos.<sup>638</sup>

No mesmo ano de 1867, Antônio Pereira de Faro<sup>639</sup>, morador de São Fidélis e lavrador, registrou a hipoteca de maior valor entre as escrituras encontradas. Antônio devia à Friburgo & Filhos 428:387\$413, com juros de 9% ao ano. O preço da hipoteca estava ligado à compra da fazenda Serraria, adquirida junto à viúva e aos herdeiros do visconde de São Salvador de Campos.<sup>640</sup>

Antônio Pereira de Faro hipotecou a seus credores, Friburgo & Filhos, a Fazenda de São Braz da Serraria, situada às margens do Rio Negro. Nesta negociação, a garantia dada por Antônio Pereira se constituía nos seguintes bens: uma sesmaria e meia de terras legitimadas e composta por diversos prédios, fábricas, cafezais e lavouras, além de 192 escravos pertencentes a essa mesma sesmaria de terras.<sup>641</sup>

No dia 06 de junho de 1867, no Cartório da vila de Cantagalo, foi registrada uma escritura de endosso e cessão de dívida por Jerônimo Vieira Torres, morador da mesma vila e lavrador. A quantia devida à firma Friburgo & Filhos era de 60:403\$069, com juros de 1% ao mês. Jerônimo havia sacado várias letras junto à firma e o total nominal dessas letras somadas aos prêmios chegavam a 76:518\$424<sup>642</sup>.

Através da próxima escritura, também do ano de 1867, a firma Friburgo & Filhos e o barão das Duas Barras<sup>643</sup> estabeleceram uma hipoteca no valor de 78:750\$000, registrada na fazenda Ribeirão Dourado, Freguesia de Santíssimo Sacramento da vila de Cantagalo. A hipoteca foi realizada para que o barão de Duas Barras comprasse de D. Eulália Estrada Malheiros Sodré e seu marido e filhos, lavradores, a dita fazenda.

<sup>638</sup> Cartório do 2º Ofício - Livro VI, pp. 181V-182-182V-183.

<sup>639</sup> Antônio Pereira de Faro nasceu em 1835 e faleceu em 1888. Era neto de Joaquim José Pereira de Faro, Barão do Rio Bonito, filho do Cel. Joaquim José Pereira de Faro e irmão de José Pereira de Faro, 3º barão do Rio Bonito. Foi casado com Francisca Clemente Pinto, filha de Bernardo Clemente Pinto, primo do 1º Barão de Nova Friburgo. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Ant%C3%B3nio-Pereira-de-Faro/6000000008746025333#/tab/revision>. Acesso em: 19 de setembro de 2018.

<sup>640</sup> José Alexandre Carneiro Leão, barão e visconde de São Salvador de Campos, era filho do negociante e traficante de escravos Brás Carneiro Leão e de Ana Francisca Rosa Maciel da Costa, a baronesa de São Salvador de Campos dos Goytacazes. Era cunhado de Paulo Fernandes Viana, o intendente da polícia do Rio de Janeiro no período Joanino e desembargador do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, e de Manuel Jacinto Nogueira da Gama, o marquês de Baependi. A respeito de Brás Carneiro Leão cf. FRAGOSO, J. L. R. **Homens de Grossa Ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; FLORENTINO, M. **Em Costas Negras: Uma História do Tráfico entre A África e o Rio de Janeiro, Séculos XVII e XIX**. 5. ed. SÃO PAULO: Editora da Unesp, 2014.

<sup>641</sup> Cartório do 2º Ofício - Livro VI, pp.185-185V-186-186V-187-187V-188.

<sup>642</sup> Centro de Memória de Cantagalo - SOUC-LE003-P199V-200-200V.

<sup>643</sup> Sobre o Barão de Duas Barras cf. FERREIRA, M. D. M. **Histórias de Famílias: Casamentos, Alianças e Fortunas**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008.

A fazenda Ribeirão Dourado era composta por uma sesmaria de terras e meia légua em quadra medida e demarcada. Além disso, a sesmaria compunha-se de casa de vivenda, paiol, moinho, engenho, senzalas, cafezais e outras benfeitorias. Somados a esses bens estavam também 98 escravos “grandes e pequenos”. Todos esses bens foram dados como garantia e o barão de Duas Barras assumia a hipoteca dos antigos donos da fazenda Ribeirão Dourado.

D. Paula Alves de São Pedro, lavradora, residente na vila de Cantagalo – Freguesia do Santíssimo Sacramento – na fazenda Paraíso, registrou uma hipoteca no valor de 66:837\$652, com juros de 1% ao mês junto à firma Friburgo & Filhos. A justificativa para a hipoteca residia na necessidade de suprir o custeio da lavoura. O acordo, portanto, obrigava D. Paula a pagar a referida quantia, somados os prêmios no prazo de 4 anos, sendo a primeira quarta parte quitada em 1870 e a última em 1873.<sup>644</sup>

Como garantia do pagamento dos mais de 60:000\$000, foi feita a escritura de hipoteca da fazenda do Rosário, composta pelas seguintes benfeitorias: “casa de vivenda, engenhos de café, paiol, senzalas, moinho e mais 400 mil pés de café, plantação essa que hoje se encontra aumentada”.<sup>645</sup> Somados a esses bens da fazenda do Rosário, temos toda a tropa de mulas e todo o gado, além de 128 escravos residentes naquela propriedade. Sem dúvidas, essa foi uma das mais usadas formas de financiamento da lavoura cafeeira, as hipotecas de terras e escravos.

A próxima escritura de hipoteca também foi registrada em 1868. O autor foi Carlos José Chaves, lavrador e morador da vila de Santa Maria Madalena. A dívida registrada junto à firma Friburgo & Filhos, representada pelo seu sócio majoritário, o Barão de Nova Friburgo, somadas aos prêmios não pagos, chegava à quantia de 12:033\$608 e o 1% de juro mensal continuava valendo após os acertos no valor da dívida.<sup>646</sup>

Como garantia, Carlos José Chaves deixava um sítio denominado Retiro Alegre, de um quarto de sesmaria, localizado na Freguesia de São Francisco de Paula, no município de Santa Maria Madalena. Acompanhavam a propriedade todas as benfeitorias, os cafezais, as senzalas, as casas de vivenda, os moinhos, um ripe de secar café e mais 20 escravos pertencentes à lavoura do sítio Retiro Alegre.<sup>647</sup>

A última hipoteca de 1868 foi registrada entre a firma Friburgo & Filhos e Paulino Bento Vieira de Barcelos, lavrador da Freguesia de Santa Rita, no município de Cantagalo. Paulino Barcelos devia 82:326\$097 oriundos de capital e prêmios decorridos e não pagos. O novo

<sup>644</sup> Cartório do 2º Ofício - Livro VII, p.13V-14-14V-15-15V-16-16V-17-17V-18.

<sup>645</sup> Cartório do 2º Ofício - Livro VII, p.13V-14-14V-15-15V-16-16V-17-17V-18.

<sup>646</sup> Cartório do 2º Ofício - Livro VII, p.18-18V-19-19V.

<sup>647</sup> Cartório do 2º Ofício - Livro VII, p.18-18V-19-19V.

acordo estabelecia prêmios de 1% ao mês e pagamentos anuais para o capital até o ano de 1875.<sup>648</sup>

Barcelos garantia sua dívida com a fazenda denominada Santa Bárbara, na Freguesia de Santa Rita. Destaca-se que a fazenda ficava quase toda em mata virgem, o que a valorizava. Além disso, a propriedade era dotada de casa de vivenda, armazéns para café e mantimentos, senzalas, engenhos de socar, engenho de secar, descascador, moinho, paiol, serra, olaria com forno, forno de pedra para cal, casa com alambique e seus pertences, tudo coberto de telha. Ademais, para secar o café, a fazenda contava com dois grandes terreiros de pedra, além de pasto gramado de três alqueires e 300 mil pés de café.<sup>649</sup>

Somadas à fazenda Santa Bárbara, Paulino Barcelos incluía a situação da Bom Retiro na mesma Freguesia, também quase todo em matas. As estruturas dessa situação eram casa de vivenda assoalhada e moinho, tudo coberto de telha. A Bom Retiro contava com pasto de 1 alqueire e 10 mil pés de café de 3 anos. Por fim, mas não menos importante, 63 escravos dessas propriedades também foram dados como garantia da hipoteca feita por Paulino.<sup>650</sup>

A primeira escritura registrada no ano de 1869 foi datada de 3 de março e se referia a uma hipoteca feita por Maria Venância de Farias, lavradora e moradora de Santa Maria Madalena, sendo devedora junto à Friburgo & Filhos da quantia de 59:093\$820. Tal quantia foi utilizada por Maria para a ampliação de sua lavoura e foram definidos juros de 1% ao mês e o ano de 1874 como data limite para a finalização dos pagamentos.<sup>651</sup>

Maria Venância de Farias passou como garantia do débito a fazenda denominada Boa Vista, com todas as benfeitorias, cafezais e plantações. A fazenda localizava-se na Freguesia de São Sebastião do Alto, município de Santa Maria Madalena. Além da fazenda Boa Vista, somava-se à hipoteca 78 escravos pertencentes a lavoura da mesma.<sup>652</sup>

No final de 1869, após o falecimento do Barão de Nova Friburgo, Bernardo Clemente Pinto Sobrinho, em nome da firma Friburgo & Filhos, registrou uma escritura de quitação com os herdeiros de José de Souza Velasco, moradores de Nova Friburgo. O valor pago na ocasião era de 37:810\$584, que foi recebida em moeda corrente deste Império.<sup>653</sup>

No final de 1870, Bernardo Clemente Pinto Sobrinho retornou ao Cartório de Nova Friburgo para dar quitação à hipoteca realizada por D. Paula Alves de São Pedro. A dita D.

---

<sup>648</sup> Cartório do 2º Ofício - Livro VII, p.21-21V-22-22V-23.

<sup>649</sup> Cartório do 2º Ofício - Livro VII, p.21-21V-22-22V-23.

<sup>650</sup> Cartório do 2º Ofício - Livro VII, p.21-21V-22-22V-23.

<sup>651</sup> Cartório do 2º Ofício - Livro VII, p.46-46V-47-47V-48.

<sup>652</sup> Cartório do 2º Ofício - Livro VII, p.46-46V-47-47V-48.

<sup>653</sup> Cartório do 2º Ofício - Livro VIII, p.63-63V-64-64V.



Paula, tendo pagado corretamente os prêmios vencidos, cedeu ao barão de Duas Barras toda a ação que tinha na sua dívida com a firma Friburgo & Filhos, passando este a ser devedor da Friburgo & Filhos, com a seguinte configuração: 66:837\$652 de capital e 16:917\$590 de prêmios vencidos.<sup>654</sup>

Localizamos onze escrituras relacionadas à firma Friburgo & Filhos, negociante da Praça Comercial do Rio de Janeiro. Em sua maioria, os devedores da casa localizavam-se na vila de Cantagalo e, em menor proporção, nas vilas de Nova Friburgo e Santa Maria Madalena. Tais devedores estavam identificados com a lavoura cafeeira e o crédito concedido a eles com o financiamento da mesma. Além disso, identificamos que os bens hipotecados por esses devedores foram, fundamentalmente, terras e escravos.

Com a análise de conjunto, notamos que o volume das dívidas da firma Friburgo & Filhos era muito superior, tanto individualmente como de forma agregada, à da pessoa do Barão de Nova Friburgo. A média das dívidas contraídas junto à Casa Comercial era de 51:238\$334, enquanto a média dos empréstimos concedidos ao Barão era de 5:184\$600. Assim, ao passo que, no período, a Friburgo & Filhos emprestou 940:770\$756, o Barão emprestou apenas 26% dessa quantia, 247:699\$986. O maior devedor da casa, segundo as escrituras, foi Antônio Pereira de Faro com a quantia de 428:387\$413, ou seja, 46% dos valores emprestados pela Casa Comercial – Quadro 7.2 e Gráfico 7.2.

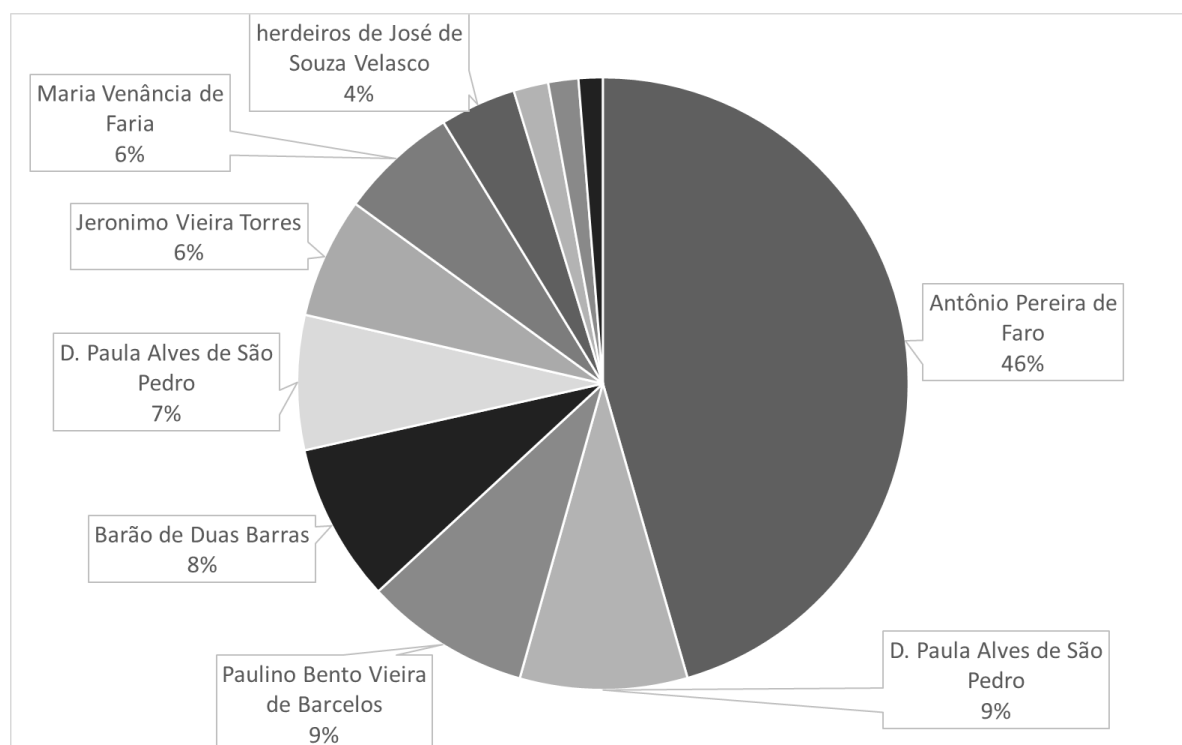
---

<sup>654</sup> Cartório do 2º Ofício - Livro VIII, p.65-65V-66.

**Quadro 7.2: Dívidas contraídas com a Friburgo & Filhos. 1857-1870**

<b>Tipo de Dívida</b>	<b>Devedor</b>	<b>Valor</b>
Hipoteca	Antônio Pereira de Faro	428:387\$413
Hipoteca	D. Paula Alves de São Pedro	83:255\$242
Hipoteca	Paulino Bento Vieira de Barcelos	82:326\$097
Hipoteca	Barão de Duas Barras	78:750\$000
Hipoteca	D. Paula Alves de São Pedro	66:837\$652
Cessão de títulos	Jerônimo Vieira Torres	60:000\$000
Hipoteca	Maria Venância de Faria	59:093\$820
Quitação	Herdeiros de José de Souza Velasco	37:810\$584
Hipoteca	José Cler	17:276\$340
Recibo	José Soares de Souza	15:000\$000
Hipoteca	Carlos José Chaves	12:033\$608
<b>Total</b>		<b>940:770\$756</b>

Fontes: Cartório do 2º Ofício e Centro de Memória de Cantagalo.

**Gráfico 7.2: Dívidas contraídas com a Friburgo & Filhos. 1857-1870**

Fonte: Quadro 7.2.

A capacidade empresarial do Barão de Nova Friburgo e de sua Casa Comercial foi reconhecida com sua indicação, no ano de 1852, para a direção da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, da qual também era acionista. Esta companhia teve o privilégio da cabotagem do porto do Rio de Janeiro até o porto/estação de

Mauá, e desse, pela ferrovia, até a estação de Fragoso, na Raiz da Serra<sup>655</sup>. Teve como presidente Irineu Evangelista de Souza – barão, depois visconde de Mauá – e, como diretores, Antônio Clemente Pinto, João Ignácio de Tavares e José Maria do Amaral<sup>656</sup>. Logo em seguida, em 15 de setembro de 1856, face ao seu prestígio na Praça do Rio de Janeiro, participou da organização, da direção e da construção da Estrada de Ferro Cantagalo, juntamente Jerônimo José de Mesquita, primeiro barão, visconde com grandeza e conde de Mesquita<sup>657</sup>, e Joaquim José dos Santos Júnior<sup>658</sup>, como diretores.<sup>659</sup>

Torna-se fundamental declarar que, após a morte do Barão de Nova Friburgo, seus filhos publicaram nos jornais um anúncio de garantia de cumprimento dos contratos da Friburgo & Filhos. Assim, o barão de São Clemente e o bacharel Bernardo Clemente Pinto Sobrinho

“filhos e únicos herdeiros dos finados Barão e Baronesa de Nova Friburgo, fazem público que a sociedade comercial de Friburgo & Filhos continua a girar com a mesma firma e com igual responsabilidade como até aqui; conforme escritura de sociedade entre o finado Barão de Nova Friburgo e seus filhos acima mencionados”.<sup>660</sup>

Com isso, os irmãos Clemente Pinto garantiam a confiabilidade e a continuidade da Friburgo & Filhos.

Expostas essas escrituras do Barão de Nova Friburgo e da Friburgo & Filhos, passamos a analisar o relatório da Casa Comercial para o ano de 1862.

<sup>655</sup> Com 14,5 km de trilhos, a ferrovia ligou a estação de Mauá, depois teve o nome Estação Guia de Pacobaíba, nome esse após a Imperial Cia ter sido arrendada pela Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará. A estação de Fragoso está localizada em Inhomirim, também conhecida como Raiz da Serra (de Petrópolis). Havia o projeto de levar os trilhos da Imperial Cia para o médio do Vale do Paraíba, na região de Vassouras.

<sup>656</sup> *Correio Mercantil*. Quinta-feira 23 de dezembro de 1852. Ano IX, Nº 357, p. 1. A respeito do Visconde de Mauá e de João Ignácio Tavares cf. GUIMARÃES, C. G. **A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial**: os casos da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Co. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Co. (1808-1840). São Paulo: Alameda, 2012.

<sup>657</sup> Jerônimo José de Mesquita era filho do "José Francisco de Mesquita" Marquês do Bonfim e de Francisca Freire de Andrade. Negociante nacional, com endereço comercial na Rua dos Pescadores, 10, foi vereador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 1853 e diretor do 2º Banco do Brasil, esse criado em 1854.

<sup>658</sup> Importante negociante nacional da Praça do Rio de Janeiro, com endereço na Rua dos Pescadores, 4. Foi deputado do Tribunal do Comércio, Diretor do Banco Commercial do Rio de Janeiro em 1853, diretor da 1ª Diretoria do Banco do Brasil criado em 1854, presidente da Cia dos Omnibus, diretor da Cia de Seguros contra o fogo, Caixa da Cia de Navegação do Rio Inhomirim, Consignatário de Açúcar de Campos e outros. Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro. [Almanak Laemmert]. Ano: 1854.

<sup>659</sup> *Correio Mercantil*. Terça-feira, 16 de setembro de 1856. Ano XIII, Nº 255, p. 1. A eleição desta diretoria ocorreu na sede do Banco Rural e Hipotecário na data indicada. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20185&pesq=Antonio%20Clemente%20Pinto>>. Acesso em: jul. 2017.

<sup>660</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, domingo, 6 de fevereiro de 1870. Ano 53, Nº 37. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20187&pesq=Friburgo%20&%20Filhos](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20187&pesq=Friburgo%20&%20Filhos)> Acesso em: jul. 2017.

### 7.3. O balancete da Friburgo & Filhos no ano de 1862

Analisando as origens da Friburgo & Filhos, encontramos somente a matrícula de Antônio Clemente Pinto, como comerciante de grosso trato, na Junta do Comércio em 1825<sup>661</sup>. Todavia, a historiadora Vanessa Melnixenco, em sua dissertação de mestrado, afirma que a Friburgo & Filhos havia sido criada em 1850 e que sua inscrição foi lançada no Registro Geral dos Negociantes do Almanak Laemmert. Perscrutamos todo o Registro Geral e quem aparece é Antônio Clemente Pinto, com endereço na Rua da Candelária N° 36.<sup>662</sup>

Os Registros Gerais de Negociantes foram publicados pelo Almanak entre 1850 e 1854 e, em nenhum dos registros, a Friburgo & Filhos aparece; apenas aparece Antônio Clemente Pinto com o endereço já citado<sup>663</sup>. Entretanto, Antônio começa a aparecer como Negociante Nacional, com registro no mesmo Almanak a partir de 1847. Até o ano de 1855, o nosso personagem aparece com seu nome de batismo. De 1855 em diante, passa a aparecer como Barão de Nova Friburgo<sup>664</sup>. O Registro da Barão de Nova Friburgo apareceu no Almanak, em 1857, com dois endereços, Rua da Candelária N° 36 e Nova Friburgo.

No ano de 1861, a firma mudou para a Rua Municipal N° 14, e manteve seu endereço em Nova Friburgo. No ano seguinte, a denominação Friburgo & Filhos aparece no Almanak, e, coincidentemente, esse é o ano do único balanço da Casa Comercial Friburgo & Filhos que conseguimos localizar<sup>665</sup>. Desta forma, faz todo sentido nos debruçarmos sobre tal relatório para extrairmos dele o maior número de informações possíveis.<sup>666</sup>

<sup>661</sup> Fundo/Coleção: Junta do Comércio. Código de Fundo: 7X. Códice 170 Vol.1. p. 223. Arquivo Nacional.

<sup>662</sup> Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro. [Almanak Laemmert]. Ano: 1850, p. 422; 1851, p. 426; 1852, p. 535; 1853, p. 562; 1854, p. 572.

<sup>663</sup> Retomamos o fato de que o Barão de Nova Friburgo, no ano de 1855, publicou no *Diário do Rio de Janeiro* uma nota que incluía seu filho em sua firma, que passava a se chamar Barão de Nova Friburgo & Filhos. Anuncios. *Correio Mercantil, e Instructivo, Político Universal*, sábado 1 de setembro de 1855. Rio de Janeiro, Ano XII, N° 242, p. 2. Disponível Em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20185&pesq=Bar%C3%A3o%20de%20Nova%20Friburgo> Acesso em: jul. 2017.

<sup>664</sup> Recebeu o baronato por decreto de 28 de março de 1854 e grandezas por decreto de 28 de abril de 1860. Era grande do Império. Recebeu também os títulos de cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa e de Cristo e Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial.

<sup>665</sup> Importante destacar também que, em 1860, a promulgação da Lei dos Entraves, Lei n.º 1.083, de 22/08/1860, provocou uma contração comercial na Praça do Comércio do Rio de Janeiro. Sobre a referida lei Cf. LOBO, E. M. L. **História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)**. Rio de Janeiro : IBMEC, v. 2v, 1978; LEVY, M. B. **A Indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas. Esboços de História Empresarial**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura da cidade do Rio de Janeiro/EDUFRJ (Coleção Bib. Carioca v. 31), 1994. GUIMARÃES, C. G. **A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Co. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Co. (1808-1840)**. São Paulo: Alameda, 2012.

<sup>666</sup> O Balanço “nada mais é que um demonstrativo contábil do Ativo e do Passivo exclusivamente das contas reais. Ele deve ser produzido (salvo exceções) em data fixada pela legislação”. Como estamos lidando com o período de vigência do Código Comercial de 1850, o balanço da firma era chamado de “balanço geral” e a legislação da época obrigava as companhias e sociedades anônimas a publicarem seus balanços. As sociedades comerciais não eram obrigadas a publicar seus balanços. Conferir GUIMARÃES, 2012, *Op. Cit.*

### 7.3.1. O Ativo do Balanço da Friburgo & Filhos de 1861

Na análise das contas do ativo<sup>667</sup>, ou seja, dos bens e direitos da firma Friburgo & Filhos para o ano 1861, abordamos, em primeiro lugar, os devedores em conta corrente, as ações de bancos e companhias, e, na sequência, as casas e prédios urbanos. Em seguida, a análise recai sobre o movimento do café das fazendas, a produção cafeeira das fazendas do Barão e, por fim, o café recebido de várias regiões do Vale do Paraíba.

Os primeiros elementos que destacamos a respeito dos devedores em conta corrente<sup>668</sup> são o valor da conta, (2.278:869\$824 ou £ 249.876,08), como também o local da sua moradia. Não encontramos a localidade de origem de todos os 71 devedores embora tenha sido possível localizar a residência de 54 deles, ou seja, 76%. Com a localização desses, foi possível não só descobrir o volume das dívidas no espaço geográfico<sup>669</sup>, mas também representar os devedores no mapa da Província do Rio de Janeiro. Além disso, também foi possível indiciar a motivação do endividamento daqueles que acessavam os créditos da Friburgo & Filhos.<sup>670</sup>

Os devedores em conta corrente da Friburgo & Filhos concentravam-se, em sua maioria, em Cantagalo, fator que reitera o papel da casa ao financiar a lavoura cafeeira naquela região<sup>671</sup>. Mas os devedores não se concentravam apenas em Cantagalo. A Corte do Rio de Janeiro também era local de intensa atividade desses devedores. Um número menor de pessoas em débito com a Friburgo & Filhos estava localizada em São Fidélis e, os demais, espalhados pelas várias regiões da Província do Rio de Janeiro, Minas Gerais e, até, em Portugal<sup>672</sup>.

Assim, os dados atestam que 43% dos devedores estavam localizados em Cantagalo. Na segunda posição, estavam os devedores da Corte do Rio de Janeiro, com 25% dos endividados

---

<sup>667</sup> Embora analise os balanços de um banco, Teresa Novaes Marques enfatiza que “o método da análise de balanços permite a obtenção de informações fundamentais para se conhecer a trajetória de uma empresa, desde que os números apresentados nos balanços sejam considerados como valores aproximados da situação patrimonial. Mais importante do que caracterizar os balanços como fontes deturpadas da realidade econômica de um banco é encontrar os elementos que equilibram a tendência à manipulação das demonstrações contábeis. No limite, nenhum banco poderia omitir uma situação de desequilíbrio financeiro sem levar suspeitas sobre a credibilidade das informações”. Conferir MARQUES, T. C. N. **O setor bancário privado carioca entre 1918 e 1945. Os bancos Boavista e Português do Brasil. Um estudo de estratégias empresariais.** Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em História), IFCS-UFRJ, 1998, p. XII.

<sup>668</sup> Como destacou Guimarães, esta conta do ativo é remanescente desde o período colonial e não existe na contabilidade atual. GUIMARÃES, 2012, *Op. Cit.*

<sup>669</sup> Cabe aqui ressaltar que não nos valem da metodologia do georeferenciamento, pois nosso objetivo era de identificar os locais onde se concentravam os devedores em conta corrente e representá-los no mapa.

<sup>670</sup> Optamos por representar no mapa apenas os devedores por conta corrente localizados na Província do Rio de Janeiro.

<sup>671</sup> A respeito do papel da casa comissária no financiamento local cf. STEIN, S. J. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900.** Tradução de Vera Bloch Wrobel. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990; SWEIGART, J. **Coffee Factorage and the Emergence of a Brazilian Capital Market, 1850-1888.** New York: Garland, 1987.

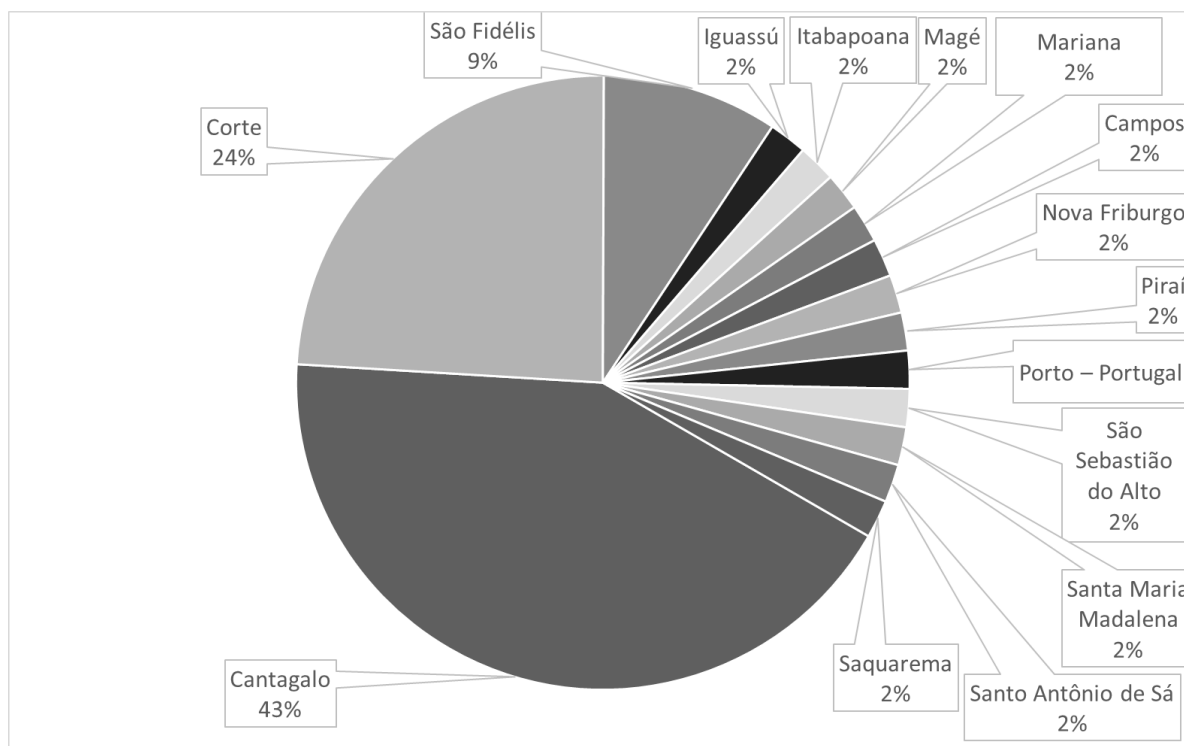
<sup>672</sup> As localidades a que nos referimos aqui são: Iguaçú, Itabapoana, Piraí, Nova Friburgo, Campos, Santa Maria Madalena, Santo Antônio de Sá, Valença, Saquarema, Magé, Mariana-MG e Porto-Portugal.

e, em terceiro, os de São Fidélis, com 9%. As demais localidades juntas perfaziam 23% dos indivíduos em débito – Quadro 7.3 e Gráfico 7.3.

**Quadro 7.3: Devedores em conta corrente: Friburgo & Filhos. 1861**

<b>Devedores</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Cantagalo	23	43%
Corte	13	24%
São Fidélis	5	9%
Iguaçu	1	2%
Itabapoana	1	2%
Magé	1	2%
Mariana	1	2%
Campos	1	2%
Nova Friburgo	1	2%
Piraí	1	2%
Porto – Portugal	1	2%
São Sebastião do Alto	1	2%
Santa Maria Madalena	1	2%
Santo Antônio de Sá	1	2%
Saquarema	1	2%
Valença	1	2%
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100%</b>

Fonte: IHGB. Arm.1 Gav. 1 N<sup>o</sup> 54. Arquivo visconde de Uruguai.  
Pinto, Antônio Clemente (1<sup>o</sup> Barão de Nova Friburgo).

**Gráfico 7.3: Devedores em conta corrente: Friburgo & Filhos. 1861**

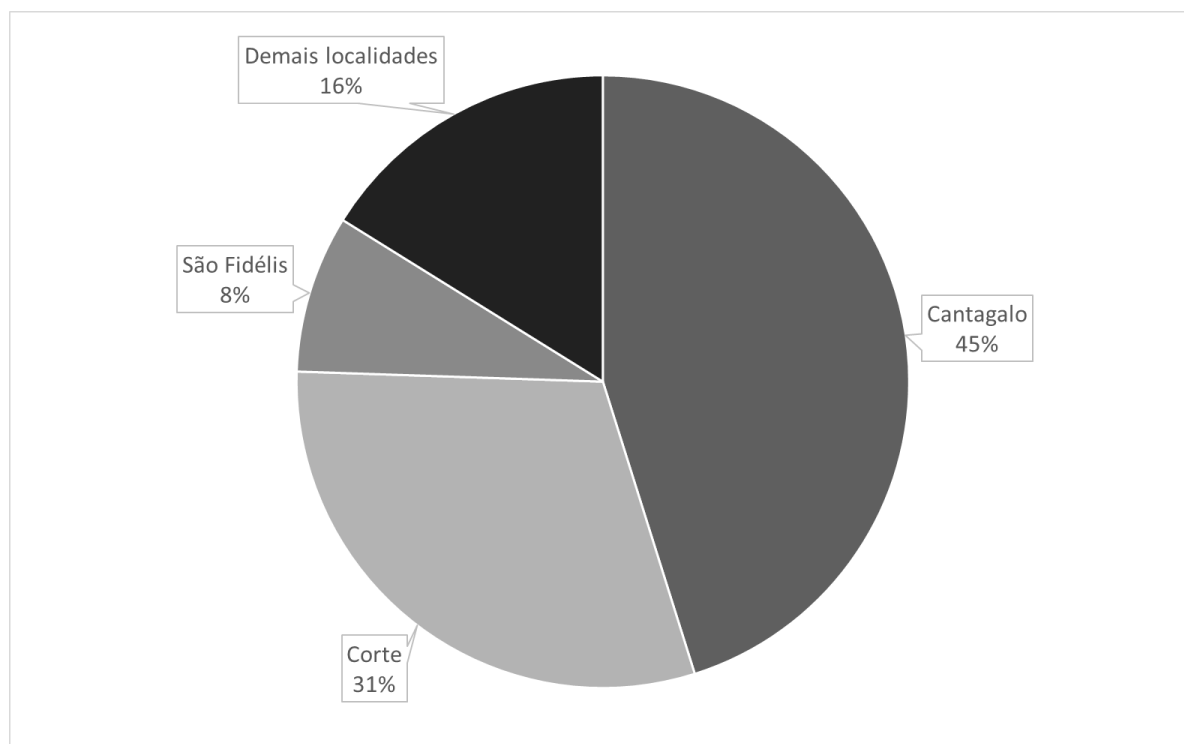
Fonte: Quadro 7.3.

Outro aspecto de extrema importância para essas dívidas são os seus valores. De um total bastante vultoso, 2.278:869\$824 (£ 249.876,08), Cantagalo era responsável por 45% deste valor – perfazendo o montante, nada desprezível, de 1.044:901\$463 (£ 114.572,53). Na segunda posição, estava a Corte do Rio de Janeiro, com 30% do valor das dívidas, uma soma de 702:967\$953 (£ 77.079,82). Sozinho, o município de São Fidélis era responsável por 8%, 192:571\$622 (£ 21.115,31). Todos os demais municípios respondiam por 16% do montante, ou seja, 373:832\$309 (£ 40.990,38) – Quadro 7.4 e Gráfico 7.4.

**Quadro 7.4: Dívidas em Réis contraídas com a Friburgo & Filhos. 1861.**

Devedores	Valor (Rs)	Valor (£)	%
Cantagalo	1.044:901\$463	114.572,53	45%
Corte	702:967\$953	77.079,82	30%
São Fidélis	192:571\$622	21.115,31	8%
Demais localidades	373:832\$309	40.990,38	16%
Total	2.278:869\$824	249.876,08	100%

Fonte: IHGB. Arm.1 Gav. 1 N° 54. Arquivo visconde de Uruguai. Pinto, Antônio Clemente (1° Barão de Nova Friburgo).

**Gráfico 7.4: Dívidas contraídas com a Friburgo & Filhos. 1861**

Fonte: Quadro 7.4.

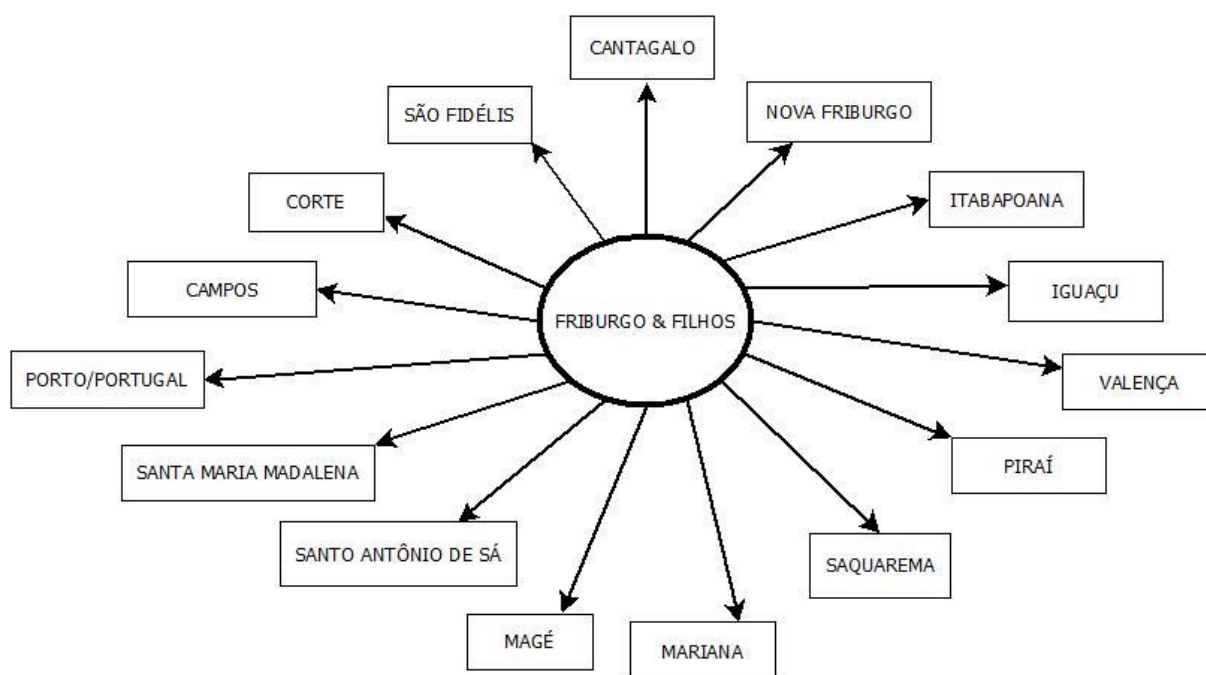
Tanto no Quadro 7.3 – quantidade de devedores –, quanto no Quadro 7.4 – valores devidos –, percebemos a preponderância de Cantagalo. Todavia, é preciso explicar o motivo do grande volume de empréstimos e hipotecas feitos junto à Friburgo & Filhos no Rio de Janeiro. A capital do Império era o centro dinâmico da economia brasileira e seu mercado de crédito tornou-se robusto exatamente durante o desenvolvimento da economia cafeeira<sup>673</sup>. Como uma das maiores casas comerciais da Praça do Rio de Janeiro, a Friburgo & Filhos concedia créditos a particulares e a firmas e participava ativamente desse mercado.

Na sequência, para demonstrar os empréstimos realizados pela Friburgo & Filhos, apresentamos um fluxograma de todas as áreas para onde eram destinados os empréstimos da casa. Com isso, pretendemos evidenciar como a atividade do Barão de Nova Friburgo se espraiava por toda a Província do Rio de Janeiro, por outras localidades do Império e por Portugal – Fluxograma 7.1. Além disso, para nos centrarmos na Província do Rio de Janeiro, apresentaremos um mapa onde estão marcados os devedores da Casa Comissária – Mapa 7.1.

<sup>673</sup> A bibliografia a respeito do mercado de crédito no Brasil Império é bastante extensa, ver entre outros: RYAN JR, J. J. **Credit where Credit is due to: Lending and borrowing in Rio de Janeiro, 1820-1900**. Los Angeles: Doctoral thesis in History. University of California (UCLA), 2007. SOUZA, E. S. D. **O mercado de crédito na Corte joanina: experiências das relações sociais de empréstimos (c. 1808 – 1821)**. Dissertação (Mestrado em História): Universidade Federal Fluminense, 2015. Para o crédito bancário, principalmente após 1850, ver: GUIMARÃES, 2012, *Op. Cit.*

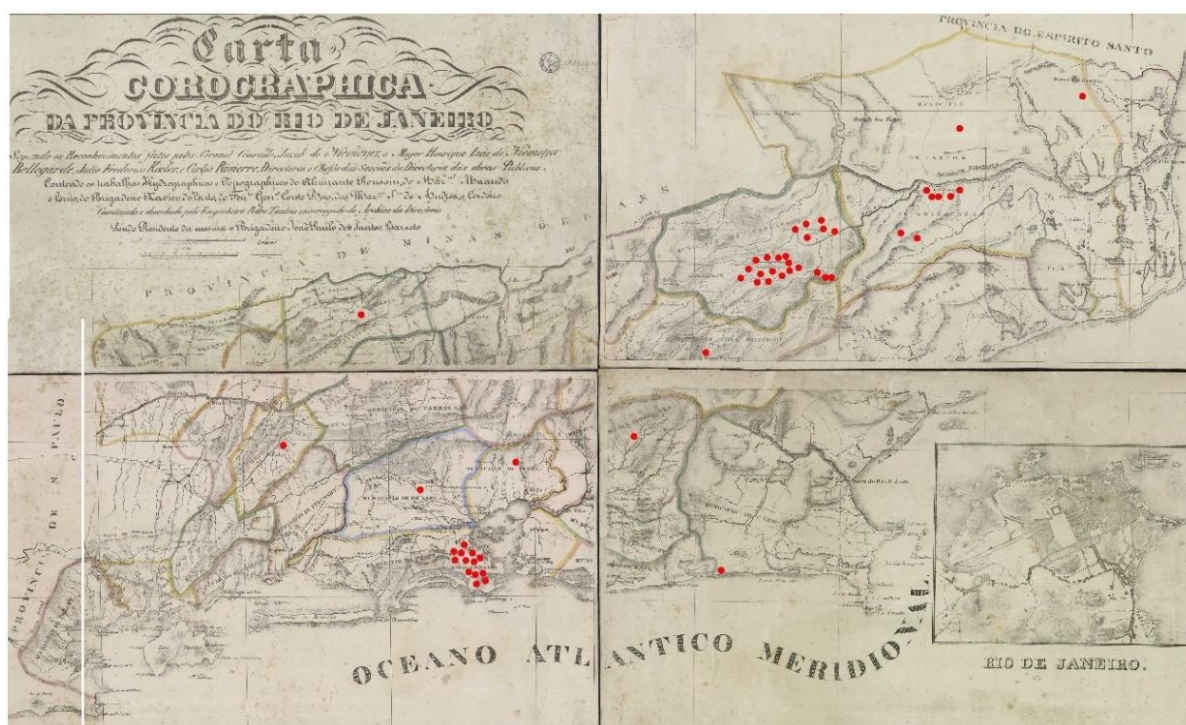


**Fluxograma 7.1: Localidades alcançadas pelo crédito da Friburgo & Filhos. 1861**



Fonte: IHGB. Arm.1 Gav. 1 N° 54. Arquivo Visconde de Uruguai. Pinto, Antônio Clemente (1° Barão de Nova Friburgo).

**Representação gráfica 7.1: Localidades alcançadas pelo crédito da Friburgo & Filhos, Província do Rio de Janeiro, 1862**



Fontes: Conrado Jacob de Nyemeyer. *Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro*, 1839. Fonte: Biblioteca Nacional - ARC.008,07,002 ex.2 – Cartografia; Fonte: IHGB. Arm.1 Gav. 1 N° 54. Arquivo Visconde de Uruguai. Pinto, Antônio Clemente (1° Barão de Nova Friburgo).

O fluxograma e o mapa do crédito deixam claro que a concessão de crédito da Friburgo & Filhos estava concentrada no Rio de Janeiro e na banda oriental do Vale do Paraíba – o que não impediu que os créditos cedidos alcançassem outras importantes localidades do Vale ocidental, como Valença e Piraí. Aliás, podemos afirmar sem medo que tais contas estavam espalhadas de Norte a Sul e de Leste a Oeste da Província.

Como os nossos estudos se centram entre as localidades de Cantagalo e de Nova Friburgo, buscamos, entre os inventariados de Cantagalo, alguns dos devedores da Casa Comissária e encontramos seis indivíduos. Eram eles: Rafael Ignácio da Fonseca Lontra (1867), megaproprietário; Francisco Dias Coelho (1875), grande proprietário; Francisco Inocêncio Lessa (1875), médio proprietário; Manoel Coelho de Magalhães (1879), também médio proprietário; Jacob Van Erven (1867), megaproprietário; e, o comendador Manoel Teixeira de Souza (1867), também megaproprietário.<sup>674</sup>

Desta forma e com as classificações feitas em relação à quantidade de escravos, percebemos que apenas médios, grandes e megaproprietários acessaram empréstimos na Friburgo & Filhos. Entretanto, podemos classificar esses senhores também quanto ao volume das dívidas na hora de seus inventários. Adiantamos, no entanto, que nenhuma dívida excedeu os 18% dos montes partíveis dos senhores arrolados – Quadro 7.5.

**Quadro 7.5: Porcentagem das dívidas em relação ao monte-mor. Século XIX**

<b>Senhores de Cantagalo</b>	<b>monte-mor partível (Rs)</b>	<b>Dívida (Rs)</b>	<b>Valor das dívidas (£)</b>	<b>%</b>
Comendador Jacob Van Erven (1867)	466:666\$976	66:367\$589	7.277,15	14%
Francisco Dias Coelho (1875)	239:999\$000	16:125\$040	1.768,10	7%
Rafael Ignacio da Fonseca Lontra (1867)	227:495\$940	29:895\$283	3.277,99	13%
Comendador Manoel Teixeira de Souza (1867)	176:867\$853	5:251\$484	575,82	3%
Francisco Inocêncio Lessa (1875)	82:381\$353	14:519\$248	1.592,02	18%
Manoel Coelho de Magalhães (1879)	25:588\$034	4:685\$140	513,72	18%

Fonte: IHGB. Arm.1 Gav. 1 N<sup>o</sup> 54. Arquivo Visconde de Uruguai. Pinto, Antônio Clemente (1<sup>o</sup> Barão de Nova Friburgo) Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

<sup>674</sup> Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo.

Além dos devedores em conta corrente, outro importante ativo da Friburgo & Filhos era representado pelas letras e obrigações a receber<sup>675</sup>. Também difundidas pelo espaço da Província do Rio de Janeiro, esse ativo somava 594:038\$605 (£ 65.135,81), divididos em 20 documentos deste tipo de dívida. As letras e obrigações estavam divididas da seguinte forma: doze na Corte do Rio de Janeiro, representando 60% do total; quatro em Nova Friburgo, perfazendo 20% das letras e obrigações; no município de Cantagalo, existiam duas letras, 10%; e, em Valença e Niterói, uma letra cada, representando individualmente 5% dos ativos em questão – Quadro 7.6, Gráfico 7.5 e Mapa 7.2.

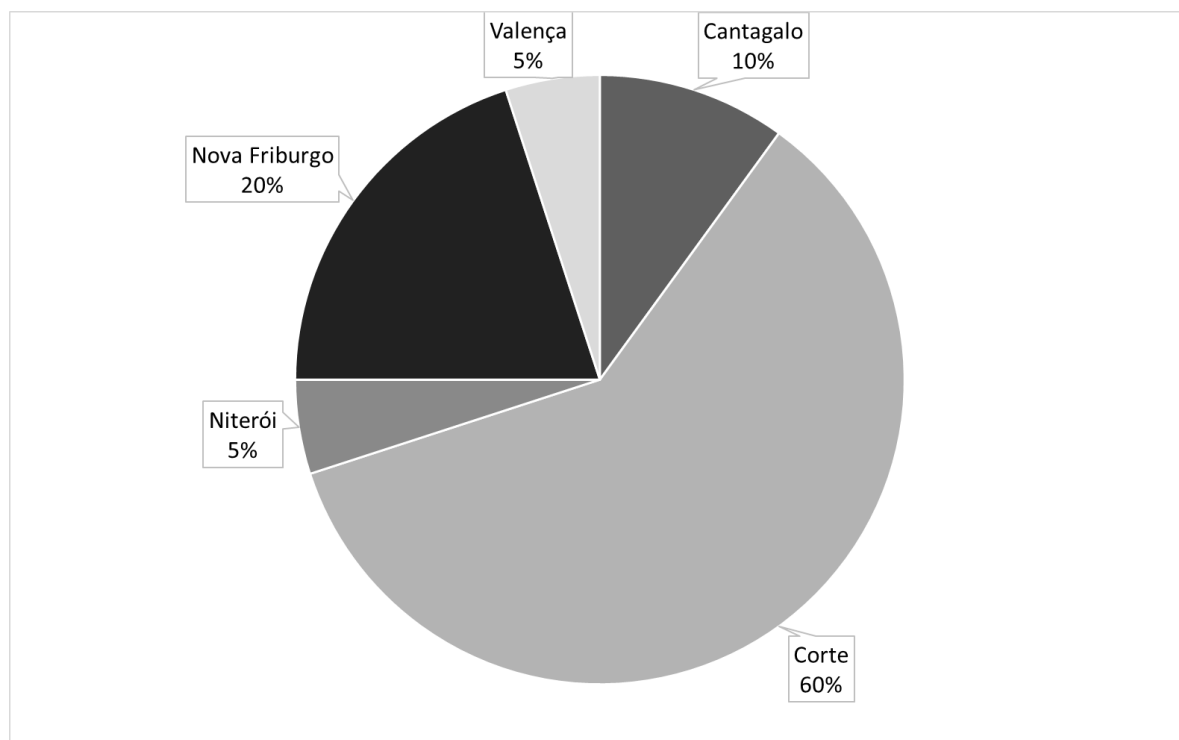
**Quadro 7.6: Letras e obrigações a receber, Friburgo & Filhos. 1861**

<b>Letras e obrigações</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Cantagalo	2	10%
Corte	12	60%
Niterói	1	5%
Nova Friburgo	4	20%
Valença	1	5%
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: IHGB. Arm.1 Gav. 1 N° 54. Arquivo Visconde de Uruguai. Pinto, Antônio Clemente (1° Barão de Nova Friburgo).

<sup>675</sup> Atualmente, esta conta do ativo é chamada de “contas a receber” e consiste numa conta composta por “letras de câmbio, títulos de crédito e promissórias a favor da empresa, por exemplo. Outorgam o direito à organização de exigir aos subscritores dos títulos de créditos o pagamento da dívida documentada. Trata-se de um benefício futuro que acredita o titular da conta”. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/entenda-as-diferencas-entre-contas-a-receber-e-a-pagar,0f911219dcf2f510VgnVCM1000004c00210aRCRD> Acessado em: jul 2018.

**Gráfico 7.5: Letras e obrigações a receber: Friburgo & Filhos. 1861**



Fonte: Quadro: 7.6.

**Representação gráfica 7.2: Localização da Letras e obrigações a receber: Friburgo & Filhos, Província do Rio de Janeiro, 1861**



Fontes: Conrado Jacob de Nyemeyer. *Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro*, 1839. Fonte: Biblioteca Nacional - ARC.008,07,002 ex.2 – Cartografia; Fonte: IHGB. Arm.1 Gav. 1 N° 54. Arquivo Visconde de Uruguai. Pinto, Antônio Clemente (1° Barão de Nova Friburgo).

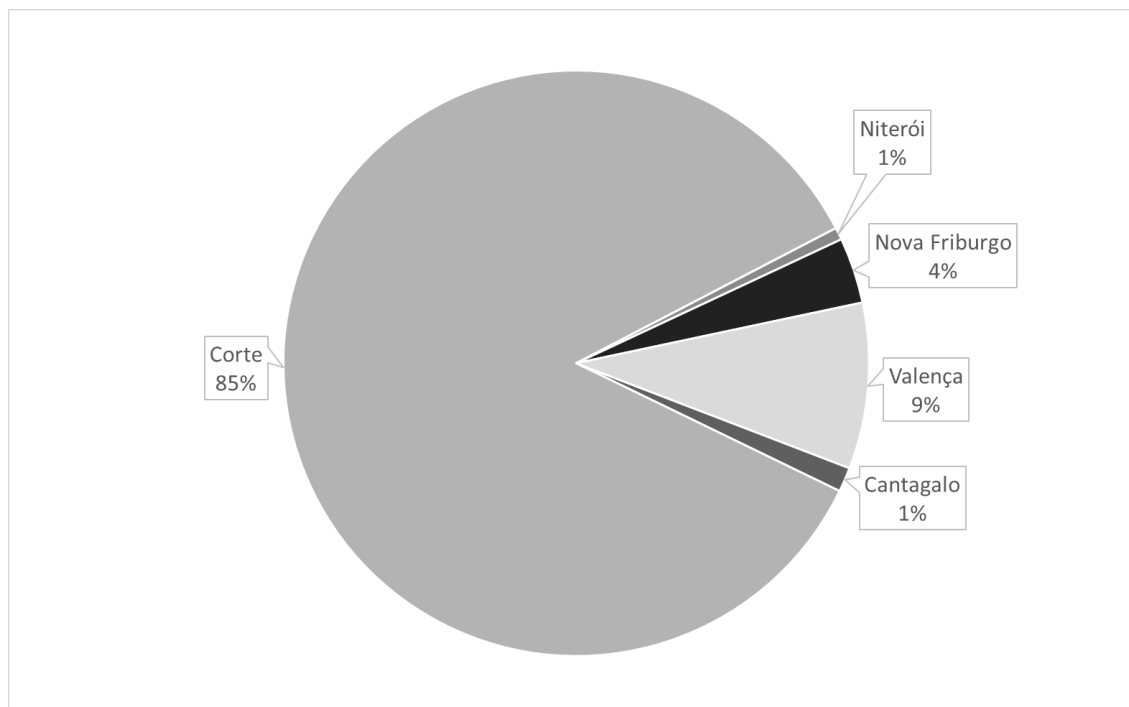
Como o Quadro 7.6 ressalta, a Corte constitui-se no local de maior concentração de letras e obrigações a receber e, por isto, guarda o maior valor a ser recebido através dessas dívidas. Junto aos devedores dessa localidade, a Friburgo & Filhos tinha mais de 250:000\$000 e esse valor representava 85% do total das letras. Na segunda posição, estava a cidade de Valença, com um valor de 27:000\$000, 9% das dívidas. Na sequência, encontram-se Nova Friburgo, Cantagalo e Niterói – Quadro 7.7 e Gráfico 7.6.

**Quadro 7.7: Valor das letras e obrigações a receber: Friburgo & Filhos. 1861**

Letras e obrigações	Valor (Rs)	Valor (£)	%
Cantagalo	4:000\$000	438,60	1%
Corte	250:969\$000	27.518,53	85%
Niterói	2:000\$000	219,30	1%
Nova Friburgo	10:700\$605	1.173,31	4%
Valença	27:000\$000	2.960,53	9%
Total	294:669\$605	32.310,26	100%

Fonte: IHGB. Arm.1 Gav. 1 N° 54. Arquivo Visconde de Uruguai. Pinto, Antônio Clemente (1° Barão de Nova Friburgo).

**Gráfico 7.6: Valor das letras e obrigações a receber: Friburgo & Filhos. 1861**



Fonte: Quadro: 7.7.

Após essa exposição dos devedores em conta corrente e das letras e obrigações a receber, abordaremos outros ativos da “carteira” da Friburgo & Filhos. O primeiro deles é

relativo aos bancos e às companhias aos quais a firma possuía ações. Os papéis dos bancos e das companhias somavam, no total do ativo da casa, 280:300\$000, equivalendo a £ 30.734,65. Este número é significativamente maior do que o declarado no inventário do Barão e, além disso, o número de empresas também é maior. Enquanto, na análise do balanço de 1861, temos oito empresas; no inventário, encontramos apenas duas e as apólices da dívida pública<sup>676</sup>.

As oito empresas relacionadas no balanço são as seguintes: Estrada de Ferro Cantagalo, Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, Companhia Macaé e Campos, Banco do Brasil, Companhia Niteroiense, Empresa do Diário do Rio, Companhia Argos Fluminense e Companhia Refinação e Destilação. Dessas oito, apenas duas sobreviveram no Inventário, o Banco do Brasil e a Companhia Argos Fluminense. Assim, o valor deste tipo de ativo diminuiu no tempo, passando dos 230:000\$000 para 77:000\$000.<sup>677</sup>

Mas quanto valia cada um dos ativos relacionados no ano de 1862? Qual era o investimento em ações mais vultoso do Barão de Nova Friburgo? Diante dessas questões, apresentamos a seguinte classificação: o Barão possuía 1.038 ações da companhia Estrada de Ferro Cantagalo, no valor de 207:600\$000 (£ 22.763,16); 120 ações da Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, da qual já fora diretor, avaliadas em 24:000\$000 (£ 2.631,58); 20 ações da Companhia Macaé e Campos<sup>678</sup>, no valor de 20:000\$000 (£ 2.192,98); 100 ações do Banco do Brasil, somando 19:400\$000 (£ 2.127,19); e, 50 ações da Companhia Niteroiense, com valor de 5:500\$000 (£ 603,07). As empresas *Diário do Rio de Janeiro*<sup>679</sup>, valorada em 1:800\$000, e a Companhia Argos Fluminense<sup>680</sup> e a Companhia de

<sup>676</sup> Acreditamos que a diminuição dos investimentos em ações teve a ver com a conjuntura da Guerra do Paraguai. O maior risco em ações e o investimento mais seguro com a compra de títulos da dívida pública, cuja emissão pelo governo estava relacionado com o maior endividamento com a guerra, consistiu numa estratégia de maior liquidez por parte da firma. A respeito do impacto da guerra nas finanças conferir: PELÁEZ, C. M. S. W. **História monetária do Brasil**: análise da política, do comportamento e das instituições monetárias. 2ª. ed. Brasília: UNB, 1981.

<sup>677</sup> IHGB. Arm.1 Gav. 1 N° 54. Arquivo Visconde de Uruguai. Pinto, Antônio Clemente (1° Barão de Nova Friburgo). Cf. Capítulo III desta tese.

<sup>678</sup> O Canal Campos-Macaé foi uma hidrovia construída no século XIX utilizada para o trânsito de pessoas e para o escoamento da produção açucareira e também cafeeira. Trata-se da maior obra de engenharia realizada no Império do Brasil. Sobre a construção e o papel do Canal Campos-Macaé conferir: PENHA, A. L. N. **Nas águas do canal**: política e poder na construção do canal Campos-Macaé (1835-1875). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2012.

<sup>679</sup> O Diário do Rio de Janeiro foi um periódico publicado na capital do Império do Brasil, Rio de Janeiro. O periódico perdurou por 57 anos, de 1821 a 1878. Seus principais editores foram Zeferino Vítor de Meireles e Antônio Maria Jaurdan. Após a primeira fase dirigida por Zeferino, em que se manteve “apolítico”, o jornal, a partir da década de 1830, passou a expressar forte conteúdo conservador. Cf. BRASIL, B. O Diário do Rio de Janeiro. **Arquivado em Hemeroteca Digital**, Rio de Janeiro, 19 nov 2014. Disponível em: <<https://bdigital.bn.gov.br/artigos/diario-do-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 14 out. 2018.

<sup>680</sup> A Companhia Argos Fluminense constituía-se como uma seguradora contra o fogo, com endereço na Praça do Commercio, escritório n° 11. Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro. [Almanak Laemmert]. Ano: 1847, p. 234.

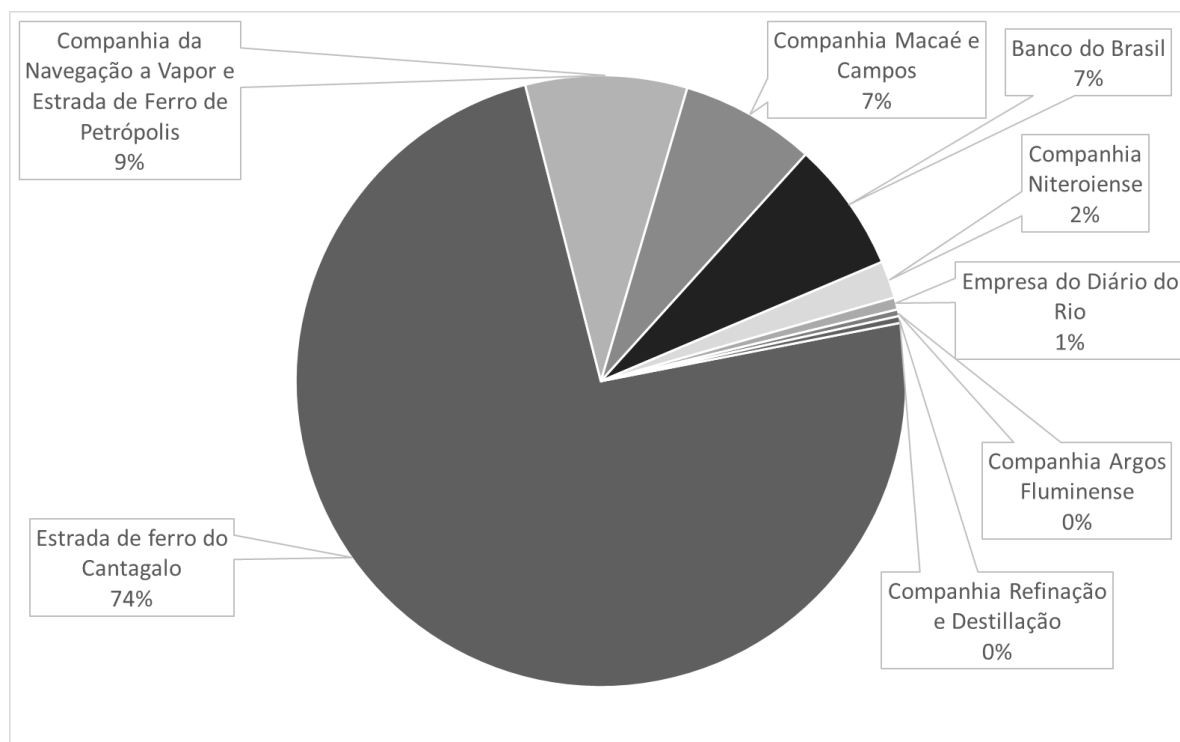
Refinação e Destilação, 1:000\$000 cada, não tiveram o número de suas ações arrolado – Quadro 7.8 e Gráfico 7.7.

**Quadro 7.8: Bancos e Companhias no ativo da Friburgo & Filhos. 1861**

Bancos e Cias	Ações	Valor (Rs)	Valor (£)	%
Estrada de Ferro Cantagalo	1.038	207:600\$000	22.763,16	74%
Cia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis	120	24:000\$000	2.631,58	9%
Companhia Macaé e Campos	20	20:000\$000	2.192,98	7%
Banco do Brasil	100	19:400\$000	2.127,19	7%
Companhia Niteroiense	50	5:500\$000	603,07	2%
Empresa do Diário do Rio	-	1:800\$000	197,37	1%
Companhia Argos Fluminense	-	1:000\$000	109,65	0,36%
Companhia Refinação e Destilação	-	1:000\$000	109,65	0,36%
Total		280:300\$000	30.734,65	100%

Fonte: IHGB. Arm.1 Gav. 1 N° 54. Arquivo Visconde de Uruguai.  
Pinto, Antônio Clemente (1° Barão de Nova Friburgo).

**Gráfico 7.7: Bancos e Companhias no ativo da Friburgo & Filhos. 1861**



Fonte: Quadro 7.8.

Através da análise do quadro e do gráfico acima, a Estrada de Ferro Cantagalo era responsável por 74% dos ativos, seguida pela Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis com 9%, a Companhia Macaé e Campos e o Banco do Brasil com 7% cada

e a Companhia Niteroiense com 2%. A empresa Diário do Rio com a fatia de 1% e as Companhias Argos Fluminense e de Refinação e Destilação responsáveis cada uma por 0,36% desses ativos.

Neste relatório, a Friburgo & Filhos registrou os dividendos de suas ações dos bancos e companhias. A que mais gerou proventos ao Barão foi a Estrada de Ferro Cantagalo com 11:418\$000 (£ 1.251,97), seguida pela Estrada de Ferro de Petrópolis com 2:040\$000 (£ 223,68). O Banco do Brasil rendeu 1:850\$000 (£ 202,85) e a Argos Fluminense, 260\$000 (£ 28,51). Assim, o valor total dos dividendos dos bancos e das companhias somavam 15:568\$000 (£ 1.707,02).

O segundo importante ativo da pasta da Friburgo & Filhos era denominado “prédios urbanos”. Tais investimentos estavam localizados preponderantemente no Rio de Janeiro e somavam uma vultosa quantia nas contas da Casa Comercial, 1.261:101\$189 (£ 138.278,64). O maior desses ativos era o palacete em construção, localizado no Largo do Valdetaro, responsável por 59% do valor dos ativos “casas e prédios urbanos”. Os demais imóveis não ultrapassaram a casa dos 9% do valor – Quadro 7.9 e Gráfico 7.8. No entanto, destacamos que, onze anos depois, na avaliação dos bens do Barão, existiam outros doze imóveis urbanos localizados no município de Nova Friburgo, que não foram arrolados no relatório da Friburgo & Filhos.<sup>681</sup>

**Quadro 7.9: Casas e prédios urbanos no ativo da Friburgo & Filhos. 1861**

Casas e prédios	Valor (Rs)	Valor (£)	%
Palacete em construção no largo do Valdetaro	738:788\$809	81.007,54	59%
Casa da rua Municipal Nº 14 A	118:000\$000	12.938,60	9%
Casa da rua Municipal Nº 14 B	118:000\$000	12.938,60	9%
Casa da rua Municipal Nº 14 C	94:432\$386	10.354,43	7%
Casa da rua Direita Nº 79	79:469\$994	8.713,82	6%
Casa da rua das Violas Nº 6	63:490\$000	6.961,73	5%
Casa da rua dos Beneditinos Nº 11	20:000\$000	2.192,98	2%
Casa do largo do Rocio Nº 10	15:920\$000	1.745,61	1%
Casa da rua das Violas Nº 110	8:000\$000	877,19	1%
1/4 da casa da rua das Violas Nº 7	5:000\$000	548,25	0,40%
Total	1.261:101\$189	138.278,64	100%

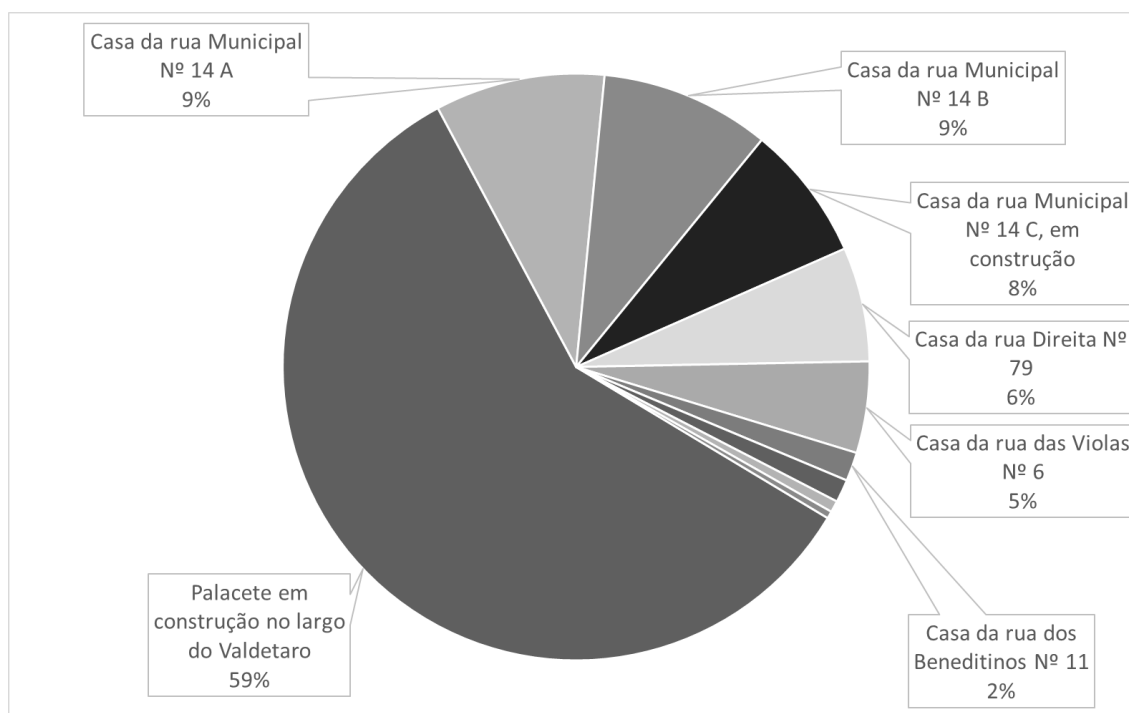
Fonte: IHGB. Arm.1 Gav. 1 Nº 54. Arquivo Visconde de Uruguai.  
Pinto, Antônio Clemente (1º Barão de Nova Friburgo).

<sup>681</sup> Cf. Capítulo III.



Destacamos que o Palacete no Largo do Valdetaro foi avaliado no balancete da firma, em valores reais, por 738:788\$809 (£ 81.007,54). Tal imóvel demoraria ainda cinco anos para ficar pronto, em 1867. Todavia, dois anos depois de sua finalização, o Barão de Nova Friburgo faleceu e, nos autos de avaliação de seu inventário, fechado em 1873, o mesmo palacete foi avaliado em 600:000\$000, mais de 100:000\$000 a menos do valor do prédio em construção.

**Gráfico 7.8: Casas e prédios urbanos no ativo da Friburgo & Filhos. 1861**



Fonte: Quadro 7.9.

Dentre os imóveis listados, alguns deles encontravam-se alugados. Assim, a casa da rua Municipal Nº 14A rendeu 3:000\$000 (£ 328,95); a casa da rua Direita Nº79 rendeu 5:500\$000 (£ 603,07); e, a da rua das Violas Nº6 gerou o valor de 5:000\$000. As casas da rua dos Beneditinos Nº 11 e da rua das Violas Nº 110 proporcionaram 1:000\$000 cada e a casa do largo do Rocio Nº 10, 70\$000 (£ 7,68). Estes aluguéis contribuíram para acumular uma quantia bastante parecida com os dividendos gerados pelo ativo bancos e companhias, 15:570\$000 (£ 1.707,24).

### 7.3.2. Os negócios do café e a Friburgo & Filhos

Esmiuçados esses elementos do ativo da Friburgo & Filhos, passemos à análise dos negócios do café. Iniciaremos abordando os dados das fazendas do Barão de Nova Friburgo e suas sociedades, primeiramente em relação à produção anotada no balanço da casa e, em

seguida, no que se refere às despesas e ao saldo dessas fazendas. Após essa primeira análise, abordaremos o movimento geral do café que passava pela Friburgo & Filhos, sua origem, seu volume, seu preço e as despesas ligadas a sua comercialização.

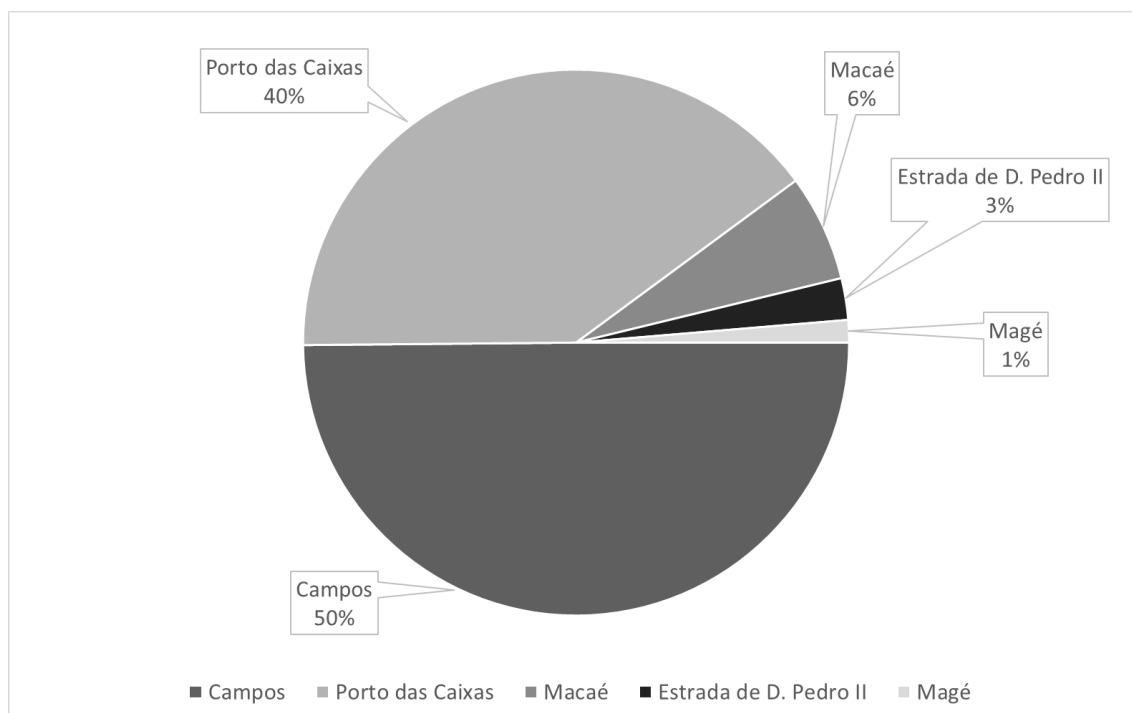
Os negócios do café da Friburgo & Filhos estão ligados às diversas regiões do Vale do Paraíba. O café que chegava a essa Casa Comissária vinha dos seguintes destinos: Campos, Porto das Caixas, Macaé, Estrada de Ferro D. Pedro II e Magé. A quantidade total da rubiácea era de 279.343 arrobas. A maior parcela do café destinado à Casa Comissária vinha de Campos, 139.271 arrobas, que correspondiam a 49,86% do café recebido. Em segundo lugar, estava o café vindo de Porto das Caixas, 111.816 arrobas, que perfaziam 40,03% do café que chegava à Friburgo & Filhos. Pelo porto de Macaé, chegaram 17.650 arrobas, representando 6,32%. A Estrada de Ferro D. Pedro II depositou na casa 6.894 arrobas (2,47%) e, de Magé, chegaram 3.712 arrobas (1,33%)<sup>682</sup> – Quadro 7.10 e Gráfico 7.9.

**Quadro 7.10: Origem do café da Friburgo & Filhos. 1861**

<b>Origem do café</b>	<b>Café @</b>	<b>%</b>
Campos	139.271	49,86%
Porto das Caixas	111.816	40,03%
Macaé	17.650	6,32%
Estrada de Ferro D. Pedro II	6.894	2,47%
Magé	3.712	1,33%
Total	279.343	100%

Fonte: IHGB. Arm. I Gav. I N° 54. Arquivo Visconde de Uruguai. Pinto, Antônio Clemente (1° Barão de Nova Friburgo).

<sup>682</sup> Alberto Lamego chama a atenção para o fato de que a saída do café de Cantagalo por Magé era movimentada no início da atividade cafeeira cantagalense, mas logo perdeu espaço para Porto das Caixas. Todavia, após a construção da Estrada de Ferro Cantagalo, Magé e Porto das Caixas passavam a dar mostras de estagnação como os dados da casa atestam. LAMEGO, A. R. **O homem e a serra**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2007, pp. 179 e 201.

**Gráfico 7.9: Origem do café da Friburgo & Filhos. 1861**

Fonte: Quadro 7.10.

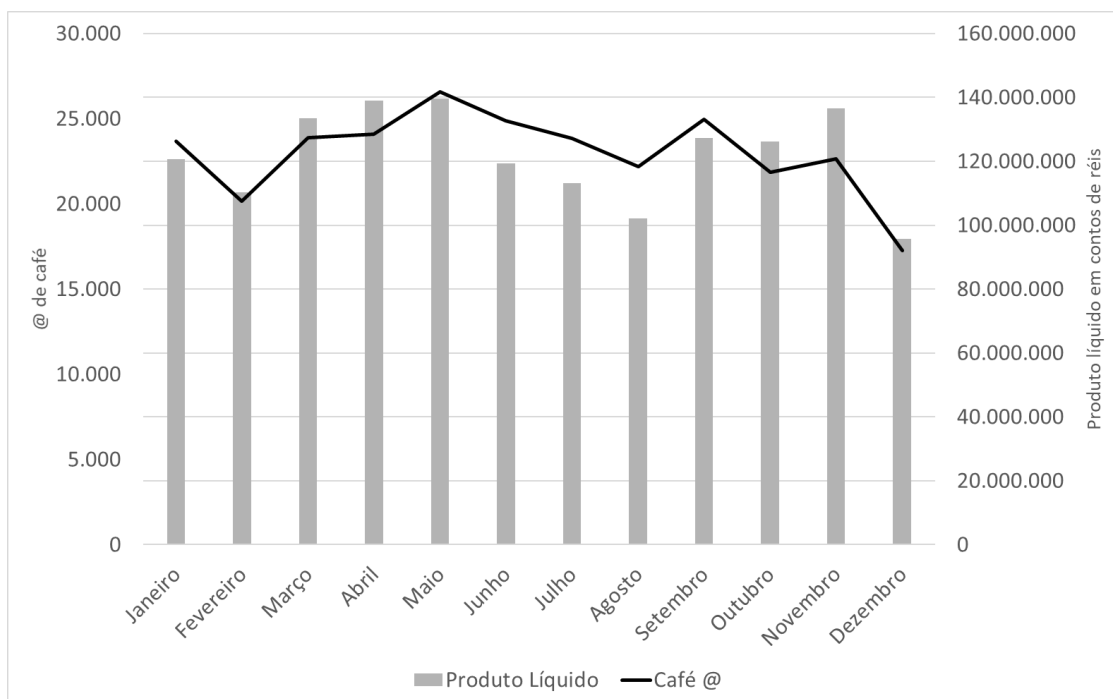
O total do café recebido nos 12 meses do ano de 1861 foi de 276.002 arrobas. Os carretos<sup>683</sup> custaram 6:202\$300 (£ 680,08); as despesas, 18:922\$283 (£ 2.074,81); as comissões, avaliadas em 48:981\$832 (£ 5.370,81); os fretes alcançaram 102:454\$717 (£ 11.234,07); e, o valor bruto do café foi de 1.619:739\$000 (£ 177.602,96) – Quadro 7.11 e Gráficos 7.10 e 7.11. O valor das despesas com o movimento do café subiu a 176:591\$132 (£ 19.363,06), ficando líquido um valor de 1.463:008\$764 (£ 160.417,63).

<sup>683</sup> O termo **carreto** tem a sua origem no Brasil do séc. XVIII quando o transporte de bens era feito por carretas puxadas por bois e depois, já no séc. XIX, quando todo o transporte urbano era feito por carroções puxados por mulas ou cavalos, gerando daí o termo **carreto**. <https://www.dicionarioinformal.com.br/carreto/>

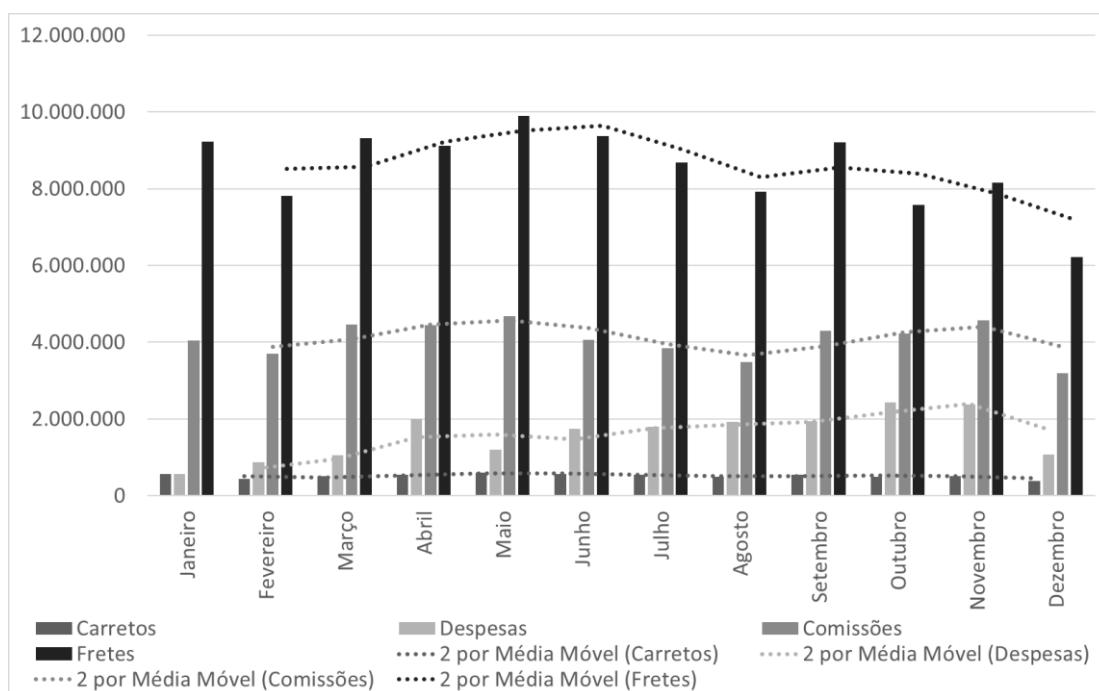
**Quadro 7.11: Movimento do café na Friburgo & Filhos. 1861**

<b>Meses</b>	<b>Café @</b>	<b>Carretos</b>	<b>Despesas</b>	<b>Comissões</b>	<b>Fretes</b>	<b>Produto Bruto</b>	<b>Produto Líquido</b>
Janeiro	23.697	557\$900	566\$190	4:048\$194	9:229\$310	134:939\$801	120:538\$207
Fevereiro	20.140	444\$200	862\$630	3:691\$009	7:817\$157	123:039\$665	110:218\$669
Março	23.903	511\$000	1:042\$480	4:461\$969	9:323\$027	135:732\$312	133:393\$836
Abril	24.076	552\$500	1:993\$260	4:445\$533	9:118\$380	148:184\$436	139:074\$761
Maiο	26.558	596\$460	1:202\$200	4:679\$648	9:902\$644	155:988\$279	139:607\$327
Junho	24.868	565\$600	1:740\$104	4:051\$384	9:368\$359	135:047\$506	119:322\$037
Julho	23.849	539\$660	1:793\$420	3:840\$959	8:672\$883	128:029\$919	113:183\$684
Agosto	22.181	483\$670	1:915\$690	3:478\$149	7:911\$854	115:939\$534	102:105\$956
Setembro	24.971	550\$010	1:940\$351	4:296\$878	9:196\$277	143:230\$474	127:189\$910
Outubro	21.842	496\$750	2:421\$583	4:227\$135	7:579\$477	140:905\$545	126:190\$863
Novembro	22.662	514\$970	2:379\$917	4:566\$056	8:151\$118	152:203\$569	136:590\$197
Dezembro	17.255	389\$580	1:064\$458	3:194\$918	6:214\$231	106:497\$960	95:593\$317
Totais (Rs)	276.002	6:202\$300	18:922\$283	48:981\$832	102:484\$717	1.619:739\$000	1.463:008\$764
Totais (£)	-	680,08	2.074,81	5.370,81	11.234,07	177.602,96	160.417,63

Fonte: IHGB. Arm.1 Gav. 1 N° 54. Arquivo Visconde de Uruguai.  
Pinto, Antônio Clemente (1° Barão de Nova Friburgo).

**Gráfico 7.10: Movimento do café na Friburgo & Filhos. 1861**

Fonte: Quadro 7.11.

**Gráfico 7.11: Despesas do café movimentado pela Friburgo & Filhos. 1861**

Fonte: Quadro 7.11.

Além do café movimentado pela Friburgo & Filhos, no relatório, existia a produção das fazendas do Barão de Nova Friburgo. Tais fazendas produziram 105.882 arrobas de café no ano de 1861, o que representava 38,36% do café movimentado. O relatório ainda informa que esse

café foi comercializado na Praça Comercial do Rio de Janeiro pela média de 5\$574 por arroba. Este valor aplicado apenas ao café das fazendas do Barão rendeu, antes dos descontos com as despesas, 590:220\$914, £ 64.717,21.

No ano de 1861, a fazenda que mais produziu arrobas de café foi a Santa Rita, 17.600, seguida pela Areias com 16.139 e, em terceiro lugar, pela Gavião, que produziu 14.469. A Boa Sorte e a Aldeia produziram, respectivamente, 11.573 e 11.131 arrobas. As fazendas Boa Vista e Cafés tiveram uma produção na casa das 10.000 arrobas e as demais fazendas não conseguiram atingir dois dígitos na casa dos milhares – Quadro 7.12 e Gráfico 7.12.

Entretanto, algumas das fazendas listadas no balanço carregavam um saldo devedor. A fazenda Gavião, por exemplo, tinha um débito de 61:384\$555 (£ 6.730,76). Associamos tal débito a construção do palacete do Gavião, um dos mais suntuosos do interior fluminense. A fazenda Jacotinga também tinha um alto saldo negativo, 48:484\$093 (£ 5.316,24), seguida pela fazenda Sibéria<sup>684</sup> com o saldo de 5:125\$178 (£ 561,97). Por fim, as unidades produtivas de Nova Friburgo, ligadas ao abastecimento, estavam com um débito de 20:759\$139 (£ 2.276,22). Esses valores somavam um saldo negativo de 135:752\$965 (£ 14.885,19).

**Quadro 7.12: Fazendas: quantidade de café em arrobas Friburgo & Filhos. 1861**

<b>Fazendas</b>	<b>Arrobas de Café</b>
Santa Rita	17.600
Areias	16.139
Gavião	14.469
Boa Sorte	11.573
Aldeia	11.131
Boa Vista	10.922
Cafés	10.178
Itaóca	6.874
Laranjeiras	5.158
Jacotinga	1.362
Sibéria	476
<b>Total</b>	<b>105.882</b>

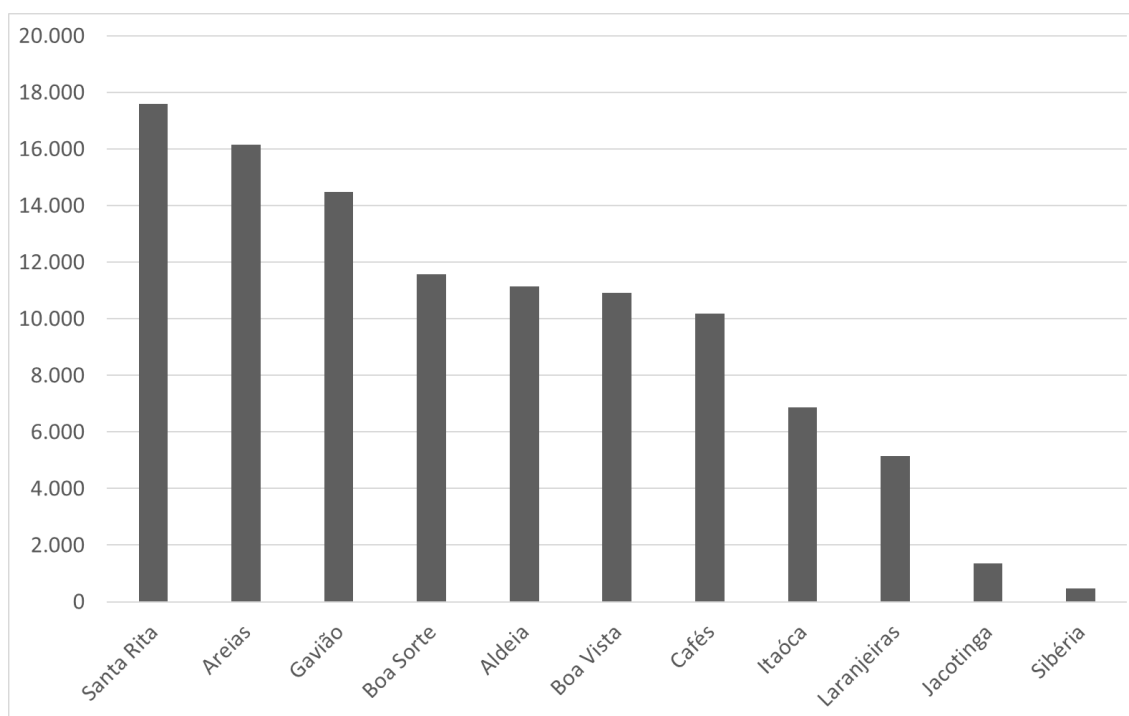
Fonte: IHGB. Arm.1 Gav. 1 N° 54. Arquivo Visconde de Uruguai. Pinto, Antônio Clemente (1° Barão de Nova Friburgo).

Em 1861, o Barão de Nova Friburgo comandou a produção de 105.882 arrobas de café (cerca de 4.000 toneladas), que correspondia a metade da produção da Jamaica em seu pico máximo (década de 1810) e que se igualava à produção do Suriname em 1790. Dividindo a produção do complexo do Barão de Nova Friburgo pelo número total de escravos, temos uma

<sup>684</sup> A fazenda Sibéria não consta no inventário do Barão de Nova Friburgo.

relação de 1.835 Kg de café por escravo, enquanto a produção estimada para Suriname e São Domingos antes da revolução era de apenas 360 Kg por escravo<sup>685</sup>. Tais comparações nos permitem perceber que a relação entre café e escravidão sob o impacto da segunda escravidão traz uma nova ordem de grandeza na produção cafeeira.

**Gráfico 7.12: Fazendas: quantidade de café em arrobas Friburgo & Filhos. 1861**



Fonte: Quadro 7.12.

O saldo das fazendas em 1861<sup>686</sup> foi de 338:899\$240 (£ 36.091,51). A fazenda mais lucrativa foi também a mais produtiva, Santa Rita gerou 100:817\$262 de rendimentos (£ 10736,66). Contudo, foi a que mais gastou com suas despesas, quase alcançando 43:000\$000. O maior saldo após o pagamento das despesas, no entanto, veio da fazenda Areias, 64:543\$045 (£ 6.873,59). Dito isto, é preciso ressaltar que apenas duas fazendas apresentaram resultados negativos: Jacotinga e Sibéria – Quadro 7.13 e Gráfico 7.13.

<sup>685</sup> MARQUESE, R. D. B. Capitalismo, Escravidão e a Economia Cafeeira do Brasil no longo século XIX. **Saeculum (UFPB)**, v. 29, pp. 289-321, 2013.

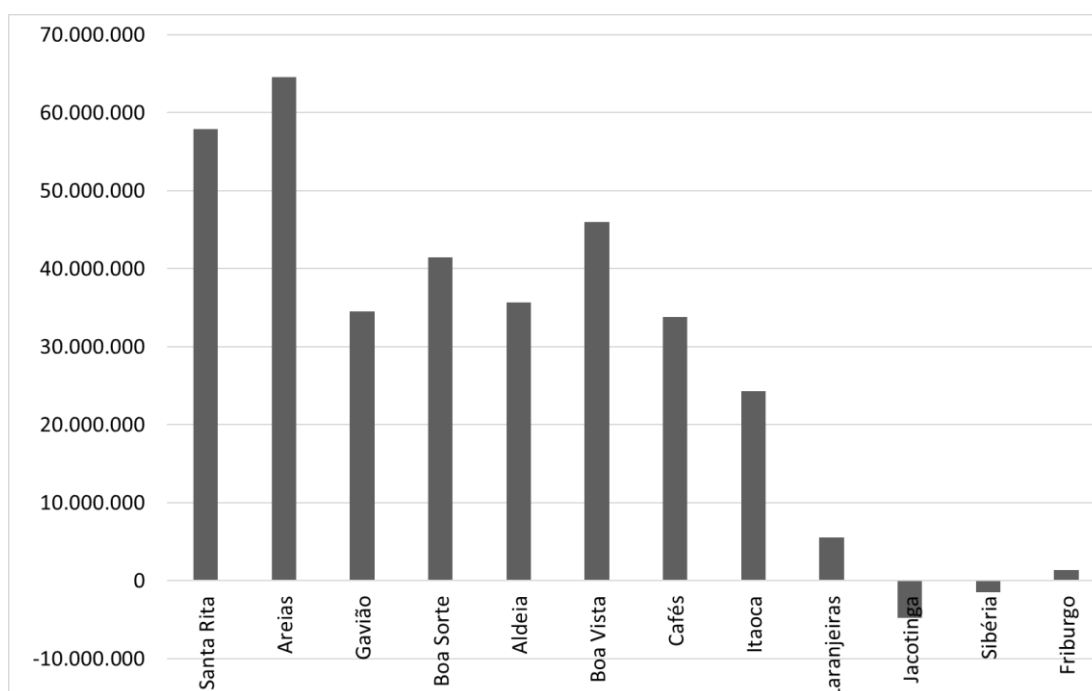
<sup>686</sup> O balanço geral da Friburgo & Filhos apresenta o saldo relativo às fazendas para o ano anterior à publicação, 1861.

**Quadro 7.13: Contabilidade das fazendas de café - Friburgo & Filhos. 1861**

<b>Fazenda</b>	<b>Milho Alq.</b>	<b>Café - Arrobas</b>	<b>Rendimento</b>	<b>Despesa</b>	<b>Saldo</b>	<b>Saldo até 1861</b>	<b>Haver em 1861</b>
Santa Rita	-	17.600	100:817\$262	42:906\$437	57:910\$825	-	57:910\$825
Areias	-	16.139	95:469\$706	30:926\$661	64:543\$045	-	64:543\$045
Gavião	-	14.469	76:782\$413	42:225\$943	34:556\$470	-61:384\$555	-26:828\$085
Boa Sorte	-	11.573	62:340\$716	20:894\$485	41:446\$231	-	41:446\$231
Aldeia	-	11.131	67:129\$231	31:493\$667	35:635\$564	-	35:635\$564
Boa Vista	-	10.922	60:209\$028	14:242\$614	45:966\$414	-	45:966\$414
Cafés	-	10.178	53:247\$605	19:445\$770	33:801\$835	-	33:801\$835
Itaóca	-	6.874	35:518\$439	11:188\$537	24:329\$902	-	24:329\$902
Laranjeiras	-	5.158	25:942\$224	20:379\$070	5:563\$154	-	5:563\$154
Jacotinga	-	1.362	6:647\$036	11:444\$717	-4:797\$681	-48:484\$093	-53:281\$774
Sibéria	-	476	2:586\$004	4:051\$352	-1:465\$348	-5:125\$178	-6:590\$526
Friburgo	14.127		3:531\$250	2:122\$421	1:408\$829	-20:759\$139	-19:350\$310
<b>Total</b>	<b>14.127</b>	<b>105.882</b>	<b>590:220\$914</b>	<b>251:321\$674</b>	<b>338:899\$240</b>	<b>-135:752\$965</b>	<b>203:146\$275</b>

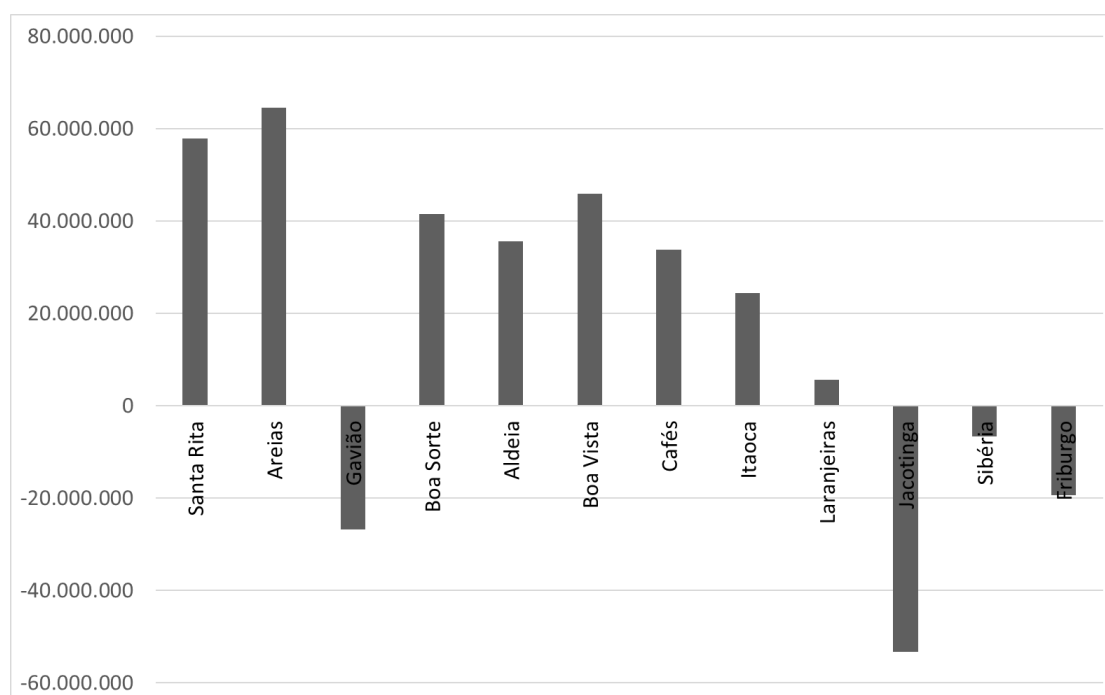
Fonte: IHGB. Arm. I Gav. 1 N° 54. Arquivo Visconde de Uruguai.  
Pinto, Antônio Clemente (1° Barão de Nova Friburgo).



**Gráfico 7.13: Saldo parcial das fazendas, Friburgo & Filhos. 1861**

Fonte: Quadro 7.13.

O saldo final das fazendas seguiu quase a mesma tendência e apenas as fazendas em débito tiveram seus saldos deduzidos. Assim, a fazenda Gavião, que tinha um débito de mais de 61:000\$000, terminou o ano devendo 26:828\$085 (£ 2.941,68). A fazenda Jacotinga, que possuía um débito superior a 48:000\$000, não conseguiu resultados positivos e sua dívida aumentou para 53:281\$774 (£ 5.842,30). O mesmo aconteceu com a Sibéria que passou de 5:125\$178 negativos para 6:590\$526 de débito (£ 722,65). Já as fazendas de Nova Friburgo, apesar do saldo positivo, continuaram com um débito de 19:350\$310 (£ 2.121,74) – Quadro 7.13 e Gráfico 7.14.

**Gráfico 7.14: Saldo total das fazendas de café, Friburgo & Filhos.1861**

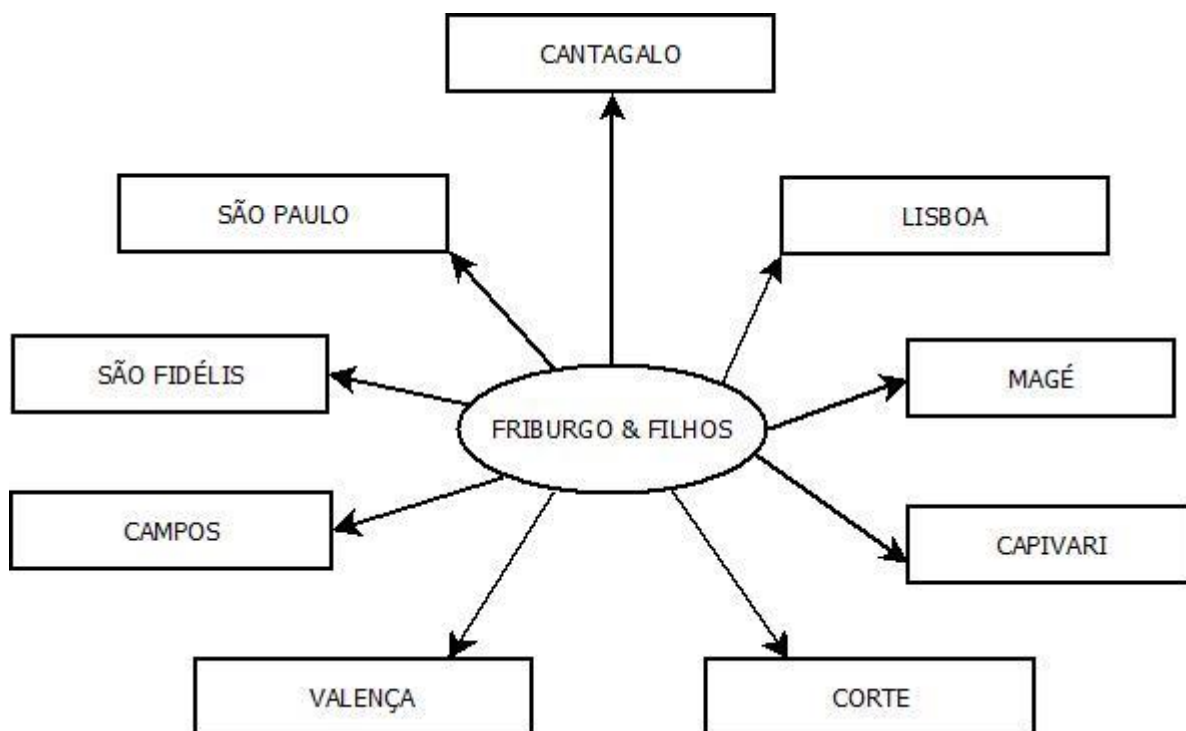
Fonte: Quadro 7.13.

Com essa exposição a respeito da contabilidade das fazendas cafeeiras administradas pela Friburgo & Filhos, finalizamos a análise referente aos principais ativos desta casa, a saber, devedores em conta corrente, ações de bancos e de companhias, prédios urbanos e a produção das fazendas cafeeiras, assim como o café recebido. Nosso objetivo, agora, é investigar os passivos da Casa Comercial do Barão de Nova Friburgo.

### 7.3.2. O passivo do balanço da Friburgo & Filhos de 1862

Nas contas do passivo, das obrigações da Friburgo & Filhos, temos fundamentalmente os credores por conta corrente, os credores por gênero e as letras e obrigações aceitas pela Friburgo & Filhos. Essas contas arroladas no balanço da Casa Comissária eram muito significativas, ressaltando a cadeia de financiamento da lavoura cafeeira no interior da Província do Rio de Janeiro. Assim, vamos cuidar de cada uma dessas dívidas em particular.

Iniciaremos a argumentação com os credores em conta corrente. Os donos desses créditos estavam localizados em diversas áreas da Província do Rio de Janeiro: Campos, Cantagalo, Capivari, Corte, Magé, São Fidélis e Valença; além de São Paulo e Lisboa. Essa difusão dos credores da Friburgo & Filhos pode ser melhor visualizada no Fluxograma 7.2. Além disso, com o objetivo de melhor visualizar os credores da Província do Rio de Janeiro, apresentamos o mapa 7.3.

**Fluxograma 7.2: Localidades dos credores em conta corrente. 1861**

Fonte: IHGB. Arm.1 Gav. 1 N° 54. Arquivo Visconde de Uruguai.  
Pinto, Antônio Clemente (1° Barão de Nova Friburgo).

Se compararmos o número de localidades com devedores e com credores, percebemos que as dívidas estavam mais espalhadas. Além disso, os valores mobilizados por ambos eram bem diferentes, enquanto os devedores contraíram 2.278:869\$824 (£ 249.876,08), os credores não chegaram à metade desse valor, 1.021:072\$269 (£ 111.959,68). Tais números nos levam a concluir previamente que os devedores, além de serem um número bem maior de indivíduos, também se ligam à Friburgo & Filhos pelo volume em réis.

**Representação gráfica 7.3: Localização dos credores em conta corrente, Friburgo & Filhos, Província do Rio de Janeiro, 1861**



Fontes: Conrado Jacob de Nyemeyer. Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro, 1839. Fonte: Biblioteca Nacional - ARC.008,07,002 ex.2 – Cartografia; Fonte: IHGB. Arm.1 Gav. 1 N° 54. Arquivo Visconde de Uruguai. Pinto, Antônio Clemente (1º Barão de Nova Friburgo).

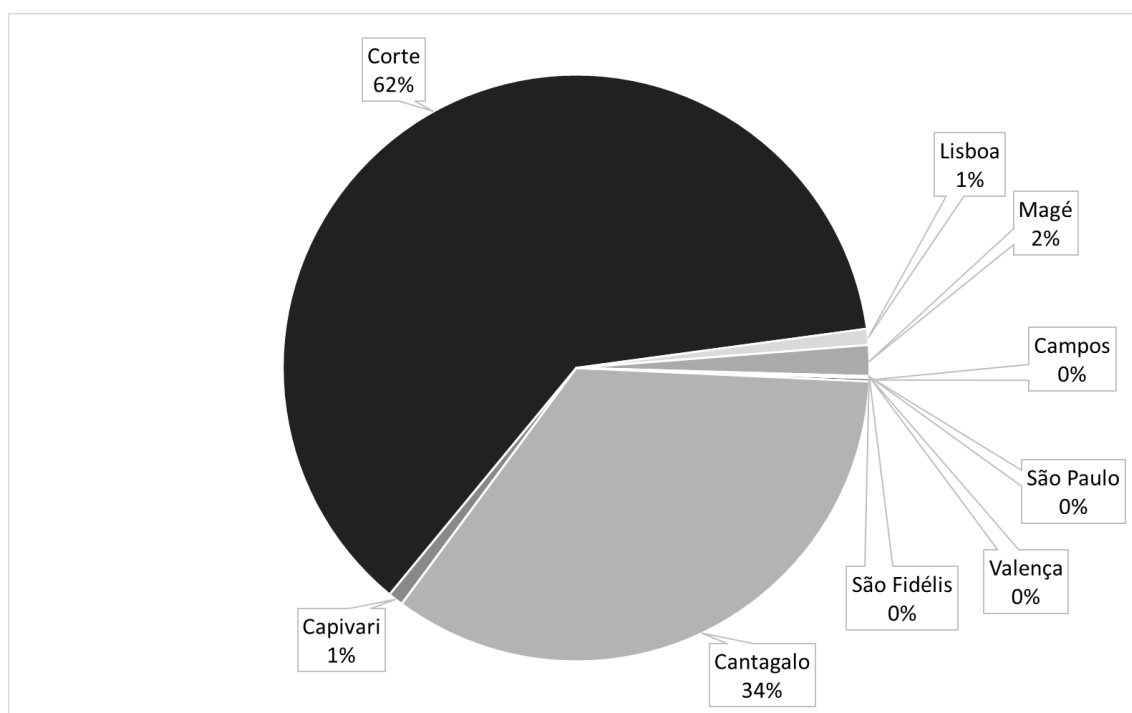
Desta feita, os credores juntos somavam uma quantia bastante vultosa do passivo da Friburgo & Filhos: 1.021:072\$269, concentrados, principalmente, em duas áreas: a Corte do Rio de Janeiro e o município de Cantagalo, juntos somavam 983:268\$355 (£ 107.814,51), representando 96% do valor creditado. Assim, Campos, Capivari, Lisboa, Magé, São Fidélis, São Paulo e Valença respondiam por 4% dos créditos concedidos à Friburgo & Filhos, o que nos leva a crer que esse pequeno volume era circunstancial, enquanto que os créditos advindos da Corte e de Cantagalo eram estruturais na formação do passivo da Casa Comercial.

Buscamos ser mais específicos em relação aos créditos recebidos pela Friburgo & Filhos e obtivemos a seguinte situação: os cinco credores residentes na Corte somavam 631:990\$378 (£ 69.297,19), que correspondiam a 62% dos valores. No caso de Cantagalo, os quatro credores emprestaram à casa 351:277\$977 (£ 38.517,32), que representavam 34% das somas creditadas. O município de Magé emprestou 17:333\$600 (£ 1.900,61), o que perfazia apenas 2% dos valores. Capivari e Lisboa emprestaram mais de 8:000\$000 e representavam 1% cada. São Fidélis, São Paulo, Valença e Campos não chegaram a somar 1% dos empréstimos feitos à Friburgo & Filhos – Quadro 7.14 e Gráficos 7.15 e 7.16.

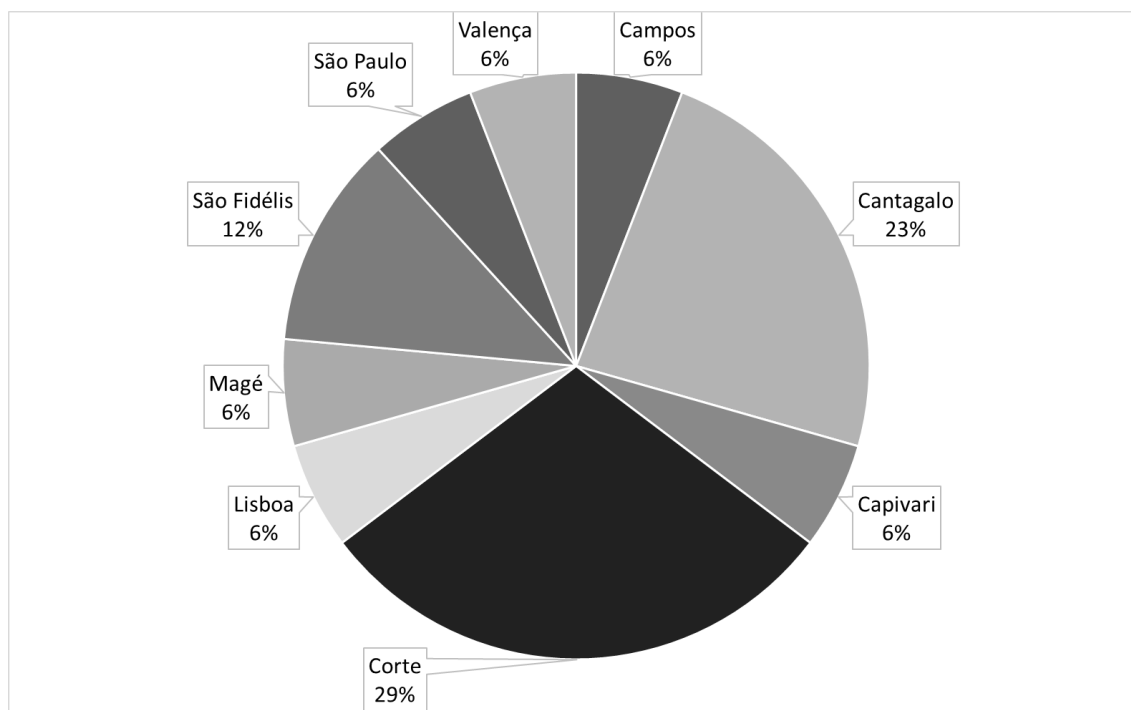
**Quadro 7.14: Credores em conta corrente da Friburgo & Filhos. 1861**

Local dos credores	Valores (Rs)	%	Quantidade	%
Campos	1:834\$085	0%	1	6%
Cantagalo	351:277\$977	34%	4	24%
Capivari	8:507\$619	1%	1	6%
Corte	631:990\$378	62%	5	29%
Lisboa	8:983\$204	1%	1	6%
Magé	17:333\$600	2%	1	6%
São Fidélis	878\$406	0%	2	12%
São Paulo	147\$000	0%	1	6%
Valença	120\$000	0%	1	6%
Total	1.021:072\$269	100%	17	100%

Fonte: IHGB. Arm. I Gav. I N° 54. Arquivo Visconde de Uruguai.  
Pinto, Antônio Clemente (1° Barão de Nova Friburgo).

**Gráfico 7.15: Valores creditados em conta corrente, Friburgo & Filhos, 1861**

Fonte: Quadro 7.14.

**Gráfico 7.16: Porcentagem de credores em conta corrente, Friburgo & Filhos. 1861**

Fonte: Quadro 7.14.

Com a exposição a respeito das dívidas contraídas pela Friburgo & Filhos, passamos a analisar a conta referente aos credores por gênero. Como já explícito nesta tese, a escravaria do Barão de Nova Friburgo era extremamente numerosa e seu sustento e o dos colonos portugueses que trabalhavam em suas terras não era feito exclusivamente com produtos oriundos das fazendas. Por isso, a Casa Comercial adquiria os produtos necessários à complementação do abastecimento de suas propriedades.

Metodologicamente, abordamos os credores por gênero a partir dos produtos comercializados e já adiantamos que as quantias envolvidas não chegavam nem perto dos valores dos créditos trabalhados anteriormente. Nesta pauta de produtos, existiam dezenove itens. No topo desta pauta, molhados, ferragens e bacalhau. Na posição intermediária, carne-seca, couros e louças. No fim da lista, sal, boticas e cabos – Quadro 7.15. Apenas com esses nove produtos conseguimos perceber a variedade das mercadorias.

Com relação aos valores dos produtos, os molhados e as ferragens atingiram um valor maior do que 4:000\$000. Algodões e fazendas estavam na casa dos 3:000\$000. Bacalhau, fumo e os gastos com padaria, cada um, com valor acima de 1:000\$000. Abaixo desse valor, temos os seguintes produtos: carne seca, caldeireiro, couros, louça, trinques e fechaduras, pedras de

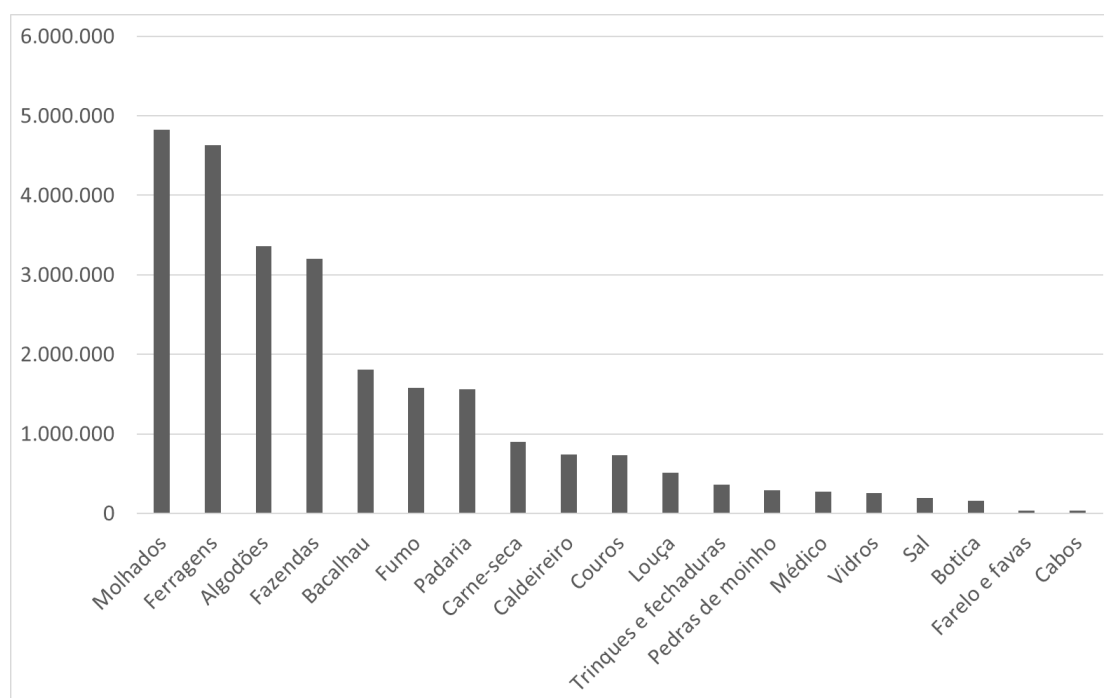
moinho, médico, vidros, sal, botica, farelo e favas e cabos – Quadro 7.15 e Gráfico 7.17.<sup>687</sup> O total desses produtos chegava ao valor de 25:453\$379 (£ 2.790,94), como já ressaltamos, um valor muito pequeno em face ao valor dos créditos anteriormente avaliados.

**Quadro 7.15: Credores em conta por gênero, Friburgo & Filhos. 1861**

Número	Produtos	Valor (Rs)	Valor (£)
1	Molhados	4:827\$369	529,32
2	Ferragens	4:630\$000	507,68
3	Algodões	3:360\$060	368,43
4	Fazendas	3:203\$980	351,31
5	Bacalhau	1:804\$850	197,90
6	Fumo	1:577\$800	173,00
7	Padaria	1:556\$780	170,70
8	Carne seca	901\$500	98,85
9	Caldeireiro	739\$233	81,06
10	Couros	729\$000	79,93
11	Louça	515\$060	56,48
12	Trinques e fechaduras	360\$300	39,51
13	Pedras de moinho	294\$520	32,29
14	Médico	275\$000	30,15
15	Vidros	256\$890	28,17
16	Sal	195\$200	21,40
17	Botica	158\$000	17,32
18	Farelo e favas	34\$400	3,77
19	Cabos	33\$437	3,67
Total	-	25:453\$379	2.790,94

Fonte: IHGB. Arm.1 Gav. 1 N° 54. Arquivo Visconde de Uruguai. Pinto, Antônio Clemente (1° Barão de Nova Friburgo).

<sup>687</sup> IHGB. Arm.1 Gav. 1 N° 54. Arquivo Visconde de Uruguai. Pinto, Antônio Clemente (1° Barão de Nova Friburgo).

**Gráfico 7.17: Credores em conta por gênero, Friburgo & Filhos 1861.**

Fonte: Quadro 7.15

**Quadro 7.16: Valor das letras e das obrigações a pagar, Friburgo & Filhos. 1861**

Credores	Valor (Rs)	Valor (£)	%
Souto	382:000\$000	41.885,96	32%
Banco do Brasil	302:000\$000	33.114,04	26%
Banco Rural	290:000\$000	31.798,25	25%
Itamarati	70:000\$000	7.675,44	6%
Mauá	60:000\$000	6.578,95	5%
Faria	50:000\$000	5.482,46	4%
Recibo c/ Adolpho Pompom	25:966\$670	2.847,72	2%
Total	1.179:966\$670		100%

Fonte: IHGB. Arm.1 Gav. 1 N° 54. Arquivo Visconde de Uruguai. Pinto, Antônio Clemente (1° Barão de Nova Friburgo).

As letras e obrigações a pagar serão analisadas a partir deste momento<sup>688</sup>. Todas as letras foram aceitas pelo Barão de Nova Friburgo e endossadas por Antônio Clemente Pinto, filho homônimo do Barão. Esse núcleo do passivo somava um valor bastante alto, chegando a 1.179:966\$670 (£129.382,31). Dividido entre seis credores, a saber, Casa Souto<sup>689</sup>, Banco do

<sup>688</sup> Atualmente as contas a pagar “são basicamente as obrigações financeiras que a empresa assume com seus fornecedores, é um tipo de conta onde ficam registrados os compromissos financeiros a serem liquidados como fornecedores ou impostos”. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/entenda-as-diferencas-entre-contas-a-receber-e-a-pagar,0f911219dcf2f510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: jul. de 2018.

<sup>689</sup> A Casa Souto era a Casa Bancária Antônio José Alves Souto & cia, uma das mais importantes casas bancárias da Praça do Rio de Janeiro, cuja insolvência, em 1864, gerou a crise comercial e bancária de 1864. A respeito da



Brasil<sup>690</sup>, Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro<sup>691</sup>, Barão do Itamarati<sup>692</sup>, Banco Mauá (Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & cia)<sup>693</sup>, Faria<sup>694</sup> e Adolpho PomPom.<sup>695</sup>

A soma devida a essas instituições e senhores dividia-se da seguinte forma: a Casa Souto era o maior credor com 382:000\$000 (£ 41.885,96), seguido pelo Banco do Brasil credor de 302:000\$000 (£ 33.114,04) e pelo Banco Rural e Hipotecário com o valor de 290:000\$000 (£ 31.798,25). Entre os credores particulares, o barão do Itamarati era o maior, 70:000\$000 (£ 7.675,44), Mauá emprestou 60:000\$000 (£ 6.578,95), Faria contribuiu com a quantia de 50:000\$000 (£ 5.482,46) e Adolpho Pompom, 25:966\$670 (£ 2.847,72) – Quadro 7.16 e Gráfico 7.18.

---

casa bancária e da crise de 1864 conferir LEVY, M. B. *Op. Cit.*; VILLELLA, A. Tempos Difíceis: Reações às Crises de 1857 e 1864 no Brasil. **Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica**, Rio de Janeiro: FGV, 1999. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/congresso1999/Textos/ANDRE.pdf> Acesso em: jul. de 2018; GUIMARÃES, 2012, *Op. Cit.*, GAMBI, T. F. R. **O banco da ordem: política e finanças no império brasileiro (1853-1866)**. São Paulo: Alameda, 2015. OLIVEIRA, T. A. de. Os pequenos credores na bancarrota das casas bancárias cariocas em 1864. **Anais do Encontro ABPHE**, 2016. Disponível em: [http://www.abphe.org.br/uploads/Textos%20Encontro%20P%C3%B3s%20ABPHE%202016/Thiago\\_Alvarenga.pdf](http://www.abphe.org.br/uploads/Textos%20Encontro%20P%C3%B3s%20ABPHE%202016/Thiago_Alvarenga.pdf). Acesso em: jul. de 2018.

<sup>690</sup> A respeito do Banco do Brasil criado em 1853 conferir GAMBI, T. F. R. *Op. Cit.*

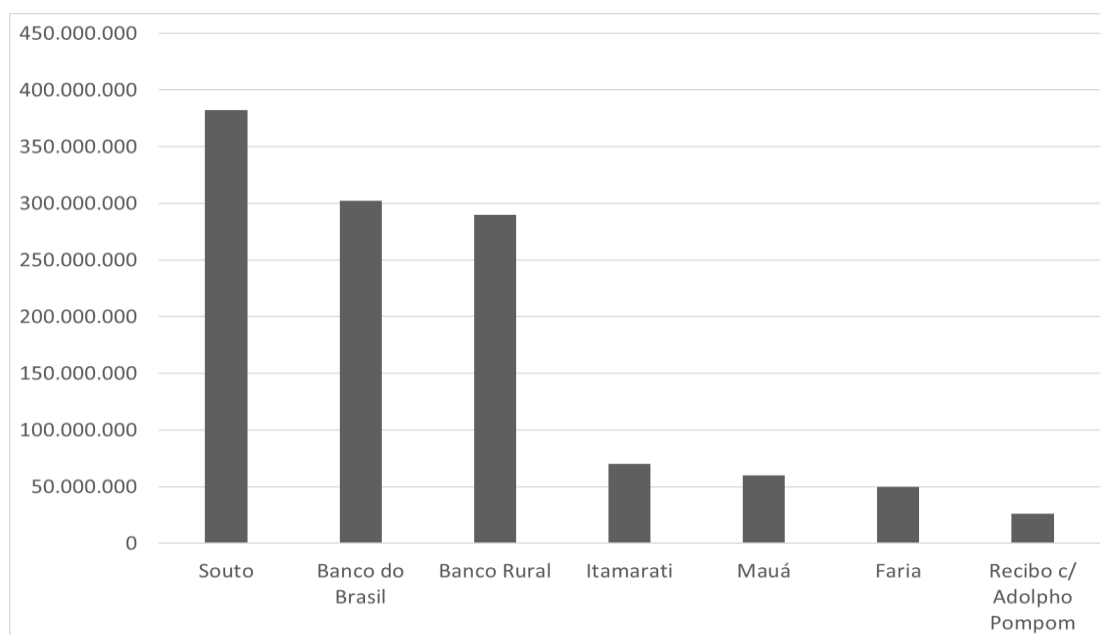
<sup>691</sup> A respeito do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro conferir: GUIMARÃES, C. G. O Império e o crédito hipotecário na segunda metade do século XIX: os casos do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola na década de 1850. *In*: GUIMARÃES, E. S.; (Org.), **Campos em Disputa: História Agrária e Companhia**. Juiz de Fora: Annablume; Núcleo de Referência Agrária, 2007. Pp. 13-40.

<sup>692</sup> Francisco José da Rocha Leão, segundo barão, primeiro e único visconde e conde de Itamarati. Negociante matriculado em 1822, grande capitalista e proprietário, foi coronel-comandante da Guarda Nacional da Corte, membro da Junta Administrativa da Caixa de Amortização, da Caixa Econômica e Monte de Socorro e sócio fundador do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, entre outros. Era comendador da Imperial Ordem de Cristo, dignitário da Imperial Ordem da Rosa, Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial, Moço honorário da Primeira Câmara da Guarda-Roupa, Veador honorário da Casa Imperial e Grande do Império. Disponível em: <http://www.museu-emigrantes.org/docs/titulados/barao%20itamarati.pdf> Acesso em: jul. de 2018.

<sup>693</sup> A respeito da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Co. Conferir GUIMARÃES, C. G. **A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Co. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Co. (1808-1840)**. São Paulo: Alameda, 2012.

<sup>694</sup> Não conseguimos identificar a que casa comercial o indivíduo “Faria” estava ligado.

<sup>695</sup> Adolpho Pompom foi morador da vila de Nova Friburgo.

**Gráfico 7.18: Valor das letras e obrigações a pagar, Friburgo & Filhos. 1861**

Fonte: Quadro 7.16.

Com a apresentação das letras e obrigações a pagar pela Friburgo & Filhos, elencamos os principais pontos do passivo da casa. São eles os credores em conta corrente e as letras aceitas pelo Barão de Nova Friburgo e endossadas por seu filho, Antônio Clemente Pinto. Esses empréstimos, de acordo com nossa avaliação, eram utilizados para o financiamento da lavoura cafeeira. Assim, a Friburgo & Filhos pegava dinheiro com os bancos e outras casas mais portentosas e concedia créditos em conta corrente aos lavradores da fronteira agrícola. Esses são os indícios deixados pelo balanço analisado.

### 7.3.3. O resumo do balanço da Friburgo & Filhos

O resumo do balanço da Casa Comercial apresenta, nos seus ativos, os prédios urbanos (1.261:101\$189, £ 138.278,64), bancos e companhias (280:300\$000, £ 30.734,65), devedores em conta corrente (2.278:869\$824, £ 249.876,08), dívidas das fazendas (135:752\$962, £ 14.885,19), letras a receber (299:669\$605, £ 32.858,51), depósitos (9:472\$872, £ 1.038,69), mobílias e escravos (5:200\$000, £ 570,18), dívidas perdidas (248:179\$990, £ 27212,72), café em ser (102:540\$133, £ 11.243,44) e em dinheiro em conta (2:889\$568, £ 316,84).

O passivo era formado pelos valores dos credores em conta corrente (1.022:998\$450, £ 112.170,88), dos credores por gênero (43:236\$588, £ 4.740,85), das letras e obrigações (1.179:996\$670, £ 129.385,60), dos depósitos em conta (9:472\$872, £ 1.038,69), das dívidas

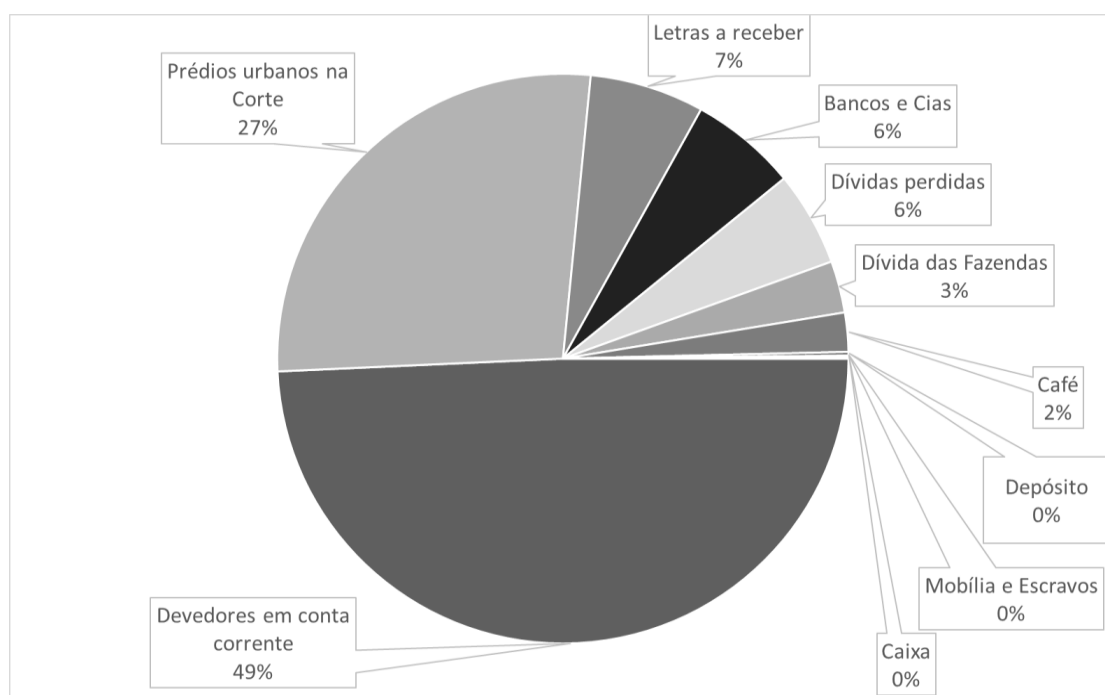
perdidas (248:179\$990, £ 27212,72) e do capital da firma (2.120:091\$573, £ 232.466,18) – Quadro 7.17. e Gráfico 7.19.

**Quadro 7.17: Resumo do ativo e do passivo da Friburgo & Filhos. 1861**

Ativo	Valor (Rs)	Passivo	Valor (Rs)
Devedores em conta corrente	2.278.869.824	Capital	2.120.091.573
Prédios urbanos na Corte	1.261.101.189	Letras a pagar	1.179.996.670
Letras a receber	299.669.605	Credores em conta corrente	1.022.998.450
Bancos e Companhias	280.300.000	Dívidas perdidas	248.179.990
Dívidas perdidas	248.179.990	Credores conta de gêneros	43.236.588
Dívida das Fazendas	135.752.962	Depósitos	9.472.872
Café	102.540.133	-	
Depósito com alheios	9.472.872	-	
Mobília e Escravos	5.200.000	-	
Caixa	2.889.568	-	
<b>Total</b>	<b>4:623:976\$143</b>	<b>Total</b>	<b>4:623:976\$143</b>

Fonte: IHGB. Arm.1 Gav. 1 N° 54. Arquivo Visconde de Uruguai. Pinto, Antônio Clemente (1° Barão de Nova Friburgo).

**Gráfico 7.19: Resumo dos ativos da Friburgo & Filhos. 1861**



Fonte: Quadro 7.17.

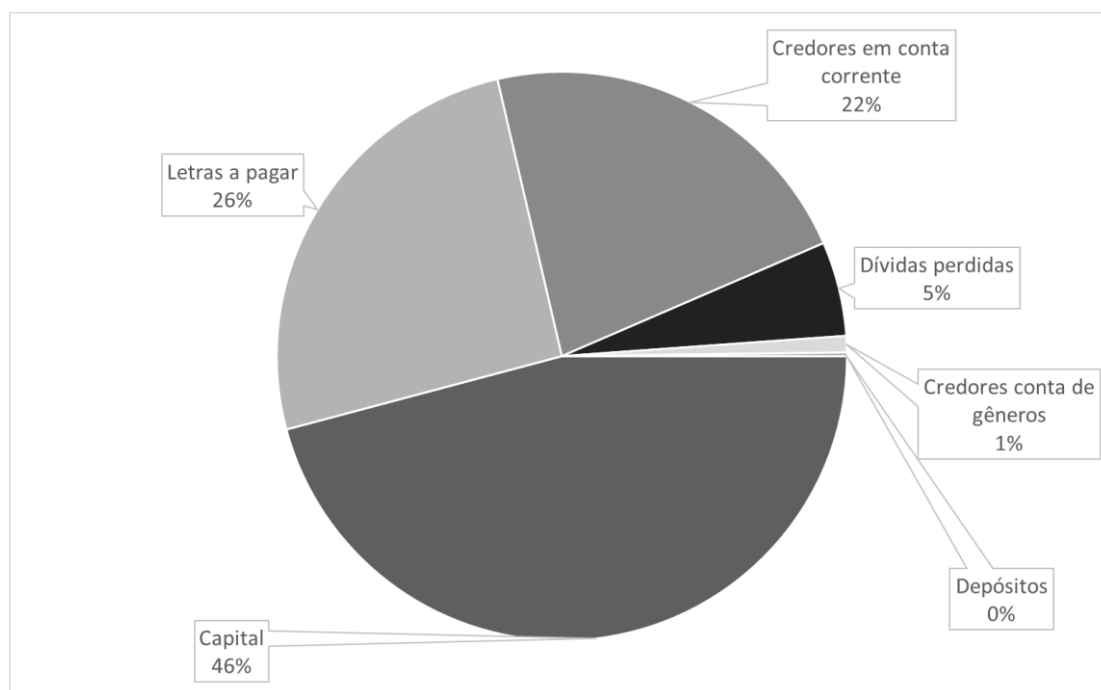
Através do Gráfico 7.19, notamos que, entre os variados ativos da Friburgo & Filhos, se destacam os devedores em conta corrente, com uma fatia de 49% do total de ativos. A maioria

desses devedores em conta corrente, tanto em número (43%) quanto em valores (45%), estavam localizados em Cantagalo, fator que reforça a ideia de financiamento da lavoura cafeeira. Continuando a análise, temos que 27% dos ativos estavam fixados em prédios urbanos; 7% em letras e obrigações a receber; bancos e companhias e dívidas perdidas computavam 6% cada; dívidas das fazendas somavam 3%; e, o café do armazém, 2%. Os depósitos em conta, móveis e o caixa da firma não superaram 1% cada.

No que se refere ao passivo da Casa Comercial foi possível notar que o capital da firma era de 2.120:091\$573 (£ 232.466,18) e representava 46% do passivo – Gráfico 7.20. Assim, constatamos que quase 50% do passivo era utilizado com o objetivo de reinvestimento na Casa e no financiamento da lavoura cafeeira, buscando gerar novas riquezas. Destacamos que o valor representado pelo passivo era bastante vultoso.

O segundo maior elemento do passivo constituía-se das letras e obrigações aceitas pelo Barão de Nova Friburgo, representando 26% do total do passivo. Na sequência, temos os credores em conta corrente, com maioria na Corte e em Cantagalo; esses representavam 22% do passivo. Os outros elementos do passivo da casa Friburgo & Filhos eram as dívidas perdidas, com 5%; os credores por conta de gênero com 1% e os depósitos com menos de 1% do passivo da casa.

**Gráfico 7.20: Resumo dos passivos da Friburgo & Filhos. 1861**



Fonte: Quadro 7.17.

Para além do resumo do ativo e do passivo, importante analisar o lucro líquido oriundo dos saldos das contas de devedores, dos aluguéis de casas, do rendimento das ações dos bancos

e companhias, das fazendas das sociedades, além da terça parte dos lucros da sociedade Barão de Nova Friburgo & Filhos. Todos os elementos somam 384:457\$510 (£ 42.155,43). Torna-se necessário chamar a atenção para os lucros da própria Casa Comissária, que, em sua integralidade, chegava a 33:045\$000 (£ 3.623,36) e que seriam repartidos entre os três sócios, o Barão e seus dois filhos. Tais elementos não são nada desprezíveis na constituição da riqueza dos Clemente Pinto e devem ser postos em relevo.

Após apresentarmos o resumo da Friburgo & Filhos, apresentamos a forma de organização desta Casa Comissária. Sua organização assemelha-se bastante ao esquema elaborado por Sweitgart<sup>696</sup>. O esquema se explica, no plano geral, através da conexão entre a área rural da Província fluminense, a Praça Comercial do Rio de Janeiro e o mercado mundial. Essas três instâncias articulavam-se em torno da comercialização da produção cafeeira, da concessão de crédito para essas lavouras e dos mecanismos de exportação do café. Vale a pena destacar que a Friburgo & Filhos tinha dois locais de atuação, Rio de Janeiro e Nova Friburgo.

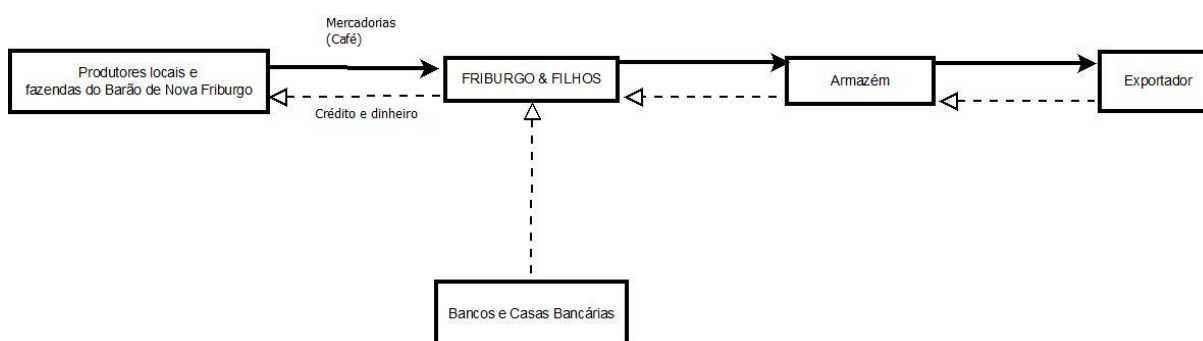
Desta forma, tanto a parcela da Casa localizada no interior quanto a do centro comercial estavam concedendo crédito à lavoura. Assim, à medida que o café fluía do interior para a Casa Comissária, seguindo para ensacadores, corretores e exportadores, o dinheiro ou crédito tomava o caminho contrário, chegando ao interior fluminense. Exclusivamente ligados à casa de comércio, estavam os bancos e casas financiadoras da atividade agrícola.

O esquema identificado ao analisar a Friburgo & Filhos encontra-se ilustrado abaixo no Fluxograma 7.3. Com esse esquema, salientamos que a verba financiadora da lavoura cafeeira era obtida através de bancos e casas bancárias e passava à Casa Comissária, que o direcionava para a fronteira agrícola. Por sua vez, as fazendas localizadas na área agrícola enviavam café, que era destinado ao armazém e, posteriormente, aos exportadores. Os exportadores, com a venda da rubiácea, enviavam a fêria para a Casa Comercial para o pagamento dos bancos e casas bancárias reiniciando, desta forma, o ciclo de financiamento da lavoura cafeeira.

---

<sup>696</sup> SWEIGART, J. *Coffee Factorage and the Emergence of a Brazilian Capital Market, 1850-1888*. New York: Garland, 1987, pp. 112 e 113.

### Fluxograma 7.3: Esquema comercial de funcionamento da Friburgo & Filhos. 1861<sup>697</sup>



Fonte: IHGB. Arm.1 Gav. 1 N° 54. Arquivo Visconde de Uruguai. Pinto, Antônio Clemente (1° Barão de Nova Friburgo).

O esquema de funcionamento da Friburgo & Filhos parece ter tido muito sucesso. Tal elemento é destaque na contabilidade geral da Casa. Em um resumo das contas da firma, percebemos que ativos e passivos se equivalem e, com isso, a casa mantinha seus negócios ativos. Para se ter uma ideia dessa atividade, no ano de 1861, a Friburgo & Filhos movimentou significativos 13.352:524\$210 (£ 1.464.092,57). Ou seja, a firma conseguia um efeito multiplicador de 6,3 vezes do seu capital, girando quase um milhão e meio de libras no ano citado.

#### 7.4. Conclusões

Neste capítulo, buscamos as origens da Casa Comercial Friburgo & Filhos, localizando-a no ano de 1825, quando da matrícula de Antônio Clemente Pinto na Junta do Comércio. Com isso, corrigimos a data de origem da Casa e localizamos ainda o momento em que ela passa a se chamar Barão de Nova Friburgo & Filhos, 1855. Além disso, ao retificarmos a data de abertura da Casa, identificamos que o início das relações de Antônio Clemente Pinto com o tráfico de escravos entre os anos de 1827 e 1830 foi como comerciante, como indicamos no capítulo V.

Continuamos nossa análise abordando as dívidas contraídas junto ao Barão de Nova Friburgo e a Friburgo & Filhos, geralmente feitas através de hipotecas. As escrituras, registradas nos cartórios de Nova Friburgo e de Cantagalo, destinavam-se majoritariamente ao crédito a lavradores. O primeiro desses devedores, João Antônio de Moraes, foi o maior devedor registrado nas escrituras cartoriais em nome do Barão. No caso da Friburgo & Filhos, o maior devedor foi Antônio Pereira de Faro.

<sup>697</sup> O fluxograma está inspirado no esquema apresentado por Joseph Sweigart. SWEIGART, J. *Op. Cit.*, pp. 112 e 113.

Passamos a analisar o balancete da Casa Comercial Friburgo & Filhos. Através desse balancete, foi possível mapear a localidade da maioria dos devedores e dos credores da Casa Comercial. Essa metodologia nos indicou que, além de um volume robusto de crédito e débito da Casa, a maioria desses indivíduos localizava-se na Corte e em Cantagalo. Mas, ao mesmo tempo, o crédito e o débito alcançavam os mais distantes rincões da Província do Rio de Janeiro e também as Províncias adjacentes, como São Paulo e Minas Gerais. Mas não só. Esses débitos e créditos se ligaram ainda a Portugal, através das cidades do Porto e de Lisboa.

Torna-se importante destacar que a maioria dos credores da Casa Comissária Friburgo & Filhos localizava-se na Corte e a segunda maior parcela, em Cantagalo. Essas duas instâncias de origem dos créditos concedidos à Casa totalizavam mais de 90% dos valores creditados junto à firma. Tal fator é essencial para compreender o financiamento da lavoura cafeeira, que advinha, principalmente, da Corte e, secundariamente, da vila de Cantagalo.

Com a análise dos devedores e dos credores, passamos a abordar o papel do café na Friburgo & Filhos. Fizemos isso partindo do café recebido das diversas regiões da Província do Rio de Janeiro, com destaque para Campos dos Goytacazes, responsável pela metade do café chegado à firma. Avaliamos, inclusive, o café vindo das fazendas do Barão de Nova Friburgo que também entrava na contabilidade da Casa Comissária. Essa esfera foi analisada a partir dos lucros gerados e dos custos da produção, do transporte e de comissões ligadas ao café.

Desta forma, constatamos que as fazendas do Barão de Nova Friburgo, localizadas entre Cantagalo e Nova Friburgo, geravam lucros, atuando como um verdadeiro complexo de atividades complementares. Neste contexto, apenas 25% das unidades produtivas apresentavam resultados negativos. Entretanto, os lucros das outras unidades saldavam as dívidas e alcançavam o patamar dos 200:000\$000 após a subtração dos custos com carretos, fretes e comissões.

Ainda tratando da produção cafeeira, observamos que, das doze unidades produtivas constantes no balancete, sete delas (58% das fazendas) possuíam produção superior a dez mil arrobas de café. As fazendas, nessas condições, eram Santa Rita, Areias, Gavião, Aldeia, Boa Vista, Boa Sorte e Cafés, ou seja, o cerne do que denominamos complexo Santa Rita e complexo Gavião<sup>698</sup>.

Outro aspecto que não podemos negligenciar é a ligação da Friburgo & Filhos com os principais bancos e casas de crédito da Praça do Rio de Janeiro. Essas instituições eram a casa de crédito Antônio José Alves Souto & Cia, o Banco do Brasil, o Banco Rural e Hipotecário, o

---

<sup>698</sup> Cf. Capítulo IV.

barão do Itamarati e o barão de Mauá. Tais instituições cumpriam um papel fundamental no esquema de funcionamento da Casa Comercial, emprestando dinheiro para o financiamento da lavoura cafeeira na fronteira agrícola do vale do Paraíba fluminense.

Com isso, chegamos à apresentação do resumo da Friburgo & Filhos. Destacamos o capital da firma, superior a 2.000:000\$000, como fundamental para o giro de mais de 13.000:000\$000. Assim, constatamos que o capital, de acordo com as atividades do Barão de Nova Friburgo, multiplicava-se por mais de seis vezes. Ainda assim, o resumo dos ativos e dos passivos da casa apresenta uma contabilidade de caráter moderno, cuja principal característica é a soma zero, logo, ativos e passivos se anulavam. Assim, possuir uma firma que finalizava sua contabilidade sem débitos representava uma vantagem gigantesca na Praça do Rio de Janeiro.

Com essa exposição, identificamos o funcionamento da Casa Comissária Friburgo & Filhos, orientados pelas formulações de Sweitgart. Desta forma, identificamos o importante papel dos bancos e das casas bancárias no financiamento da lavoura cafeeira. O crédito para a lavoura era pago com a venda do café no mercado mundial. Venda esta que também remunerava os cafeicultores na fronteira agrícola. Além disso, destacamos que a Casa Comissária obtinha lucros com as ações e os aluguéis de alguns de seus ativos e com as comissões do café.

Com esse capítulo, chegamos ao fim da exposição dos dados de nossa tese. No capítulo seguinte, nos preocuparemos em lançar nossa proposição para compreendermos os padrões de enriquecimento do século XIX.



### Considerações finais

Como salientamos na apresentação, este estudo se divide em duas partes complementares. Nossa estratégia de exposição, primeiramente, colocou as informações sobre as vilas de Cantagalo e de Nova Friburgo e, posteriormente, abordamos a trajetória e a composição da riqueza do Barão de Nova Friburgo. Essa estratégia narrativa objetivou apresentar o espaço produtivo no qual o Barão estabeleceria seus principais ativos, expandiria seus negócios e formaria sua fortuna. Diante dessas duas partes, chegamos à conclusão de que teríamos também uma dupla tese. A primeira, referente às fases da cafeicultura cantagalense e, a segunda, em relação aos padrões de enriquecimento do Barão de Nova Friburgo.

A primeira tese que apresentamos refere-se aos ritmos da cafeicultura cantagalense. Segundo nossa avaliação, eles seguem independentes do restante do Vale do Paraíba. A montagem da cafeicultura em Cantagalo ocorreu, como vimos, entre 1810 e 1830. De 1831 até 1850, ocorre o grosso dos investimentos na cafeicultura, que denominamos como fase de expansão. Durante essas duas primeiras fases, a mão de obra escrava vigorou e sua reposição se deu, fundamentalmente, via tráfico transatlântico de escravos. Os dados demográficos e as séries de inventários apresentados na primeira parte deste estudo, somados às compras de terras tratadas na segunda parte demonstram que a expansão da *plantation* escravista e cafeeira se consolidou entre as décadas de 30 e 40 do século XIX.

Nos vinte anos seguintes, Cantagalo vive sua fase áurea da cafeicultura, fator que contribuiu para o desenvolvimento vertiginoso de suas áreas urbanas e também da vila de Nova Friburgo, além da expansão acelerada das fazendas e da ampliação do número de megaproprietários na região.

Os últimos dez anos de nossa cronologia apresentam um período de grandeza da cafeicultura cantagalense e uma estabilização das dinâmicas das forças de trabalho e das unidades produtivas.

Baseando-nos na apresentação desses elementos e de um ensaio de Rui Erthal<sup>699</sup>, identificamos os subsídios empíricos para afirmarmos que as vilas de Cantagalo e de Nova Friburgo estavam unidas por um duplo padrão de produção. Desta forma, a vila de Cantagalo era a grande produtora de café da área oriental do Vale do Paraíba, enquanto Nova Friburgo dedicava-se aos gêneros de abastecimento, assegurando, em parte, a subsistência das fazendas

---

<sup>699</sup> ERTHAL, R. A presença de dois distintos padrões de organização agrária moldando a região de Cantagalo, província do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. X, n. 218, agosto 2006.

cantagalenses. Não estamos dizendo que as fazendas de Cantagalo não produziam agricultura de subsistência, mas a relação entre as duas vilas calcava-se nessa complementaridade.

No referente à escravidão, nosso trabalho identificou como a propriedade escrava se acumulou e se concentrou ao longo do século XIX. Estabelecemos, para isso, baseados em inventários *post-mortem*, um padrão de posse de escravos. A partir desse padrão, ficou claro que muitos senhores possuíam uma parcela pequena dos escravos da vila e que os grandes e os megaproprietários – uma parcela pequena dos senhores – eram possuidores da maioria dos cativos arrolados.

No final dessa primeira parte, concentramos nossa atenção nos megaproprietários de escravos e em seu *ethos* senhorial escravista. Tais senhores de terras e escravos garantiram um perfil de riqueza que envolvia predominantemente terras e escravos. Desde que apareceram na documentação, a composição da riqueza desses indivíduos apontava para um comprometimento evidente com a posse de terra, a cafeicultura e a escravidão. Os bens de raiz desses megassenhores somados ao valor de seus escravos nunca foram menores que 50% do total de suas posses. Tal fator aponta para um padrão que se perpetuava ao longo do tempo: o enriquecimento através da aquisição de terras e escravos.

Concluimos, portanto, que Cantagalo era um local propício para fazer fortuna através da cafeicultura movida pelo braço escravo. Uma grande parcela de terras disponíveis e uma grande oferta de mão de obra cativa, principalmente até 1850, foram elementos centrais para a formação da vila cafeeira mais exuberante da área oriental do Vale do Paraíba. Tal pujança carregava a reboque a vila de Nova Friburgo, também com suas áreas cafeeiras, seus produtos voltados ao abastecimento e seus serviços voltados ao transporte do café até o Rio de Janeiro.

A segunda parte da tese se concentrou na análise e na compreensão de uma das mais espetaculares trajetórias econômicas do Império do Brasil, a do Barão de Nova Friburgo. Com isso, gostaríamos de destacar que a formação de uma fortuna tão espetacular só poderia ocorrer através da diversificação dos negócios, consolidando o que denominamos de poliformia da opulência. Tal poliformia se originou nas instâncias comerciais e transbordou para o agro cantagalense, ao mesmo tempo em que a cafeicultura naquela localidade passava por suas fases de montagem e expansão.

Debruçamo-nos para compreender esse enriquecimento poliforme em um conjunto de fontes que tem como centro o inventário *post-mortem* do Barão. É o inventário que nos permite chegar a uma compreensão bastante nítida da composição da riqueza do personagem. Para complementar e dar dinâmica a este inventário, nos valem de documentos cartoriais, atestados de remessa de escravos para o interior, relatórios de especialistas que avaliaram as fazendas na

época e documentos de cobrança de dívidas. Esse corpo documental visa a dinamização de um documento tido pela historiografia como retrato final de uma trajetória.

A dinamização dessa fortuna se iniciou após a apresentação da composição da riqueza. Apresentamos, à medida que os documentos permitiram, a formação do complexo agrário-cafeeiro. Partimos da construção das fazendas e das estruturas materiais ao longo do tempo, tanto em Cantagalo quanto em Nova Friburgo. Além disso, apresentamos os elementos de controle, somados ao requinte das propriedades, utilizando como exemplo os casos das fazendas Areias, Itaóca e Aguaquente. Por fim, abordamos os desdobramentos da partilha de bens e o desenvolvimento de algumas unidades produtivas nos primeiros anos após a morte do Barão de Nova Friburgo.

Ademais, analisamos a escravaria do Barão de Nova Friburgo e suas dinâmicas. Partimos, primeiro, do tráfico negreiro; segundo, das vendas de escravos para o interior; e, por último, das vendas realizadas que resultaram em processos para a cobrança de dívidas, avaliando a importância desses aspectos na trajetória do personagem. Analisamos a demografia escrava de suas fazendas, apresentando o preço, o gênero e as ocupações de um conjunto de megapropriedades que pode ser considerado como parte de um Império escravista. Além do trabalho escravo, também captamos a utilização da mão de obra de colonos portugueses livres como complemento ao trabalho dos cativos nas fazendas.

O volume de escravos do Barão de Nova Friburgo era tamanho que analisamos também a sua produtividade, a possibilidade de reprodução natural dentro do complexo cafeeiro e o controle das escravarias através de um manual publicado por seu filho, em 1870. A abordagem, a partir dos complexos de fazendas, apresentou a forma de organização das unidades produtivas e as características da demografia escrava dentro desses complexos. Sem dúvida, o tema mais controverso analisado aqui foi o da reprodução natural dos escravos. De acordo com a análise que empreendemos, as escravarias eram inteiramente aptas a reprodução.

Outro aspecto da fortuna do Barão de Nova Friburgo por nós abordado se refere a sua casa comissária, a Friburgo & Filhos. Tal casa era o centro dinâmico da agricultura escravista. Era a Friburgo & Filhos que fazia o café do Barão – e também o de outros plantadores da vila de Cantagalo – girar. A Friburgo & Filhos era o elemento multiplicador da riqueza oriunda do café. Além disso, funcionava como financiadora da lavoura cafeeira, pois tomava emprestado na Praça do Rio de Janeiro e emprestava para os cafeicultores cantagalenses, ganhando nas duas pontas, com o comércio de seu próprio café – de baixo custo devido ao controle de todas as etapas da produção dos grãos – e com os juros dos empréstimos concedidos.

Diante disso, podemos afirmar que Antônio Clemente Pinto não era um fazendeiro típico, que assumia o controle direto de suas fazendas. Afinal, foram as regras de administração impostas por ele a seus sócios que garantiam vultosos rendimentos. Assim, consideramos o Barão como um grande comerciante do produto mais lucrativo do Império do Brasil, o ouro verde, café. Nas fazendas cafeeiras, o Barão tinha o controle do plantio, da colheita, do beneficiamento (utilizando máquinas modernas), do transporte (mulas e, depois, estrada de ferro) e da comercialização através da Casa Comercial Friburgo & Filhos. O domínio de todas as fases de produção do café permitia uma eficaz extração de proventos, que, em grande medida, era reinvestida na ampliação do complexo cafeeiro e na diversificação dos negócios.

Essa perspectiva nos leva a reelaborar um conceito consagrado pela historiografia, o de fazendeiro-capitalista<sup>700</sup>. No caso em tela, consideramos fundamental a inversão dos termos – fator que acreditamos aproximar mais o personagem da realidade estudada. Assim, Antônio Clemente Pinto – Comendador da Ordem da Rosa e de Cristo (1850), Barão de Nova Friburgo (1854) e Barão de Nova Friburgo com Grandeza (1860) – era um capitalista-fazendeiro. A mudança da expressão não é mero jogo de palavras. Ela tem o objetivo de captar as atividades comerciais do Barão – exercidas ao longo de toda a sua vida – e também indicar o centro de onde irradiavam suas principais atividades comerciais, a área agrícola da vila de Cantagalo com o café e as fazendas de Nova Friburgo, voltadas ao abastecimento das fazendas cafeeiras. Essas duas instâncias complementares configuravam um verdadeiro complexo agrário-escravista, mercantil-exportador.

Estamos tratando da formação de um vasto império agrário, com um grande volume de terras (11 mil alqueires) e de escravos (2.180), fator que se entrelaçava com os interesses comerciais do personagem e dinamizava sua fortuna. Esse número de terras e de escravos está, por certo, no cerne da formação da riqueza do Barão de Nova Friburgo, conformando mais de 60% de todos os seus bens inventariados. Diante disso, percebemos que a constituição desse império agrário estava a serviço do comércio de café.

De qualquer forma, podemos qualificar o Barão como um homem que se utilizou de todos os elementos disponíveis no seu tempo para conformar seu patrimônio, a saber, comércio de escravos, fazendas escravistas, trabalho migrante livre, plantações de café, imóveis urbanos, ações de bancos e companhias, empréstimos a juros, além de ocupar seu lugar na Província do Rio de Janeiro com empreendimentos do vulto da Estrada de Ferro Cantagalo. Todos esses

---

<sup>700</sup> FRAGOSO, J. L. R.; RIOS, A. M. L. Comendador Aguiar Vallim: Um Empresário Brasileiro do Oitocentos. In: CASTRO, H. M. M. D.; SCNOOR, E. (Org.). **Resgate**: uma janela para o oitocentos. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. p. 197-223.

elementos elencados nos dão a mostra da trajetória fenomenal do Barão e da multiplicidade de atividades em que estava envolvido.

Os primeiros saltos dessa riqueza ocorreram com a entrada do personagem na região dos “Sertões do Leste”, ainda no ano de 1819. Tal fortuna se manteve estável até os anos 30, quando encerra suas atividades como traficante de escravos. Assim, entre 1830 e 1850, portanto entre os 35 e os 55 anos, houve um salto nas aquisições e na multiplicação dos negócios e das sociedades; enfim, da fortuna do Barão de Nova Friburgo. Após esse período, o personagem ainda continua adquirindo bens, em menor escala, de forma que podemos falar em um período de estabilização dos seus ciclos de enriquecimento.

Assim, o Barão de Nova Friburgo se valeu dos mais diversos expedientes disponíveis em seu tempo para a obtenção de lucro. Seu sucesso foi apostar em elementos modernos, mas com os pés bem plantados em terras e escravos. Podemos classificá-lo como um fazendeiro “*nouveau style*” como Maria S. C. Franco<sup>701</sup> faz apoiada em d’Urse<sup>702</sup>. Contudo, devemos lembrar que o Conde francês se referia a Bernardo Clemente Pinto Sobrinho, nomeado 2º Barão de Nova Friburgo e, posteriormente, Conde de Nova Friburgo. Contudo, de qualquer forma, queremos deixar claro que o 1º Barão, foco de nosso estudo, foi pioneiro e incentivador do melhoramento de diversas modernidades aplicadas ao beneficiamento de café, além de idealizador da Estrada de Ferro Cantagalo, projeto concluído por seu filho.

Por tudo que apresentamos, chegamos à ideia de que o Barão não era, como muitos insistem em afirmar, um homem à frente de seu tempo, mas também não era um indivíduo arcaico. Na verdade, Clemente Pinto soube aproveitar das conjunturas para investir nas variadas opções disponíveis em seu tempo – escravidão, cafeicultura, ações, estrada de ferro, joias, bancos e companhias, além de ser um poderoso comerciante da Praça do Rio de Janeiro. Foram todos esses fatores somados, sobretudo terras e escravos, que permitiram ao Barão alcançar uma fortuna extraordinária. Por isso, podemos falar no caráter polifórmico de seus investimentos, fator que permitiu um engrandecimento de sua riqueza.

Apresentamos, nesta tese, subsídios empíricos relevantes para embasar o impacto da “segunda escravidão”<sup>703</sup> na área oriental do Vale do Paraíba. Sem dúvida, é nítido que o ressurgimento da escravidão ainda no final do século XVIII e no início do XIX, assim como o *boom* do café no mercado internacional a partir dos anos 1830, como o impacto das máquinas

---

<sup>701</sup> FRANCO, M. S. D. C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997, p. 210.

<sup>702</sup> D’URSEL, C. **Sud Amerique**. Paris: 1879.

<sup>703</sup> TOMICH, D. **Pelo Prisma da Escravidão. Trabalho, Capital e Economia Mundial**. São Paulo: Edusp, 2011.

de beneficiamento da rubiácea e como a alteração das plantas produtivas das fazendas, coadunados à nova organização do trabalho dos escravos, fizeram Cantagalo surgir como um dos expoentes cafeeiros do Vale do Paraíba. Todos esses fatores alavancaram o Barão de Nova Friburgo – detentor de um vasto “império agrário”<sup>704</sup> – ao topo da hierarquia econômica do século XIX.

Concluimos, portanto, que os dois elementos medulares dessas duas teses são complementares. O primeiro fator se constituía no chão desta terra, disponível e propício ao plantio de café em Cantagalo e em parte de Nova Friburgo, aproveitado também por outros senhores, mas trabalhado de forma grandiosa pelo Barão de Nova Friburgo. O segundo componente era a força de trabalho escravo, que dinamizou, que deu sentido produtivo às terras e que ajudou a desenvolver as áreas urbanas da banda oriental do Vale do Paraíba, além de, ao mesmo tempo, soerguer uma das maiores fortunas oitocentistas, a do 1º Barão de Nova Friburgo.

---

<sup>704</sup> SCARBOROUGH, W. K. **Masters of the Big Houses. Elite Slaveholders of the Mid-Nineteenth-Century South.** [S.l.]: Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2006.

**FONTES MANUSCRITAS:**

A.P.E.R.J/A.P.T. Freguesia do Santíssimo Sacramento de Cantagalo. Declaração feita por Antônio Clemente Pinto. 02 de janeiro de 1855.

A.P.E.R.J/A.P.T. Freguesia do Santíssimo Sacramento de Cantagalo. Declaração feita por Antônio Clemente Pinto. 03 de dezembro de 1855.

A.P.E.R.J/A.P.T. Freguesia de Santa Rita do Rio Negro. Declaração feita por Antônio Clemente Pinto. 12 de dezembro de 1855.

A.P.E.R.J/A.P.T. Freguesia do Santíssimo Sacramento de Cantagalo. Declaração feita por Antônio Clemente Pinto. 23 de dezembro de 1855.

Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro. [Almanak Laemmert]. Ano: 1848-1880.

Arquivo Nacional BI. 15.1240. Microfilme: 160-2005.

Arquivo Nacional. Notação: BI 15.1126. Microfilme 135-2005.

Balanço Geral da Casa de Comércio no Rio de Janeiro do Barão de Nova Friburgo. IHGB. Arm 1, Gav. 1, nº 54. Arquivo do Visconde do Uruguai.

Biblioteca Nacional. Sessão de Manuscritos – Loc. C0992,20 nº 003.

Cartório do 2º Ofício de Notas. Livros de Notas I a XI.

Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LE003-P165-165V; SOUC-LE042-P165-166; SOUC-LN014-P126-127V; SOUC-LN019-P298V-299V.

Fundo/Coleção: 14ª Circunscrição. Código de Fundo: 19ª Seção de Guarda: Codes. Réu Manoel Antonio Esteves Melgaço. Autor: Antonio Clemente Pinto. Ano: 1827. nº 121. Maço: 2.343. Gal: A. Arquivo Nacional.

Fundo/Coleção: Junta do Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação. Código do Fundo: 7x, Notação: Caixa 394. Pacote 2. 1825. Arquivo Nacional.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Arm. I, Gav. I, nº 54.

Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional. p. 54V.

Inventários *Post-mortem* – Centro de Memória de Cantagalo. 1810-1880.

**OFÍCIOS, ALVARÁS E DECRETOS:**

Alvará de 25 de janeiro de 1809. Mesa do desembargo do paço - critérios - concessão - sesmaria. BRASIL Colleção das Leis do Império do Brazil de 1809. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890. Vol. 1. p. 29. (Publicação Original).

Alvará de 9 de março de 1814. Elevação de categoria - Vila - Povoado - Arraial das Novas Minas Do Cantagalo - Denominação - vila de São Pedro de Cantagalo. Organização Territorial. BRASIL. Colleção das Leis do Império do Brazil de 1814. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890. Vol. 1 p. 6. (Publicação Original)

Alvará de 3 de janeiro de 1820. Erige em vila o lugar do Morro-Queimado com a denominação de vila da Nova Friburgo. BRASIL Colleção das Leis do Império do Brazil de 1820. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1889. Vol. I, p. 1.

Decreto de 3 de janeiro de 1820. Cria a Freguesia de Nova Friburgo fazenda do Morro-Queimado, distrito de Cantagalo. BRASIL Colleção das Leis do Império do Brazil de 1820. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1889. Vol. I, p. 2

Ofício do Secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo Castro ao Vice-Rei do Estado do Brasil, Luís de Vasconcelos e Souza. (Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro-Caixa 135, docs. 8, 4, 5.) - 8 de janeiro de 1785.

Ofício do Vice-Rei do Estado do Brasil, Conde da Cunha ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. (Arquivo Histórico Ultramarino – Rio de Janeiro, Cx. 83, doc. 13). 9 de novembro de 1765.

Ofício do Vice-Rei do Estado do Brasil, Conde da Cunha ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. (Arquivo Histórico Ultramarino – Rio de Janeiro, Cx. 134, doc. 10). 28 de agosto de 1784.

Ofício do Vice-Rei do Estado do Brasil, Luís de Vasconcelos e Sousa ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo Castro. (Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro-Caixa 127, doc. 15) 25 de agosto de 1781.

Ofício do Vice-Rei do Estado do Brasil, Luís de Vasconcelos e Sousa ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo Castro. (Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro-Caixa 134, doc. 10) 28 de agosto de 1784. Cópias 1, 2 e 3 das cartas trocadas com Luís da Cunha Menezes.

Ofício do Vice-Rei do Estado do Brasil, Luís de Vasconcelos e Sousa ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. (Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro-Caixa 135, docs. 8, 4, 5.) - 8 de Janeiro de 1785.

## **PERIÓDICOS:**

*A Actualidade*. Rio de Janeiro, domingo, 19 de abril de 1863. Ano V, nº 396. p. 2.

*Almanach do Rio de Janeiro*, Moedeiros do Número. 1827, p. 99.



*A Aurora Fluminense: Jornal Político e Literário*. Ano 1829 – nº 209. Rio de Janeiro, segunda-feira 6 de julho. p. 3.

*Correio Mercantil, e Instructivo, Político e Universal*. Anos: XVII – XXV (Importação).

*Diário do Povo*, ano 5, nº 277 (23/12/1846), p. 1-2.

*Diário do Rio de Janeiro*. Anos XL – XLVI. (Importação)

*Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, sexta-feira, 9 de julho de 1841. Ano XX, nº 149. p. 2.

*Diário do Rio de Janeiro*, 10 de abril de 1857. Publicações a Pedido, p. 2, col. 4. AVISO aos Srs. Fazendeiros de café de Cantagalo.

*Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, domingo, 13 de julho de 1862. Ano: XLII, nº 191. p. 4,

*Jornal de Coimbra*, 1818. nº LXXX, Parte I, p. 64.

*Jornal do Comércio*, Documentos Friburguenses, 13 de agosto de 1944.

*Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, quinta-feira, 23 de março de 1865. Ano: 43, nº 82. p. 1.

*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, sábado 31 de janeiro de 1829. v. VI, nº 393. p. 2.

*O Auxiliador da Indústria Nacional*, nº 1, julho/1852, p. 176.

*O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria*. Terça-feira, 20 de março de 1877, ano 4: Seção Agricultura, p.2.

*O Observador*, ano 3, nº 135 (05/01/1850), p. 3.

## **FONTES IMPRESSAS:**

Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ. <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/camjoamon.htm>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro: Typ.Leuzinger/Typ. Commercial. 1872.

Malheiro, Pedro Machado de Miranda. *Providências para a jornada da colônia dos suíços desde o porto do Rio de Janeiro até Nova Friburgo em Morro Queimado, no distrito da vila de S. Pedro de Cantagalo, dadas em consequência de ordens de Sua Majestade*. Rio de Janeiro: Na Impressão Régia Ano de Publicação: 1819.

NYEMEYER, Conrado Jacob de. *Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro, 1839*. Cart164664, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

MOREIRA, J. B. **Apologia perante o governo de sua Magestade Fidélissima apresentada por João Baptista Moreira**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862.

Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Volume Décimo Sétimo. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & C., 1886.

BURMEISTER, H. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Universidade de São Paulo (Coleção Reconquista do Brasil Nova Série, v. 23), 1980.

## BIBLIOGRAFIA

ACCIOLI, N. T. **José Gonçalves da Silva à Nação Brasileira**: O tráfico ilegal de escravos no antigo Cabo Frio. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional-Programa Nacional de Pesquisa, 2011.

AGUILAR, N. (Org.). **Mostra do Redescobrimento**: Negro de Corpo e Alma, catálogo Fundação Bienal de São Paulo. São Paulo: Associação Brasil 500 Anos Artes Visuais 2000, p. 108-109, 2000.

ALADRÉN, G. **Liberdades negras nas paragens do Sul**: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800 - 1835. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ALEGRIO, L. V. **Os Clemente Pinto**: importantes cafeicultores do sertão do leste fluminense. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ALVES, R. O. A Conquista e a expansão da fronteira: Zona da Mata mineira (1808-1850). In: SOUSA, J. P. D.; (Org.). R. G. D. A. **Zona da Mata Mineira**: fronteira, escravismo e riqueza. Rio de Janeiro: Apicuri, v. 1, 2014. p. 13-50.

ANASTASIA, C. M. J. **A Geografia do Crime**: Violência nas Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

ANDRADE, L. B. D. **Um representante da “classe dos homens práticos”**: negócios e política na trajetória do comendador Francisco de Paula Santos durante o Império. Vitória: XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2015.

ARAÚJO, N. D. A. Da cadeira de agricultura ao anel de engenheiro agrônomo: ciência, civilização e estado imperial no coração da produção açucareira baiana. **Anais do XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, São Paulo, 2007.

BACHA, E. “Política brasileira do café. Uma avaliação centenária”. In: BACHA, E.; GREENHILL, R. **Marcelino Martins & E. Johnsnton**: 150 anos de café. 2ª ed. revisada. São Paulo: Salamandra Cons. Editorial, 1992.

BARBOSA, K. Escravidão e Saúde nas fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba Fluminense. **Revista da ABPN**, nº 14, v. 6, p. 25-49, jul./out. 2014.

BARROS, J. D. Os sistemas econômicos e suas formas de racionalidades: a busca das singularidades na moderna história econômica e seus novos desafios. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 38, p. 109-131, 2012.

BARROS, J. D. Sobre a feitura da Micro-História. **OP SIS (UFG)**, v. 2, p. 46-64, 2007.

BARROS, J. D. História, espaço e tempo: interações necessárias. **Varia história**, Belo Horizonte, p. 460-475, v. 22, nº 36, dez. 2006.

BEDIAGA, B. **Marcado pela própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, 1860 a 1891**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

BESSONE, T. M. L. M. B. P. D.; GUIMARÃES, L. M. P. (Org.) **Elites, fronteiras e cultura do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

BETHELL, L.. **A abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869**. Tradução de Luís A. P. Souto Maior. Brasília: Senado Federal, 2002.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimento**. 2ª ed. revista. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BITTENCOURT, M.; RIBEIRO, A.; GEBARA, A. (Org.) **África passado e presente: II encontro de estudos africanos da UFF**. Niterói: PPGHIS-UFF (ebook), 2010.

BLOCH, M. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Prefácio: Jacques Le Goff; Apresentação à edição brasileira: Lilia Moritz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, M. F.; SALLES, R. A morte do Barão de Guaribu. Ou o fio da meada. *In*: MUAZE, M.; SALLES, R. (Org.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. p. 197-241.

BOURDIEU, P. Capital simbólico e classes sociais. **Novos Estudos/CEBRAP**, São Paulo, p. 105-115, jul., nº 96, 2013.

BRANCO, C. C. **A queda dum anjo**. São Paulo: Editora Ática, v. Série Bom Livro, 1997.

BRASIL, B. O Diário do Rio de Janeiro. **Arquivado em Hemeroteca Digital**. Rio de Janeiro, 19 nov 2014. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/diario-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 14 out. 2018.

BRAUDEL, F. **Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV - XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CANABRAVA, A. P. Uma economia em decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765-67. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 95-124, out./dez 1972.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas: IE/Unicamp, 1998.

CANO, W. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930). **Estudos Econômicos**, São Paulo: USP/IPE, v. 15, p. 291-306, n.2, 1985.

CANO, W.; LUNA, F. V. A Reprodução Natural de Escravos em Minas Gerais (Século XIX) – Uma Hipótese. *In*: LUNA, F. V.; COSTA, I. D. N.; KLEIN, H. S. **Escravidão em São Paulo e Minas Gerais**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 499-509.

CARDOSO, C. F. S. O Modo de Produção Escravista Colonial na América. *In*: SANTIAGO, T. (Org.). **América Colonial: ensaios**. Rio de Janeiro: Pallas, 1975. p. 89-143.

CARDOSO, C. F. S. As concepções acerca do “sistema econômico mundial” e do “antigo sistema colonial”: a preocupação obsessiva com a “extração de excedente”. *In*: LAPA, J. R. D. A. **Modos de Produção e Realidade Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 109-132.

CARDOSO, C. F. S. Introdução. História e Paradigmas rivais. *In*: CARDOSO, C. F. S.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, C. F. S.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNEIRO, A. G. O Juiz Conservador da Nação Britânica. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. ano 14, nº 56, pp. 239-246, out./dez. 1977.

CARRARA, A. **Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007.

CARRILHO, M. J. Fazendas de Café Oitocentistas. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, N. Sér. v.14. n.1. p. 59-80. jan./jun. 2006.

CARVALHO, J. M. **A Construção da Ordem/Teatro de Sombras**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASALECCHI, J. Ê.. O fazendeiro de café como representante de casa comissária. Estudo de uma correspondência. **Revista Perspectiva**, v. 1, n. 1, pp. 216-221, 1976.

CHALHOUB, S. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHIOZZO, V. D. O fogo de Prometeu: a trajetória de Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá. **Revista Marítima Brasileira**, v. 132, jul./set. 2012.

CONRAD, R. E. **Tumbeiros**: o tráfico de escravos para o Brasil. Tradução de Elvira Serápicos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

CORRÊA, M. J. B. **O cotidiano de Nova Friburgo no final do século XIX**: práticas e representação social. Rio de Janeiro: Educam, 2008.

COSTA, E. V. D. **Da Senzala à Colônia**. 5. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COSTA, F. D. Capitalistas e serviços: empréstimos, contratos e mercês no final do século XVIII. **Análise Social**, v. 27, p. 441-460, 1992.

CUNHA, A. R. **Arte da cultura e preparação do café. Manual do Agricultor Brasileiro. Tomo I**. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1844.

D'URSEL, C. **Sud Amerique**. Paris: [s.n.], 1879.

DE ROURE, A. O Centenário de Nova Friburgo. **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1938.

DEAN, W. Rio Claro: **um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

DEBRET, J.-B. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, v. I, parte II, 1985.

DEL NERO, I. (Org.). **Brasil**: história econômica e demográfica. São Paulo: IPE-USP, 1986.

DIAS, A. F. **Terra de Cantagalo**. 2ª. ed. Cantagalo: [s.n.], 1979.

DIAS, M. O. S. **A Interiorização da Metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

DORIA, E. Nova Friburgo. **Revista da Semana**, 21 de agosto de 1943, Ano: XLIV, Nº 34.

ENGEMANN, C. **De laços e de nós**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2008.

ERTHAL, C. **Cantagalo**: da miragem do ouro ao esplendor do café. Niterói: Nitpress, 2008.

ERTHAL, R. A presença de dois distintos padrões de organização agrária moldando a região de Cantagalo, província do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografia y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. X, n. 218, agosto 2006.

FANIA, F. Cartografia fluminense no Brasil imperial. 12-13. **Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Passado e Presente nos Velhos Mapas: conhecimento e poder**. Parati, p. 12-13, maio 2011.

FARIA, S. D. C. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. **Tempo**, Niterói, v. 11, n. 22, p. 122-146, jan./2007.

FARIA, S. D. C. Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX). **ANAIIS DO MUSEU PAULISTA**, São Paulo, Nova Série, v. 26, pp. 1-42, 2018.

FERREIRA, A. B. D. H. **Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999.

FERREIRA, M. D. M. **Histórias de Famílias: Casamentos, Alianças e Fortunas**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008.

FILHO, G. D. V. **Lendas e Legendas de Friburgo**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1928.

FLORENTINO, M. & G. J. R. **A Paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico**, Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro: Editora da Unesp, 2017.

FLORENTINO, M. **Em Costas Negras: Uma História do Tráfico entre A África e o Rio de Janeiro, Séculos XVII e XIX**. 5. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

FOLLY, L. F. D.; OLIVEIRA, L. J. N.; MELNIXENCO, V. C. **Chácara do Chalet: pequena história de um sonho**. Rio de Janeiro: UFRJ/EBA, 2010.

FRAGOSO, J. **Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul**, Rio de Janeiro (1830-1888). Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

FRAGOSO, J. L. R. **Homens de Grossa Ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, J. L. R. Carta do Professor João Fragoso para o Comitê Editorial da Topoi. **Revista de História**, Volume 18, nº 35, maio/ago. de 2017, pp. 457-459.

FRAGOSO, J. L. R.; PITZER, R. R. Barões, Homens-Livres Pobres e Escravos: Notas Sobre O Uso de Inventários *Post-Mortem* na Pesquisa Histórica. **ARRABALDES**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, pp. 29-52, 1988.

FRAGOSO, J. L. R.; RIOS, A. M. L. Comendador Aguiar Vallim: Um Empresário Brasileiro do Oitocentos. In: CASTRO, H. M. M. D.; SCNOOR, E. (Orgs.). **Resgate: uma janela para o oitocentos**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. pp. 197-223.

FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. **O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANCO, M. S. D. C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

FREIRE, J. Composição da riqueza em grandes propriedades do sudeste escravista, Minas Gerais século XIX. **Fronteiras Revista de História**, Dourados, v. 11, pp. 299-326, jan.-jun./2009.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª ed. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso e Bibliografia de Edson Nery da Fonseca. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, M. B. **Itinerário da Freguesia de Senhor Bom Jesus do Itabapoana à Gruta das Minas do Castello**. Campos dos Goytacazes: Essentia, 2014.

FURTADO, M. B. **Itinerario da Freguesia do Senhor Bom Jesus do Itabapoana à Gruta das Minas do Castelo**. Memórias Fluminenses. Campos dos Goytacazes: Essentia, v. 2, 2014.

GAMBI, T. F. R. **O banco da ordem**: política e finanças no império brasileiro (1853-1866). São Paulo: Alameda, 2015.

GIL, T. PESAVENTO, F. **Conversa de surdos**: breve subsídio para o debate sobre a autonomia do mercado interno colonial. VI JORNADA SETECENTISTA. Curitiba: [s.n.]. 2005. pp. 250-261.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In*: GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. pp. 143-180.

GORENDER, J. O Conceito de Modo de Produção e a Pesquisa Histórica. *In*: LAPA, J. R. D. A. (Org.). **Modos de Produção e Realidade Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 43-66.

GORENDER, J. Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial. **Estudos econômicos**, 13 (1), jan- abr./1983, pp. 7-39.

GRAHAM, R. Nos tumbeiros outra vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 27, jan.-jun./2002, pp. 121-160.

GRIMBERG, K.; SALLES, R. (Orgs.). **O Brasil Imperial - 1808 - 1831**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2009.

GRINBERG, K. **Liberata - a lei da ambiguidade**: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GRINBERG., K. José Paulino Soares de Souza. *In*: VAINFAS, R. **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

GUIMARÃES, C. G. O Império e o crédito hipotecário na segunda metade do século XIX: os casos do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola na década de 1850. *In*: GUIMARÃES, E. S.; MOTA, M. M. M. (Orgs.). **Campos em Disputa: História Agrária e companhia**. Juiz de Fora: Annablume; Núcleo de Referência Agrária, 2007. pp. 13-40.

GUIMARÃES, C. G. O "comércio de carne humana" no Rio de Janeiro: o negócio do tráfico negreiro de João Rodrigues Pereira de Almeida e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Co., 1808-1830 - primeiros esboços. *In*: BITTENCOURT, M.; RIBEIRO, A.; GEBARA, A. (Orgs.). **África passado e presente: II Encontro de estudos africanos da UFF**. Niterói: PPGH/UFF (ebook), 2010.

GUIMARÃES, C. G. **A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Co. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Co. (1808-1840).** São Paulo: Alameda, 2012.

GUIMARÃES, C. G. "Associação de capitalistas" ou "Associação de proprietários": o Banco Comercial e Agrícola no Império do Brasil, banco comercial e emissor no Vale do Paraíba (1858-1862). *In: RICARDO, S.; MUAZE, M. O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão.* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. pp. 436-476.

GUIMARÃES, C. G. O negócio do tráfico negreiro de João Rodrigues Pereira de Almeida, o Barão de Ubá, e da firma Joaquim Pereira de Almeida, em Moçambique, c. 1808-1829. *Africana Studia.* n° 27, 2016. pp.65-76.

GUTIERREZ, E. J. B. Manoel Vieira Leão (1727-1803): um estudante de arquitetura militar na construção do Sul do Novo Mundo. **Anais do XV Encontro Nacional sobre o Ensino de Arquitetura e Urbanismo,** Campo Grande, MS, 22 a 26 de novembro de 1998. pp.39-47.

HOBSBAWM, E. Introdução. *In: HOBSBAWM, E.; RANGER, T. A invenção das tradições.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBSBAWM, E. J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo.** Tradução de Donaldson Magalhães Garschagen. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

HOLANDA, S. B. D. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira.** 4ª. ed. São Paulo: Difel, v. 1, t. II, 1976.

HOLANDA, S. B. D. "A herança colonial – sua desagregação". *In: HOLANDA, S. B. D. (Org.). História Geral da Civilização Brasileira.* São Paulo: Difel, v. 1, t. I, 1976. pp. 9-39.

JOHNSON, W. (Org.). **The Chattel Principle: Internal Slave Trades in the Americas.** New Haven: Yale University Press, 2005.

KEILA, G. Paulino José Soares de Souza. *In: VAINFAS, R. (Org.). Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889).* Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

KODAMA, K. E. A. Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar. **História Ciências e Saúde-Manguinhos,** Rio de Janeiro, v. 19, supl. 1, pp. 59-79, dez./2012.

LAËRNE, C. F. D. **Brazil and Java. Report on coffee-culture in America, Asia, and Africa.** Londres: Martinus Nijhoff, 1885.

LAMEGO, A. R. **O homem e a serra.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

LAPA, J. R. D. A. (Org.) **Modos de Produção e Realidade Brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1980.

LARA, S. H. Blowin in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Projeto História,** São Paulo (12), out. 1995, pp. 43-56.



LEME, H. D. A. **A evolução das máquinas de beneficiar café no Brasil**. Piracicaba: Anais da ESALQ.

LENHARO, A. **As Tropas de Moderação**: o abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808- 1842). 2ª ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1993.

LEQUIN, Y. As hierarquias da riqueza e do poder. *In*: \_\_\_\_\_ **História Económica e Social do Mundo**. Lisboa: [s.n.], v. IV, 1982. pp. 301.

LEVI, G. **A Herança Imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVY, M. B. **A Indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas. Esboços de História Empresarial**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura da cidade do Rio de Janeiro/EDUFRJ (Coleção Biblioteca. Carioca v. 31), 1994.

LIBBY, D. C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 25, n. 2, pp. 203-233, maio-ago, 1995.

LIMA, R. G. D. S. O Ciclo do Café Vale-paraibano. **INEPAC / SEC.**, Rio de Janeiro, 2008.

LINHARES, M. Y. História Agrária. *In*: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 243-270.

LOBO, E. M. L.. **História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)**. Rio de Janeiro: IBMEC, v. 2, 1978.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Escravidão africana na produção de alimentos. São Paulo no século 19. **Estud. Econ** , São Paulo , v. 40, n. 2, pp. 295-317, jun./2010.

LUNA, F. V.; COSTA, I. D. N.; KLEIN, H. S. **Escravidão em São Paulo e Minas Gerais**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. **Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

MALFAIA, E. B. D. A. **Pelourinhos Portugueses**. Lisboa: Tentâmen de Inventário Geral, 1997.

MALERBA, J. (Org.). **A Independência brasileira**: Novas dimensões. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

MALERBA, J. De homens e títulos: a lógica das interações sociais e a formação das elites no Brasil às vésperas da independência. *In*: MALERBA, J. (Org.). **A Independência brasileira**: Novas dimensões. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

MALHEIROS, P. M. D. M. **Providências para a jornada da colônia dos suíços desde o porto do Rio de Janeiro até Nova Friburgo em Morro Queimado, no distrito da vila de S. Pedro de Cantagalo, dadas em consequência de ordens de Sua Majestade.** Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1819.

MAMIGONIAN, B. E. G. K. (Org.). "Dossiê – 'Para inglês ver?' Revisitando a Lei de 1831." **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 29, nº 1/2/3, jan./dez. 2007, pp.87-340.

MANTEGA, G. **A Economia Política Brasileira.** 4ª. ed. São Paulo/Petrópolis: Pólis/Vozes, 1987.

MARCONDES, R. L. O Financiamento Hipotecário da Cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1865-87). **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 56(1), pp. 147-170, jan./mar. 2002.

MARCONDES, R. L. Crédito privado antes da grande depressão do século XX: o mercado hipotecário. **Est. Econ.** São Paulo, v. 44, pp. 749-786, 2014.

MARIUTTI, E. B.; NOGUERÓL, L. P.; NETTO, M. D. Mercado interno colonial e grau de autonomia: críticas às propostas de João Luiz Fragoso e Manolo Florentino. **Est. Econ.**, São Paulo, v. 31, nº 2, pp. 369-393, 2001.

MARQUESE, R. de B. & TOMICH, D. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial de café no século XIX. In: GRIMBERG, K. & SALLES, R. **O Brasil Imperial, volume I: 1808 - 1831.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MARQUESE, R. de B. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate. **Anais do Museu Paulista**, (Impresso), v. 18, pp. 83-128, 2010.

MARQUESE, R. de B. **Administração & Escravidão. Idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira.** 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MARQUESE, R. de B.; SALLES, R. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. In: MARQUESE, R. de B.; SALLES, R. (Orgs.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX. Cuba, Brasil e Estados Unidos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. pp. 99-161.

MARQUESE, R. de B. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. **Anais do Museu Paulista** (Impresso), São Paulo, v. 13, nº2, pp. 165-188, jul./dez. 2005.

MARQUESE, R. de B. Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das *plantations* escravistas americanas no século XIX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 14, pp. 11-57, nº 1, junho 2006.

MARQUESE, R. de B. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. **Revista de História**, São Paulo, nº169, jul./dez., 2013, pp. 223-253.

MARQUESE, R. de B.; SALLES, R. A cartografia do poder senhorial: cafeicultura, escravidão e formação do Estado nacional brasileiro, 1822-1848. *In*: MUAZE, M.; SALLES, R. (Org.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. pp. 100-129.

MARQUESE, R. de B.; SALLES, R. (Org.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARQUESE, R. de B.; TOMICH, D. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. *In*: MUAZE, M.; SALLES, R. (Org.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. pp. 21-56.

MARQUESE, R. de B. **Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1680-1880**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARRETTO, R. M. Os Sertões do Leste da Província Fluminense: Cantagalo e Nova Friburgo sob o impacto da segunda escravidão (1820-1872). **Territórios e Fronteiras** (UFMT. Online), Cuiabá, v. 10 , pp. 67-91, 2017.

MARRETTO, R. M. **A escravidão velada: senhores e escravos na formação da Vila de São João Batista de Nova Friburgo (1820-1850)**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Revan, v. 1, 2018.

MARRETTO, R. M. O BARÃO DE NOVA FRIBURGO E A FORMAÇÃO DA FAZENDA ALDEIA: SOCIABILIDADES E AMPLIAÇÃO DO COMPLEXO CAFEIEIRO. 1849-1874. **TEMPOS HISTÓRICOS** (EDUNIOESTE), v. 22, p. 175-201, 2018. **Tempos Históricos** (EDUNIOESTE), Marechal Cândido Rondon – Paraná, v. 22, pp. 175-201, 2018.

MARTINS, I. L. **Os Problemas de mão-de-obra da Grande Lavoura Fluminense: o Tráfico Intraprovincial (1850-1878)**. Niterói: UFF-FCRB, 1973.

MARTINS, J. D. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MATTOS, H. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)**. 3ª Rev. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MATTOS, H. M. “Resgate: uma janela para o oitocentos”. *In*: MATTOS, H. M.; SCHNOOR, E. (Orgs.). **Resgate: uma janela para o oitocentos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

MATTOS, H. M.; SCHNOOR, E. (Org.). **Resgate: uma janela para o oitocentos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

MATTOS, I. R. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MAUAD, A. M. Resgate de Memória. *In*: MATTOS, H.; SCHNOOR, E.; (Orgs.) **Resgate: uma janela para o oitocentos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

MAUAD, A. M. Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro. n° 2, v. 1, pp. 73-98, 1996.

MAWE, J. **Viagens ao Interior do Brasil Principalmente aos Distritos do Ouro e dos Diamantes**. Rio de Janeiro: Zelio Valverd, 1944.

MELLO, P. C. D. Aspectos econômicos da organização do trabalho da economia cafeeira no Rio de Janeiro, 1850-1888. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v. 32, nº 1, pp. 19-67, jan./mar. 1978.

MELLO, P. C. D.; SLENES, R. “Análise Econômica da Escravidão no Brasil”. In: NEUHAUS, P. (Org.). **Economia Brasileira: Uma Visão Histórica**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

MELNIXENCO, V. C. **Chácara do Chalet**: pequena história de um sonho. Rio de Janeiro: UFRJ/EBA, 2010.

MELNIXENCO, V. C. **A Estrada de Ferro de Cantagallo (1857-1873)**. Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia – 14º SNHCT. Belo Horizonte: SNHCT. 2014. pp. 1-15.

MENDES, F. F. A Economia Moral do Recrutamento Militar no Império Brasileiro. **Revista Brasileira Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, nº 38, out./1998.

MIRANDA, A. R. D. Família escrava no Brasil: um debate historiográfico. **Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG**. Belo Horizonte, v. 4, nº 2, ago./dez. 2012.

MOKIR, J. O Empreendedorismo e a Revolução Industrial na Grã Bretanha. In: LANDES, D. M. J. E. B. W. (Org.). **A Origem das Corporações**: uma visão histórica do empreendedorismo da Mesopotâmia aos dias atuais. 209-240. Tradução de Donaldson Garschagen. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. pp. 209-240.

MORENO, B. A. S. A formação da cafeicultura em Bananal, 1790-1830. In: MUAZE, M.; SALLES, R. (Org.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015. pp. 328-350.

MOTA, A. D. S. Aspectos da cultura material em testamentos e inventários *post-mortem* da capitania do Maranhão, séculos XVIII e XIX. **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**, Londrina, 2005.

MOTA, M. S. Sesmaria e propriedade titulada da terra: o individualismo agrário na América Portuguesa. **SÆCULUM - REVISTA DE HISTÓRIA**, João Pessoa, v. 26, jan./jun. 2012.

MOTTA, J. F. Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos em Constituição (Piracicaba), 1861-1880. **Revista Brasileira de História (Online)**, v. 26, pp. 15-47, 2006.

MOTTA, M. **Nas Fronteiras do Poder. Conflito e direito a terra no Brasil do século XIX**. 2ª ed. revista e ampliada. Niterói: EDUFF, 2008.

MOTTA, M. M. M. **Direito à terra no Brasil**: a gestação do conflito. 1795-1824. São Paulo: Anablume, 2009.

MOTTA, M. M. M.; GUIMARÃES, E. S. (Orgs.). **Campos em disputa: história agrária e companhia**. São Paulo: Annablume - Núcleo de Referência Agrária, 2007.

MOURA FILHO, H. P. Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913). **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 11, pp. 9-34, 2009.

MUAZE, M. Novas Considerações sobre o Vale do Paraíba e a dinâmica imperial. *In*: MUAZE, M.; SALLES, R. (Orgs.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. pp. 57-99.

MUAZE, M. A. F. **As Memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MUAZE, M.; SALLES, R. (Orgs.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

NEUHAUS, P. (Orgs.). **Economia Brasileira: Uma Visão Histórica**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

NICOULIN, M. **A Gênese de Nova Friburgo: Emigração e Colonização Suíça no Brasil (1817-1827)**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996.

NOGUERÓL, L. P. F. Preços de bois, cavalos e escravos em Porto Alegre e em Sabará, no século XIX — mercadorias de um mercado nacional em formação. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, pp. 7-36, v. 26, Número Especial, maio/2005.

NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema colonial (1777-1808)**. 6ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1995.

OLIVEIRA, T. A. D. Os pequenos credores na bancarrota das casas bancárias cariocas em 1864. **Anais do Encontro ABPHE**, 2016.

PAIVA, C. A.; LIBBY, D. C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. **Est. Econ.** São Paulo, v. 25, nº 2, pp. 151-242, 1995.

PARRON, T. **A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PEDREIRA, J. Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais. **Análise Social**, pp. 407-440, v. XXVII, 1992.

PELÁEZ, C. M. S. W. **História monetária do Brasil: análise da política, do comportamento e das instituições monetárias**. 2ª. ed. Brasília: UNB, 1981.

PENHA, A. L. N. Tortuosos caminhos: obras públicas provinciais e o difícil escoamento das mercadorias de Cantagalo, Campos dos Goytacazes e Macaé para o Rio de Janeiro (século XIX). *In*: MUAZE, M.; SALLES, R. (Org.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. pp. 524-544.

PEREIRA, W. L. C. D. M. José Gonçalves da Silva: traficante e tráfico de escravos no litoral norte da Província do Rio de Janeiro, depois da lei de 1850. **Tempo. Revista do Departamento de História da UFF**, Niterói, v. 16, pp. 285-312, 2011.

PEREIRA, W. L. C. D. M. Francisco Ferreira Saturnino Braga: negócios e fortuna em Campos dos Goytacazes. **História**, Franca, v. 31, n. 2, pp. 212-246, dec. 2012.

PESSOA, A. E. M. M. **Anais do II Colóquio Internacional Casa senhorial: anatomia dos interiores**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.

PESSOA, T. C. As dimensões do complexo cafeeiro: tráfico ilegal de africanos e segunda escravidão ao sul da antiga província do Rio de Janeiro. *In*: RIBEIRO, G. S.; CAMPOS, A. P. **História sobre o Brasil no oitocentos**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2016. pp. 189-208.

PESSOA, T. C. **O Império da Escravidão: o complexo Breves no vale do café (c.1850-c.1888)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

POLANYI, K. **A grande Transformação. As Origens da nossa época**. Tradução de Fanny Wrobe. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTELLA, I. S. Um Sonho em Pedra e Cal. O Barão Antonio Clemente Pinto e seu legado patrimonial: a construção do Palácio Nova Friburgo. *In*: PESSOA, A. E. M. M. **Anais do II Colóquio Internacional Casa senhorial: anatomia dos interiores**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.

POSSAS, S. Notas acerca da racionalidade econômica. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 5, pp. 181-187, dez/1995.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 26ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

REIS, J. J. **Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835** (Edição revista e ampliada). 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RESTITUTTI, C. C. Comércio e tráfico de escravos nas primeiras décadas do século XIX: novas percepções de duas fontes seriadas. *Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme – Revista de Humanidades*. Natal, v. 9, nº 24, set./out. 2008.

RIBEIRO, A. V. “Perdas em trânsito”: mortalidade escrava na travessia Atlântica. **Anais do Símpósio Nacional de História**, São Paulo, 2011.

RIBEIRO, L. C. M. A invenção como ofício: as máquinas de preparo e benefício do café no século XIX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. N. Sér. v.14. n.1, pp. 121-165, jan./jun. 2006.

ROTHERY, M. The wealth of the English landed gentry, 1870-1935. **The Agricultural History Review**, v. 55, nº 2, pp. 251-268, 2007.

RYAN JR, J. J. **Credit where Credit is due to: Lending and borrowing in Rio de Janeiro, 1820-1900.** Los Angeles: Doctoral thesis in History. University of California (UCLA), 2007.

SALLES, R. **E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SALLES, R. Café e escravidão. *In*: SCHWARCZ, L. K. M.; GOMES, F. D. S. **Dicionário da escravidão e liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SALLES, R. & MUAZE, M. Família escrava em impérios agrários. O caso da fazenda Guaribú. **ACERVO: REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL**, v. 30, 2017. pp. 34-51.

SALLES, R. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. **Almanak, Guarulhos**, n. 4, pp. 5-45, dez./2012.

SANTOS, M. A. **Geografia da escravidão no Vale do Paraíba cafeeiro: Bananal, 1850-1888.** 1ª. ed. São Paulo: Alameda, 2016.

SANTOS, M. A.; MORENO, B. A. S. A formação da economia cafeeira do vale do Paraíba.. **TOPOI (ONLINE): REVISTA DE HISTORIA**, v. 18, p. 196-201, 2017.

SARAIVA, L. F.; PINERO, T. L. O Mercado de Crédito no Rio de Janeiro, 1821 - 1850. **Locus: Revista de História**, (UFJF), v. 20, pp. 129-151, 2014.

SCARBOROUGH, W. K. **Masters of the Big Houses. Elite Slaveholders of the Mid-Nineteenth-Century South.** [S.l.]: Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2006.

SCHNOOR, E. Das casas de morada à casa de vivenda. *In*: SCHNOOR, E.; MATTOS, H.(Org.). **Resgate: Uma Janela Para o Oitocentos.** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. pp. 31-62.

SCHWARCZ, L. M. Como ser nobre no Brasil. *In*: SCHWARCZ, L. M. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** 2ª. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998. pp. 159-206.

SILVA, C. B. D. Mercê e nobilitação: a construção das elites imperiais através dos hábitos das ordens honoríficas. *In*: BESSONE, T. M.; NEVES, L. M. B. P. D.; GUIMARÃES, L. M. P. (Org.). **Elites, fronteiras e cultura do Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013. pp. 33-64.

SILVA, G. P. D. A dinâmica do enriquecimento paulista no século XIX: das origens à diversificação do capital da família Lacerda Franco. **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 45, n.2, pp. 347-376, abr./jun. 2015.

SLENES, R. W. Grandeza ou decadência? o mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888. *In*: DEL NERO, I. (Org.). **Brasil: história econômica e demográfica.** São Paulo: IPE-USP, 1986. pp. 103-155.

SLENES, R. W. The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economies, Slave Experience and the Politics of a Peculiar Market. *In*: JOHNSON, W. (Org.) **The Chattel**

**Principle:** Internal Slave Trades in the Americas. New Haven: Yale University Press, 2004. p. 325-370.

SLENES, R. W. **Na senzala, uma flor:** esperanças e recordações na família escrava, Brasil sudeste, século XIX. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

SLENES, R. W. A. Malungu, Ngoma Vem!: África Coberta e Descoberta No Brasil. **Revista USP**, São Paulo, v. 12, p. 48-67, 1992.

SOARES, J. D. C. As contribuições de Joseph Herman para a educação brasileira no período imperial. **Hist. Educ. (Online)**, Porto Alegre, v. 22, nº 54, jan./abr. 2018.

SOARES, L. C. **O "povo de cam" na capital do Brasil:** a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: 7 Letras/FAPERJ, 2007.

SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil.** 9ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

STEIN, S. J. **Vassouras:** um município brasileiro do café, 1850-1900. Tradução de Vera Bloch Wrobel. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

SWEIGART, J. **Coffee Factorage and the Emergence of a Brazilian Capital Market, 1850-1888.** New York: Garland, 1987.

TAUNAY, A. D. **Pequena história do café no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

TAUNAY, A. D. E. **História do café no Brasil.** Tomo: II. Rio de Janeiro: DNC, v. 4, 1939.

TAUNAY, C. A. **Manual do Agricultor Brasileiro. (1ª ed.,1839). Rafael de Bivar Marquese (Org.).** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TAVARES, L. H. D. T. **Comércio proibido de escravos.** São Paulo: Ática, 1988.

TEIXEIRA, A. B. Inventários *post mortem*: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. **Mal-Estar e Sociedade**, Barbacena, v. 1, Ano V, nº 8, jan./jun. 2012.

TEIXEIRA, R. A. Capital e Colonização: a constituição da periferia do sistema capitalista mundial. **Est. Econ.** São Paulo, v. 36, nº 3, pp. 539-591, 2006.

TOMICH, D. & Z. M. The Second Slavery: Mass Slavery, World-Economy and Comparative Microhistories. **Review (Fernand Braudel Center)**, v. 31, nº 2, 2008, pp. 91-100.

TOMICH, D. **Pelo Prisma da Escravidão. Trabalho, Capital e Economia Mundial.** São Paulo: Edusp, 2011.

TSCHUDI, J. J. V. **Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. [1866].** Tradução de Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Universidade de São Paulo (Coleção Reconquista do Brasil, Nova Série, v. 14), 1980.

VAINFAS, R. **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.



VALVERDE, O. A fazenda de café escravocrata no Brasil. *In: \_\_\_\_\_ Estudos de geografia agrária brasileira*. 1ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

VARELA, L. B. **Das Sesmarias à Propriedade Moderna: Um Estudo de História do Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa: (um estudo econômico das instituições)**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VERSIANI, F. R. Brazilian Slavery: Toward An Economic Analysis. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 48, nº 4, pp. 463-477, 1994.

VILLELLA, A. Tempos Difíceis: Reações às Crises de 1857 e 1864 no Brasil. **Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica**, Rio de Janeiro: FGV, 1999.

VON KOSERITZ, C. **Imagens do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Martins Editora (Biblioteca Histórica Brasileira), v. 13, 1943.

WERNECK, F. P. D. L. **Memória sobre a Fundação e Custeio de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: E.& H. Laemmert, 1847.

ZONTA, D. “Moçambique” no século XIX: do comércio de escravos ao comércio legítimo. **Dimensões**, vol. 28, 2012. pp. 315-338.

#### **TESES E DISSERTAÇÕES:**

ALMICO, R. D. C. D. S. **Dívida e Obrigação: as relações de crédito em Minas Gerais, séculos XIX e XX**. Tese (Doutorado em História): Niterói: PPGH-UFF, 2009.

ARAUJO, J. R. D. **Nova Friburgo: a construção do mito da suíça brasileira (1910-1964)**. Tese (Doutorado em História): Niterói: PPGH-UFF, 2003.

BORGES, M. F. **Protagonismo e sociabilidade escrava na implantação e ampliação da lavoura cafeeira – Vassouras – 1821-1850**. Dissertação (Mestrado em História): Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2005.

CARDOSO, V. M. **Fazenda do Colégio: família, fortuna e escravismo no vale do Macacu no século XIX**. Dissertação (Mestrado em História): Niterói: PPGH-UNIVERSO, 2009.

COHN, M. R. **A Fazenda Santa Sofia: Cafeicultura e escravidão no Vale do Paraíba Mineiro, 1850-1882**. Tese (Doutorado em História): São Paulo: FFLCH-USP, 2013.

CONDE, G. R. **Os Descaminhos dos Reais Direitos: O Contrabando na Capitania do Rio de Janeiro (1770-1775)**. Dissertação (Mestrado em História): São Paulo: FFLCH-USP, 1997.

GARAVAZO, J. **Riqueza e escravidão no nordeste paulista: Batatais, 1851-1887**. Dissertação (Mestrado): São Paulo: PPGHE-FFLCH-USP, 2006.

GONÇALVES, I. G. **A Sombra e a penumbra: o Vice-reinado do Conde da Cunha e as relações entre o centro e periferia no Império Português (1763-1767)**. Niterói: Dissertação (Mestrado em História). PPGH-UFF, 2010.

LACERDA, A. H. D. **Negócios de Minas: Família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – A Família Ferreira Armonde (1751-1850)**. Tese (Doutorado em História): Niterói: PPPGH-UFF, 2010.

LOURENÇO, T. C. P. **O Império dos Souza Breves nos Oitocentos: Política e escravidão nas trajetórias de José e Joaquim Breves**. Dissertação (Mestrado em História): Niterói: PPGH-UFF, 2010.

LOURENÇO, T. C. P. **A indiscrição como ofício: o complexo cafeeiro revisitado (Rio de Janeiro, c.1830 - c.1888)**. Tese (Doutorado em História): Niterói: PPGH-UFF, 2015.

MARQUES, T. C. N. **O setor bancário privado carioca entre 1918 e 1945. Os bancos Boavista e Português do Brasil. Um estudo de estratégias empresariais**. Dissertação (Mestrado em História): Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 1998.

MARRETTO, R. M. **A escravidão velada: a formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: PPGH-UFF, 2014.

MARTINS, M. F. V. **O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura: elites, política e reforma agrícola no Segundo Reinado (1860-1897)**. Dissertação (Mestrado em História): Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1995.

MAYER, J. M. **Raízes e crises do mundo caipira: o caso de Nova Friburgo**. Tese (Doutorado em História): Niterói: PPGH-UFF, 2003.

MELNIXENCO, V. C. **Friburgo & Filhos: tradições do passado e invenções do futuro**. Dissertação (Mestrado em História): Rio de Janeiro: PPGH-UNIRIO, 2014.

MIRANDA, B. D. F. **O Vale do Paraíba contra a lei do ventre livre, 1865-1871**. Dissertação (Mestrado em História): São Paulo: F.F.L.C.H.-USP, 2018.

OLIVEIRA, R. L. D. S. **“Mão de Luva” e “Montanha”:** Bandoleiros e salteadores nos caminhos de Minas Gerais no século XVIII (Matas Gerais da Mantiqueira: 1755-1786). Dissertação (Mestrado em História, Cultura e Poder): Juiz de Fora: PPGH-UFJF, 2008.

PEIXOTO, É. M. **Santa Clara do Macuco e a Metamorfose do Trabalho (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História): Niterói: PPGH-UNIVERSO, 2013.

PENHA, A. L. N. **Nas águas do canal: política e poder na construção do canal Campos-Macaé (1835-1875)**. Tese (Doutorado em História): Niterói: PPGH-UFF, 2012.

PESSOA, T. C. **A indiscrição como ofício: o complexo cafeeiro revisitado (Rio de Janeiro, c.1830 - c.1888)**. Tese (Doutorado em História): Niterói: PPGH-UFF, 2015.

PINHEIRO, F. W. A. **O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros: Zona da Mata, c.1809-c.1830.** Dissertação (Mestrado em História): Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2007.

PROENÇA, A. T. A. **Vida de médico no interior fluminense: a trajetória de Carlos Eboli em Cantagalo e Nova Friburgo (1860-1880).** Dissertação (Mestrado em História das Ciências): Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2017.

RIBEIRO, L. C. **Ofício criador: Invento e Patente de máquina de beneficiar café no Brasil (1870-1910).** Dissertação (Mestrado em História): São Paulo: FFLCH-USP, 1995.

ROZENTINO, G. **Hoje é dia de branco. O trabalho livre na Província Fluminense: Valença e Cantagalo, 1870-1888.** Dissertação (Mestrado em História): Niterói: PPGH-UFF, 1995.

RYAN JR, J. J. **Credit where Credit is due to: Lending and borrowing in Rio de Janeiro, 1820-1900.** Doctoral thesis in History: Los Angeles: University of California (UCLA), 2007.

SANGLARD, G. P. **Nova Friburgo: entre a gênese bíblica e o iluminismo português.** Dissertação (Mestrado em História Social): Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2008.

SILVA, C. B. D. **As ordens honoríficas e a Independência do Brasil: o papel das condecorações na construção do Estado Imperial brasileiro (1822-1831).** Tese (Doutorado em História Social da Cultura): Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2014.

SILVA, J. L. W. D. **Isto é o que me parece: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional na formação social brasileira (1827-1904).** Dissertação (Mestrado em História): Niterói: PPGH-UFF, 1979.

SOUZA, E. S. D. **O mercado de crédito na Corte joanina: experiências das relações sociais de empréstimos (c. 1808–1821).** Dissertação (Mestrado em História): Niterói: UFF, 2015.

TEIXEIRA, H. M. **Reprodução e famílias escravas em Mariana 1850-1888.** Dissertação (Mestrado em História): São Paulo: FFCL-USP, 2001.

THOMAZ, D. M. **Sob a Regência do Medo: Imprensa, Poder e Rebelião Escrava na Corte Imperial, 1835.** Dissertação (Dissertação em História): Rio de Janeiro: PPGH-UERJ, 2009.

VINHAES, E. M. G. **Cantagalo: as formas de organização e acumulação da terra e da riqueza local.** Dissertação (Mestrado em História): Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 1992.